
CONSULTOR COMERCIAL

ACERCA

DE TODAS AS ACÇÕES COMMERCIAES

COM

OS MODELOS DE TODAS AS PETIÇÕES, DESPACHOS, TERMOS, AUTOS,
ALIEGAÇÕES, EMBARGOS, SENTENÇAS,
FINALMENTE TODOS OS TERMOS DOS PROCESSOS

POR

CARLOS ANTONIO CORDEIRO

NOVA EDIÇÃO

Completamente refundida de accordo com a legislação
promulgada depois de 15 de Novembro de 1889,
contendo o processo das fallencias segundo, a Lei n. 2024
de 11 de Dezembro de 1908

POR

OSCAR DE MACEDO SOARES
ADVOGADO

LIVRARIA GARNIER

109, RUA DO OUVIDOR, 109
RIO DE JANEIRO

6, RUE DES SAINTS-PÈRES, 6
PARIS

AO LEITOR

(em 1909)

Cinco annos depois de publicada a edição anterior do *Consultor commercial* foi dada a publicidade a nova lei de fallencias n. 2.024 de 17 de Dezembro de 1908, longamente debatida no Congresso.

Logo após veio a lei n. 2.044 de 31 do mesmo mez e anno, revogando todos os artigos do Titulo XVI do Codigo Commercial, que trata das letras de Cambio e de terra, das notas promissorias e dos credits mercantis.

Impunha-se, portanto, uma nova edição. Desta retirei a parte das fallencias elaborada de accordo com a lei n. 859 de 1902, a qual foi substituida pela nova.

No *Apendice* accrescenteis a de n. 2.044 de 1908 e outras referentes aos corretores e operações da Bolsa.

Rio, 31 de Março de 1909.

OSCAR DE MACEDO SOARES.

AO LEITOR

No prologo de edição anterior, publicada em 1896, escrevi o seguinte:

Esta edição do *Consultor Commercial* de Cordeiro foi elaborada no intuito de harmonizar o formulario do processo commercial com a nova legislação promulgada depois de 15 de Novembro de 1889.

É certo que, no trabalho de demolição de tudo quanto foi encontrado do antigo regimen, alguns monumentos da experiencia e sabedoria das gerações passadas, escapáram á marreta dos reformadores do Governo Provisorio.

Continuáram de pé o Codigo Commercial e o Regulamento 737 de 25 de Novembro de 1850, mas ainda assim o primeiro soffeu mutilação da Parte III que tratava das *Quebra*, a qual foi reformada pelo Decreto n. 917 de 24 de Outubro de 1890.

Objecto de veneração tornou-se, porém, a lei do processo commercial existente, pois o Decreto n. 763 de 19 de Setembro de 1890, mandou applicar ao processo, julgamento e execução das causas civeis em geral as disposições do Regulamento 737 de 1850, excepto as que se contêm no titulo 1.º (*Do juizo commercial*), no capitulo 1.º do titulo 2.º (*Da conciliação*, dispensada como formalidade essencial nas causas civeis ou commerciaes pelo Decreto n. 359 de 27 de Abril de 1890), nos capitulos 4.º e 5.º do titulo 4.º (*Das soldadas e dos seguros*), nos capitulos 2.º, 3.º e 4.º e secções 1.ª e 2.ª do capitulo 5.º do titulo 7.º (*Da detenção pessoal, Da exhibição, Das vendas judiciais, Dos protestos formados a bordo, Das protesto de letras*) e no titulo 8.º (*Do juizo arbitral*), tudo na primeira parte do Regulamento, que se inscreve — *Do Processo Commercial*.

Dispõe o mesmo Decreto n. 763 de 1890 que continuam em vigor as disposições leaes que regulam os processos especiaes, não comprehendidos no referido Regulamento.

Com excepção da *Conciliação*, dispensada, tanto no processo civil como no commercial, a exclusão que o Decreto 763 de 1890 fez das materias contidas no Regulamento explica-se pela natureza d'ellas, poruquto, sendo privativas do

commercio, não tinham razão de ser figurando no processo civil.

O Decreto n. 848 de 11 de Outubro de 1890, que organiza a Justiça Federal, embora tenha creado um processo privativo para todas as questões de natureza civil e commercial propostas no juizo federal, quando recaiam sob sua jurisdição, por meio de tres especies de acções ordinaria, summaria e executiva (art. 116) tambem caminhou pela mesma trilha aberta pelo Regulamento 737 de 1850, divergindo em pequenos detalhes (e nem sempre com felicidade).

Ora. Sendo assim, pareceu-me que pouco teria de respigar no *Consultor Commercial*, pouco joio teria de separar (se joio podemos considerar tudo quanto se acha em antinomia com as innovações dos nossos reformadores) e portanto, o meu trabalho seria apenas de ligeiros retoques, guardando o maior folego para a parte do *Processo das fallencias*, a qual devia substituir a do *Consultor* que tratava das *Quebras*, visto como, confeccionada de accordo com a Parte III do Codigo Commercial e o Regulamento 738 de 25 de Novembro de 1850, legislação esta reformada pelo Decreto n. 917. de 1890.; tornava-se necessario fazer cousa inteiramente nova.

Embora fosse esse o plano traçado, tive que arcar com maior trabalho do que suppunha, porque fui obrigado a refundir quasi completamente toda a obra do velho pratico, afim de pôl-a de accordo com a legislação nova e tornal-a util aos que tiverem necessidade de manuseal-a.

E como o intuito que sempre tive foi não desnaturar o character puramente pratico da obra de Cordeiro, modifiquei o texto onde havia absoluta necessidade, e em outros logares conservei tal qual achei, mostrando em notas as divergencias do processo entre a lei nova e a antiga.

Accrescentei grande cópia de commentarios para amenisar o sabôr enfadonho dos formularios, levantando questões e resolvendo-as com opiniões de jurisconsultos de nota, e arriscando tambem algumas opiniões proprias, não pelo desejo de tornal-as conhecidas, mas pelo de provocar a discussão ou a attenção dos mais entendidos. Creio que, por isso, não merecerei censuras, e serei desculpado attendendo-se á boa intenção.

Na parte em que trato do processo das fallencias, inclui o formulario de uma fallencia processada no fôro da Capital Federal e sustada por via de agravo provido na Côrte de

Appellação, mostrando como funcçionam n'estes processos, o juiz singular e os tribunaes de 1.º e 2.º instancia, isto é, o Tribunal Civil e Criminal e a Côrte de Appellação, conforme a organização da justiça do Districto Federal pelo Dec n. 1030 de 14 de Novembro de 1890 (Não sei que vantagem houve, seja dito de passagem é entre parenthesis, era substituir-se a denominação do *Tribunal da Relação* para *Côrte de Appellação*, quando aliás a antiga denominação é nacional, é brasileira, e a actual traz a reminiscencia dos tribunaes da metropole portugueza. Além d'isso a expressão é impropria porque n'este tribunal superior outros recursos e outras materias decidem-se, além das appellações. Não são para extranhar taes incongruencias em reformas tão precipitadas...)

Em appendice addicionei o Decreto n. 917 de 24 de Outubro de 1890 (*Lei das fallencias*); o Decreto n. 596 de 19 de Julho de 1890 que reorganisa as Juntas e inspectorias commerciaes e dá-lhes novo regulamento; o Decreto n. 916 de 24 de Outubro de 1890 que cria o registro das firmas ou razões commerciaes; e o recente Decreto n. 2304 de 2 de Julho de 1896 que approva o regulamento da navegação de cabotagem.

Creio haver, d'esta fórma, confeccionado uma edição util do *Consultor Commercial* de Cordeiro, satisfazendo os intuitos do autor, que tambem são os meus, a saber, fornecer ao foro a contribuição dos nossos esforços, pedrinha que levamos para a construcção do edificio onde vivem a Justiça e o Direito.

A publicação da presente edição foi reclamada pela nova reforma das fallencias decretada pela lei n. 859 de 16 Agosto de 1902 para cuja execução expedio se o Regulamento n. 4855 de 2 de Junho de 1903. Tornou-se, assim, necessario substituir os capítulos XXV, XXVI e XXVII da edição anterior pelas novas disposições processuaes que alteravam o formulario, organizado de accordo com o citado decreto n. 917 de 1890.

Convem lembrar que no formulario das acções constantes dos outros capitulos, o autor seguia o Regulamento n. 737 de 15 de Novembro de 1850.

Os Estados, em geral, adoptaram esse regulamento, modificando-o em pequenos detalhes, conservando, porem, as linhas geraes do processo.

O leitor, conhecendo a lei estadual, deverá modificar o formulario nos pontos de divergencia, principalmente no que respeita aos prazos e recursos.

Esse trabalho eu poderia fazer em notas, tendo á vista as leis processuaes de cada um dos Estados. Não o fiz, porem, para não correr o risco de perder tempo e trabalho: ninguem pode, hoje, n'um momento dado, saber quaes as leis processuaes em vigor em cada Estado. As Assembléas vivem a alterar e reformar constantemente a legislação.

Observada em conjuncto a obra legislativa dos Estados, a impressão que se tem é a da balburdia, que torna qualquer estudo fastidioso e desanimador.

Rio, 12 de Outubro de 1903.

OSCAR DE MACEDO SOARES.

PROLOGO

Dou ao prelo a terceira parte do *Assessor Forense*, contendo o formulario de todas as acções commerciaes e a processo das quebras, quer no Juizo do Commercio, quer no Juizo Criminal.

Sou o primeiro a reconhecer que esta obra está defectiva, e que poderia ser muito mais perfeita, se penna mais habil della se encarregasse: no em tanto, em falta de cousa melhor, desvaneço-me de que esta, como se acha, poderá ser de alguma utilidade.

Eu não escrevo para os mestres da sciencia, nem me occupo n'este livro de questões de direito “não chega lá meu estro desprovido”; trato unicamente de pratica, e essa mesma é para os principiantes, que não conheçam a marcha dos processos; portanto os mestres me não façam censuras.

Em quasi toda a obra segui a mesma ordem estabelecida no Regulamento de 25 de Novembro de 1850, excepto quando tratei dos aggravos, embargos e appellações, que me pareceu ser melhor collocar-os nos logares convenientes da acção para mais facilmente dar a conhecer sua marcha e incidentes.

Se o publico receber este meu novo trabalho do mesmo modo por que tem recebido os que hei dado ao prelo, bemdirei sempre a hora em que concebi a idea de o escrever.

CARLOS A. CORDEIRO.

FORO COMMERCIAL

FORMULA DOS PROCESSOS COMMERCIALES ¹

LIVRO I

¹ “Em duas accepções diz o dr. João Monteiro (Curso de Processo Civil, p. 131) pode ser tomado o vocabulo processo. Na accepção lata se define o conjuncto de actos solemnes, pelos quaes certas pessoas legitimamente autorizadas observando certas formas preestabelecidas, applicam a lei nos casos occurrentes; na accepção stricta, se define a forma estabelecida pelas leis para se tratarem as causas em juizo ou o modo pratico do exercicio do direito de acção.”

Na *accepção stricta* o processo divide-se em *civil*, *commercial*, *criminal* e *administrativo*, conforme as relações juridicas reguladas. Na expressão *processo civil*, no sentido extenso, o dr. João Monteiro comprehende o *processo civil* propriamente dito e o *commercial*, o accrescenta que os principios theoricos são os mesmos; as differenças praticas que em um ou outro ponto dão a cada um dos processos uma physionomia typica, não alteram os mesmos principios. Além disso o dec. n. 763, de 19 de Setembro de 1890 de tal modo approximou os dois processos que salvo a differença formal das acções especiaes, o organismo geral e philosophico do ambos os ramos do direito judiciario é um só. E conclue: “O citado dec. teve o grande merecimento de concretizar uma das mais lecundas lições do genio de Ihering: *a simplificação quantitativa da massa juridica é um dos factores da formula intellectual do direito.*” O dec. 763 de 19 de Setembro de 1890 manda applicar ao processo, julgamento e execução das causas civeis em geral as disposições do regul. 731 de 1850 excepto as que se contem no titulo 1 (*Juizo commercial*), no capitulo 1º do titulo 2º (*Da conciliação*), nos capitulos 4º (*Das soldadas*) e 5º (*Dos seguros*), do titulo IV (*Das acções especiaes*) nos capitulos 2º (*Da detenção pessoal*), 3º (*Da exhibição*) e 4º (*Das vendas judiciais*) e secções 1ª (*Dos protestos formados a bordo*) e 2ª (*Dos protestos de letras*) do capitulo V (*Dos protestos*) do titulo, 7º (*Dos processos preparatorios, preventivos e incidentes*) e no titulo 8º (*Do juizo arbitral*) da primeira parte (*Do processo commercial*). Continuação em vigor as disposições leaes que regulam os processos especiaes não comprehendidos no referido regulamento (737 de 1830). Perante o juiz que accumular a jurisdicção civil e commercial, serão propostas as causas respectivas sem discriminação das duas competencias, seja qual fôr a natureza do feito com relação ás pessoas ou ao seu objecto. Onde porém houver vara privativa do commercio, a acção será proposta perante o juizo competente, com indicação especificada da jurisdicção. Art. 2.º, do dec. cit. n. 763 de 1890. Assim, no juizo federal não ha discriminação de jurisdicção. Assim tambem nas pretorias da Capital Federal nas causas de sua alçada. Não assim, no tribunal civil e criminal da Capital Federal, onde funnctionam as camaras civil, commercial e criminal. Dec 1030 de 14 de Nov. de 1890, art. 83. Quanto aos Estados, e preciso conhecer em primeiro lugar a organização judiciaria e leis do processo respectivas. No Estado do Rio, não ha discriminação; as causas commerciaes são propostas perante os juizes municipaes e de direito, sem especificação da jurisdicção. Lei 43A de 1º de Março de 1892.

Desejára n’esta 3.º parte seguir o mesmo methodo que adoptei na Parte Civil (2º vol. do Ass. For.), isto é, tratar primeiro das acções summarias, especiaes, etc, deixando para depois as ordinarias; porém; como não só o Reg. de 25 de Novembro de 1850, que determina a ordem do Juizo no processo commercial, adoptou outro systema, e tratou em primeiro lugar da acção ordinaria mas tambem a mesma acção ordinaria é a mais fertil em incidentes, termos e autos, que podem servir para as demais acções, julgo que bem faço em seguir essa mesma ordem que facilitará o exame e consulta da presente livro. (*Nota do autor.*)

CAPITULO I

Da acção ordinaria

Todo Tribunal ou Juiz, que conhecer de negocios e causas commerciaes, todo arbitro, experto ou perito, que tiver de decidir sobre objectos, actos ou obrigações commerciaes, é obrigado a fazer applicação da legislação commercial aos casos occorridos (art. 21, tit. unico do Cod. Com.).²

Constituem legislação commercial o Codigo do Commercio e subsidiariamente es usos commerciaes (art. 291 do Cod.), as leis civis (arts. 121, 201 e 428 do Cod.).

Os usos commerciaes preferem ás leis civis sómente nas questões de sociedade (art. 291) e casos expressos no Codigo.³

As leis e usos commerciaes dos Paizes estrangeiros regulão:

1.º As questões sobre o estado, idade dos estrangeiros residentes na Republica, quanto á capacidade para contraciare, não sendo os mesmos estrangeiros negociantes matriculados na forma do art. 1.º do Codigo Commercial. Todavia os contractos não serão nullos provando-se que verterão em utilidade do estrangeiro.

2.º A forma dos contractos ajustados em Paiz estrangeiro (arts. 301, 424 e 633 do Cod.), alvos os casos exceptuados no mesmo Codigo (art. 628 do Cod.), e os contractos exequiveis na Republica, sendo celebrados por Brasileiros nos lugares em que houver Consul Brasileiro.⁴

Os contractos commerciaes ajustados em Paiz estrangeiro, mas exequiveis na Republica serão regulados e julgados pela legislação commercial do Brasil.⁵

² Regul. 737 de 25 de Novembro de 1850, art. 1.

³ Regul. 737, cit. art. 2.

⁴ Regul. 737, cit. art. 3, §§ 1 e 2.

⁵ Regul. 747, cit. art. 4.

Presumem-se contrahidas conforme a legislação do Brasil as dividas entre brasileiros em paiz estrangeiro (Arts. 1, 2, 3, 4 e 5 do Tit. 1.º, Cap. 1.º do Reg. de 25 de Novembro de 1850).

Todas as vezes, pois, que o objecto fôr de jurisdição commercial⁶ e competir-lhe acção ordinaria⁷, começar-se-ha pela conciliação⁸, de cuja forma e incidentes passo a tratar.

Conciliação⁹

Póde intentar-se a conciliação perante qualquer Juiz de Paz, onde o réo fôr encontrado, ainda que não seja a Freguesia de seu domicilio (art. 24 do Reg. de 25 de Novembro de 1850).

Para chamar-se alguém á conciliação far-se-ha a seguinte.

⁶ São de jurisdição commercial todas as causas que derivarem de direitos e obrigações sujeitas ás disposições do Codigo Commercial, com tanto que uma das partes seja commerciante (art. 18, tit. unico do Cod. Vide o art. 10 Cap. 3º do Reg.)

⁷ A acção ordinaria é competente em todas as causas para as quaes não estiver no Reg. de 25 de Novembro de 1850 determinada alguma acção summaria, especial ou executiva.

⁸ Não julguei desnecessario dar aqui por extenso a formula da conciliação no Juizo Commercial, apesar de já haver d'ella tratado na 2.º parte civil; e isto, não só porque alguns incidentes se encontram no Foro Commercial, que não se dão no Civil, como por ser possivel ter o leitor esta 3.º parte, sem possuir a 2.º (*Notas do Autor.*).

⁹ O dec n. 359, de 26 de Abril de 1890, abolio a conciliação como formalidade preliminar ou essencial para serem intentadas ou proseguirem as acções civis e commerciaes salvo ás partes que estiverem na livre administração de seus bens, e aos seus procuradores legalmente autorizados, a faculdade de porem termo á causa, em qualquer estado e instancia, por desistencia, confissão ou transacção, nos casos em que fôr admissivel e mediante escriptura publica, termo nos autos, ou compromisso que sujeite os pontos controvertidos a juizo arbitral. Este decreto deve ser entendido só para o juizo federal ou é uma lei geral obrigatoria em todos os Estados da União? A resposta é facil, desde que os Estudos chamaram a si e estão de posse dá competencia de legislar sobre o processo civil, commercial o criminal. O dec. n. 359 é uma lei de processo e como tal não póde obrigar os Estados. Na Capital Federal e em todos os Estados não ha disposição de lei mantendo a conciliação, como possuamos na legislação antiga. Em alguns casos, como no Rio de Janeiro, ella é facultativa mas não formalidade essencial. Conservamos portanto, este parte do Auctor, sómente em attenção aos incidentes nas citações, os quaes ficam já conhecidos, evitando-se assim a sua reproducção adiante.

— Todas as questões de natureza civil ou commercial que recahem sob a jurisdição dos tribunaes federaes serão processadas e julgadas de accordo com as prescripções do dec. n. 848 de 11 de Outubro de 1890. Dec. cit. art. 97. Todas as questões de natureza civil e commercial serão propostas no juizo federal, quando recaiam sob sua jurisdição, por meio de acção ordinaria, summaria e executiva. Dec. 848, cit. art. 116.

Petição.

Illm. Sr. Juiz de Paz do Districto.¹⁰

Diz F..., morador em..., que devendo-lhe F... morador em..., a quantia de..., por conta por elle assignada (*ou por qualquer outro titulo. Far-se-ha a exposição succinta do objecto da conciliação*), quer fazer citalo para, na primeira audiencia d'este Juizo, vir conciliar-se, sendo havido por não conciliado no caso de revelia. O supplicante

P. a V. S. haja por bem mandar fazer a citação com a pena comminada.

E. R. M.

Assigna o proprio supplicante (ou alguem a seu rogo, se não souber ou puder escrever, seu procurador ou advogado).

O Juiz de Paz dará o seguinte

Despacho.

Cite-se (*ou como — requer, ou simplesmente — Sim*). Data. —
Rubrica.

Em caso de urgencia a citação póde ser feio para o réo comparecer no mesmo dia, precedendo despacho do juiz (art. 27 do Reg.), e então na petição isso mesmo se requererá pela forma seguinte:

O supplicante P. a V. S. se digne mandar que o supplicado compareça na audiencia de hoje, visto ser

¹⁰ Como póde haver mais de um Districto na Freguesia, na petição será o mesmo Districto mencionado.

caso urgente por (*taes ou taes motivos. Dir-se-hão as causas da urgencia*).

E. R. M.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Sendo attendiveis as razões que o supplicante allega para provar a urgencia da conciliação, seja o supplicado intimado para comparecer na audiencia de hoje com a pena comminada. *Data. — Rubrica.*

O auctor entregará a petição a qualquer official do juizo para fazer a intimação.

Se no juizo não houver official disponivel, o autor requererá licença para incumbir da diligencia qualquer outro official, e então concluirá a petição pela seguinte forma:

O supplicante P. a V. S. se digne mandar fazer a intimação na forma requerida com a pena comminada, facultando ser feita a mesma intimação por qualquer official, visto não poder d'ella encarregar-se o official d'este juizo por (*tal ou tal motivo. Dar-se-ha a razão*).

E. R. M.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer; podendo a intimação ser feita por qualquer official, visto as razões allegadas. *Data.* — *Rubrica.*

A parte entregará a petição ao official da diligencia, que irá procurar o réo. Encontrando-o, ler-lhe-ha a petição e seu despacho, e dar-lhe-ha contra-fé, ainda que não lhe seja pedida.

A contra-fé será a copia fiel da petição e seu despacho, assignada pelo official da diligencia.

O official lavrará a seguinte

Certidão.

Certifico que fui (*á tal logar*) e ahi citei em sua propria pessoa o supplicado F... por todo o conteúdo na petição retro e seu despacho, que lhe li e de que ficou bem sciente, assim como da hora e lugar em que devia comparecer, dando-lhe de tudo contra-fé, que recebeu (*ou não quis receber*). O referido é verdade de que dou fé. *Data.*

F... Official de Justiça do Juizo...

Citação com hora certa.

Se acontecer ir o official por trez vezes em procura do réo, e este se occultar para não ser citado, o official o declarará pela seguinte

Certidão.

Certifico que indo por tres vezes consecutivas á rua de..., casa numero..., ou ao logar tal, afim de intimar o conteúdo da petição retro e seu despacho a F..., tive conhecimento, pelas informações a que procedi, de que elle se occultava para não ser citado, e por isso lavrei a presente para constar, do que dou fé. Data.

F... Official de Justiça do Juizo...

Com esta certidão a parte fará na mesma petição a seguinte

Réplica.

Illm. Sr.

Constando pela certidão supra ou retro que o aupplicado se occulta para não ser citado, sirva-se V. S. ordenar que seja elle intimado com hora certa.

E. R. M.

Assigna (*ou alguém por elle*).

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

O official póde, mesmo independente de despacho, marcar a hora (art. 46 do Reg., § 2).

Quer n'um, quer n'outro caso, o official lendo a petição e seu despacho a qualquer pessoa da familia ou da visinhança, não havendo familia, ou não sendo encontrada pessoa capaz de receber a citação, declarará que no dia immediato (*sendo dia itil*) irá levantar a hora; que, portanto, a pessoa, que recebe a citação, tudo declare ao supplicado, para o que o mesmo official deixará uma contra-fé, que constará da copia integral da petição e despacho do juiz, devendo ser terminada pela maneira seguinte:

Final da contra-fé em citação com hora certa.

... Em virtude pois da petição e seu despacho, dou fe de haver devidamente procurado o supplicado F.... por tres vezes, e como o não encontrasse, presumindo occultar-se o mesmo para não ser intimado, intimei a F..., (pessoa da familia ou da visinhança) por todo o conteúdo da mesma petição e seu despacho para fazel-o constar ao supplicado, e bem assim de ser o dia tantos de tal mez, e ás tantas horas o designado para a audiencia. Do que de tudo ficou bem sciente, e do que lhe passei a presente contra-fé. Data.

F... Official do Juizo de...

No dia marcado para levantar a hora, indo o official e não encontrando a parte, lavrará a seguinte

Certidão.

Certifico que em virtude da petição retro e seu despacho, indo por tres vezes consecutivas á rua de.., casa numero..., para intimar F....

por todo o conteúdo da mesma petição, tive conhecimento, pelo que observei, de que elle se occultava para não ser citado, e então intimei a F..., pessoa da família (ou da vizinhança por não haver família ou n'ella não haver pessoa capaz de receber a intimação) lendo-lhe a petição e seu despacho, e dando de tudo contra-fé, em que além da copia fiel da petição e seu despacho, declarei o dia e hora da audiencia. Voltando hoje, ainda não me appareceu o supplicado; portanto, dei a hora por levantada e a citação por feita. O referido é verdade, do que dou fé. Data.

F... Official do Juízo de...^{10A}

CITAÇÃO POR EDITOS

A citação por editos tem lugar:

1.º Quando fôr incerto ou inacessivel por causa de peste ou guerra o lugar em que se achar o ausente que tem de ser citado (art. 45 § 4.º).

2.º Quando fôr incerta a pessoa que tem de ser citada.

3.º Quando devem ser citados os terceiros na avaria grossa (art. 772 do Cod.) não sendo conhecidos os seus procuradores.

4.º Para a intimação do protesto judicial ao devedor ausente, de que se não tiver noticia (art. 473 n. 3 do Cod.).

5.º Em geral quando forem desconhecidos os interessados em qualquer acto ou diligencia judicial que seja necessario intimar ás partes (art. 53 do Reg.).

Começará fazendo-se a seguinte

^{10A} Esta e a praxe, diz João Monteiro (*Curso de Proc. Civil*. v. II, p. 38, nota ao § 89), não obstante a Ord. I. 3º, tit. I. § 9, exigir justificação — Ramalho Praxe, § 3, nota *a*. Regul. 737 de 1850, art. 46.

Petição.

Illm. Sr. Juiz de Paz de...

Diz F... que querendo fazer citar a F... afim de vir se conciliar sobre *tal ou tal assumpto* precisa fazel-o por meio de editos, visto o supplicado achar-se em lugar incerto (*ou em lugar inaccessible por peste ou guerra, ou por qualquer dos outros motivos apontados na lei*).

P. a V. S. que procedendo-se á justificação e julgada por sentença, mande passar os editos na forma da lei.

E. R. M.

Assigna o advogado.

Despacho.

Como requer, e marco o dia... para serem inquiridas as testemunhas (ou marque o escrivão). Data. — Rubrica.¹¹

No dia aprazado comparecendo as testemunhas (que basta sejam duas) o escrivão abrirá o seguinte

Termo de assentamento.

Aos... dias do mez de... n'esta... em casa das audiencias do Juizo ou da residencia de F... Juiz de Paz de... onde eu escrivão de seu cargo abaixo nomeado vim, ahi presente F... (ou seu legitimo procurador)

¹¹ A praxe corrente é a pare requerer que se proceda a justificação, marcando o escrivão dia o hora para serem inqueridas as testemunhas. O juiz defere e o escrivão lança á margem na petição — *Para o dia tal, ás tantas horas. Data, rubrica.* No dia o hora marcados a parte traz as testemunhas e procede-se a inquerição. No caso de serem duas testemunhas os depoimentos devem ser contestes.

o mesmo juiz inquiriu as testemunhas, cujos nomes, costumes e ditos se seguem: do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

1.^a TESTEMUNHA.

F... natural de... de... annos de idade, profissão de... solteiro (*casado ou viuvo*), morador em... e aos costumes disse nada (*ou disse ser parente, amigo ou inimigo do justi-ficante ou justificado ou de ambos*) prometteu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado.

E sendo inquirida sobre a petição de folhas (*tantas*) disse... (*escreve-se o que depoz*). E mais não disse e assignou (*ou a seu rogo F... por não saber ou poder escrever*) com o juiz e o justificante (*ou seu procurador*). E eu F... escrivão o escrevi.

Rubrica do juiz.

Assignatura da testemunha ou de quem por ella.

Dita do justificante.

Assim serão inquiridas as demais testemunhas, e o escrivão coordenará tudo em forma de caderno, numerará as suas folhas (sempre no rosto e nunca no verso), e escreverá no rosto da primeira folha a seguinte

Autuação.

19... (*a éra*)

Juizo de Paz do... Districto.

Escrivão F... (*appellido*)

F... de tal... Justificante.

F... de tal... Justificado.

Justificação.

Anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo aos... do
mez de... do anno de... n'esta... em audiencia publica que na casa de sua
residencia (ou do Juizo) fazia F... Juiz de Paz do... Districto... (ou em meu
cartorio) fiz a autuação da inquirição de testemunhas e petição que se
seguem. E eu F... escrivão o escrevi.

Logo que é feita esta autuação, o escrivão abre o
termo de conclusão ao juiz pela maneira seguinte:

Termo de conclusão.

E no mesmo dia supra (*ou retro*) declarado (*ou*) aos... dias do
mez de... do anno de... n'esta... (*ou em meu cartorio*) faço estes autos
conclusos ao Juiz F... do que faço este termo. E eu F... escrivão o escrevi.

Conclusos com... (*tal ou tal cousa*) em tantos de
tal mez.

F. .

O juiz recebendo os autos e vendo que esta
provada a ausencia ou o motivo por que se requer a
citação edital, dará a seguinte

Sentença concedendo citação edital.

Visto, hei por justificado o deduzido na petição de folhas...: e mando se passe carta de editos com o termo de...¹² e pague o justificante as custas. Data. Assignatura.

O escrivão põe n'esta sentença o seguinte

Termo de publicação ou data.

Aos... do mez de... n'esta... em audiencia publica que em casa de sua residencia (*ou do Juizo*) fazia F... Juiz de Paz do... Districto ahi foram publicados (*ou me foram dados em meu cartorio*) estes autos com a sentença supra (*ou retro*). Do que faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Se não se tiver provado nenhum dos casos que autorisara as citações editaes. o juiz dará a seguinte

Sentença negando a citação edital.

Não se tendo provado nenhum dos casos pelos quaes a lei concede que a citação se faça editalmente, hei por não provado o deduzido na petição folhas tantas e pague o justificante as custas. Data. — Assignatura.

O escrivão põe o termo de data ou publicação. Concedida, porém, a carta de éditos, o escrivão a passará pela forma seguinte:

¹² O prazo será regulado pelo que dispõe o art. 45, § 3º do Reg. (*N. do A.*)

Carta de Editos de citação para individuo que se acha ausente em parte incerta, ou em lugar inacessivel por peste ou guerra, etc.

F... de tal... (*titulos e categoria*).

Faço saber que por parte de F... me foi feita uma petição pela qual me requeria fosse elle admittido a justificar a ausencia (*ou o que fôr*) de F... e justificando quanto bastasse, lhe mandasse passar carta de editos para ser citado afim de vir á primeira audiencia d'este juizo, que se fizer passados tantos dias (*para tal ou tal fim. Declara o fim para que é citado*). E porque justificou o deduzido em sua petição, lhe mandei passar a presente carta de editos de (*tantos*) dias, pela qual cito, chamo e requeiro a F... afim de que venha a este juizo na primeira audiencia que n'elle se fizer, findo o dito prazo, sendo as audiencias em tal parte e em taes dias, pena de se proceder á revelia em todos os termos da causa. E para que chegue á noticia de todos, mandei passara presente, que será afixada nos lugares publicos e do costume. Cidade (*villa ou freguezia*) tantos de tal mez e anno. E eu F... escrevão, a escrevi.^{12A}

^{12A} Damos em seguida a norma de um edital da citação processada no fôro da Capital Federal (*):

DE CITAÇÃO
COM O PRAZO DE 30 DIAS.

Aos ausentes, em lugar incerto e não sabido, J. e M. socios da firma M. & C, para, findo aquelle prazo, virem á 1.º audiencia deste Juizo vêr o auctor, Banco da Republica da Brazil, assignar-lhes os dez dias da ler, para dentro delles pagarem-lhe a quantia da 8:550\$, saldo do capital e mais juros legaes da móra o custas que accrescerem, ou allegarem e provarem por embargos as despesas que tiverem, sob pena de revelia, ficando desde logo citados para todos os termos da causa, até final sentença.

O Dr. Enéas Galvão, Juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal do Districto Federal, etc: Faço saber aos que o presente edital virem, em como por parle do Banco da Republica do Brazil foi dirigida ao Dr. Presidente desta Camara e a mim distribuida a petição do teôr seguinte: Petição. — Exm. Sr. Presidente da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal. O Banco da Republica do Brazil pede a V. Ex. se digne distribuir esta a um dos Juizes da Camara Commercial para o fim de conhecer elle o seguinte pedido: Sendo o requerente credor da quantia de 8:550\$, saldo do capital e mais os juros da letra junta e de numero 24.830, aceite de M. C. em 9 de Abril de 1900; quer haver judicialmente a dita importancia não paga no vencimento, conforme o protesto junto, por isto, pede ao M. J se digne mandar citar M. C. representados pelos socios J. e M., domiciliados nesta cidade, para no prazo de dez dias, que lhes será assignado na primeira audiencia que ás citações se seguir pagar a dita importancia, juros legaes da

Assignatura do juiz.

CARTA DE EDITOS DE *TANTOS DIAS*, PELA QUAL E CITADO F. PARA O
QUE NA MESMA SE DECLARA.

Estes Editaes (que serão publicados pela imprensa nas folhas diarias) devem ser afixados por um official de justiça ou pelo porteiro dos auditorios nos lugares mais publicos; o que feito, o mesmo official lavrará a seguinte

móra e que accrescerem e custas, ou para dentro d'elle e por embargos allegarem e provarem as excepções ou defesas que tiverem, sob pena de revelia, finando desde logo citados para todos os termos da causa, até final sentença. D. e A. P. D. Rio de Janeiro, 9 de Julho 1903. P. p. o Advogado Eduardo Theiber (Estava sellada). Despacho: Ao Sr. Dr. Enéas Galvão, Rio, 9 de Julho de 1903. T. Torres, Despacho: D. Citem-se. Rio, 1 de Julho de 1903. Enéas Galvão. Distribuição: D. a Pinto, em 9 de Julho de 1903. O Distribuidor J. Conceição. Certidão — Certifico e dou fé que pelas diversas diligencias por mim feitas para encontrar os supplicados constantes desta petição; soube, por informações, acharem-se os mesmos ausentes desta cidade. Rio, 15 de Dezembro de 1902. O official de justiça, Hildebrando P. da Silva. Replica Exm. S. Dr. Enéas Galvão. Em vista da certidão supra, de encontrarem-se J. e M., em lugar do territorio nacional incerto e não sabido, quer o requerente, de accôrdo com o § 1.º do art. 53, do regulamento n. 737 de 1830, fazar citar editalmente aos mesmos, para cujo fim requer que sendo admittido a justificar e julgada a justificação por sentença, mande V. Ex. passar os editaes com designação de prazo como de direito P. D. Despacho: Sim. Rio, 15 de Julho de 1903. — E. Galvão. Dia — Designado para ás 12 horas do dia 18 do còrrente mez. Rio, 12 de Julho de 1903. — O Escrevente juramentado, Antonio Fleury. E lendo o autor justificado com prova testemunhal a ausencia em lugar incerto e não sabido dos réos ora citados, subirão os autos á conclusão, sellados e preparados, baixando com a sentença do teor seguinte: Sentença — Procede a justificação de ausencia, á vista da prova dada; exceptuam-te editaes de citação com o prazo de 30 dias; custas pelo justificante. Rio, 21 de Julho de 1903. — Enéas Galvão. Em virtude do que se passou o presente edital de citagão, pelo qual não citados os ausentes em lugar incerto e não sabido, J. e M., socios da firma M. & C., para, findo o prazo de 30 dias, virem á 1.º audiencia deste Juizo ver o autor, Banco da Republica do Brazil, assignar-lhes os dez dias da lei, para, dentro delles, pagar-lhe a quantia de 8:550\$, saldo de capital e mais os juros de uma letra de seu acceite os e mais juros legaes da mora e custas que accrescerem, ou adegarem e provarem por embargos as defezas que tiverem, sob pena de revelia; ficando desde logo citados para lodos os termos da causa, até final sentença; advertindo que as audiencias desde Juizo costumam ter lugar ás terças o sextas-feiras uteis, ás 11 horas da manhã, á rua dos Invalidos n. 108. E, para constar, passou-se este e mais dois de igual teôr, que serão publicados e affixados na fôrma da lei pelo porteiro dos auditorios, que de assim o haver cumprido lavrará a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 24 de Julho de 1903. E eu, João de Souza Pinto Junior, Escrivão, o subscrevo. — *Enéas Galvão*.

(*)A lei de 9 de Janeiro de 1905, nova reforma judiciaria do Districto Federal passou, para os juizes de direito do civil e do commercio a jurisdicção e competencia que tinham as camaras do Tribunal Civil o Criminal, o qual foi extincto.

Certidão.

Certifico que hoje ás *tantas* horas afixei nos lugares (taes e taes) tantos Editaes passados a requerimento de F... para ser citado F... para tal ou tal fim. E para constar passei o presente de que dou fé. Data.

F... official de justiça de...

Trazendo o official esta certidão a Juizo, o escrivão a une aos autos com o seguinte

Termo de junção.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em meu constar fiz este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

É tambem conveniente juntar-se o jornal ou periodico em que foi publicado o Edital.^{12B}

No fim do prazo o mesmo official lavra a seguinte

Certidão

Certifico que estiveram afixados por *tanto* tempo e em *taes* lugares os Editaes requeridos por F... contra F... de que dou fé. Data.

O official de justiça F...^{12C}

Unida esta certidão ao processo por termo de juntada, no dia aprazado comparecendo o auctor por seu

^{12B} Deve-se sempre juntar, devidamente sellado, e jornal onde vem publicado o edital. É a praxe consagrada no fôro.

^{12C} Em regra, é o porteiro dos auditorios quem afixa os editaes e lavra a certidão.

advogado, depois de aberta a audiencia, dirá ao juiz o motivo que ahi o conduz, e sendo apregoado o citado, não comparecendo, requererá o mesmo autor por seu advogado, que seja elle lançado, e havendo por não conciliado á sua revelia.^{12D}

O juiz mandará pelo porteiro da audiencia apregoar o citado, e sob a fé d'este, reconhecendo que não está presente deferirá a petição do autor, havendo as partes por não conciliadas.

O escrivão na mesma petição fará a seguinte

Declaração de não conciliados á revelia do réo.

Em audiencia de... comparecendo o Autor F... (ou seu procurador F...) e não comparecendo o Réo F... foi este lançado e havido por não conciliado á sua revelia, e condemnado nas custas.

O escrivão F...

Quer no caso das citações Editaes, quer em qualquer outro caso, não comparecendo o auctor na

^{12D} O procurador do autor (advogado ou solicitador) comparece a primeira audiencia e accusa a citação edital para o fim determinado na mesma citação e requer que sejam comminadas as penas em que tiver de incorrer o réu por effeito da citação. Observa Joio Monteiro (*Curso de Proc. Civil* v. II, p. 37, nota ao § 88) que

“segundo a praxe, attestada por Pereira e Souza, n. 203, o prazo só começa a correr depois de assignado pela parte em audiencia. Tambem por praxe, não comparecendo o citado, lhe dá o juiz curador que o defenda — Teixeira de Freitas, Consol. not. ao art. 39.»

Esse curador denomina-se *curador ao ausente*, que deve ser um advogado (formado ou provisionado). As suas funções são identicas ás do *curador a lide*, e diversas das do *Curador de ausentes*, orgam do Ministerio Publico, como são os curadores de orphãos, de residuos etc. João Monteiro accresenta na mesma nota:

“As duas excepções insinuadas pelos praxistas, a saber: que não ha necessidade de citação edição para as causas de reconhecimento e subsequente assignação de dez dias, e de juramento d'alma, não te apoiam em lei alguma. Não devem ser praticadas — *Consol. loc cit.*”

audiencia para que fez citar o réo, ficará circumducta a citação, sendo o mesmo autor condemnado nas custas, e não poderá ser de novo o réo citado sem as haver o autor pago ou as depositado com citação do réo para as levantar (art. 32 do Reg.)^{12E}.

O citado ou seu procurador no dia da audiencia, vendo que o auctor não comparece, accusando a contrafé, requererá que fique a citação circumducta. O Juiz mandando apregoar pelo porteiro o auctor, e este não comparecendo, dará o seguinte despacho verbal

Hei a citação por circumducta e condemno o auctor nas custas.

O escrivão na petição lavrará a seguinte

^{12E} João Monteiro (*Curso de Proc. Civil*, v. II, p. 42, § 92) define:

"Circumducção, do latim circumducere, significa o movimento de rotação sobre um eixo ou centro; o por analogia do verbo circumductare, haver por nullo o movimento feito, se formou o adjectivo circumducto, havido por nullo ou inexistente, ou o substantivo circumducção, nullidade, inexistencia. A circumducção da citação é a sua inexistencia por algum acto ou facto previsto na lei. Citação circumducta é o mesmo que nenhuma, ou aquella pela qual já não se pode agir."

Se sobrevier legitimo impedimento, pelo qual não possa o autor propor a acção na audiencia para a qual foi o réu citado, accusada a citação, ficará a propositura da acção deferida para a audiencia seguinte. Regul. 737 de 1850, art. 70. Se na seguinte audiencia o autor não propuzer a acção, será o réu absolvido da instancia. Regul. cit, art. 71.

Ramalho, *Pract. Civ. comm.*, e *Praxe Brazil* § 119, ensina que na citação por precatoria, não fica em caso algum a citação circumducta até serem passados os vinte dias da Ord. III, I, 18, termo que por appiicação do ar. ultimo do Regul. n. 737, se observa tambem no processo commercial. João Monteiro, *Obr. cit.*, observa, porém: "Entretanto nos parece mais correcto dizer que — na citação por precatoria não é o termo circumducto até serem passados vinte dias, salvo se o réu comparece e requer a circumducção da citação." E assim se pratica geralmente.

Nota de estar circumducta a citação.

Na audiencia de... apregoando o autor F... a requerimento do réo F... não comparecendo, houve o Juiz a citação por circumducta, e condemnou a autor nas custas.

O escrivão F...

O auctor se quizer de novo fazer citar o réo, deve pagar as custas, ou deposital-as, requerendo para elle as levantar pela fórmula seguinte:

Illm. Sr. Juiz de Paz de...

Diz F... que tendo feito citar a F.,. para na audiencia de tantos vir conciliar-se sobre tal ou tal cousa, ficou a mesma citação circumducta e condemnado o supplicante nas custas, e como o supplicante queira de novo fazer citar o supplicado para o fim acima referido, achando-se a importancia das custas depositadas, como se vê do documento junto, quer que V. S. o mande intimar para vil-as levantar, sem prejuizo dos direitos do supplicante.

P. deferimento

E. R. M.

Assigna

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica

Depositadas as custas, ou pagas, do que se cobrará competente recibo, poderá o réo ser de novo citado (art. 32 do Reg.)

Comparecendo o réo por si ou seu procurador, com poderes especiaes para a conciliação, o Juiz lerá a petição e dará a palavra ás partes, para discutirem verbalmente, dar explicações e provas é fazer reciprocamente as propostas que lhes convier (art. 33 do Reg.)

Ouvindo-as o Juiz, procurará chamal-as a um accordo, esclarecendo-as sobre seus interesses. Se não se conciliarem, o escrivão fará no alto da petição a seguinte

Nota de não conciliados.

Não se conciliáram. Audiencia de... do mez de... de... O escrivão de tal Districto e Freguezia,

Assigna.

Deverá tomar nota d'esta nota em o seu protocollo para dar as certidões que lhe forem pedidas

Verificada, porém, a conciliação, de tudo lavrará o escrivão em seu protocollo o seguinte

Termo de conciliação.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta cidade (*villa ou freguezia*) em casa da residencia de F... Juiz de Paz.. (*ou em casa das*

audiencias do Juizo) onde veio F... Juiz de Paz de... commigo escrivão do seu cargo ao diante nomeado, ahi compareceram como autor F... (*ou F... procurador do autor*) e F... réo (*ou F... procurador do réo*) para o fim de se conciliarem sobre tal ou tal assumpto, e tendo sido propostas por F... (*autor ou réo*) as condições *taes e taes (dir-se-ha o que tiver acontecido)*, foram as mesmas acceites, em virtude do que os houve o dito Juiz por conciliados tomando eu este termo por constar, o qual assigna o mesmo Juiz autor e réo (*ou seus procuradores*). Eu F... escrivão o escrevi.

Independente de despacho do Juiz, o escrivão póde dar d'este termo as certidões que lhe forem requeridas.

Estas certidões terão execução nos termos do decreto de 20 de Setembro de 1829.

Independente de citação podem as partes interessadas em negocio commercial apresentar-se voluntariamente na audiencia de qualquer Juiz de Paz para tratarem da conciliação, sendo o seu processo e effeitos os mesmos determinados no arts. 33, 34 e 35 do Reg.

No acto da conciliação poderão as partes sujeitar-se á decisão do Juiz conciliador.

Se assim acontecer, o Juiz de tudo mandará lavrar termo no protocollo, como acima vem exemplificado, e este termo sendo devidamente assignado pelo Juiz e as mesmas partes, terá força de compromisso.

N'esse mesmo acto o Juiz poderá decidir como arbitro a questão dando sobre ella a sua sentença; mas se o não quizer ou puder, mandará que os autos lhe

sejam conclusos, e então o escrivão tirando do termo de conciliação uma certidão, a juntará á petição por termo de juntada, auctoará a petição, documentos ou quaesquer outros papeis que existam, e fará os autos conclusos pelo seguinte

Termo de conclusão.

Aos... dias do mez de... do anno de... em meu cartorio (*ou onde fôr*) faço estes autos conclusos a F... Juiz de Paz de tal freguezia. E para constar fiz este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

O Juiz dará a sentença que terá o termo de publicação ou de data.

Sendo homologada pelo Juiz competente, será executada.

Se as partes no termo pelo qual se sujeitaram a estar pela decisão do Juiz conciliador, accordáram em não recorrer, a questão ficará finda, seguindo-se immediatamente a sua execução.

Se porém nada declararam, ou estipularam mesmo poder recorrer, seguir-se-hão os recursos legaes (art. 31 do Reg.).¹³

¹³ Este formulario de conciliação não se applica ao fôro da Capital Federal, nem ao Juizo federal, nem no dos Estados, onde a conciliação não entra na ordem do processo, como formalidade essencial. O decreto n. 1030 de 14 de Novembro de 1890 deu aos pretores a competencia de no civil conciliar as partes que expontaneamente comparecerem no seu juizo, e julgar por sentença as composições sobre objecto licito entre pessoas capazes de transigir (art. 50, § 1º). D'esta disposição não se infere a obrigatoriedade da conciliação, como formalidade preliminar e essencial antes da propositura de qualquer acção, conforme se praticava no processo antigo. Entretanto, se antes de proposta a acção, se depois, ou mesmo se no curso da acção, as partes quizerem se conciliar, ou fazer composição, podem se dirigir ao pretor e porão termo a demanda. N'este caso o pretor

Propositura da acção.

A acção ordinaria póde ser iniciada por uma petição articulada, ou a petição inicial póde reduzir-se simplesmente a requerer-se a citação do réo para vir propôr a acção.

No primeiro caso far-se-ha a seguinte

PETIÇÃO INICIAL.¹⁴

mandará tomar por termo nos autos as declarações dos litigantes. Assignado o termo por estes, ou seus procuradores legalmente habilitados, proferirá a sentença homologando a desistencia, conciliação, composição (*ou o que fôr*). *Pergunta-se*: E nas causas da alçada do Tribunal civil e criminal? Nada diz a respeito o decreto 1030 de 1890, mas *ex vi* do dec. n. 859 de 26 de Abril de 1890, em qualquer que seja o estado da demanda e qualquer que seja o juizo, é sempre salva ás partes, que estiverem na livre administração de seus bens e aos seus procuradores, legalmente autorizados, a faculdade de pôrem termo á causa por desistencia, confissão ou transacção, nos casos em que fôr admissivel, e mediante escriptura publica, termo nos autos, ou compromisso que sujeite os pontos contrevvertidos a juizo arbitral. *Outra questão*: Podem os tutores e curadores; os menores e interdictos, se utilizar d'esta faculdade? Quanto a estes, não, porque não dispõem livremente de seus bens, que são sujeitos á tutela ou curatella; quanto áquelles, com quanto não lhes seja, em regra, permittido transigir com os bens ou interesses de seus tutelados ou curatellados, comtudo, por excepção, ouvido o curador geral e precedendo licença do juiz, em processo administrativamente preparado, podem se utilizar quando, por exemplo, da utilização d'essa faculdade advierem vantagens para o menor ou interdicto. Fundo essa minha opinião no seguinte: Se precedendo licença do juizo pode o tutor ou curador intentar acções em nome de seu tutelado ou curatelado, é obvio que negada não lho deverá ser a faculdade a que se refere o dec. 359 de 1890 quando fôr reconhecida a sua conveniencia.

¹⁴ No fóro da Capital Federal a petição é dirigida ao juiz de direito da respectiva vara commercial, conforme a circunscripção. Isto, bem entendido, quando a causa é da alçada do juiz de direito no caso contrario a petição é dirigida ao pretor. A alçada do pretor é de 5:000\$000; art. 82, a alçada do juiz de direito é de mais de 5:000\$000. Ha alçada no juizo federal? Sim *ex vi* do art. 7, n. 11 do dec. 848 de 11 de Outubro de 1890, que diz: Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar em gráo de recurso e em ultima instancia as questões decididas pelos juizes de secção e de valor superior a 2:000\$000. E assim decidio o mesmo Tribunal: *Sent.* n. 53 de 22 de Novembro de 1863 no *Direito v.* 63. pag. 28. Ramalho (*Praxe Brasileira*, § 6) definindo a *competencia* e distinguindo-a da *jurisdicção* diz: A competencia é uma limitação de jurisdicção; e esta limitação pode ser relativa ao lugar, ás pessoas, ás causas sobre que se exerce, ou a outros juizes e tribunaes. Quando é relativa ás causas, toma o nome de alçada e quando a outros juizes e tribunaes, denomina-se instancia. Não é, porém, n'este sentido que se comprehende a alçada a que se referem os decrs. cit. 1030 e 848. *Alçada* aqui, é, como define Souza Martins (*Justiça Federal*, nota 19), o poder de conhecer da causa até certa somma sem recurso. Disposição processual, a alçada pode variar de Estado a Estado, conforme a respectiva lei de processo. — Se a petição de iniciação da acção ordinaria fôr dirigida á camara commercial, dirá o Auctor: Illmo. Ex Sr. Dr. juiz de direito da... vara commercial. Diz E. negociante em. que devendo-lhe F., morador em... com a profissão de... a quantia de... precisa propor contra o supplicado uma acção ordinaria em que provará: 1º... 2º... 3º... (seguem-se os artigos). E para isso o supplicado. requer a V. Ex. haja por bem (*ou*



Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... negociante estabelecido em... que devendo-lhe F... o supplicado seja compellido a pagar-lhe a referida quantia; quer o supplicante provar o seguinte:

morador em... com a profissão de... a quantia de... para que

1.º Que o supplicante estabelecido era... com o negocio de... n'elle vende a credito (ou á vista) suas mercadorias, conforme lhe convém.

2.º Que entre as diversas pessoas, quem vendeu a credito, se acha o supplicado que *em tal epocha* lhe comprou *taes ou taes objectos* constantes dos documentos *taes*.

3.º Que o supplicado jamais deu quantia alguma por conta (*ou apenas deu tanto*) restando ainda tanto.

4.º Que portanto deve o supplicado ser condemnado a pagar ao supplicante a referida quantia de... juros que se contarem (ou estipulados) e custas que accrescerem. Assim pois o supplicante.

P. a V. S. se digne mandar que distribuida esta se cite o supplicado para na primeira audiencia d'este Juizo vir se lhe offerecer a presente acção, ficando logo citado para todos os termos o actos judiciaes até final sentença e sua execução, sob pena de revelia.

se digne) mandar fazer a citação do supplicado. para na primeira audencia d'este juizo vir offerecer a presente acção, ficando deste logo citado para todos os termos e actos judiciaes até final sentença e sua execusão, tudo sob pena de revelia. P. deferimento, E R. M. — A parto vae ao juiz indicado; esto despacha: Como requer. *Data, rubrica*. Assim preparada a petição inicial, seguem-se os actos posteriores, citação, propositura da acção em audiencia, etc, conforme mostraremos no correr do formulario. — Se a causa for da alçada do pretor — aplicação será assim: Illm. Exmo Sr. Dr. Juiz de... Pretoria. Diz F... etc. Não ha distribuição para o escrivão, porque só existe um escrivão em cada pretoria. Se a petição inicial reduzir-se simplesmente a requerer-se a citação do réo para vêr propôr a acção, esta será, n'este caso por artigos de acção ordinaria apresentados em audiencia, sem alterar entretanto a formula do requerimento ao presidente da camara commercial, na distribuição do juiz a quem competir ordenar a citação.

E. R. M.

Assigna o Advogado nomeado na procuração que deve ir junta.¹⁵

N. B. Se o objecto do pleito fôr de natureza tal que tome necessarios exames em livros, vistorias, testemunhas fóra do lugar, depoimento do réo, ou quaesquer outras diligencias, o supplicante deve acrescentar o seguinte artigo:

5º O supplicante protesta por carta de inquirição, ou exame nos livros, ou depoimento do réo, sob pena de confesso, etc.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Distribuida, como requer. Data. — Rubrica.^{15A}

Distribuida a petição, a parte a entregará a um official do Juizo para fazer a citação.

¹⁵ A petição inicial, como a palavra está dizendo, é o requerimento em que o auctor, pedindo a citação do réu, se limita a indicar o contracto, transacção ou facto de que resulta seu pretendido direito, o conteúdo do pedido e as communicações que no caso couberem. Esta definição diz João Monteiro (*Obr. cit.*, v. II, p. 46, § 95, nota 1) comprehende o caso em que o auctor não prefira iniciar a acção pelo libello. No dominio da Ord., III, 20, que era o nosso Cod. do processo civil, a acção se iniciava por esta petição, em cujo final costumara o autor accrescentar que *a sua intenção melhor e detalhadamente exporia elle nos artigos do libello*, o qual offerecia na audiencia para que o réu fóra citado. Eram assim — a petição inicial e o libello — duas formulas distinctas do processo ordinario. Mas o Regul. n. 737 de 1850 creando o processo commercial, modificou este ponto do processo civil, sem todavia o abolir. Vide Regul. cit arts. 66 e 67.

^{15A} A distribuição só é necessaria quando na vara servem dois ou mais escrivães. O distribuidor, vendo o escrivão a quem toca, porá no alto da petição: — Distribulda ao escrivão F... Data. — Rubrica.

No caso de não haver distribuidor privativo, o Juiz fará a distribuição indicando tambem a que escrivão loca o feito.

Assim se pratica no juizo federal; o juiz seccional é o distribuidor. (N. do A.)

O official procurando o supplicado, lhe lerá a petição e seu despacho, e depois copiando a petição e despacho e pondo no alto d'esta copia a palavra — Contra-fé — a entregará ao réo ou a deixará ficar em sua casa, caso não a queira receber, e depois lavrará a seguinte

Certidão.

Certifico que em virtude da petição retro e seu despacho, fui a tal lugar e ahi citei F... em sua propria pessoa por todo o conteúdo na mesma petição e seu despacho, de que ficou bem ciente, e aceitou contra-fé (*ou não que acceitar a contra-fé que devidamente e lhe passei, e que deixei em sua casa*). O referido é verdade de que dou fé. Data.

F... Official de tal Juizo.

N. B. Se o réo não morar na cidade, villa ou seus arrabaldes da jurisdição do Juiz (porque n'este caso a citação deve ser feita por simples despacho — Art. 42 do Reg.), então o autor quando requerer a sua citação, o fará pelo modo seguinte:

P. a V. S. que, distribuida, se passe mandado para ser o réo citado afim de, etc...

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

D. Passe mandado na fórmula requerida. Data. — Rubrica

N. B. Todos estes despachos por abreviatura podem ser dados só com as iniciaes, por exemplo — D. — quer dizer — distribuida — C — cite-se — P. M. ——passe mandado —— autuada —, etc.

Mandando o Juiz passar mandado, o escrivão, a quem o feito fôr distribuido, o passará pela fórma seguinte

*Mandado de intimação.*¹⁶

O Dr. F... Juiz do Commercio de... etc.

Mando a qualquer official d'este Juizo que com este, por mim assignado, vá ao lugar de... onde reside F... (*ou onde fôr encontrado*) e ahi o intime para na 1^o audencia d'este Juizo que se seguir depois da intimação, ver offerecer uma acção ordinaria que lhe propõe F... pela quantia de... comminando-lhe a pena de revelia no caso de não comparecimento, e ficando logo citado para todos os mais termos e actos judiciaes até final sentença e sua execução. O que cumpra. Data. E eu F... escrivão o escrevi. *Rubrica do juiz.*

¹⁶ A citação por mandado tem lugar quando a pessoa que tem de ser citada é moradora fora do lugar da residencia do juiz, mas nos limites da sua jurisdicção. Regul. 734 de 1850 arts. 40 e 42. O que deve conter o mandado está especificado no art. 43 do referido Regul. João Monteiro (*Obr. cit.* II, § 86, nota). diz que no seu *projecto* não foi consignado este modo de citação, por lhe parecer que hoje desapareceram as razões que antigamente o motivaram. As distancias como que se encurtam pela facilidades das communicações, de sorte a não haver mínimo risco ou inconveniente em que os officiaes de justiça vão com as proprias petições, até as linhas extremas da comarca ou districio da jurisdicção do juiz. E acrescenta: "A citação por mandado hoje só serve para contrariar os principios informativos do processo". Sem contrariar a opinião do illustre mestre, ponderamos, contudo, que nas capitães ou grandes cidades, pode-se dispensar a citação por mandado, mas no interior e principalmente nas comarcas de grande extensão territorial, é sempre prudente, como medida acauteladora do direito, fazer-se a citação por mandado, ficando a petição autoada em cartorio. No fóro da Capital Federal, em regra, a petição e entregue ao official para fazer a citação. A certidão é lavrada no verso.

O autor dará este mandado a qualquer official do Juizo, o qual fazendo a citação e dando a contra-fé, passará a seguinte

Certidão.

Certifico que em virtude do mandado retro, fui onde mora F... (*ou fui a tal lugar, onde encontrei F...*) e ahi lhe intimei em sua propria pessoa o conteúdo do mesmo, de que ficou bem sciente, acceitando (*ou não acceitando*) contra-fé que lhe passei, o referido é verdade de que dou fé. Data.

F... Official de tal Juizo.

CITAÇÃO POR MEIO DE EDITAES

Se houver necessidade de fazer-se a citação por meio de Editos, por se darem os casos do art. 53 do Reg., seguir-se-ha o mesmo processo que para isso estabeleci no Juizo Conciliatorio, porque não ha nenhuma differença.

Dada a prova da ausencia, ou de qualquer dos casos mencionados n'esse artigo, e isto por meio de testemunhas ou documentos, o escrivão depois de tudo autuar, fará os autos conclusos ao juiz que, se julgar que não foi provado, dará a seguinte

Sentença de improcedencia.

Julgo improcedente a presente justificação, e por isso indefiro a pretensão do justificante, e o condemno nas custas. *Data.* —
Assignatura

O escrivão porá o termo de data ou publicação n'essa sentença,

Se provados estiverem es casos em que póde haver citação edital, o juiz dará a seguinte

Sentença de procedencia.

Visto provar-se pelo depoimento das testemunhas (*ou por taes ou taes documentos*), que o justificado F... se acha ausente (*ou o que fôr*), hei por justificado o deduzido na petição de fl... e passe-se carta de editos com o termo de... e pague o justificante as custas *ex-causa*. *Data* — *Assignatura*.

O escrivão porá o termo de publicação ou data n'este despacho, e passando os Editaes, seguir-se-ha tudo quanto mencionei no Juizo Conciliatorio.^{16A}

^{16A} Como dissemos em nota anterior, conservamos o formulario do A. sobre o juizo conciliatorio para aproveitar a parle das citações, com seus incidentes, e não sermos forçados a repetil-a. Entretanto, damos em seguida um modelo de citação por edital, como se pratica no foro da Capital Federal: *Tribunal civil e criminal. Camara commercial* Edital de citação com prazo de 30 dias ao ausente em logar incerto P., na fórmula abaixo. O Dr. F. juiz da Camara commercial do Tribunal civil e criminal da Capital Federal, etc. Faz saber aos que o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem, que, por este juizo e cartorio do escrivão que este subscreve por parte de F... foi-lhe dirigida a petição do teor seguinte: Illmo Exmo Snr. Dr. Presidente da camara commercial. Diz F. negociante estabelecido á rua... que devendo-lhe M. F... negociante estabelecido á rua... d'esta capital, e como o supplicado tenha-se ausentado para logar incerto e não sabido, o supplicado requer a V. Ex. haja do distribuir esta petição a um dos illustrissimos juizes d'esta camara, afim de que o supplicante seja admittido a justificar a ausencia do supplicado em logar incerto o não sabido, e depois de lavrados os editaes de trinta dias e decorrido o prazo, vir o supplicado na primeira audiencia d'este juizo responder aos termos de uma acção ordinaria, na qual se pedirá o pagamento do principal, juros da

mora e custas; sendo-lhe nomeado *curador a lide* á sua revelia, ficando desde logo citado para todos os mais termos e acções judiciais até final sentença e sua execução. P. deferimento D. esta ao escrivão respectivo. Rio... (Assigna o advogado). Despacho: Ao Snr. Dr. F. Rio... F. (Rubrica do presidente da camara commercial). Despacho: D. Como requer. Rio... F. (Rubrica do juiz da camara commercial). Distribuida ao escrivão F. Rio... O distribuidor F. Em vista do despacho retro o depois de designado o dia pelo escrivão para a referida justificação, justificou o supplicado achar-se o supplicante em lugar incerto e não sabido, em virtude do que mandei passar o presente edital pelo qual cito e chamo a este juizo no prazo acima, que correrá da primeira publicação d'este, o supplicado F. para na primeira audiencia d'este juizo, depois de findo o prazo que correrá na forma acima mencionada rir propor-lhe pelo supplicado uma acção ordinaria para ser compellido ao pagamento da quantia do... juros da mora e custas, ficando citado para todos os mais termos da causa e acções judiciais até final sentença e sua execução. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro aos (tantos de tanto). Eu F. escrivão o escrevi e assigno (Rubrica do juiz). Estava devidamente sel-lado na forma da lei. — Se a causa é da alçada do pretor, o edital é mutatis mutandis o mesmo, variando sómente na designação do juiz a quem a parte se dirige. Entretanto, para melhor esclarecimento, damos o theor do seguinte edital, sendo porém a citação para uma acção decendiaría ou de assignação de dez dias. É da 11ª pretoria: Omittimos os nomes das partes, por não haver necessidade de figurarem aqui:

11ª PRETORIA

Com o prazo de trinta dias, chamando o supplicado F. na forma abaixo. O Dr. Nestor Meira, juiz da 11ª pretoria da Capital Federal, etc.: Faço saber aos que o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem, que por parte de F..., credor de E..., me foi dirigida uma petição do teor seguinte: Exm. Sr. Dr. Juiz da 11ª pretoria. Diz F. que F., morador que foi a... lhe é devedor da quantia de oitocentos mil réis e os juros por uma leira que endossou, e como não tenha actualmente domicilio certo e conhecido, por isso requer o supplicante a Vossa Excellencia se digne admittir justificar-se a ausencia do supplicado em lugar incerto e não sabido, afim de se lavrar editaes de trinta dias, para findos elles vir o supplicado na primeira audiencia d'este juizo, fallar aos termos de uma acção decendial, ficando-lhe assignados dez dias para dentro d'elles pagar ou allegar e provar embargos e defeza que o relevem do pagamento, sob pena de revelia; sendo nomeado a sua revelia um curador *á lide* e afinal condemnado no pedido e juros estipulados até final embolso, ficando desde logo citado para todos os mais termos e acções judiciais até final sentença e sua execução. Nestes termos, pede deferimento. Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1896. O advogado, José Manoel Duarte Lima. Estava devidamente sellado na fôrma da lei. — presta petição foi proferido o seguinte despacho: Como requer. Rio, 10 de Maio de 1896 — *Nestor Meira*. Em vista do despacho retro e depois de designado o dia pelo escrivão para a referida justificação, justificou o supplicante achar-se o supplicado em lugar incerto e não sabido em virtude do que mandei passar o presente edital pelo qual cito e chamo a este juizo no prazo acima que correrá da primeira publicação d'este, o supplicado F. para na primeira audiencia d'este juizo, depois de findo o dito prazo que correrá na fôrma acima mencionada, vir assistir e vêr assignar lhe pelo supplicante o termo de dez dias para dentro d'elles pagar a quantia declarada na petição retro transcripta ou allegar embargos relevantes e para os demais termos o autos da causa até final sentença e sua execução. Dado e passado n'esta cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e dois de Junho de mil oitocentos e noventa e seis. Eu, José Cyrillo Castex, escrivão, o escrevi. — *Nestor Meira*. Estava devidamente sellado na fôrma da lei.

(*) A nova reforma judiciaria de 1903 aboliu a camara Commercial do Tribunal civil e criminal, substituido pelos tres juizes das varas commerciaes.

Passado o tempo marcado nos Editaes, o auctor, por seu procurador, irá á audiencia e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Estando findo o prazo de... que foi assignado a F... para ser citado editalmente por se achar ausente (*ou em lugar inaccessible, etc.*), requeiro que debaixo de pregão seja havido por citado e que se lhe nomeia curador para com elle correr o feito seus devidos termos.

O juiz verificando, por informação verbal do escrivão, que de facto o prazo está lindo, mandará apregoar pelo porteiro da audiencia o citado. Dando o mesmo porteiro sua fé de não comparecer o citado, o juiz declarará em voz alta, que julga a citação por feita e accusada, e que nomeia F... para curador, o qual prestará juramento.¹⁷

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiencia

Aos *tantos* dias do mez de... do anno de... em audiencia publica que era casa de sua residencia (*ou em tal parte*) fazendo estava o Dr. F... Juiz, comigo escrivão de seu cargo abaixo nomeado, ahi pelo advogado ou solicitador F... por (parte de F... foi accusada a citação feita edital a F... e requereu que debaixo de pregão fosse o mesmo havido por citado e á sua revelia se nomeasse curador, com quem corresse o feito; o que ouvido pelo dito Juiz e apregoadado c réo, não havendo comparecido,

¹⁷ O juramento está abolido, ou dispensado como consequencia da separação da Igreja do Estado. Os termos de juramento foram no processo substituídos pelos de affirmação. Por consequente, fica o leitor de sobreaviso, e prevenido, que deverá substituir pelos termos de affirmação, nos lugares em que o A. fallar em juramento.

foi deferido o requerimento e nomeado curador F... a quem mandou o mesmo Juiz que prestasse juramento. Do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Logo depois o escrivão dirige uma carta ao curador nomeado nos seguintes termos

*Carta de intimação.*¹⁸

Illm. Sr.

Tendo V. S. sido nomeado pelo meritissimo Sr. Dr. Juiz para ser curador no pleito que F... move contra F... á sua revelia, intimo a V. S. para que se dirija a este Juizo em *tal* dia e ás *tantas* horas afim de prestar o competente juramento. Data.

O escrivão F...

O curador nomeado (acceitando a nomeação) porá na mesma carta, que devolverá ao escrivão, a seguinte

Cota.

Fico sciente. Data. — Assignatura.

O escrivão unirá esta carta ao processo pelo seguinte

¹⁸ Esta carta póde ser substituida por uma certidão nos autos do escrivão, declarando que notificou ou deu sciencia ao curador de sua nomeação.

João Monteiro (*Obr. cit.*, II, § 84), observa que está ainda em uso se fazerem citações por *carta* do escrivão. O mesmo Cod. Comm., art. 842, reconhece esse meio. Orlando, nota 52 ao Regul. 737, ainda cita os arts. 133 e 134 deste Regul. Manifesto equivoco, pois alli se trata de *carta de inquirição*, que é cousa muito differente.

“Penso (conclue o illustre mestre) que fóra do caso figurado no Cod. Comm., não se devem admittir taes *cartas* (do escrivão) que foram pelo direito antigo introduzidas em consideração de certas *pessoas gradas*, distincção hoje abolidas.”

Termo de juntada.

Aos *tantos* dias do mez de... do anno de,. em meu cartorio junto aos autos a carta em frente, do que faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Se o curador nomeado não puder aceitar a nomeação, levará ao conhecimento do Juiz as suas razões, por meio de requerimento. Fará a seguinte

Petição.

Illm. Sr. Juiz.

Diz F... que tendo sido nomeado curador na causa de F... que á sua revelia contra elle propoz F... não póde o supplicante acceitar tal nomeação por (*taes ou taes motivos. Dará os razões*):

P. a V. S. que attendendo ao que allega, haja de nomear outro para o dito fim.

E. R. M.

Assigna.

O juiz, deferindo a petição, dará o seguinte

Despacho.

Como requer, attentas as razões que allega, e nomeio a F... que prestará juramento. Data. — Rubrica.¹⁹

¹⁹ A melhor pratica é o juiz despachar a petição mandando juntal-a nos autos, os quaes, sendo-lhe conclusos, por despacho nos autos fará a nomeação de outro curador.

O escrivão juntará esta petição aos autos e intimará ao novo nomeado, como fez ao primeiro, e este respondendo, também se unirá por termo de juntada a resposta aos autos.

Nomeado o curador, o escrivão lavrará o seguinte

Termo de juramento.^{19A}

Aos... dias do mez de... do anno de... em tal parte onde se achava o Dr. F. Juiz Commercial de... e onde eu escrivão de seu cargo fui vindo, presente F... o mesmo juiz lhe deferiu o juramento dos²⁰ Santos Evangelhos em um livro d'elles, em que poz sua mão direita e lhe encarregou que bem o fielmente servisse de curador no pleito que por este Juizo move F... contra F... E recebido por elle o dito juramento assim o prometteu cumprir e assignou com o Juiz. E eu F... escrivão o escrevi. Rubrica do Juiz. — Assignatura do Curador.

Assignado o juramento, correrá com elle o pleito como se fosse o proprio réo.

CITAÇÃO COM HORA CERTA.²¹

^{19A} Ordinariamente estes termos de juramento (para maior facilidade) são lavrados no cartorio dos escrivães, e mandados á casa do curador (que communto e advogado) para assignal-os, e depois então são rubricados pelo Juiz (*N. do A.*) Tal pratica deve ser abolida.

²⁰ Reporto-me á nota (17) sobre os termos de juramento. O termo de affirmação é *mutatis mutandis* o termo supra, supprimindo-se a parte referente ao deferimento do juramento aos Santos Evangelhos.

²¹ Damos o seguinte edital, interessante pelos incidentes, e que tem relação com a citação com hora certa. A citação é requerida na Camara Commercial de Tribunal e Criminal da Capital Federal em acção para interrupção de prescrição (*).

TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL.
CAMARA COMMERCIAL.

De citação com o prazo de 30 dias a F..., ausente em lugar incerto para sciencia da interrupção da prescrição de uma letra de seu acceite, na forma abaixo.

No caso de ser feita a citação com hora certa, como vem indicado na parte em que tratei da conciliação, será admittido o procurador que se apresentar voluntariamente para responder á acção com

O Dr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.: Faz saber aos que o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem, que por este juizo e cartorio do escrivão que este subscreve processam-se os autos de interrupção de prescripção em que é supplicante F. e supplicado F., foi-lhe pelo supplicante dirigida a petição do theor seguinte: Illm. e Exm. Sr. Dr. Presidente da Camara Commercial. Diz o Banco..., estabelecimento de credito n'esta cidade, á rua de... por seu presidente, que devendo-lhe F. a quantia de 16:000\$ por uma letra vencida em 25 de Junho de 1891 (doc. junto), requer a V. Ex. que haja de distribuir esta petição a um dos juizes d'esta camara, afim de que se digne elle mandar intimar o supplicado do protesto que faz o supplicante, pela interrupção de prescripção da dita letra, tomado previamente por termo nos autos o dito protesto. N'estes termos, pede a V. Ex. deferimento. Espera receber mercê. Rio de Janeiro, 17 de Junho de 1896. F. Despacho Ao Sr. Dr. Montenegro, Rio, 17 de Junho de 1896. Pitanga. Despacho: D. como requer. Rio, 19 de Junho de 1896. Montenegro. Distribuição: D. a C. Real, em 19 de Junho de 1896. O distribuidor interino, F. A. Martins. Certidão: Certifico que dirigindo-me por mais de tres vezes e em horas proprias á rua... n., para effectuar a intimação de F., me foi informado por pessoas de casa ter ido no dia 18 do corrente para o Estado de Minas, mas volta segunda ou terça-feira, por cujo motivo deixei de fazer a intimação ordenada. Rio, 19 de Junho de 1896. O official de justiça. Joaquim do Nascimento Natal. — Réplica: — Exm. Sr.: Á vista da certidão, deprehende-se que o supplicado occulta-se propositalmente, afim de evitar que seja intimado; digne-se V. Ex. ordenar que se faça a citação com hora certa, na fôrma da lei. Espera receber mercê. Despacho: Renove se a citação, cumprindo o official de justiça, em termos devidos, o seu officio. Rio, 19 de Junho de 1896. — *Montenegro*.

Termo de protesto de interrupção — Aos vinte de Junho de mil oitocentos e noventa e seis, n'esta Capital Federal, em cartorio compare eu F., presidente interino do Banco, e disse que pelo presente termo e na fôrma da petição retro, que offerece como parte integrante d'este termo, protesta interromper a prescripção da letra do acceite de F., do valor de dezeseis contos de réis. E de como disse o assigna. Eu, Luiz Gomes da Silva, escrevente juramentado, escrevi. E eu, Francisco de Borja de Almeida Côrte Real, escrivão, subscrevi. — F. — Certidão: Certifico que, dirigindo-me de novo á rua Theophilo Ottoni n., afim de intimar F., pelo conteúdo da petição e protesto, não me foi possível, pela razão de me ser informado pelo primeiro caixeiro da casa, de nome..., seu patrão estar no Estado de Minas. Rio, 20 de Junho de 1896 — *Joaquim do Nascimento Natal*. Réplica: — Exmo. Sr.: — Achando-se ausente, no Estado de Minas Geraes o supplicado F., como se vê da certidão supra, digne-se V. Ex. ordenar que se passem os editaes na fôrma da lei, com o prazo de 30 dias, visto não ser conhecido o lugar onde o mesmo se acha. E. R. Mercê. — Despacho. Passe-se. Rio, 22 de Junho de 1896. — *Montenegro*. Autoada a petição com os papeis que a instruem, e em virtude do despacho supra se passou o presente pelo theor do qual cito a F. para sciencia da interrupção de prescripção e termo n'este transcripto, sob pena de se proceder como for de direito. Para constar mandou passar o presente e mais dois de igual theor que serão publicados e affixados na fôrma da lei. Dado e passado n'esta Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brasil, aos 23 de Junho de 1896. E eu, Francisco de Borja de Almeida Côrte Real, escrivão, o subscrevi. — *Caetano Pinto de Miranda Montenegro*.

(*) A nova reforma judiciaria de 1905, abolio a Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal substituindo-a pelos juizes de 1.^a, 2.^a, e 3.^a, varas Commerciaes.

procuração bastante anterior e especial, e com elle correrá a causa. (Art. 15º do Reg.)

N. B. Se a questão versar sobre bens de raiz, e o réo fôr casado, será também citada sua mulher. (Art. 47 do Reg.)

Se o réo achar-se fóra do lugar onde a foi obrigação contrahida, poderá ser feita 1º citação na pessoa de seus mandatarios, administradores, feitores ou gerentes no caso em que a acção derivar de actos praticados pelos mesmos mandatarios, feitores ou gerentes. O mesmo terá lugar a respeito das obrigações contrahidas pelos capitães ou mestres de avios consignatarios ou sobre-cargas, não se achando presente o principal devedor, ou obrigado.^{19B}

A citação com hora certa é subsidiaria da citação, quando esta não se pode fazer por se occultar a pessoa, que tem de ser citada, ou seja o réo ou qualquer dos mandatarios e prepostos de que trata o art. 48 do Reg.^{19C}

CITAÇÃO POR PRECATORIA.

Á citação por precatoria tem lugar quando a parte, que tem de ser citada, se acha em jurisdição alheia á do Juiz perante o qual tem de responder.^{19D}

^{19B} Cod. Cmm. Tit. unico, art. 25; Regul. 737 de 1830, art. 48.

^{19C} Regul. 737 de 1730, arts. 46 e 49.

^{19D} Regul. 737 de 1850, art. 50. O que a precatoria deve conter as acha especificado no referido Regul. n. 737, art. 44. Cumprida a precatoria pelo juiz depreendo mandará este citar a parte por mandado nos termos do art. 43 e com hora certa nos do art. 46 do Regul. 737, conforme no caso caiba. Regul, cit., art. 51. Pode a parte oppor embargos dentro das vinte e quatro horas que se seguirem a citação, na fórmula do art. 52 de Regul. 737 de 1850. Se os embargos arguirem falta ou vicio de alguma solemnidade formal da citação ou manifesta incompetencia do deprecante, conhecerá delles o proprio deprecado; se forem concernentes a materia da causa, o deprecado os remetterá ao deprecante para que conheça delles. O processo desses embargos será o mesmo dos



O auctor para obter esta precatória fará a seguinte

Petição para citação por Precatoria.

Illm. Sr. Dr. Juiz.

Diz F... que querendo fazer citar a F... para tal fim (dirá o fim para que quer fazel-o citar), não o póde fazer senão por meio de Precatoria, visto achar-se elle em tal parte, jurisdição alheia a este Juizo; por isso

P. a V. S. se digne mandar-lhe passar a referida Precatoria.

E. R. M.

Assigna o advogado.

Despacho.

Passe-se a precatoria requerida. Data. — Rubrica.

O respectivo escrivão passará a seguinte

embargos a sentença. João Monteiro, Obr. cit., II, § 87, nota 4) diz a que "o art. 52 do Regai. 737 apenas falia do caso *de manifesta incompetencia do juiz deprecante*; mas alguns praxistas (V. g. Lobão, *Seg. Lin.*, art. 202, Moraes, *De Execut.* VI, I, n. 48) accrescentam o de falta ou vicio de formalidades extrinsecas." A nós parece, accrescenta o illustre mestre, que só neste ultimo caso é que se deverá commetter ao deprecado o conhecimento dos embargos, visto a regra que o próprio juiz é quem conhece de sua competencia, dando ás parles os recursos legaes. Mas como este está na lei e o outro é de justificação intuitiva, incluimos ambos no texto."

Assim deve ser, mas a pratica do furo tem-se limitado ao caso unico do art. 52 referido. Opinamos pela devolução da precatoria ao deprecante quando o deprecado reconhecer que faltam as solemnidades extrinsecas necessarias para o cumprimento da precatoria, quer seja a falta reconhecida prima facie pelo deprecado, quer por via de embargos.

*Precatoria para citação.*²²

O Dr. F... Juiz n'esta...

Ao Dr. F... Juiz de... Faço saber que por parte de F... me foi feito a petição do teor seguinte (transcreve-se a petição) na qual proferi o meu despacho do teor seguinte (*transcrevesse o despacho*) por bem do qual se passou a presente minha Carta Precatória, que sendo-lhe apresentada, por mim assignada, será servido pôr-lhe o seu — Cumpra-se — e em seu cumprimento ordenar a citação na mesma petição requerida: o que feito, será servido remetter a este Juizo para com ella seguir-se os devidos termos. O que assim cumprido fará serviço á Justiça e a mim mercê. Data. E eu F... escrivão o escrevi. — Assignatura do Juiz.

Remettida a precatoria e apresentada ao juiz deprecado, este, se houver no termo mais de um escrivão e distribuidor privativo, dará o seguinte

Despacho.

Distribuida, cumpra-se. Data. — Rubrica.

O distribuidor indicará o escrivão a quem couber.
Se não houver senão um escrivão dará o juiz o seguinte

Despacho.

Cumpra-se. — Data. — Rubrica.

²² Se as precatorias são dirigidas de Juiz inferior para superior, devem começar pelo nome do Juiz deprecado, por exemplo: Ao Dr. F... Juiz de ... Faço saber, etc. — Se são dirigidas de Juiz superior ou de cathegoria igual, começarão pelo nome do Juiz deprecado, como acima se vê. (*N. do A.*)

Se houver mais de um escrivão, no rosto da precatoria porá a seguinte

Nota.

Ao escrivão F... Data. — Rubrica.

Logo que ha a distribuição (ou sem ella, caso haja um só escrivão) o interessado dá a precatoria a um official de justiça para ir fazer a intimação; feita ella o mesmo official passará a seguinte

Certidão.

Certifico que em virtude d'esta precatoria e seu cumpra-se fui ao lugar tal e rua tal onde mora (*ou onde se achava*) F... de tal... e ahi o intimei por todo o conteúdo da mesma precatoria, de que ficou bem sciente. E d'esta lhe dei contrafé que recebeu (ou não quiz receber). O referido é verdade, de que dou fé. Data.

F... Official de Justiça de...

Feita a citação, vai a precatoria para o cartorio do escrivão, e no fim de 24 horas, não havendo requerimento da parte do citado, o escrivão lavra a seguinte

Certidão

Certifico que em meu cartorio decorreram 24 horas sem que apparecesse o deprecado ou seu procurador a requerer n'este Juizo. O referido é verdade, do que dou fé. Data.

O escrivão F...

Auctuada a precatoria, e tirando o escrivão o competente traslado, remette o original para o Juizo deprecante com o seguinte

Termo de remessa.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... e em meu cartorio remetto esta precatoria ao Juizo de onde veio. E para constar faço este termo E eu F... escrivão o escrevi.

Se o deprecado quizer oppor-se á citação por ter materia para embargos, pedirá vista logo que fôr citado, pela maneira seguinte:

Petição para pedir vista da Precatoria.

Illm. Sr...

Diz F... que tendo sido citado por precatoria vinda do Juizo de... e a requerimento de F... pede vista para embargos.²³

P. deferimento.

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

²³ Como a vista deve ser feita ao advogado do supplicante, é mister que elle logo o institua por meio de procuração e bem assim procurador judicial. (*N. do A.*)
Vide nota 19D.

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

O escrivão, recebendo a petição e procuração, jantará tudo aos autos por um termo e os fará logo com vista ao advogado na mesma procuração nomeado, pelo seguinte

Termo de revista.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em meu cartorio faço estes autos com vista ao Dr. P... de que faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

O advogado formulará seus embargos por meio de artigos.

Se a materia dos embargos fôr de evidente incompetencia do juiz deprecante, os embargos serão mais ou menos pela forma seguinte:

Embargos á Precatoria por incompetencia do juiz deprecante

Por embargos á precatória dirigida do Juizo de... a este Juizo, diz como embargante F... por esta e melhor forma de direito o seguinte:

E. S. C.

P. que sendo o Juiz deprecante o privativo do Commercio, a cuja jurisdição competem as causas que derivarem de direitos e obrigações sujeitas ás disposições do Cod. Com., comtanto que uma das partes seja commerciante, vê-se no emtanto que a acção proposta contra o embargante não se bazeando em nenhuma d'essas obrigações, não

póde jamais ser tratada no Juizo Commercial, e sim deve correr no Foro commum; tanto mais que

P. que ainda mesmo não se dan'do tal razão, quer o embargado, quer o embargante deprecante, não são commerciantes, qualidade exigida pelo art. 11 do Reg. de 25 de Novembro de 1850, e por isso do mesmo modo não poderá correr este pleito no Juizo Commercial.

N'estes termos pois:

P. que nos melhores de direito devem os presentes embargos ser recebidos e julgados provados afim de decretar-se a incompetencia do Juiz deprecante, e não produzir os seus effeitos a Precatoria.

P. R. C. de J.

P. P. N. N. e C.

Assigna o advogado.

A parte interessada, dentro das 24 horas, deve levar estes embargos ao cartorio do escrivão, o qual une-os aos autos pelo seguinte:

Termo de juntada.

Aos... dias do mez de... do anno de... em meu cartorio junto a estes autos os embargos em frente, do que faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Juntos os embargos aos autos e numeradas todas as folhas, escreverá a autuação, que será o rosto dos mesmos autos, pela maneira seguinte:

Autuação.

19...

Juzo de

F. 1

Escrivão F...

O Juizo de tal... Deprecante.

F... de tal... Deprecado.

Precatoria.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de...
aos... de... do dito anno n'esta... em meu cartorio me foram entregues a
Precatoria com (*o papeis*) que se seguem, que tudo autuei, cosi e
numerei. E para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Feita esta autuação fará o escrivão os autos
conclusos, pelo seguinte

Termo de conclusão.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em meu
cartorio faço estes autos conclusos ao Dr. F... Juiz de... do que faço este
termo. E eu F... escrivão o escrevi.

Conclusos em...

O Juiz vendo que os embargos provam
evidentemente a incompetencia do Juiz deprecante, dará
a seguinte

Sentença recebendo os embargos.

Recebo e julgo provados os embargos offerecidos á Precatoria, visto concluirem elles evidentemente a incompetencia do Juiz deprecante; portanto, mando que fique sem effeito a mesma precatoria, e condemno o embargado nas custas. Data. — Assignatura.

O escrivão põe o termo de data ou publicação n'esta sentença.

A parte interessada extrahe a sentença e com ella vai executar as custas.

Se os embargos não são de receber, porque são de materia que não diz respeito á competencia do juizo, o juiz dirá simplesmente, quando lhe forem os autos conclusos:

Despacho.

Remettam-se ao Juizo d'onde vieram. Data. — Rubrica.

O escrivão porá o termo de data ou publicação, e em seguida lavrará o seguinte

Termo de remessa.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em meu cartorio faço remessa d'estes autos ao Juizo de... E para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Tirando o traslado, que ficará em seu cartorio, mandará o original ao Juizo deprecante.

O procurador do autor, depois de devolvida a precatoria, na 1.^a audiencia accusará a citação, e irá a causa por diante á revelia do réo, se este não comparecer por si ou por seu procurador.

O autor póde começar a sua acção requerendo que o réo seja citado para ver propôr-se a acção, e então procederá pela seguinte forma:

Petição para ver propôr-se a acção.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... morador em... que elle quer fazer citar a F... morador em... para na 1.^a audiencia d'este Juizo ver propôr-se-lhe urna acção ordinaria pela quantia de... de que é devedor ao supplicante; portanto

P. a V. S. se digne mandar que, distribuida esta (se fôr caso d'isso), se faça a respectiva citação, sob pena de revelia, ficando desde logo o supplicado citado para todos os termos e actos judiciaes até final sentença e sua execução.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Distribuida, cite-se. Data. — Rubrica.

Feita a citação, e lavrada a competente certidão, na audiencia para a qual o réo foi citado, o sollicitador do

autor offerecerá, ou a petição em que já vem exposta a sua intenção, ou accusará simplesmente a citação.²⁴ No primeiro caso fará o seguinte

Despacho.

Por parte de F... accuso a citação feita a P... para fallar aos termos de uma acção ordinaria, offereço a petição pela qual foi elle citado, e requeiro que debaixo de pregão se haja a citação por feita e accusada, a acção por proposta, ficando assignados dez dias para a contestação.²⁵

O juiz mandará apregoar o réo pelo porteiro do auditorio, e não comparecendo, deferirá verbalmente ao requerimento.

O escrivão lavrará o seguinte.

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... n'esta... em audiencia publica que em casa de sua residencia (ou em tal parte) fazendo estava o Dr. F... Juiz de... e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado fui vindo, ahi compareceu F... como procurador de F... e por elle foi dito que para esta audiência trazia citado a F... para fallar aos termos de uma acção ordinária, e requeria que debaixo de pregão fosse a mesma citação havida por feita e accusada, a acção por proposta, assignando-se dez dias para a sua contestação. O que ouvido pelo dito Juiz e informado dos termos dos autos assim deferio. E para constar fiz este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

²⁴ Desde que o autor se apresenta no Juizo Commercial para propor sua acção, convém que logo nomeie advogados e solicitadores, e que sua procuração vá junta ao requerimento que sujeitar a despacho (*N. do A.*)

²⁵ Se forem muitos os réos, e não puderem todos ser citados para a mesma audiencia, serão accusadas as citações á medida que se fizerem, e a proposição da acção terá lugar na audiencia em que for accusada a ultima citação. (*N. do A.*)

Se o sollicitador limita-se a offerecer sómente a citação, deixando para a audiencia seguinte a propositura da acção, fará o seguinte

Requerimento verbal.

Para esta audiencia traz citado F... a F... para ver propor a acção ordinaria, cujos artigos se offereceram na seguinte audiencia, por não poderem ser n'esta por sobrevir (tal impedimento) e requeiro que debaixo de pregão se haja a citação por feita e accusada, ficando o offerecimento dos artigos para a seguinte audiencia.

O juiz mandará apregoar o réo.

Dando o porteiro das audiencias fé de que não comparece, o juiz deferirá e o escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiencia e accusação de citação.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em audiencia que em tal lugar fazia o Dr. F... Juiz de... e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado vim, ahi por F..., procurador do autor, foi accusada a citação feita a F... para na primeira audiencia ver propôr a sua acção ordinaria, requerendo que debaixo de pregão se houvesse a citação por feita e accusada. O que ouvido pelo dito juiz e informado dos termos dos autos, assim deferio. E para constar lavro este termo da cota tomada no protocollo das audiencias. Eu F... escrivão o escrevi.

Na audiencia seguinte o procurador do réu (que deve ter a contra-fé) se apresentará, e se a acção não

fôr proposta, requererá ser absolvido réunstancia, pela maneira seguinte:

Requerimento verbal para ser absolvido da instancia.

Tendo sido citado o meu constituinte F... por parte de F... como se vê da contra-fé que ajunto, para ver na presente audiencia propôr-lhe uma acção ordinaria, requeiro que seja o mesmo F... apregoadado, e não comparecendo, seja a citação havida por circumducta constituinte absolvido da instancia e condemnado o autor nas custas.

O juiz mandará apregoar o autor, e verificado que este não comparece, por fé dada pelo porteiro, defere ao requerimento. O escrivão lavra o seguinte

Termo de audiencia de não comparecimento do autor e de ser o réo absolvido da instancia.

Aos dias do anno de... n'esta... em audiencia que em tal parte fazia o Dr. F... Juiz e onde eu escrivão fui vindo, ahi por F... procurador de F... foi dito que havendo seu constituinte sido citado a requerimento de F... para ver na presente audiencia propôr-lhe uma acção ordinaria, requeria que fosse o mesmo apregoadado, e não comparecendo, ficasse a citação circumducta, sendo seu constituinte absolvido da instancia. O que ouvido pelo dito juiz, informado dos termos dos autos e da contra-fé que foi apresentada, e que ao diante se segue, debaixo de pregão, deferiu na forma requerida e condemnou o autor nas custas. Do que faço este termo da cota tomada no protocollo das audiencias. Eu F... escrivão o escrevi.

O escrivão junta a contra-fé aos autos por termo de juntada, e o autor não pôde novamente citar o réo,

sem mostrar ter pago ou depositado as custas. (Art. 88 do Reg. de 28 de Novembro de 1850).

Se, porém, o autor comparece, propõe a acção, offerecendo os artigos que devem ser feitos e assignados pelo advogado constituido na procuração.

Os artigos serão offerecidos pela maneira seguinte:

Offerecimento dos artigos.

Por parte de F... offereço os artigos de acção ordinaria contra F... e requeiro que, debaixo de pregão, sejam os mesmos havidos por offerecidos, ficando assignados ao réo os dez dias da lei para sua contestação.

O juiz manda apregoar o réo e defere o requerimento.

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia que em tal lugar fazia o Dr. F... Juiz de... e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado fui vindo, ahi pelo sollicitador F..., por parte de F... seu constituinte, foi dito que offerecia os artigos de acção ordinaria contra F... e que debaixo de pregão fossem os mesmos havidos por offerecidos, ficando ao réo assignados os dez dias para a sua contestação. O que ouvido pelo dito juiz, debaixo de pregão deferiu na forma requerida. E

para constar faço este termo tirado da cota por mim tomada no protocollo das audiencias. Eu F... escrivão o escrevi.

Depois por termo de juntada unirá aos autos os artigos, que poderão ser, segundo as circumstancias, pela maneira seguinte:

Artigos em acção ordinaria.

Por artigos de acção ordinaria diz F...

Contra

F... por esta e melhor forma de direito o seguinte:

E. S. N.

1.º

P. que o réo F... vendeu ao autor o seu estabelecimento de... sito á rua de... numero... por escriptura publica de... (tantos) e pelo preço de... sendo que só no dia tantos de tal mez deveria ser entregue o referido estabelecimento ao autor comprador, e por este então pago o dito preço.

2.º

Que n'este contracto se estipulou a pena convencional de... contra aquelle que o deixasse de cumprir.

3º

Que no dia tantos apresentou-se o autor (ou F... procurador do autor competentemente autorizado) no estabelecimento para o receber e pagar o preço ajustado, mas

4.º

Que o réo longe de o entregar, recusou-se inteiramente a fazel-o debaixo de frivolos pretextos, e do mesmo modo recusou-se a pagar a quantia da multa convencionada, por tanto

5.º

Que por haver assim o réo rescindido o contracto por arrependimento, incorre na pena convencional de...

6.º

Que recebidos os presentes artigos devem ser afinal julgados provados para o fim de ser o réo condemnado a pagar ao autor a quantia pedida de... e nas custas.

P. R. e C. de J.

P. P. N. N. e C.

Protesta-se pelo depoimento do réo, sob pena de confesso, carta de inquirição e todo o genero de provas. E. C.

Assigna o Advogado.

Juntam-se a estes artigos todos os documentos que provem a intenção do autor.^{25A}

^{25A} Quando a acção ordinaria é proposta por meio de artigos separados da petição inicial e offerecidos em audiencia, na forma do art. 68 do Regul. 737, remissivo aos arts. 66 e 67 do mesmo Regul., toma o nome de acção de libello, que João Monteiro define — é a deducção escripta, articulada ou não, da acção do autor, em que conclue pedindo a condemnação do réu. Esta definição, diz o illustre mestre (Ob. cit., II, § 97 ut.), é o compendio de varias definições dos DD. Paula Baptista, § 102 e Ramalho Praxe, § 125, definem — Libello é o acto pelo qual o autor propõe por escripto e articuladamente a questão, que se ha de tratar em juizo e conclue pedindo a condemnação do réu.

Justificando sua definição, João Monteiro accrescenta: dizemos deducção escripta, porque na propria etymologia do vocabulo *libello*, *a libro*, vê que não póde deixar de ser escripto, como explicitamente prescrevia a Ord. III, 30 pr. e tit. 30. Dizemos articulada ou não porque o art. 66 do Regul. 737 permite que o libello não seja articulado. Na mesma nota ao § anterior dissemos ser melhor estylo redigir por artigos o libello o assim

O escrivão juntando todos os papeis em forma de caderno, e numerando-os, fará na primeira folha (que ficará servindo de rosto dos autos) a seguinte

Autuação.

19..

Juizo de

F 1.

Escrivão F...

F... de tal... A.

F... de tal... R.

Acção Ordinaria.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos tantos dias do mez de... do dito anno n'esta... em meu cartorio autuei a petição e mais papeis que se seguem: do que para constar fiz este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

N. B. Esta autuação póde tambem conter o termo de audiencia da propositura da acção, sendo pela maneira seguinte:

Anno do nascimento, etc , aos... em audiencia do Dr... juiz de direito de *tal* vara pelo solicitador F... procurador de F.. foi dito que por parte d'este trazia citado a F... para fallar aos termos de uma acção ordinaria na forma da lei. Ao que o Juiz informado dos termos dos autos, e debaixo de pregão deferio, do que faço este termo de audiencia por estar

é porque de tal arte se torna mais facil sujeitar á prova os factos originarios da acção. O que deve conter o libello encontra-se no art. 66 do Regul. 737.

tomado no protocollo d'ellas, ao que me reporto, e ao diante junto a petição da acção, depoimento e mais documentos que foram offerecidos n'esta audiencia. Eu F... escrevão o escrevi.

Advirta-se que, se a autuação se fizer pela maneira indicada em segundo lugar, não será mais preciso o termo de audiencia, em que se mencione a propositura da acção; mas se fôr simplesmente autuação mencionando apenas a juntada, petição e mais documentos, então é indispensavel que o escrevão estenda o termo da audiencia, pela qual conste o offerecimento da acção, e ficarem assignados os dez dias para a sua contestação.

Logo que fôrem assignados os dez dias ao réo para contestar a acção, deverá elle ir a um Tabellião, e passar procuração, onde nomeie dois advogados e dois sollicitadores, ou mais (se quizer), podendo tambem nomear algum procurador em particular.²⁶

Passada a procuração, o advogado do réo fará a seguinte

Petição para pedir vista.

Illm. Sr. Dr. Juiz.

Diz F... que quer haver vista dos autos de acção ordinaria que contra o supplicante propoz F... por este Juizo e Cartorio do escrevão F... Para isso

²⁶ Este conselho do A. é para os logares onde ha abundancia de advogados. Lugares ha, porém, onde não existe nenhum, ou existe um só que toma o patrocínio do uma das partes; n'este caso, póde a propria parte ou qualquer cidadão, assignando termo de responsabilidade, defender o seu direito com permissão do Juiz.

P. a V. S. se digne mandar, que juntando o escrivão a procuração e contra-fé aos autos, os continue com vista ao advogado nomeado.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

Advirta-se que todas as petições iniciais das causas, e todos os articulados e allegações, que se fizerem nos autos, deverão ser assignados por advogados salvo não havendo advogado no auditorio, ou não querendo prestar-se ao patrocínio da causa nenhum dos que houver, ou não sendo elles da confiança da parte (art. 103 do Reg.).

Dando-se o caso de que acabo de faltar, assignará o procurador judicial, nomeado na procuração; porque, além de advogados nomearão as partes procurador judicial, que será sempre um dos sollicitadores do Juizo (art. 104 do Reg.).

Mas acontecendo ainda não haver sollicitador no auditorio, ou não querer acceitar a procuração, ou não merecer a confiança da parte, esta impetrará licença do Juiz para assignar suas petições e articulados.

A petição para conseguil-a será pela maneira seguinte:

Illm. Sr. Dr...

Diz F... que na causa em que contende com F... (ou na causa que lhe propoz F...) acontece não haver no auditorio advogado que se queira encarregar do seu patrocínio (*ou acontece não ter o supplicante confiança no advogado, que se poderia encarregar de seu patrocínio, ou como fôr*) por isso o supplicante

P. a V. S. se digne conceder-lhe licença para assignar suas petições, articulados, etc, o sollicitador d'este Juizo F... procurador Judicial do supplicante, e constituido na procuração.

E. R. M.

Assigna.

O juiz n'esta petição (segundo as circumstancias) póde mandar informar o Escrivão e lançar mão de outros meios, que impossivel seria aqui indicar, para certificar-se da verdade.

Reconhecendo porém ser exacto o allegado, dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

O escrivão unirá por termo de juntada esta petição aos autos, e d'ahi por diante assignará o sollicitador.

Note-se que o mesmo que se dá com o advogado, póde se dar com o sollicitador tambem, e então a parte requererá poder ella mesma assignar.

Comtudo só aos advogados poderão os escrivães mandar os autos com vista, ou em confiança, debaixo de protocollo, sob pena de responderem pelo descaminho ou pelas despesas na cobrança, ás partes interessadas, além da pena de suspensão (art. 112 do Reg.).

Indo, pois, os autos com vista ao advogado, se não quizer aceitar o patrocínio da causa, virá com a seguinte

Cota nos autos.

Por taes ou taes motivos (*deverá declaral-os*) não posso aceitar o patrocínio d'esta causa. Requeiro que passem os autos ao segundo advogado nomeado (*quando haja outro nomeado, ou que a parte nomeie novos advogados, quando não houver nomeados*).

Assigna.

O escrivão põe o termo de data e abre o termo de conclusão.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Na forma da cota. Data. — Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação.

Se a cota foi sómente para os autos passarem ao segundo advogado, o escrivão, logo que pozer o termo de publicação no despacho do juiz, abrirá termo de conclusão ao juiz.

Este deferirá na fôrma da cota, e o escrivão, depois de pôr o termo de publicação no despacho, os fará com vista ao segundo advogado.

Se a cota porém tiver sido simplesmente escusando-se do patrocínio da causa, a parte imediatamente nomeará novos advogados, e com a sua procuração fará ao juiz a seguinte

Petição para juntar nova procuração.

Illmo. Sr. Dr...

Diz F... que na causa em que contende com F... (*ou que lhe propoz F...*) tinha nomeado o supplicante para seus advogados F... e F... e, como estes se escusassem do patrocínio, nomeou o supplicante novos; e por isso

P. a V. S. que mandando juntar a sua procuração aos autos, o respectivo escrivão dê vista d'elles aos novamente nomeados.

E. R. H.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

O escrivão por termo de juntada une a petição e procuração aos autos, e os faz com vista por termo ao advogado novamente nomeado.

Se o advogado porém, que se despede do patrocínio da causa, já a tiver aceitado, n'este caso fará a seguinte

Cota

Não posso continuar no patrocínio d'esta causa por *taes ou taes motivos*. Requeiro seja a parte intimada para nomear novos advogados.

Assigna.

O escrivão põe o termo da data n'esta cota, e abre o termo de conclusão. O juiz deferirá da maneira seguinte:

Despacho.

Na fôrma da cota. Data. — Rubrica.

O escrivão porá o termo de publicação, intimará a parte para nomear novo advogado, do que lavrará a seguinte

Certidão de ser intimada a parte para nomear novo advogado.

Certifico que intimei a F... o despacho supra (*ou retro*) afim de nomear novo advogado na causa em que contende com F... (*ou que lhe propos F...*). O referido é verdade, do que dou fé. Data.

O escrivão F...

N. B. Esta intimação é á custa do advogado, que, se não a fizer, soffrerá a pena de responder á parte pelos prejuizos resultantes (art. 109 do Reg.).^{26A}

Intimada assim a parte, até á primeira audiencia nomeará novo advogado em procuração, que será junta aos autos pela maneira seguinte:

Petição para juntar-se aos autos nova procuração.

Illm. Sr. Dr...

Diz. F... que na causa em que contende com F... (*ou que lhe propoz F...*) foi o supplicante intimado para nomear novos advogados, visto o nomeado se haver escusado do patrocínio da causa; e como o supplicante o tenha feito por meio da procuração junta

P. a V. S. se digne mandar que o escrivão respectivo a una aos autos para constar.

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

^{26A} Depois do advogado ter acceilado o patrocineio de uma causa não pode mais delle recusar-se salvo por motivo justo e jurado. N'este caso fará intimar á sua custa á parte para constituir outro advogado. Acc. do Sup. Trib. Fed. de 11 de maio de 1904, na App. Civ n. 776.

O escrivão junta por termo de juntada a petição e procuração, e faz termo de vista ao novamente nomeado.

Se acontecer até á primeira audiencia a parte não ter nomeado novo advogado, a parte contraria fará em audiencia o seguinte

Requerimento verbal.

Tendo sido intimado F... na causa em que contende com F... (ou que lhe propoz F...) meu constituinte para nomear novos advogados, e não constando dos ditos autos que o tenha feito, requeiro que debaixo de pregão seja o mesmo lançado, seguindo a causa á sua revelia.

O juiz, verificando ser exacto, mandará apregoar o citado e deferirá o requerimento. O escrivão fará o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia que em tal lugar fazia o Dr. F... Juiz de... e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado fui vindo, ahi pelo sollicitador F... foi requerido que por parte de F... seu constituinte, havendo sido citado F... para nomear novos advogados, e não o tendo feito, sob pregão fosse lançado, proseguindo a causa á sua revelia. O que ouvido pelo dito juiz e informado dos termos dos autos sob pregão, assim o deferio. Do que para constar faço este termo da cota tomada no das audiencias. E eu F... escrivão o escrevi

Segue, pois, a causa á revelia.

DAS EXCEPÇÕES

Se porém não se der nenhum d'estes incidentes, de que acabo de tratar, indo os autos com vista ao advogado do réo, este deve vir com seus artigos de contestação; mas, se tiver materia para alguma excepção, deverá fazel-o, antes de contestar.²⁷

²⁷ Vide Regulamento n.º 737 de 25 de Novembro de 1880, cap. V, Das excepções, art. 74 e segs. O dec. n.º 763 de 19 de Setembro de 1890 manda applicar no processo, julgamento e execução das camaras civeis em geral as disposições do Reg. 737 de 1850 com algumas excepções, continuando em vigor os processos especiaes não comprehendidos no mesmo regulamento. No art. 3.º, dispõe o dec. 763 de 1890: A excepção ou allegação de incompetencia, sob o fundamento de ser a causa civil ou commercial, não pode ser opposta depois da contestação; e sendo ommitida ou julgada improcedente, não se annullará mais o feito, por motivo d'essa incompetencia, nem *ex officio*, nem a requerimento das partes. Vide sobre materia de *suspeições*, Souza Martins, Justiça Federal, art. 137 e seguintes. Ramalho (*Praxe Brasileira*, § 230) diz: Excepção e toda a defeza do réo que não entra na cathegoria da litis contestação puramente negativa, deduzida por artigos, pela qual elle si; propõe ellidir ou deferir a acção do auctor. E como o réo exercitando as suas excepções, obsta ou embarga a acção com novos factos e considerações, que dão direito a uma pretensão distincta da acção proposta e que e susceptivel de uma nova demonstração e verificação, toma elle na demanda uma posição activa que lhe impõe a obrigação de provar a sua pretensão nova; e por isso disse J. C. Ulpiano: *num reus in exceptione actor est*. Dividem-se as excepções em *dilatorias*, *peremptorias*, *anomalas*, *perpetuas*, *reaes*, *pessoaes*, *prejudiciaes*. No fôro commercial, porém, são admissiveis sómente as de incompetencia, suspeição, illegitimidade de partes, litispendencia, e cousa julgada; todas as mais constituem materia de contestação. Vide este A, e para melhor completar o estudo Vide *Primeiras Linhas do Processo civil* de Pereira e Souza accomodadas ao fôro do Brazil por Teixeira de Freitas, cap XIII, § CXL e notas. Este J. C. aparta-se de Ramalho e Moraes Carvalho na maneira de considerar a excepção, conforme verá o leitor compulsando a obr. e loc. cit. Seguimos opinião contraria á de Teixeira de Freitas. Preferimos a de Ramalho, porque a excepção é um meio de defeza, não é propriamente uma acção, e por isso mesmo o réo não perde a situação juridica de réo, nem mesmo faz as vezes de auctor, ou passa a ser auctor. Vide nota 312, pag. 135, das *Prim. Linh.* de Teixeira de Freitas, ed. de 1880. Entre outros corolarios, tira este J. C. o seguinte: "Nada portanto mais erroneo, que vêr nas excepções materia de defeza, como se tem visto no Reg. 737 do 25 de Novembro do 1850, art. 75, e no decreto n.º 4824 de 22 de Novembro de 1871, art. 63, § 8, a não entender-se que o réo se defende atacando." Sem duvida, que o réo póde defender-se atacando, por meio da excepção. E um direito de defeza, que o réo usará como entender mais conveniente e do melhor modo. O ataque como defeza não transforma a natureza da excepção, nem desnatura a posição do réo na acção.

João Monteiro (*Obr. cit.*, II, § 108), defino a excepção — a indirecta contradicção do réo á acção do auctor, por meio da qual se perime a mesma acção ou apenas dilata o seu exercicio. Em nota accrescenta: Diz-se *indirecta contradicção* em face da contestação ou contrariedade. Atacar directa ou indirectamente a acção é o que descrimina a *contrariedade* das *excepções*. Diz-se perime a acção ou apenas dilata o seu exercicio para alludir a divisão das excepções em *peremptorias* e *dilatorias*.

No § 110 da sua Obr. cit., diz o illustre mestre que esta divisão tem hoje, na pratica do processo, merecimento puramente historico. O Regul. 737 de 1830, que é o regulador da

As excepções nas causas commerciaes so têm lugar: 1.º por incompetencia e suspeição de juiz; 2.º por illegitimidade das partes; 3.º quando ha litispendencia; 4.º por cousa julgada.

As outras excepções, ou dilatorias ou peremptorias, constituem materia de defeza e serão allegadas na contestação.

As excepções, que respeitam á pessoa do juiz serão oppostas em primeiro lugar e são inadmissiveis depois de outras ou com outras.

A de suspeição precede a de incompetencia.

As demais devem ser oppostas conjunctamente no termo assignado para a contestação, e não podem ser admittidas depois d'ella, ou do lançamento respectivo.

Como a excepção de suspeição é a que precede a todas, vou d'ella tratar em primeiro lugar.

Excepção de suspeição.²⁸

materia, de modo indistincto só distingue as excepções substantivamente, isto é, pela influencia illisiva ou prorogativa que exerçam sobre a acção proposta e por isso se dizem *peremptorias* ou *dilatorias*. Adjectivamente, isto é, quando no processo, tem todas uma forma só, salvo a de suspeição. *Vide* o cit. Regul. 737, arts. 74 a 95. No processo commercial só tem lugar as excepções mencionadas no art. 74 do Regul. 737.

²⁸ (28) A suspeição é legitima sendo fundada nos seguintes motivos: inimidade capital; amizade intima; parentesco por consanguinidade ou afinidade até ao segundo gráo, contado segundo o direito canonico; particular interesse na decisão da causa. Regul. 737 de 1850, art. 86. O decreto 848 de 11 de Outubro de 1890, art. 133, reproduzio a disposição do art. 86 do Regul. 737 de 1850, alterando porém a parte referente ao parentesco que manda contar pelo direito civil até o segundo gráo, que corresponde ao 1.º de direito canonico. *Vide* o meu *Casamento Civil*, comm. e annot. ao dec n.º 181 de 24 de Janeiro de 1890, 3.º ed. comm. 14 ao art. 7.º, onde vem explicadas minuciosamente as relações de parentesco por direito civil e canonico — Qualifica-se inimigo capital o que matou ou mal ferio, ou aleijou, ou commetteu grande furto, roubo, injuria ou adulterio, ou tratou alguma causa crime ou civil de todos ou da maior parte

Esta suspeição deve ser offerecida por advogado em audiencia, o qual, depois de pedir venia, lerá os seguintes

Artigos de suspeição.

Por artigos de suspeição posta ao Sr. Dr. F... Juiz de... diz F... o seguinte;

1.º

Que o dito juiz é inimigo capital do Excepiante por *tal ou tal motivo*.

2.º

Que tanto esta inimizade é patente, que até entre o Excepiante e aquelle juiz houve já tal ou tal acontecimento (*divise-ha o acontecimento*).

3.º

Que... (*Dir-se-ha tudo quanto puder provar, inimizade capital, ou amizade intima, ou parentesco por consanguinidade, ou afinidade, ou particular interesse na decisão da causa*). N'estes termos

dos bens contra a parte, ou contra sua mulher, filho, neto ou irmão, sendo a causa da inimizade antecedente á proposição da acção e não procurada de proposito. Ord. 1. 3, tit. 56, § 7, tit. 58, § 8. Pereira e Souza, *Linh. Cívica*, nota 477.

João Monteiro (*Obr. cit.*, II, § 112) observa:

“Convem saber que a causa da suspeição não é mera criação da vontade ou capricho do réo; por outra, não basta parecer ao réo que o juiz não offerece sufficiente garantia de imparcialidade, para que o possa averbar de suspeito. Nem tão pouco depende da susceptibilidade do juiz o se declarar elle suspeito. A lei e a doutrina firmaram em quatro as causas geraes da suspeição, as quaes, como diz Ramalho, são como fontes d'onde emanam todas as especies, a saber: *odio, amor, temor e cubiça*. O art. 135 do dec. n.º 5618 de 2 de Maio de 1874, que deu o ultimo regimento as Relações do Imperio, e que ainda vigora neste Estado de S. Paulo, pode servir de exemplar na indicação das causas de suspeição.”

Em nota 6, acrescenta:

“O Regul. 737, art. 95, diz que a suspeição não tem lugar na execução salvo a respeito dos embargos de terceiro e preferencias. Era excusado dizel-o, porque assim está nos principios. A suspeição não tem lugar na execução porque só póde ser arguida initio litis, mas pode-o ser pelo terceiro embargante ou pelo preferente porque estes só então entram em juizo. Excusado é dizer que, não obstante aquella regra fundamental, em qualquer termo da causa se póde oppôr a suspeição nascida de motivo superveniente.”

4.º

Os presentes artigos devera ser recebidos e julgados provados para assim se declarar suspeito o Dr. Juiz, remettendo immediatamente o escrivão os autos á autoridade competente.

P. R. e C. de J.

P. P. N. N. G.

Assigna o advogado.

Se o juiz reconhece a suspeição dirá — Reconheço ser suspeito, o que juro. O escrivão officie a quem de direito competira decisão d'esta causa.²⁹

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em audiencia publica que em casa de sua residencia (*ou em tal lugar*) fazia o Dr. F... Juiz de... e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado vim, ahi

²⁹ Não é essencial a formula do juramento, bastando a declaração do reconhecimento da suspeição. Silva Ramos (Manual Prat. do Proc. comm.) da o seguinte formulario, que poderá ser de preferencia adoptado: Feito o requerimento verbal em audiencia entregará o advogado a excepção, que deve ser feita assim:

Por excepção de suspeição, diz Gustavo de Faria

Contra

O Dr. F. juiz commercial d'esta cidade (*ou villa*), o seguinte;

E. S. N.

P. que o Dr. F. Juiz commercial d'esta cidade (*ou villa*) o inimigo capital do excepiente Gustavo de Faria; porque (*declara-se hão os actas dos quaes se conclua a inimizade*).

P. (*e em iguaes artigo deduzir-se-ha toda a materia da suspeição que se fundar em qualquer dos motivos enumerados na art. 86 do regul. 737 de 1850*). N'estes termos

P. que conforme os de direito, a presente excepção ha de ser recebida e afinal julgada provada para o effeito de ser declarado o juiz commercial d'esta cidade, Dr. F., suspeito ao excepiente e condemnado nas custas, devolvendo-se a causa ao respectivo substituto.

P. R. e C. de J.

E. C.

Testemunhas:

F. F. F.

(Assigna o advogado.)

pelo advogado F... foi opposta n'esta causa a suspeição ao mesmo Juiz, e offerecidos os artigos ao diante, que foram lidos, e tendo o dito Juiz reconhecido e jurado a referida suspeição, mandou juntar os artigos aos autos e que eu escrivão officiasse ao seu substituto, a quem pertence a decisão do feito. Do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Logo em seguida o escrivão une aos autos por um termo de juntada os artigos de suspeição, e dirige ao substituto, que tem de tomar conhecimento do feito, o seguinte

Officio dirigido ao substituto que tem de julgar a causa por suspeição

Competindo a V... na qualidade de substituto do Dr. F... Juiz do Commercio de... a decisão do feito entre partes F... e F... por se haver aquelle dito Juiz reconhecido suspeito, isto mesmo communico a V... para sua intelligencia. Deus guarde a V... Data. O escrivão F....³⁰

Dirigido este officio deve o escrivão certificar nos autos a sua remessa para assim cumprir-se o disposto no artigo 82 de Regulamento.³¹

³⁰ A formula "Deus guarde a V." é substituida hoje pela seguinte: *Saúde e fraternidade*, que traz em si certo sabor positivista, mas não é obrigada, e melhor será que se dispense.

³¹ Algumas pessoas são de opinião que, não só não é necessário mandar-se o officio, bastando o termo de conclusão, como que quando mesmo se mande tal officio, não seja necessario certificar o escrivão a sua remessa: no emtanto como o art. 82 do Reg. muito expressamente falia de officio, creio ser a maneira acima indicada a melhor para tirar toda e qualquer duvida (*N. do A.*).

Silva Ramos (Man. Prat. do Proc comm.) tambem suffraga esra opinião e aconselha que em cumprimento da determinação do Juiz (que reconhece a suspeição) e do disposto no art. 82 do Regul. 737 de 1850, o escrivão fará e dirigirá ao substituto o officio, cujo theor poderá ser assim: Illm. Snr. Tendo-se reconhecido suspeito o Sr. Dr. F. juiz commercial d'esta cidade (*ou villa*) na causa entre partes Amaro da Veiga e Gustavo de Faria, compete a V. S. a decisão da mesma causa. Data. Illm. Snr. F. 1.º substituto do juiz commercial. *O escrivão F.*" A parte interessada no andamento da causa deverá fazer ao substituto a seguinte petição: Illm. Snr. juiz commercial substituto. Diz. F. que competindo a V. S. despachar na causa em que o suppte contende com F. por se haver reconhecido suspeito o juiz Dr. F., quer o suppte fazer citar o suppdo para vêr correr o feito n'este Juizo; e P. a V. S. que se digne mandar fazer a citação pretendida, declarando o dia e hora de suas audiencias. E. R. M. — O juiz dará o seguinte despacho:

Certidão de haver o escrivão officiado ao substituto que tem de decidir o feito em que o Juiz se reconheceu suspeito.

Certifico que em data de... officiei ao Dr. F... substituto do Dr. F... Juiz, fazendo-lhe saber que lendo este reconhecido a suspeição, que lhe fóra oposta no feito entre partes F... e P.. na qualidade de substituto, lhe pertencia a decisão do mesmo feito. O referido é verdade, de que dou fé. Data. O escrivão F...

Depois d'este officio correrá a causa perante o novo juiz sem a menor alteração.

Se o juiz não reconhecer a suspeição, mandará juntar os artigos aos autos, e que sejam remetidos á auctoridade a quem competir o conhecimento da suspeição.

Termo de audiencia de não reconhecimento de suspeição.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em audiencia publica que em casa de sua residencia (ou em tal lugar) fazia o Dr. F... Juiz e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado vim, ahi pelo advogado F... procurador de F... foi oposta ao mesmo Juiz a suspeição constante dos artigos ao diante, que foram offerecidos, e não havendo o dito Juiz se reconhecido suspeito, mandou que juntos os artigos aos autos, ficasse a causa suspensa até á decisão da suspeição, remetendo-

Cite-se e marco taes dias, ás tantas horas para as minhas audiencias, em *tal parte*. Data. Rubrica Feita a citação e junta aos autos por termos de juntada, corre a causa perante o novo juiz, como correria perante o suspeito. Se o réo se occulta ou está ausente em lugar incerto, far-se-ha a citação com hora certa ou por editaes.

A pratica actual substituiu o officio pelo termo de conclusão que o escrivão abre ao juiz substituto do suspeito ou recusado.

se estes á autoridade competente para conhecer da referida suspeição. Do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.³³

Une logo o escrivão os artigos aos autos por termo de juntada, e em seguida lavra o

Termo de remessa.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em meu cartorio faço remessa d'estes autos ao... (*a autoridade a quem competir*). Do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Remettidos os autos á respectiva autoridade, decidirá, se é legitima ou não a suspeição.

Se o fôr, a autoridade, a quem compete o conhecimento da suspeição, mandará ouvir o juiz, assignando-lhe um prazo razoavel.

Findo o praso, cobrados os autos, sendo mister, seguir-se-ha a dilação das provas, que será de dez dias e ouvidas as partes no termo de 3 dias assignado a cada uma dellas, a autoridade decidira definitivamente e sem recurso.³⁴

Se proceder a suspeição, a causa será devolvida ao substituto.

³³ Esta materia é regulada no juízo federal pelo Decreto 848 de 11 de Outubro de 1890, art. 128 e seguintes. *Vide* tambem Souza Martins *Just. Federal*, art. 137 a 147. No fôro da Capital federal regula o Decreto 1030 de 14 de Novembro de 1890, 89. Ao Tribunal civil e criminal em conselho compete: Processar e julgar as suspeições postas aos membros do Tribunal, ao juiz dos feitos da fazenda e aos pretores, de conformidade com os arts. 135 a 148 do Decreto n. 5618 de 2 de Maio de 1874 no que for applicavel. Nas justiças estadoaes é necessario recorrer-se ás respectivas leis de processo, que aqui não reproduzimos porque seria preciso dar grande volume a esta obra. O Regul. n. 1597 de 1.º de Maio de 1850, está, portanto, n'esta parte, revogado.

³⁴ Não dou aqui por extenso a fórmula d'estes termos pelo respeito e consideração que me merecem as autoridades superiores, que têm de conhecer da suspeição (*N do A.*)

Não procedendo a suspeição proseguirá a causa, e a parte pagará as custas.³⁵

³⁵ No Juízo federal, não sendo legitima a suspeição, é a parte condemnada nas custas em tresdobro e a causa prosegue. Dec. cit. 848 de 1890, art. 134. Desejando tornar esta obra eminentemente pratica e util principalmente aos principiantes (que são os que d'ella mais necessitam) divergimos do A. na nota supra (34) e comquanto eu tambem respeite e considere as autoridades superiores que têm de conhecer da suspeição, acredito, ellas não levarão a mal o formulario que em seguida reproduzimos de Silva Ramos (Man. Prat. do Proc. comm.). Esta reproducção fazemos, *data venia*, e mesmo porque em materia formularia ninguem tirou ainda privilegio de invenção. — Remettidos os autos ao substituto do Juiz averbada de suspeito, aquelle recebendo-os dará o seguinte despacho: D. venham conclusos. Data; rubrica. — Feita a distribuição e conclusos os autos, examinará a Juiz se a suspeição é legitima. Não sendo, proferirá a seguinte sentença: Julgo não legitima a suspeição opposta a fls. por não ser fundada em nenhum dos motivos de que trata o art. 86 do Regul. n. 737 de 35 de Novembro de 1630; mando que prosiga a causa seus termos, e condemno o excepiente nas custas em tresdobro. Data: assignatura. — Recebidos pelo escrivão os autos com a sentença e lavrando os termos de data e publicação fará o mesmo escrivão remessa dos autos ao Juizo d'onde vieram. O escrivão do Juizo da causa, lavrará o termo de recebimento e faz os autos conclusos ao Juiz, ou espera que a parte interessada promova o andamento da causa, devendo, porém, preferir esta segunda hypothese. Se porém entender que a suspeição é legitima, ouvirá o Juiz recusado, aprazando-lhe termo razoavel, quando não houver prazo estabelecido em lei; e dando o seguinte despacho: Diga o Juiz recusado no prazo de *tantos* dias. Data; rubrica. O escrivão lavra os termos de publicação ou de data e faz os autos com vista ao Juiz recusado por um termo de vista. Findo o prazo e entregues os autos com a resposta do Juiz recusado, ou sem ella, lavrará o escrivão o termo de data e os fará conclusos ao Juiz que dará e seguinte despacho: Em prova com a dilação de 10 dias. Data: rubrica. — O escrivão lavra o termo de publicação ou de data, e na mesma audiencia em que for publicado este despacho (se o não for em mão do escrivão) ou na que se seguir, o solicitador do exoepiente (ou do excepto) fará o seguinte requerimento verbal: Por parte de F., meu constituinte, ponho em prova com a dilação de dez dias a excepção de suspeição opposta na causa que contra elle move F. e requeiro que debaixo de pregão fique a dilação assignada e correndo desde já. (Nas causas commerciaes a dilação para as provas corre independentemente de qualquer citação. Regul. cit. 737 de 1850, art. 127). O juiz deferirá o requerimento e o escrivão tomando nota no seu protocollo lavrará depois o seguinte: Termo de audiencia em que se põe em prova a excepção de suspeição e se assigna a dilação de dez dias. Aos tantos dias do mez de *tal* de mil novecentos e tantos, em audiencia publica que *em tal parte* fazia o (*declara-se quem é a autoridade e o seu nome*) ahi pela solicitador F. foi dito que (*reproduz o requerimento*). O que ouvido pelo dito juiz e informado do termo dos autos deferio na forma requerida. E para constar faço este termo. Eu F. escrivão o escrevi: Para ver depôr testemunhas deverá ser citado o juiz recusado ou seu procurador com designação, do dia e hora e legar (*se não fôr este do costume*) ou poderá o escrivão n requerimento da parte, designar dia e hora. A parte fará a petição pedindo a intimação e designação do dia, hora e logar para ter logar inquirição das testemunhas. — O juiz despachará: Cite-se, e marco o dia tal, ás tantas horas, no logar tal, ou o escrivão marque dia e hora. Data; rubrica. — Citado o juiz recusado, ou seu procurador, procede-se á inquirição. Finda a dilação, o solicitador do excepiente irá á audiencia e ahi fará o seguinte requerimento verbal Por parte de F., meu constituinte, requeiro que debaixo de pregão se haja por finda a dilação de dez dias assignada para a prova da excepção de suspeição com que se oppoz na causa em que ahi move F. e se sigam os demais termos. — O juiz deferirá o requerimento; e o escrivão tomando a competente nota no seu protocollo, lavrará depois o seguinte termo de audiencia em que se dá por finda a dilação e se

EXCEPÇÃO POR INCOMPETENCIA DE JUIZO (ou de illegitimidade das partes, ou de litispendencia, ou de causa julgada)

Como todas estas excepções seguem a mesma
fórma de processo, bastará que, para exemplo, trate de
uma. Para isso tomarei a de incompetencia.³⁶

manda seguir os termos. Aos tanto dias do mez tal do anno tal, em audiencia publica que em tal parte fazia o Dr. F., ahi pelo solicitador F. foi dito que por parte de seu constituinte F. requeria que debaixo de pregão se houvesse (*reproduz o requerimento*). O que ouvido pelo juiz e informado dos termos dos autos deferio na fórma requerida. E para constar faço este termo. Eu F. escrivão o escrevi. Em seguida o escrivão faz os autos com vista ao advogado do excepiente por cinco dias; findos os quaes e recebidos os autos com allegações ou sem ellas, lavrará termo de data e continuará vista ao juiz recusado por outros cinco dias, findos os quaes, recebidos os autos com allegações ou sem ellas, lavrado o termo de data, os fará conclusos ao juiz. Se o juiz, pelo exame dos autos, entender que procede a suspeição, dará a seguinte sentença: Vistos estes autos, etc. Julgo procedente a excepção de suspeição opposta a fls. porquanto (*dará as razões em que se funda motivando com precisão seu julgado*). Devolva-se a causa ao legitimo substituto pagando o juiz recusado as custas em que o condemno. *Data Assignatura*. O escrivão lavrando o termo de publicação ou de data, remetterá os autos, fazendo o termo de remessa. Se porém o juiz entender que não procede, dará a seguinte sentença: Vistos estes autos, etc. Julgo improcedente a excepção de suspeição opposta a fls. porquanto (*dará as razões*). Prosiga a causa seus termos perante o mesmo juiz a quem foi posta a suspeição o pague o excepiente as custas em que o condemno. *Data; assignatura*. — O escrivão lavrará termo de publicação ou de data e fará a remessa dos autos, como já dissemos. — *Vide Ramalho, Praxe Brasileira, § 238 e notas.*

³⁶ Nas causas de jurisdição federal só têm lugar as excepções de incompetencia e suspeição. As demais excepções, ou dilatorias ou peremptorias, constituem materia de defeza, e devem ser allegadas na contestação. Dec. cit. n. 848 de 1890, arte. 122 e 123. Na generalidade sobre competencia estão comprehendidos os despachos; se nega vista para a declinatoria; se manda remetter qualquer processo para outro juizo; se deroga cumprimento a uma avocatoria; se mandam remetter ou não, os embargos oppostos a qualquer precatoria; em summa todos os despacho em que o juiz, directa ou indirectamente, se considera competente ou incompetente para conhecer de qualquer questão. (Moraes Carvalho, *Praxe Forense*, nota 435). A competencia que póde dar-se entre juizes de igual categoria e com as mesmas attribuições, provém: do domicilio do réo; do fóro do contracto e do quasi contracto; da situação da cousa; da connexão de causas; da prorogação da jurisdição *ratione personae*; do fóro do delicto; da prevenção da jurisdição. Paula Baptista, *Processo Civil*, § 54 e segs. Perante o juiz que acumula a jurisdição civil O commercial suo propostas as causas sem discriminação das duas competencias, seja qual for a natureza do feito com relação ás pessoas ou ao objecto. Onde porém ha vara privativa do commercio, deve ser proposta a acção perante o juiz competente, com indicação especificada da jurisdição. Dec. 673 de 19 Setembro de 1890, art. 2.º: A excepção ou allegação de incompetencia, sob o fundamento de ser a causa civil ou commercial, não é attendivel em juizo depois da contestação, e sendo omittida ou julgada improcedente, não annulla mais o feito. Dec. cit. 763 de 1890, art. 3. Dec. 1030 de 14 de Novembro do 1890, art. 104. As excepções de suspeição o incompetencia devem ser oppostas dentro dos tres primeiros aias do termo assignado para a contestação ou conjuntamente com esta, sustado o andamento da causa até se decidir a excepção. Dec 1030 de 1890, art. 155. Nas acções ordinarias o triduo deve contar-se da vista dos autos. Acc. do Cons. do Trib. Civil o Crim. da Cap. Fed. de Julho de 1893 no *Dir.*, v. 62, p. 536. Regeitada a excepção de incompetencia do juizo, não póde ser renovada. Acc. do Cons. do Trib. Civ. o Crim. da Cap. Fed. do 1.º de Abril de

Logo que fôrem assignados ao réo os dez dias para a contestação, havendo motivos para allegar-se a incompetencia do Juizo, deverá o seu advogado fazer a petição pedindo vista e juntando procuração pela fôrma seguinte:

Petição para pedir vista e juntar procuração.

Diz F... que quer haver vista dos autos de acção ordinaria que contra o supplicante propoz F... por este Juizo e cartorio do escrivão F...

P. a V. S. se digne mandar, que juntando o mesmo escrivão a procuração em contra-fé aos respectivos autos, os continue com vista ao advogado do supplicante.

E. R. M.

Assigna o advogado.

1892, em Souza Martins, *Just. Fed.*, nota 169. Vide Teixeira de Freitas, *Prim. Linh. Civis*, nota 319; E especial n'esta *excepção de incompetencia* que tambem chama de *declinatoria*: I. Que deve ser proposta antes de qualquer outra, salvo a de suspeição (Ord. I. 3, tit. 49, §§ 1.º e 2.º), porque allegando o réo primeiro outra qualquer excepção, é visto consentir no Juizo o prorogar sua jurisdicção, se esta for prorogavel (Ord. I. 3, tit. 48, § 2, verbis — *se elle fôr capaz de prorogação*): II. Que o recurso competente de qualquer pronunciação sobre esta excepção e o agravo de petição ou instrumento, ainda que a causa caiba na alçada; quando a respeito do todas as outras excepções é só competente o agravo no auto do processo (Ord. I. 1, tit. 6, § 9; I. 3, tit. 30 § 9; Regul. de 15 de Março do 1842, art. 15, § 1). — Quanto a esta ultima parte T. do Freitas, escrevendo em 1880 (publicação da edição de sua obra) não podia conhecer o Dec. n. 9549 de 23 de Janeiro de 1886, art. 58, que abolio os agravos no auto do processo civil. A disposição do art. 15 do Regul, nº 143 de 15 de Março de 1848, baseando a divisão dos agravos na distancia em que se acha o Juiz superior, não pôde ser applicavel ao districto federal, porque se achão no mesmo termo os juizes *a quo e ad quem*. Como, porém, manda a lei que em certos casos siga o agravo em traslado, para não ficar suspenso o curso da causa, esta excepção forma a regra em contrario (Souza Martins. *Just. Fed.*, nota 168 ao art. 533). Esta excepção deve propôr-se perante o mesmo juiz, cuja jurisdicção se declina, pois a elle pertence conhecer da sua competencia e certificar-se da sua jurisdicção. A parte que declinou para um juiz não pôde depois declinar para outro. Remettendo-se o processo por meio d'esta excepção para outro juizo, ainda que em rigor de direito deva julgar-se nullo o que se fez perante o juiz incompetente, a Praxe tem com razão admittindo só a nulidade dos factos decisorios e não dos probatorios. T.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

Entregue esta petição e a procuração ao escrivão,
este as junta aos autos precedendo-as do seguinte

Termo de juntada.

Aos... dias do mez de... de:.. n'esta... em meu cartorio junto a
estes autos a petição, procuração (*e o mais que houver*) do que para
constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Note-se que o advogado póde substabelecer a
procuração em quem quizer, e que a mesma procuração
póde deixar de ser feita por tabellião, se quem a passar
fôr pessoa de privilegio, que n'esse caso a poderá passar
por seu proprio punho³⁷. Junta a petição e mais papeis
aos autos, o escrivão lavra o seguinte:

³⁷ Não temos mais hoje na Republica estes privilegios. Todas as pessoas habilitadas para os actos da vida civil podem passar procuração de proprio punho para os actos judiciaes e extrajudiciaes, com poderes de representação, salvo a restricção da Ord. l. 4, tit. 48 pr.; podem tambem contratar por instrumento particular feito e assignado de proprio punho e com duas testemunhas obrigações o compromissos de qualquer valor, exceptuados os casos em que a escriptura publica é da substancia do contracto. Os instrumentos civis feitos por instrumento particular só valem contra terceiros, desde a data do reconhecimento da firma, do registro em notas do tabellião, da apresentação em juizo ou repartição publica ou do fallecimento de algum dos signatarios. Lei n. 79 de 26 de Agosto de 1892. Passando a parte a procuração de proprio punho deverá mandar reconhecer a firma por tabellião. — Sobre o substabelecimento da procuração, levanta-se a seguinte *questão*: Se o substabelecimento é feito em folha separada da procuração, deve esta ser tambem junta? Pela affirmativa, se ambos são do proprio punho; pela negativa, bastando só juntar o substabelecimento, se este é feito por tabellião á vista de procuração à qual elle se reporta. Entretanto é sempre conveniente que o substabelecimento se faça no proprio instrumento de procuração e não em folha

Termo de vista.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em meu cartorio faço estes autos com vista ao Dr. F... (procurador do réo), do que para constar taço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Vista ao Dr. F... para contestar por dez dias.
Recebidos os autos pelo procurador do réo, dentro de dez dias entregará os mesmos autos com os seguintes

Artigos de excepção.

Por excepção de incompetencia d'este Juizo diz o réo exceptante
F...

Contra

O autor Excepto F... por esta e melhor forma de Direito o seguinte:

E. S. C

separada. Ha casos, porém, em que assim não é possível fazer-se, como, por exemplo: uma casa commercial tem diversas liquidações ou questões a propor em diversos logares, e passa uma procuração a um individuo para esto tratar de todos estes negocios judiciais. E' evidente que elle precisa substabelecer a diversos procuradores ou advogados, e então é conveniente que elle faça os substabelecimentos por tabellião, guardando em seu poder a procuração. Póde-se dar o caso de uma só procuração dar poderes para negocios judiciais e extrajudiciaes. Para os primeiros precisa o procurador substabelecer, mas necessita da procuração para tratar dos segundos ou vice versa. N'este caso elle deverá substabelecer os poderes por tabellião. E sendo assim, o procurador substabelecido juntará sómente o substabelecimento. Este substabelecimento feito por tabellião, que porta por fé, tem a mesma força da procuração, e aquelle serventuario deverá reproduzir no substabelecimento as forças da procuração, reportando-se ao que n'ella se contém fiel e inteiramente. No fôro da Capital federal são muito frequentes estas procurações e substabelecimentos, e como já se tem dado abusos e até mesmo fraudes e crimes, aconselho que ninguem faça do proprio punho em papel separado substabelecimento de procuração, quer seja esta de proprio punho, quer por tabellião. Exceptuão-se os advogados formados nas causas em que funcionarem, os quaes poderão substabelecer em papel separado. Aqui não ha perigo, porque os advogados tem a responsabilidade legal e moral, não só de seus actos, corno da direcção que imprimem ás causas que patrocinaem.

P. e consta dos autos que por meio da acção de fl... pretende o autor que o réo Excepiante seja condemnado a..., mas, além de ser falso o fundamento de semelhante pedido, como em tempo opportuno e em Juizo competente se mostrará, acha-se a mesma acção intentada em um Juizo manifestamente incompetente para d'ella tomar conhecimento. Portanto

P. e consta mais dos proprios autos a fl..., que o contracto e que se trata é de tal e tal natureza (*allegam-se as razões que houver para não ter lugar a acção commercial*). Igualmente

P..... Pelo que

P.... Em termos taes

P. que nos melhores de Direito hade a presente excepção ser recebida e afinal julgada provada na forma dos artigos... (*cita-se a lei para mais corroborar a doutrina*) por sua materia constante dos autos e consistente em Direito, para o fim de declarar-se incompetente este Juizo e de absolver-se o réo excepiante da Instancia, condemnando-se o auctor excepto nas custas por ser tudo

F. P.

P. R. e C. de J.

P. P. N. N.

Assigna o advogado.

O escrivão recebendo os autos com este despacho,
n'elles porá o seguinte

Termo de data.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em meu cartorio por parte do Dr. F... me foram entregues estes autos com o

despacho em frente, do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Depois d'este termo o escrivão lavrará o seguinte

Termo de conclusão.

E no mesmo dia e anno supra (*ou retro*) declarado (*se fôr no mesmo dia*), *ou* Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em meu cartorio faço estes autos conclusos ao Dr. F... Juiz...: do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

O juiz recebendo os autos dará o seguinte

Despacho

Recebida, vista ao auctor por cinco dias para impugnar a excepção Data. — Rubrica.

Sendo este despacho publicado em audiencia (o que sempre será melhor) o escrivão pór-lhe-ha o seguinte

Termo de publicação.

Aos... dias do mez de... de... n'esta.. em audiencia publica que em casa de sua residencia (*ou em tal lugar*) fazia o Dr. F... Juiz, por elle foi publicado o despacho supra (*ou retro*) de que faço este termo Eu F... escrivão o escrevi.

Em seguida lavra o escrivão o termo de vista ao advogado do autor excepto para impugnar a excepção no praso de 5 dias.

O advogado, recebendo os autos, impugnará a excepção mais ou menos pela fórmula seguinte

Impugnação da Excepção.

A excepção de fl... deve ser regeitada, porquanto sendo constante pelo documento de fl... que a obrigação pelo réo excepiente contrahida é d'aquellas cujo conhecimento e solução pertencem a este Juizo, pelas disposições dos artigos... do Reg. de 25 de Novembro de 1830, fora de duvida se torna ser o Foro commercial o competente para n'elle correr a presente acção, etc, etc. (allegar-se-hão todas as razões que convençam de que a acção deve correr no Juizo do Commercio).

Assim, pois, e pelo mais dos autos, é de esperar que seja rejeitada a excepção de fl... e condemnado o excepiente nas custas, com o que se fará

Devida.

Data. *Assignatura do advogado.*

O escrivão, recebendo esta impugnação, a coserá aos autos por termo de juntada, e depois fará os mesmos autos conclusos ao juiz.

O juiz verá se a excepção é de receber.

Se o não fôr, dará o seguinte

Despacho desprezando a excepção.

Rejeito a excepção pelos fundamentos da impugnação (*ou por taes ou taes razões*). Assigne-se novo praso ao réo para contestar. Data.
— Rubrica.

O escrivão põe n'este despacho o termo de publicação.

O réo antes de contestar a acção ainda tem o direito de agravar.

Se quizer usar d'este recurso, a maneira de o fazer (quer para este caso, quer para todos os outros) será a seguinte:

Aggravo.

Os aggravos admissiveis no Juizo Commercial são sómente os de Petição e Instrumento.³⁹

³⁹ Regul. 737 de 25 de Novembro de 1850, art. 668; Dec. n. 763 de 19 de Setembro de 1890. Ha recursos de aggravo dos despachos do pretor; do juiz preparador do feito da Camara civil ou commercial do Tribunal civil o criminal e do presidente quando membro do Conselho; da Camara civil ou commercial do dito Tribunal; do juiz dos feitos da fazenda municipal. Regul. 1334 de 28 de Março de 1893, art. 68. São admissiveis aggravos nos seguintes casos: 1.º das decisões sobre materia de competencia, quer o juiz se julgue competente, quer não, ainda que a causa caiba na alçada. Regul. 143 de 15 de Março de 1842, art. 15; Regul. 737 de 25 de Nov. de 1850, art. 669; Dec. 1574 de 7 de Março de 1855 e 1597 de 1.º de Maio de 1855, art. 7.º. Também da decisão sobre a excepção de suspeição. Regul. 1334 de 1893, art. 88. É suspensivo o aggravo sobre incompetência. Dec. 5467 de 1873, art. 7. *Vide* Souza Martins, *Just. Federal*, arts. 535 e seguintes — os outros casos de aggravo no juizo civil e commercial e bem assim dos aggravos *sómente admissiveis* no juizo commercial arts. 537 e seguintes. É útil consultar também o mesmo A., obr. cit., art. 538 e seguintes sobre o processo dos aggravos civis e commerciaes e notas respectivas. O aggravo de petição suspende o curso da causa, porque sobem os proprios autos ao juizo superior; exceptua-se o aggravo no caso de concessão de arresto ou detenção pessoal, e no caso de ser declarada a abertura da fallencia, pois que não suspenderá a apposição dos sellos. O aggravo de instrumento não tem effeito suspensivo, porque sóbe em traslado. Souza Martins, *Just. Fed.*, arts. 538 e 539. *Vide* também Ramalho, *Praxe Brasileira*, § 343 e notas ; Teixeira de Freitas e

Estes podem ser interpostos, ou em audiencia, ou no cartorio do escrivão por termo nos autos, dentro de cinco dias contados da intimação ou publicação dos despachos ou sentenças em audiencia. Aggravo de petição interposto em audiencia.^{40 41}

Aggravo de petição interposto em audiencia.

Para o aggravo ser interposto em audiencia, bastará que o procurador do aggravante, depois de publicado o despacho, de que quer aggravar, diga:

Com o devido respeito aggravo por parte de F... deste despacho para (*onde fôr*):

O juiz dirá:

Tome-se o termo.

O escrivão fará o termo de audiencia da forma seguinte:

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de...n'esta, em audiencia publica... que em casa de sua residencia (*ou em tal lugar*) fazia o Dr. F... e onde eu escrivão de seu cargo vim, ahi por F... procurador de F... foi dito, que com o

Pereira e Souza, *Prim. Linh. Civis*, § CCCXXXV e seguintes, e notas; Moraes Carvalho, *Praxe Forense*, nota 417.

⁴⁰ Os casos, em que cabe o aggravo, vêm especificados no art. 669 de Reg. de 25 de Novembro de 1855 (N. do A.).

⁴¹ Os cinco dias contam-se da sciencia da decisão e não do despacho que indefere a petição, pela qual se reclama contra a mesma decisão. Acc. da ReL. do Rio de 2 de Maio de 1879 no *Dir.*, vol. 19, p. 357. Se o termo se findar em dia feriado, só no primeiro dia Util podem ser cobrados os autos. Regul. 737 de 1850, art. 725.

devido respeito aggravava para o... (*onde fôr*) do despacho supra (*ou retro*). O que ouvido pelo dito juiz, mandou que se lhe tomasse o competente termo. Do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Depois lavrará o seguinte

Termo de agravo.

Aos... de... de... n'esta... em meu cartorio compareceu F... procurador de F... e por elle me foi dito, que pelo presente termo e com o devido respeito aggravava de petição (*ou de instrumento*) para o... (*ou quem fôr*) do despacho de fl., proferido contra seu constituinte, na fôrma do seu requerimento em audiencia, e que consta do termo da mesma, que offerece como parte integrante d'este. E de como assim o disse, abaixo assignou este termo depois de o ler e achar conforme. E eu F... escrivão o escrevi.

Assigna o advogado

Se o agravo não fôr interposto era audiencia, então o advogado do agravante fará a seguinte

Petição para agravo de petição.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que nos autos de acção ordinaria, que corre n'este JUIZO e cartorio do escrivão F... e em que o supplicante é auctor (ou réo) e F... réo (*ou auctor*) houve V... por bem dar tal ou tal despacho (*dir-se-ha o despacho de que se agravo*) é como o supplicante, por ser caso de agravo na conformidade do artigo 669 § do Reg. de 25 de Novembro de 1850, queira com o devido respeito agravar d'esse mesmo despacho para... (*dirá a autoridade para quem agravo*).

P. a V... se digne mandar tomar o agravo por termo.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz, vendo que é caso de agravo, dará o seguinte

Despacho mandando tomar o agravo.

Em termos ⁴². Data. — Rubrica.

Despachada a petição e verificando o escrivão que nenhuma duvida ha para que se tome o agravo, lavrará o termo que vem retro especificado com as pequenas alterações de ser este interposto por petição, e aquelle em audiencia.

N. B. Se os agravos fôrem interpostos de despachos e sentenças não comprehendidas nu art. 669 do Reg. de 25 de Novembro de 1850, o juiz de quem se agrava dará o seguinte⁴³

Despacho negando o agravo ⁴⁴.

⁴² Como os agravos devem ser interpostos dentro do termo fatal de 5 dias, e póde acontecer que o Juiz, não tendo presente o feito, ignore a data do despacho ou de sua intimação, de que se quer agravar, prudente será, que na concessão de taes agravos despache sempre com a Clausula — em termos — para que o escrivão, debaixo de sua responsabilidade, verifique e exponha qualquer duvida que por ventura haja (N. do A.).

⁴³ O A. refere-se sómente ao Regul. 737 de 1850, porque escreveu antes dos Decr. 848 e 1050 de 1890, que alteraram as leis de organização judiciaria e processual existentes até a proclamação da Republica. O despacho a que se refere o A., o juiz proferirá sempre que verificar que não é caso de agravo, segundo a legislação vigente. *Vide* Moraes Carvalho, nota 417 (*Praxe Forense*).

⁴⁴ Esta negação do agravo por não ser caso d'elle, pode também ser dada verbalmente em audiencia quando n'ella fôr interposto o agravo, fazendo d'isso menção o escrivão no respectivo termo de audiencia.

Nego o aggravo requerido por não ser caso d'elle. Data. — Rubrica.

Tomado o termo de aggravo, o escrivão sem perda de tempo fará os autos com vista ao advogado do aggravante para minutal-o, e o advogado dentro de 24 horas improrogaveis apresentará ao escrivão a seguinte

Minuta de aggravo.

Para V... (*a autoridade a quem fôr o aggravo dirigido*) aggrava F... do despacho do Dr. F... Juiz de... em que decidiu (*tal ou tal cousa*), e em vista das razões, que passa a produzir, espera obter o devido provimento, afim de reformar se o dito despacho.

(*Aqui dará todas as razões em que se funda para obter provimento ao aggravo.*)

Por todas estas razões o aggravante

P. a V... se digne dar provimento ao seu aggravo mandando o Meritissimo Juiz a quo fazer (tal ou tal: o que se deseja) sendo condemnado o aggravado nas custas na fórmula da lei.

Assigna o advogado.

O escrivão, no prazo legal, junta a minuta aos autos e immediatamente os fará conclusos ao juiz de quem se aggrava.

Se o juiz tiver razões para reformar seu despacho, dará o seguinte

Da não concessão do aggravo póde-se pedir carta testemunhavel, de que mais ao diante tratarei (N. do A.).

Despacho.

Attentas as razões apresentadas na minuta de agravo e mais (*as razões que accrescerem*) reformo o meu despacho (*ou sentença*) e mando, etc, etc. Data. — Rubrica (*ou assigna*).

Se não tiver razões para reformar seu despacho, dará os motivos por que não o faz, fundamentando o mesmo despacho, concluirá por mandar que o agravo siga seus devidos termos.

O escrivão porá n'este despacho um termo de data, e lavrará o seguinte termo de remessa para serem os autos apresentados na Instancia superior dentro de 48 horas.

Termo de remessa.

Aos... dias de... de... n'esta... em meu cartorio faço remessa d'estes autos ao... (*tal autoridade*) do que lavro este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Remettidos os autos, o secretario do Tribunal ou escrivão do Juizo, a quem competir o conhecimento do agravo, lavrará o seguinte

Termo de apresentação.

Aos... dias de... de... n'esta... me fôram apresentados estes autos do que para constar faço este termo. Eu F... secretario do Tribunal (*ou escrivão*) o escrevi.

Se quem tiver de conhecer do agravo fôr o Presidente do Tribunal, e onde ha secretario, depois do termo de apresentação, irá ao escrivão a quem compete,

que ao receber os ditos autos lavrará o termo de conclusão, para ser o agravo despachado.⁴⁵

Se a remessa não fôr para Tribunal, então o escrivão a quem tocar lavrará primeiro o termo de apresentação e depois o de recebimento.⁴⁶

A autoridade, a quem competir o conhecimento do agravo, dará o despacho que julgar de justiça.

Datado o despacho pelo respectivo escrivão, fará este termo de remessa para o Juízo d'onde veio o agravo, e o escrivão do feito lavrará termo de recebimento, e fará logo termo de conclusão do juiz de quem se agravou.

Se o despacho superior tiver mandado subsistir o despacho de que se agravou, dará o juiz agravado o seguinte

Despacho mandando cumprir a decisão do agravo.

Cumpra-se o despacho do Juízo ad quem. Pague o agravante as custas, e prosiga a causa seus termos. Data. — Rubrica.

Este despacho tem o termo de data ou publicação. Se o agravo teve provimento, da mesma sorte o juiz a quo, sendo-lhe os autos conclusos, manda-o cumprir,

⁴⁵ Conforme o fôro onde mover-se a causa, se é o Tribunal quem conhece do agravo, é sempre conveniente procurar saber se esse tribunal tem Regimento e consultá-lo.

⁴⁶ Aqui parece que eu recommendo uma duplicata, exigindo termos de apresentação e de recebimento, mas sendo explicito no art. 22 do Reg. de 15 de Maio de 1842, que haja termo de apresentação do agravo, para por elle verificar-se, se a sua apresentação foi feita em tempo, e fallando mais o dito artigo de apresentação e recebimento, claro se torna que exige a existencia d'esses dois termos (N. do A.).

emendando ou deferindo na fôrma ordenada pelo Juiz ad quem.

Se quando vai o agravo ao juiz a quo, verifica elle não ser caso de agravo, dará o seguinte

Despacho não admittindo o agravo.

Não admitto o agravo interposto por não ser caso d'elle, segundo o disposto no art. 669 do Reg. de 25 de Novembro de 1850. Pague o aggravante as custas do retardamento, e condemno o advogado que assignou a petição e minuta do agravo na multa respectiva. Data. — Rubrica.

Este despacho tem o termo de publicação.

AGGRAVO DE INSTRUMENTO

O agravo de instrumento para os presidentes dos tribunaes do commercio só é admissivel quando estes se acham além de 5 até 20 legoas de distancia. Fóra das 20 legoas das capitaes em que ha tribunaes do commercio, os agravos de petição serão interpostos para os Juizes de Direito das respectivas comarcas, sendo os de petição até 5 legoas, e os de instrumento além d'essa distancia. Todavia os agravos que versarem sobre competencia do Juizo, por não ser a causa commercial, qualquer que seja a distancia e jurisdicção, serão interpostos para os Presidentes do Tribunal do Commercio. Os agravos de que falla o art. 72, § 2º do Decreto de 1º de Maio de 1855, podem ser tomados em separado sem prejuizo do

processo, se ao juiz parecerem futeis e só para embaraçar a causa.⁴⁷

Estes agravos só podem ser interpostos por meio de petição.⁴⁸

O agravante dentro de 5 dias contados da intimação ou publicação do despacho, de que agrava, fará ao juiz, que proferiu o mesmo despacho, a seguinte

Petição para agravo de instrumento.

Illm. Sr. Dr. Juiz

Diz F... que havendo V... proferido na acção em que contende com F... o despacho (*tal*), quer o supplicante com o devido respeito agravar de instrumento para tal (*tal auctoridade*).

⁴⁷ Cumpre ainda uma vez lembrar que ha actualmente a Justiça federal que se rege pelo Dec. 848 de 1890, a Justiça da Capital federal, regulada pelo Dec. n. 1030 de 1890 e as Justiças dos Estados, cada qual com a sua organização processual especial. Tendo o A. escripto em uma epocha em que havia unidade de processo, hoje, que ha pluralidade, podem não subsistir mais as considerações do A. sobre o agravo de instrumento. E, portanto, não cessarei de aconselhar que em primeiro lugar procure-se conhecer a lei de processo em cujo regimen vae se viver. São tantas as innovações, que o advogado precisa andar, como o piloto, de sonda na mão, para poder guiar a causa, sem avarias, no labyrinth forense em que estamos vivendo ultimamente.

⁴⁸ Com quanto dissesse na parte civil, 2.º vol. d'esta obra, que o agravo de instrumento podia tambem ser interposto por palavra em audiencia, hoje estou convencido do contrario, e tanto que na citada parte civil, 2.ª edição, já aconselho o contrario. A razão d'esta minha convicção é a seguinte:

O art. 19 do Reg. de 15 de Março de 1842, quando trata dos agravos de petição, faculta que estes sejam interpostos em audiencia ou no cartorio do escrivão, e o art. 23, quando trata dos agravos de instrumento, diz simplesmente, que elles sejam interpostos, processados e apresentados nas Instancias Superiores no tempo e maneira marcada na legislação, ou, devendo os agravantes *nas petições e termos* de sua interposição declarar especificadamente todas as peças dos autos de que pretendem haver traslado. Do que concluo que, não fallando este segundo artigo em audiencia, e antes mandando nas petições para agravo, que se especifiquem as peças do processo, não admitte senão o agravo de instrumento por meio de petição (N. do A.).

P. a V... se digne mandar tomar termo o seu aggravo, e que o respectivo escrivão o dê por traslado (*taes e taes peças dos autos. Apontará as peças de que quer traslado*).

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Sim, em termos. Data. — Rubrica.

Note-se que o — em termos — como atraz já disse, é para que o escrivão verifique se o aggravante está ou não dentro dos 5 dias fataes.

Acontecendo já não estar dentro d'esse prazo, o escrivão no verso da mesma petição sahirá com a seguinte

Duvida do escrivão para não tomar o termo de aggravo.

Illm. Sr.

Tendo sido o despacho de que quer o supplicante aggravar, publicado ou intimado no dia... e sendo a petição para o aggravo despachada a tantos, parece-me achar-se fóra do termo marcado no art. 19 do Reg. de 15 de Março de 1842. V. S. mandará o que fôr justo. Data. O escrivão F...

Se o aggravante não estiver pela duvida do escrivão, e quizer insistir para que se lhe tome o seu aggravo, poderá fazer ao juiz a seguinte

Réplica.

Illm. Sr.

Não procede a duvida do escrivão por taes ou taes razões (*Dará as razões da improcedencia*), portanto sirva-se V. S. mandar tomar o requerido termo de agravo.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz, para melhor verificar a verdade, dará o seguinte

Despacho.

Nos autos por linha. Data. — Rubrica.

O escrivão appensará a petição aos autos e os remetterá ao juiz.

Este, verificando que a duvida do escrivão procede, dará na mesma petição o seguinte

Despacho.

Sem embargo da duvida, o escrivão tome o termo de agravo.
Data. — Rubrica.

Se verificar o contrario, dará o seguinte.

Despacho.

Procede a duvida, e por isso indefiro a petição. — Data. —
Rubrica.

Mandando porém o juiz tomar o termo de agravo, o escrivão unirá a petição aos autos, e tomará n'elles o termo, como exemplifiquei no agravo de petição, especificando porém no mesmo termo as peças do processo, de que quer haver traslado.

Depois o escrivão passará em papel separado o seguinte

Instrumento de agravo.

Cidade (*ou villa de...*)

Juizo (*tal*).

Instrumento de agravo passado a favor de F..., extrahido dos autos (*taes*), em que é autor F... e réo F..., na fórma abaixo.

Saibam quantos este publico instrumento de agravo virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta...em meu cartorio, por F... (*ou F... procurador de F...*) me foi requerido que dos autos *taes* entre partes F... autor e réo F... lhe mandasse extrahir o presente instrumento das peças que em sua petição de agravo me foram apontadas, tudo afim de que seja apresentado no Juizo *tal* o recurso de agravo por elle interposto do despacho do Dr. F... Juiz, cuja petição, despacho e termo são do theor seguinte:

Petição.

(*Transcreve-se a petição*).

Despacho.

(Transcreve-se o despacho).

Termo de aggravo.

(Transcreve-se o termo).

Em cumprimento da lei e do meu officio o faço extrahir, e as peças que me foram apontadas são do theor seguinte:

(Seguem-se todas as peças, que tiverem sido apontadas na petição), devendo concluir o escrivão pela fórma seguinte:

Nada mais se continha era os ditos e mencionados autos, cujas peças me foram apontadas, e aqui bem e fielmente extrahi *(ou fiz extrahir se foi por outro)*, aos quaes me reporto, e com os mesmos este conferi, e concertei com o meu companheiro F..., e por achal-os em tudo contormes, os subscrevi *(se tiver sido tirado por outro) e assigno (se fôr tabellião accrescentará)* em publico e raso n'esta... aos tantos dias do mez de... de...

Em testemunho de verdade.

(O signal).

F... Tabellião.

Conferido por mim.

F... *(o mesmo tabellião).*

E por mim tabellião.

F...

Se não fôr tabellião e sim escrivão, irão sómente as assignaturas sem o signal de testemunho de verdade.

Estes traslados podem ser tirados por mais de uma pessoa, uma vez que o escrivão no fecho isto mesmo declare.

Preparado assim o instrumento, o escrivão o entregará ao aggravante, que minutará o seu aggravo dentro de 24 horas, e o escrivão juntando a minuta aos autos fará n'elles a autuação, pela fórmula seguinte:

19...

Rio de Janeiro (*ou onde fôr*).

F. 1.

Escrivão F...

Aggravante F...

Aggravado F...

Instrumento de aggravo.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em meu cartorio autuo o instrumento de aggravo, que ao diante se segue. E para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

No fim do instrumento por esta fórmula autuado fará o escrivão immediatamente os autos conclusos ao juiz a quo.

Se este reformar o despacho de que se aggrava, finda o processo de aggravo; se manda porém

proseguir, então o escrivão, datando ou publicando por termo o mesmo despacho, fará remessa por termo á autoridade para quem se recorre, apresentando os autos na Administração do Correio dentro de 48 horas (do que cobrará recibo), ou á pessoa de sua confiança que os apresente na Instancia Superior dentro d'esses mesmos dois dias, e mais tantos quantos forem precisos para a viagem na razão de quatro leguas por dia.

Na apresentação e recebimento d'estes aggravos se praticará o que está já dito acerca dos aggravos de petição.⁴⁹

CONTINUAÇÃO DO PROCESSO DA EXCEPÇÃO

Se a excepção fôr recebida, o juiz dará o seguinte

Despacho recebendo a excepção.

Recebida a excepção; em prova. Data. — Rubrica.

⁴⁹ No Fôro Civil existe acerca dos aggravos uma pratica, que me parece abusiva, por nem ser fundada em lei, e até mesmo por ir contra a sua doutrina. Esta pratica consiste em dar-se vista ao aggravado (se a requer) para contraminutar o aggravo.

Na 2.^a parte d'esta obra eu admitti tal pratica; mas reflectindo depois melhor, não só não a adopto na 2.^a parte, como aqui aconselho que não a sigam.

O artigo 20 do Reg. de 15 de Maio de 1842 diz, que interposto o aggravo, o escrivão sem perda de tempo fará os autos com vista ao aggravante para minutar-os, e dentro de 24 horas *improrogaveis*, deverá o aggravante apresentar a petição de aggravo ao escrivão, que *imediatamente* a fará conclusa com os autos ao juiz *a quo*. Ora, se de um lado este artigo não falla de se dar vista ao aggravado, e se de outro marca o termo fatal de 24 horas ao aggravante, querendo que o escrivão immediatamente faça o aggravo concluso ao juiz, é concludente que a pratica, que estender este praso (o que infallivelmente acontecerá com a vista ao aggravado), é illegal e portanto abusiva. Eu, pela minha parte, não a adopto, e aconselho á todos que o mesmo façam (N. do A.) (50).

O escrivão porá n'este o termo de publicação. Na 1.º audiençia o procurador do excepiente fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... e na causa em que contende com F... requieiro que debaixo de pregão fiquem assignados os dez dias para a prova da excepção, cujos dez dias correrão depois de citadas as partes ou seus procuradores.

O juiz, mandando apregoar, deferirá o requerimento.

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiençia.

Aos... dias de... de... n'esta... em audiençia publica que em casa de sua residencia (*ou em tal parte*) fazia o Dr. F... Juiz, e onde eu escrivão de seu cargo vim, ahi pelo sollicitador F... foi dito que por parte de seu constituinte F... requeria que debaixo de pregão ficassem assignados os dez dias para prova da excepção na acção *tal* em que contende com F..., cujos dez dias correrão depois de citadas as partes ou seus procuradores. Ou que ouvido pelo dito Juiz, debaixo de pregão deferiu ao requerimento. Do que para constar fiz este termo da cota tomada no protocollo das audiençias, a que me reporto. E eu F... escrivão o escrevi.

Em seguida o Excepiente fará a seguinte

Petição para citar-se o Excepto afim de correrem os dez dias para a prova da excepção.

Illm Sr. Br. Juiz...

Diz F... que na causa em que contende com F... foi offerecida uma excepção (*ta/*) para cuja prova houve V. S. por bem mandar assignar dez dias em audiencia, e como estes já fossem assignados, quer agora o supplicante fazer citar o mesmo F... afim de os ver correr, e dar dentro d'elles a prova que tiver. O supplicante

P. a V. S. se digne mandar fazer a citação requerida.

E. R. M.

Assigna o Advogado.

O Juiz dará o seguinte

Despacho

Cite-se. Data. — Rubrica.

Entregue esta petição ao official que fará a citação, a restituirá á parte depois de lavrada a certidão de citação; a mesma parte a entregará ao escrivão, que a unirá aos autos por um termo de juntada.

Da data da citação se começarão a contar os dez dias, e portanto dentro d'elles se deve dar a prova.

Para isso fará o Excepiante a seguinte

Petição.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo sido marcados dez dias, que se começarão a contar desde (*tantos*) para a prova da excepção offerecida na acção em que contende com F.... quer agora que se lhe marque dia para a inquirição de suas testemunhas, sendo citado F... para a sua sciencia; portanto

P. a V. S. se digne assim o mandar com pena de revelia.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte.

Despacho

Como requer, e marco o dia *tal* para serem inquiridas as testemunhas (ou marque dia o escrivão). Data. — Rubrica.

Sendo o escrivão quem designe o dia, a parte lhe levará a petição, e elle por baixo do despacho porá á seguinte

Cota.

O dia tantos ás tantas horas. Data.

O escrivão F...

Marcado o dia, far-se-ha a citação ao supplicado, e feita ella, segue-se no dia designado a inquerição das testemunhas, começando pelo seguinte

Termo de assentada.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... (*em tal lugar*) onde se achava o Dr. F... Juiz, comigo escrivão abaixo nomeado, e presentes as testemunhas do Excepiante, cujos nomes, naturalidades, idades, estados, empregos, moradias, costumes e dites são como abaixo se seguem, forão as ditas testemunhas inquiridas pelo Dr. F... procurador de F... e reinquiridas pelo Dr. F... procurador de F... depois de juramentadas pelo dito juiz. Do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

1ª TESTEMUNHA.

F...: natural de... idade... casado (*solteiro ou viuvo*) negociante (*ou o que fôr*) morador em⁵¹ jurou aos Santos Evangelhos em um livro d'elles em que poz a sua mão direita e prometeu dizer a verdade. Aos costumes disse nada (*ou disse ser parente, amigo, inimigo, etc.*) E perguntado pelos artigos da Excepção de fl... Ao 1º disse... Ao 2º disse... (*e assim por diante*). E nada mais disse d'este, nem dos seguintes (*se houverem mais artigos e sobre elles não fôr perguntada a testemunha*). Reinquirida (*se o fôr*) disse... (*escrever-se-ha quanto disser*).

Aqui deve notar-se que a testemunha póde ser inquirida e reinquirida sobre cada um dos artigos, escrevendo sempre o escrivão as respostas ás perguntas e reperguntas em seus lugares competentes. Pode tambem ser reperguntada depois de depôr sobre todos

⁵¹ Hoje não so usa mais o juramento aos Santos Evangelhos; apenas se diz: prometeu dizer a verdade, etc. Aquella parle poderá ser supprimida, porque não é formalidade essencial.

os artigos. Sobre esta fôrma verão os inquiridores o que melhor lhes convier.

Para fechar cada depoimento de testemunha dirá o escrivão:

E mais não disse e assignou com o juiz e os advogados, depois de o ler e achar conforme. E eu F..., escrivão o escrevi.

Rubrica do juiz.

Assignatura da testemunha.

Dita do advogado do que dá a testemunha.

Dita do advogado contrario.

Se a testemunha não souber ou puder escrever, o escrivão fechará o seu depoimento pela seguinte maneira:

E mais não disse e assigna o seu depoimento a seu rogo F... por não saber (*ou poder*) ella testemunha escrever, com o juiz e advogados, etc.

Assim se praticará com as demais testemunhas.

Se não poderem todas as testemunhas ser inquiridas no mesmo dia, pedirá a parte novo dia, fazendo um requerimento ao juiz pela maneira seguinte:

Petição para pedir novo dia para dar testemunhas.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F..., que achando-se em prova a Excepção com que veio na causa em que contende com F..., foi-lhe designado o dia *tantos* para produzir suas testemunhas; mas não sendo possível inquirir todas n'esse dito dia, vem o supplicante requerer, que um outro se lhe designe para ultimar a sua prova; portanto

P. a V. S. assim o mande, citado o supplicado com pena de revelia.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Em termos. Data. — Rubrica.

O — em termos — aqui, é para o escrivão, verificar se esta dentro dos dez dias.

Estando com effeito dentro dos dez dias, marca-se o dia, e é de novo intimado o supplicado.

No dia aprazado continua-se a inquirição precedida por novo termo de assentada.

N. B. Como pode acontecer que o réo tenha vindo com a Excepção simplesmente para ganhar tempo e demorar a causa, não procurando assignar os dez dias e promover a dilação, o Excepto póde pôr a causa em prova e assignar elle os dez dias. N'esse mesmo praso póde também produzir testemunhas, que façam certo o que asseverou em sua impugnação, e então com as suas testemunhas se praticará o mesmo que indiquei com as do Exceptiente.

Findo o prazo dos dez dias o escrivão, cosendo aos autos as inquirições, fará os mesmos conclusos sem mais allegações, para serem julgados definitivamente. Se o juiz julgar a Excepção provada dará a seguinte

Sentença.

A excepção recebida a fl... julgo afinal provada dos autos, dos quaes se mostra... (*dará as razões por que julga a decepção provada*); portanto mando... etc., e pague o Excepto as custas em que o condemno. Data. — Assignatura.

Esta sentença tem o termo de publicação, e d'ella cabe appellação ou agravo, segundo as circumstancias⁵² (art. 15, § 1º do Reg. de 15 de Março de 1842).

Se não fôr recebida, o juiz dará o seguinte

Despacho.

A excepção recebida a fl... julgo afinal não provada, e mando que o réo Excepiante contrarie no prazo da lei a causa principal e pague as custas do retardamento. Data. — Assignatura.

O escrivão põe o termo de publicação.

⁵² Bem que a decisão sobre a competencia do Juizo seja causa de agravo, art. 72, §§ 1 e 4 do Decreto de 1º de Maio de 1853, tal recurso só tem lugar quando o Juiz a profere sobre excepção offerida, art. 74 e seg. do Reg., ou quando elle pronuncia nullidade de processo por esse fundamento arguido na contestação, arts. 97 e 98, ou nos termos dos arts. 675 e 676, e não quando afinal, por definitivo assim o o julga, porque então o caso é de appellação, na fórma do art. 646, como o entende a Relação d'esta Côrte, cujos arrestos estão de accordo com os arts. 680, § 1º, e 81, § 1º (N. do A.) *Vide* notas anteriores sobre os casos de agravo.

D'este despacho cabe agravo.

Carta testemunhavel⁵³.

Quando não fôr aceito o agravo que qualquer parte interpuzer, póde o desattendido requerer Carta

⁵³ O agravo de instrumento e a carta testemunhavel não são recursos diversos, distinguindo-se sómente em razão do official que o lavra. Ramalho, *Praxe Brasil*. nota ao art. 346. Diverge T. de Freitas *Prim. Linh. Cív.*, nota 675, ao § CCXL, apoiando-se em Paula Baptista, *Proc. Cív.*, § 218. Diz T. de Freitas:

“O que sejam as cartas testemunháveis, destinadas a dar testemunho da prepotencia dos juizes contra o livre uso dos recursos legaes, bem comprehendeo o aviso cit. de 1849 dizendo: ‘Não constituem ura recurso especial, e distincto dos outros; são apenas uma providencia, um meio, para fazel-os effectivos.’ As cartas testemunháveis são, em verdade, como lecciona o Proc. Cív. de Paula Baptista, § 218, meios legaes de fazer effectivos os recursos contra a injusta vontade dos juizes inferiores que os denegam; e, no meu entender, continha aquelle J. C, todos os recursos interpostos na primeira instancia; e não só *Appellações*, como todas as especies de *Aggravos*. Ellas assemelham-se aos agravos de instrumento, mas *não são taes, nem a elles se filiam, nem a elles equivalem*; tanto assim que podem servir de remedio, como em outros casos, quando os Aggravos de instrumento são denegados ou impedidos. Quanto a negativa das *appellações*, as cartas testemunháveis são meios indirectos; porquanto as partes não tem logo direito de requerel-as ou exigil-as, mas aggravam primeiro pela permissão do art. 15-IX do Regul. de 15 de Março de 1842; seguindo-se então, a continuar a denegação, o complementar testemunho das *Cartas*.”

Opino pelo parecer do Ramalho, obr. e loc. cit. que baseia-se na Ord. l. tit. 80, § 9 e segs.; tit. 71, § 5; l. 3, tit. 1, § 3, tit. 74, pr. ibi *pedir instrumento de agravo ao tabellião, ou carta testemunhavel ao escrivão*: e de conformidade com estas Ords. está a do l. 1, tit. 80, § 11 e 14 ibi *O tabellião ou escrivão... que logo não der instrumento... ou carta*; porque estas phrases entendem-se distributivamente, isto é, o tabellião dá o instrumento, e o escrivão a carta testemunhavel. Esta doutrina, diz ainda Ramalho, que já era a mais segura e verdadeira no direito portuguez, ficou ao abrigo de toda a duvida depois de Regulamento de 15 de Março de 1842, art. 15, n. 9, art. 16, Reg. Commercial (737 de 1850), art. 671; Dec. 1º de Maio de 1855, art. 77; e assim o tem entendido a Relação de Rio de Janeiro, Acc. de 8 de Out. de 1858, reconhecendo que a carta testemunhavel não é um meio de tornar effectivo o recurso de appellação e sim o de agravo autorizado pela citada legislação. E quando o juiz recusa mandar escrever o agravo, pode a parte perante testemunhas pedir ao tabellião ou ao escrivão instrumento de agravo ou carta testemunhavel; e so elle não lhe quizer dar, o remedio é requerer ao Tribunal, ou ao juiz para quem se agrava, para que mande ao tabellião ou ao escrivão do juizo inferior que de o instrumento ou a carta testemunhavel, pena de suspensão e as mais das leis; Peg. tom. I, ad Ord. pag. 325, gloss. 142, n. 26; Phaeb., Part. 2, Arest. 90; Leit. Trat. 1, Quest. 6, n. 125. Concordão Nazareth, *Proc. Civil Port.*, § 595; Corrêa Telles, *Proc. Cív.*, supp. do Dig. Port., tom. IV, § 369 e muitos outros praxistas. E assim se tem entendido e se deve entender a carta testemunhavel. A doutrina de T. de Freitas é innovação, que aliás nada adianta nem theorica, nem praticamente. E no mesmo sentido (de Ramalho e outros) também entendeo a legislação federal nossa, conforme verá o leitor em Souza Martins, *Just. Fed.*, arts. 178, 235, 553 e 663, e notas 207 e 80.

As cartas testemunháveis nunca se devem negar, diz João Monteiro, citando o Alv. de 16 de Maio de 1797 (*Obr. cit.*, III, § 217).

Testemunhavel ao escrivão do feito, o qual tem por dever passar-lh'a em razão de seu officio e sob sua responsabilidade.

Se porém fôr pedida por meio de petição, a fôrma d'ella será a seguinte

Petição para carta testemunhavel.

Illm. Sr. Dr...

Diz F... que havendo interposto seu agravo de petição ou instrumento para (*tal autoridade*) do despacho por V. S. proferido em causa, em que o mesmo supplicante contende com F..., houve V. S. por bem decidir, que tal agravo não lhe fosse tomado por não ser caso d'elle (*ou os motivos dados pelo juiz*). E como o supplicante esteja convencido, de que foi menos justa a decisão de V. S., vem com todo o respeito requerer, que o escrivão que perante V. S. serve, lhe passe carta testemunhavel para (*tal autoridade*) afim de levar ao seu conhecimento este recurso, trasladando n'ella o mesmo escrivão as peças *taes e taes* (*apontar-se-hão as peças que se quer por traslado*) Portanto,

P. a V. S. se digne deferir na fôrma requerida.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Sim, em termos. Data. — Rubrica.

Note-se que se o juiz não quizer despachar ou mandar passar a carta, o escrivão em razão de seu officio a passará, independente de despacho.⁵⁴

Despachada a petição, como acima disse, o escrivão a junta aos autos por termo de juntada, e passa a seguinte

Carta testemunhavel.

Carta testemunhavel extrahida dos autos *taes* e passada a requerimento de F... na fôrma que abaixo se declara.

Saibam quantos esta carta testemunhavel virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... em meu cartorio, por parte de F... me foi pedido, que dos autos de... em que é elle autor e réo F... (*ou vice versa*) d'elles lhe desse e passasse sua carta testemunhavel para por virtude d'ella no Meritissimo Tribunal (*ou onde fôr*) ser provido como fosse de justiça. E por ser justo o seu pedido e conforme a razão de direito em vista da petição (*réplicas se houverem*) e despachos que me apresentou e ficam juntos aos autos (*ou em vista do requerimento feito em audiencia, de que tomei nota no protocollo, e estendi nos autos o competente termo, que ao diante vai transcripto, ou por bem do meu officio e autoridade judicial*) lhe passei e dei a presente carta testemunhavel, a qual tem o seu principio pela... (*Aqui transcrevem-se todas as peças requeridas pela parte, seguindo o escrivão nos traslados a mesma ordem que está guardada nos autos originaes*).

Depois de transcriptas todas as peças, será a mesma carta concluida pela maneira seguinte:

⁵⁴ O escrivão é obrigado a passar, sob pena de responsabilidade. Reg. 9549 de 23 de Janeiro de 1886.

Nada mais constava em as ditas peças aqui transcriptas e que se achavam em os ditos autos, dos quaes extrahi (*ou fiz extrahir*) a presente carta testemunhavel por bem do meu officio e autoridade judicial, e ás referidas peças e autos me reporto, com os quaes esta conferi com um escrivão companheiro; e por estar em tudo conforme, e sem cousa que duvida faça, a escrevi (*subscrevi no caso de ser transcripta por outro*) e assignei (*se fôr tabellião accrescentara — Em publico e raso*) n'esta... em o dia, mez e anno ao principio declarados (*ou em tal época*). E eu F... escrivão a escrevi (*ou subscrevi*) e assigno.

F... escrivão de...

F... escrivão (*o que conferio*).

Se fôr tabellião, porá o — testemunho de verdade, signal, etc.

Estas cartas testemunhaveis são entregues á parte que as pediu, e, apresentadas no Juizo ad quem seguem os mesmos termos dos aggravos.

CONTINUAÇÃO DO PROCESSO DA EXCEPÇÃO

Desprezada a excepção, o procurador do auctor na primeira audiencia fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... requeiro que debaixo de pregão fiquem assignados a F... os cinco dias da lei para contestar a acção.

Apregoado o réo, o escrivão fará o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias de... de... n'esta... em audiencia publica que em casa de sua residencia (*ou em tal parte*) fazia o Dr. F... Juiz... e onde eu escrivão de seu cargo abaixo nomeado vim, ahi por F... procurador de F... foi requerido que debaixo de pregão ficassem assignados a F... os cinco dias da lei para contestar a acção, que o mesmo seu constituinte contra elle move. O que ouvido pelo dito Juiz e informado dos termos dos autos, debaixo de pregão deferiu na fórmula requerida. Do que para constar faço este termo extrahido da cota tomada no protocollo das audiencias. Eu F... escrivão o escrevi.

Depois d'este termo o escrivão faz os autos com vista ao advogado do réo.

Ainda se podem dar os mesmos incidentes, que se deram quando os autos foram pela primeira vez ao advogado, isto é, jurar molestia, despedir-se do patrocínio, etc., e dados estes casos, seguir-se-ha tudo que a esse respeito aconselhei.

O réo póde contestar simplesmente por negação, e se o quizer fazer será pela maneira seguinte:

Contestação por negação.

Contesta-se (*ou contraria-se*) por negação com protesto de convencer afinal.

Assigna o advogado.

Se porém não contestar por negação, e tiver materia por artigos, os fará segundo o modelo seguinte:

Artigos de contestação.

Contestando a acção ordinaria de fl... diz o réo F...
contra o auctor F... por esta ou na melhor fórma de
direito o seguinte:

E. S. C.

P. e vê-se dos artigos de fl... pedir o autor, que o réo seja
condemnado a tal ou tal cousa (*mentonar-se-ha o que pede o autor*);
mas

P. que semelhante pedido não deve ser attendido; porquanto

P... (*e assim por diante, em artigos claros e precisos se
exibirá toda a materia de defeza*).

N. B. Se houver materia de excepção, sem ser da
que falla o § 1.º do art. 74 do Reg., ou de nullidade,
deve ser articulada antes da allegação da materia de
defeza, mas conjunctamente com a contestação,
devendo-se concluir os presentes artigos pela maneira
seguinte:

Em taes termos

P. que, nos melhores de direito, hão de os presentes artigos
ser recebidos e afinal julgados provados para o fim de decretar-se a
improcedencia (*ou nullidade, caso tenha sido articulada*) da acção de fl...,
sendo o réo absolvido da Instancia e do pedido, e o auctor condemnado
nas custas (*em dobro, tresdobro, etc.*)

P. R. e C. de J.

P. P. N. N. e C.⁵⁵

Assigna o advogado.

A contestação deve conter simplesmente a exposição dos motivos e causas, que podem illidir a acção.

A ella se devem ajuntar os documentos, em que se funda.

Se o réo quizer reconvir ao autor, proporá a reconvenção simultaneamente com a contestação no mesmo tempo para ella assignado e sem prévia citação do autor; e n'este caso, concluida a contestação, dirá:

⁵⁵ Vide o Regul. 737. de 25 de Novembro, arte. 96 a 102, sobre contestação e seu processo. T. de Freitas em nota (365) nas *Prim. Linh. Civis* de Per. e Souza diz: A contrariedade não deve ser chamada contestação como o foi pelo Regul. Comm, n. 737, arts. 96 a 102; nem pela *contestação* ser definida, como o foi no *Proc. Civ.* de Paula Baptista, §§ 97 e 98; a ponto de actualmente reputarem-se estes dois substantivos como synonymos, enunciando sem alguma differença a mesma idéa. Pela simples menção dos factos por parte do Réo, como reconhece o cit. § 97, de Paula Baptista, se effectua a *contestação*; e até se effectua, como já se prevenio com expresso fundamento na Ord. I. 3, tit. 51, pela — *confissão*. E ninguém dirá que “contraria, quem confessa.” A pratica do fóro, e principalmente na Capital federal, não faz distincção entre contestação e contrariedade, considerando synonymas estas expressões. Verdade é que muitas corruptelas tem sido introduzidas no foro da Capital federal pelos procuradores ignorantes (não fallo dos advogados formados) e pelos escrivães que advogam por intermedio de testas de ferro. — As abreviaturas na introdução e fecho dos articulados, são clausulas usadas por estylo do foro, por imitação da antiguidade; não são essenciaes, são abundantes, como diz Per. e Souza, são consagradas pelo uso, dão belleza provavelmente significativa. T. de Freitas cit. notas 297 e 285. Assim: no Libello: 1.^a Por esta ou melhor forma de Direito — ou — nos melhores termos do Direito; — quer dizer: — Para o effeito de sustentar-se o libello pelo melhor modo que em direito seja possivel. 2.^a E. S. N. ou E. S. C. significando: E sendo necessario — ou — e se cumprir — para o effeito de não obrigar o articulante a provar além do necessario, além do conveniente. 3.^a P. R. e C. de J. — ou — P. R. e J. — significando: Pede recebimento e cumprimento de Justiça — Pede recebimento e Justiça — com o effeito de accomodar a Conclusão as doas premissas. 4.^a F. P. — significando — *Fama Publica*. 5.^a P. P. N. N. — ou — P. N. significando: Protestos necessarios — para salvar qualquer protesto especifico ou usado, quando se o não faz expressamente. 6.^a E. C. — significando: E custas — porque outr’ora o juiz só condemnava em custas pedidas, posto que agora o contrario determine a Ord. I. 3, tit. 67. T. de Freitas cit. nota 297. Vide Dec. 848 de 11 de Outubro de 1890, arts. 139 a 142.

*Reconvenção*⁵⁶

⁵⁶ Ramalho (*Praxe Brazil.*, § 248) define “Reconvenção é a acção proposta pelo réo contra o auctor perante o mesmo juiz em que é demandado” e deveria acrescentar para ficar mais claro: “no mesmo processo”. Differe a reconvenção da excepção porque envolve peditorio; e discrimina-se da compensação por ser esta sómente admissivel quando a divida é liquida, produzindo effeito só até a concorrente quantia pedida na causa pelo auctor. Nos casos em que é admissivel a compensação tambem póde-se oppôr a reconvenção e é isto sempre mais util, aconselha aquelle praxista. Consulte-se Ramalho *obr. e loc. Cit.* e T de Freitas *Prim. Linh. Sobre o Proc. Civil* de Pereira e Souza, notas 356 e seguintes. Pela praxe moderna do nosso fôro, diz T. De Freitas. § 362, a Reconvenção tambem não é admissivel em caso algum depois da contrariedade do réo, que a pretende articular. Deve offerer distinctamente os artigos d’ella logo depois dos da sua contrariedade. Assigna-se ao Auctor o termo de uma audiencia para replicar sobre o libello e contrariar e reconvenção. Vindo o auctor com a réplica e a contrariedade da reconvenção, assigna-se ao reó outro igual termo para treplicar sobre a dita réplica, e replicar sobre a reconvenção. Finalmente continua-se a vista ao auctor para a tréplica da reconvenção. Quando as contrariedades, réplicas e tréplicas não são offeredidas em tempo, ou se fazem por *simples negação*; fica logo a causa em prova a requerimento de alguma das partes. Julga-se na sentença final, primeiro a acção e depois a reconvenção (*Vide Ord. L. 3, tit. 33, princ.*) em nota (358) ao § CLVII, *obr. cit. de Per. e Souza*, diz ainda T de Freitas:

A reconvenção póde fazer competente o juiz que não o seria, mas não póde dar jurisdicção a quem não a tem, e, jurisdicção que não ha, não pode jamais ser prorrogada. Adicionei pois ao subsequente § CLVIII, esta clausula — sendo prorrogavel a jurisdicção. Por exemplo, não sendo prorrogavel a jurisdicção commercial, quando a acção do reconvinte fôr civil e real, ou mixta de real e pessoal; segue-se em taes casos não ser possivel reconvir no juizo commercial, sendo a materia commercial.”

Fóra destes casos (acção civil que fôr real, ou mixta de real e pessoal) a reconvenção induz a prorrogação da jurisdicção commercial (Regul. 737 de 1850, art. 110). O art. 9 do mesmo Regulamento (A jurisdicção dos tribunaes e juizes do commercio, *salvo o caso de reconvenção*, é restricta e improrrogavel) entendido de accordo com o art. 110, suffraga doutrina contraria á de T. de Freitas. Portanto nas acções que não forem das exceptuadas no art. 110, póde haver era causa commercial reconvenção allegando materia civil e vice versa, prorogando-se assim a jurisdicção commercial por meio da reconvenção. *Vide sobre reconvenção e seu processo o Regul. 737 de 25 de Novembro de 1850, art. 103 a 110. Diz ainda P. de Freitas, nota 356 ao § CLVI:*

Como a reconvenção é uma acção, segue-se que para ella se requer nova citação pessoal, e não bastando que se faça na pessoa do procurador, excepto: I. se esto propôz a demanda por procuração geral, posto que n’ella haja clausula de reserva de nova citação (Ord. l. 3, tit. 2 pr.) estando ausente sua constituinte fóra da comarca. II. se for procurador em causa propria. E ainda que se exija nova citação, não segue-se dever preceder o meio reconciliatorio pela razão da nota 169 supra (Esta nota diz: Bem avisada foi a Prax. For de Moraes Carvalho, § 170 o nota 69, e a de Ramalho, § 71, não sujeitando ao meio reconciliatorio as questões incidentes em processos começados, como do reconvenções, opposições, embargos de terceiro, artigos de preferencia, etc., pois desde logo se alcança em prima leitura que o art. 161 da Const. do Imperio só legislou para processos a começar); mas o contrario usa-se no nosso foro civil, embora a reconvenção seja um dos incidentes das causas ordinarias (Ramalho, *Prax. Brazil.*, nota ao § 71, Ribas, *Consol.*, art. 616). Digo no nosso foro civil porque no foro commercial o art. 103 do Regul. 737, até dispensou a prévia citação do auctor.”

E também dispensou a reconciliação no art. 23, § 4, o por isso diz Ramalho, *obr. cit.* nota ao § 251: No foro commercial não é necessaria nem a conciliação, nem a citação. Hoje,

E reconvindo o réo ao autor

P. que ao réo é o auctor deverdor da quantia de... proveniente de tal ou tal transacção, etc.

(Exporá em artigos toda a materia de reconvenção.)

Quando da contestação constar a arguição de nullidade, o juiz tomando d'ella conhecimento verbal e summario em audiencia, ou mandando que os autos lhe sejam conclusos, supprirá ou pronunciará a nullidade como fôr de direito.

Não sendo a contestação offerecida no termo assignado, seguir-se-ha a dilação das provas.

Entregue a contestação no cartorio do escrivão, este fará os autos conclusos ao juiz por termo de conclusão, o qual dará o seguinte

Despacho.

Recebo a contestação. Sigam-se os termos. Data. — Rubrica.

O escrivão porá o termo de publicação, e lavrará o termo de vista ao advogado do autor, marcando-lhe o praso de dez dias para vir com a sua replica.⁵⁷

finalmente, dispensada a conciliação pelo Dec. n. 359 de 26 do Abril de 1890, não se faz necessaria no foro civil, o que não impede as partes se reconciliarem, transigirem, ou entrarem em accordo em qualquer phase da demanda na fôrma do mesmo decreto. Vide Dec. 848 do 11 de Outubro de 1890, arts. 143 a 148.

⁵⁷ Réplica é a aleegação atriculada do autor, em que refuta a contrariedade do réo; assim define Ramalho *Prax. Braz.*, § 133. É o acto escripto pelo qual responde o autor á contrariedade, ams insistindo em seu libello; assim melhor e mais genericamente define Per. E Souza *Prim. Linh. Do Proc. Cvil*, edic. de T. de Freitas, § CLXVII. A réplica só tem logar nas causas ordinarias, nunca nas summarias e não tornarem-se ordinarias. É da

O advogado se vir que não é necessario replicar por artigos, pois a materia da contestação não illidio a acção, replicará por negação, pela fórmula seguinte:

Réplica por negação.

Replica-se por negação como protesto de convencer afinal.

e C.

Assigna o advogado.

Se tiver materia para réplica, dirá:

Replicando

Diz o autor F... contra

O réo F... por esta e melhor via de direito o seguinte:

E. S. N.

1º

Que o allegado pelo réo F... em sua contestação de fl.. não passa de um meio protelatorio afim de furtar-se á obrigação, que contrahiu, e que aliás consta do documento a fl..., e mais

2º

Que...

substancia do juizo em todas as causas processadas ordinariamente; a omissão d'ella produz nullidade insanavel. Abolida pelo art. 14 da Disp. Provisoria, foi restabelecida pelo art. 120 da lei de 3 de Dezembro de 1841. Ramalho, cit. § 133, nota *a*, § 134, T. De Freitas, cit. nota 371. *Vide* estes A.A. Do mesmo modo se entende a *Tréplica*, que está para a contrariedade, como a réplica para o libello. As regras a que uma está sujeita applicam-se á outra.

3.º

Que... (*toda a materia da replica será apresentada em artigos, concluindo-se*). E n'estes termos

4.º

E nos melhores de Direito a presente réplica deve ser recebida e afinal julgada provada para ser o réo condemnado na fôrma do pedido e custas.

P. R. e C. de J.

P. P. N. N. e C.

Protesta-se pelo depoimento do réo na parte em que fôr util.

Assigna o advogado.

O escrivão põe o termo da data na réplica, e faz os autos conclusos ao juiz. O Juiz dará o seguinte

Despacho

Recebo a replica. Dê-se vista ao réo para treplicar no termo da lei. Data. — Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação e faz os autos com vista ao réo por dez dias.

O advogado do réo póde treplicar por negação, pela maneira seguinte:

*Tréplica por negação*⁵⁸.

Treplica-se por negação com protesto de convencer afinal.

e C.

Assigna o advogado.

Se tem materia, treplicará por artigos, pela
maneira seguinte:

Treplicando diz o réo F... contra o autor F... por esta e melhor
fórma de Direito o seguinte:

E. S. C.

P... e mais

P... portanto

P... (*Em artigos deduzirá toda a materia da tréplica,
concluindo*). E em taes termos

P. que nos melhores de direito hão de os presentes artigos ser
recebidos e afinal julgados provados para o fim de ser o réo absolvido da
Instancia e do pedido, julgando-se improcedente a acção, e
condemnando-se o autor nas custas.

P. R. e C. de J.

P. P. N. N. e C.

E pelo depoimento do autor sob pena de confesso e exame de
seus livros, etc. (*se fôr preciso*).

⁵⁸ Vide nota anterior.

Assigna o advogado.

O escrivão põe o termo de data e faz o autos conclusos.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebida. Em prova. — Rubrica.

AUTORIA ⁵⁹.

Se o réo, possuindo a cousa, que lhe é pedida na acção, em seu proprio nome, tendo-a havido de outrem, quizer chamar este, de quem houve a dita cousa, á autoria, o fará requerendo a sua citação na audiencia em que fôr proposta a acção.

O sollicitador do réo, logo que fôr accusada a citação do seu constituinte, fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... meu constituinte, requeiro que seja citado F... afim de vir á autoria como a pessoa de quem o dito meu constituinte houve a *cousa* pedida na presente acção, ficando no emtanto suspenso

⁵⁹ Autoria é o acto pelo qual o réo, sendo demandado, chama a Juizo aquelle de quem houve a cousa que se pede. Compete a autoria sómente áquelle que possui em seu proprio nome. Regul. 737 de 1850, arts. 111 a 116. *Vide* Ramalho cit. § 252 e s. T. De Freitas cit. §§ CLXXIX e CLXXXIX e notas. *Vide* Dec. 848 de 11 de Outubro 1870, arts. 149 e 154.

todo e qualquer procedimento até fazer-se effectiva a requerida citação, visto morar o chamado á autoria (*na mesma provincia ou em tal lugar*).

Se porém morar em lugar incerto, requerer-se-ha a citação edictal, ficando sempre a causa suspensa.

Se morar, porém, fóra da Provincia ou do Imperio, a causa proseguirá, não obstante a expedição da precatoria.⁶⁰

O juiz, nos dois primeiros casos, deferirá : no terceiro, porém, marcará o praso dentro do qual o réo deve fazer essas citações.

Deferindo o juiz, o escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiência.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta.., em audiencia publica que em casa de sua residencia (*ou em tal lugar*) fazia o Dr. F... Juiz e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado vim, ahi pelo sollicitador F... foi requerido, que por parte de seu constituinte F... morador em... para vir á autoria responder pela cousa pedida na presente acção, visto ter sido d'elle de quem o referido seu constituinte houve a mesma cousa; ficando no emtanto suspensa esta causa até ser citado o mencionado F... O que ouvido pelo dito juiz, assim deferio. E para constar lavrei este termo da cota tomada no protocollo das audiencias, a que me reporto. Eu F... escrivão o escrevi.

Depois disto o réo fará a seguinte

⁶⁰ Fica entendido que depois da proclamação da Republica dos Estados Unidos do Brazil, as antigas provincias constituiram-se em Estados autonomos e substituida a fórmula de governo monarchica pela republicana, o leitor fará a substituição das palavras — *Provincia* — e — *Imperio* — por — *Estado* — e *Republica*. Esta obra do A. foi dada á publicidade antes de 1889.

Petição para ser citado o chamado á autoria.

Illm. Sr. Juiz.

Diz F..., que havendo requerido na audiencia em que foi proposta a acção, que contra elle move F... que fosse citado para vir á autoria F..., de quem o mesmo supplicante houve a cousa pedida na acção, e cuja cousa sempre possuiu em seu proprio nome, quer agora o supplicante fazer electiva essa citação. Portanto

P. a V. S. se digne mandar que ella se faça com pena de lançamento, ficando no entretanto a causa suspensa.

E. R. M.

Assigna o advogado.

N. B. Se o chamado á autoria morar fóra do districto da jurisdição, requerer-se-ha que a citação se faça por meio de precatoria.

Se morar em lugar não sabido, requerer-se-ha que se faça a dita citação por meio de Editaes.

Se morar fora da Provincia ou do Imperio, requerer-se-ha que ella seja feita por Precatoria, proseguindo no emtanto a causa e marcando o juiz praso dentro do qual deve o réo fazer essa citação.

Feita ella, será accusada em audiencia, pela fórma seguinte:

Requerimento de audiencia

Por parte de F... meu constituinte, accuso a citação feita a F... para vir á autoria defender a *cousa* pedida por F... na acção ordinaria, que

contra o mesmo meu constituinte move, e requeiro que debaixo de pregão se haja a referida citação por feita e accusada com pena de lançamento.

O juiz manda apregoar pelo porteiro da audiencia, e defere ao requerimento.

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em audiencia que em tal lugar fazia o Dr. F... Juiz, comigo escrivão de seu cargo ao diante nomeado, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que por parte de seu constituinte F... accusava a citação feita a F.. para vir á autoria defender a cousa, que por esta acção lhe pedia F... e requeria que debaixo de pregão fosse a mesma citação havida por feita e accusada, sob pena de lançamento. O que ouvido pelo dito juiz e informado dos termos dos autos, assim o mandou, E para constar fiz este termo da cota tomada no protocollo das audiencias, a que me reporto. Eu F... escrivão o escrevi.

Se o chamado á autoria não comparece, o réo deve defender a causa até o fim, podendo usar da evicção por acção competente.

Se comparece, porém, com elle proseguirá a causa, não sendo licito ao autor a escolha de litigar com elle ou com o réo principal.

O chamado á autoria receberá a causa no estado em que se achar, sendo-lhe licito allegar o que lhe convier, e ajuntar documentos, porque fica então sendo o verdadeiro réo, e com elle correrão todos os termos (Regul. 131, arts. 111 a 117).

Opposição ⁶¹.

Opposição é o acto de terceiro, que intervém no processo, para excluir o autor e réo.

Se a opposição é proposta depois de assignada a dilação das provas, o juiz mandará que corra em processo separado (auto apartado).

Se porém é proposta antes, corre simultaneamente com a acção.

O oppoente, pois, que quizer usar de seu direito n'este segundo caso, fará a seguinte

Petição para oppor-se ⁶².

Diz F... que havendo F... entrado para a sua casa de negocio, sita em tal lugar, com a condição expressa de não poder occupar-se em nenhuma transacção extranha ao dito estabelecimento, como tudo se vê do contracto (documento ou o que fôr) junto, com manifesta violação do mesmo se empenhou em tal transacção, como tambem se vê do documento junto. N'estes termos vem o supplicante requerer a V. S. se digne mandar, que juntando-se esta aos autos, em que o mesmo F... demanda a F... em acção ordinaria, que corre por este juizo, escrivão F..., se dê vista ao seu advogado, logo que esteja treplicada a dita acção, conforme dispõe o artigo 120 do Reg. de 25 de Novembro de 1839, afim de offerecer seus artigos de opposição. Portanto

⁶¹ Opposição é a acção de terceiro que intervém ao processo para excluir o autor e réo (Regul. 737 de 1850, art. 118). Vide Ramalho cit. § 259 a 261 e notas. T. de Freitas cit. § CLXXV a CLXXVIII e notas. Cordeiro, seguindo a definição de Per. e Souza, substitue a palavra — *acção* — do Regulamento 737 — por — *acto* — Vide Dec. 848 de 11 de Outubro de 1890, arts. 155 a 159.

⁶² Aqui figuro sómente uma hypothese de muitas que se podem dar, unicamente para servir de exemplo; portanto quem d'este mesmo exemplo se quizer aproveitar, faca nos outros casos as devidas alterações (*N. do A.*).

P. a V. S. se digne deferir na fôrma requerida

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data — Rubrica.

O escrivão une aos autos esta petição e procuração por termo de juntada, e depois da tréplica dá vista ao advogado do oppoente por um termo.

O advogado, dentro do prazo de 5 dias, virá com os seus artigos de opposição, que poderão ser, por exemplo, pela maneira seguinte:

Artigos de opposição.

Por artigos de opposição diz como oppoente F...

Contra F... o seguinte:

E. S. C.

P. que o autor obrigou-se para com o oppoente a gerir o seu estabelecimento, que possui em tal lugar sob a condição de... (*dir-se-ha o que houver*). Portanto

P. que o mesmo autor não podia em face d'essa obrigação empenhar-se em nenhuma outra transacção extranha ao dito estabelecimento, tanto mais quando

P... etc.

P... Em termos taes

P... que nos melhores de direito hão de os presentes artigos ser recebidos e afinal julgados provados para o fim do ser o autor excluído da presente acção e condemnado nas custas

P. R. e C. de J.

Protesta-se pelo depoimento do autor (*ou do réo, ou de ambos*) para sómente serem aprovados no util, sob pena de confessos, e pelo exame nos livros sob a pena da lei, etc.⁶³

Assigna o advogado.

O escrivão, pondo o termo de data n'estes artigos, que unirá aos autos, os fará conclusos ao juiz por termo de conclusão.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebo a tréplica do réo a fl..., e recebo os artigos de opposição a fl... Prosiga-se nos termos da causa segundo o disposto no arto 121 do Reg. de 25 de Novembro de 1850. Data. — Rubrica.

O escrivão porá n'este despacho o termo de publicação.

⁶³ Todos estes protestos só se farão quando forem necessarios, do contrario devem ser supprimidos (*N. do A.*).

Em seguida, por termo de vista, manda os autos ao advogado do autor, que dentro de dez dias deve vir com a sua contestação aos artigos.

Esta contestação póde ser, ou simplesmente por negação com protesto de convencer a final, ou por meio de articulados.

Vindo a contestação no prazo dito, o escrivão a junta ao processo por termo de data, e faz os autos conclusos por termo de conclusão.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebida, dê-se vista ao réo para replicar. Data. —Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação e dá vista por termo ao advogado do réo.

Este póde replicar por negação ou por artigos.

Vindo a réplica, o escrivão põe-lhe o termo de data e faz os autos conclusos por termo de conclusão.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebida, dê-se vista ao oppoente para treplicar. Data. —
Rubrica.

O escrivão põe n'este despacho o termo de publicação e dá vista por termo ao advogado do oppoente.

O advogado do oppoente virá com a tréplica, que ainda póde ser por negação ou por articulados.

O escrivão, pondo o termo de data na tréplica, fará os autos conclusos.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebida, ponha-se em prova. Data. — Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação, depois ficará a causa em prova.

Como ao diante tenho de tratar da maneira por que se põem as causas em prova, abstenho-me de o fazer aqui, para evitar desnecessarias repetições.

Do assistente ⁶⁴.

Assistente á aquelle que intervém no processo para defender o seu direito juntamente com o do autor ou do réo.

Para ser, pois, o assistente admittido, é preciso que elle allegue o interesse apparente, que tem na

⁶⁴ Vide Regul. 737 de 1850, arts. 123 a 126, que o A. Reproduz. Vide também Ramalho, *Prax. Brazil.*, § 262 e notas. T. de Freitas cit., nota 136 ao § LXIV. Vide Dec. 848 de 11 de Outubro de 1890, arts. 160 a 163.

causa, como, se é fiador, socio, condomino de coisa indivisa, vendedor de coisa demandada, etc.

O assistente póde vir a Juizo antes ou depois da sentença: mas recebe a causa no estado em que ella se acha, e deve allegar o seu direito nos mesmos termos, que competem aquelle a quem assiste.

O assistente não póde allegar incompetencia ou suspeição.

A maneira pois de qualquer ser assistente em um pleito será fazer uma petição ao juiz da causa, mais ou menos nos termos seguintes:

Petição para ser assistente.

Illm Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que estando F... por este Juizo, escrivão F... a demandar a F... por tal ou tal objecto, quer o supplicante apresentar-se como assistente n'esse pleito, visto ser fiador do dito F... (*socio, condomino dacousa indivisa, vendedor da coisa demandada, etc.*)
Portanto

P. a V. S. se digne mandar, que junta esta aos autos e bem assim a sua procuração, seja elle sempre ouvido para allegar o seu direito nos mesmos termos que competirem áquellie, a quem assiste.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

O escrivão, por termo de juntada une esta petição aos autos, e d'ahi em diante o assistente será sempre ouvido.

Dilação das provas ⁶⁵.

Contestada a acção, replicada, treplicada, com ou sem os incidentes, que atraz vêm mencionados, mandando o juiz pôr a causa em prova, se apresentará na 1^o audiencia o sollicitador d'aquelle que mais interesse tiver no andamento da causa ⁶⁶ e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... ponho em prova de uma só dilação de 30 dias a causa ordinaria, em que o mesmo contende com F... e requeiro que debaixo de pregão fique a dita dilação assignada independentemente de qualquer citação.

O juiz, mandando apregoar a parte contraria, deferirá na fórmula requerida. O escrivão lavra o seguinte

⁶⁵ Vide Regul. 737 de 1830, art. 127 e seguintes. Não correm os termos e dilações havendo impedimento do juiz ou obstaculo judicial opposto pela parte contraria. As dilações são continuas e o seu curso não se suspende ou interrompe pelas ferias supervenientes, salvo se estas absorvem metade da dilação. Regul. 737 cit. arte. 727 e 728: Posta a causa em prova assignar-se ha na mesma audiencia uma só dilação de vinte dias, e esta dilação correrá independentemente de qualquer citação. Vide tambem Dec. 848 de 11 de Outubro de 1890, arts. 161 a 169. Vide sobre as provas admissiveis no juizo commercial o Regul. 737 de 1860, arts. 137 e seguintes. Consulte-se tambem Ramalho, *Prax. Brzsil*, § 144 seguintes, § 152 e seguintes. A respeito das provas dos contractos guardar-se-ha o que está prescripto no Cod. Comm. a respeito dos contractos em geral (Titulo V, parte I) e de cada sa d'elle sen particular; e bem assim os usos do commercio e do costume em geral. Regul. 737, arts. 139, 116 e 218; Cod. Comm., arts. 121, 164, 169, 176, 186, 201, 291, 424 e 673.

⁶⁶ Como a dilação é commum para ambas as partes, qualquer d'elles póde pôr a causa em prova (*N. do A.*).

Termo de audiencia, em que se assigna a dilação para prova.

Aos... dias de... de... n'esta... em audiencia publica que em casa de sua residencia (*ou em tal a parte*) fazia o Dr. F.. Juiz e onde eu escrivão de seu cargo abaixo nomeado vim, ahi pelo sollicitador F... procurador de F... foi dito, que punha em prova a causa ordinaria, em que o mesmo seu constituinte contende com F... e requeria que debaixo de pregão ficasse assignada uma unica dilação de 20 dias, que deveria correr independentemente de qualquer citação. O que ouvido pelo dito Juiz e informado dos termos dos autos, debaixo de pregão assim o deferiu. E para constar fiz este termo da cota tomada no protocollo das audiencias, a que me reporto. Eu F... escrivão o escrevi.

Depois d'isto, a parte que quizer dar testemunhas fará a seguinte

Petição para vêr jurar testemunhas. ⁶⁷

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que achando-se em prova de uma unica dilação de 20 dias a causa em que contende com F... quer fazer citar ao mesmo, ou ao seu procurador, para ver jurar testemunhas no dia, hora e lugar (*se não fôr o do costume*) que lhe fôr designado; portanto

P. a V. S. assim o haja por bem deferir.

E. R. M.

Assigna o Advogado.

⁶⁷ O A. emprega sempre a expressão — para ver *jurar* testemunhas — Abolido o juramento como formalidade essencial no processo, em virtude da separação da Igreja do Estado, as testemunhas apenas prestam o compromisso dedizerem a verdade do que souberem e lhes fôr perguntado. O leitor substituirá, portanto, a fórmula — *para vêr jurar* — pela seguinte — *para vêr depor* — ou — para vêr inquerir — ou *para assistir á inquirição ou depoimento* — emfim, como julgar mais conveniente.

O juiz deferirá pela fôrma seguinte:

Despacho.

Como requer, e o escrivão faça as pedidas designações. Data.

— Rubrica.

Se o proprio juiz fór quem quizer designar o dia e hora, então o fará em seu despacho.

Citada a parte para ver jurar testemunhas, unida a petição e fé de citarão por termo de juntada, no dia se apresentará seu advogado ou procurador, ou a propria parte para inquirir ou reinquirir as testemunhas perante o juiz.

Esta inquirição se fará como atraz mostrei, começando sempre por um termo de assentada.

A citação para vêr jurar testemunhas pode ser requerida e feita na mesma audiencia em que se põe a causa em prova.

Se a parte contra quem se vai produzir testemunhas quizer com antecedencia conhecel-as, fará ao juiz a seguinte

Petição para ter levado a Juizo o rol de testemunhas.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que na causa ordinaria em que contende com F... achando-se ella em prova, quer que o mesmo F... traga a juizo o rol de suas testemunhas com os seus respectivos caracteristicos; portanto

P. a V. S. se digne mandar intimal-o para 24 horas antes da inquirição trazer o mencionado rol, sob pena de lhe não serem tomadas as suas testemunhas.

E. R M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

Intimada a parte, lavrada a fé de citação e unida esta com a petição aos autos por termo de juntada, a parte citada levará ao cartorio do escrivão para este unir aos autos por termo de juntada o seguinte

Rol de testemunhas do autor F... (*ou do réo F...*),

F...de tal... morador em... profissão de...

F... de tal... morador em... profissão...

F... (*e assim tantas quantas forem as testemunhas*).

Data. — Assignatura.

O escrivão conservará depositado em seu cartorio este rol pelo tempo de 24 horas, depois o unirá aos autos por termo de juntada.

O que dito fica acerca do rol e de todos os incidentes de testemunhas, é commum a ambos os litigantes.

Tendo alguma das partes testemunhas fora do termo, deverá protestar por carta de inquirição, ou na acção ou contestação, ou na audiencia (como já o recommendamos), mas nunca depois de assignada a dilação das provas.

No protesto devem ser indicados os artigos ou factos, sobre os quaes serão inquiridas as testemunhas.

Logo pois que uma das partes tiver testemunhas, ou dentro ou fóra do Imperio ⁶⁸, e quizer que sejam ellas inquiridas, deverá pedir a sua carta de inquirição, pelo modo seguinte:

Petição para pedir carta de inquirição.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que na causa em que contende com F... protestou o supplicante (ou na acção, contestação, etc.) por carta de inquirição para (*tal lugar*) portanto

P. a V. se digne mandar-lh'a passar afim das testemunhas deporem sobre os artigos em seu protesto apontados ou sobre taes e taes artigos), dignando-se V. S. assignar a dilação, que irá inserta na

⁶⁸ Dentre ou fóra da Republica, devemos hoje dizer.

mencionada carta e citado o supplicado para vel-a expedir sob pena de revelia.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer, e assigno a dilação de (*tanto tempo*). Data. —
Rubrica.

Feita a citação, apresentada esta petição ao escrivão, elle a unirá aos autos com a fé de citação por termo de juntada, e passará a seguinte

Carta precatoria de inquirição.

Rio de Janeiro (*ou onde fôr*).

Juizo do Commercio de...

Carta Precatoria de inquirição passada a requerimento de F...

Dirigida

Às Justiças em geral (*de tal lugar*) afim de ahi ser cumprida na
fórma abaixo.

O Dr. F... Juiz do Commercio de... etc.

Faço saber a V. S., Illustrissimo Senhor Doutor Juiz... ou a quem suas vezes fizer e o conhecimento d'esta pertencer, que tendo proposto por este Juizo F... uma acção de... contra F... por (*aquelle ou este*) me foi requerida a presente carta de inquirição, como se vê de sua petição n'esta transcripta, para serem inquiridas as testemunhas, que por

elle ahi forem apresentadas na prova de... e sobre os artigos, cujo theor é o seguinte; (*Segue-se a transcripção dos artigos sobre que se quer perguntar testemunhas. Depois de transcriptos os artigos dir-se-ha*): Era o que continhão os ditos artigos, sobre os quaes têm de depôr as testemunhas, em virtude da petição que me foi dirigida do theor seguinte: (*Transcreve-se a petição que pediu a carta de inquirição, sem despacho e fé de citação, concluindo-se a mesma carta pelai maneira seguinte*): Nada mais se continha na dita petição, seu despacho e fé de citação acima, em virtude do que se passou a presente carta precatoria de inquirição, que com o theor da qual depreco a V. S. Illustrissimo Senhor Doutor Juiz de... (*ou quem fôr*) ou quem suas vezes fizer, e o cumprimento d'esta haja de pertencer, que sendo-lhe esta apresentada e transitada livremente pela Chancellaria (*onde a houver*) a faça cumprir e guardar, como na mesma se contém e declara. E em seu cumprimento, e depois que V. S. pozer n'ella o seu — Cumpra-se — mandará que o escrivão, a quem fôr distribuida, marque dia e hora afim de serem ahi inquiridas as testemunhas, que, por parte do supplicante F... forem apresentadas sobre os artigos n'esta transcriptos, escrevendo-se o que a respeito disserem as ditas testemunhas, e cuja inquirição, assim concluida na fórmula do estylo, será remettida com esta a este meu Juizo, afim de que sendo junta aos referidos autos, sigam seus devidos termos. E caso o supplicado ahi se opponha ao cumprimento d'esta, V. S. não tomará d'essa opposição conhecimento algum, e sim fará remetter a este Juizo tudo quanto apresentar, para ser por mim deferido, como for de justiça á parte, e a mim fará mercê. Dada e passada n'esta (*cidade ou villa de...*) aos... do mez de... do anno de...

Esta vai por mim assignada, escripta (*ou subscripta*) por F..., escrivão do meu cargo.

Pagou de feitio d'esta (*tanto*), de assignatura (*tanto*), e de chancellaria (*se ha ouver, tanto*). E eu F... escrivão que a escrevi (*ou subscrevi*). Assignatura do Juiz. Concertada por mim escrivão

F...

E por mim escrevão

F...

Remettida esta precatoria ao lugar de seu destino, é apresentada ao juiz. Este, se tem mais de um escrevão, põe o seguinte

Despacho.

Distribuida, cumpra-se. Data. — Rubrica.

Se o juiz é quem distribue, dá o seguinte

Despacho.

Ao escrevão F..., cumpra-se. Data. — Rubrica.

Se tem um só escrevão, dará simplesmente o seguinte

Despacho.

Cumpra-se. Data. — Rubrica.

O escrevão, a quem fôr esta carta entregue, tratará logo de autual-a, e então fará pela maneira seguinte:

Autuação da carta de inquirição.

19...

Juizo de...

Escrivão F..

Carta Precatoria inquiritoria.

F... Supplicante.

F... Supplicado.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de...
aos... dias do mez de... do dito anno... n'esta... em meu cartorio, autuei a
petição, despacho, carta precatoria inquiritoria, e procuração bastante,
que se seguem, para ter lugar os devidos termos. E para constar faço esta
autuação... Eu F... escrivão o escrevi.

O procurador do supplicante, que deve ter a
competente procuração, fará ao juiz a seguinte

Petição pedindo dia para dar testemunhas.

Illm. Sr. Dr...

Diz F... morador em tal lugar e n'esta por seu bastante
procurador, que para bem de se tornar exequivel a precatoria remetida
de tal Juizo, já mandada cumprir por V. S., necessita que se marque dia e
hora para a inquirição das testemunhas, cujos nomes vão abaixo
mencionados.

P. deferimento.

E. R. M.

Assigna.

(Seguem-se os nomes das testemunhas.)

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Sim, e marco o dia tal (*ou marque o escrivão*). Data. —

Rubrica.

Note-se que o supplicado logo que fôr citado para vêr expedir a carta, deve tratar de constituir procurador no lugar, onde se vão inquirir as testemunhas, e então esse dito procurador fará ao juiz a seguinte

Petição.

Illm. Sr. Dr...

Diz F... morador em... e n'esta por seu bastante procurador, que havendo sido intimado para ver expedir uma carta de inquirição para este Juizo, quer o supplicante fazer juntar á mesma sua procuração, afim de ser intimado para o dia e hora em que tiver lugar a dita inquirição. Assim

P. a V. S. se digne ordenar.

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Junte-se. Data. — Rubrica.

O procurador leva esta petição com o despacho ao
escrivão a quem foi distribuida a carta, e esto a junta á
mesma carta por termo de juntada.

Marcado o dia e a hora para a inquirição, o
procurador do supplicante fará a seguinte

Petição para ser intimado o procurador do supplicado.

Illm. S. Dr...

Diz F... que estando designado o dia... ás... horas, para serem
inquiridas as estemunhas constantes da carta de inquirição, que para este
Juizo foi remettida do Juizo de..., quer o supplicante fazer citar o
procurador do supplicado para assistir á mesma inquirição, pena de
revelia; portanto

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Cite-se. Data. — Rubrica.

Feita a citação, e junta a petição, despacho e fé da
mesma citação aos autos, por termo de juntada, no dia

designado se procede á inquirição, como já por vezes tenho dito, começando ella por um termo de assentada.

Finda a inquirição, o escrivão faz os autos conclusos ao juiz.

Este dará o seguinte

Despacho.

Devolva-se ao Juizo deprecante, ficando traslado e pagas as custas. Data. — Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação e intima este despacho aos procuradores das partes, lavrando da intimação a competente certidão que póde ir inserta no mesmo termo de publicação, se as partes, ou seus procuradores estiveram presentes, declarando isso mesmo o escrivão no termo.

Depois de ter tirado o traslado e pagas as custas, faz o escrivão remessa da carta para o Juizo d'onde veio, pelo seguinte

Termo de remessa.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em meu cartorio faço remessa destes autos ao Juizo deprecante a entregar ao respectivo escrivão F... ou quem suas vezes fizer. E para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

O escrivão que recebe os autos lavra o seguinte

Termo de recebimento.

Aos... dias do mez de... do anno de... em meu cartorio recebi estes autos, vindos do Juizo de... com a inquirição a fl... E para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Recebida a precatoria, junta-se aos autos por termo de juntada, e segue a mais prova.

N. B. A carta de inquirição não pode ser denegada para dentro ou fóra do Imperio, senão nos casos em que o Codigo não admite prova testemunhavel.⁶⁹

A carta de inquirição para dentro ou fora do Imperio é suspensiva havendo accordo das partes por termo nos autos.

Se as partes pois quizerem que a carta de inquirição suspenda o andamento da causa, uma d'ellas, ou ambas, farão ao juiz a seguinte

Petição para assignar termo, afim de ser suspensiva a carta de inquirição.

Illm. Sr. Dr...

Diz F... que na causa em que contende com F... requereu o supplicante carta de inquirição para (*tal lugar*), e como tenha concordado com o supplicado ser a mesma suspensiva, vera por isso requerer a V. S. se digne mandar tomar-lhe o necessario termo. Assim,

P. a V. S. se digne deferir.

⁶⁹ Para dentro ou fóra da Republica, deverá dizer-se hoje. É inadmissivel a prova testemunhal, para aprova dos contractos que conforme o Cod. Comm. só podem ser provados por escripto ou cujo valor exceder a 400\$000. Em transacções de maior quantia, a prova testemunhal sómente será admittida como subsidiaria de outras provas por escripto (Cod Comm., art. 123). É tambem inadmissivel a prova testemunhal contra ou além do conteudo do instrumento de sociedade. (Cod. Comm., art. 300. Regul. 787 arts. 182 a 133).

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Tome-se. Data. — Rubrica.

Levada esta petição ao escrivão, elle lavra o seguinte

Termo de convenção para a carta de inquirição suspender a acção.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em meu cartorio compareceram perante mim escrivão abaixo nomeado, F... e F... reconhecidos pelos proprios, e disseram, que em virtude da petição retro e seu despacho, vinhão assignar termo de ficar suspensa a acção *tal*, que entre si movem, durante a expedição, andamento e execução da carta de inquirição, que a requerimento do dito F... foi pedida. E porque na mesma suspensão convinham e assim o declararam, lavrei este termo para constar, que assignam. Eu F... escrivão o escrevi.

F... e F... (Assignaturas).

O escrivão une a petição e o termo aos autos pôr termo de juntada, e fica suspenso o andamento da causa até vir a carta.

Suspende-se tambem o andamento da causa quando o contracto ou facto, que forem objecto principal da demanda, tiver acontecido no lugar, para o qual se

pede carta de inquirição, e ao juiz parecer esta prova necessaria.

Advirta-se, que quando a carta de inquirição é suspensiva, e não chega no termo assignado, prosegue o processo, se a parte o requerer.

A parte pois que quizer o andamento do processo, fará ao juiz a seguinte

Petição para proseguir a causa.

Diz F... que tendo por termo, assignado nos autos, concordado com F... o ficar suspensa a causa, que contra elle move, em quanto se cumpria a carta de inquirição, que foi requerida para (*tal juizo*), acontece que a mesma carta não foi devolvida a este Juizo no praso assignado; portanto o supplicante

P. a V. S. se digne mandar que a causa continue, citado o supplicado.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará por cautela o seguinte

Despacho.

Informe o escrivão. Data. — Rubrica

Levada a petição, o escrivão dará (se fôr exacta) a seguinte

Informação.

Illm. Sr..

Informo a V. S., que é exacto o que supplicante allega. Data.
— Assignatura.

Em vista da informação o juiz fará o seguinte

Despacho.

Em vista da informação, como requer. Data. — Rubrica.

Levada esta petição ao escrivão, e citado o supplicado, do que se lavrará certidão, a causa continua.

Quando a carta de inquirição fôr suspensiva e vier depois do lançamento, ou quando não fôr suspensiva, se juntará aos autos como documento, ou com as allegações finaes, ou com as razões de appellação, ou com os embargos, que são admissiveis na causa, em execução.

Observações sobre testemunhas.

As testemunhas devem ser juramentadas conforme a Religião de cada uma, excepto se forem de tal seita, que prohiba o juramento.⁷⁰

⁷⁰ É disposição do art. 175 do Regul. 737 de 1850, promulgado quando pelo art. 5.º da Constituição do Imperio, havia uma religião do Estado. Ainda assim esta disposição do Regul. 737 é um reconhecimento formal da liberdade religiosa. Hoje, separada a Religião do Estado, o juramento não é mais exigível como formalidade processual.

Devem declarar seus nomes, pronomes, idade, profissão, estado, domicilio, ou residencia, se são parentes, em que gráo, amigos ou inimigos, ou dependentes de alguma das partes.

Não podem ser testemunhas o ascendente, descendente, marido, mulher, parente consanguineo, ou affim por Direito Canonico até o 2.º gráo, o escravo e o menor de 14 annos.⁷¹

Se alguma testemunha houver de ausentar-se, ou por sua avançada idade, ou estado valetudinario houver receio, de que ao tempo da prova já não exista, poderá, citada a parte, ser inquirida a requerimento dos interessados, aos quaes será entregue o depoimento, para d'elle se servirem, quando e como lhes convier.

A maneira de se effectuar esta disposição será fazendo-se ao juiz a seguinte

Petição para ser inquirida uma testemunha antes de assignada a dilação.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que na causa em que contende com F... terá de produzir sua prova testemunhal em tempo opportuno; mas acontecendo ser uma das testemunhas, que mais sabe da questão, F..., que tem de retirar-se para a Europa no proximo paquete (*ou que por seu estado de molestia ou avançada idade*) presumivelmente não poderá depôr na época legal, quer o supplicante que V. S. se digne anticipadamente tomar o seu

⁷¹ E tambem disposição do art. 177 do Regul. 737 de 1850. Hoje não temos mais escravos no Brazil. A lei de 13 de Maio de 1888 aboliu a escravidão. Os grãos de parentesco contão-se hoje por direito civil e não por direito canonico, nos actos da vida civil, está entendido.

depoimento, citada a parte contraria, com pena de revelia, entregando-o depois ao supplicante, para usar d'elle como e quando lhe convier. O supplicante

P. a V. S. se digne assim o mandar, designando o dia para tal diligencia (*se ella se fizer em juizo, do contrario dir-se-ha*) designando o dia para ir á residencia do referido F.,. á rua de... casa nº... afim de ahi tomar o seu depoimento.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer, e designo o dia... ás tantas horas (ou designe o escrivão dia). Data. — Rubrica.

Designado o dia, far-se-ha a citação do supplicado, e lavrada a competente fé, entregue a petição ao escrivão, no dia designado, com a presença do mesmo supplicado ou á sua revelia, será inquirida a testemunha, começando-se por termo de assentada.

Tomado o depoimento competentemente assignado pelo juiz, testemunha, partes ou seus procuradores, será entregue ao interessado.

As testemunhas serão perguntadas ou reperguntadas sómente sobre os factos allegados na acção, contestação, réplica e tréplica, e suas circunstancias.

As testemunhas podem comparecer independentemente de citação; mas se forem citadas e não comparacerem, serão conduzidas debaixo de vara, e o juiz procederá contra ellas conforme os artigos 212, § 2.º do Cod. do Proc. Crim. e 53 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

As testemunhas serão inquiridas pelas proprias partes que as produzirem, ou por seus advogados, ou procuradores, e reperguntadas e contestadas pela parte contraria, ou por seus advogados, ou procuradores; os depoimentos serão escriptos pelo escrivão e rubricados pelo juiz, que assistirá á inquirição para deferir juramento ás testemunhas e manter a ordem.

No acto da inquirição póderá o juiz fazer ás testemunhas as perguntas que julgar convenientes (artigos 175 *usque* 183 do Reg.)

Do depoimento das partes ⁷².

Se o autor ou o réo tiver protestado pelo depoimento do contrario e quizer que elle deponha, fará a seguinte

Petição para citar-se a parte para vir depôr.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que na causa em que contende com F... por este Juizo, escrivão F... protestou o supplicante pelo depoimento do referido F... para approval-o sómente no util; e como agora para melhor

⁷² Vide Reg. 737 de 1850, arts. 206 a 208.

esclarecimento da verdade se faça preciso que elle venha depôr, por isso o supplicante

P. a V. S. se digne mandar, que designados dia e hora para o dito depoimento, seja o mesmo supplicado citado, sob pena de confesso, caso não compareça.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Sim. Data. — Rubrica.

A parte que requer, se o juiz não marcou o dia, leva a petição ao escrivão para este marcar-o, o que feito, será o supplicado intimado, lavrada a certidão, e accusada a citação na primeira audiencia entrega-se ao escrivão, que unirá aos autos por termo de juntada.

No dia aprazado, em presença do juiz e das partes, comparecendo o intimado, fará as declarações aos artigos sobre que fôr perguntado, do que o escrivão lavrará o seguinte

Depoimento do autor F... (ou do réo F...).

Aos... dias do mez de... do anno de... em audiencia publica que em tal lugar fazia o Dr. F... Juiz de... comigo escrivão de seu cargo ao diante nomeado, ahi presentes F... e F... e os advogados F... e F...,

compareceu F... para depor (*sobre taes ou taes artigos da acção, contestação, réplica, ou o que fôr*) e sendo perguntado por F... procurador do autor (*ou do réo*) ao 1.º disse... (*escrever-se-ha tudo quanto responder*), ao 2.º disse.... (*e assim paradiante*).

E como nada mais depoz, nem lhe foi perguntado, este assigna, depois de ler, e achar conforme, com o dito juiz (*partes ou seus procuradores*). E eu F... escrivão o escrevi.

Rubrica do juiz.

Assignatura do depoente.

Dita do inquiridor.

Se não souber (*ou puder*) escrever, assignará outrem a seu rogo, e o escrivão dirá e este assigna a seu rogo por não poder (*ou saber*) escrever F... depois de ler e achar conforme, com o dito juiz, etc. Se o depoente não comparece, o escrivão para constar deverá lavrar a seguinte

Certidão de não comparecimento do depoente.

Certifico que tendo sido intimado F... para, a requerimento de F... vir depor n'este processo na audiencia de hoje sobre taes ou taes artigos, não compareceu, nem mandou ascusa legitima. O referido é verdade, do que dou fé. Data.

O escrivão F...⁷³

⁷³ Querem alguns, que esta intimação para a parte depor seja accusada em audiencia, afim de ter lugar o lançamento e a comminação da pena de confesso, mas eu não acho esta pratica, nem necessaria, nem fundada em lei. A certidão passada pelo escrivão tem tanto valor, como o termo de audiencia, e então á vista d'ella, quando os autos forem á conclusão final, o juiz a attenderá como fôr de direito (N. do A.). Esta observação

N. B. O depoimento da parte prova plenamente contra ella, mas não a favor, e sómente podem depor aquelles que estão na livre administração de seus bens.

Se a parte não comparece, ou comparece e não quer depor, é havida por confessa.

Para que a parte seja obrigada a depor, é essencial: 1.º que os artigos sejam claros, precisos, não contradictorios, não diffamatorios, e nem meramente negativos; 2.º que os artigos versem sobre materia de facto, e sobre cousa certa e pertencente, ou connexa com a causa (arts. 206, 201 e 20 e do Reg.).

Do exame em livros. ⁷⁴

Nenhuma autoridade, juizo ou tribunal, debaixo de pretexto algum, por mais especioso que seja, póde

simplifica o processo, mas pensamos que será melhor o primeiro alvitre (accusar em audiencia e comminar a pena depois do lançamento). Assim aconselhamos, não só porque trata-se de comminar uma pena, que será confirmada pelo juiz, como também porque garante mais os direitos do autor e do réo. Assim, por cautela sempre praticamos, principalmente hoje que os escrivães estão abarrotados de serviço.

⁷⁴ Vide Cod. Comm. II, cap. II, das obrigações communs a todos os commerciantes: dos livros que são obrigados a ter e de como devem fazer a escripturação. Comprehende-se debaixo de nome — Livros de Commercio — toda a escripturação d'um negociante, mercador ou banqueiro, relativa a seu respectivo commercio, consignados em registros ou diarios que por encadernação se chamão livros. Em regra ninguém pode crear para si mesmo um titulo: a boa fé e celeridade que presidem ao commercio fizerão uma excepção a esse principio, e os negociantes podem deduzir direitos, uns contra os outros, dos seus livros. A sua regularidade attestando a sua boa fé e vigilancia, ha de protegê-lo contra os reveses da fortuna; assim como a sua irregularidade expô-lo ao castigo, que a lei fulmina contra os fallidos de má fé. D'aqui a importancia dada aos livros de commercio. (Rogron). Vide Ferreira Borges, *Dicc. jurid. Comm. ob. Livros de Commercio*. Os livros que os negociantes são obrigados a ter indispensavelmente são: Diario e o Cópia-caixa. Cod. Comm. art. 11 e seguintes. Vide. Os demais, como Caixa, Contas correntes, Razão, Borradores, são pois considerados auxiliares, em face d'aquelle artigo do Cod. — A palavra exhibição no sentido do processo commercial é a traducção da materia comprehendida noCodigo, no Digesto, nos títulos *de Edendo*, e *de Tabulis exhibendis* e comprehende, portanto, não só o simples acto de trazel-os a juizo, mas também a comunicação de seu conteudo. Vide Ferreira Borges, *Dicc. jurid. Comm. vb. Exhibição de livros commerciaes em juizo*. Vide também Rogron, *Dir. Comm.*

praticar, ou ordenar alguma diligencia para examinar se o commerciante arruma ou não devidamente seus livros de escripturação mercantil, ou n'elles tem commettido algum vicio.

A exhibição judicial dos livros de escripturação commercial por inteiro, ou de balanços geraes de qualquer casa de commercio, só póde ser ordenada em favor dos interessados em questões de successão, communhão, ou sociedade, administração ou gestão mercantil por conta de outrem, e em caso de quebra.

Todavia o Juiz ou Tribunal de Commercio, que conhecer de uma causa, poderá, a requerimento de parte ou mesmo *ex officio* ordenar na pendencia da lide, que os livros de qualquer, ou de ambos os litigantes, sejam examinados na presença do commerciante, a quem pertencerem, e debaixo de suas vistas, ou de pessoa por elle nomeada, para d'elles se averiguar e extrahir o tocante á questão.

Se os livros se acharem em diverso districto, o exame será feito pelo Juiz do Commercio respectivo na fórma sobredita, com declaração, porém, de que em nenhum caso os referidos livros poderão ser transportados para fóra do domicilio do commerciante, a quem pertencerem, ainda que elle n'isso convenha (arts. 11, 18 e 19 doCodigo).

O exame tambem póde ser feito sobre firmas, ou documentos; portanto, sendo feito *ex officio*, o Juiz o ordenará, nomeando os peritos, que a elle deverão proceder; se fôr a requerimento de parte, esta deverá fazer a seguinte

Petição para proceder-se a exame,

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que na acção que move contra F... (*ou que lhe propoz F...*) protestou o supplicante (*dirá em que peça dos autos fez o protesto*) pelo exame de... (*dirá o objecto sobre que quer que se proceda a exame*) afim de verificar-se (*tal ou tal cousa*); portanto

P. a V. S. se digne mandar intimar o supplicado para na 1.º audiencia d'este Juizo vir nomear e approvar peritos, que procedam ao referido exame, sob pena de se proceder á sua revelia.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho

Como requer. Data. — Rubrica.

A parte mandará fazer a citação, e lavrad a fé, seu solicitador na 1.ª audiencia fará o seguinte.

Requerimento verbal

Por parte de F... meu constituinte, accuso a citação feita a F... para na present audiencia nomear peritos, que procedão a exame em *tal cousa* para o fim de (*dirá o fim*), e requeiro que debaixo de pregão, havida a citação por accusadam sejam nomeados e approvados os mesmos peritos á sia revelia.

O juiz manda apregoar.

Se não comparecer, o solicitador do supplicante apresenta os seus louvados, e o juiz os approva, e nomeia por parte do supplicado.

Se comparece, nomeará e approvará os que lhe parecer, e não concordando absolutamente, nomeará o juiz.

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiencia

Aos... dias dos mez de... de... n'esta... em audiencia publica que em *tal parte* fazia o Dr. F... Juiz... comigo escrivão de seu cargo abaixo nomeado, ahi comparece o solicitador F... para n'esta audiencia approvar e nomear peritos, que procedessem ao exame de *tal cousa* para *tal fim*, e requeira que debaixo de pregão se houvesse a citação por feita e accusada, procedendo-se á nomeação e approvação, dos ditos louvados á revelia do contrario. O que ouvido pelo dito juiz mandou apregoar o dito F... o qual comparecendo approvou F... e nomeou F... (*ou não comparecendo, o juiz á sua revelia approvou F... e nomeou F...*). Do que para constar fiz este termo tomado da cota do protocollo das audiencias, a que me reporto. Eu F... escrivão o escrevi.

Logo depois d'este requerimento, a parte que deseja o exame tará a seguinte

Petição para marcar-se dia para o exame.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F .. que tendo de proceder-se a um exame em *tal cousa* e para *tal fim*, para o que já foram nomeados os peritos, quer agora que se lhe marque o dia para se fazer o dito exame; portanto

P. a V. S. se digne mandar que designado o referido dia, sejam citados os peritos, com as penas da lei, e o supplicado com a de revelia.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer, e marco o dia tal (*ou marque o escrivão*), citados os peritos, e o supplicado. Data. — Rubrica.

Dado este despacho, far-se-hão as intimações.

Estas se forem por official de justiça, juntar-se-hão aos autos com a petição que as ordenou, por termo de juntada.

Se forem por carta do escrivão, então elle juntará a petição aos autos e mandará aos peritos as cartas do teor seguinte ^{74A}:

Carta de citação.

Illm. Sr.

^{74A} A pratica substituiu estas curtas pela intimação do escrivão, que lavra a certidão respectiva.

Por ordem do Illm. Sr. Dr. F... Juiz do Commercio intimo a V. S. para no dia... ás tantas horas vir a este Juizo para servir de perito na causa em que F... contende com F... sobre *tal ou tal cousa* e para *tal fim*.
Data.

O Escrivão F...

A pessoa, que receber esta carta, a recambiará, ou n'ella respondendo, que não póde acceitar (*e dará as rasóes*) ou (*no caso de aceitar n'ella escreverá*). Fico sciente. Data. — Assignatura.

O escrivão unirá esta carta aos autos por termo de juntada e lavrará a seguinte

Certidão de intimação

Certifico que intimei F.. para no dia... vir a Juizo prestar juramento e servir de perito no exame que foi requerido por F... constante da petição a fl... O referido é verdade do que dou fé. Data.

O escrivão.⁷⁵

Citados os peritos e o supplicado, no dia designado, em presença d'este, ou á sua revelia, o juiz deferirá aos peritos o juramento dos Santos Evangelhos. Do que lavrará o escrivão o seguinte

75 Alguns querem que seja só bastabte a resposta do citado na carta de intimação, ficando ella unida aos autos: no emtanto, parece-me mais curial que oescrivão certifique, e porte por fé, pois assim tem mais valor.

*Termo de juramento a peritos para exame*⁷⁶

Aos... dias do mez... de... n'esta... em casas das audiencias (ou da residencia do Dr. F... Juiz do Commercio de... onde eu escrivão dese cargo abaixo nomeado fui vindo, presentes F... e F. Peritos nomeados para procederem ao exame *tal*, (*dir-se-ha o objecto do exame*) o juiz lhes deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em livro d'elles em que puzeram suas mãos direitas (ou em suas mãos), e lhes encarregou de bem e fielmente procederem ao exame requerido, e sendo por elles recebido o juramento assim o prometteram cumprir. E de como assim o disseram e juráram, lavro o presente termo, que assignam com o juiz. Eu F.... escrivão o escrevi. — Rubrica do juiz.

Assignatura dos peritos.⁷⁷

Lavrado o termo de juramento, se procederá ao exame, e n'esse acto, quem o tiver requerido poderá por si, ou seu procurador, apresentar os quesitos.

Depois de concluído o exame, o escrivão lavrará o seguinte

Auto de exame.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, em *tal lugar*, onde se achava o Dr. F... Juizo do... comigo escrivão de seu cargo ao diante nomeado, ahi presentes F... F... F..., o juiz concedeu a palavra a F... procurador do autor, para requerer o que fosse a bem de seu direito. E por elle foi

⁷⁶ Já tenho dito que esses *termos de juramento* são substituidos por *termos de compromisso*.

⁷⁷ Temos visto em alguns Juizos mencionar-se apenas no auto do exame, que os Peritos foram juramentados, sem que se faça termo especial do juramento mas esta pratica não me parece muito de accordo com o Reg. Com., pois elle diz no art. 202, fallando dos Arbitradores — *prestado o juramento, se não comparecerem etc.*: o que bem indica querer o juramento prévio, o n'este caso o termo deve ser especial (N. do A.).

requerido (*dir-se-ha o que fôr requerido*) e pelo procurador de réo foi também requerido (*dir-se-ha o que fôr requerido*). E os peritos, presentes, depois de bem examinarem, etc. declaráram o seguinte (*suas declarações*). E d'esta fórma entenderam elles peritos estar satisfeitos todos os quesitos, e mais não declaráram e assignáram com juiz, partes e testemunhas. E eu F... escrevão o escrevão.— Rubrica do juiz.

Assignatura dos peritos

Dita dos interessados.

Dita das testemunhas.

N. B. Se o exame tiver de se fazer em livros, guarda-se-hão as disposições citadas dos artigos 17 até 20 do Codigo; porém, no mais proceder-se-ba como indico.

Da vistoria.⁷⁸

A vistoria tem lugar, ou sendo requerida pelas partes, ou *ex officio*, ou nos casos prescriptos no Codigo.

Se a ella se proceder *ex officio*, o juiz por seu despacho a ordenará; se porém fôr a requerimento da parte, seguir-se-ha exactamente o que tenho dito ácerca do exame; isto é, a pessoa que a requerer, fará petição ao juiz para que o contrario venha em audiencia approvar e nomear peritos, que

⁷⁸ Vide Regul., 737 de 1850, arts. 209 a 215. Ramalho define a vistoria (*Prax. Braz.*, § 221) o acto pelo qual o juiz, por meio da inspecção ocular certifica-se do facto controvertido. E' a melhor das provas; prevalece sobre todas as outras; e por isso nunca ommitte-se quando o caso pede. Vide este praxista, Pereira e Souza, *Prim. Linh. Proc Civil*, ed. de T. de Freitas, define : vistoria é a prova consistente na ocular inspecção do juiz, para por si conhecer a causa, ou o facto, de que se trata; com auxilio de arbitramento ou sem elle. Ao que em nota (562) accrescenta T. do Freitas: A vistoria é de todas as provas a mais plena. Prevalece sobre as outras provas, porque aquillo que se vê, é moralmente mais certo, que o que se ouve. Nunca por isso entende-se excluída A vistoria, como o arbitramento, ou determina-se *ex officio*, quando pelas circumstanrias o objecto da espécie o exige ; ou a requerimento de parte, para supplemento de prova.

procedam á mesma vistoria. Approvados, pois, os peritos e designado o dia, juramentados elles, se procederá á referida vistoria. Os advogados escreverão seus quesitos, para sobre elles responderem os peritos.

O juiz, além das testemunhas do acto, chamará ou *ex officio*, ou a requerimento da parte, as testemunhas do facto ou informadoras.

Depois de tudo isto, e bem examinado o objecto da vistoria, o escrivão lavrará o seguinte

Auto de vistoria.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, *em tal lugar*, onde se achava o Dr. F... Juiz do Commercio de... comigo escrivão de seu cargo abaixo nomeado, afim de proceder á vistoria *em tal ou tal cousa*, ordenada *ex-officio* (*ou a requerimento de F...*), e sendo ahi presentes os peritos nomeados pelas partes F... e F..., tambem presentes ou (*F... e F... seus procura-dores*) testemunhas e informadores abaixo assignados, tendo sido previamente juramentados os mencionados peritos pelo referido juiz, como consta do respectivo termo de juramento, pelo mesmo juiz a elles foi ordenado, que respondessem conscienciosamente a todos os quesitos escriptos, que pelo autor (*ou réo*) tenham sido formulados. E entrando os mesmos peritos no dito exame, respondêram aos quesitos pela maneira seguinte (*escrever-se-ha a resposta*). E n'este acto sendo-lhes pelo mesmo Juiz perguntado *tal ou tal cousa*, respondêram (*escrever-se-ha*) e sendo-lhes mais perguntado pelo autor (*ou reo*) *tal ou tal causa*, respondêram (*escrever-se-ha a resposta*). Presentes por ordem do Juiz ou a requerimento do autor (*ou réo*) F... e F... testemunhas do facto, ou informadoras, declararam (*escrever-se-ha o que referirem*). E como nada mais houvesse que examinar, o dito Juiz deu tudo por concluído, e

mandou lavrar este auto, de cujo conteúdo dou minha fé, assignando o dito Juiz comigo, partes, testemunhas do acto, testemunhas do facto (se *houverem*) e informadores, E eu F... escrevão o escrevi e assignei.

Assignatura do juiz.

Dita do escrevão.

Dita dos peritos.

Assignatura das partes.

Dita das testemunhas, informadores, etc.

N. B. A vistoria não tem lugar: 1º quando o facto fôr sómente susceptível do juizo de peritos; 2º quando a inspecção ocular fôr impraticavel em razão da natureza transeunte do facto; 3º quando ella fôr desnecessaria em vista das provas; 4º quando fôr inutil em relação á questão.

Se a vistoria depender de arbitramento, proeeder-se-ha a ella na fórma indicada nos artigos 189 usque 205 do Reg. com as differenças seguintes : 1º o arbitramento ou os laudos divergentes serão escriptos no auto de vistoria pelos arbitradores; 2º além dos quesitos escriptos poderão o Juiz e as partes dirigir aos arbitradores no acto da vistoria as perguntas convenientes.

Do arbitramento.⁷⁹

⁷⁹ *Vide Regul. 737* de 25 de Novembro de 1850, arts. 189 a 205. Diz-se arbitramento a estimação, exame ou parecer dado por louvados ou peritos sobre o facto de que depende a decisão da causa. E' um meio extraordinario de prova, que tem logar sómente nos casos declarados em lei, ou quando as provas ordinarias não bastam para o esclarecimento do juiz. Ramalho, *Prax. Brazil.*, § 204. *Vide* Pereira e Souza, cit. § CCLXXIII : Arbitramento é a prova consistente em opiniões de terceiros consultados pelo juiz sobre a cousa, ou o facto, de que se trata, sem dependencia da vistoria. Ao que accrescenta T. de Freitas em nota (558) : Ha especies que os juizes não podem decidir

O arbitramento terá lugar, ou nos casos expressos no artigos 80, 82, 95, 194, 201, 209, 215, 217, 749, 750, 776 e outros, ou quando o facto, do qual depende a decisão final, carece do juízo, informação, ou avaliação dos homens da arte ou peritos.

Quando ás partes convier o arbitrio, devem requerel-o na acção, ou na contestação.

Proceder-se-ha ao arbítrio na dilação probatoria, sendo anteriormente requerido pelas partes, ou nos casos em que o Codigo exige: terá porém lugar afinal, quando fôr decretado pelo Juiz, ou ex-officio ou a requerimento das partes.

Se fôr decretado ex-officio, o Juiz, no mesmo despacho que o ordenar, inscreverá os quesitos, sobre que manda proceder a arbitrio.

Sendo requerido pelas partes, se fará pela maneira seguinte.

O interessado no arbitrio dirigirá ao Juiz a seguinte

Petição para arbítrio.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

sem primeiro ouvirem peritos, que por sua profissão, ou experiencia, tenham bom conhecimento da materia de facto, que faz objecto das decisões a proferir. Assim, quando se trata de avaliar terras, trabalhos rusticos, toma-se lavradores para peritos; quando se trata de edificios, chamam-se architectos, mestres de obras, pedreiros, carpinteiros, cada um para o que fôr de sua repartição; e quando se trata de verificar a letra, ou o signal de alguém nomeam-se tabelliães ou escrivães, e, á proporção, outros peritos nos mais objectos. N'estes casos os juizes ordenam que as partes escolham peritos d'arte, ou pessoas experimentadas nas cousas sobre que versa a especie, todas com o nome de *Louvados*. São, pois, os louvados, na phrase do fôro, pessoas instruidas, ou por taes reputadas; experimentados e autorizados competentemente para prestarem seus laudos sobre a natureza, qualidade, quantidade e valor de certos objectos em duvida, dependente de sua arte, ou de seus conhecimentos profissionaes.

Diz F... que na causa em que contende com F... por este Juízo, escrivão F... para melhor esclarecimento da verdade, preciso se torna proceder-se arbitrio sobre *tal ou tal*; portanto

P. a V. S. se digne mandar intimar o supplicado para na primeira audiencia vir nomear e approvar os arbitradores, sob pena de revelia.

E. R. M.

Assigna o Advogado.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Cite-se. Data. — Rubrica.

Feita a citação, lavrada a competente certidão, no dia da audiencia se apresenta o sollicitador do supplicante, e faz o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... accuso a citação feita a F... para vir approvar e nomear arbitradores, que procedão a arbitrio sobre *tal e tal*, e requeiro que debaixo de pregão se haja a citação por feita e accusada, procedendo-se á nomeação á revelia do supplicado. Apresento F... F... F... e F... para arbitradores.

O Juiz manda apregoar o supplicado.

Se não comparece, o juiz nomeia á sua revelia.

Se comparece dirá:

Approvo F... e nomeio F...

O numero dos arbitradores será marcado pelo Juiz, salvo se as partes accordarem em um só.

Acceitos os dois arbitradores, as partes nomearão o 3º, e se não accordarem n'essa nomeação, será ella feita pelo Juiz d'entre as pessoas propostas por elles em numero igual.

N. B. No mesmo acto ou audiencia, depois da louvação das partes ou por nomeação do Juiz, podem as mesmas partes averbar de suspeito o arbitrador, ou arbitradores, louvados, ou nomeados; mas esta suspeição só póde fundar-se na inimizade capital, amizade intima, parentesco por consanguinidade, ou affinidade até o 2º gráo, contado segundo o Direito Canonico, particular interesse na decisão da causa.

A parte, que quizer portanto averbar de suspeito, dirá:

Com o devido respeito averbo de suspeito a F.,. por *tal ou tal razão*.

O Juiz, na mesma audiencia, ou até a seguinte, tomará conhecimento verbal e summario da questão, e fará reduzir a termo a suspeição, interrogatorios, inquirição e demais diligencias, a que proceder, e a sua decisão, da qual haverá recurso.

O termo poderá ser pela maneira seguinte:

Termo de audiencia e suspeição.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz de... ahi tendo sido nomeados (*ou aprovados*) por parte de F... os arbitradores F... e F... (*ou louvados, ou peritos*) nomeados na causa em que o mesmo contende com F..., por este foi dito, que averbava de suspeito ao arbitrador F... por *tal ou tal razão* (*dar-se-ha a razão*). O que ouvido pelo dito Juiz, passou a tomar conhecimento da dita suspeição, e procedendo a *tal ou tal diligencia*, interrogados F... e F... que disseram *tal ou tal cousa* (*escrever-se-ha o que disserem*); inquirindo F... e F... que declaráram (*escrever-se-ha*), depois de bem informado, julgou procedente a suspeição (*ou julgou-a improcedente*). E para constar mandou lavrar este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Nomeados os arbitradores, serão notificados para prestar compromisso.

Se não acceitarem a nomeação, proceder-se-ha a novo arbitrio.

Se o arbitrio fôr ex-officio, o Juiz marcará o dia e lugar para comparecerem os nomeados.

Se não fôr, a parte requererá dia, e será designado, ou pelo Juiz, ou por sua ordem pelo escrivão.

Vindo os arbitradores a Juizo, consultarão entre si, e o 3º arbitrador escreverá o que resolverem por pluralidade de votos, assignando todos e declarando expressamente o vencido a razões da divergencia.

Se nenhum accordo houver e forem os tres arbitradores de opinião diversa, cada um escreverá o seu laudo como entender, dando as razões em que se funda, e impugnando os laudos contrarios.

O arbítrio, no caso de accordo, ou os laudos, havendo divergencia, serão escriptos em termos claros e precisos e conforme aos quesitos propostos.

Os advogados terão o cuidado de, na audiencia da louvação, apresentar logo os quesitos sobre que requerem o arbitrio.

O Juiz não é adstricto ao arbitrio, e póde mandar proceder a segundo no caso de divergencia dos 3 arbitradores.

Dada pois esta hypothese, indo os autos conclusos, o Juiz dará o seguinte

Despacho.

Proceda-se a segundo arbitrio, visto como os tres arbitradores não forão concordes, citadas as partes. Data — Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação n'este despacho.

Se as partes estão presentes, elle o declarará n'este termo, ficando as mesmas partes desde logo intimadas. Se não estão presentes, proceder-se-ha como exemplifiquei para o primeiro arbitrio.

Advirta-se, que quando o facto depende unicamente do juizo commum e não do juizo especial de peritos, ou quando d'elle não depender a decisão da causa, o juiz deve denegar o arbitrio.

Produzidas as testemunhas, concluídas quaesquer diligencias, que por ventura se tenham ordenado durante a dilação, finda ella, na primeira audiencia o sollicitador do autor fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... na causa em que contende com F... lanço ao meu constituinte e ao contrario de mais prova, e requeiro que debaixo de pregão sejam havidos por lançados, siga a acção seus termos, assignados os 10 dias para as allegações finaes.

O juiz manda apregoar e defere ao requerimento.

O escrivão lavra o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... do anno de... em audiencia publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz de... comigo escrivão de seu cargo ao diante nomeado, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que por parte de F.... e na causa em que contende com F... se lançava e ao contrario de mais prova, e requeria que debaixo de pregão havidos por lançados seguisse a causa seus devidos termos, ficando assignados dez dias a cada uma das partes para as allegações finaes. O que ouvido pelo dito Juiz, informado dos termos dos autos, assim deferio. Do que para constar fiz este termo da cota tomada no protocollo das audiencias, a que me reporto. Eu F... escrivão o escrevi.

Lavrado este termo, juntas aos autos todas as diligencias, o escrivão lavra um termo de vista ao autor para elle fazer as allegações finaes.

O advogado do autor fará no praso concedido as suas razões. A ellas ajuntará os documentos, que não obteve durante a dilação, ou aquelles que versarem sobre questões, que de novo tenham occorrido.

N'estas allegações ainda deverá accumular todos os requerimentos que lhe convier, e se requerer, deixando de arrazoar, será o feito concluso sem novo termo para as allegações, e independente de lançamento.

Se houver litis-consortes dirão afinal todos por um só advogado dentro do mesmo termo.

Se houver assistente á causa, este fará a sua allegação por advogado no mesmo termo conjunctamente com a parte a quem assistir.

O oppoente, porém, terá um termo distincto para allegar.

N. B. O que dito fica ácerca do autor, entender-se-ha tambem em referencia ao réo.

Cobrados os autos pelo escrivão com as allegações finaes ou sem cilas, fará a conclusão d'elles ao juiz

Este, examinando os autos, se entender necessaria para julgar afinal alguma diligencia, ainda que lhe não tenha sido requerida nas allegações finaes, a ordenará, marcando para isso praso conveniente.

Por exemplo, se entender, que a prova não está completa, ordenará que o autor preste juramento

suppletorio (sendo a causa das hypotheses de que trata o artigo 166 do Reg.).⁸⁰

A maneira de proceder a este juramento será dando o mesmo juiz o seguinte

Despacho para juramento suppletorio.

Antes de deferir afinal, dê-se juramento suppletorio ao autor, e assignado o dito juramento tornem os autos conclusos. Data. — Rubrica.

O escrivão põe n'este despacho o termo de publicação, e se as partes ou seus procuradores estão

⁸⁰ Pergunta-se: Sendo o juramento baseado no sentimento religioso deve ser mantido no processo actual? Estarão ipso facto revogados os arts. 166 a 171 do Regul. 737 de 1850? Penso que no regimen actual de liberdade religiosa, o juramento está dispensado na vida forense, cujos actos são todos de ordem civil. No processo do regimen antigo, o juramento (conforme define Ramalho, *Prax. Braz.*, § 186) é o acto pelo qual toma-se a Deos por testemunha da verdade do que se diz; ou como define Pereira e Souza (*obr. cit.*, §CCLIII) é a prova consistente em palavras de uma das partes, mas de viva voz o tomando a Deos por testemunha. T. de Freitas em nota a este § diz: O uso dos juramentos foi ignorado dos primeiros homens porque reinava entre elles a boa fé e eram fieis em cumprir suas promessas. Mas logo que o interesse nesunio os homens e para se enganarem entráram a usar de fraudes, e artificios, parecêram fracos vínculos as promessas e procurou-se dar-lhes vigor, marcando-as com o sello da religião. D'ahi teve origem o juramento que sempre foi considerado inviolavel e santo. Ainda que o juramento seja permittido por direito divino e humano, comtudo não se deve jurar temerariamente e sem necessidade, etc. *Vide* nota 521. Esta noção do juramento no direito antigo comprehende-se bem vinculado ás idéas do direito divino, que era o resultado da influencia religiosa na vida dos povos. Hoje, porém, que o direito *humanisou-se* (permittão-me a expressão), hoje que todo o mundo reconhece que o direito é um producto humano, sujeito, portanto, ás condições existenciaes da humanidade dividida em povos ou nações, vivendo em climas differentes, seguindo religiões diversas, cada qual formando vida á parte com as suas instituições, linguas, usos e costumes peculiares; hoje a noção moderna do direito eliminou as convenções religiosas, cujo dominio é na vida subjectiva dos indivíduos. Além disso, no processo judiciário em que predomina a lucta dos interesses, o juramento é uma perfeita inutilidade, porque no juramento suppletorio, por ex., a parte, que defende o seu direito, não vae jurar que o direito não é seu, ou que está em juizo pedindo o que não é seu, etc. Já vê, portanto, que ella ha de sempre perjurar quando jurar que é seu, o direito que pertence á parte contraria. E' uma ficção, ou, como se diz, na linguagem do fôro, são simples formalidades que só servem para tornar o processo mais dispendioso e portanto mais cara a justiça, em proveito exclusivamente dos funcionarios do fôro que recebem custas. Entendemos, pois, que embora não haja lei revogando expressamente O Regul. 737 de 1850, arts. 166 a 174, estes arts. são hoje letra morta na nossa lei processual.

presentes, no mesmo termo o declara. Se não estão, as notifica, lavrando d'isto certidão.⁸¹

Vindo o autor a Juizo no dia determinado, o Juiz lhe deferirá o juramento aos Santos Evangelhos, para que debaixo d'elle declare se é verdadeiro o seu pedido. Jurando o autor, o escrivão lavra o seguinte

Termo de juramento suppletorio.

Aos... dias do mez de... do anno de... em *tal parte* onde se achava o Dr. F... Juiz do Commercio de... comigo escrivão de seu cargo ao diante nomeado, ahi tendo comparecido F... para jurar suppletoriamente na causa *tal*, em que contende com F..., o mesmo Juiz lhe deferiu o juramento aos Santos Evangelhos em um livro d'elles em que poz a sua mão direita, e lhe encargou, que bem e fielmente e em sua consciencia declarasse se o seu pedido era verdadeiro. E recebido por elle o dito juramento, debaixo do mesmo declarou ser verdadeiro o seu pedido, e feito sem dolo, nem malicia. E de como assim o disse e jurou, mandou o mesmo juiz lavrar o presente termo, que com elle assigna. Eu F... escrivão o escrevi.

O réo póde impugnar o juramento, fazendo sentir ao juiz, que o autor não estava em circumstancias de prestal-o, e n'esse caso o fará por meio da seguinte

Petição para impugnar o juramento suppletorio.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

⁸¹Como o juramento é susceptivel de impugnação (art. 171 do Reg.) deve o réo ser citado afim de saber, que o autor vai prestar tal juramento (N. do A.).

Diz F... que na causa em que contende com F... por este Juiz escrivão F... houve V. S., por bem mandar que na falta de prova prestasse o dito F... juramento suppletorio, o que de facto fez e consta do termo a fl... dos autos; mas tal juramento deve ser regeitado pelas razões que o supplicante passa a expor. (*Apresenta as hypotheses, em que o juramento póde ter impugnado.*)

1º O objecto sobre que versa este pleito não é d'aquelles que vêm designados nos artigos 20 e 412 do Codigo.

2º Excede a quantia prescripta no artigo 166 do Reg.

3º O autor é de má fama, ou já foi condemnado por perperjuro.⁸²

4º N'este mesmo pleito já foi convencido de dolo, ou de presumpção de malicia, etc. Assim pois o supplicante

P. a V. S. se digne, em vista das razões produzidas, não attender (*ou receber*) o mencionado juramento, rejeitando-o como indigno de completar a prova.

E. R. M.

Assigna o advogado.

Esta petição póde ser instruída com os documentos com provatorios.

O juiz deferirá pela maneira seguinte:

⁸² Em face do novo Codigo Penal (1890) não ha crime de perjurio.

Despacho.

Nos autos, deferirei como fôr de justiça. Data. — Rubrica.

O escrivão unirá esta petição aos autos.

Note-se que a recusa do juramento importa a perempção da acção, ou excepção.

Só póde ser deferido a pessoa que tenha razão de saber do facto.

Prestado o juramento (se houver sido ordenado) voltam os autos com nova conclusão ao juiz, e este achando que a causa está em estado de ser decidida, dará a sua sentença definitiva condemnando ou absolvendo em todo ou em parte do pedido, segundo fôr provado dos autos, devendo a condenação ser de cousa ou quantia certa, salvo se a quantia sendo incerta, poder ser liquidada na execução.

A sentença deve ser clara, summariando o Juiz o pedido e a contestação com os fundamentos respectivos, motivando com precisão o seu julgado, e declarando sob sua responsabilidade a lei, uso, ou estylo, em que se funda.

O juiz publicará sua sentença em audiencia ou a dará por publicada em mão do escrivão, lavrando este nos autos o termo competente.

A sentença publicada em mão do escrivão não produz effeito, se a ella não fôrem presentes as partes ou seus procuradores.

A sentença publicada em audiência, se a ella não foram presentes as partes, ou seus procuradores, não produz effeito sem intimação.⁸³

Advertencias essenciaes.

Quando os que forem citados, para responder a qualquer acção commercial, ou já estiverem em Juizo, forem presos, terão para se defenderem o dobro dos termos e dilações marcadas no Reg. Com., e não começará nem seguirá a causa, sem que o juiz lhes nomeie um curador *in litem*, sob pena de nullidade, tenham ou não advogado ou procurador constituídos.

Igual providencia deverá dar o juiz quando nos pleitos houverem menores interessados, embora tenham tutores e advogados.

As nullidades, de que falia o artigo 673, §§ 1, usque 13 do Reg. Com., podem ser allegadas em qualquer tempo ou instancia : annullam o processo desde o termo, em que ellas deram-se, quanto aos actos relativos, dependentes e consequentes; não podem ser suppridas pelo Juiz; mas sómente ratificadas pelas partes.⁸⁴

⁸³ Vide Regul. 737 de 1857, art.230 a 234, e Dec. 848 de 1890, arts. 179 e 180. Ramalho Prax. Brazil., §§ 223 e segs. Per. e Souza, cit. ed. de T. de Freitas, § CCXCIII.

⁸⁴ Exceptua-se a conciliação, que não é mais formalidade essencial. Dec. 359 de 26 de Abril de 1890. Sobre nullidades do processo consulte-se tambem Paula Baptista, *Null. de Proc. Civ.*, além da Ramalho, *Prax. Brazil.*, e uma recente monographia do Dr. Martinho Garcez, *Nullidade dos actos juridicos*. Vide ainda Sólón, *Théorie sur la nullité*. Sobre nullidade dos contractos commerciaes. Vide Reg. 737 de 1850, arts. 682 a 694. João Monteiro, *Obr. cit.*, I, p. 69 a 72.

As nullidades, porém, que não se acham designadas no referido artigo 673 do Reg. Com. se haverão por suppridas, se as partes as não arguirem, quando, depois que ellas ocorrerem, lhes competir o direito de contestar, allegar a final, ou embargar na execução.

Arguindo pois as partes as nullidades de que acabo de fallar, deverá logo o Juiz ou suppril-as, ou pronuncial-as.

São suppridas as nullidades quando os actos e termos posteriores são independentes, e não ficam prejudicados por ellas; devem, porém, ser pronunciadas, quando pelo contrario ellas influem sobre os actos posteriores.

A sentença póde ser annullada : 1º por meio de appellação; 2º por meio de revista; 3º por meio de embargos á execução; 4º por meio de acção recisoria, não sendo a sentença proferida em gráo de revista.⁸⁵

Dos embargos.

Dentro de dez dias depois da publicação ou intimação da sentença, poderão as partes oppôr embargos á sentença de 1ª instancia, sómente se forem de simples declaração, ou de restituição de menores.⁸⁶

⁸⁵ Hoje não ha mais revista; supprimido como foi o Supremo Tribunal de Justiça, tómarám novaorganisação a Justiça Federal e a dos Estados. Ficão, portanto, letra morta os arts. 665 a 667, do Regul. 737 de 1850.

⁸⁶ Regul. 737 de 1850, arts. 639 a 645.

Mas note-se, que os embargos de restituição de menores só serão admittidos. quando estes não tiverem sido partes desde o principio da causa, ou se lhes não tiver dado tutor ou curador, ou tiver corrido a causa á revelia, ou o tutor ou curador tiver deixado de arguir alguma nullidade do processo no termo legal.

Se os embargos forem de simples declaração (os quaes só terão lugar, quando houver na sentença alguma obscuridade, ambiguidade ou contradicção, ou quando se tiver omittido algum ponto sobre que devia haver condemnação) proceder-se-ha pela seguinte maneira:

A parte interessada dirigirá ao juiz que proferiu a sentença a seguinte.

Petição de embargo para declaração.

Illm. Sr Dr. Juiz...

Diz F... que havendo V. S. proferido em autos, em que por este Juizo, escrivão F... contende o supplicante com F... uma sentença, em que se nota *tal ou tal obscuridade (ambiguidade ou contradicção, etc. Dever-se-ha dizer o que seja), ou tendo V. S. deixado de condemnar o supplicado em tal ou tal cousa (dir-se-ha o ponto sobre que o juiz deixou de condemnar)*, vem o supplicante respeitosamente por meio da presente petição requerer a V. S. se digne (*ou declarar a mesma sentença, ou expressar o ponto omittido de condemnação requerer-se-ha o que se pretender*). Portanto o supplicante

P. a V. S. se digne mandar, que junta esta aos autos, lhe sejam de novo conclusos para deferir como fôr de justiça.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz darà o seguinte

Despacho.

Junta aos autos, me sejam conclusos. Data. — Rubrica.

Entregue esta petição com o despacho ao escrivão, este a juntará aos autos por termo de juntada, e fará logo o termo de conclusão ao juiz.

O Juiz declarar á a sentença, ou expressará o ponto omittido de condemnação, sem fazer outra mudança no julgado.

Se os embargos, porém, forem de restituição de de menores, então o embargante fará ao Juiz a seguinte

Petição de vista para embargos.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que em autos em que contende com F.... que correm por este Juizo, escrivão F... houve V. S. por bem proferir sentença *em tal ou tal sentido*, mas acontecendo que o supplicante tenha de deduzir

embargos de restituição de menores, como melhor mostrará em seus artigos, quer por isso que V. S. se digne conceder-lhe vista dos proprios autos pelo tempo da lei. O supplicante

P. a V. S. se digne assim o mandar.

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Concedo a vista pedida por 5 dias. Data. — Rubrica.

Esta petição será entregue ao escrivão, que a unirá aos autos por termo de juntada, e em seguida fará termo de vista ao advogado do embargante.

Este dentro de cinco dias offerecerá seus embargos, que poderão ser pela seguinte maneira :

Embargos de restituição de menores.

Por embargos de restituição de menores diz o embargante F... contra o embargado F... por esta ou na melhor fórma de direito o seguinte:

E. S. C.

P. que na presente acção, sobre que se proferiu a sentença de fl... eram essencialmente interessados F... e F... que aliás são menores,

como provam os documentos juntos (*devem ser as certidões de idade*). Igualmente.

P. que sendo esses ditos menores interessados, correu todo o pleito, sem que elles fossem partes (*ou sem que se lhes tivesse dado tutor ou curador, ou á sua revelia, ou deixado o tutor ou curador de arguir no termo legal tal ou tal nullidade do processo. Dar-se-ha a razão conforme fôr ella*); portanto, n'estes termos

P. que nos melhores de direito devem os presentes embargos ser recebidos e afinal julgados provados para o fim de reformar-se a respeitavel sentença de fl... condemnado o embargado nas custas.

P. R. e C. de J.

P. P. N. N. e C.

Assigna o advogado,

Levados estes embargos ao escrivão, elle os une aos autos por um termo de data, e os faz conclusos ao juiz.⁸⁷

Despacho.

Ao embargado para impugnar por 5 dias. Data.— Rubrica.

⁸⁷ Alguns querem que o escrivão, logo que recebe os embargos, sem conclusão, dê vista ao embargado para impugnal-os, e a razão que dão para assim opinarem, é que o artigo 644 do Reg. imprescindivelmente dispõe, que a parte contraria tenha o mesmo praso concedido ao embargante, para a impugnação dos embargos, não sendo preciso que estes sejam previamente recebidos; mas me parece mais curial, que o escrivão não de vista sem ordem do juiz, por ser a este a quem exclusivamente pertence destinar a marcha do processo (N. do A.).

O escrivão porá n'este despacho o termo de publicação, e abrirá o termo de vista ao advogado do embargado.

Este impugnará os embargos mais ou menos pela maneira seguinte:

Impugnação aos embargos.

A materia dos embargos de fl... não póde ser julgada procedente para o fim de reformar-se a douta sentença de fl...; por quanto toda ella é baseada sobre principios falsos, ou não existentes.

(Allegar-se-ha toda a materia da impugnação, terminando-se). Portanto, provada como se acha a improcedencia dos embargos, devem ser desprezados, subsistindo a douta sentença de fl... sendo condemnado o embargado nas custas *(em dobro ou em tresdobro, como o caso requerer)* porque d'este modo se fará a costumada

Justiça e G.

Assigna o Advogado.

Entregue esta impugnação dentro de 5 dias, o escrivão unirá aos autos por um termo de data, e os fará conclusos ao juiz.

Despacho.

Ao embargante para a sustentação por 5 dias. Data. —

Rubrica.

O escrivão porá n'este despacho o termo de publicação, e por termo de vista mandará os autos ao advogado do embargante.

O advogado do embargante, sem ser por artigos, sustentará a materia de seus embargos, e responderá aos argumentos da impugnação.

Vindo a sustentação dos embargos ao cartorio, o escrivão a unirá aos autos por termo de data, e os fará conclusos ao juiz.

O juiz dos mesmos embargos conhecerá como fôr de direito.

Note-se, que se a materia dos embargos depender de factos, que só possam ser provados por testemunhas, o juiz em seu despacho concederá uma uma unica dilação de 10 dias para a prova.

N'esta dilação proceder-se-ha como aconselho na parte de se pôr a causa em prova, isto é, assignada a dilação, a parte que quer produzir testemunhas requer dia por meio de petição, e manda intimar a parte contraria para comparecer no dia designado, ou inquirir-se as testemunhas á sua revelia.

Finda a dilação, o escrivão faz logo os autos conclusos ao juiz, que d'elles conhecerá como de direito fôr.

Advirta-se, que o recurso de embargos interposto por uma das partes precede no julgamento e interrompe o seguimento dos termos da appellação interposta por outra parte.

Não é licito, porém, ás partes usarem dos dois recursos — de embargos e appellação ao mesmo tempo contra a mesma decisão, mas poderão variar do recurso dentro do termo legal.

Para isto conseguir, a parte que tiver embargado, e quizer variar dentro do termo legal para a appellação, fará ao juiz a seguinte.

Petição para variar de recurso.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo vindo com embargos á sentença por V. S. proferida na causa de... em que contende com F..., quer agora desistir dos embargos para usar do recurso da appellação, e como se ache dentro do termo legal.

P. a V. S. se digne conceder que o supplicante varie na fórmula requerida.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer, em termos. Data. —Rubrica.

Levada a petição ao escrivão verificando elle que está no termo legal, junta aos autos por termo de juntada, e segue então a appellação seus termos.

Appellação.⁸⁸

A appellação póde ser interposta em todos as causas cujo valor excedam a alçada do juiz. Póde ser interposta ou na audiencia, ou por despacho do juiz e termo nos autos, sendo intimada a outra parle ou seu procurador.

Sendo interposta em audiencia, bastará que logo que fôr publicada a sentença, diga a parte ou seu procurador o seguinte:

Com o devido respeito appello para *tal tribunal* da sentença proferida contra mim (*ou meu constituinte*).

O juiz, vendo que o valor da causa excede a sua alçada, e que por isso é caso de appellação, dirá :

Tome-se a appellação.

O escrivão n'este caso fará o seguinte

Termo de publicação e appellação.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz de... por elle foi publicada a sentença supra (*ou retro*), e achando-se presente F... ou F... procurador do autor (*ou réo*) por elle foi dito que appellava da dita sentença para *tal tribunal*, ordenando o mesmo juiz, que se tomasse a appellação, do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

⁸⁸ Sobre a appellação commercial e seu processo, *Vide* além do Regul. 737 de 1850, o Dec. 848 de 1890, e o Dec. 1030 de 1890. Consulte-se Souza Martins, *Just. Fed.*, arts. 655 e seguintes e notas.

Não sendo interposto em audiência, então o
appellante fará ao juiz a seguinte

Petição para appellar.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo V. S. proferido sentença contra o supplicante em autos
em que por este Juizo, escrivão F... contende com F... quer o mesmo supplicante com o
devido respeito appellar d'essa dita sentença para *tal tribunal*; portanto

P. a V. S, se digne mandar, que tomado o
respectivo termo, e intimado o supplicado, siga a mesma
appellação sua marcha legal.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Sim, em termos, Data. — Rubrica.

O escrivão, vendo que esta petição foi apresentada
dentro dos dez dias contados da publicação ou intimação
da sentença, lavrará o seguinte

Termo de appellação.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em meu cartorio compareceu
F... (ou F... *procurador de F...*) e por elle foi dito, que appellava para *tal tribunal*

da sentença proferida a fl..., tudo na fôrma da petição e despacho retro, que fica fazendo parte d'este termo que assigna. E eu F... escrivão o escrevi.

Assigna.

Tomado o termo, o escrivão o intimará ao appellado, e lavrará a seguinte

Certidão de intimação de appellação.

Certifico que intimei o termo de appellação em frente (*ou retro*) ao appellado F... de que ficou bem sciente, e do que dou fé. Data.

F... Escrivão.

Se a appellação fôr interposta de sentença proferida em causa, em que houvesse pedido certo, ou em que as partes concordarão em seu valor expressa ou tacitamente, deixando o réo de impugnar na contestação a estimativa do autor, n'estes casos o escrivão fará logo os autos conclusos ao juiz, que dará o seguinte

Despacho.

Recebo a appellação *em taes ou taes effeitos (declarará em que effeito recebe a appellação)*. Remettão-se os autos para a Instancia Superior no prazo de *tantos dias*.⁸⁹ Data. — Rubrica.

⁸⁹ O tempo para a apresentação da appellação na Instancia Superior vem designado no art. 654 §§ 1, 2, 3 e 4 do Reg. de Novembro de 1850 (N. do A.). Este art. do Regul. 737 é letra morta em vista do Dec. 848 de 1890, do Dec. 1030 de 1890 e das organizações das justiças estadoaes.

O escrivão porá n'este despacho o termo de publicação e o intimará ás partes, lavrando a competente certidão.

Se a causa não tiver pedido certo, será avaliada, e a maneira de proceder-se será a seguinte:

Quem tiver mais interesse no andamento da appellação fará a seguinte

Petição para citar afim de nomear arbitros para avaliarem a causa em gráo de appellação.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que havendo appellado da sentença por V. S. proferida em autos em que contende por este Juizo com F..., quer agora fazer citar o mesmo F... para na primeira audiencia d'este Juizo vir nomear e approvar louvados, que avaliem a mesma causa para o gráo de appellação visto não ter a dita causa valor designado. O supplicante portanto

P. a V. S. se digne mandar fazer a intimação requerida, com pena de serem os mesmos louvados nomeados á revelia do supplicado

E. R. M.

Assigna.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Cite-se. Data. — Rubrica.

Feita a citação logo na primeira audiencia o sollicitador do supplicante fará o seguinte

Requerimento verbal.

F... traz citado para esta audiencia a F... afim de nomear e approvar louvados que avaliem a *causa tal* para o gráo de appellação, e por parte d'elle requeiro que debaixo de pregão, se haja a citação por feita e accusada, e que sejam approvados os louvados á sua revelia.

O juiz manda apregoar.

Se o supplicante comparece, o sollicitador apresentará o seu louvado, e o contrario o seu até que se combinem os dois.

Se não combinam, ou não comparece o citado, o Juiz approvará o louvado offerecido pela parte, nomeando o outro por parte do revel.

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão de seu cargo vim, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que por parte de F... seu constituinte, accusava a citação feita a F... para nomear e approvar louvados, que avaliassem a causa *tal*, que com o mesmo contende, e requeria que debaixo de pregão fosse a citação havida por feita e accusada, sendo nomeados e approvados os louvados á revelia do contrario. O que ouvido pelo dito Juiz, mandou apregoar, e comparecendo

F... (ou F... teu procurador) foram approvados F... e F... (ou não comparecendo o mencionado F... o Juiz á sua revelia approvou F... e nomeou F...) Do que para constar faço este termo, tomado da cota do protocollo das audiencias, a que me reporto. E eu F... escrivão o escrevi.

Em seguida o escrivão intima os louvados para prestarem juramento, e d'essa intimação lavra a seguinte.⁹⁰

Certidão de intimação para juramento.

Certifico que intimei F... e F... para virem a Juizo prestar juramento, afim de avaliarem a presente causa para o gráo de appellação, do que ficarão bem scientes e dou fé. Data.

O escrivão F...

Comparecendo os louvados prestarão juramento, e o escrivão lavra o seguinte

Termo de juramento aos louvados.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em *tal parte* onde se achava o Dr. F... Juiz de... comigo escrivão de seu cargo ao diante nomeado, ahi comparecêram F... e F..., aos quaes o mesmo Juiz deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um livro d'elles, em que puzerão suas mãos direitas, e lhes encarregou de bem avaliarem a presente causa para o gráo de appellação. E recebido por elles o dito juramento, assim o promettêram cumprir e assignáram com o juiz. E eu F... escrivão o escrevi

Rubrica do Juiz.

⁹⁰ Vide em notas anteriores o que tenho escripto sobre juramento.

Assignatura do 1.º louvado.

Dita do 2.º

O escrivão abre logo um termo de vista ao 1.º louvado.

Este, recebendo os autos, depois de examinal-os, dará o seu laudo pela maneira seguinte :

1.º LAUDO

Avalio a presente causa para o gráo de appellação na quantia de... salvo o direito das partes. Data. — Assignatura.

O escrivão põe o termo de data n'este laudo e abre termo de vista ao 2.º laudo.

Este concorda ou não com o laudo do 1.º

Se não concorda, o que promove a appellação mandará de novo citar a parte contraria para nomear novo louvado, e n'isto haverá o mesmo processo, que está designado para a nomeação dos já nomeados.

Se concorda, dirá simplesmente:

2.º LAUDO

Concordo com o laudo retro (*ou supra*). Data e assignatura.

O escrivão põe o termo de data e abre termo de conclusão ao Juiz para este receber, como já a traz fica

dito, a appellação e marcar praso para apresentação da appellação na Instancia Superior.

Os efeitos em que as appellações devem ser recebidas, e quando, vêm designadas no artigo 652 do Reg. 737 de 25 de Novembro de 1850.

Recebida a appellação em seus devidos efeitos, e designado o praso para a sua apresentação, deverá o appellante preparal-a, afim de que seja remetida.

Se o não fizer, porém, é do interesse do appellado que seja ella julgada deserta, e para isso fará a seguinte

Petição para ser julgada deserta a appellação.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que em acção que move contra F... (*ou que lhe move F...*) por este Juizo, escrivão F... obteve o supplicante sentença a favor, da qual houve appellação *em taes efeitos (dir-se-ha em que efeitos foi recebida)* e marcado o praso de... para a sua apresentação na Instancia Superior, já esse praso se acha findo sem que o supplicado fizesse subir os autos. Portanto o supplicante

P. a V. S. se digne mandar citar o supplicado para no praso de 3 dias vir dar os motivos por que deixou de fazer subir a sua appellação, sob pena de julgar-se a mesma deserta e não seguida.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz dará o seguinte

Despacho

Cite-se para dentro de 3 dias allegar embargos de justo impedimento, segundo o art. 657 do Reg. n. 737. Data. — Rubrica.

Em virtude d'este despacho será o appellante citado, e então tendo legaes motivos, por via de embargos dentro de tres dias os manifestará.

Note-se, que só poderá obstar o lapso de tempo para o seguimento da appellação, doença grave e prolongada do appellante, peste ou guerra, que impeção as funcções dos Juizes ou Relações respectivas, ou algum impedimento legal (art. 658 do Reg.)

Offerecidos estes embargos, unidos aos autos por termo de data, serão conclusos, e o Juiz dará o seguinte

Despacho.

Seja ouvido o appellado sobre a materia dos embargos por 24 horas. Data. — Rubrica.

O escrivão põe n'este despacho o termo de publicação, e dá vista ao appellado.

Este impugnará (se puder) a materia dos embargos ; o escrivão porá n'esta impugnação ou respostas do appellado o termo de data, e fará os autos conclusos.

O Juiz, se tiver de relevar o appellante da deserção, dará o seguinte

Despacho.

Sendo procedente a materia dos embargos offerecidos pelo appellant, que aliás provou ter impedimento legal por *tanto tempo*, lhe assigno de novo para a remessa dos autos igual tempo ao do seu legitimo impedimento. Data. — Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação n'este despacho, e o intimará á parte, do que lavrará a competente certidão.

Se o appellant porém não vier com embargos ou estes forem taes, que o não relevem da deserção, ou se findo o novo prazo os autos não tiverem ainda sido remettidos, a sentença será dada á execução.

Se porém os autos forem devidamente preparados e promovida a sua remessa, o escrivão os enviará ao secretario do respectivo Tribunal com um termo de remessa.

Note-se, que os prazos marcados para o seguimento da appellação, decorrerem do despacho do recebimento da mesma, e são communs a ambas as partes, competindo áquella que interesse tiver no seguimento da appellação promover a extracção do traslado, e fazer o respectivo preparo.

Os prazos marcados não poderão ser restringidos pelo Juiz.

CAPITULO II

Das acções summarias.⁹¹

⁹¹ No juizo federal a acção summaria é competente em todas as causas de valor não excedente de 1:000\$000, quando a estas não fôr assignalada acção especial. Dec. 848 de 1890, art. 181. *Vide* o respectivo processo nos arts. 182 a 188.

O dec. 1030 de 14 de Novembro de 1890 que organisa a justiça no Distrito Federal no art. 50 diz que compete ao pretor, no civil, processar e julgar as causas contenciosas de valor não excedente a 5:000\$000 com excepção unicamente das fiscaes, guardadas as seguintes disposições: a) nas causas sobre moveis até 500\$000 deve observar o processo dos §§ 1.º a 5.º e 7.º a 10.º do art. 63 do Regul. de 22 de Novembro de 1871, com a só differença de ser o recurso do agravo, no caso de excepção de incompetência, interposto para o Tribunal civil, que tambem conheça da suspeição. b) Nas causas sobre immoveis, e em geral nas de valor excedente de 500\$000, para que não esteja estabelecido processo especial, é applicavel o summario até 1:000\$000 e o ordinario nas de maior valor, conforme o Regul. 737 de 1850.

O Regul. de 22 de Novembro de 1871, art. 63 § 1 a 5 e 7 a 10, alterou o processo estabelecido para as acções summarias do Regul. 737 de 1850. Diz o referido art. nos §§ citados :

§ 1.º A petição inicial deverá conter, alem do nome do autor e do reu : o contracto, transacção, ou facto de que resultar o direito do autor e a obrigação doreu, com as necessarias especificações, a estimativa do valor, quando não for determinado. A indicação das provas, inclusive o rol das testemunhas. § 2.º Citado o réu, a quem se dará copia da petição inicial, e presente elle na audiencia aprazada com as suas testemunhas, que poderá levar, se as tiver, independente de citação; ou a revelia do mesmo réu, se não comparecer, o juiz de paz ouvirá as testemunhas, de uma e outra parte, mandando tomar por termo os seus depoimentos. § 3.º A citação das testemunhas só será ordenada se a parte o requerer. § 4.º Concluidas as inquerições e tomado o depoimento ou juramento de qualquer das partes, se for requerido ou ordenado pelo juiz, segundo os princípios geral do processo, serão ellas ouvidas verbalmente, juntando-se aos autos em quaesquer allegações, os documentos que offerecerem, depois do que o juiz proferirá a sentença na mesma audiencia ou na seguinte. § 5.º No caso de appellação, não ficará traslado, se o juiz de direito residir no mesmo lugar : todavia, convindo as partes, não ficará traslado quando o juiz da appellação reside em lugar diverso (*sem vigor em virtude do disposto no art. 50 do dec. 1030 cit.*). § 7.º Para a execução bastará o simples mandado contendo a substancia do julgado. O processo de quaesquer embargos á execução se fará summarissimamente, apresentando o embargante seu requerimento com exposição do que julgar a bem de seu direito; e, ouvida a parte contraria em 48 horas, o juiz decidirá afinal com appellação para o juiz de direito. § 8.º N'estas acções só as excepções de incompetencia e de suspeição, suspendem o curso da causa até sua decisão ultima. As mais excepções constituem materia de contrariedade e serão apreciadas na sentença definitiva. § 9.º Ha agravo do despacho pelo qual o juiz de paz julgar-se competente ou incompetente. A excepção será opposta por escripto ou verbalmente na audiencia; e do despacho proferido a parte aggravará, se quizer, para o juiz de direito, devendo o agravo seguir nos proprios autos. § 10 A decisão do juiz de direito sobre a suspeição é peremptoria. A suspeição será opposta em audiencia por escripto ou verbalmente; se o juiz de paz não reconhecer se suspeito, depositada a caução, subirá o processo com a resposta do juiz recusado ao juiz de direito que ouvirá verbalmente e de plano as testemunhas offerecidas pelo recusante e pelo juiz recusado, citadas previamente umas e outras para deporem.

O dec. 763 de 19 de Setembro de 1890, art. 1.º § manda applicar ás causas civeis em geral as disposições do Regul. 737 de 1850 e no § único manda continuar em vigor as disposições leaes que regulam os processos especiaes, não comprehendidas no referido regulamento. No art. 1.º dispõe : Perante o juiz que accumular a jurisdicção civil e

São summarias, e como taes processadas no Juizoj Commercial, as acções de pequeno valor, ou não excedentes de 200\$000. — As acções relativas ao ajuste ou despedida dos individuos de tripulação, guarda-livros, feitores e caixeiros. — As acções para pagamento de salarios, commissões, alugueis ou retribuições devidas aos depositarios, guarda-livros, feitores e caixeiros, trapicheiros e administradores de armazens de depositos, fiadores. — As acções relativas ao fornecimento de victualhas e mantimentos para os navios. — As acções que derivarem da conducção e transporte, ou deposito de mercadorias. (Art. 236 do Reg.)

Quem quizer pois intentar uma acção summaria, procederá pela seguinte fórmula:

*Petição para acção summaria.*⁹²

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... estabelecido com *tal ou tal negocio* á rua de... numero... que é credor de F... estabelecido com *tal negocio (ou morador)* na rua de... numero... da quantia de... proveniente de objectos que o supplicante lhe vendeu para seu estabelecimento (*ou para consumo, como*

commercial, serão propostas as causas respectivas sem discriminação das duas competencias, seja qual for a natureza do feito com relação ás pessoas ou ao seu objecto. Onde porem houver vara privativa do commercio, a acção será proposta perante o juizo competente com indicação especificada da jurisdicção. Art. 3.º A excepção ou allegação de incompetência, sob o fundamento de ser a causa civil ou commercial, não pode ser opposta depois da contestação; e, sendo omittida ou julgada improcedente, não se annullará mais o feito por motivo dessa incompetencia, nem *ex officio*, nem a requerimento das partes.

⁹² Aqui sómente exemplifico uma das hypotheses, para dar ideia da forma da petição ; dando-se porém outra qualquer hypothese, é de vêr que a petição deve ser modificada no que lhe disser respeito (N. do A.).

tiver sido) o que tudo se vê da conta junta (*ou do documento junto*). E porque o supplicado não lhe tenha querido pagar, quer o supplicante que V. S. mande citá-lo, para na primeira audiência d'este Juízo vir fallar aos termos de uma acção summária, na qual o supplicante provará: 1º Que o supplicado comprou os objectos constantes da conta apresentada, e que não pagou; 2º Que sua dívida é de ordem commercial na fórma da lei.

Assim pois o supplicante

P. a V. S. se digne mandar, que distribuída esta (*se fôr caso de distribuição*) seja citado o supplicado para o fim requerido, com pena de revelia, protestando o supplicante dar sua prova testemunhal na fórma da lei.

E. R. M

Assigna o advogado.

Se o supplicante quizer que o supplicado deponha, accrescentará:

Requer mais que seja o supplicado citado para depor, sob pena de confesso.

E. R. M.

O juiz, se fôr caso de distribuição, dará o seguinte

Despacho.

D. Cite-se. Data. — *Rubrica.*

Distribuída, será a petição entregue a um official de justiça, para fazer a citação.

N'esta citação podem dar-se todos os incidentes que mencionei na acção ordinaria, e exactamente como ahi indico serão tratados.

Feita a citação e passando o official a respectiva contra-fé, lavrará certidão, quer da intimação, quer da entrega da contra-fé, e tudo entregará á parte.

Na audiencia para a qual fôr o réo citado, o autor (*seu advogado ou procurador*) fará o seguinte

Requerimento de audiencia.

Para esta audiencia trago citado (*ou tráz citado meu constituinte F...*) a F .. para fallar aos termos de uma acção summaria, e requeiro que havida a citação por feita e accusada, debaixo de pregão se proceda aos termos da mesma á sua revelia.

O juiz manda apregoar, e se o réo não comparece, procede-se á revelia. Se comparece, o autor (ou seu advogado) lê a petição inicial, a fé de citação, e exhibindo o escripto de contracto nos casos em que o Codigo exige e os documentos que tiver, exporá de viva voz sua intenção, requererá que o réo seja condemnado no pedido e custas, e entregará o rol escripto das testemunhas que têm de ser perguntadas.

Note-se, que aqui na Corte⁹³ é muito commum, pela grande abundancia que ha de causas summarias, não se poder tomar algumas nas audiencias, para que forão assignadas.

⁹³ Hoje *Capitat Federal*. A justiça local é regulada pelo Dec. 1030 de 1890.

Dando-se este caso, logo que o autor (ou seu procurador) fizer o requerimento para accusar a citação, o escrivão informará ao juiz, que pela affluencia de serviço não se póde tomar a acção n'essa audiencia, e então o juiz marcará outra audiencia (podendo até marcar extraordinaria) para esse fim.

Se isto acontecer, o escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... ahi por F... (*ou por F... procurador de F...*) foi dito que accusava a citação feita a F... para fallar á presente acção summaria. O que ouvido pelo dito juiz, informei eu escrivão que a mesma acção tinha de ficar adiada por se achar impedido o Juizo com outros serviços. Pelo que ordenou o juiz, que ficasse para *tal* audiencia. Eu F... escrivão o escrevi.

Na audiencia designada o autor (ou seu procurador) faz de novo o seguinte

Requerimento verbal.

E no mesmo dia, mez e anno supra (*ou retro*) declarados pelo autor foram apresentadas as seguintes testemunhas: F... natural de... de idade de... solteiro (*casado ou viuvo*) com profissão de... morador em... numero... e F... natural de... de *tantos* annos, solteiro (*casado ou viuvo*) com *tal* profissão, morador á rua de... numero... aos quaes o juiz deferiu o juramento dos Santos Evangelhos e promettêram dizer a verdade; e dos costumes disseram nada (*ou disseram ser parentes, amigos, inimigos,*

dependentes, etc.) E sendo cada um de per si perguntado sobre a petição inicial.

Disseram (*escrever-se-ha o que houverem dito*). E mais não disseram e assignam. E eu F... escrevão o escrevi. — Rubrica do juiz⁹⁴

Assignatura das testemunhas.

Terminado assim o depoimento das testemunhas, o juiz dará a palavra ao autor (ou seu procurador) para allegar e requerer o que julgar a bem de sua justiça, e o autor o fazendo, ou apresentando suas razões escriptas, continuará o escrevão do seguinte modo:

E no mesmo acto, depois de findas as inquirições das testemunhas, deu o juiz a palavra ao autor (*ou seu procurador*) para requerer o que fosse a bem de sua justiça e arrazoar, e então pelo dito autor foi requerido *tal ou tal cousa (ou allegou tal ou tal cousa, ou juntou suas allegações escriptas, que são as que se seguem. Dever-se-ha mencionar n'este termo tudo quanto occorrer.* Do que para constar fiz este termo. Eu E... escrevão o escrevi.

Terminando assim o processo á revelia do réo, o escrevão unindo todas as peças em fórmula de caderno, numerando-as, pôr-lhe-ha no rosto da 1^a folha a seguinte

Autuação

19...

Juizo do Commercio de...

⁹⁴ A pratica geralmente admittida é cada testemunha depôr por sua vez, embora em uma só assentada. Presta compromisso e não juramento.

Escrivão F...

F... de tal... A.

F... de tal... R.

Acção summaria.

Para esta audiencia ficou esperado F... para fallar á presente acção summaria, que lhe proponho (*ou que lhe propõe F... meu constituinte*); portanto requeiro que debaixo de pregão se proceda aos termos da mesma á sua revelia.

O juiz, como já disse, manda apregoar e se não comparece segue a causa os seguintes termos:

Lê o autor a petição inicial, fé de citação, apresenta os documentos e finalmente deposita o rol de testemunhas.

Se tem alguma cousa mais a requerer, o fará de viva voz.

O escrivão lavrará logo o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... ahi por F... (*ou por F..., seu procurador*) foi dito, que para esta audiencia fôra citado (*ou ficára esperado*) F... para fallar á presente acção summaria, pelo que requeria que sendo apregoadado, se seguisse com a acção. O que ouvido pelo dito juiz, e informado dos termos dos autos, debaixo de pregão não

comparecendo o citado (*ou esperado*) mandou proseguir á sua revelia, e então pelo mesmo autor (*ou seu advogado*) foi lida a petição inicial, fé de citação, documentos, e foi tambem requerido *tal ou tal cousa (o que tiver sido requerido)*. Depois do que depositou o rol de suas testemunhas, que são as que se seguem. E eu F... escrevão o escrevi.

Segue-se o depoimento das testemunhas.

Advirta-se que se não houver outra prova além da testemunhal, ou se alguma das partes o requerer á sua custa, o depoimento das testemunhas será escripto por inteiro, do contrario será reduzido a termo.

Sendo escripto por inteiro observar-se-ha o que recommendo quando trato do termo de assentada nas acções ordinaias. Sendo resumido, será pela maneira seguinte:

Logo depois do termo, de que acima fallei, porá o
escrivão

Testemunhas do autor.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, em meu cartorio, autuo a petição, fé de citação, conta, documentos, (*se houverem*) conciliação, rol de testemunhas e procuração (*se houver*) que ao diante se seguem. E eu F... escrevão o escrevi.

Na folha em branco que se seguir depois de todas estas peças, que houver autuado, abrirá ao juiz termo de conclusão.

Se quando porém o réo tiver sido apregoado, comparecer por si ou seu procurador, então, depois que o autor tiver lido a petição e o mais que fica dito, o réo fará a sua defeza oral ou por escripto, exhibindo os documentos qué tiver e o rol de testemunhas, e então o escrivão, no termo de audiecia, onde consta que o réo foi apregoado, dirá^{94A}:

E sendo o réo apregoado e comparecendo, depois do autor lêr sua petição inicial, fé de citação, etc., deu o juiz a palavra ao mesmo réo (*ou seu advogado*) para produzir sua defeza, que a produziu por escripto, e é a que adiante se segue (*ou disse tal e tal. Escreverá resumidamente o que disser*) exhibindo *taes ou taes* documentos, e depositando o rol de testemunhas. Depois do que procedeu-se a inquirição de testemunhas pela fórmula seguinte. E eu F... escrivão o escrevi.

Ouvem-se primeiro as testemunhas do autor, e escrevem-se seus ditos com as reperguntas que lhes fôrem feitas, depois as do réo.

Com estas testemunhas pratica-se o mesmo que já disse quando tratei da causa á revelia; mas note-se, que sendo muito difficil resumir perguntas e reperguntas, os escrivães escrevem n'estes casos os depoimentos das testemunhas por extenso, como se pratica nos casos ordinarios.

Finda a inquirição, segue-se o que tambem já disse no caso de revelia, isto é, arrazôa o autor, depois o réo, ou verbalmente, ou por escripto, requerem ambos o que julgarem a bem de sua justiça, e o escrivão tudo consignará debaixo da fórmula:

^{94A} E' sempre conveniente apresentar defeza escripta.

E no mesmo acto dada a palavra ao autor para arrazoar, este disse *tal ou tal cousa*, ou juntou as razões, que ao diante se lêem, e dada a palavra ao réo, este disse (*ou juntou, etc.*)

Advirta-se, que se na mesma audiencia em que se começou o processo, não puder ser elle concluido, o juiz marcará novas audiencias para a sua terminação. N'este caso dirá o escrivão o seguinte:

E n'este acto verificando o juiz não poder continuar na presente acção por *tal ou tal motivo (dir-se-ha o motivo)* ordenou que ficasse para a audiencia *tal (ou marcou a audiencia extraordinaria de tantos)*. E eu F ... escrivão o escrevi.

Concluido o processo, competentemente autuado, numerado, etc., o fará o escrivão concluso ao juiz.

Este dará a sua sentença na audiencia seguinte á conclusão do processo ou das diligencias, que tiver decretado.

Se a sentença fôr de absolvição do pedido e só houver condemnação de custas para executar, não será necessario extrahir sentença, mas passar-se-ha mandado requisitorio de penhora para o pagamento d'ellas.

Quando ao diante tratar da execução, darei a fórma d'estes mandados, e seus termos.

CAPITULO III

Da assignação de dez dias.

Consiste esta acção na assignação judicial de 10 dias para o réo pagar, ou dentro d'elles allegar e provar os embargos, que tiver.

Compete ella : Ás escripturas e instrumentos, que são como taes considerados pelo Codigo e leis civis. Aos instrumentos de contractos judiciaes. – Ás letras de cambio e áquellas que, conforme o Codigo, têm a mesma força e acção. – Ás notas promissórias, ou escriptos de transacções commerciaes. – Aos conhecimentos de frete. – Ás apólices, ou letras de seguro para haver o segurador o premio do seguro. – Ás facturas e contas de generos vendidos em grosso, não reclamados no praso legal, sendo assignadas pela parte. (Art. 247 do Reg.)

Esta acção, porém, é incompetente para por ella se demandarem instrumentos illiquidos, ou cujas obrigações são dependentes de factos e condições, que carecem de provas além das mesmas escripturas, salvo se esses factos e condições puderem ser provados in-continenti por documentos ou confissão da parte.

Tambem compete esta acção aos escriptos particulares não referidos acima, se fôrem previamente reconhecidos em Juizo pela parte, que os tiver escripto e assignado, ou assignado sómente. E neste caso, toma o nome de *acção de reconhecimento*.

O autor (si se tratar de qualquer das hypotheses, em que não é necessário o reconhecimento do réo) apresentará em Juizo a seguinte

*Petição para assignação de dez dias*⁹⁵

Illmo. Sr. Dr. Juiz do Commercio de...

Diz F... morador em... com *tal* profissão, que havendo-lhe F... morador em... com *tal* profissão, aceito a letra junta na importancia de... datada de *tantos e a tantos* mezes, acontece que em seu vencimento não a pagou, por isso o supplicante o quer fazer citar para na primeira audiencia d'este Juizo, que se seguir á sua citação, vêr assignar-se-lhe os dez dias da lei para pagar, ou dentro d'elles allegar por via de embargos as excepções e defeza que tiver, sob pena de lhe ficarem assignados á sua revelia. Assim, pois, o supplicante

P. a V. S se digne mandar, que distribuida esta (*se fôr caso de distribuição*) se faça a intimação requerida e com a pena comminada, ficando o supplicado citado para todos os mais termos e actos judiciaes.

E. R. M.

Assigna o advogado.

N. B. — A esta petição deve acompanhar a letra, e a procuração bastante.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Distribuida (*se houver mais de um escrivão e não fôr elle O distribuidor*) como requer. Data. — Rubrica.

⁹⁵ A hypothese que aqui figuro, é uma letra de cambio; dando-se qualquer outra, far-se-ha a petição com as convenientes alterações. (*N. do A.*)

Se houver mais de um escrivão e fôr elle proprio Juiz o distribuidor, então no alto da petição indicará o escrivão a quem pertence, e mandará simplesmente no despacho, que o supplicado seja citado.

Distribuida (*ou não, por não ser necessario*) o supplicante entregará a petição a um official do juizo, que irá citar o supplicado.

N'estas citações podem dar-se todos os incidentes, que mencionei no começo da acção ordinaria, e se de facto se derem, seguir-se-ha o que ahi aconselho.⁹⁶

⁹⁶ Damos em seguida um edital de citação de um ausente para fallar aos termos de uma acção de dez dias na Capital Federal :

DE CITAÇÃO COM O PRASO DE 90 DIAS

ao ausente J... para fallar aos termos de uma acção de dez dias, na fórma abaixo.

O Dr. Luiz Tosta da Silva Nunes, Juiz subpretor da 2.^a Pretoria, etc.: Faço saber aos que o presente edital de citação com o praso de 90 dias virem, que por parte de R. e C., me foi dirigida a petição do theor seguinte : Illmo. Sr. Dr. Juiz da 2.^a Pretória, R. e C., negociantes matriculados e estabelecidos n'esta cidade á rua de..., ut certidão sob n. 1, sendo credores de J. pela importancia de 2:660 \$ 300 da factura de generos vendidos pelos supplicantes ao supplicado que reconheceu exacta e assignou aquella obrigação, ora junta sob numero dous, havendo já procedido ao arresto que lhes facultava o Reg. n. 737 de 1850, de uma lettra d'aquelle devedor ausente e impontual, requerem agora nos termos do art. 237, § 7.º do cit. Reg. e dentro do praso legal des arts. 331, § 2.º, e 332 do mesmo Reg., que V. S. se digne ordenar a citação por editaes do dito supplicado, ausente, para na primeira audiencia, depois de expirado o praso que V. S. haja de servir-se fixar n'aquelles editaes, comparecer n'este juizo e vêr assignar-se-lhe pelos supplicantes os dez dias da lei dentro dos quaes pague ou allegue os embargos que tiver contra a dita conta de generos reconhecida, sob pena de ficarem os mesmos assignados á sua revelia, para afinal o supplicado ser condemnado ao pagamento do principal pedido e mais dos juros da móra e custas mantido em seu deposito o arresto feito sob as penas da lei. E assim P. P. deferimento. Rio de Janeiro, 8 de Agosto de 1896 (8, VIII, 96). — *Theodoro de B. Machado da Silva*. Em cuja petição proferi o despacho do theor seguinte : A. J. Sim. Rio, 8 de Agosto de 1896. — *Silva Nunes*. E tendo os autores R. e C, produzido testemunhas que justificaram a ausencia do supplicado J., subiram os autos á minha conclusão e n'elles proferi a sentença do theor seguinte : Julgo precedente a justificação para que produza os seus effeitos legaes, expeçam-se os editaes requeridos para a citação do ausente com o praso de 90 dias. Rio, 11 de Agosto de 1896. — *Luiz Tosta da Silva Nunes*. E em virtude d'esse despacho passou o presente edital de citação, pelo qual cito o réo ausente para que, depois de findos os 90 dias, que serão assignados em audiencia d'este juizo, ver os autores R. e C. propôr-lhe uma acção de 10 dias e assignar-lhe o praso de 10 dias para, dentro d'elles, pagar a quantia de 2:660 \$ 300 da factura de generos vendidos ao dito ausente, cuja conta acha-se reconhecida, ou allegue embargos e defeza que o relevem do dito pagamento, sob pena de revelia e condemnação afinal do principal, juros da móra e custas, tudo nos termos do requerido e constante do presente edital. E para constar e chegar á noticia do dito ausente e de

Feita a citação e lavrada a certidão, o procurador o autor irá á primeira audiencia, e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... meu constituinte, accuso a citação feita a F... para na presente audiencia lhe serem assignados os dez dias da lei, afim de pagar a letra de *tanto*, que ao mesmo meu constituinte aceitou, ou allegar o que tiver, e requeiro que debaixo de pregão á sua revelia, se haja a citação por feita e accusada, e os dez dias por assignados.

O juiz manda apregoar o réo, e o escrivão lavra o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias de mez de... de... n'esta... em audiencia publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio, e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado fui vindo, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que para a presente audiencia e por parte de F... trazia citado F... para vêr assignar-se-lhe dez dias, afim de pagar uma letra na importacia de... que ao mesmo seu constituinte aceitára, ou allegar d'entro delles as excepções e defeza que tivesse, e requeria que debaixo de pregão havida a citação por feita e accusada á sua revelia, se houvessem os dez dias por assignados. O que ouvido pelo dito juiz, debaixo de pregão assim o ordenou. E eu F... escrivão o escrevi.

quem d'elle tiver noticias, mandei passar o presente e mais dois de igual theor, que serão publicados e affixados, na fórmula da lei. Dado e passado n'esla Capital Federal, aos 25 de Agosto de 1896. — E eu, João Gonçalves Guimarães Machado, ajudante, o escrevi. E eu, José Cândido de Barros, o subscrevi. — *Luiz Tosta da Silva Nunes.*

Se findos os dez dias o réo não tiver juntado
procuração, o escrivão lavrará a seguinte

Certidão de haverem decorrido os dez dias.

Certifico que estão findos os dez dias, sem que o réo F...
comparecesse ou juntasse procuração n'estes autos. O referido é verdade,
do que dou fé. Data.

F... Escrivão.

Em seguida abrirá termo de conclusão ao Juiz, e
este dará a seguinte

Sentença de condenação em assignação de dez dias.

Nada havendo allegado o réo nos dez dias, que lhe foram
assignados para releval-o do pagamento da letra a fl..., o condemno ex vi
do art. 257 do Reg. Com., a que pague ao autor a importancia da mesma
letra. Data. — Assignatura.

O escrivão porá n'esta sentença o termo de
publicação, e a intimará ás partes, lavrando d'isso
certidão.

Se o réo quer defender-se, e não deixar correr a
causa á revelia, terá cuidado de levar de prompto sua
procuração ao cartorio, e o escrivão juntando-a ao
processo por termo de juntada⁹⁷ mandará os autos com
termo de vista ao advogado n'ella nomeado.

⁹⁷ No Foro Civil é pratica requerer o réo, que o Juiz mande-lhe juntar sua procuração, e
com quanto o Reg. Com. nada de positivo determine, não me parece fóra de proposito

Se o réo tiver excepções de suspeição ou incompetencia do juizo, deverá vir com ellas, porque ellas suspendem a assignação de dez dias.

Oppostas estas excepções pela maneira por que indiquei na acção ordinaria, serão processadas e julgadas, como ahi tambem se vê.

Se não houverem excepções a oppôr, virá o réo com embargos; mas advirta-se, que — nas letras de cambio e da terra, ou notas promissorias, só se admittem os embargos de falsidade, nullidade, pagamento, novação, prescripção, letra prejudicada, ou endossada depois do vencimento.

Aos conhecimentos dos fretes sómente se podem oppôr os embargos mencionados no art. 588 do Codigo.

As letras de risco se podem oppôr, além dos embargos do art. 250, todos aquelles que, conforme o

essa pratica, porque o escrivão não tem autoridade de dar direcção ao processo, senão por mandado do seu Juiz. — No caso de querer-se de preferencia admittir esta pratica, far-se-ha a seguinte

Petição.

Illmo. Sr. Dr. Juiz do Commercio.

Diz F... que tendo que oppor aos dez dias que por F... lhe foram assignados pelo cartorio do escrivão F... para pagamento de uma letra pelo supplicante aceita, quer que V. S., mandando juntar sua procuração, ordene ao escrivão, que faça os autos com vista ao advogado na mesma nomeado. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Junte-se como requer. Data. — Rubrica.

O escrivão juntará então esta petição e procuração por termo de juntada (N. do A.).

Tit. 7.º, Parte 2.ª do Código, excluem ou perimem a obrigação do tomador.⁹⁸

⁹⁸ Vide o Código commercial (*) sobre letras, notas promissórias e créditos mercantis, art. 354 e seguintes, Regul. 737 de 1850, arts. 250 a 252. Vide ainda Ferreira Borges, *Dicc. Jurid. comm. ob. Letras e Inst. do Dir. Cambial Portuguez*. Consulte-se também o nosso Souza Pinto (José Maria Frederico de), *Curso de Direito Cambial brasileiro ou Prim. Linh. sobre as letras de cambio, e da terra, notas promissórias e créditos mercantis, segundo o novíssimo Código commercial*, ed. de 1851. Recomendamos especialmente ao leitor esta última obra, que é um desenvolvimento dos textos contidos no Cod. Comm. sobre esta importante matéria, quicá uma das que mais cuidadosamente devem ser conhecidas pelos juizes e advogados. Querendo um negociante vender a outro os fundos que tem em qualquer ponto do seu paiz, ou em alguma cidade estrangeira, realisa elle esta venda, por meio de uma ordem escripta, na qual impõe ao seu devedor, em cuja mão se acham esses fundos, a obrigação de pagar ao portador d'essa ordem escripta, ou á sua ordem, a somma a este cedida, declarando-lhe haver d'elle recebido valor igual a essa somma cedida; é a estas ordens escriptas, pelas quaes se opera a troca dos fundos recipiendos em lugares diversos, que se chama letras de cambio. Blakstone, *Comm. on the Laws of England, Book 2, chap. 30, n. 4*. Em termos mais concisos, é a letra de cambio o instrumento por meio do qual se dá execução ao contracto cambial. Ferr. Borges e outros cit. Por Souza Pinto, *Dir. Camb. Braz.*, § 44. Esta definição compete também á letra da terra, com a differença de ser esta acceita e passada na mesma provincia, diz Souza Pinto, reproduzindo o art. 425 do Cod. Comm. : As letras da terra são em tudo iguaes ás letras de cambio, com a unica differença de serem passadas e acceites na mesma provincia (Hoje, diremos, Estado, porque o systema politico federativo converteu as antigas provincias em Estados autonomos). Já o alvará de 16 de Janeiro de 1793 tinha equiparado as letras da terra ás de cambio. Tanto as letras da terra, como as de cambio são consideradas como escripturas publicas pelo nosso direito antigo. Lei de 20 de Junho de 1774, § 41; Alvará de 15 de Maio de 1776, § 1, Alv. De 26 de Janeiro de 1793. Compete-lhes a acção de assignação de 10 dias : Regul. 737 de 1850, art. 247, § 3. Prescrevem em cinco annos. As acções provenientes de letras prescrevem no fim de cinco annos, a contar da data do protesto, e, na falta d'esta, da data do seu vencimento nos termos do art. 381 Cod. Comm., art. 443. As notas promissórias e os escriptos particulares ou créditos com promessa ou obrigação de pagar quantia certa e em praso fixo á pessoa determinada ou ao portador, á ordem ou sem ella, sendo assignados por commerciante serão reputados como letras da terra, sem que comtudo o portador seja obrigado a protestar quando não sejam pagos no vencimento; salvo se n'elles houver algum endosso. Prescrevem em cinco annos. Vide Cod. Comm., arts. 426 e 427. Vide também Souza Pinto *cit.* §§ 388 e seguintes. Letra de risco é o instrumento do contracto de risco ou cambio marítimo. Ferreira Borges, *Dicc. Jur. Comm. Ob. Letra de risco*. Tem igualmente orça de escriptura publica. Alv. 15 de Maio 1776, §§ 1 e 2. O contracto de cambio marítimo ou de risco deve ser escripto (Cod. Comm. da Belgica, 1. 2, tit. 8, art. 2). A letra de risco deve conter : 1.º a somma emprestada; 2.º a expressão do recebimento d'ella; 3.º o premio ajustado; 4.º o objecto sobre que recabe; 5.º os nomes do dador e tomador; 6.º os do navio e capitão; 7.º a enumeração dos riscos tomados; 8.º seu lugar e tempo á designação da viagem; 9.º a epocha do reembolso. A letra é assignada pelo tomador só porque é titulo do dador. O corpo d'ella póde ser escripto por qualquer mão. A letra de risco admite a clausula, á ordem. A propriedade da letra transmite-se por endosso nos mesmos termos e com os mesmos effeitos, com que se pratica e opera nas letras de cambio (Cod. Comm. fr., art. 313). A letra de risco é um titulo de hypotheca. Ferreira Borges, *abr. e loc. cit.* Este commercialista tratando da letra da terra (*Dicc. Jurid. Comm.*), emite opinião contraria á doutrina das leis portuguezas que dão ás letras da terra todos os privilegios das letras de cambio e se regulam pelas mesmas regras. Critica o Alvará de 16 de Janeiro de 1793,

Na hypothese por mim figurada de letra de cambio, tomarei para exemplo – o pagamento.

Indo pois os autos ao advogado do réo, este virá dentro dos dez dias com seus embargos.

A fórma d'estes embargos será como já por vezes tenho figurado, sendo a sua materia deduzida por artigos.

Começarão de maneira seguinte:

Por embargos á assignação de dez dias proposta a fl... diz F...

Contra

F... por esta e melhor fórma de direito o seguinte:

E. S. C.

P. que o embargante foi accionado para no praso de dez dias, que lhe foram assignados em audiencia de *tantos*, pagar do embargado a quantia de... constante de tetra a fl... pelo mesmo embargante acceite; mas

P. e mostra-se, que tal quantia já foi paga por... (*dar-se-ha a razão porque já foi paga*). E assim

qualificando-o de lei precipitada. Mostra como diverge a letra da terra, da de cambio, faltaudo n'a quella o caracteristico d'esta, *scilicet* a *remessa de praça a praça* - qualidade que lhe dá os seus legitimos effeitos, que lhe dá a qualidade de moeda de credito commercial geral, etc. *Vide*. Esta controversia é interessante para o leitor que queira aprofundar o assumpto. Nos, porém, *legem habemus* (Cod. Comm., art. 425) que resolve a questão no nosso direito. *Vide* ainda o *Cod. Comm.* sobre o cantracto de dinheiro a risco ou cambio martimo, arts. 633 e segs.

(*) Todos os arts. do cap. XVI doCodigo commercial foram revogados pelo decreto legislativo n. 2044 de 31 de Dezembro de 1908, que defim a letras de cambio e a nota promissoria e regula as operações cambiaes. *Vide* no *Appendice*.

P... (*deduzir-se-ha toda materia dos embargos*). N'estes termos :

P. que nos melhores de direito devem os presentes embargos ser recebidos e julgados provados, afim de decahir o embargado da presente acção, por ser d'ella carecedor, sendo ondemnado nas custas e nas penas respectivas.

P. R. C. de J.

P. P. N. N. C.

Assigna o advogado.

N. B. — Póde-se protestar nos embargos por tudo quanto fixer a bem da justiça do embargante.

Entregue os embargos ao escrivão, este os junta aos autos por termo de data.

Se elles contiverem materia, que deva ser immediatamente provada por testemunhas, o embargante fará de prompto a seguinte

Petição.

Illm. Sr. Dr. Juiz.

Diz F... que na assignação de dez diaz, que lhe propoz F... por este Juizo, escrivão F... veio o supplicante com seus embargos para provar (*dirá o que pretende provar*) e como tenha de produzir no decendio suas testemunhas, quer que se lhe marque dia para serem as mesmas inquiridas, citado o embargo. O supplicante

P. a V. S. se digne assim o mandar, com pena de revelia

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

O escrivão porá por baixo do despacho a seguinte

Cota.

O dia... ás *tantas* horas. — Data.

O escrivão F...

Se o juiz fôr quem designar o dia, é claro que não precisará fazel-o o escrivão.

Designado o dia, será o embargado intimado, e no dia aprasado irá o embargante (ou seu procurador) a Juizo com as suas testemunhas.

O escrivão juntará por termo de juntada aos autos a petição e fé de citação, e no dia e hora marcados, presente o embargante (ou seu procurador) o embargado (ou seu procurador) ou á sua revelia, se fará a inquirição, começando pelo termo de assentada, e

seguindo-se o mais que se pratica na inquirição de testemunhas.

Finda a inquirição, unida aos autos por termo de juntada, o escrivão os fará conclusos ao juiz.

Se o embargante não provou seus embargos cumpridamente nos dez dias assignados, o juiz dará a seguinte

Sentença.

Visto, não tendo o réo provado os embargos allegados á solução da divida pedida na presente acção, desprézo os mesmos, e o condemno, na fórma do art. 257 do Reg. Com., a que pague a *propria divida* e seus juros (*se houverem*) constantes da letra a fl... e pague tambem as custas, Data. — Assignatura.

O escrivão põe n'este despacho o termo de publicação.

Se os embargos oppostos forem relevantes, mas não provados cumpridamente nos dez dias, o juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebo os embargos oppostos a fl..., pela relevancia de sua materia; mas visto como o réo não os provou cumpridamente nos dez dias, que lhe foram assignados, o condemno, na forma do art. 259 do Reg. Com., a que pague a quantia constante da lettra a fl... Data. — Assignatura.

Este despacho terá o termo de publicação.

Se os embargos forem improcedente por sua materia, o juiz dará a seguinte

Sentença.

Desprézo os embargos a fl... pela improcedencia de sua materia, e pague o embargante a quantia pedida, juros e custas em que o condemno. na fórmula do art. 257 do Reg. Com. Data. —Assignatura.

Este despacho terá o termo de data.

Note-se, que no primeiro e n'este ultimo caso figurados, a sentença será executada não obstante quaesquer recursos; mas no segundo caso, de recebimento de embargos, com condenação, a sentença será executada, prestando o autor fiança.

Se os embargos fôrem de receber sem condenação, o Juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebo os embargos a fl...; dê-se vista ao embargado para contestal-os na fórmula do artigo 260 do Reg. Com. Data. — Rubrica.

Tem este despacho o termo de publicação.

Em seguida o escrivão abrirá termo de vista ao advogado do embargado, mas advirta-se, que no caso de serem recebidos os embargos com condenação,

esta vista é só continuada depois de extrahida a sentença respectiva.

O embargado virá com a sua contestação no termo de dez dias.

Uma vez recebidos os embargos, mandando-se contestal-os, seguirá a causa ordinariamente, e ahi observar-se-ha tudo quanto fica dito quando tratei da acção ordinaria.

Como tambem compete a acção de assignação de dez dias aos escriptos particulares, se foram préviamente reconhecidos em Juizo pela parte, que os tiver escripto e assignado, ou assignado sómente, a maneira de proceder-se n'este caso é a seguinte :

O que tiver de propôr a acção, pela seguinte⁹⁹

Petição para reconhecimento em assignação de dez dias.

Illm. Sr. Dr. Juiz.

Diz F... negociante d'esta praça e estabelecido na rua de... nº... que havendo-se-lhe F... constituido devedor da quantia de... de generos que a credito lhe comprou, como tudo prova o documento junto, pelo mesmo escripto e assignado, (*ou tão sómente assignado*) até boje não lhe tem querido pagar e por isso quer o supplicante obrigar-o a que o faça judicialmente e para isso

P. a V. S. se digne mandar, que distribuida esta (*se houver necessidade de distribuição*) seja o supplicado citado para na primeira audiencia, que se

seguir, vir reconhecer sua letra, firma e obrigação, sob pena de serem estas reconhecidas á sua revelia, ficando-lhe assignados os dez dias da lei para allegar os embargos que tiver, e afinal ser condemnado na referida quantia, juros e custas, ficando outrosim desde logo citado para todos os mais termos e actos judiciaes.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

D. Cite-se. Data. — Rubrica.

Feita a citação pela forma por que já tenho exemplificado, na primeira audiencia, depois da citação, o procurador do autor se apresentará e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Para esta audiencia traz citado F... meu constituinte a F... para vir reconhecer sua firma, letra e obrigação de um escripto, em que se lhe constituiu devedor da quantia de... e requeiro que debaixo de pregão, não comparecendo, fique esperado á primeira.

O juiz manda apregoar, e se não comparece, fica de facto esperado.

O escrivão lavra o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta..., em audiencia publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão de seu cargo fui vindo, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que para esta mesma audiencia trazia citado F... para reconhecer a letra, firma e obrigação de escripto, em que se constituiu devedor da quantia de... e requeria que debaixo de pregão, não comparecendo, ficasse elle esperado á primeira. O que ouvido pelo dito juiz, mandou apregoar o réo, e como não comparecesse, ordenou que ficasse esperado. Do que para constar faço este termo. E eu F... escrivão o escrevi.

Na audiencia seguinte, o procurador do autor fará o seguinte

Requerimento verbal.

Para esta audiencia ficou esperado F... para reconhecer sua letra, firma e obrigação de um escripto, em que se constituiu devedor a F... da quantia de... e requeiro que debaixo de pregão, á sua revelia se haja a firma e obrigação por reconhecidas, e lhe fiquem assignados os dez dias da lei para pagar ou allegar os embargos que tiver.

O juiz manda apregoar.

Se a parte comparecer e negar a sua assignatura, ficará absolvida da instancia, e o autor usará da acção ordinaria, depositando previamente as custas da instancia.

Se negar a obrigação, reconhecendo a assignatura, não obstante lhe ficarão logo assignados os dez dias (art. 264 do Reg.).

Se não comparecer, nem por si, nem por seu procurador, do mesmo modo lhe ficarão assignados á sua revelia os dez dias para allegar seu direito.

O escrivão, em qualquer d'estes tres casos, lavrará o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez do... de... n'esta... em audiencia publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão de seu cargo abaixo nomeado vim, ahi pelo sollicitador F... por parte de F... foi dito, que trazia citado F..., para na presente audiencia reconhecer sua firma e obrigação de um escripto de divida da quantia de... e requeria que debaixo de pregão, e á sua revelia fossem a firma e obrigação havidas por reconhecidas, ficando desde logo assignados os dez dias da lei para pagar ou allegar os embargos que tivesse. O que ouvido pelo dito juiz, e informado dos termos dos autos, mandou apregoar o réo, e este comparecendo (*ou comparecendo F... seu procurador*) disse não reconhecer nem a firma, nem a obrigação do escripto, que lhe foi mostrado, e por isso o dito juiz o absolveu da instancia, e| condemnou o autor nas custas (*ou mandou apregoar o réo, e ainda não comparecendo, ou comparecendo e confessando a firma e obrigação, ou sómente a firma, o dito juiz mandou que a mesma firma se houvesse por reconhecida, ficando assignados os dez dias da lei para allegar os embargos que tivesse*). Do que para constar faço este termo. E eu F... escrivão o escrevi.

D'aqui por diante segue-se o mesmo que já fica determinado para a assignação dos instrumentos, escripturas, letras de cambio, etc.

Advirta-se, que o escrivão logo depois da primeira audiência, deve autuar todos os papeis, e a autuação d'estes dois casos de assignação será da maneira seguinte:

Autuação.

19...

Tal lugar.

Juizo do Commercio de...

Escrivão F...

F... de tal... A.

F... de tal... R.

Acção de Reconhecimento.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, em meu cartorio, autuei a petição, escriptura (*e todos os outros papeis*) que ao diante se seguem. E para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Conclusos os autos ao juiz, dará elle a sentença que fôr conforme á justiça.

Na sentença o escrivão porá o termo de publicação.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Vide o Regul. 737 de 1850, arts 246 a 267, em Orlando, *Cod. Comm.* e notas. Consulte-se tambem Ramalho, *Prax. Brasil.*, § 268 e segs.

CAPITULO IV

Da acção de deposito.

A acção de deposito é competente sómente contra o depositario, e não contra seus herdeiros e successores e para a restituição e entrega do deposito¹⁰¹.

¹⁰¹ Vide o Regul. 737 de 1850, arts. 268 e 280. *Deposito*, termo jurídico, *deponere*, pôr n'um lugar, nas mãos d'alguem, é, em geral, um acto pelo qual se recebe a coisa d'outrem com obrigação de guardal-a, e restituil-a em especie. Este contracto é sinalagmatico *imperfecto*, porque essencialmente ha só uma obrigação principal; e é a do depositario guardar a coisa e restituil-a reclamando-a o deponente; as obrigações do deponente são meramente accessorias. O deposito é um contracto *real*, não póde existir sem haver *entrega*, porque o depositario não póde ser obrigado a restituir o que não recebeu, de que não se entregou. Vide Ferr. Borges, *Dicc. Jur. Comm.* vb. *Deposito*; Rogron, *Cod. du Comm.* Só terá a natureza de deposito mercantil o que fôr feito por causa proveniente de commercio em poder de commerciante ou por conta de commerciante. Vide *Codigo Comm.*, arts. 280 a 285. As disposições de penhor mercantil são applicaveis ao deposito mercantil. *Cod. Comm.*, art. 286.

Julgamos de utilidade registrar aqui a seguinte decisão do Conselho do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal em uma acção de deposito:
Accordão em Conselho do Tribunal Civil e Criminal negar provimento ao agravo para confirmar, como confirmam, o despacho recorrido; e assim decidem pelos seguintes fundamentos :

I — Os embargos oppostos na acção de deposito, articulando materia de simulação, podem ser recebidos e julgados provados como embargos do falsidade (accordão da Relação da Côte de 8 de Outubro de 1880, direito, volume 23, pag. 457). A palavra *falsidade*, empregada no § 1º do art. 273 do reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, deve ser interpretada, não em seu sentido restricto, mas em sua accepção lata, comprchendendo todas as causas, que viciam o consentimento e, portanto, annullam a vontade. Mas, nos termos expressos do art. 272 do citado regulamento, o réo sómente póde ser ouvido depois de haver feito o effectivo deposito do equivalente, salvo si allegar incompetencia de juizo. Ora o aggravante não allega incompetencia de Juizo, e não tendo feito o deposito do equivalente não podia ser ouvido.

II — O deposito de dinheiro, coisa fungivel, é permitido. Pode ser regular ou irregular.

E' regular, quando o dinheiro é individualisado, isto é, quando o depositario tem de restituir as mesmas moedas, as mesmas notas que recebeu, ou quando o dinheiro lhe foi entregue em um cofre, um embrulho, um pacote rotulado ou qualquer outro continente individualisador; irregular, quando o depositario tem de restituir, não as mesmas moedas, as mesmas notas que recebeu, e sim a quantia, a somma correspondente, como ordinariamente succede nas caixas economicas e estabelecimentos bancarios (CODIGO FEDERAL das Obrigações, art. 484; ZACHARIAS, Direito civil francez, traducção MASSÉ e VERGÉ, vol. 5, § 734; TEIXEIRA DE FREITAS, Consolidação das leis civis, art. 433, nota 4; LACERDA, Obrigações, §23; SAVIGNY, Obrigações, § 42, volume 2º; VIDARI, Direito commercial, volume 2º, n. 1958, pag. 607; LAURENT Curso elementar de direito civil, volume 4º, n. 94, p. 69; BARRE, Codigo civil allemão e codigo civil francez, § 117, pag. 169; DELSOL, Codigo Napoleão, volume 3º, pag. 371; PLANIOL, Direito civil, tomo 2º, § 2.213-2.215).

E' geral o costume de recorrerem os usuarios a diversas fórmas de simulação para dar outro character juridico aos emprestimos que fazem. Em França, a lei de 3 de setembro de 1807 no intuito de reprimir a usura, fixou a taxa maxima dos juros.

Depois, a lei de 12 de Janeiro de 1886, proclmou a liberdade dos juros, mas unicamente em materia commercial. Desde então os usuarios simulam seus emprestimos sob as apparencias de uma transacção commercial. No louvavel fim de reprimir estes abusos, a Côrte de Cassação, em accordão de 3 de Agosto de 1896, que fixou a jurisprudencia, decidiu que o character civil ou commercial dos emprestimos não se deduz das fórmas e apparencias do titulo, mas da natureza real da transacção, da verdade dos factos, que o juiz deve investigar nas circumstancias da causa (Eugenio Cazal, estudos sobre os actos simulados, pag. 148). Entre nós era tambem frequente não só a simulação de mutuos em depositos da parte dos usuarios, como nas fallencias os depositos ficticios da parte dos fallidos fraudulentos.

Afim de reprimir estes abusos o art. 67, § 1º do decreto n. 917 de 21 de Outubro de 1890, sancionando a doutrina, que Teixeira de Freitas brilhantemente sustentára, determinou : "Não se considera deposito o de dinheiro, quando ao depositario é permittido fazer uso delle, ou empregal-o em operações civis ou commerciaes, vença ou não juros, sendo sómente tal quando tomar o character de coisa não fungivel." — E assim, de accordo com a determinação legal, a jurisprudencia e a doutrina estão accordes em declarar que sómente ha deposito de dinheiro, quando elle toma o character de coisa não fungivel, quando se individualisa, quando póde ser reconhecida a identidade da especie depositada, e tratando-se de moeda papel deve o titulo especificar, não só o valor das notas, como o numero, a serie e a estampa — accordão do conselho do Tribunal Civil e Criminal de 18 de Novembro de 1897, Revista de Jurisprudencia, volume 1º, p. 329; accordão do conselho do Tribunal Civil e Criminal de 3 de fevereiro de 1898, Revista de Jurisprudencia, vol. 2, pag. 313; accordão das Camaras Reunidas da Côrte de Appellação de 18 de Julho de 1898, Revista de Jurisprudencia, vol. 4º, pag. 346; accordão do Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul de 19 de Outubro de 1900, Revista de Jurisprudencia, vol. 12, pag. 266; accordão da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal de 13 de Setembro de 1892, DOUTOR MONTENEGRO, Trabalhos Judiciarios, p. 319; CARLOS DE CARVALHO, Novas Consolidações das Leis Civis, art. 1174; MENDONÇA, Fallencias, §§ 692 e 827).

Ora o titulo de fl. satisfaz os requisitos legaes. O dinheiro, cujo deposito elle certifica, tomou o character de coisa não fungivel, individualisou-se, porque não só foram especificados os valores das notas como o numero, a série e a estampa.

III — A pena de prisão comminada ao depositario infiel no art. 284 do Codigo Commercial e art. 275 do reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 está em vigor, como tem decidido o Supremo Tribunal Federal em accordãos de 23 do Julho de 1892, 13 de Fevereiro do 1897 e 4 de Junho de 1898. Mais recentemente, em accordãos de 24 de Junho de 1899 e 22 de Dezembro de 1900, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a prisão do depositario infiel não póde exceder de tres mezes; a lei n. 332 de 8 de Outubro de 1896, estatuinto o praso maximo de tres mezes para a prisão administrativa, perante a justiça civil.

Contra esta jurisprudencia firmada pelo primeiro tribunal do paiz allega-se: — 1º — O codigo commercial e o reg. 737 comminavam pena ao depositario remisso, porque o Codigo Criminal do Imperio não tinha previsto o facto. Mas hoje constitue elle o delicto definido no art. 331 n. 2 do Codigo Penal da Republica e portanto revogadas as disposições em contrario, como expressamente determina o art. 410 do citado Codigo Penal. — 2º — Aberram dos principios estatuidos na nossa legislação penal as penas perpetuas, ou por tempo indefinido. Ora não tendo o reg. 737 fixado o tempo que pode durar a prisão do depositario infiel, e não lhe sendo possivel a restituição do deposito, segue-se que será elle conservado preso por lempo indeterminado, emquanto approuver ao depositante. — 3º — A nossa legislação civil não admite a prisão por dividas. A não restituição do deposito constitue o depositario devedor do depositante, pode ser demandado para pagar a somma equivalente, mas não preso. — 4º — Ninguém póde ser

punido duas vezes pelo mesmo facto, *non bis in idem*. O depositario infiel soffre assim duas penas a prisão civil e a prisão criminal.

Não são procedentes essas objecções. O Codigo Criminal do imperio tinha previsto o desvio ou a disposição do deposito nos arts. 146, 147 e 265. Não foi, portanto, uma novidade na nossa legislação o art. 331 do Codigo Penal. A prisão do depositario infiel não depende do arbitrio do depositante, não póde exceder o prazo de tres mezes, como tem decidido o Supremo Tribunal Federal, applicando o caso omisso por analogia e paridade a lei n. 332 de 8 de Outubro de 1896.

Essa prisão não é uma pena, não tem grãos, minimo, medio e maximo, não admite circumstancias aggravantes ou attenuantes; é apenas um meio coercitivo para obrigar o depositario remisso a restituir o objecto depositado. Nem juridica, nem moralmente, se póde equiparar o deposito ao mutuo; a não restituição do deposito constitue o abuso de confiança e como tal é punido nas legislações dos povos cultos.

E assim decidindo, condemnam o aggravante nas custas.

Rio, 26 de Maio de 1902. — T. TORRES P. — VIVEIROS DE CASTRO, relator designado. — MONTENEGRO, vencido: A prisão civil do depositario convencional, pelo facto da não entrega da coisa sob sua guarda e deposito, não tem outro assento ou fundamento legal que o dispositivo do § 5º da Ord. liv. 4, tit. 76, sob a epigraphe — “das prisões por dividas civis” —, as derivadas dos “contratos e quasi-contratos”, segundo o seu texto. Uma pena, ou simples meio compulsorio para forçar a execução, não era a prisão civil um effeito directo e immediato da convenção, mas da sentença condemnatoria na acção summaria competente intentada contra o depositario (Ord. liv. 3, tit. 30 § 2º); pena que se lhe comminava na *execução*, quando no prazo legal recusava a entrega, *sem justa e legitima razão* da recusa, e a que estava sujeito todo o executado condemnado a entregar coisa certa (Ord., liv. 3º., tit. 86 §§ 15 e 16 ; Cons. das leis do proc. civ, Ribas, arts. 782 e 785).

A lei de 20 de junho 1774 § 19, porém, favorecendo a causa dos devedores, segundo a intelligencia do Ass. de 18 de Agosto do mesmo anno, aboliu esse meio violentissimo de execução, por isso que, “não havendo lei alguma civil ou criminal que o decrete *sem culpa*, a prisão do devedor, sem dolo, ou malicia na occultação dos bens, servia antes para saciar o odio e vingança do credor, contra todas as razões da humanidade, que o seu interesse proprio particular e o publico da Republica.”

Ora, o deposito convencional é verdadeiro contracto; o depositario por elle constituido é devedor da coisa, sob a sua guarda depositada, como o comprador do preço não pago na compra e venda; é uma divida, sem outro titulo, para a sua execução, sinão o contrato de deposito, de que provém.

E, se abolida a prisão civil da supracitada Ord. 476 pela lei de 1774, carece *ipso facto* de justa e legitima causa a que ordenou o despacho aggravado contra o aggravante, devedor civil do enunciado deposito no titulo a fl. Não a justifica o preceito do art. 269 do Reg. n. 737 de 1850, mandado applicar ao processo civil pelo dec. n. 763 de 1890. Basta ponderar que não é aquelle preceito regulamentar o acto legal e creador da prisão, mas o art. 284 do Cod. do Commercio, por elle apenas estabelecido o modo da sua execução; emquanto que, na lei civil, é o de uma ordenação revogada, e não restaurada por lei posterior.

A não restituição do deposito “se é um abuso de confiança punido na legislação dos povos cultos”, como declara o voto vencedor, previsto como é o crime em nossa lei penal e explicitamente qualificado no art. 331, n. 2, do respectivo Codigo, em juizo *criminal* competente é que poderá ser inquirido o abuso de depositario infiel para a devida applicação das penas nelle estabelecidas; e que o art. 61, imperativamente, prohiu “sejam superiores ou inferiores ás que a lei impõe para a sua repressão, e por modo diverso do estatuido nella.”

Na jurisdicção *civil*, a inexecução do contrato, o simples abuso, ou dolo civil, sem os elementos caracteristicos do crime, não tem outro correctivo que o da indemnisação dos danos e interesses da obrigação não cumprida.

Apropriando-se de coisa alheia que lhe houver sido confiada, ou consignada, com obrigação de a restituir, o depositario torna-se passivel de pena determinada. E’ um

O autor fará a petição pela fórmula seguinte:

Petição do depositario.

Illm. Sr. Dr. Juiz do Commercio de...

criminoso, que, na fórmula das leis vigentes, deve ser processado, para se lhe impor a respectiva pena.

A prisão civil é um constrangimento ilegal, attentatorio das normas tutelares da inviolabilidade do direito individual da liberdade, tal como o declara o art. 72 da Constituição Federal.

Assim decidiu a Res. de Cons. Do Conselho de Estado de 27 de Janeiro de 1855, observada e mantida por differentes arestos dos tribunaes do Imperio; e si a variante de outras obstou a que se formasse a jurisprudencia, *in duobus, favoribillior pars est eligenda*.

Os accordãos do Supremo Tribunal Federal, a que recorre o voto vencedor, não dirimem a questão controvertida. O de 19 de Janeiro 1898 (Rev. de Jurisp. Vol. 3º), considerou a não entrega do deposito uma “modalidade do crime do furto do art. 331 n. 2 do Cod. Penal”; e consequentemente só passivel das penas nelle estabelecidas, nos precisos e taxativos termos do art. 61.

Tão arbitrária, pois, penso ser a prisão civil em virtude de uma lei revogada, quanto a redução do prazo, outr’ora *indeterminado*, ao maximo de *tres mezes*, por interpretação extensiva, proscripta em nossa lei penal. *Legibus, non exemplis, judicandum est*.

A illegalidade da prisão do aggravante, no caso dos autos, porém, ainda resalta da falsa qualidade de depositario, que lhe é attribuida.

O titulo a fls... posto revestido das formalidades extrinsecas de um deposito civil regular, a qualidade das partes contratantes e os docs. a fls. fazem certo a simulação, que nelle interveiu e susceptivel da prova até por conjecturas e presumpções.

Simulação, que reconhece o voto vencedor “ser peculiar aos contratos dos usurarios”, e que maliciosa e encobertamente, desnaturou em *deposito o mutuo* por elle formado e por força do qual o aggravante – *proprietario* das cedulas emprestadas e só obrigado ao pagamento, foi, no entretanto, convertido em *depositario* obrigado á restituição, como se fosse uma propriedade *alheia* confiada á sua guarda.

Contracto, portanto, nullo (Ord. Liv. 4, titi. 71) e de nenhum valor para autorisar a prisão do aggravante.

A simulação, não obstante depender de acção directa, a lei faculta ás partes contratantes oppol-a *em defeza*, independentemente da acção rescisoria (Reg. n. 737 de 1850, art. 686 s 5, n. 1), para que valha o contracto com o seu verdadeiro character (Cons. das leis civ., Teix. de Freitas, nota ao art. 358). E no louvavel intuito da sua repressão devendo os juizes, segundo a lição da jurisprudencia, inquirir da natureza real da transacção, prescindindo da qualificação que lhe dão as partes, na hypothese só a fórmula externa e apparente do titulo a fl. poderá justificar a negativa do impetrado provimento, em contrario á regra da interpretação — *plus valere quod agitur, quam quod simulater concipitur*.

Isto posto, provia o agravo para que fosse reformado o despacho aggravado, salvo o direito do credor á acção competente para a cobrança da divida.

Diz F... negociante estabelecido em... que havendo deixado depositados *taes ou taes objectos* em poder de F... tambem negociante (*ou o que fôr*) como bem mostra o escripto de deposito a esta junta, não lhe tem sido possivel haver do supplicado a entrega d'esses mesmos objectos depositados. N'estes termos vem, pois, o supplicante requerer a V. S. e digne mandar, que distribuida esta, seja o supplicados intimado para no prazo de 48 horas, que correrão em cartorio, entregar os ditos objectos, sob pena de, o não fazendo, ser preso, tudo na fôrma disposta no artigo 268 e seguintes do Reg. Com. O supplicante

P. deferimento.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

D. A. como requer. Data. — Rubrica.

Dada a petição a um official do Juizo, irá fazer a citação respectiva, e lavrará a fé.

Entregue a petição á parte, ella a levará ao cartorio, para ahi correrem as 48 horas.

Se dentro d'estas 48 horas nada allegar o réo, o escrivão unindo a petição inicial, certidão de conciliação, escriptura ou escripto de deposito, certificará que corrêram as 48 horas á revelia do réo, pela maneira seguinte:

Certidão do escrivão.

Certifico que em meu poder e cartorio corrêram as 48 horas, que por F... foram assignadas a F... na presente acção, sem que o mesmo réo comparecesse por si, ou procurador, para allegar seu direito. O referido é verdade, de que dou fé. Data.

O escrivão F...

Logo em seguida faz o termo de conclusão ao juiz, e então de tudo formando um caderno devidamente numerado sempre na folha, e nunca no verso, no rosto d'este caderno escreverá a autuação, pela fôrma seguinte:

Autuação.

19...

Cidade de... F. 1

Juizo do Commercio de...

Escrivão F...

F... A.

F... R.

Acção de deposito.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno n'esta... em meu cartorio autuo a petição, fé de citação, titulo de deposito, procuração (*se houver, e todos*

os mais papeis que por ventura existam) que ao diante se seguem. E para constar faça este termo Eu F... escrevão o escrevi.

Indo os autos conclusos, o juiz verificará se com effeito o titulo é de verdadeiro deposito mercantil.¹⁰² ¹⁰³

Se o não fôr, dará o seguinte.

Despacho.

Provando-se que o titulo sobre que se baseia a presente acção, não é d'aquelles de que falla o Cod. Com. para ter lugar a disposição do art. 275 do Reg. n. 737, indefiro a petição de fl... e use o autor da acção competente, e o condemno nas custas. Data. — Assignatura.

Este despacho tem o termo de publicação

Se o juiz vir que o deposito é real e mercantil, nada allegando o réo nas 48 horas assignadas, dará o seguinte

Despacho.

Visto o réo nada ter allegado nas 48 horas, que lhe foram assignadas, deferindo a petição de fl... mando se passe mandado de prisão contra elle, e o condemno nas custas. Data. — Assignatura.

¹⁰² Tem-se abusado muito d'este recurso violento que deu o Cod. Comm. unicamente para os depositos mercantis, e por isso os Juizes devem ter todo o cuidado em não ser illudidos, mandando passar ordens de prisão sem ser nos rigorosos casos em que a lei as pcrmitte. (*N. do A.*)

¹⁰³ Vide Cod. Comm. arts. 280 a 286 sobre *Deposito mercantil*.

Este despacho tem o termo de publicação e é intimado ao réo.

Antes de 5 dias não se passa o mandado, porque o mesmo réo póde aggravar (§ 6.º, art. 669 do Reg.)

Se agrava, fica suspenso o despacho até a decisão do mesmo agravo. Se não agrava, findos os 5 dias, o escrivão passará o mandado de prisão pela forma seguinte:

Mandado de prisão por não entrega de deposito.

O Dr. Juiz...

Mando a qualquer official d'este Juizo, que em virtude d'este por mim assignado, prenda e recolha á prisão F... visto não ter entregue o deposito, que por F... lhe foi pedido em acção competente por este Juizo. O que cumpra, Data. E eu F... escrivão o escrevi. — Rubrica do Juiz.

Entregue este mandado a dois officiaes, e feita diligencia, lavrará um d'elles o seguinte

Auto de prisão.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno n'esta... indo nós officiaes de justiça abaixo assignados á rua de... casa... ahi em virtude do mandado retro prendêmos a F... e o recolhêmos a *tal prisão*, o que consta do recibo junto. E para constar, um de nós lavrou o presente auto, que ambos assignamos. Data. — Assignatura dos officiaes.

Os officiaes devem cobrar um bilhete do carcereiro, que póde ser concebido nos seguintes termos:

Bilhete do carcereiro.

Fica recolhido a esta prisão F... em virtude de um mandado do Meritissimo Sr. Dr. F... Juiz do Commercio de... sendo os officiaes d'esta diligencia F... e F... Data.

F... carcereiro.

O official levará ao escrivão o auto acima e bem assim o bilhete do carcereiro. O escrivão juntará tudo ao processo por termo de juntada.

Se o réo quando for citado reconhecer que na acção proposta pelo autor não ha verdadeiro deposito mercantil, e que este Juizo não é competente, pedirá logo vista para vir com a sua excepção, e para isso fará a seguinte

Petição para pedir vista.

Illm. Sr. Dr. Juiz.

Diz F... que tendo sido intimado a requerimento de F... para dentro de 48 horas entregar o valor de... (*ou tal ou tal objecto*) constante de um titulo assignado pelo supplicante e isto sob pena de prisão, tem de apresentar o mesmo supplicante não uma defeza ao deposito mercantil, porque este não existe, mas sim uma excepção de incompetencia de fôro; por quanto embora seja um titulo com declaração de deposito mercantil, o

não é na realidade *por taes ou taes razões (dirá o supplicante por que razão o deposito não é mercantil)*. Portanto, em vista do exposto, o supplicante

P. a V. S. se digne mandar, que o escrivão juntando sua procuração aos autos, os continue com vista ao seu advogado abaixo assignado afim de offerecer os artigos de excepção.

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Dê-se vista para a excepção¹⁰⁴, Data. — Rubrica.

Entregue a petição com a procuração ao escrivão, este por termo de juntada leva tudo aos autos e abre o termo de vista ao advogado do excepiente.

A excepção seguirá seus termos, e se afinal fôr desprezada, passar-se-ha o mandado de prisão.

Se o réo não tiver motivos para a excepção e quizer vir com embargos, depositará o equivalente dos objectos em deposito, cobrará d'isso o respectivo conhecimento, e com elle fará ao juiz a seguinte

¹⁰⁴ Com quanto disponha o artigo 272 do Reg., que o réo não possa ser ouvido sem haver depositado o equivalente do deposito pedido, comtudo temos visto os Juizes aqui da Côte mandarem dar vista sem essa clausula para as excepções de incompetencia (N. do A.).

Petição para embargos.

Illm. Sr. Dr. Juiz do Commercio de...

Diz F... que tendo sido citado a requerimento de F... para dentro de 48 horas, sob pena de prisão, entregar *taes e taes objectos*, que em seu poder se acham, como tudo consta do titulo pelo supplicante assignado, quer este oppor-se á entregapedida, visto ter legitimos embargos a offerecer, e como depositou o equivalente do referido deposito, o que mostra o documento junto, vem por isso requerer a V. S. se digne mandar dar vista ao seu advogado nomeado na procuração. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O juiz verificando que de facto o equivalente se acha depositado, dará o seguinte

Despacho.

Como requer, e dê-se vista por 5 dias. Data. — Rubrica.

Levada esta petição, procuração e conhecimento do deposito ao cartorio do escrivão, este unirá tudo aos autos por termo de juntada, e abrirá termo do vista ao advogado do réo.

Se dentro porém dos cinco dias não vier com os embargos, o sollicitador da parte contraria em audiencia fará o seguinte

Requerimento verbal.

Tendo F... pedido vista para embargos na acção de deposito, que contra elle intentou F... meu constituinte, não veio elle com os ditos embargos no prazo de cinco dias, que lhe foi assignado; portanto requeiro, que debaixo de pregão seja elle lançado, e que subam os autos á conclusão, para decidir-se conforme fôr de justiça.

O juiz manda apregoar, e não comparecendo, defere o requerimento.

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado vim, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que por parte de seu constituinte lançava a F... dos cinco dias, que lhe foram assignados para vir com seus embargos, e requeria que debaixo de pregão fosse o mesmo havido por lançado, subindo os autos á conclusão. O que ouvido pelo dito juiz, debaixo de pregão assim deferio. Do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Em seguida o escrivão abre conclusão ao juiz.

Este verificando que o réo não veio com seus embargos no prazo marcado, dará o seguinte

Despacho.

Visto, como o réo não veio com os seus embargos no tempo que lhe foi assignado, sendo d'elles lançado como consta do termo a fl...

mando que se passe mandado ao autor para ser entregue o equivalente depositado, e pague o mesmo réo as custas. Data. — Rubrica.

Este despacho terá o termo de publicação.

Vendo porém o juiz, que o réo veio com seus embargos em tempo apto, dará o seguinte

Despacho.

Recebo os embargos e mando que se lhes assigne para prova uma dilação de dez dias. Data. — Rubrica.

Tem este despacho o termo de publicação.

N. B. Julgo não ser preciso dar aqui a fórmula dos embargos, porque já a dei em outro lugar : limitar-me-hei apenas a dizer, que a conclusão d'estes embargos será a seguinte :

Em taes termos

P. que nos melhores de direito os presentes embargos devem ser recebidos e afinal julgados provados, para o fim de decahir o embargado da acção, sendo condemnado nas custas.

P. R. e C. de J.

P. P. N. N. e C.

Assigna.

Entregues estes embargos no cartorio, o escrivão os une aos autos por termo de data, e abre conclusão como já disse ao juiz.

Este dará ou o despacho que atraz vem exemplificado, ou dará sómente o seguinte

Despacho.

Recebidos, em prova. Data. — Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação.

A parte, que mais interesse tiver, irá á audiencia e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... meu constituinte ponho em prova de uma dilação de 10 dias os embargos em causa de deposito, em que o mesmo contende com F... e requeiro que assim posta em prova debaixo de pregão, sigam-se depois os termos.

Apregoadá a parte contraria, o escrivão lavra o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio, e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado fui vindo, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que por parte de F... punha em prova de uma dilação de 10 dias os embargos com que veio o dito seu constituinte (*ou F...*) e requeria que debaixo de pregão fosse assim deferido. O que ouvido pelo dito juiz,

debaixo de pregão assim o mandou. Do que para constar faço este termo.
Eu F... escrivão o escrevi.

Assignada assim a dilação, a parte que quer provar
fará a seguinte

Petição para prova de embargos.

Illm. Sr. Dr. Juiz.

Diz F... que tendo vindo com embargos á acção de deposito,
que lhe propoz F..., foi assignada aos mesmos uma dilação de dez dias
para a sua prova, e como o supplicante tem de produzir testemunhas, por
isso

P. a V. S. se digne designar-lhe dia para o
inquirição das mesmas, citado o supplicado com pena
de revelia.

E. R. M.

Assigna.

O juiz (ou escrivão) assigna dia e hora, e citada a
parte contraria, no dia aprasado tem lugar a inquirição,
como por vezes tenho exemplificado.

Finda a dilação, quem a assignou, em audiencia
fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... e na causa de deposito em que contende com
F... lanço ao meu constituinte de mais provas e bem assim á parte

contraria, e requeiro que debaixo de pregão havidos por lança dos sigam-se os termos.

O juiz manda apregoar e defere ao requerimento.
O escrivão lavra o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do raez de... de... n'esta... em audiencia publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão de seu cargo abaixo nomeado ui vindo, ahi por F... foi dito, que por parte de F... e na causa de deposito em que contende com F... se lançava ao seu constituinte e ao contrario de mais prova, e requeria que debaixo de pregão se houvesse o lançamento por feito, seguindo-se os termos. O que ouvido pelo dito juiz, debaixo de pregão assim deferio. E para constar fiz este termo. E eu F... escrivão oescrevi.

Em seguida o escrivão abre termo de vista ao advogado do embargante para arrazoar dentro de 5 dias.

As razões devem consistir em um allegado que demonstre a materia dos embargados.

Vindo as razões dentro de 5 dias, o escrivão põe-lhe o termo de data, e dá vista ao advogado do embargado.

Este tambem dentro de 5 dias arrazôa, e estas razões o escrivão tambem junta aos autos por termo de data.

Assim promptos, numerados e competentemente preparados os autos, o escrivão abre o termo de conclusão.

Se o juiz achar os embargos improcedentes, os desprezará, mandando entregar ao autor o equivalente depositado, não obstante quaesquer recursos.

Se julga procedentes os embargos, absolve o réo, manda que levante o equivalente depositado, e condemna o autor nas custas.

O escrivão põe em qualquer d'estes despachos o termo de publicação.

Se o deposito foi feito em estação publica, o escrivão passará um precatório, de que ao diante darei norma, para o levantamento, consignando no processo o dia, mez e anno em que o passou.

Note-se, que para fazer-se depositos, o escrivão, logo que o juiz o tenha ordenado por seu despacho exarado na petição, dará uma guia para que a parte o vá fazer.

Esta guia será da fôrma seguinte:

Guia para deposito.

F. de tal... vai depositar por ordem d'este juizo a quantia de *tanto para tal ou tal (dir-se-ha o fim para que se faz o deposito)*. Data.

O escrivão F...

Feito o deposito, a parte cobrará um recibo ou conhecimento, para d'elle usar como e quando lhe convier.

Para cobrança das custas não é necessaria sentença, bastará mandado de penhora (Art. 244 do Reg.) do que ao diante darei norma.

Advertencia.

Se o objecto depositado fôr illiquido, e o autor não puder precizar seu valor, n'este caso fará a petição inicial para a acção do seguinte modo:

Petição inicial para acção de deposito illiquido.

Illm. Sr. Dr. Juiz

Diz F... que havendo deixado em deposito em *tal trapiche*, de que é dono (*ou administrador*) F... *tantas saccas* de assu car, e isto em *tal época*, como tudo mostra o documento jnnto, acontece, que ora querendo havel-as, sob futeis pretextos recusa-se o supplicado a restituil-as; e como o supplicante o queira coagir pelos meios judiciais, vem por isso requerer a V. S. peritos, que dêem valor ás ditas saccas¹⁰⁵ depois do que seja notificado o supplicado para dentro de 48 horas, que correrão em cartorio do escrivão, e sob pena de prisão entregar o deposito. O supplicante

¹⁰⁵ Nos lugares em que houver peritos e avaliadores do Commercio, deve ser o Juiz quem os nomeia ; mas isto não obsta que sejam (se as partes assim quizerem) a seu aprazimento (Art. 534 do Reg.) (N. do A.).

P. a V. S., que distribuida esta, se passe mandado de notificação com a comminação requerida.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer, nomeio para peritos F. e F... Data. — Rubrica.

Se o autor quizer que os peritos sejam a aprazimento seu e do réo, requererá no final da petição, que o supplicado seja citado para na primeira audiencia vir nomear e approvar peritos para darem valor aos objectos depositados, sob pena de revelia.

N'este caso, feita a citação, procede-se como já indiquei nos exames, vistorias, e mesmo appellações.

Nomeados os peritos, ou peio juiz, ou pelas partes, são elles intimados por carta do escrivão para virem prestar juramento. Prestado este, do que o escrivão lavrará o competente termo, assignado pelos peritos, e rubricado pelo juiz, faz o escrivão os autos com vista aos ditos peritos.

Este termo de vista póde ser a ambos.

Os peritos darão o seu laudo mais ou menos
pela fôrma seguinte :

1°.LAUDO.

Segundo as informações que colhi, e attenta a época em que foi feito o deposito, época era que *taes* generos regulavam na Praça pelo preço de *tanto* a arroba, cálculo valerem esses objectos *tanto*, ou á razão de *tanto* a arroba, o que prefaz a quantia de *tanto*. E' este o meu juizo, que sujeito a melhor. Data. — Assignatura.

2°. LAUDO.

Concordo com o laudo supra. Data. — Assignatura.

Dados os laudos, o escrivão põe-lhes o termo de data, e faz os autos conclusos ao juiz.

O juiz lavrará o seguinte

Despacho.

Passese o mandado requerido. Data. Rubrica.

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de juramento.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em *tal parte* onde se achava o Dr F... Juiz do Commercio de... comigo escrivão de seu cargo ao diante nomeado, ahi compareceu F... a quem o dito Juiz deferiu o juramento aos Santos Evangelhos em um livro d'elles, em que poz sua mão direita, e lhe encarregou, que em sua alma jurasse se realmente o

valor dos objectos depositados e por elle reclamados, era o que constava do arbitramento feito pelos peritos nomeados, e recebido por elle o dito juramento, disse ser na verdade aquelle o valor dos objectos reclamados. E de como assim o disse, assignou com o juiz. E eu F... escrevão o escrevi. Rubrica do juiz. — Assignatura do autor.

Prestado o juramento, segue a acção pela mesma fôrma por que atraz vem indicada.

Note-se que o depositario não póde reter o deposito a titulo de despesas, ou não pagamento de retribuição, e nem allegar qualquer compensação, que se não funde em titulo de deposito.

Se o depositario duvidar da legitimidade da pessoa que pede o deposito, por não ser o proprio, mas procurador insufficiente, ou herdeiro, ou successor não habilitado e legitimo, não póde todavia reter o deposito, mas requererá a sua transferencia para o Deposito Publico, citados os interessados.

Para isto fará a seguinte

Petição para remoção de deposito.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que achando-se depositario de *taes e taes objectos*, que foram em seu poder depositados por F..., acontece agora, que se apresenta em Juizo a reclamal-os F..., que não sendo o legitimo dono, é apenas procurador insufficiente (*ou herdeiro não habilitado, etc.*) E como o supplicante os não queira entregar por incompetencia da pessoa, que os

reclama vem por isso pedir a V. S. se digne mandar removel-os para o Deposito Publico, citados os interessados. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

A vista d'este despacho passará o escrivão o seguinte

Mandado para remover o deposito particular para o Deposito publico.

O Dr. F... Juiz do Commercio de... etc.

Mando aos officiaes d'este Juizo, a quem fôr este apresentado, indo por mim assignado, que vão á rua de... casa n... onde vive e mora F..., e sendo ahi conduzam para o Deposito Publico *taes ou taes objectos*, que em mão e poder do mesmo F... se acham depositados, lavrando de tudo o competente auto, e citados os interessados. O que cumpram. Data. E. eu F... escrivão o escrevi. — Rubrica do Juiz.

Com este mandado removem-se os objectos, e os officiaes lavram o seguinte

Auto de deposito.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, nós officiaes do Juizo do Commercio abaixo assignados, em virtude do mandado retro e seu despacho fomos á rua de... casa n... onde reside F.... e sendo ahi removemos para o Deposito Publico *taes e taes objectos*, que em mão e poder do dito F... se achavam depositados. O referido é verdade, do que damos fé. E para constar, um de nós lavrou o presente que foi por ambos assignado e tambem pelo depositario publico, obrigando-se ás penas da lei. Data. — Assignatura do depositario e dos officiaes.

Logo em seguida lavrar-se-ha a certidão das intimações dos interessados, que poderá ser do seguinte teor:

Certidão de intimação.

Certifico que em virtude do respeitavel mandado retro intimei a F... F... e F... a remoção para o Deposito Publico dos objectos, que se achavam depositados em poder de F... O referido é verdade, de que dou fé. Data.

F... official de justiça.

Esta acção de deposito é extensiva a todos aquelles que, conforme o Codigo, são considerados depositarios como os trapicheiros e administradores de armazens de deposito, conductores ou commissariós de transpórtes.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Regul. 737 de 1850, art. 280.

CAPITULO V.

Da Remissão do Penhor.¹⁰⁷

Acontecendo que algum depositario não queira entregar o penhor, que o tem em seu poder por qualquer titulo de divida, fará ao Juiz do Commercio o seguinte

Petição para depositar o preço da divida, afim de remir o penhor.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que havendo empenhado em poder de F... *tantos quilates de brilhantes* para garantia do emprestimo em dinheiro, que o mesmo lhe fez na importancia de *tanto*, acontece que querendo o supplicante remir o seu penhor, a isso se tem negado o supplicado; e porque o supplicante queira haver judicialmente os objectos empenhados, que aliás valem muito mais do que a divida, como se vê do titulo de deposito pelo referido supplicado assignado, e tambem junto, por isso o supplicante

P. a V. S. se digne mandar, que distribuida esta, deposite elle a quantia da divida á custa do supplicado e com a sua citação, para depois poder intentar a competente acção.

E. R. H.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

¹⁰⁷ Regul. 737 de 1850, art. 281; *Cod. Comm.*, art. 271 e segs.

O supplicante mandará intimar o depositario, irá fazer o deposito, e cobrado o conhecimento, fará de novo a seguinte

Petição para haver o penhor.

Illm. Sr. Dr. Juiz.

Diz F... que havendo depositado a quantia de... como mostra pelo documento junto, para poder remir *tantos quilates de brilhantes*, que se acham empenhados em poder de F... para garantir igual quantia, que o mesmo ao supplicante havia emprestado, quer o supplicante, que V. S. se digne mandal-o intimar para no prazo de 48 horas, que correrão em cartorio e sob pena de prisão, entregar o referido penhor. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

Feita a intimação, segue-se em tudo o mais o processo estabelecido para a acção de deposito, da qual acabo de tratar.

O réo, além dos embargos do art. 273 do Reg., com que pôde vir, poderá tambem allegar que a divida não está inteiramente paga (art. 281 do Reg.)

CAPITULO VI.

Excussão do penhor.¹⁰⁸

Se qualquer credor tiver em seu poder objectos para garantia de alguma divida, vencida esta, não a pagando o devedor, ou não querendo que o objecto empenhado se venda por *commum accordo*, terá lugar a presente acção.

¹⁰⁸ *Vide Regul. 737 de 1850 arts. 282 a 288; Cod. Comm. arts. 271 a 279.* Como são muito frequentes estas acções na Capital Federal, sendo o penhor acções de Bancos e Companhias, damos em seguida a seguinte nórma para começo da acção : III^{mo} Ex^{mo} Snr. Dr. Juiz da... vara commercial. Diz F. liquidante da firma A. e C. que B. residente n'esta capital, é devedor d'aquella firma da quantia de 23:000\$000 com juros contados até 30 de Junho próximo findo (doc. n. 1) garantido este debito pelo penhor commercial de quatrocentas e setentas (470) acções da Companhia Cantareira e Viação Fluminense (doc. n. 2), por isso quer o supp^{te} fazer citar o supp^{do} para a avaliação e arrematação do dito penhor sendo as acções apenhadas depositadas, sendo a citação feita para a primeira audiencia do Juizo, tudo na fórma do disposto nos art. 283 e 284 do Regul. 737 de 1850, pena de revelia. E. R. M. Data (*Assigna o Advogado*). Despacho : Como requer, fazendo-se deposito do objecto do penhor no Banco da Republica do Brazil. Data. Assigna o Juiz. Entregue a petição ao official de Justiça, é feita a citação. Na primeira audiencia vae o advogado ou solicitador accusar a citação. Do occorrido em audiencia lavra o escrivão o seguinte termo : Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e noventa e seis aos vinte e oito do mez de Julho, n'esta Capital, em publica audiencia do Dr. Celso Aprigio Guimarães, Juiz do feito, pelo Dr. F. foi dito que seu constituinte F. liquidante da firma A. C. accusa a citação feita a B. para n'esta audiencia vêr-se-lhe propôr a presente acção de excussão de penhor e requer que a mesma fique esperada até que seja apresentada em Juizo a certidão do deposito do penhor; quando serão assignados ao réo os cinco dias para a contestação. O que ouvindo o Juiz e informado dos termos da petição com despacho, intimação, e dois documentos e procuração, mandou apregoar o réo que compareceu representado pelo Dr. F. que apresentou procuração com contra fé para lhe ser dada vista em tempo. Pelo que houve a citação por accusada e esperada e os documentos por offerecidos, do que lanço este termo. Eu F., escrivão o escrevi e assigno. Entregue a petição com os documentos, faz depois o advogado do Autor a seguinte petição. III^{mo} Snr Dr. Juiz da Camara Commercial. Diz F., liquidante de A. e C. que na acção de excussão de penhor que move a B. que tendo-lhe designado o Banco da Republica do Brazil para n'elle fazer-se o deposito de 470 acções da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, vem requerer a V. Ex. se digne mandar expedir a respectiva guia, na qual se declarará a quantia devida ao supp^{te} e á qual as mesmas acções serviam de garantia para o effeito de se contar sobre a mesma quantia a percentagem do depositario P. deferimento. E. R. M. Passada a guia e feito o deposito, na primeira audiencia o advogado do Autor comparece e offerecendo a cautela do deposito das acções, assigna ao réo o prazo de cinco dias para a contestação, pena de lançamento. O escrivão lavra o termo respectivo, junta aos autos a cautela do deposito, abre vista dos autos ao advogado do réo que virá com a contestação, ou com embargos se entender mais conveniente. Segue-se depois o processo, como se vê no A.

O autor fará a seguinte

Petição para avaliação e arrematação do penhor.

Illm. Sr. Dr. Juiz do Comercio de...

Diz F... que havendo recebido de F... *taes e taes objectos* em penhor da quantia de *tanto*, que lhe emprestou a *tanto tempo* de prazo, como mostra o documento junto, acontece que a divida se acha vencida, e nem o supplicado quer pagal-a para remir o seu penhor, nem mesmo consente que os objectos empenhados sejam vendidos para seu pagamento. Por isso, como o supplicante queira propôr-lhe a competente acção, vem requerer a V. S. se digne mandar, que depositados os mesmos objectos, seja o supplicado citado para a sua avaliação e arrematação. O supplicante

P. a V. S., que distribuida esta, se proceda na fórma requerida, sob pena de revelia, ficando o supplicado citado para todos os mais termos e actos judiciais.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

A primeira cousa, que deve o autor fazer, é depositar o penhor e cobrar o conhecimento, depois de

citado o réo, do que se lavrará certidão; na primeira audiência o autor por si (ou por seu procurador) proporá a sua acção pela maneira seguinte:

Requerimento de audiência.

Para esta audiência trago citado (*ou traz citado meu constituinte F...*) a F... para fallar a uma acção de excussão de penhor, e requeiro que havida a citação por feita e accusada se proceda debaixo de pregão aos termos da mesma á sua revelia, e effereço a petição inicial e certidão do deposito do penhor, ficando assignados ao réo 5 dias para contestar.

O Juiz manda apregoar, e quer o réo compeça, quer não, o escrivão lavra o seguinte

Termo de audiência.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiência publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão vim, ahi por F... (*ou por F... procurador de F...*) foi accusada a citação feita a F... para proceder-se á avaliação e arrematação do penhor depositado, cuja certidão do deposito leu, e bem assim a petição inicial, e requereu que debaixo de pregão se procedesse aos termos ulteriores, ficando assignados ao réo cinco dias para contestar. O que ouvido pelo dito juiz, debaixo de pregão assim o ordenou, de que para constar fiz este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Se o réo não juntar procuração nos 5 dias, será lançado em audiência e os autos serão conclusos para despacho final, lavrando o escrivão o respectivo termo.

Se quizer oppôr-se, dentro de 5 dias requererá ao Juiz, que lhe mande juntar sua procuração, e que o escrivão lhe dê vista.

Junta a procuração, e indo os autos com vista poderá o réo vir com os seguintes embargos :

Falsidade, pagamento, compensação, novação e transacção.

Findos os cinco dias, e juntos os embargos por termo de data, o escrivão fará os autos conclusos.

A autuação é como outra qualquer; o titulo porém da acção será — Excussão do penhor.

O juiz se vir que os embargos são improcedentes dará o seguinte

Despacho.

Rejeito os embargos de fl... pela improcedencia de sua materia, e mando que se proceda a avaliação e arrematação do penhor, pagas as custas pelo embargante. Data. — Assignatura.

Este despacho tem o termo de publicação.

Se, porém, os embargos forem de receber, o juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebo os embargos por sua materia. Ponham-seem prova.
Data. — Rubrica.

Este despacho tem o termo de publicação.

Na primeira audiencia o solicitador do embargante porá os embargos em prova de uma dilação de 10 dias, do que o escrivão lavrará o competente termo.

N'isto se haverá como já tenho indicado em todas as demais dilações.

Dada a prova, lançado d'ella, e escripto pelo escrivão o devido termo de audiencia, o mesmo escrivão dará vista ao embargante para arrazoar dentro de 5 dias.

Vindo, as razões o escrivão as juntará aos autos por termo de data, e abrirá vista ao embargado, que tambem deve arrazoar dentro de 5 dias.

Assim promptos os autos, o escrivão os fará conclusos ao juiz. Este, se os embargos forem procedentes, os julgará provados para o fim de decretar a improcedencia da acção, e condemnando o autor nas custas.

Se, porém, julgar os mesmos embargos não provados, mandará que se proceda á avaliação e venda do penhor por intermedio de um agente de leilões.

Qualquer d'estes despachos tem o termo de publicação.

Intimado ás partes, se não fôr caso de serem os avaliadores do Juizo, o autor fará a seguinte

Petição para nomeação de avaliadores

Illm. Sr. Dr. Juiz.

Diz F... que havendo V. S. ordenado por sua sentença de *tantos*, proferida na acção proposta neste Juizo escrivão F... contra F... que se avaliasse e arrematasse o penhor, que o supplicante em seu poder tinha para garantia de uma divida, contrahida pelo supplicado na importancia de... cujo penhor foi depositado por ordem d'este Juizo, quer agora o supplicante fazer citar o supplicado para na primeira audiencia d'este Juizo vir nomear e approvar avaliadores, que avaliem o dito penhor, sob pena de serem approvados e nomeados á sua revelia. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz deferirá, e na primeira audiencia se procederá á nomeação dos avaliadores, como em todos os casos em que ha nomeações de peritos, louvados, etc., lavrando o escrivão o competente termo da audiencia da sua nomeação.

Note-se que quando ha avaliadores nomeados pelo Tribunal do commercio, é a elles a quem compete fazer a avaliação.

Nomeados os avaliadores, se não os houver nomeados pelo Trib. do Com., são intimados para virem prestar o juramento; o que feito, lavrará o escrivão o competente termo de juramento, que será rubricado pelo juiz, e pelos ditos avaliadores assignado.

Em seguida passamos avaliadores a dar valor ao objecto, e sendo isto feito por escripto e por elles assignado, o escrivão junta aos autos por termo de juntada, e faz os mesmos conclusos ao juiz.

Este, vendo a avaliação em termos, dará o seguinte

Despacho.

Passe-se mandado de autorização para a venda do penhor a F... agente de leilões, a quem designo para esse fim. Data. — Rubrica.

O escrivão põe o termo de data e passa o seguinte

Mandado de autorização a um agente de leilões.

O Dr. F... Juiz do Commercio de...

Mando a F... agente de leilões, que em vista d'este por mim assignado proceda á venda e arrematação dos *objectos taes*, que se acham a requerimento de F., depositados em *tal lugar*, pelo maior preço que puder alcançar sobre a avaliação, que é de *tanto*. O que feito, traga a importancia a este Juízo, para ser entregue a quem de direito pertencer. O que cumpra. E eu F... escrivão o escrevi.

— Rubrica do Juiz.

Entregue este mandado ao agente, faz elle a venda, e trazendo o importe a Juizo, o autor que o receber passará a competente quitação.

Note-se, que se o preço da venda não bastar para pagamento das custas, passar-se-ha mandado¹⁰⁹ como se determina no art. 244 do Reg. Com.¹¹⁰

¹⁰⁹ Para não estar a fazer enfadonhas repetições, darei, quando tratar da execução as fórmulas, destes mandados, precatorias requisitorios, etc., e então a elles recorra o leitor e faça applicação aos casos emergentes. (*N. do A.*)

CAPITULO VII.

Da acção de soldadas.¹¹¹

Esta acção compete aos individuos da tripulação, ou seus herdeiros.

E' sómente competente para as soldadas vencidas, e não para aquellas que fôrem devidas no caso de rompimento de viagem ou de despedida por causa não justa.

Não póde ser proposta pelos individuos da tripulação, senão tres dias depois da descarga.

Quem quizer propôr esta acção, ¹¹², fará a seguinte

Petição para haver soldadas.

Illm. Sr. Dr. Juiz do Commercio de...

Diz F..., marinheiro (*piloto, caixa, ou o que fôr*), da tripolação de navio *tal*, vindo de *tal parte*, chegado a este porto a *tantos*, e descarregado a *tantos*, que havendo sido contractado por F... para na qualidade já dita de... servir por *tanto tempo* no referido navio, vencendo á razão de *tanto (por dia, mez, ou viagem)* acontece, que agora o mesmo

¹¹⁰ Se o penhor vendido não chegar para pagamento de toda a divida, terá o credor direito de ir haver o que faltar pelos meios ordinários. (*N. do A.*)

¹¹¹ Vide Regul. 737 de 1850, arts. 289 a 208; *Cod. Comm.*, arts. 543 a 565. Vide Ferr. Borges, *Dicc Jurid. Comm.* vb. *Soldadas dos marinheiros e gente da equipagem*.

¹¹² O Reg. Com. no Cap. 6.º não falla da conciliação nas acções de soldadas, quando aliás em todas as outras falla; porém como eu não vejo esta acção nas exceptuadas no art. 23 do mesmo Reg., sempre n'estes casos intentei a conciliação, e aconselharei a todos, que a intentem. (*N. do A.*). Esta nota do A. hoje não deve ser seguida, porque a conciliação já não é mais formalidade essencial no processo civil nem no commercial.

F... recusa-se a pagar-lhe (*ou todas as soldadas, ou parte d'ellas*), que prefazem a somma de *tanto*, do que tudo convence a nota do capitão do mencionado navio a esta junta (*ou no caso do capitão recusar-se a dar nota — não podendo o supplicante juntar a nota do capitão do mesmo navio por elle a isso recusar-se*). E porque o supplicante queira haver seu pagamento pelos meios judiciaes, vem requerer a V. S. se digne mandar, que seja o supplicado citado para na primeira audiencia d'este Juizo vêr jurar as soldadas vencidas e pagal-as (*no caso do supplicante no juntar a nota do capitão, acrescentará*) sendo lambem o supplicante admittido a jurar sobre a recusa da nota feita pelo capitão. O supplicante

P. a V. S. que distribuida esta, se faça a intimação requerida, sob pena de revelia.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

D. C. Data. — Rubrica.

Feita a citação, na primeira audiencia o autor por seu procurador se apresentará e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Para esta audiencia foi citado F... para vêr jurar e pagar as soldadas vencidas por F... na importancia de... (*e bem assim para vêr jurar ácerca da recusa, que lhe fez o capitão do navio da respectiva nota, isto é, no caso de dar-se este incidente*): por tanto requeiro que de baixo

de pregão se haja a citação por feita e accusada, e que se defira o juramento ao autor, ficando assignado o termo de 48 horas, que correrão no cartorio, ao réo para pagar ou impugnar.

O Juiz manda apregoar.

Se o autor não comparece, defere juramento dos Santos Evangelhos ao autor sobre as soldadas e sobre a recusa (caso exista).

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de audiência.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado vim, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que por parte de F... trazia citado F... para ver jurar e pagar as soldadas, que ao mesmo seu constituinte devia (*e bem assim sobre recusar dar-lhe o capitão a respectiva nota*); portanto requeria que, debaixo de pregão e á revelia do réo, fosse a citação havida por feita e accusada deferindo-se juramento a seu constituinte e assignando-se o termo de 48 horas, que correrão no cartorio, ao réo para pagar ou allegar seu direito. O que ouvido pelo dito juiz, debaixo de pregão assim o ordenou, e deferio o juramento ao autor, que é o que se segue. Do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Deferido o juramento, lavra o escrivão o seguinte

*Termo de juramento.*¹¹³

E no mesmo acto deteriu o Juiz ao autor o juramento dos Santos Evangelhos em um livro d'elles, em que poz sua mão direita, e lhe encarregou de que em sua alma jurasse, se a somma das soldadas, que reclamava, era em verdade a que lhe devia o réo, e se fazia este pedido sem dolo ou malicia (*e se tambem jurava, que por lhe recusar o capitão, não apresentava a nota, que em taes casos se deve apresentar*). E recebido pelo dito autor o juramento, foi dito que em sua alma jurava ser verdade o seu pedido, sem dolo e malicia *e que de facto o capitão se recusára dar-lhe a sua nota*). A vista do que houve o mesmo Juiz por prestado o juramento, e mandou lavrar o presente, que assignou com o autor. E eu F... escrivão o escrevi. Rubrica do juiz. — Assignatura do autor.

Depois d'este juramento ficam os autos no cartorio por espaço de 48 horas. Se durante ellas o réo não comparecer para defender-se, o escrivão lavrará a seguinte

Certidão de estarem findas as 48 horas assignadas.

Certifico que correram n'este cartorio as 48 horas, que ao réo foram assignadas, sem que elle comparecesse ou juntasse procuração. O referido é verdade, de que dou fé. Data.

O escrivão F...

Note-se, que este prazo de 48 horas não vem determinado na lei; mas eu por paridade de outras acções concluo, que é o que deve ser assignado.

¹¹³ Este termo de juramento poderá ser substituido por um termo de affirmacção ou ratificação.

Logo em seguida faz os autos conclusos.

O Juiz, vendo que o réo foi contumaz, e que o autor jurou, condemnará o mesmo réo á sua revelia — a que pague a quantia jurada e custas.

Se porém o réo quizer defender-se, a primeira cousa que deve fazer logo que fôr citado, é dirigir ao Juiz a seguinte

Petição para depositar a quantia pedida.

Illm. Sr. Dr. Juiz

Diz F... que havendo sido citado a requerimento de F... para vêr jurar e pagar as soldadas, que diz dever-lhe o supplicante da viagem feita no navio *tal*, vindo a este porto de *tal parte*, cujas soldadas montam a *tanto*; quer o supplicante impugnar este pedido por *taes e taes razões*. E como não o póde fazer sem depositar quantia equivalente á pedida pelo supplicante,

P. a V. se digne mandar que o escrivão lhe passe — guia — para fazer o deposito, o qual feito, seja junto aos autos.

E. R. M.

Assigna.

Despacho.

Como requer. Data. — Rubrica.

Levado este requerimento ao escrivão, elle passará a seguinte

*Guia para deposito.*¹¹⁴

F. de tal... vai depositar por ordem d'este juizo *em tal repartição* a quantia de *tanto* equivalente á que lhe é pedida por F... para pagamento de suas soldadas. Data.

O escrivão F...

Feito o deposito e cobrado o conhecimento, o réo o trará a cartorio, e bem assim sua procuração dentro das 48 horas, que lhe foram assignadas

Passadas as 48 horas e feito o deposito, o sollicitador do autor irá á audiencia e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... meu constituinte assigno cinco dias a F... para dentro d'elles contestar as soldadas juradas pelo dito meu constituinte e já depositadas pelo réo, e requeiro que debaixo de pregão se hajam os mencionados cinco dias por assignados, sob pena de lançamento.

O juiz manda apregoar, e defere o requerimento.

O escrivão lavrará o seguinte

¹¹⁴ Não só a fórmula, que aqui dou da presente Guia, servirá para todos os casos de deposito, como tambem se poderá para o mesmo effeito aproveitar-se a fórmula e fórma da petição para passar-se tal guia. Na acção de deposito, na remissão e excussão do penhor são precisos taes depositos; a fórmula acima dita servirá para todos esses casos com as precisas alterações. (*N. do A.*).

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio, e onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado fui vindo, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que por parte de F... seu constituinte assignava cinco dias a F... para contestar as soldadas juradas pelo dito seu constituinte, e ja depositadas pelo réo, e requeria que debaixo de pregão se houvessem os ditos cinco 5 dias por assignados, sob pena de lançamento. O que ouvido pelo dito juiz, assim o ordenou. Do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Depois de assignados estes 5 dias, se o réo não juntar procuração, o sollicitador o lançará na primeira audiencia, de cujo lançamento o escrivão lavrará termo de audiencia, e fará logo os autos conclusos, tendo o cuidado de que vão todas as folhas numeradas e com a competente autuação.

O Juiz vendo a revelia do réo e o juramento do autor, condenará aquelle no pedido e custas, e o réo, independentemente de extrahir sentença por simples precatorio, levantará o deposito.

O réo, porém, querendo defender-se, juntará procuração, fazendo ao Juiz a seguinte

Petição para juntar procuração.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que havendo sido citado a requerimento de F... para pagar-lhe a quantia de... proveniente de soldadas, quer o supplicante oppôr-se a esse pagamento, por não ser a divida real e verdadeira, e

como já tenha depositado a quantia equivalente á pedida, por isso vem requerer, que juntando o escrivão sua procuração aos autos, os faça com vista ao advogado na mesma nomeado. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Em termos. Data. — Rubrica.

O — em termos — é para o escrivão verificar se com effeito ha deposito, e se o réo ainda está dentro dos 5 dias.

Se o escrivão tiver duvida, virá com ella, e o Juiz a julgará, ou não, procedente. Se não tiver duvida, juntará a procuração por termo de juntada, e fará por termo de vista os autos continuados ao advogado do réo.

Este deduzirá por artigos a materia de defeza.

O escrivão juntará os artigos aos autos por termo de data, e os fará conclusos ao juiz que dará o seguinte

Despacho.

Recebidos, em prova. Data. — Rubrica.

Segue-se o termo de publicação.

Logo na primeira audiencia o sollicitador do autor porá a causa em prova de uma só dilação de dez dias, como por vezes tenho exemplificado.

Finda a dilação, lança-se de mais prova, e requer que a causa siga seus termos.

Note-se que tanto na assignação da dilação como no lançamento, o escrivão deve lavrar os termos de audiencia em que tudo faça constar.

Depois do escrivão lavrar os termos de audiencia em que conste o lançamento, faz termo de vista ao autor para arrazoar por cinco dias.

Arrazoadado, põe o mesmo escrivão nas razões o termo de data e abre termo de vista ao réo também por cinco dias.

Arrazoando o réo, o escrivão junta as razões por termo de data, e abre conclusão ao Juiz

Se o réo defendeu-se, o Juiz julga improcedente a acção, manda que lhe seja entregue o deposito e condemna o autor nas custas.

Se não se defendeu, condemna e manda entregar o deposito ao réo independentemente de sentença por simples mandado, e não obstante appellação, salvo se o autor fôr o capitão e a sua conta tiver sido contestada, porque n'este caso não poderá levantar o deposito sem fiança.

Quanto ás custas proceder-se-ha como determina o art. 244 do Reg.

CAPITULO VIII

Dos seguros.¹¹⁵

Esta acção é sómente competente para a indemnisação do sinistro.

Terá lugar em Juizo arbitral, se as partes assim estipularem na apolice, ou por compromisso posterior.

O que tiver de propôr a acção, dirigirá ao Juiz do Commercio a seguinte

Petição para acção de seguros.

Illm. Sr. Dr. Juiz¹¹⁶

Diz F..., consignatario da sumaca *tal* pertencente a F... (*ou proprietario, ou o que fôr*) que estando ella segura na companhia *tal* pela quantia de *tanto*, como consta da apolice (doc. n. 1), sahira do porto *tal* com destino *a tal lugar*, achando-se bem aparelhada, com a conveniente tripolação e carga (documento n. 2) e navegou sem inconveniente *até tantos de tal mez*. No dia porém de *tantos ás tantas horas* teve *tal sinistro*, (*por exemplo*) poz-se a fazer agua por tal modo, que não era possivel esgotal-a, chegando ao ponto de tornar-se ingovernavel, não obstante os meios empregados pelo mestre e tripulação, indo a pique (*ou sendo necessario encalhal-a em lal lugar*) como se vê do protesto n. 3 (*dever-se-ha contar minuciosamente todos os incidentes do sinistro*). E como agora a dita companhia recuse-se a pagar, e porque na apolice não se estipulou o Juizo arbitral, como exige o art. 300 do Reg. Com., quer o

¹¹⁵ Vide Cod. Comm. Arts. 665 e seguintes, sobre seguros maritimos. Vide Regul. 737 de 1850, sobre acção de seguros, arts. 299 a 307.

¹¹⁶ Tomarei para exemplo o seguro do uma sumaca; dada outra hypothese, far-se-hão as convenientes alterações. (*N. do A.*)

supplicante citar a referida companhia para dentro de 15 dias pagar a indemnisação do sinistro, que é de *tanto*, visto haver (*ou não*) perda total, e juros, ficando á disposição da mesma companhia os saldos (documento n. 5), descontadas as despesas respectivas. O supplicante

P. a V. S., que distribuida esta, tomado por termo o abandono¹¹⁶ na fórma dos arts. 301 e 303 do Reg. Com., se digne mandar intimar o supplicado d'elle, e para a acção.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

D. Tome-se o termo, e seja intimado o supplicado.
Data. —Rubrica.

Distribuida a petição (se fôr necessario) a parte a levará ao escrivão, que lavrará o seguinte

Termo de abandono.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em meu cartorio compareceu F...(ou F... *procurador de F...*) e por elle foi dito, que abandonava á companhia de seguro *tal* os salvados de *tal navio* na fórma

¹¹⁶ Se não houver abandono, supprimir-se-ha esta parte, limitando-se a petição á citação do supplicante para vêr assignar os 15 dias. (*N. do A.*)

da petição retro que offerece como parte d'este que assigna. E eu F...
escrivão o escrevi. (Assignatura da parte ou seu procurador).

Lavrado o termo, vai qualquer official do Juizo
fazer a intimação. Se a companhia de seguros tiver
directores, devem todos ser intimados, lavrando d'isso o
official a sua certidão e dando contra-fé.

Feita a citação e juntos todos os documentos, que
mencionei na petição, na primeira audiencia irá o
sollicitador do autor e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Para esta audiencia traz citado F...meu constituinte
a F... para fallar a uma acção de seguros (*e bem assim
ver offerecer o termo de abandono, se existir*), e
requeiro que debaixo de pregão e á sua revelia se haja a
citação por feita e accusada (*o termo por offerecido*)
ficando-lhe assignados os 15 dias da lei para pagar ou
allegar os embargos que tiver.

O Juiz manda apregoar e o escrivão lavra o
seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica
que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu
escrivão de seu cargo abaixo nomeado vim, ahi pelo sollicitador F... foi
dito, que por parte de F... accusava a citação feita a F... para fallar á
presente acção de seguros (*e para vêr offerecer o termo de abandono*) e

requeria que debaixo de pregão e á revelia do réo, fosse a dita citação havida por feita e accusada, o *termo por offerecido* e assignados os 15 dias da lei ao réo para pagar ou allegar os embargos que tivesse. O que ouvido pelo dito juiz, debaixo de pregão assim o mandou. Do que para constar faço este termo. E eu F... escrivão o escrevi.

D'este ponto em diante a acção segue inteiramente todo o processo da acção de assignação de 10 dias (art. 307 do Reg.)

CAPITULO IX

Da acção executiva.¹¹⁷

Compete esta acção: Aos fretes dos navios. — Aos fretes e alugueis de transportes por agua, ou por terra. — As despesas e commissão de corretagem.

Em qualquer d'estes casos para obter-se o mandado far-se-ha a seguinte

Petição para mandado executivo.

Illm. Sr. Dr. Juiz.¹¹⁸

Diz F... que devendo-lhe F... a quantia de... proveniente do frete de *taes e taes mercadorias*, que no navio *tal*, propriedade do supplicante, foram transportadas de *tal lugar para tal lugar* descarregando as mesmas e sendo entregues a F..., como tudo consta do conhecimento de frete, do recibo de descarga e entrega a esta juntos, acontece não lhe

¹¹⁷ Vide Regul. 737 de 1850, arts. 308 a 319.

¹¹⁸ Tomarei para exemplo o 1.º caso, isto é, fretes de navio. (*N. do A.*)

querer pagar agora o supplicado a importancia do mesmo frete. E como o supplicante queira obrigar-o judicialmente; por isso

P. a V. S. se digne mandar, que distribuida esta, se passe mandado executivo contra o supplicado, afim de que pague in-continenti a referida quantia, e não o fazendo se proceda á penhora nos bens que elle offerecer ou lhe forem achados, tantos quantos bastem para pagamento da divida e custas.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz vendo que a petição se acha instruida conforme dispõe o art. 309 do Reg. Com., dará o seguinte

Despacho.

D. P. M. Data. — Rubrica.

Feita a distribuição (se fôr necessaria) o escrivão a quem tocar a acção passará o seguinte

Mandado executivo.

O Dr. F... Juiz do Commercio de...

Mando aos officiaes d'este Juizo, a quem fôr este apresentado, indo por mim assignado, que em seu cumprimento e a requerimento de F... vão á rua de... casa n... onde mora F... (*se fôr possivel designar a casa e rua*) e sendo ahi o intinem para in-continenti pagar ao supplicante

a quantia de... proveniente da importancia *dos fretes de taes e taes mercadorias, vindas de tal lugar para tal lugar no navio tal*, de que é proprietario F..., e não o fazendo, procedam á penhora executiva em tantos bens quantos cheguem e bastem para pagamento da referida quantia, e assim mais para as custas, e feita a penhora, façam o deposito na fórmula da lei, intimando o supplicado para dentro de 6 dias vir com os embargos que tiver. O que cumpram, lavrando os autos respectivos e trazendo-os a Juizo. Data. E eu F... escrevão o escrevi. — Rubrica do Juiz.

Passado este mandado, será entregue a dois officiaes do Juizo, e estes procurarão o supplicado, e requererão na fórmula dita.

Se elle pagar, lavrar-se-ha o seguinte

Auto de pagamento em acção executiva.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... em *tal lugar* onde vive (*ou se achava*) F... e onde foi vindo o official de justiça, d'este Juizo, comigo tambem official de Justiça, abaixo assignados, e ahi em cumprimento do mandado retro, estando presente o supplicado, foi elle requerido para pagar in-continente a quantia de... pedida por F... e constante do mesmo mandado, o que tudo ouvido pelo dito supplicado, de prompto nos entregou a mencionada quantia para pagamento de sua divida, a qual entregaremos em Juizo, e então houvemos assim a diligencia por concluida, passando o presente para constar, e assignando tambem o official acima referido. Data. — Assignatura dos officiaes.

Os officiaes levam a importancia, entregam ao escrevão, e quando o autor vier recebê-la, passará a

competente quitação (cuja fórmula darei quando tratar da execução).

Se o supplicado não pagar depois de requerido, os officiaes penhoram-lhe tantos bens, quantos cheguem para pagamento da divida e custas, o lavram logo o seguinte

Auto de penhora.

Anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... á rua de... casa n... onde mora F... e onde foi vindo F... official de justiça d'este Juizo, comigo tambem official de justiça abaixo assignado, ahi em cumprimento do mandado retro, estando presente o executado F... depois que requerido foi para incontinente pagar a quantia pedida no mesmo mandado, o não fez, e logo o mesmo official e eu fizemos penhora nos bens por elle apontados (*ou que lhe foram achados*) e que são os seguintes (*descrevem-se os bem*). Cujos bens acima penhorados pela quantia pedida n'este mandado, e custas accrescidas e as que accrescerem, logo por nós officiaes de justiça foram havidas por depositadas no Deposito Publico (*ou no geral, ou em mão e poder de F... morador em tal lugar*) o qual se obrigou ás penas da lei, como bom e fiel depositario, e assigna este auto comnosco officiaes de justiça. E eu que o fiz e assignei. Assignatura dos officiaes. —Dita do depositario.

Logo um dos officiaes intima o supplicado para dentro de 6 dias offerecer os embargos que tiver, e d'isto passa certidão.

Levado este auto ao cartorio, o sollicitador do autor na primeira audiencia fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... meu constituinte accuso a penhora feita a F... e requeiro que debaixo de pregão seja havida ella por accusada, e lhe fiquem assignados 6 dias para allegar os embargos que tiver, pena de lançamento.

O Juiz manda apregoar e o escrivão lavra o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão de seu cargo abaixo nomeado fui vindo, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que por parte de F... seu constituinte accusava a penhora feita a F... e requeria que debaixo de pregão havida a mesma por accusada, ficassem assignados ao dito F... os 6 dias para dentro d'elles allegar os embargos que tivesse, sob pena de lançamento. O que ouvido pelo dito Juiz, debaixo de pregão assim o ordenou. Do que para constar faço este termo. Eu F... escrivão o escrevi.¹¹⁹

Assignados os 6 dias, o réo deve juntar procuração, requerendo fazel-o pela seguinte

¹¹⁹ Se esta acção fôr d'aquellas que se não acham comprehendidas nas excepções do art. 23 do Reg. para a conciliação, e se a dita acção tiver logo começado pelo mandado, sem que se haja intentado a conciliação, aevendo aliás proceder-se a ella depois ; na occasião em que se assignarem os 6 dias protestar-se-ha pela apresentação do documento conciliatorio, dizendo, por exemplo, o sollicitador em audiencia: — Offereço a penhora, etc., e requeiro que fiquem assignados os 6 dias da lei, depois de offerecido o documento conciliatorio.

Logo que fôr feita a conciliação (que deve ser immediatamente depois da penhora), o sollicitador offerecerá em audiencia a dita conciliação, e requererá que então fiquem assignados os 6 dias ao réo para embargos, sob pena de lançamento e de ser este julgado por sentença. O escrivão, quer da audiência em que se pede espera para o offerecimento da conciliação, quer da em que ella se offerece, lavrará os competentes termos, onde consigne todos estes incidentes. (*N. do A.*)

Sobre conciliação *vide* notas anteriores.

Petição para juntar procuração.

Illm. Sr. Dr. Juiz.

Diz F... que havendo soffrido uma penhora executiva a requerimento de F..., quer vir com os seus embargos nos 6 dias que lhe foram assignados, por isso

P. a V. S. se digne mandar, que o escrivão juntando sua procuração aos autos, os faça com vista ao advogado na mesma nomeado.

E. R. M.

Assigna.

O escrivão juntando esta petição e a procuração aos autos por termo de juntada, lavrará termo de vista ao advogado nomeado.

Se porém o réo não se apresentar nos seis dias, o sollicitador do autor irá á audiencia e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F..., meu constituinte, lanço a F... dos 6 dias, que lhe forão assignados para allegar os embargos que tivesse á penhora executiva, que por este Juizo e a requerimento do mesmo meu constituinte lhe foi feita, e requeiro que debaixo de pregão e á sua revelia se proceda ao dito lançamento, e que seja julgada por sentença a penhora, proseguindo-se nos termos ulteriores.

O Juiz manda apregoar, e não comparecendo, o escrivão lavra o seguinte

Termo de audiencia e lançamento.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão de seu cargo fui vindo, ahi pelo sollicitador F., foi dito, que por parte de F..., seu constituinte, lançava a F... dos seis dias que lhe foram assignados para vir com embargos á penhora executiva que lhe fôra feita, e requeria que debaixo de pregão á sua revelia fosse o lançamento havido por feito e julgada por sentença a penhora, proseguindo-se nos termos ulteriores. O que ouvido pelo dito Juiz, debaixo de pregão assim deferiu. E para constar fiz este termo. E eu F... escrivão o escrevi.

Lançado assim o réo, o escrivão faz os autos conclusos, e o juiz dá a sentença na fórmula do pedido.

Juntando porém o réo procuração nos 6 dias, o escrivão lhe fará os autos com vista e elle virá com os seus embargos.

Com os embargos, documentos (se houver), o escrivão fará os autos conclusos ao juiz.

Este, se a materia dos embargos não fôr relevante, dará o seguinte

Despacho rejeitando os embargos.

Rejeito os embargos de fl... pela improcedencia de sua materia. Julgo a penhora por sentença, e mando que se proceda aos termos ulteriores d'ella, e pague as custas o embargante em que o condemno. Data. — Assignatura.

O escrivão põe o termo de publicação e intima ás partes.

Se os embargos porém forem de receber, o Juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebo os embargos, a parte os conteste em 5 dias. Data. —
Rubrica.

Tem o termo de publicação.

O escrivão dará vista ao advogado do embargado para contestar em 5 dias.

Vindo a contestação, é unida ao processo por termo de data, e o escrivão faz os autos conclusos.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebida, fique em prova. Data. — Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação.

Na primeira audiência põe-se em prova, como já tenho dito, assignando-se uma dilação de dez dias. Finda ella, faz-se o lançamento.

Cada uma das partes tem 5 dias para arrazoar, e em tudo isto se seguirá o que tenho exemplificado nas acções anteriores.

Depois de arrazoado, o escrivão faz a conclusão.

Se o Juiz rejeitar os embargos, dará a sentença que já
atrás exemplifiquei, podendo dar as razões de sua rejeição.

Se porém os julgar provados, dará a seguinte

Sentença julgando provados os embargos.

Os embargos recebidos a fl... contrariados a fl... os julgo afinal
provados para o effeito de tornar insubsistente a penhora de fl... visto
como, etc, (*poderá aqui dar as suas razões*). Pague as custas o
embargado em que o condenmo. Data. — Assignatura.

Tem o termo de publicação e intimação ás partes.

Se a penhora fôr julgada subsistente, segue depois
a execução seus termos.

Note-se, que se o réo appellar, não poderá o autor
sem fiança receber o pagamento.

Quando a penhora executiva fôr para pagamento
de fretes, será feita nas mercadorias, que deverem os
fretes, sómente nos casos seguintes :

1º Se tiverem sido previamente embargadas, ou
depositadas a requerimento do capitão, ou pelo com-
missario ou conductor.

2º Se ainda se acharem em poder do dono ou
consignatario dentro ou fóra das estações publicas.

Se as mercadorias depositadas ou embargadas
tiverem sido vendidas por serem de facil deterioração ou
de guarda arriscada e dispendiosa, a penhora se fará de
preferencia no preço d'ellas.

PROCESSOS PREPARATORIOS, PREVENTIVOS ET INCIDENTES

CAPITULO X

Do embargo ou arresto.¹²⁰

O embargo ou arresto tem lugar :

§ 1º Nos casos expressos no Cod., arts. 239,379, 527, 619 e outros.

§ 2º Quando o devedor sem domicilio certo intenta ausentar-se, ou vender os bens que possui, ou não paga a obrigação no tempo estipulado.

§ 3º Quando o devedor domiciliario : 1º intenta ausentar-se furtivamente, ou muda de domicilio, sem sciencia dos credores; 2º quando muda d'estado faltando a seus pagamentos, e tentando alienar os bens que possui, ou contrahindo dividas extraordinarias, ou pondo os bens em nome de 3º, ou commettendo algum outro artificio fraudulento.

§ 4º. Quando o devedor, possuidor de bens de raiz, intenta alienar-os ou hypothecal-os sem ficar com algum ou alguns equivalentes ás dividas, e livres e desembargados.

§ 5º Quando o devedor commerciante cessa os seus pagamentos e se não apresenta; intenta ausentar-se furtivamente, ou desviar todo ou parte de seu activo; fecha ou abandona seu estabelecimento; occulta seus efeitos e moveis de casa; procede a liquidações

¹²⁰ Vide Regul. 737 de 1850, tit. VII, que se inscreve dos *Processos preparatorios, preventivos e incidentes*, arts. 321 e segs.

precipitadas; põe os bens em nome de terceiro; contrahe dividas extraordinarias ou simuladas.

N. B. Estas disposições não comprehendem o negociante matriculado, a respeito do qual se guardará a parte 3^a do Cod. Com.¹²¹

Para a concessão do embargo é necessario :

§ 1º Prova litteral da divida;

§ 2º Prova litteral, ou justificação de algum dos casos de embargo referidos acima.

A justificação prévia dos casos de embargo é dispensavel e póde ser supprida pelo juramento com protesto de prova em 3 dias, depois de effectuado o embargo nos casos :

§ 1º Em que o Codigo concede o embargo;

§ 2º De urgencia ou inefficacia da medida, se fosse demorada.

A justificação prévia, quando o Juiz a considerar indispensavel, póde ser feita em segredo, verbalmente e de plano, reduzindo-se a termo os depoimentos das testemunhas.

Aquelle, pois, que quizer requerer um embargo, fará ao Juiz a seguinte

¹²¹ A parte terceira de *Cod. Comm.* Que trata das Quebras foi reformada pelo decr. n. 917 de 24 de Outubro de 1890 (*Lei das fallencias*), que tambem revogou o Regul. 138 de 25 de Novembro de 1850, na parte sobre Quebras.

*Petição para embargo ou arresto.*¹²²

Tratarei em primeiro lugar do embargo com justificação prévia.

¹²² Damos em seguida a norma do um requerimento para embargo ou arresto no fôro da Capital, interessante pelos incidentes que se dão, conforme verá o leitor :

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS

ao ausente F. para sciencia do embargo feito a requerimento de F. e C., na fôrma abaixo.

O Dr. Luiz Tosta da Silva Nunes, juiz subpretor da 2ª pretoria, etc. : Faço saber aos que o presente edital de citação com o prazo do 30 dias virem que por parte de F. C. me foi dirigida a petição do teor seguinte: Illm. e Exm. Sr. Dr. juiz da 2ª pretoria (Santa Rita) — F. e C., negociantes estabelecidos n'esta circumscripção, sendo credores de F., pela importancia de 2:660\$300 valor da factura junta, assignada e reconhecida pelo proprio credor, esse renunciou o fôro do domicilio aceitando o do contracto, visto que, além de estar vencida e não paga a dita obrigação, aos supplicantes é certo que o supplicado deixa de occorrer a muitos outros pagamentos, assim requerem a V. S. se sirva ordenar a expedição de mandado de embargo afim de ser arrestada, com a urgencia que merece o caso, a letra n. 20614 do principal de 629\$080, de 8 de Janeiro de 1896 para 8 de Janeiro de 1897 pertencente ao referido supplicado e em deposito no Banco Rural e Hypothecario d'esta cidade, admittindo V. S. que em seguida e no triduo os supplicantes justifiquem, por meio das testemunhas que desde já ficam arroladas e que se dão por intimadas, a razão do presente embargo que as mesmas solicitam para segurança do seu credito, na fôrma do art. 321, §5.º (1.º caso) do Regulamento n. 737 de 1850, de tudo intimado o dito devedor domiciliado na estação de Perequê Edelfinas, comarca de Serro Alto, para cujas autoridades se expedirá carta precatoria citatoria. Em cujos termos P. deferimento. — Rio, 15 de Julho de 1896. — Theodoro de B. Machado da Silva, advogado. Testemunhas para a justificação — 1º F. — 2º F. — Rio, 15 de Julho de 1896. Theodoro Machado. — Em tempo. Illm Snr. Dr. Os supplicantes tendo noticia de que o supplicado não tem domicilio fixo, por isso que commerciante ambulante, ora está aqui, ora além, não sendo domiciliario em ponto determinado, onde possa ser encontrado, assim requerem em tempo, que V. S. haja por justo, feito o embargo, ordenar que espeção e publiquem-se editaes para intimação e sciencia do mesmo. P. deferimento *Era ut supra*. Th. Machado. Em cuja petição proferi o despacho do teor seguinte : A. justifique, Rio, 16 de Julho de 1896, Silva Nunes. — E tendo os supplicantes produzida testemunhas que justificarão os itens legaes do embargo e a ausencia do supplicado F., subiram os autos á minha conclusão e nelles foi proferido o despacho do teor seguinte: Julgo por sentença a justificação para que produza os seus effectos legaes. Expeça-se, portanto, o mandado de embargo; pagas as custas pelo embargado. Rio, 25 de Julho de 1896. Luiz Tosta da Silva Nunes. — Em virtude do despacho acima transcripto se passou o presente edital pelo qual é citado o ausente F. para que depois de findos os 30 dias que lhe serão assignados em audiencia, ver os supplicantes F. e Companhia assignar-lhe seis dias para allegar embargos ao embargo efectuado em 1 letra n. 20614 da quantia de 629\$080 pertencente ao dito ausente e existente no Banco Rural o Hypothecario para garantia do pagamento da quantia de 2:660\$300, ficando o dito ausente sciente do referido embargo, tudo na fôrma do requerido e constante do presente edital. E para constar e chegar á noticia de todos mandei passar o presente e mais dois de igual teor que serão publicados e affixados na fôrma da lei. Dado e passado n'esta Capital Federal, aos 13 de Agosto de 1896. Eu João Gonçalves Guimarães Machado, ajudante, o escrevi. Eu José Candido de Barros o subscrevi. *Luiz Tosta da Silva Nunes*.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... morador em... com a profissão... que devendo-lhe F... morador em... com a profissão de... a quantia de... como se vê dos documentos juntos (*prova litteral da divida*) acontece tentar este ausentar-se furtivamente (*ou mudar de domicilio sem sciencia dos credores, etc., etc.*), e tudo para furtar-se ao pagamento de suas dividas. E como se acha perfeitamente nas circumstancias de se lhe fazer embargo, segundo o disposto no art. 321 do Reg. Com., vem por isso o supplicante requerer a V. S. se digne admittil-o a justificar em segredo o que allega, e justificado quanto baste, se lhe conceda o competente mandado de embargo. O supplicante

P. a V. S. que, distribuída esta, se lhe designe dia e hora para a referida justificação.

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

D. J.¹²³ Justifique, e marco tal dia e hora, ou marque o escrivão. Data. — Rubrica.

Distribuida a petição, o justificante depois de prestar o juramento, de que o escrivão lavrará termo, assignado pelo mesmo justificante e rubricado pelo juiz,

¹²³ O Regulamento parece exigir o juramento do Justificante só nos casos em que se dispensa a justificação prévia, visto dizer — que a justificação prévia póde ser supprida pelo juramento com protesto; no emtanto, como no Foro Civil, quer n'um, quer n'oultro caso, o juramento é exigível, eu sempre aconselharei que seja elle prestado, até porque — quod abundat non nocet. (*N. do A.*)

dará as testemunhas no dia aprazado e depois do juiz deferir-lhes o juramento dos Santos Evangelhos, as perguntará cada uma de per si e o escrivão lavrará o seguinte termo.

Testemunhas do justificante.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta..., *em tal lugar* onde se achava o Dr. F... Juiz do Commercio de.. comigo escrivão de seu cargo, ahi foram apresentadas pelo justificante F... as seguintes testemunhas: F..., natural de... de idade... *estado tal*, com profissão de... morador em... e F... natural de... idade de... *estado tal*, morador em... profissão de... aos quaes o Juiz deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, e promettêram dizer a verdade, e aos costumes disseram nada (*ou disseram ser parentes, amigos, inimigos, dependentes, etc.*) E sendo cada um perguntado sobre a petição inicial, disseram (*Escrever-se-ha o que houverem dito.*) E mais não disseram e assignaram. Do que o Juiz mandou lavrar o presente termo. E eu F... escrivão o escrevi. Rubrica do juiz. — Assignatura das testemunhas.

Depois d'este termo o escrivão faz os autos conclusos, e o Juiz, se a justificação não proceder, dará o seguinte

Despacho.

Não procede a justificação; portanto indefiro a petição de fl... e pague o justificante as custas. Data. — Assignatura.

O escrivão põe n'este despacho o termo de data, porque não é publicado.

Se procede a justificação, o juiz dirá :

Julgo procedente a justificação. Passe-se o mandado requerido com as formalidades legais e pague o justificante as custas. Data. — Assignatura.

O escrivão põe o termo de data, porque não ha publicação.

Logo em seguida passa o mandado do teor seguinte :

Mandado de embargo ou arresto.

Mandado de embargo a requerimento de F...
Contra F...

O Dr. F... Juiz do Commercio de...

Mando aos officiaes de justiça de minha jurisdição, que em presença d'este por mim assignado e passado a requerimento de F... vão onde possui os seus bens F... e ahi procedão a embargo em tantos dos ditos bens quantos bastem para segurança da divida de... que é a comprovada na petição do supplicante, salvo se o mesmo devedor pagar in-continente, ou apresentar conhecimento de deposito da divida, ou der fiador idoneo; e feito o dito embargo intimem o supplicado para dentro de 6 dias allegar os embargos que tiver, devendo o embargante propor a sua acção dentro de 15 dias. O que cumpram. E eu F..., escrivão o escrevi.
Rubrica do Juiz.

N. B. Se os bens do devedor estiverem em poder de terceiro, deve o embargante declaral-os especificadamente e designar o nome do terceiro, e bem assim o lugar em que se acham: estas declarações irão

insertas no mandado, com a clausula de que esse terceiro será intimado dentro de 24 horas (ou incontinente se houver urgencia), dando-lhe os officiaes contra-fé, ou deixando-a entregue em sua casa a pessoa da familia ou da visinhança, não sendo elle encontrado.

Esta falta no auto de embargo induz nullidade.

A fórmula poderá ser a seguinte :

... e feito o embargo, o intinem ao dito F... em poder de quem se achão os bens, dentro de 24 horas (ou in-continente) dando de tudo contra-fé na fórma do art. 341 do Reg. Com. O que cumprão, etc.

Para isto, no final da petição, quando o justificante diz — E justificado quando baste se lhe conceda o competente mandado de embargo, — accrestará — O qual deve ser feito em *taes e taes bens* que se acham em *tal lugar* em poder de F... morador em... que alias são da exclusiva propriedade do supplicado.

No mandado dir-se-ha — Vão *a tal lugar* onde existem *taes e taes bens* pertencentes ao embargado, cujos bens se acham em poder de F... morador em... etc.

Entregue o mandado aos officiaes de justiça, vão fazer o embargo, e começarão por intimar o mandado ao embargado, afim de vêr se elle paga, offerece titulo de deposito, ou dá fiador.

Nada d'isto fazendo, procedem os officiaes ao embargo e lavrão a seguinte

Certidão de intimação para embargo.

Certifico que intimei a F... o conteúdo do mandado retro, de que ficou bem sciente, e como nem pagasse, nem apresentasse titulo de deposito, nem dêsse fiador idoneo, se procedeu ao embargo pela fórma que consta do respectivo auto. O referido é verdade, de que dou fé. Data.

F... official de justiça.

Se o embargado offerece pagar incontinenti, ou apresenta certidão de deposito, ou dá fiador idoneo, então a certidão deve isso mesmo mencionar, mais ou menos pela fórma seguinte:

Certidão de intimação com suspensão de embargo.

Certifico que intimei, etc. E como o embargado offerecesse pagar in-continenti, ou apresentasse conhecimento de deposito da divida, ou dêsse fiador, que pelo embargante foi acceito, como tudo consta do auto respectivo, não se procedeu ao embargo requerido, ficando suspenso o mandado. O referido é verdade, de que dou fé. Data.

F... official de justiça.

Os officiaes lavrão então o seguinte

Auto de pagamento, ou apresentação de conhecimento de deposito, ou de fiança idonea.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de.. aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... em *tal rua ou tal lugar, casa numero, etc.* onde foi vindo o official F... comigo abaixo assignado, ahi

presente F... foi-lhe intimado o conteúdo no mandado de embargo retro, e como se offereceu para pagar in-continenti e de facto o fez, entregando a quantia de... que levaremos a Juizo, não procedemos ao embargo ordenado pela clausula no mesmo contida,

ou

como apresentasse conhecimento de deposito da divida, que é o que a este vai junto, não procedemos ao embargo ordenado pela clausula no mesmo contida,

ou

como offerecesse para fiador F... pessoa idonea e acceita pelo embargante credor, o qual obrigou-se a pagar tudo quanto o embargado devesse ao dito embargante e de que fosse convencido em Juizo, não procedemos ao embargo ordenado pela clausula no mesmo contida. E para constar lavrei este auto, que tambem assigna F... official d'este Juizo.

Se houver fiador accrescentará :

Assignando do mesmo modo F... como fiador. Assignatura dos officiaes. — Dita do fiador.

Se se procede ao embargo, lavra-se então o seguinte

Auto de embargo.

Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... em *tal lugar, casa numero*, onde foi vindo comigo F... official de justiça, o ambos abaixo assignados, ahi presentes F... foi-lhe intimado o conteúdo no mandado retro, e como não pagasse, apresentasse conhecimento do deposito, ou dêsse fiador

idoneo, procedêmos ao embargo e real apprehensão nos bens seguintes (*descrevem-se os bens que forem embargados*) e logo os depositámos em poder de F..., que assignou este como depositario judicial (*ou*) os depositámos em poder do devedor, por n'isto convir o embargante,

ou

os depositámos em mão do credor, por n'isto consentir o devedor,

ou

os depositámos em mão de F... pessoa indicada pelo credor com annuencia do devedor, que se obrigou ás leis que lhe são impostas e assignou tambem este auto para constar. E eu F... O escrevi e assignei.

F... official de justiça

F... dito.

F... depositario.

Note-se que se o embargo se fizer em bens do devedor existentes em poder de terceiro, será intimado dentro de 24 horas, ou in-continente sendo urgente, dando-lhe o official contra-fé, ou deixando-a a alguma pessoa da família ou da vizinhança, do que de tudo lavrará a seguinte

Certidão.

Certifico que intimei dentro de 24 horas ou in-continente a F... o embargo, que a requerimento de F..., foi feito nos bens de F..., que em seu poder existiam, do que dei cotra-fé. Data.

F... official de justiça,

ou

Certifico que intimei a F... morador em... (*pessoa da familia ou da vizinhança*) o embargo, que a requerimento de F... foi feito em bens pertencentes a F..., e que existem em poder de F..., e dei-lhe a contra-fé para entregar ao mesmo F... visto não ser elle encontrado. O referido é verdade, etc.

Depois d'este auto, um dos officiaes intima o embargado para dentro de 6 dias allegar os embargos que tiver, lavrando a seguinte

Certidão.

Certifico que intimei ao embargado F... em sua propria pessoa para dentro de 6 dias allegar os embargos que tiver, na fórmula da lei, do que ficou bem sciente. O referido é verdade, de que dou fé. Data.

F... official de justiça.

Feito o embargo e as intimações, como acabo de referir, o sollicitador do embargante na primeira audiencia que se seguir fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... meu constituinte accuso o embargo feito a F... e requeiro que debaixo de pregão fiquem assignados ao mesmo 6 dias¹²⁴ para dentro d'elles allegar os embargos que tiver.

¹²⁴ Este prazo é designado ao art. 575 do Reg. Com.

O juiz manda apregoar, e o embargado, se comparece, pede vista logo, ou se não comparece, o juiz defere ao requerimento.

Em todo o caso o escrivão lavra o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão de seu cargo fui vindo, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que por parte de F... seu constituinte offerecia o embargo feito a F... e requeria que debaixo de pregão lhe ficassem assignados os dias da lei para allegar os embargos que tivesse. O que ouvido pelo dito juiz, debaixo de pregão assim deferiu (*no caso de comparecimento do embargado*). E comparecendo o embargado (*por si ou seu procurador*) pediu vista que lhe foi concedida. E para constar lavrei este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Assignado o termo para o embargado vir com embargos, não vindo elle, o sollicitador do embargante irá á audiencia e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... lanço a F... dos 6 dias que lhe forão assignados para vir com embargos ao arresto que a requerimento de F... se lhe fez, e requeiro que debaixo de pregão havido por lançado, subam os autos á conclusão para deferir-se afinal.

E apregoado o embargado, o escrivão lavra o termo de audiência de lançamento dos 6 dias, depois faz os autos conclusos e o Juiz dará o seguinte

Despacho.

Julgo por sentença o lançamento de fl... e em virtude d'elle mando que subsista o embargo para surtir seus devidos efeitos, e pague o embargado as custas. Data. — Assignatura.

Este despacho tem o termo de publicação.

Se o embargado vem com seus embargos no prazo que lhe foi assignado, o Juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebidos, a parte os conteste em 5 dia Data. — Rubrica.

Tem o termo de publicação.

O escrivão dá vista ao embargante para contestar e entregue a contestação, une-a aos autos por termo de data e os faz conclusos.

O juiz dá o seguinte

Despacho.

Recebida, em prova. Data. — Rubrica

Tem o termo de publicação.

Assigna-se uma dilação de dez dias, inquirem-se as testemunhas, tudo como já por muitas vezes tenho aconselhado, lanção-se de mais prova : cada uma das partes arrazôa por 5 dias, e depois o escrivão faz os autos conclusos.

O Juiz, se os embargos não forão provados, dá o seguinte

Despacho.

Os embargos recebidos a fl... e contrariados a fl... julgo afinal não provados por *taes e taes motivos*; portanto des prezando-os, como desprezado tenho, julgo subsistente o embargo de fl... e mando que surta todos os seus effeitos. Pague o embargante as custas. Data. — Assagnatura.

Termo de publicação.

Se julga provados os embargos dá o seguinte

Despacho.

Os embargos recebidos a fl.. e contrariados a fl.. julgo afinal provados por *taes ou taes motivos*; portanto fique insubsistente o embargo de fl..., e mando se passe mandado de levantamento do mesmo, pagando as custas o embargado. Data. — Assignatura.

Tem o termo de publicação.

Era virtude d'este despacho passa o escrivão o seguinte

Mandado de levantamento de embargo.

O Dr. F... Juiz do Commercio de...

Mando aos officiaes d'este Juizo, que em cumprimento d'este por mim assignado, vão *a tal lugar*, e ahi levantem o embargo, que, a requerimento de F..., foi feito em bens de F... por ser o mesmo embargo julgado improcedente por sentença de mesmo Juizo. O que cumpram, intimado o embargante para a sua sciencia. Data. E eu F... escrivão o escrevi. Rubrica do juiz.

Com este mandado vão dois officiaes e levantam o embargo, lavrando o seguinte

Auto de levantamento de embargo.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de.. aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... em *tal lugar*, onde foi vindo o official de justiça d'este Juizo F... comigo abaixo assignado e sendo ambos ahi, procedêmos ao levantamento do embargo, que em bens de F... havia sido feito a requerimento de F... tudo na fórma do mandado retro, intimando ao embargante para a sua sciencia. O referido é verdade, do que damos fé. E para constar lavrei o presente auto, que comigo assigna o official abaixo.

F... official de justiça.

F... dito.

Depois d'este auto se intima ao embargante, lavrando-se a seguinte

Certidão.

Certifico que intimei a F... o conteúdo do mandado retro para sua sciencia, de que ficou bem sciente. O referido é verdade, de que dou fé. Data.

F... official de justiça.

Se o embargo é concedido para ser justificado depois, n'este caso quem o pretender faz uma petição em que allegue que quer justificar algum dos quesitos necessarios para o embargo, citado o embargado, e o Juiz mandará passar o mandado, prestando juramento o embargante, o qual justificará o dito embargo dentro de 3 dias, com citação do embargado, levando suas testemunhas no cartorio no dia que lhe fôr designado em presença ou á revelia do mesmo embargado.

Isto feito, se procederá como já fica determinado.

Se o embargante não provar no triduo os seus embargos, ou se dentro de 15 dias não propuzer a sua acção, o embargado fará ao Juiz a seguinte

Petição para levantamento de embargo.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo a requerimento de F... soffrido um embargo *por tal ou tal motivo*, o supplicando não o provou no triduo, como lhe ordena o §º do art. 331 do Reg. Com. (*ou deixou espaçar 15 dias sem*

propor a sua competente acção); por isto, pois, vem o supplicante requerer a V. S. se digne mandar que fique tal embargo de nenhum effeito, passando-se mandado de levantamento. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

O Juiz por cautela dará o seguinte

Despacho.

Informe o escrivão. Data. — Rubrica.

Levada esta petição ao escrivão, dará, se fôr exacto o allegado, a seguinte

Informação.

Illm. Sr.

O embargante procedeu a embargo no dia... em bens do embargado, e até hoje, que são *tantos* do mez, nada justificou (*ou ainda não propoz a sua acção que por dependencia me deveria ser distribuida*) tendo por isso já decorrido o tempo marcado no art. 331 do Reg. Com.

E' o quanto tenho a informar a V. S., que mandará o que fôr justo. Data.

O escrivão F...

A' vista d'esta informação o Juiz dará o seguinte

Despacho.

Visto o embargante não ter provado seus embargos no triduo (*ou visto o embargante não ter proposto a sua acção dentro de 15 dias depois de feito o embargo*) como dispõe o art. 331 do Reg. Com., fique o embargo sem effeito e passe-se mandado de levantamento do mesmo. Data. — Rubrica.

Esta petição será junta aos autos por termo de juntada, e o escrivão passará mandado de levantamento de embargo.

Advertencia.

Fica salvo ao embargado o direito de pedir por acção competente as perdas e danos que do embargo lhe resultarem quando o arresto é requerido com má fé.

Podem ser embargados todos os bens que poderem ser penhorados.

Cessa o embargo : 1° pelo pagamento; 2° pela novação; 3° pela transacção; 4° decahindo o embargante da acção principal.¹²⁵

¹²⁵ Damos em seguida a norma de uma petição para embargo feito em poder de um leiloeiro que fazia leilão de uns bens cujo proprietario se auseutára. E' tambem interessante pelos incidentes :

EDITAL CHAMANDO O SUPPLICADO AUSENTE F...
NA FORMA ABAIXO

O Dr. Nestor Meira, decimo primeiro pretor n'esta Capital Federal, etc. Faço saber aos que o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem, que por parte de B., credor de F., me foi dirigida uma petição do theor seguinte : Illm. Sr. Dr. Juiz da 11° Pretoria. Diz B. que tendo sido a requerimento do supplicante effectuado em poder do leiloeiro A., embargo no producto dos bens de F., proprietario do Hotel, que foi estabelecido á rua... deixou de ser intimado o devedor por não ser encontrado, constando que se achava ausente d'esta Capital, como foi certificado pelos officiaes que fizeram a diligencia, o que é de publica notoriedade, bem como ter abandonado o estabelecimento antes do leilão. Tendo sido o embargo concedido sob protesto de prova,

CAPITULO XI

Da detenção pessoal.¹²⁶

A detenção pessoal tem lugar nos casos seguintes:

§ 1º Quando o devedor não domiciliario intenta ausentar-se sem pagar a divida.

§ 2º Quando o devedor domiciliario intenta ausentar-se furtivamente ou mudar de domicilio sem sciencia do credor.

§ 3º Quando qualquer commerciante matriculado, ou não, intenta ausentar-se furtivamente, abandona o seu estabelecimento ou se occulta.

§ 4º Quando o negociante não matriculado cessa os seus pagamentos e se não apresenta, ou deixa de

requer o supplicante citação por edital na fórmula da lei para assistir á dita justificação, dignando-se V. S. mandar marcar dia e hora, sob pena de revelia. Sendo de justiça, P. deferimento. Rio, 4 de Agosto de 1896. O advogado, J. de C. Soares Brandão Sobrinho. — Estava devidamente sellada na fórmula da lei. — N'esta petição foi proferido o seguinte despacho :

Justifique. Rio, 5 de Agosto de 1896. *Nestor Meira*. Em vista do despacho retro e depois do dia designado pelo escrivão para a referida justificação, justificou o supplicante achar-se o supplicado em lugar incerto e não sabido, em virtude do que mandei passar o presente edital pelo qual cito e chamo a este Juizo, no prazo acima, que correrá da primeira publicação d'este, ao supplicado F., para na primeira audiencia d'este Juizo, depois de findo o dito prazo de 30 dias, que correrão na fórmula acima mencionada, vir assistir aos termos da presente acção de embargo, e allegar o que fôr a bem de seu direito dentro do mesmo prazo, ou fazer o prompto pagamento do que é devedor ao supplicante conforme declara a petição retro transcripta; bem como fica citado para os demais termos e autos da causa até final sentença e sua execução. Dado e passado n'esta Capital Federal na 11ª pretoria, aos 10 de Agosto de 1896. E eu, José Cyrillo Castex, escrivão, o subscrevi. — *Nestor Meira*. Estava devidamente sellado na fórmula da lei.

¹²⁶ Vide o Regai. 737 de 1850, arts. 343 a 350, que o A. reproduz. A detenção póde ser decretada por qualquer juizo commercial ante o qual se provem as circumstancias justificativas. Dec. do Presid. do Trib. Comm. do Rio, 1º Agosto 1857 (Chronica do Foro, n. 5). Vide em Souza Martins, *Just. Feder.*, diversos julgados em nota 193.

assistir pessoalmente aos actos e diligencias do processo de quebra.

§ 5º Quando qualquer devedor contrahe dividas e empenhos extraordinarios com manifesta má fé em tempo proximo ao fallimento, ou para retirar-se do lugar, ou commette outro qualquer artificio fraudulento em prejuizo do credor, como se pozer os bens em nome de terceiro, ou alienal-os simultaneamente, ou escondel-os.

Para concessão do mandado de detenção é essencial:

§ 1º Prova litteral da divida.

§ 2º Prova littoral ou justificação prévia de algum dos casos determinados no artigo acima.

A justificação deve ser produzida em segredo, verbalmente e de plano, reduzindo-se a termo o depoimento das testemunhas.

Se fôr de urgencia, se passará logo o mandado antes de reduzir-se a termo o depoimento das testemunhas, continuando-se porém successiva e immediatamente o acto da inquirição.

Para alcançar-se este mandado começar-se-ha pela seguinte

Petição para mandado de detenção.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... morador em... *com a profissão de...* que ao supplicante é devedor F... morador em *com a profissão de...* da quantia

de... *por taes títulos* que a esta vão juntos. O supplicado era estabelecido com *tal ou tal negocio*, achando-se sua casa bem sortida e com fundos sufficientes para fazer face á divida referida : no emtanto hoje ahi nada se encontra que algum valor possa ter, além de *taes e taes objectos*, que não podem montar nem á metade do que o supplicado deve. Informando-se o supplicante da razão d'este desfalque, veio no conhecimento de que o supplicado havia recente e furtivamente feito retirar da casa o melhor e mais valioso do que ahi tinha, occultando assim os bens ou dispondo d'elles em fraude do mesmo supplicante, chegando até a sonegar livros, papeis, etc. Consequentemente tem o supplicado autorizado grave suspeita contra si, e legitimado portanto a detenção pessoal por se verificarem as hypotheses previstas no art 343 §§... do Reg. Com. N'estes termos vem o supplicante pedir que seja admittido a justificar o exposto, e justificado quanto baste, se lhe passe mandado de detenção contra o supplicado. O supplicante

P. a V. S. que distribuida e jurada esta, se proceda na fórma requerida.

E. R. M.

Assigna o advogado.

O Juiz, verificando que a concessão do mandado está nos termos da lei, dará o seguinte

Despacho.

Distribuda, jurando, justifique. Data. — Rubrica.

Distribuida a petição (se fôr necessario) leva-se ao escrivão, e o autor indo á presença do juiz, este lhe defere o juramento.

O escrivão lavra o seguinte

Termo de juramento.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... *em tal lugar* onde se achava o Dr. F... Juiz do Commercio comigo escrivão de seu cargo, presente F... (*ou F..procurador do justificante*) o Juiz lhe deferio o juramento dos Santos Evangelhos em um livro d'elles em que poz sua mão direita, sob o cargo da qual lhe encarregou que jurasse em sua alma (*ou n'alma de seu constituinte*) se era verdade o que allegava em sua petição retro. E recebido por elle o dito juramento, debaixo do mesmo disse que jurava em sua alma (*ou na alma de seu constituinte*) ser verdade o deduzido em sua petição. Do que lavrei este termo que assigno com o Juiz. E eu F... escrivão o escrevi. Rubrica do Juiz. — Assignatura do que jura.

Presentes as testemunhas, o juiz lhes defere o juramento, inquire-as e o escrivão reduz a termo seus depoimentos pela maneira seguinte :

Testemunhas do justificante.

E no mesmo acto (*ou no mesmo dia, mez e anno supra declarado, ou aos tantos do mez de... etc.*) pelo justificante foram apresentadas as seguintes testemunhas : F... natural de... idade... estado... morador... profissão... F... natural de... idade... estado... profissão... morador em... e F... etc. as quaes promettêram dizer a verdade, do que soubessem e lhes fosse perguntado e aos costumes disseram nada (*ou disseram...*) E sendo cada um a perguntada sobre a petição inicial, disseram (*escrever-se-ha o que houverem dito.*) E mais não disseram e assignáram. E eu F... escrivão o escrevi.

Assignatura das testemunhas.

Estas testemunhas podem tambem ser inquiridas por termo de assentada, como commummente se pratica no Foro Civil, e assim temos visto praticar no Juizo do Commercio da Côrte.

Terminado o termo ou inquirição, o escrivão faz os autos conclusos.

Se a justificação não procede, o juiz dará o seguinte

Despacho.

Não procede a justificação, portanto indefiro a petição de fl... e pague o justificante as custas. Data. — Assignatura.

O escrivão põe o termo de data.

Se procede, o juiz dará o seguinte

Despacho.

Hei por justificado o deduzido na petição de fl...; portanto, dando-se uma das hypotheses previstas no art. 343 § ... do Reg. de 25 de Novembro de 1850, passe-se o mandado requerido. Data. —Assignatura.

Tem este despacho o termo de data.

O escrivão passa o mandado de detenção, que será mais ou menos como o que já exemplificámos, accrescentado porém a clausula de suspender-se a execução — se o devedor prestar fiança judicial ou

extrajudicial — se apresentar conhecimento de deposito da divida — se quizer pagal-a incontinente. Feita a detenção, o official procedera como já designamos.

O escrivão mencionará á margem dos autos a data do mandado.

O agravo de petição no caso de concessão d'este mandado, não é suspensivo.

Dando-se qualquer dos tres casos para a suspensão da detenção, os officiaes da diligencia lavraram o auto, em que isto faça constar. O auto pode ser da maneira seguinte :

Auto de suspensão da detenção.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... *em tal lugar*, onde nós officiaes de justiça abaixo declarados viemos, ahi presente F... lhe intimámos o mandado retro, que lhe lêmos e de que ficou bem sciente, e em virtude d'elle, querendo dar-lhe o devido cumprimento, pelo mesmo F... foi prestada a fiança tal (*dir-se-ha o genero de fiança*) *ou nos foi apresentado o conhecimento de deposito da divida, ou se obrigou a pagar incontinente, e de facto o fez, entregando-nos a quantia de... que levaremos a Juízo.* Pelo que suspendêmos a execução pela clausula no mesmo mandado inserta. O referido é verdade, de que damos fé. E para constar lavrei eu o presente, que tambem assigna o official companheiro.

F... official de justiça.

F... dito dito.

A detenção cessa : 1º pelo pagamento; 2º pela fiança ou depósito; 3º pelo decurso de 2 mezes de prisão; 4º não propondo o credor a acção competente dentro de dez dias contados da detenção; 5º pela penhora ou embargo de beus equivalentes á divida; 6º pela não pronuncia, ou despronuncia de bancarrota nos casos do art. 343, §§ 3 et 4 do Reg. Com.

O detido que se achar n'estas circumstancias para ser solto fará a seguinte

Petição para relaxar a detenção.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que havendo sido detido a requerimento de F... e por ordem de V. S., allegando o dito F... *taes e taes cousas*, vem o supplicante requerer a V. S. se digne mandal-o pôr em liberdade, visto já ter o supplicante pago a sua divida, como mostra o documento junto.

ou

ter prestado fiança, ou depositado o equivalente da mesma divida (documento junto)

ou

já terem decorrido dois mezes de prisão, como mostra a certidão junta. (*Deverá juntar a certidão do encarregado da prisão, ou o assentamento d'ella*)

ou

por não ter o supplicado proposto dentro de dez dias da detenção do supplicante a sua competente acção, como se vê da certidão junta.

(Deverá juntar certidão pedida ao escrivão da detenção para provar que a acção não foi intentada)

ou

já ter feito o supplicado embargo ou penhora em bens do supplicante equivalentes á divida (como mostra a certidão junta). *(Deverá juntar a certidão da penhora ou embargo)*

ou

já ter sido o supplicante despronunciado, ou não ter sido pronunciado de bancarrota, etc. Portanto o supplicante

P. a V. S. que, em vista do comprovado, se digne mandar passar-lhe alvará de soltura.

E. R. M.

Assigna.

O juiz, verificando ser exacto o que allega, mandará passar o alvará, e o escrivão o passará péla fôrma seguinte :

Alvará de soltura.

O Dr. F... Juiz...

Mando ao encarregado da detenção *(ou ao carcereiro da prisão publica, etc.)* relaxe da prisão em que se acha F... ahi detido por ordem d'este Juizo, visto ter *(dir-se-ha a razão do relaxamento)*. O que cumpra. Data. E eu F... escrivão o escrevi. — Rubrica do Juiz.

O escrivão mencionará á margem a data d'este alvará, assim como deve ter mencionado a do mandado

de prisão. Por exemplo — Passei mandado de prisão *a tantos de tal mez.* etc. — Passei alvará de soltura *a tantos,* etc.

O detido, para obter qualquer das certidões que vêm mencionadas na petição, fará a seguinte

Petição para certidão.

Illm. Sr. Dr Juiz...

Diz F... que a bem de seu direito necessita que o escrivão F... ao pé d'esta lhe passe por certidão (*por exemplo,*) Se F... já intentou pelo seu cartorio a respectiva acção para pagamento da divida pela qual requereu contra o supplicante mandado de detenção, e quando foi este executado. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O juiz mandará passar, e por este modelo se fará qualquer petição para obter-se certidões.

CAPITULO XII

Da exhibição.¹²⁸

A exhibição dos livros e escripturação commercial por inteiro ou de balanços geraes de qualquer casa commercial, póde ser requerida como preparatoria de qualquer acção competente pelas pessoas ás quaes esse direito é concedido pelo arts. 18 do Cod. Com.

Estando qualquer n'estas circumstancias. fará a seguinte

Petição para exhibição de litros.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F.. socio (*interessado ou o que fôr*) na casa commercial de F... sita á rua de... n... que querendo o supplicante pela escripturação de seus livros mercantis verificar *tal tal cousa*, para propor-lhe *tal* acção, recusa-se o supplicado a mostrar-lhe os ditos livros. N'estes termos, visto o interesse que tem o supplicante em seu exame, e do qual não póde prescindir, vem requerer a V. S. se digne mandar intimar o supplicado para no praso de... exhibil-os trazendo-os a este Juizo ás *tantas* horas do dia, sob pena de prisão caso o não faça. O supplicante

P. a V. S se digne assim o mandar, sendo esta distribuida.

E. R. H.

¹²⁸ Vide Regul. 737 de 1850, arts. 351 a 357. Cod. Comm., art. 18 : A exhibição judicial dos livros de escripturação commercial por inteiro, ou de balanços geraes de qualquer casa de commercio, só póde ser ordenada a favor dos interessados em questões de successão, communhão ou sociedade, administração ou gestão mercantil por conta de outrem e em caso de quebra.

Assigna.

O Juiz verificando que é caso de exhibição, deferirá á petição. Distribuida, citada a parte, na primeira audiencia irá o sollicitador do autor e fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... accuso a citação feita a F... para no praso de 48 horas exhibir *em tal lugar* os livros de escripturação mercantil de sua casa sita á rua de... n... e requeiro que debaixo de pregão se haja a citação por feita e accusada o praso por assignado, sob pena de prisão, caso o não faça.

O Juiz manda apregoar e o escrivão lavra o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão de seu cargo fui vindo, ahi pelo sollicitador F... foi dito, que por parte de F... seu constituinte accusava a citação feita a F... para no praso de 48 horas trazer a *tal lugar* os livros mercantis de sua casa sita á rua de... n... e requeria que debaixo de pregão se houvesse a citação por feita e accusada, e o termo por assignado, comminando-se a pena de prisão caso o não fizesse. O que ouvido pelo dito juiz, debaixo de pregão assim o ordenou. E para constar lavrei este termo. Eu F... escrivão o escrevi.

Se dentro do prazo assignado o supplicado não pede vista, ou não cumpre a ordem, o mesmo

sollicitador o lança, e o juiz julgando o lançamento e comminação, manda passar mandado.

O escrivão lavrará do occorrido o competente termo de audiencia.

Se o réo pede vista, lhe será concedida por 5 dias para contestar.

Obtida a vista, formulará por artigos tação, que só póde versar sobre o interesse legitimo, que o autor tem na exhibição.

Entregue a contestação, o escrivão por termo, de data, a unirá aos autos que será conclusos.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebida, em prova. Data. — Rubrica.

Tem o termo de publicação.

Põe-se em prova de uma dilação de dez dias, lavrando o escrivão o termo de audiencia.

N'estes dez dias se dará a prova como já tenho dito. Findo o prazo da dilação ha o lançamento de mais prova, e o escrivão lavra o termo de audiencia.

Em seguida faz o escrivão os autos com vista ao autor para arrazoar em 5 dias.

Vindo as razões, as une aos autos por termo de data, e dá vista tambem por 5 dias ao réo.

Vindo este com as razões, são também juntas aos autos por termo de data, e vão conclusos por termo ao juiz.

Este, se o autor não tiver provado o seu interesse legitimo, dará o seguinte

Despacho.

Não tendo provado o autor o interesse legitimo para alcançar a exhibição dos livros, segundo exige o art. 351 do Reg. Com., julgo improcedente a presente acção e pague o autor as custas em que o condemno. Data. — Assignatura.

Tem o termo de publicação.

Se porém acha procedente dará o seguinte

Despacho.

Julgo procedente a presente acção. Passe-se mandado para a exhibição dos livros mencionados, sob pena de prisão. Data. — Assignatura.

Tem o termo de publicação.

O escrivão passará o seguinte

*Mandado para exhibição de livros sob pena
de prisão.*

O Dr. F... Juiz...

Mando aos officiaes d'este Juizo, que em cumprimento d'este por mim assignado, vão á rua... casa n... e ahi intimem a F... para in-continenti exhibir (*ou trazer a tal lugar*) os livros *taes e taes*, e não o fazendo in-continenti seja recolhido á prisão, lavrando de tudo auto, que trarão a Juizo. O que cumprão. Data. E eu F. escrevão o escrevi. Rubrica do juiz.

Os officiaes executarão o mandado, e do acontecido lavrarão auto, que trarão a Juizo.

Exhibidos os livros, fica terminada a acção; não sendo exhibidos, o réo é preso.

O Regulamento nem marca o tempo d'esta prisão, nem diz em que ella se resolve, sem duvida por attender a que a efficacia do meio empregado produziria infallivel resultado.

Da sentença que concede ou denega a exhibição, não ha appellação, mas sómente agravo.

A exhibição do protocollo dos corretores, dos livros dos agentes de leilão, e de quaesquer officiaes publicos, se fará independentemente de acção a requerimento da parte interessada, e por despacho do juiz, que procederá contra os officiaes, que recusarem, como desobedientes e mandando-os prender.

Para alcançar-se esta exhibição, quem a pretender fará a seguinte

Petição para exhibição do protocollo de corretores, etc.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo-lhe sido necessario para *tal ou tal fim*, que o corretor F... exhibisse o seu protocollo para ser consultado, não quiz elle a isso prestar-se; portanto o supplicante vem requerer a V. S. se digne mandal-o intimar, para que o exhiba, procedendo no caso de recusa, como dispõe o art. 357 do Reg. Com. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Seja intimado o supplicado, e não obedecendo seja preso, lavrando-se o competente auto para proceder-se na fórmula da lei. Data. —
Rubrica.

Este despacho será cumprido pelos officiaes do Juizo, e se não obedecer o supplicado, os officiaes o prendem, lavram o auto, que trazido a Juizo seguirá o andamento dos processos por desobediencia.

CAPITULO XIII.

Das vendas judiciaes.

Nos casos expressos no Codigo (arts. 527, 773 e outros) e sempre que os generos e effeitos commerciaes embargados, depositados ou penhorados, forem de facil deterioração, ou estiverem avariados, ou pela demora da demanda se tornar dispendiosa a sua guarda, o juiz, ou ex-officio, nos casos em que lhe compete, ou a requerimento do detentor, depositario ou parte interessada, mandará vendel-os por intermedio de agente de leilão.¹²⁹

A parte que quizer conseguir esta venda, fará (por exemplo) a seguinte

Petição para venda judicial.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que havendo feito penhora em *taes e taes* generos, pertencentes a F... e que se achão depositados em *tal lugar*, acontece que esses mesmo generos se estão completamente deteriorando, de sorte que pela demora chegarão a perder totalmente o seu valor. N'estes termos o supplicante vem requerer a V. S. se digne mandar vendel-os e depositar o seu producto, ficando este subrogado em seu lugar, e para elle transferida a mesma penhora. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

¹²⁹ Vide Regul. 737 de 1850, arts. 358 e 359; Cod. Comm., arts. supra cit., 527 e outros.

Assigna.

O Juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer, e passe-se mandado de autorisacão a F..., agente de leilão, para fazer a respectiva venda. Data. — Rubrica.

O escrivão passa mandado, do qual já dei exemplo, e feita a venda, deposita-se o seu importe, no qual continúa a penhora.

CAPITULO XIV.

Dos protestos.

1.º

DOS PROTESTOS FEITOS A BORDO.¹³⁰

O protesto ou processo testemunhavel formado a bordo consistirá :

§ 1.º No relatorio circumstanciado do sinistro, devendo referir-se em resumo a derrota até o ponto do mesmo sinistro e altura em que elle succedeu.

§ 2.º Na exposição motivada da determinação do capitão, declarando-se se a ella precedeu deliberação das pessoas competentes, e se a deliberação foi contraria ou conforme.

O protesto ou processo testemunhavel será escripto pelo escrivão ou piloto, e em falta d'elles por pessoa que o capitão nomear, dictado e assignado pelo mesmo capitão, ou por aquelles que tomáram parte na deliberação, aos quaes é licito declararem-se vencidos.

Os officiaes e pessoas que fizerem parte da junta para a deliberação, são os pilotos, contramestres, peritos e marinheiros mais intelligentes e velhos no serviço do mar.

A junta se reunirá, e a deliberação será tomada na presença dos interessados no navio ou na carga, se algum se achar a bordo, os quaes todavia não têm voto. O voto do capitão é de qualidade, podendo elle obrar

¹³⁰ Regul. 737 de 1850, arts. 360 a 369.

independentemente da deliberação tomada, sob sua responsabilidade, sempre que julgar conveniente.

O protesto ou processo testemunhavel formado a bordo não dispensa a acta da deliberação, em a qual, além do facto e circumstancias occorrentes, se devem declarar os fundamentos da deliberação e dos votos vencidos, assim como os motivos da determinação do capitão, quando fôr contraria.

A acta precederá ao protesto, que a ella se deve referir, e o Juiz não admittirá a ratificação do mesmo protesto se do diario da navegação não constar a referida acta (arts. 504 e 505 do Cod. Com.).

Em vista d'estas disposições, para haver protesto e ser elle ratificado, é necessario que seja precedido de uma acta inserta no diario de navegação, um dos tres livros que deve possuir o capitão.

Isto feito, o protesto poderá ser mais ou menos pela maneira seguinte:

PROTESTO POR SINISTRO DE EMBARCAÇÃO.

Termo de protesto marítimo formado a bordo do navio tal.

Nós abaixo assignados, capitão, piloto, mestre, contramestre, e mais pessoas da tripulação do navio *tal*, juramos aos Santos Evangelhos, e juraremos em Juizo se necessario fôr, que achando-se o dito navio aparelhado e estanque, com tripulação, competentemente ancorada no porto *tal*, recebeu uma carga de *tal* com destino ao porto de *tal*, e com effeito no dia... de *tal* mez, pelas *tantas horas*, depois de obter

as respectivas licenças e ter procedido a todas as formalidades do estilo (dir-se-ha o que se houver feito) fez-se de vela com tal vento e navegou até tal ponto sem accidente (ou com tal e tal accidente). No dia... porém, ás... horas, em tal altura, achando-se o mar agitado, cavado, etc. (mencionar-se-hão todos os incidentes) e vendo o capitão (ou quem fôr) que o navio corria risco de... depois de ouvir o parecer de todos nós abaixo assignados, como consta do diario da navegação, accordou que se tomasse tal ou tal medida afim de conseguir-se tal ou tal vantagem, no que concordou toda (ou maior parte da tripulação, etc.) E porque se empregassem todos os esforços possiveis para salvar o navio e seu carregamento do sinistro que lhe estava imminente, e nada se podesse evitar, é por isto e por todos estes acontecimentos, que protestamos, como de facto protestado temos contra mar e vento, ou contra quem de direito fôr, contra seguradores e interessados do navio e carga, afim de não respondermos por avaria alguma, visto haverem acontecido todos os transtornos, como ficam mencionados, e não porque o navio se achasse em mau estado quando sahiu do porto tal ou por negligencia da tripulação. E para constar mandou o capitão que eu escrivão (ou piloto) escrevesse o presente, que elle dictou, e por achar conforme assignou com os abaixo declarados. Feito em tal lugar, a tantos de tal mez e anno, etc. Seguem-se as assignaturas.

Feito este protesto nas primeiras 24 horas uteis depois da entrada, deve ser elle ratificado.

O capitão entregará n'este praso ao Juiz do Commercio os referidos protesto e processo testemunhavel e o diario da navegação.

A maneira de fazer esta entrega será a seguinte

Petição para ratificação de protesto.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F..., capitão (*mestre ou o que fôr*) do navio *tal* (*a quem aconteceu tal accidente*) que havendo feito o seu protesto marítimo como exige o art. 509 do Cod. Com., e que é o que junto offerece, quer que V. S. o admitta á ratificação do mesmo, como é de lei, visto que se acha dentro do praso de 24 horas depois da sua entrada (*ou chegada*); por isso.

P. a V. S. se digne mandar (*distribuida esta se fôr necessario*) designando dia e hora para a dita ratificação com citação dos interessados (*ou nomeando uma pessoa que o represente, visto acharem-se ausentes ou serem desconhecidos para assistir, querendo*). O supplicante apresenta o diário da navegação.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz manda distribuir e intimar os interessados, se estão presentes ou são conhecidos (ou nomeia um curador para os representar, que prestará juramento, e marca o dia ou marca o escrivão).

Este intima os interessados ou intima o curador nomeado para vir prestar juramento, e d'isto lavra certidão.

Prestado o juramento pelo curador, o escrivão lavra o seguinte

Termo de juramento.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... *em tal lugar* onde se achava o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão vim, ahi presente F... o dito Juiz lhe deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, sob o cargo do qual lhe encarregou que em boa e sã consciencia servisse de curador aos interessados ausentes e desconhecidos na fôrma da petição retro, para o que havia sido nomeado, requerendo o que fosse a bem dos mesmos. E recebido por elle o dito juramento, assim o prometteu cumprir; do que faço este termo que assignou. E eu F... escrivão o escrevi. Rubrica. — Assignatura do Juiz. — Assignatura do curador.

Em seguida e no dia designado, o Juiz defere o juramento ao capitão, do que o escrivão lavra tambem o competente termo.

Dado o juramento, proceder-se-ha ao interrogatorio do capitão, o qual será pela maneira seguinte:

*Interrogatorio feito a F... capitão ou mestre (ou o que fôr)
de tal navio.*

E no mesmo acto, presente F... capitão (*ou o que fôr de tal navio*), pelo juiz lhe foram feitas as seguintes perguntas:

Seguem-se as perguntas, que deverão ser todas escriptas, bem como as respostas, concluindo-se pelo seguinte modo:

E nada mais lhe foi perguntado, nem respondeu. Do que para constar faço este termo, que assigna com o Juiz depois de o haver lido e achar conforme. E eu F... escrivão o escrevi.

Note-se que se o capitão e as testemunhas forem estrangeiros e não souberem o idioma do paiz, far-se-hão as perguntas e inquirições por meio de interpretes, ou dos nomeados (se houver) ou nomeado pelo juiz, cujos interpretes prestarão juramento, do que o escrivão lavrará termo.

Findo o interrogatorio, serão inquiridas as testemunhas, precedendo o termo de assentada, como indiquei quando de testemunhas tratei na acção ordinaria.

Finda a inquirição, o escrivão faz os autos conclusos ao juiz, depois de competentemente autuados.

O titulo d'estes autos será — Ratificação de protesto maritimo.

O Juiz achando o protesto conforme, dará o seguinte

Despacho.

Julgo por sentença o presente protesto. Entregue-se á parte instrumento para fazer o uso que lhe convier, ficando traslado no Juizo, e pagas as custas pela mesma parte. Data. — Rubrica.

Tem este despacho o termo de data ou publicação.

O escrivão o intima ás partes, do que lavra a competente certidão.

Depois passa o instrumento de protesto, que mais ou menos será da fôrma seguinte :

*Instrumento passado em publica fôrma dos autos de protesto
do navio tal, como abaixo se declara.*

Saibão quantos este publico instrumento passado em publica fôrma virem, que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... em meu cartorio compareceu F... capitão (*mestre ou o que fôr*) de *tal navio*, e por elle me foi pedido lhe passasse o seu instrumento de protesto que havia feito, e em virtude da sentença, que julgou o dito protesto, lhe passei o presente instrumento em publica fôrma, o qual é do theor seguinte (*segue-se o titulo dos autos, distribuição, o nome de protestante, autuação, petição, despacho, juramentos, testemunhas, e tudo o mais até a sentença que julgou o protesto e o seu termo de publicação, e a certidão de intimação aos interessados ou ao curador*).

Copiado tudo quanto constar dos autos de protesto, o escrivão fechará o presente instrumento pela maneira seguinte :

Nada mais se continha nos autos de ratificação de protesto, dos quaes eu escrivão aqui bem e fielmente extrahi (*ou fiz extrahir*) o presente instrumento, e aos quaes me reporto. Dado e passado n'esta... aos... dias do mez de... do anno de... (*ou se fôr no mesmo dia, em que encerrar o presente instrumento, dirá — no mesmo dia, mez e anno ao principio declarado*). E. eu F... escrivão que o escrevi (*ou subscrevi*) com o escrivão companheiro, que este concertou.

P... Escrivão.

P... Escrivão companheiro.

Este instrumento entrega-se à parte para d'elle fazer o uso que lhe convier.

CAPITULO XV.

Dos protestos de letras.¹³¹

Os protestos das letras de cambio, da terra, de risco, de conhecimentos de fretes passados á ordem e endossados, apolices de seguro endossadas, notas promissorias endossadas, serão regulados pelo titulo 16, cap. 1.º, secção 6.ª, parte 1.ª do Codigo (*).

O protesto é necessario :

1.º No caso de não aceite; 2.º no caso de não ser encontrado, ou estar em lugar distante, ou occultar-se o aceitante; 3.º no caso de recusar o aceitante a entrega da letra, que the foi representada para pagar ou aceitar; 4.º no caso de ser desconhecido, ou se não poder descobrir o domicilio d'aquelle, que deve aceitar ou pagar a letra; 5.º no caso de aceite condicional ou restricto; 6.º no caso de não pagamento; 7.º no caso de quebra; 8.º no caso de intervenção; 9.º quando o aceite da letra passada a dias ou mezes de vista não fôr datado pelo aceitante.

O protesto não é necessario :

1.º Nas notas promissorias, conhecimentos de frete, apolices de seguro, que não tem endosso; 2.º contra o sacador, se a letra não foi aceite, ou se deixou de ser paga, porque elle, ou o terceiro por cuja conta a sacou, não fizeram a provisão de fundos ao tempo do vencimento ; 3.º contra o aceitante, se a letra não é

¹³¹ Regul. 737 de 1850, arts. 370-389.

(*) O titulo XVI do Codigo Commercial está revogado pelo decreto legislativo n. 2044 de 31 de Dezembro de 1908. *Vide no Appendice.*

paga; 4.º contra o terceiro por conta de quem a letra é sacada, se elle não fez provisão de fundos; 5.º contra o garante do sacador, nos mesmos casos em que contra elle é desnecessario o protesto.

São competentes para interpor e tirar protesto :
1.º o portador; 2.º o possuidor.

As letras devem ser protestadas :

1.º No domicilio do sacado ou aceitante, ou da terceira pessoa designada na letra, ou no aceite; 2.º no domicilio do pagamento, quando as letras forão sacadas, ou aceitas para serem pagas em outro domicilio, que não fôr o do sacado ou aceitante, ou quando o que dever aceitar ou pagar a letra fôr desconhecido, ou se não puder descobrir o seu domicilio.

E' competente para tomar o protesto:

1.º O escrivão privativo dos protestos, creado por Lei Geral ou Provincial, onde o houver; 2.º qualquer tabellião do lugar onde não houver, ou estiver impedido o escrivão dos protestos; 3.º qualquer escrivão do civil, onde não houver ou estiver impedido o tabellião.

Do protesto por falta de aceite.

Não sendo aceita uma letra, deve ser levada ao escrivão competente.

Este a registra no livro dos apontamentos das letras do seguinte modo:

Protesto de uma letra apresentada ás tantas horas do dia tal.

Rs... (*transcreve toda a letra, mencionando tudo quanto n'ella se achar escripto, inclusive os sellos, terminando*). E eu F... escrevão o escrevi e assigno. — Assignatura.

Isto feito, manda notificar o sacado para aceitar, ou dar as razões porque o não faz, e isto dentro de 3 dias.

Se o sacado está no lugar e é conhecido, deve dirigir-lhe uma carta do teor seguinte:

Carta de notificação para aceite.

Illm. Sr.

Participo a V. S. que em meu poder e cartorio existe uma letra da quantia de... sacada contra V... para ser protestada por falta de aceite; o que notifico a V... para pagal-a, ou dar as razões por que não o faz. Deus guarde, etc. Data.

Illm. Sr. F...

O escrevão F...

Se o sacado é desconhecido ou está ausente, então o escrevão o notifica por editaes, pelo modo seguinte:

Edital para notificação de protesto de letra.

F... escrivão privativo (*ou o que fôr*) do Juizo de Direito do Commercio de *tal* vara.

Faço saber que em meu poder e cartorio existe uma letra da quantia de... para ser protestada por falta de aceite, sacada contra F..., e ignorando-se a sua residencia, pelo presente o notifico para aceital-a ou dar a razão porque não o faz, ficando desde já intimado do respectivo protesto. Data.

O escrivão F...

No fim de 3 dias (caso não haja o aceite) com resposta ou á revelia da parte se extrahe o seguinte

Protesto.

Saibam quantos este publico instrumento de protesto virem, que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, pela *tantas* horas, n'esta... em meu cartorio me foi apresentada por F... para ser protestada por falta de aceite a letra que n'esse dia aponte, é que é do theor seguinte (*transcreve-se toda a letra e tudo quanto n'ella existe, inclusive sellos*). Em virtude do que notifiquei o sacado pela fórma seguinte (*transcreve-se a notificação*). E nada tendo elle respondido (*ou tendo respondido... transcreve-se a resposta*) do que ficou bem sciente o portador, por elle me foi dito em *tantos* de *tal* mez (dentro dos 3 dias), que protestava haver dos sobreditos sacador e endossante, e de quem mais direito tiver, toda a importancia da mencionada letra, com prejuizos, perdas e damnos como de mercador a mercador, na fórma do costume, não tendo notificado para pagal-a o sacador e endossante por serem de *tal lugar* (tendo notificado o sacador e não o endossante, etc., pela razão acima dada). E pelo portador

me foi pedido o presente protesto, que lhe foi dado aos... do mez de... depois de ter sido lido e assignado com as testemunhas presentes. E eu F... escrevão o escrevi e assignei.

F... Escrevão.

F... (nome do portador).

Assignatura das testemunhas.

Protesto por falta de pagamento.

N'estes protestos observar-se-ha o que vem dito para o outro, com a differença porém que em vez de — Protesto por falta de aceite — será — Protesto por falta de pagamento.

Note-se, que se a letra é a prazo, torna-se a tirar o protesto no dia do seu vencimento, o qual é contado da data do apontamento.

Se acontecer que o sacado, ou aceitante, tendo ficado com a letra em seu poder para aceitar, ou pagar, se recuse a entregal-a a tempo de poder ser levada ao protesto, será este tomado sobre outra via ou em separado, se a não houver com essa declaração, e poderá proceder-se á prisão do sacado até que effectue ou entregue a letra.

Para isto o portador da letra fará a seguinte

Petição para a entrega de letra recusada.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo apresentado a F... morador em... uma letra na importancia de... para elle aceital-a ou pagal-a, guardou-a recusando-se entregal-a ao supplicante a tempo de poder ser levada ao protesto. Portanto o supplicante

P. a V. S. digne mandar que, distribuida esta, seja o supplicante admittido a justificar o deduzido (*deferindo-se ao mesmo supplicante juramento suppletorio, se elle tiver lugar*) e justificado quanto baste, se passe mandado de prisão contra o supplicado.

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

D. J. (*se couber juramento*) J. Data. — Rubrica.

Levada a petição ao escrivão e justificado por testemunhas o deduzido na petição, do que o escrivão fará um termo, como se vê em casos indenticos, faz-se os autos conclusos, e o juiz vendo que está justificado, dará o seguinte

Despacho.

Hei por justificado o deduzido na petição de fl... em virtude do que se passe mandado de prisão contra o justificado, cujo mandado não

se effectuará se entregar a letra em questão ou der fiança (*se a letra ainda não estiver aceita*) ou se depositar (*estando já aceite*). E pague as custas o justificado. Data. — Assignatura.

Este despacho tem o termo de data.

O escrivão passa o respectivo mandado com as ditas clausulas e faz-se a diligencia como na detenção pessoal.

A fiança ou deposito sómente serão levantados ou depois da sentença irrevogavel da acção ordinaria, que o portador propozer contra o saccado, ou se o portador dentro de 15 dias depois de prestada a fiança ou deposito, não propozer ai referida acção. Note-se — Se a pessoa de quem o portador recebeu a letra morar fóra do lugar, ao portador incumbe o aviso e remessa da certidão do protesto pela primeira via opportuna que se lhe offerecer, pena de ficar extincta toda a acção que podia ter para haver o seu embolso do sacador e endossantes. A prova da remessa póde ser o conhecimento do seguro da carta respectiva: para esse fim a carta será levada aberta ao correio, onde verificando-se a existencia, do aviso e certidão do protesto, se declarará no conhecimento e talão respectivo o contheudo ou o objecto da carta segura.

Todos os endossados são obrigados a transmittir o protesto recebido e na mesma dilação a seus respectivos endossadores, sob pena de serem responsaveis pelas perdas e danos que de sua omissão resultarem.

As duvidas que o escrivão oppuzer por serem as letras apresentadas ou por pessoa incompetente ou fóra de tempo, serão decididas pelo Juiz de Direito do Commercio, e a decisão será escripta no acto do protesto. D'esta decisão cabe agravo.

CAPITULO XVI.

Dos protestos em geral.¹³²

Os protestos nos casos determinados no Codigo arts. 289, 606, 614, 619 e outros, ou quando convierem ás partes para conservação e resalva de seus direitos, serão interpostos perante o Juiz por uma petição. A fórmula d'esta petição poderá ser a seguinte

Petição para protesto.

Illm. Sr. Dr. Juiz...¹³³

Diz F... morador em... com *a profissão de...* que havendo encommendado á casa commercial de F... sita á rua de... n.º... 500 duzias de caixas para amendoas com a condição expressa de serem entregues ao supplicante até o dia *tantos de tal mez*, e isto afim de poderem ser vendidas na época propria, que é a de *tal mez*, acontece já serem hoje *tantos* do mez de... e ainda não ter recebido o supplicante noticia de sua dita encommenda. E porque, vindo ella fóra da época conveniente, de nenhum proveito poderá servir ao mesmo supplicante, que aliás encommendou-a com a precisa antecedencia, quer por isso protestar, afim de não mais ser obrigado a receber a dita encommenda, nem ser responsavel pelo seu importe, visto o supplicado por sua parte não ter cumprido a principal condição. N'estes termos o supplicante

P. a V. S. se digne mandar que, distribuida esta, se lhe tome o seu protesto, sendo elle intimado ao supplicado para a sua sciencia.

¹³² Vide Regul. 737 de 1850, art. 390 a 392.

¹³³ Aqui apenas figuro um hypothese d'entre muitas que se podem dar, unicamente para apresentar un exemplo da fórmula da petição. Dando-se hypothese diversa d'esta, far-se-ha a conveniente alteração. (*N. do A.*)

E. R. M.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

D. Tome-se, intimando o supplicado. Data. — Rubrica.

Se o interessado fôr desconhecido, ou ausente, o final da petição será o seguinte :

P. a V. S. se digne mandar (*distribuida esta, se fôr necessario*) citar o interessado por editaes, visto não ser conhecido (*ou estar ausente*).

E. R. M.

Despachada a petição o escrivão a quem competir lavrará o seguinte

Termo de protesto.

Aos... dias do mez... de... nesta... em meu cartorio compareceu F... morador em... com a profissão de... reconhecido por mim escrivão (*ou pelas testemunhas se o escrivão não o reconhece*) e por elle foi dito que na fórmula de sua petição retro, que d'este, faz parte integrante protestava *para tal ou tal fim (dir-se-ha qual o protesto)* de que me pediu lhe tomasse o seu termo de protesto, que é o presente, o qual lhe li e por achal-o conforme assignou. Eu eu F... escrivão o escrevi.

Assignatura do protestante.

Dita das testemunhas.

Tomado o protesto, será elle intimado ao interessado, lavrando-se a competente certidão.

Se a certidão tiver de ser por meio de editaes, o escrivão passará o edital pela fórma seguinte:

*Edital para intimação de um protesto.*¹³⁴

¹³⁴ Damos em seguida as fórmulas de dois protestos, um na camara commercial, outro na pretoria, da Capital Federal :

EDITAL DE CITAÇÃO

A quem interessar possa do protesto feito por J. e N., contra A. pela venda de dois predios, situados nas Laranjeiras após a propositura de uma acção ordinaria de indemnisação por prejuizos, perdas e damnos, que promovem contra o mesmo, para completa notoriedade, afim de evitar prejuizo de terceiros.

O Dr. Manoel Barreto Dantas, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc. Faz saber aos que o presente edital de citação virem, que correndo por este juizo e cartorio do escrivão que este subscreve uma acção ordinaria de indemnisação por prejuizos, perdas e damnos que promovem J. e N. contra A., ora por parte dos autores me foi apresentada a seguinte petição : Illm. Sr. Dr. Barreto Dantas. – J. e N. negociantes n'esta praça, tendo proposto uma acção ordinaria de indemnisação por prejuizos, perdas e damnos contra A., sendo escrivão Lopes Domingues, acontece que após a propositura á alludida acção fez o supplicado annuncios de venda de dois predios, nas Laranjeiras situados, e como este proceder os possa prejudicar no intuito de não soffrer os effeitos de execução que venham a mover ao supplicado, como corollario da mesma acção, por isso perdem e esperam que V. Ex. mandando juntar esta aos autos respectivos se digne mandar tomar por termo o protesto que ora fazem com citação do supplicado para inteiro conhecimento, e de mandar por edital publica-lo para completa notoriedade, afim de evitar prejuizos de terceiro. Pedem deferimento, E. R. Mercê. Rio, 21 de Julho de 1896. *José Emygdio Gonçalves Lima*. Estavam devidamente inutilisadas duas estampilhas no valor total de duzentos e vinte réis. Sobre o que proferi o seguinte despacho : Sim. Rio, 22 de Julho de 1896. *Barreto Dantas*. Termo de protesto. Aos 23 de Julho de 1896, n'esta Capital Federal, em cartorio compareceu o Dr. José Emygdio Gonçalves Lima, advogado de J. e N. e disse que, por parte d'estes, protestava, como protestado tem, contra A. pelos factos allegados na sua petição retro, que offerece como parte d'este termo, para os fins de direito. De como o disse lavro o prosente, que assigno. Eu, José Luiz da Silva Moreira, escrevente juramentado, o escrevi. – Eu, Antonio Lopes Domingues, escrivão, o subscrevi. – *José Emygdio Gonçalves Lima*. – Certifico que citei a Antonio Joaquim Alves Nogueira, pelo conteudo da petição retro, despacho e termo de protesto, dei contra-fé, ficou sciente dou fé. Capital Federal, 25 de Julho de 1896. — O official de Justiça, *Sizenando Alves Ribeiro Borba*. Em virtude do que se passou o presente edital de citação a quem interessar possa do protesto feito pelos negociantes d'esta praça J. e N. contra A., pela venda de dous predios, situados nas Larangeiras, após a proposilura de uma acção ordinaria de indemnisação por prejuizo, perdas e damnos, que promovem contra o mesmo, para completa notoriedade, afim de evitar prejuizos de terceiro. Para constar e chegar a noticia a quem interessar possam, passou-se este e mais dois de igual theor, que serão publicados e affixados nos lugares do costume, de cuja affixação o porteiro dos auditorios lavrara a competente certidão para ser junta aos respectivos autos. Dado e passado

O Dr. F... Juiz...

Faço saber que por parte de F... me foi feita uma petição, em a qual me requeria lhe tomasse o seu protesto (tal ou tal e para este ou aquelle fim – tudo se especificará). E porque ordenei por meu despacho de *tantos* que tal protesto lhe fosse tomado, achando-se o interessado ausente (*ou não sendo conhecido*) lhe mandei passar a minha presente Carta de Editio, pela qual hei por intimada toda e qualquer pessoa a quem possa interessar o referido protesto. E para que chegue á noticia de todos será esta affixada noa lugares de costume Cidade (*villa ou o que fôr*) *tantos de tal mez e anno*. E eu F.. escrivão o escrevi.

Assignatura do Juiz.

n'esta Capital Federal, aos 30 de Julho de 1896. E eu, Antonio Lopes Domingues, escrivão, a subscrevi. — *Manoel Barreto Dantas*.

EDITAL DE PROTESTO

a requerimento de J. contra A. na fôrma abaixo.

O Dr. Torquato Baptista de Figueiredo, juiz da primeira Pretoria do Districto Federal, etc. : Faz saber aos que o presente edital de protesto virem que por parte de J. me foi feita a petição do teor seguinte : Exm. Sr. Dr. Juiz da Primeira Pretoria. J. negociante residente n'esta Capital, diz que, sendo senhor e possuidor da cautela n. 84, representativa da Companhia Hotel Metropole, no sentido de garantir os seus direitos precisa que V. Ex. mande tomar por termo o protesto que pretende fazer contra A. para o fim de impedir a venda de quaesquer bens de sua propriedade, para assegurar os effeitos do accordo consignado na escriptura de 24 de Maio de 1893, lavrada nas notas do tabellião Dario, inteirando-se do mesmo o supplicado para inteiro conhecimento. Assim espera que V. Ex. assentindo n'esta providencia mande fazer publicar por editaes para assegurar direitos, fazendo parte integrante do mesmo a presente petição. — P. deferimento E. R. M. — Rio, 28 de Julho de 1896. — *José Emygdio Gonçalves Lima* (está devidamente sellado). Despacho — A. *Alencar*. A. Tome-ser por termo o protesto, faça-se a intimação e expeçam-se editaes que serão publicados pela imprensa. Rio, 30 de Julho de 1896. — *T. Figueiredo*. Termo de protesto. Aos trinta de Julho de 1896, no Rio de Janeiro, em meu cartorio compareceu o Dr. José Emygdio Gonçalves Lima, advogado do supplicante, e disse que reduzia a termo o protesto constante da petição retro que fica fazendo parte d'este termo para ser intimado o supplicado. E de como assim o disse lavro este termo que lido assignou commigo. Eu, José Franklin de Alencar Lima, escrivão, o escrevi. — *José Emygdio Gonçalves Lima*. Certidão. — Certifico e dou fé que intimei a A. pelo conteudo da presente petição, despacho e protesto, lavrado que bem sciente ficou, lhe dando contra-fé. Rio, 1º de Agosto de 1896. O official do juizo, *Benjamin Franklin Guimarães*. Em virtude do que me foi requerido na petição transcripta mandei passar o presente edital de protesto para assegurar os direitos do supplicante, na fôrma da petição e termo de protesto transcriptos. E para que chegue a noticia ao conhecimento de todos e a quem interessar possa, mandei passar o presente que será publicado pela imprensa e affixado no lugar do costume. Dado e passado n'esta Capital Federal, Primeira Pretoria do Districto, em 3 de Agosto de 1896. Eu, José Franklin de Alencar Lima, o subscrevi. — *Torquato Baptista de Figueiredo*.

Estes editaes serão affixados nos lugares publicos e publicados nos Diarios.

Note-se, que estes protestos não serão julgados; não admittem contraprotestos e recursos, e podem ser impugnados quando d'elles se prevalecer o pro testante nas acções competentes.

CAPITULO XVII

Dos depositos¹³⁵,

O deposito em pagamento tem lugar:

§ 1º Se o credor recusa o pagamento offerecido.

§ 2º Se o credor não quer passar quitação, ou não, a passa com a segurança necessaria, e por tantas vias quantas convém ao devedor.

§ 3º Se ha litigio sobre a divida.

§ 4º Se a divida é embargada em poder do devedor.

§ 5º Se a cousa comprada está sujeita a algum onus ou obrigação.

Aquelle que pretender o deposito começará pela seguinte

Petição para ordenar-se o deposito.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que devendo a F... a quantia de... proveniente de *tal cousa*, quer todavia o supplicante pagar-lhe a totalidade da divida, porém o supplicado recusa-se a passar-lhe a quitação com a necessaria segurança. E porque o supplicante queira desonerar-se para com o supplicado, e mais não ser responsavel por tal divida, por isso vem requerer a V. S. se digne ordenar que seja depositada a referida quantia com citação do supplicado.

¹³⁵ Vide Regul. 737 de 1850, arts. 693 a 402.

P. a V. S. se digne mandar que, distribuida esta
(*se fôr necessario*), se faça o deposito requerido.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz defere; o escrivão a quem compete passa
guia para o deposito, e feito elle é o supplicado intimado.

Na primeira audiencia se accusará a citação e
deposito, e o escrivão lavrará d'isto termo.

Se o credor quizer impugnar o deposito fará a
seguinte

Petição para impugnar o deposito.

Illm. Sr. Dr. Juiz

Diz F... que havendo F... depositado a quantia de... *para tal ou
tal fim*, quer o supplicante mostrar que semelhante deposito não se acha
autorizado por nenhum dos paragraphos do art. 393 do Reg. Com.;
portanto

P. a V. S. que mandando o escrivão juntar sua
procuração, lhe dê vista para a sua impugnação.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz defere, e o escrivão juntando a procuração e
petição por termo de data, abre o termo de vista.

O credor dentro em 5 dias por meio de artigos impugnará, começando, por exemplo:

Por embargos ao deposito feito por F... diz F... por esta e melhor via de direito o seguinte:

E. S. C.

P... etc.

Em taes termos

P. Que nos melhores de direito os presentes embargos devem ser recebidos e julgados provados, afim de se haver o pagamento por não feito, sendo de mais a mais o embargado condemnado em todas as despesas e custas.

P. R. e C. de J.

P. P. N. N. e C.

Assigna.

Note-se, que a unica materia que póde ser offerecida n'estes embargos é:

1º Não ter havido recusa da parte do credor.

2º Ter sido feito o deposito fóra do tempo e logar do pagamento.

3º Não ser o deposito integral.

Não vindo o credor com os embargos nos 5 dias, é lançado d'esse prazo; e o Juiz julgará o deposito, na fórma do art. 400 do Reg. Com.

Vindo porém com os embargos no termo fixado, o
escrivão os une ao processo por termo de data, e faz os
autos conclusos ao Juiz, que dará o seguinte

Despacho.

Ponham-se em prova de uma dilação de 10 dias. Data. —
Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação, e depois
segue-se a prova, como vem atraz por varias vezes
indicada.

Finda a dilação, lançadas as partes de mais prova
e depois do competente termo de audiencia, o escrivão
dá vista ao autor para arrazoar por cinco dias.

Vindo as razões, são juntas aos autos por termo de
data, e logo dá o escrivão ao réo vista por outros 5 dias.

Tambem suas razões são juntas aos autos por
termo de juntada; depois do que o escrivão preparando
o processo com a competente autuação, o fará concluso
ao Juiz para a decisão final.

O Juiz decidirá como fôr de justiça, tendo em vista
o que dispõem os arts. 399 e 400 do Reg. Com.

O deposito por conta de quem pertencer, como no
caso dos arts. 583, 585 e 614 do Cod., será também
feito a requerimento da parte, por mandado do Juiz e
com citação edital, e correrão por conta de quem
pertencer as despesas, salarios, perdas e danos.

A fórmula da petição n'este caso será por exemplo a seguinte

Petição para deposito por conta de quem pertencer.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... capitão de *tal navio* vindo de *tal parte* e ancorado n'este porto a *tantos de tal mez*, que não se tendo apresentado os portadores de conhecimentos para receber a carga, tendo aliás o supplicante já dado principio á descarga, e achando-se ausente (*ou tendo fallecido*) o consignatario do referido navio, quer o supplicante fazer depositar judicialmente o mesmo carregamento, sendo citados por editaes os interessados. O supplicante.

P. a V. S. que, distribuida esta, se faça o deposito requerido, com as convenientes intimações.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz por seu despacho mandará fazer o deposito, e feito elle, o escrivão passará os editaes, como atraz já vem dito.

CAPITULO XVIII.

Das habilitações incidentes nas causas commerciaes¹³⁶

Fallecendo qualquer das partes litigantes, cessa a instancia da causa, e não se proseguirá n'ella, sem que os herdeiros da parte finada se habilitem, ou sejam habilitados.

Se ficarem viuva e herdeiros legitimos, estes não precisarão de sentença para a renovação da instancia, bastará que obtendo a certidão de obito e mais documentos que comprovem a sua qualidade de herdeiros legitimos ou necessarios, juntem nova procuração.

Para isto conseguir far-se-ha a seguinte

Petição para habilitação.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz. F... que havendo fallecido F... (como mostra com a certidão de obito junta) quando promovia uma acção de *tal* contra F... quer a supplicante na qualidade de viuva do dito F... (pois que com elle foi legitimamente casada, como prova a certidão tambem junta) continuar com a dita acção; portanto, para isso

P. a V. S. se digne mandar, que junta esta aos autos respectivos com a sua competente procuração, seja a parte citada para a renovação da instancia.

E. R.M.

Assigna.

¹³⁶ Vide Regul. 737 de 1850, arts. 403 a 409.

O Juiz defere, e citada a parte contraria (de que se lavrará certidão) são a petição, documentos e procuração unidos aos autos por termo de juntada, continuando a acção com a mencionada viuva, como se fôra a parte originaria.

A petição dos herdeiros legitimos ou necessarios será concebida mais ou menos nos mesmos termos.

Se o habilitando não estiver nos casos acima referidos, então carece de sentença, e para obtel-a procederá pela seguinte fórmula :

Petição para artigos de habilitação.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que movendo um pleito por este Juizo, escrivão F... contra F... *por tal ou tal motivo*, falleceu este no dia *tantos*, como prova a certidão de obito junta. E como deixasse por herdeiros em seu testamento F... e F..., quer o supplicante com elles continuar o mesmo pleito, mas não podendo fazel-o, sem primeiro habilital-os, por isso

P. a V. S. se digne mandal-os citar pessoalmente¹³⁷ para na primeira audiência d'este Juizo verem offerecer os competentes artigos, pena de revelia.

E. R. M.

Assigna.

¹³⁷ A citação pessoal não é necessaria quando o herdeiro quer habilitar a si proprio; basta que a citação ao contrario seja feita na pessoa do procurador : o que não acontece quando alguem quer habilitar o herdeiro, porque então a citação deve ser pessoal, e não ao procurador. (*N. do A.*)

O Juiz defere, faz-se a citação, e na primeira audiência o procurador do habilitante faz o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... meu constituinte, accuso a citação feita a F... para ver offerer os artigos de habilitação, e requeiro que debaixo de pregão se haja a citação por feita e accusada, os artigos por offercidos, ficando assignados á parte 5 dias para constestál-os.

O Juiz manda apregoar e o escrivão lavra o seguinte

Termo de audiência.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiência publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão de seu cargo fui vindo, ahi por F... foi dito, que por parte de F... accusava a citação feita a F... para ver offerer os artigos de habilitação, e requeria que debaixo de pregão fosse a citação havida por feita e accusada e os artigos por offercidos, ficando assignados á parte 5 dias para contestál-os. O que ouvido pelo dito juiz, debaixo de pregão assim o ordenou. Do que para constar faço este termo. E eu F... escrivão o escrevi.

O sollicitador entrega os artigos, que devem ser mais ou menos os seguintes :

Artigos de habilitação.

Por artigos de habilitação diz F... contra F... o seguinte:

E. S. C.

P. que elle autor trazia um pleito com F... sobre tal objecto n'este Juizo, o qual F... é hoje fallecido. Tambem

P. que por seus herdeiros (*ou herdeiro*) instituidos em solemne testamento, ficaram F... e F... (como se vê da verba junta) passando para elles todas as acções activas e passivas, competindo-lhes por essa razão o fallarem na presente causa. N'estes termos.

P. que nos melhores de direito os presentes artigos devem ser recebidos e julgados provados, para o fim de correr com os habilitandos a causa seus devidos termos

P. R. e C. de J

P. P. N. N. C.

Assigna o advogado.

Offerecidos estes artigos, se a parte os confessar por termo nos autos e não houver opposição de terceiro, não haverá necessidade de sentença.

Para haver esta confissão, a parte que a quizer fazer dirigirá ao Juiz a seguinte

Petição para confessar os artigos de habilitação.

Illm. Sr. Dr. Juiz.

Diz F... que tendo F... offerecido artigos de habilitação na acção *tal* em que com o supplicante contende, quer o mesmo supplicante, afim de economisar tempo e evitar despesas, confessar os mesmos artigos; portanto

P. a V. S. se digne mandar-lhe tomar por termo a sua confissão.

E. R. M

Assigna.

O Juiz defere e o escrivão lavra o seguinte

Termo de confissão.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em meu cartorio compareceu F... e por elle foi dito, que havendo vindo F..., na presente acção, com artigos de habilitação, de plano os confessava, afim de não ser precisa sentença julgando os mesmos artigos. E de como assim o disse assignou. E eu F... escrivão o escrevi.

Assignados os 5 dias, n'elles virá a parte com a sua contestação por artigos.

Vindo a contestação, recebida pelo juiz, este a manda pôr em prova, e finda a mesma dilação, lavra o escrivão os respectivos termos de audiencia.

Depois de lavrado o termo de audiencia do lançamento de mais prova, o escrivão faz os autos conclusos ; pois não ha razões finaes.

O Juiz proferirá a sua sentença segundo o direito.

Da sentença que julga, ou não, provada a habilitação, só cabe aggravo de petição e instrumento.

O cessionario ou subrogado póde proseguir na execução sem habilitação, ajuntando o titulo legal da cessão ou subrogação.

Todavia o cessionario ou subrogado deverá provar a sua identidade, quando d'ella se duvidar.

CAPITULO XIX

Do juizo arbitral.¹³⁸

§ 1º E' voluntario quando é instituido por compromisso das partes.

§ 2º E' necessario nos casos dos arts. 245, 294, 348, 739, 783 e 846 do Cod. Com. e em todos os mais, em que esta fórmula de Juizo é pelo mesmo Codigo determinada.

O Juizo arbitral voluntario póde ser instituido ou preferido ao Juizo ordinario do Commercio antes, ou na pendencia de qualquer demanda, na 1ª ou 2ª instancia, e até depois de interposta ou concedida a revista.

Nos casos em que o Juizo arbitral é necessario, só é de mister o compromisso, se as partes quizerem desistir dos recursos legaes, ou impor penas convencionaes, bastando sómente nos outros casos a louvação das partes.

Podem fazer compromisso todos os que podem transigir.

O compromisso póde ser judicial ou extra-judicial.

O compromisso judicial póde ser feito na conciliação prévia, ou em qualquer tempo durante a demanda perante o Juiz de Paz, ou por termo nos autos.

¹³⁸ Vide Regul. 737 de 1850, arts. 411 a 475. O dec. 1030 de 1890 (just. da Cap. Fed.) não exclue o juizo arbitral constituido por compromisso das partes. Art. 6º do cit. dec.

O compromisso extrajudicial póde ser feito por escriptura publica, ou por escripto particular assignado pelas partes e duas testemunhas¹³⁹.

Em qualquer d'estes casos proceder-se-ha pelo seguinte modo :

O autor fará ao Juiz do Commercio a seguinte

Petição para nomeação de Juizes Arbitros.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que querendo haver de F... a quantia de... proveniente de... e isto em virtude do titulo (*documento ou o que fôr*) que junta, tem o mesmo F... offerecido duvidas (*ou tem-se recusado*) á entrega da dita quantia. E como no referido titulo junto foi convencionado que toda e qualquer duvida a esse respeito se decidiria no Juizo Arbitral, quer o supplicante fazer citar o supplicado para na primeira audiencia d'este Juizo ver nomear e tambem nomear Juizes arbitros, que decidão as mesmas duvidas, sob pena de serem nomeados pelo Juizo á sua revelia. O supplicante

P. a V. S. que, distribuida esta, se faça a intimação requerida e com a pena comminada.

E. R. M.

Assigna.

O juiz mandará fazer a intimação.

¹³⁹ Vide Dec. 159 de 26 de Abril de 1890, que revoga as leis que exigem a tentativa de conciliação preliminar ou posterior como formalidade essencial nas causas civis e commerciaes. Em nota anterior demos a integra d'esse decreto.

Feita ella, e lavrada a competente certidão, o autor na primeira audiencia por si (ou seu procurador) fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... accuso a citação feita a F... para na presente audiencia ver nomear e nomear Juizes Arbitros que decidam a presente causa, e requeiro que debaixo de pregão seja a citação havida por feita e accusada, e no meio por nossa parte F...

O juiz manda apregoar, e se o réo não comparece, faz-se a nomeação conforme determina o art. 423 do Reg. Com.

Se comparece, nomeia o seu.

Em seguida cada uma das partes apresenta 3 nomes para d'elles ser escolhido o 3º arbitro. Se concordam em algum, fica sendo esse o 3º. Se não concordam, cada uma das partes escreve 3 nomes em separado, e o juiz, pondo os ditos 6 nomes em uma urna, mandará por um menino tirar uma das cédulas, e o nome do que sahir ficará sendo terceiro.

O escrivão depois d'isto feito lavrará o seguinte

Termo de audiencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em audiencia publica que em *tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz do Commercio de... e onde eu escrivão de seu cargo abaixo nomeado fui vindo, ahi por F... foi dito, que

por parte de seu constituinte F... accusava a citação feita a F... para ver nomear, e tambem nomear Juizes Arbitros, que decidam a presente causa. E por parte do mesmo seu constituinte se louvava em F... O que ouvido pelo dito Juiz, e informado dos termos dos autos, mandou apregoar o dito F..., o qual não comparecendo, por fé dada pelo porteiro da audiencia, houve o mesmo Juiz por bem ordenar... etc. (*dirá o procedimento do Juiz de accordo com o disposto no artigo 423 do Reg.*),

ou

o qual comparecendo por si (*ou por F... seu procurador*) por elle foi dito que nomeava F... Em seguida cada uma das partes propoz tres individuos para ser escolhido o 3º Juiz Arbitro, dos quaes foi escolhido F... por mutuo accordo,

ou

e como não concordaram, mandou o mesmo Juiz pôr de cada uma das ditas partes em uma urna tres nomes em separado, e d'ella extrahido um, verificou-se ser F... A' vista do que, houve o Juiz a nomeação por feita, de que lavro este termo, e ao diante se seguem petição, documentos, etc. E eu F... escrivão o escrevi.

Era seguida o escrivão dirigirá a cada um dos arbitros uma carta do teor seguinte :

Carta de notificação de estar nomeado Juiz Arbitro.

Illm. Sr.

Notifico a V. S. que em audiencia de... de... foi V. S. nomeado por F... para servir de Juiz Arbitro na causa de... que o mesmo promove contra F..., sendo com V. S. tambem nomeados F... e F... Cumpre que V.

S. no prazo de 8 dias da data d'esta, responda se acceita ou não a nomeação. Data.

O escrivão F...

O escrivão lavra nos autos certidão d'esta notificação.

O arbitro, ou responde que acceita, ou não, e sua resposta se junta aos autos por termo de juntada.

Se nada responde, julgar-se-ha ter acceitado.

No caso de não haver resposta, será conveniente que o escrivão certifique, que havendo decorrido 8 dias depois da notificação, o arbitro nada respondeu.

No caso de recusa, proceder-se-ha como determinão os artigos 437 e 438 do Reg. Com.

Acceita a nomeação expressa ou tacitamente, não poderão os arbitros escusar-se ao encargo que recebêrão.

O compromisso deve essencialmente conter: os nomes, prenomes e domicilios das partes; o objecto da contestação, que se sujeita ao Juizo Arbitral; os nomes, prenomes e domicilios dos arbitros; a nomeação de um 3º arbitro para decidir no caso de discordancia dos nomeados.

Além d'estas declarações podem as partes apresentar as seguintes :

O praso em que cada um dos arbitros deverá dar a sua decisão : se a decisão dos arbitros será executada sem

recurso, ou se reservão o direito de recorrer d'ella nos termos da lei; a pena convencional que pagará á outra parte aquella que recorrer da decisão arbitral, ou que dolosamente embaraçar que esta se dê no praso marcado.

A pena convencional não poderá ser maior que o valor da demanda, e ficará perempto o recurso se a parte que recorrer, dentro de 3 dias depois de requerida pelo valor da pena estipulada, não o depositar na mão do arbitro da parte contraria, ou no Deposito Publico, para ella o levantar ou receber, quando quizer.

Recorrendo, pois, uma parte contra o compromisso em que haja multa estipulada, a outra poderá requerer ao Juiz mandado executivo contra a que recorreu, ou dolosamente embaraçou o julgamento arbitral.

A petição para este fim poderá ser da forma seguinte :

Petição para mandado executivo.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que havendo feito compromisso com F... de sujeitarem-se ambos á decisão do Juizo Arbitral proferida sobre *tal ou tal questão*, sem d'essa decisão poderem recorrer, sob pena de pagar a quantia de... quem a tal condição faltasse; acontece que o dito F... não respeitando o mesmo compromisso interpoz *tal ou tal recurso* : n'este caso quer o supplicante, que V. S. procedendo a inquirição verbal e summaria, lhe mande passar mandado executivo na fórmula do art. 432 do Reg. Com., afim de que o supplicado dentro de tres dias, que correrão no cartorio, deposite a quantia convencional, ou dê fiador idoneo. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz procedendo á inquirição verbal e summaria, ou denega ou manda passar mandado para ser intimado o supplicado, afim de no praso de 3 dias depositar, ou dar fiador.

O mandado poderá ser da seguinte fórma;

Mandado.

O Dr. F... Juiz...

Mando aos officiaes d'este Juizo, que em vista d'este por mim assignado, vão onde reside F... e ahi o intimem para no praso de 3 dias depositar a quantia de... que foi por elle convencionada caso recorresse da decisão arbitral sobre a questão movida entre elle e F..., sob pena de o não fazendo proceder-se a penhora. O que cumpram. Data. E eu F... escrevão o escrevi. Rubrica do juiz.

Feita a intimação, a parte intimada deverá depositar a quantia, do que juntará conhecimento nos autos, ou dará fiança idonea a contento do contrario.

Para dar esta fiança fará a seguinte

Petição para dar fiança.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que querendo interpor *tal* recurso da decisão proferida por juizes arbitros na causa em que contende com F..., não o póde fazer sem dar fiador a contento do mesmo F..., que responda pela quantia de... convencionada entre ambos no caso de recorrerem; portanto o supplicante offerecendo para fiador F...

P. a V. S. se digne mandar que no praso de 24 horas responda o supplicado se convem em acceitar tal fiança.

E. R. M.

Assigna.

O juiz manda ouvir a outra parte.

Esta porá na petição — Acceito, ou rejeito o fiador proposto. Data. — Assignatura.

Se não convem, procede-se como se a fiança não fosse offerecida; se convem, virá o fiador a Juizo, e lavrará o escrivão o seguinte

Termo de fiança.

Aos... dias do mez de... n'esta... em meu cartorio compareceu F... reconhecido de mim escrivão e das testemunhas abaixo, e por elle foi dito que se obrigava em Juizo ou fóra d'elle, como fiador e principal pagador da quantia de... que fóra estipulada por F... et F... na causa arbitral que entre si movem, e que por si e por seus bens respondia por essa dita quantia caso o dito F... fosse afinal condemnado a pagal-a. E de como assim o disse lavrei o presente, que leu e por achal-o conforme assigna com as testemunhas abaixo. E eu F... escrivão o escrevi.

F. fiador.

Dita das duas testemunhas.

Se a parte notificada dentro dos 3 dias não depositar, nem afiançar a quantia estipulada, o escrivão lavrará d'isso certidão e então a outra parte fará a seguinte

Petição.

Illmo. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo sido intimado F... para no praso de 3 dias depositar ou dar fiador á quantia que entre o supplicado e o supplicante foi convencionada, caso recorressem da decisão do Juizo Arbitral na questão de... que entre si movem já decorrêram os referidos 3 dias, como se vê da certidão do escrivão, sem que o supplicado ou depositasse ou dêsse fiador. N'estes termos vem o supplicante requerer a V. S. se digne mandar passar mandado de penhora, julgando perempto o recurso pelo supplicado intentado na fórma do art. 431 do Reg. Com.

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O juiz, verificando ser exacto o allegado, deferirá na fórma pedida.

Feita a penhora, seguirá ella os termos da execução.

Note-se que não havendo praso marcado para os arbitros darem a sua decisão, será este praso de 4 mezes a contar da acceitação, e poderá ser prorogado por expresso consentimento das partes, sendo a prorrogação antes de findo o primeiro praso e juntando-se aos autos o documento respectivo.

Terminado o praso marcado para a decisão da causa, poderá o juiz punir com a multa de 5 por cento do valor da causa, e prisão de 8 a 20 dias o arbitro que fôr convencido de conluio com uma das partes para demorar a decisão ou frustrar o compromisso.

Para isto a parte offendida fará ao juiz a seguinte

Petição.

Illmo. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que havendo F... acceitado ser um dos juizes arbitros na causa que movem entre si o supplicante e F...; por *taes e taes* documentos que a este vão juntos, se conhece evidentemente que aquelle dito juiz arbitro conluiado com o supplicado procura demorar a decisão da mesma causa (*ou frustrar o compromisso*). N'estes termos vem o supplicante requerer a V. S. se digne proceder contra elle na fórma dos arts. 440 et 441 do Reg. Com. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

Devem juntar-se os documentos.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Autoada, diga a parte dentro de 3 dias improrogaveis. Data. —

Rubrica.

Entregue esta petição ao juiz arbitro, elle responde (ou não) no prazo dito, e o juiz inquirindo verbalmente testemunhas proferirá sua sentença condemnando ou absolvendo.

D'esta sentença compete agravo de petição ou instrumento.

Feita a nomeação dos arbitros, só por commum accordo das partes poderá ser revogada.

Só poderão os arbitros ser recusados pelas partes por causa legal posterior ao compromisso, salvo se d'ella não tiverem conhecimento e jurarem ter chegado á sua noticia depois de feita a nomeação.

Já tratei da maneira de proceder-se no caso de recusa, quando tratei do arbitramento.

Acceita a nomeação, darão os arbitros nos autos o seguinte

Despacho.

Deduzam as partes sua intenção no prazo de... dias (*Nunca podendo exceder de 15 dias para cada uma*). Data. — Rubrica dos dois árbitros.

O escrivão põe o termo de publicação n'este despacho, e abre o termo de vista ao advogado do autor. Findo o prazo com razões (ou sem ellas) cobrará os autos, e em qualquer despacho porá o termo da data.

Dará vista tambem ao advogado do réo, e porá termo de data nas suas razões.

Se alguma das partes não tiver advogado, nem por isso fica inhibida de apresentar no praso marcado suas allegações assignadas com os documentos respectivos, independente de termo de vista.

Se alguma das partes não allegar ou juntar documentos nos prazos marcados, irá por diante a causa, e não se juntarão depois, salvo se n'isto convier a outra parte.

Quando a causa precisar de maior discussão, ou o réo com a sua contestação ajuntar novos documentos, de que o autor não tenha feito menção, os Juizes poderão dar o seguinte

Despacho.

Venha o autor com a sua réplica em 8 dias. Data. — Rubrica.

Este despacho tem o termo de publicação, pois deve ser publicado em audiencia, e os Juizes terão o cuidado de designar o dia da semana, a hora e o lugar para as suas audiencias.

Vindo o autor com a réplica, manda-se ao réo para treplicar tambem em 8 dias.

Terminado isto, se alguma das partes protestou por prova testemunhal, será marcada uma dilação, que não será maior de 20 dias.

N'isto se haverá como no Geral, isto é, assignando-se a dilação e tudo o mais que em taes casos se pratica.

Findo o termo probatorio, cada ura dos arbitros terá os autos por 5 dias, findos os quaes declarará por cota se os acha em estado de ser julgados.

Se não achão, mandarão oroceder ás diligencias que julgarem precisas, ou que forem requeridas pelas partes.

Se acham, darão o seguinte

Despacho.

Sellados e preparados venham conclusos para a decisão final.
— Data. — Rubrica.

O escrivão, datando este despacho e preparando os autos, os fará conclusos a final.

A sentença dos arbitros será datada e assignada em commum se concordarem, ou separadamente se discordarem.

Se concordarem em parte e em parte discordarem, poderão na mesma sentença declarar aquillo em que concordarão e aquillo em que discordáram.

Havendo discordancia, o escrivão depois do termo de publicação da sentença dos dois arbitros, fará logo os autos conclusos ao 3.º para desempatar.

Este mandará notificar os dois arbitros para com elle conferenciar no dia que fôr designado, e o escrivão lavrará d'isso certidão.

O 3.º arbitro tem necessariamente de decidir-se pela opinião de um dos dois (art. 461 do Reg.).

A sentença arbitral só póde ser homologada pelo Juiz de Direito do Commercio.

Se a causa começar logo no Juizo arbitral, escreverá no feito qualquer dos escrivãos do civil, a quem tocar por distribuição a requerimento do autor.

Compete ao Juiz do Feito, ainda depois de devolvidos os autos ao Juizo Arbitral, e a outro qualquer Juiz de Direito do Commercio, se a causa tiver logo começado no Juizo Arbitral, todas as attribuições marcadas no art. 474 do Reg. Com.

O Juiz de Direito do Commercio do domicilio dos arbitros nomeados é o competente para lhe serem devolvidos os autos nos casos do art. 427 do Reg., e para proceder á notificação dos arbitros e mais diligencias necessarias, afim de ter lugar o Juizo Arbitral.

CAPITULO XX

DA EXECUÇÃO.¹⁴⁰

A carta de sentença sómente é necessaria quando a causa excede a alçada do juiz.

Se a causa cabe na alçada, não se extrahe sentença, porém mandado executivo, em o qual deve ser inserta a sentença do juiz.

Tambem não é necessaria sentença, e basta o mandado do juiz, quando a parte vencida se conforma com a sentença e quer satisfazer a condenação.

A fórmula d'estes mandados será a seguinte:

Mandado executiva.

Mandado executivo passado a favor de F...

contra

F... pela quantia de...

O Dr. Juiz...

Mando aos officiaes de justiça de minha jurisdição, que em cumprimento d'este por mim assignado, e passado a requerimento de F... intimem a F... morador em... casa n... para que dentro de 24 horas, que correram em Juizo, pague ao dito F... a quantia de... principal, juros e custas em que foi condemnado por este Juizo na acção de *tal*, sendo principal *tanto*, premios contados até *tal data*, *tanto*, e de custas *tanto*, cujas parcellas prefazem a quantia total de... como tudo se vê da

¹⁴⁰ Regul. 737 de 1850, arts. 476 e segs.

sentença, cujo teor é o seguinte. (*Transcrever-se-ha toda a sentença, pela qual foi o réo condemnado.*) E caso o não faça no praso acima declarado, se procederá na execução e em seus devidos termos. O que cumpram, lavrando de tudo certidão, que trarão a Juízo. Data. E eu F... escrivão o escrevi. — Rubrica do juiz.

Quando a condemnação fôr de preceito em virtude de confissão da parte, então se passará o mandado de solvendo pela fôrma seguinte :

Mandado de solvendo.

Mandado de solvendo passado a favor de F...
contra

F... pela quantia de...

O Dr. F... Juiz...

Faço saber que n'este meu Juízo foi citado F... morador em *tal parte* a requerimento de F... morador em *tal lugar para tal ou tal cousa (dirse-ha o fim para que foi citado)* e por termo nos autos (*ou sendo apregoado em audiencia* confessou ser devedor da quantia de... (*ou possuir tal ou tal cousa*) de que fez termo de confissão livremente, e disse que queria ser condemnado de preceito, o que visto por mim, o condemnei na dita fôrma no principal, juros e custas, e o autor me requereu lhe mandasse dar o seu mandado de preceito, solvendo, e eu assim o mandei ao escrivão, a quem a acção foi distribuida, lhe passasse o dito mandado para o autor tratar de sua cobrança (*ou de haver a cousa demandada*), e é o presente, pelo qual requeiro a todas as Justiças da Republica, que sendo-lhes este meu mandado de preceito apresentado, indo primeiro por mim assignado, o cumprão e guardem e fação inteiramente cumprir e dar sua devida execução assim, e da maneira em que n'elle se contém e é conteúdo e declarado, e em seu cumprimento e em virtude d'elle, correrá a execução seus

termos pela quantia de... principal, juros e custas do escrivão e parte e assignatura, que tudo faz e somma de... Dada n'esta... aos... dias do mez de... anno de... Pagou de feitio d'este *tanto*. E eu F... escrivão que o escrevi (*ou subscrevi*). Rubrica do juiz.

Quando para a execução houver necessidade de carta de sentença, será ella passada pela fórma seguinte:

Carta de sentença para a execução.

Juizo de Direito Commercial de *tal* vara.

Sentença commercial de... passada a requerimento de F... autor

Contra

F... réo.

O Dr. Juiz...

A todos os Senhores Doutores, Dezembargadores, Juizes o mais pessoas de Justiça, etc. Faço saber que n'este meu Juizo e pelo cartorio do escrivão que esta subscreve, propoz F... a acção de... contra F..., cuja acção tendo seguido seus devidos termos, foi afinal por mim julgada por sentença, como tudo ao diante se vê, e dos ditos autos se mostrava ter o seu principio pela autuação do theor seguinte :

(Estas sentenças, como são de primeira instancia, devem conter a autuação inicial, fé de citação, petição ou artigos da acção, não tendo a petição da acção a mesma inicial, a contestação, a réplica e tréplica, a sentença e documentos em que ella se fundar).

(Se a sentença fôr em causa summaria, a carta conterá: autuação, petição inicial, a contestação, a sentença e documentos em que ella se fundar),

Terminando-se pelo seguinte modo:

E nada mais se continha na dita sentença acima transcripta, em cujo cumprimento requeiro ao réo F... para que no termo de 24 horas, que correrão em Juizo, pague ao autor a quantia de... constante da conta (*ou o que fôr*) e bem assim os juros respectivos (*se houverem*), os quaes sendo contados pelo contador d'este Juizo na forma á margem declarada, importara em..., cuja quantias não pagando o réo no dito termo, proceder-se-ha á penhora na fórma da lei, seguindo-se nos ultimos termos da execução até final. O que cumpram. Dada e passada n'esta... aos .. dias do mez de... do anno de... Esta vai por mim assignada e subscripta pelo escrivão do meu Juizo.

Paga de feitio a quantia de... de assignatura... — E eu F... escrivão a subscrevi.

Assignatura do juiz.

Se esta sentença não tiver sido proferida pelo mesmo juiz da execução, este, sendo ella apresentada, dará o seguinte

Despacho.

Distribuida (*se fôr caso de distribuição*), cumpra-se. Data. —
Rubrica.

Note-se que as sentenças podem ser illiquidas, e então a liquidação tem lugar :

Quando a sentença versa sobre fructuos e cousas, que consistem em peso, numero e medida.

Quando a sentença versa sobre interesses, perdas e damnos.

Quando a acção é universal.

Sendo a sentença illiquida, a primeira citação do executado será para ver offerecer á primeira audiencia os artigos de liquidação, e para isso fará o exequente a seguinte

Petição para liquidação de sentença.

III. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo extrahido sentença contra F... sobre *taes objectos*, como alles consistam em peso (*numero ou medida, ou verse a mesma sentença sobre interesses, perdas e damnos*), quer o supplicante mandar citar o supplicado para na primeira audiencia d'este Juizo ver offerecer os artigos de liquidação. O supplicante

P. a V. S. se digne assim o mandar sob pena de lançamento.

E. R. M.

Assigna.

Citado o supplicado e lavrada a competente certidão, o sollicitador do supplicante na primeira audiencia fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... accuso a citação feita a F... para na presente audiencia ver offerecer os artigos de liquidação, da sentença contra elle proferida por este Juizo, e requeiro que debaixo de pregão havida a citação por feita e accusada, os artigos por offerecidos fiquem, assignados 5 dias ao executado para contestal-os.

O Juiz manda apregoar e o escrivão lavra o competente termo de audiencia.

Os artigos podem ser mais ou menos pela fôrma seguinte:

Artigos de liquidação.

Por artigos de liquidação diz F...

Contra F...

Por esta e melhor via de direito o seguinte:

E. S. C.

P. que por este Juizo se proferiu uma sentença *sobre tal ou tal cousa* consistente em peso (*numero ou medida, etc.*), que depende de liquidação; mas

P. que o peso (*numero ou medida*) é de *tanto*, que pelo preço de *tanto* vem a dar na quantia de ... etc. Ainda mais

P... etc

Em taes termos

P. que nos melhores de direito deve julgar-se liquida tal quantia em relação aos preços, etc., etc., para n'ella proseguir a execução.

P. R. e C. de J.

P. P. N. N. e C.

Assigna o advogado.

O escrivão receberá estes artigos, fará a autuação, podendo servir para ella o requerimento de audiencia em que se offerecêrão os artigos, e vindo o executado com a contestação, sera junta aos autos por termo de juntada, e estes conclusos ao juiz, que dará o seguinte

Despacho.

Recebida, ponha-se em prova. Data. – Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação.

Põe-se pois em prova de uma dilação de dez dias pela mesma fôrma por que em muitos outros lugares tenho aconsenhado.

Finda a dilação, lançando-se as partes de mais prova, do que lavrará o escrivão o competente termo de audiencia, terá vista o liquidante por 5 dias para arrazoar.

Vindo com as suas razões n'esse praso, o escrivão as une aos autos por termo de data, e dá vista ao liquidado por outros 5 dias tambem para arrazoar.

Pondo do mesmo modo o termo de data nas razões do liquidado, fará os autos conclusos ao juiz.

O juiz, ou ex-officio, ou a requerimento das partes, deverá proceder ás diligencias necessarias, e então, tornado o objecto da sentença, proferirá elle a seguinte

Sentença de liquidação.

Os artigos de liquidação offerecidos a fl... e contestados a fl... julgo afinal provados em vista de... *dará as razões*) para fazer-se a execução da sentença pela quantia de... Portanto, mando que n'esta conformidade se proceda na execução, pagas as custas pelo liquidado em que o condemno. Data. — Assignatura,

O escrivão põe o termo de publicação, e se as partes não estiverão na audiencia, intimar-lhes-ha esta sentença lavrando a competente certidão.

Passado pois o mandado de penhora, ou de solvendo, ou passada a carta de sentença com o cumpra-se, nos casos em que este é necessario, vai um official do Juizo citar o executado para pagar ou nomear bens á penhora.

Feita a citação, lavra a seguinte

Fé de citação.

Certifico que citei F... em sua propria pessoa para, dentro de 24 horas, que correrão em Juizo, pagar a importancia a que foi condemnado pela presente sentença, ou nomear bens á penhora, do que ficou bem sciente. O referido é verdade, de que dou fé. Data.

O official F...

O executado se quer nomear bens á penhora, irá ao cartorio, e perante o escrivão os nomeará.

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de nomeação de bens.

Aos... dias do mez de... de... n'esta... em meu cartorio compareceu F... reconhecido de mim pelo proprio, e por elle foi dito que vinha nomear bens á penhora na execução que lhe move F..., e passando a fazel-o, nomeou os seguintes (*descrevem-se os bens*). E de como assim o disse fiz este termo, que assigna com as testemunhas abaixo. E eu F... escrivão o escrevi.

Assignatura do nomeado.

Dita das testemunhas.

A nomeação feita pelo executado não vale, salvo convindo o exequente:

1º Se não é feita conforme a gradação estabelecida para a penhora.

2º Se o executado deixa de nomear os bens especialmente hypothecados, ou consignados para o pagamento.

3º Se o executado nomeia bens sitos em outro termo, tendo-os no termo da execução.

4º Se os bens nomeados não são livres e desembargados, havendo, aliás outros bens n'essas circunstancias.

5º Se os bens nomeados são manifestamente insuficientes para o pagamento da divida.

Se a nomeação, porém, foi feita conforme as disposições do art. 508 do Reg. por termo nos autos, consideram-se os bens penhorados e serão depositados, como se vê na penhora.

Se nas 24 horas o executado não pagar ou nomear bens, o escrivão certificará que se passou este praso, e então o exequente fará a seguinte

Petição para mandado de penhora.

Illm. Sr. D. Juiz...

Diz F... que havendo alcançado sentença contra F. pela quantia de... o mandou intimar para pagar ou nomear bens á penhora dentro de 24 horas, e como se passou esse praso sem cumprir o preceito, o que se vê da certidão do respectivo escrivão, quer o supplicante que se lhe passe mandado de penhora com as clausulas da lei. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O juiz deferindo, o escrivão passa o seguinte

Mandado de penhora.

Mandado de penhora passado a favor de F...

contra

F... pela quantia de...

O Dr. F... Juiz...

Mando aos officiaes de justiça d'este juizo que em cumprimento d'este e a requerimento de F... procedam á penhora em tantos bens do executado F... quantos cheguem e bastem para pagamento da quantia de *tanto*, importancia da execução que lhe move o mesmo F..., e feita a penhora, procedam ao competente deposito na fórma da lei. O que cumpram, citado o executado para dentro de 6 dias allegar os embargos que tiver, de tudo lavrando os mesmos officiaes os autos e certidões, que trarão a Juizo. Data. E eu F... escrevão o escrevi. Rubrica do juiz.

Os officiaes, recebendo este mandado, devem fazer a penhora dentro de 5 dias, sob as penas do art. 514 do Reg. Com., e devem tambem logo deposital-os.

Procedendo-se á penhora, far-se-ha ella conforme dispõe o art. 512 do Reg. Com., e terminada, lavrar-se-ha o seguinte

Auto de penhora e deposito.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, em *tal lugar*, onde comigo foi tambem vindo o official de justiça F... abaixo assignado, e sendo ambos ahi, em cumprimento do mandado retro procedemos á penhora nos bens

do executado F..., cujos bens são os seguintes (*descrever-se-ha todos os bens com todos os caracteristicos necessarios para a verificação da identidade*). O que feito, foram os mesmos bens depositados em mão e poder de F... *ou no deposito publico, ou no geral, segundo forem os bens*) depositario particular, que se obrigou ás penas de bom e fiel depositario. E para constar faço este auto, que assigna com o official companheiro e comigo official que o escrevi.

Assignatura dos officiaes.

Dita do depositario.

Se, quando os officiaes forem proceder á penhora, encontrarem as portas da casa fechadas, não procederão ao abrimento sem expresso mandado do juiz.

Para conseguil-o, proceder-se-ha da seguinte maneira:

Os officiaes lavrarão a seguinte

Certidão de estarem as portas fechadas.

Certificamos que indo a *tal lugar* afim de cumprir o mandado de penhora retro, encontrámos as portas da casa sita em... n... fechadas, pelo que não demos execução ao mesmo mandado. O referido é verdade, de que damos fé. Data.

Assignatura dos dois officiaes.

Com esta certidão o exequente fará a seguinte

Petição para serem arrombadas as portas.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo alcançado mandado de penhora contra F... pela quantia de... indo os officiaes d'este Juizo dar execução ao mesmo mandado, o não podéram fazer por acharem fechadas as portas da casa do executado, e como as mesmas não podem ser abertas sem ordem exnressa de V. S., por isso o supplicante

P. a V. S. se digne mandar passar mandado autorisando tal abrimento.

E. R. M.

Assigna.

O juiz mandará abrir as portas, e para isso o escrivão passará o seguinte

Mandado para serem abertas as portas.

O Dr. F... Juiz...

Mando aos officiaes de justiça de minha jurisdição, que em cumprimento d'este por mim assignado, vão á rua de... casa n... pertencente a F... afim de procederem á penhora em seus bens quantos bastem para pagamento da quantia de... em que foi condemnado por sentença d'este Juizo, passada a favor de F..., e sendo ahi, encontrando as portas fechadas, procedam a seu abrimento judicial, ou ao seu arrombamento em presença de duas testemunhas: o que feito, procedam então á penhora referida, fazendo de tudo menção no respectivo auto, que deverá ser assignado pelas testemunhas presenciaes. O que cumpram. E eu F... escrivão o escrevi.

Com este mandado os officiaes, chamando duas testemunhas, abrirão ou arrombarão as portas, gavetas, armarios, ou moveis, onde se presuma estarem os objectos penhoraveis; lavrando o auto pela maneira seguinte:

Auto de penhora em que se dá arrombamento.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... em *tal lugar*, casa n... e sendo ahi, procedemos ao abrimto ou arrombamento das portas (*gavetas, moveis, etc.*), onde presumiamos poder achar objectos penhoraveis, tudo em presença das testemunhas abaixo assignadas, e abertas (*ou arrombadas*) *taes e taes gavetas*, encontrámos os objectos seguintes (*descrevem-se*) e n'elles fizemos a penhora, depositando-os, etc. E para constar lavrei eu este auto, que assigno com o official companheiro e as testemunhas abaixo.

Assignatura dos dois officiaes.

Dita das duas testemunhas.

No caso de haver resistencia lavrar-se-ha o seguinte

Auto de resistencia.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... em *tal lugar*, indo nós officiaes de justiça abaixo assignados proceder á diligencia que nos era ordenada pelo mandado retro, sendo ahi, não pudemos cumprir o mesmo mandado por a elle se oppor o exequente F... (*ou F... e F... por taes ou*

taes meios). Do que para constar lavrei eu este auto, que assigno com o official companheiro.

Assignaturas.

No caso de ser a resistencia de receiar se, o Juiz tomando juramento ao exequente ou procedendo a inquirição verbal e em segredo, requisitará á autoridade competente a força necessaria para auxiliar os officiaes de justiça na penhora e prisão do resistente, que com o auto respectivo será remettido á autoridade competente.

Se a penhora fôr validamente feita, sómente se procederá a segunda, se o producto dos bens primeiramente penhorados não chegar para o pagamento, ou se o exequente desistir da 1.^a penhora.

Para haver esta desistencia, o exequente fará a seguinte

Petição para desistencia da 1.^a penhora.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo feito penhora em bens de F... para pagamento da quantia de... em que foi condemnado por sentença d'este Juizo, aconteceu serem os bens penhorados litigiosos (*ou estarem embargados, ou obrigados a outrem*). N'estes termos, quer o suplicante desistir d'esta mesma penhora, para proceder a segunda, conforme lhe faculta o art. 519 do Reg. Com.; portanto

P. a V. S. se digne mandar-lhe tomar por termo sua desistencia sem prejuizo de seu direito.

E. R. M.

Assigna.

Se o juiz se convence da realidade do allegado, dá o seguinte

Despacho.

Como requer: tome-se-lhe o termo, e passe-se mandado para segunda penhora com as clausulas legaes. Data. — Rubrica.

O escrivão lavrará o seguinte

Termo de desistencia.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta... em meu cartorio comparece F... e disse que desistia da penhora feita em bens de F... para pagamento da quantia de... em que o dito F,.. fóra condemnado, visto taes bens serem litigiosos (*ou estarem embargados ou obrigados a outros*) afim de poder proceder a segunda penhora. E de como assim o disse assignou. E eu F... escrivão o escrevi.

Assignatura do desistente.

Passar-se-ha novo mandado para segunda penhora.

Se o executado esconde os bens para não serem penhorados, ou deixa de possuil-os por dolo, será preso até que os entregue ou o seu equivalente, ou até um anno, se antes não entregar.

Para alcançar-se este maneado de prisão, o exequente fará petição ao juiz, que procedendo a inquirição verbal e em segredo, mandará passar o mandado.

Póde fazer-se a penhora em qualquer lugar em que se achem os bens do executado, ainda que seja dentro das Repartições Publicas, precedendo precatoria e rogatoria ao chefe respectivo, e guardadas as formalidades, que o Governo pelo Ministerio da Fazenda houver de prescrever.

A fórma d'essas precatorias será a seguinte:

Precatoria a um Chefe de Repartição.

Precatorio de... passado a favor de F...

Ao Sr. F... (Chefe de *tal* Repartição)

O Dr. F... Juiz. Faço saber que por parte de F... me foi feita uma petição mostrando como pela execução que por este Juizo fazia a F... em virtude da sentença que por elle alcançou da quantia de... queria fazer penhora na quantia de... que n'essa repartição existe, pertencente ao dito F... como deverá constar dos assentamentos respectivos, a qual quantia V... deverá consentir que seja penhorada, tomando-se de tudo as respectivas notas para constar. O que assim cumprido fará serviço á Justiça e a mim mercê. Data. E eu F... escrivão o escrevi e assignei.

Assignatura do Juiz.

Dita do Escrivão.

Para que se faça penhora em dinheiro do executado existente em mão de terceiro, é preciso que este o confesse no acto da penhora, e, se confessar, assignando o auto respectivo, será havido como depositario, a cuja pena e responsabilidade fica sujeito, se dentro de 3 dias, que lhe serão assignados, os não entregar ou depositar.

Feita a penhora, um dos officiaes cita o executado para dentro de 6 dias vir com embargos, do que passara a seguinte

Certidão.

Certifico que citei o executado F... em sua propria pessoa para dentro de 6 dias allegar os embargos que tiver á penhora, cujo auto lhe li, e do que ficou bem sciente. O referido é verdade, de que dou fé. Data.

Assignatura do official.

Na primeira audiencia o procurador do exequente fará o seguinte¹⁴¹

¹⁴¹ Póde acontecer que o executado esteja ausente e então será citado por edital da seguinte fôrma :

O Dr. João Glimaco Lobato, juiz de direito e da 4ª pretoria do Districto Federal. Faço saber aos que este edital com o prazo de 30 dias virem, que por A., na execução que por este juizo move a J., me foi apresentada a petição do teor seguinte: Illm. Sr. Dr. Pretor do 4º Districto d'esta Capital. Diz A. que tendo obtido a carta de sentença junta contra J. para cobrança da quantia de 4:298\$590 e não podendo ser intimado para o ingresso da execução por achar-se ausente em parte incerta, como já foi justificado perante V. S., requer que seja intimado por edilal com o prazo que V. S. designar, para dentro de 24 horas, depois de terminado o prazo, pagar a quantia devida, juros e custas accrescidas, ou dar bens á penhora quantos bastem para o pagamento da divida, sob pena, de não o fazendo, proceder-se á penhora por officiaes d'este juizo. O edital, além de affixado, será publicado pela imprensa diaria d'esta Capital, sendo tambem intimado o Dr. curador á lide V. por V. S. nomeado na acção. N'estes termos P. a V. S. deferimento — E. R. M. — Estavão inutilisadas duas estampilhas do valor total de 220 rs. da fôrma seguinte : Rio de Janeiro, 27 de Setembro de 1895. — O advogado, *Carlos A. de Oliveira Figueiredo*. N'ella proferio o seguinte despacho : Como requer, com o prazo da lei.

Requerimento verbal.

Por parte de F... accuso a penhora feita a F... e requeiro que debaixo de pregão seja a mesma havida por feita e accusada, e fiquem assignados 6 dias ao executado para vir com os embargos que tiver.

O Juiz manda apregoar, e o escrivão lavra o termo de audiencia, como por muitas vezes tenho exemplificado.

Se no fim dos 6 dias o executado não offerece embargos, o procurador do exequente em audiencia fará o seguinte

Requerimento verbal.

Por parte de F... lanço a F... dos 6 dias que lhe foram assignados para vir com os embargos que tivesse á penhora que lhe foi feita, e requeiro que debaixo de pregão havido o lançamento por feito, siga a execução seus termos.

O Juiz manda apregoar, e o escrivão lavra o competente termo de audiencia.

Pretoria do 4º districto, 27 de Setembro de 1895. — *Lobato*. Em virtude do mesmo mandei passar o presente edital pelo qual fica citado o dito J., ausente em parte incerta, para que dentro do prazo de 30 dias que lhe serão assignados na audiencia d'este juizo, vir pagar ao supplicante a quantia de 4 :298 \$ 590, juros da móra e custas accrescidas, ou dar bens sufficientes á penhora sob pena de, não o fazendo, ser a mesma realizada por efficiaes d'este juizo e proseguir-se á sua revelia nos mais termos da execução. E para que chegue ao seu conhecimento será esto edital passado em duplicata que vai publicado pela imprensa e affixado no lugar mais publico do costume d'este juizo, e passando o official a competente certidão. Dado e passado n'esta cidade do Rio de Janeiro, Capital dos Estados Unidos do Brazil, ao primeiro de Outubro de mil oitocentos e noventa e cinco. Eu, José Lopes de Oliveira Araujo, escrivão interino o subscrevi. — *João Climaco Lobato*.

Embargos.¹⁴²

Se nos 6 dias o executado vier com embargos, estes serão sómente admissíveis com suspensão da execução e propostos conjunctamente se forem :

1º De nullidade do processo e sentença com prova incontinente; 2º de nullidade e excesso de execução até a penhora; 3º de moratoria; 4º de concordata; 5º de compensação; 6º de declaração de quebra; 7º de pagamento, novação, transacção e prescrição supervenientes depois da sentença, ou não allegados e decididos na causa principal; 8º infringentes do julgado com prova incontinente do prejuizo, sendo oppostos : 1º pelo menor e pessoas semelhantes a que compete restituição; 2º pelo revel; 3º pelo executado offerecendo documentos obtidos depois da sentença.

Os embargos admissíveis na execução das acções reaes são os de que trata o art. 579 do Reg. Com.

O executado formulará, portanto, dentro dos 6 dias os seus embargos por meio de artigos, e sendo elles juntos aos autos por termo de data, serão os mesmos autos conclusos ao juiz.

Este, vendo que a materia não é procedente, dará o seguinte

Despacho.

Rejeito os embargos de fl...; siga a execução seus termos, e pague as custas o embargante. Data. — Assignatura.

¹⁴² Vide Regul. 737 de 1850, arts. 575 e segs.

O escrivão põe o termo de data.

Se porém a materia fôr de discussão, o juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebo os embargos, e assigne-se á parte o termo de 5 dias para a sua contestação. Data. — Rubrica.

Tem o termo de publicação.

Este termo será assignado em audiencia pelo procurador do embargante, e o escrivão lavrará o competente termo.

Não vindo o embargado com a contestação, será lançado a requerimento do embargante, lavrando o escrivão o termo de audiencia, e seguindo a execução seus termos.

Vindo, porém, com a contestação, o escrivão a juntará aos autos por termo de data e fará os mesmos autos conclusos.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebida, em prova. Data. — Rubrica.

Põe-se o termo de publicação e assigna-se uma dilação de 10 dias, como por muitas vezes tenho

indicado; depois do que cada uma das partes arrazôa dentro de 5 dias, e o juiz julga afinal.

Embargos de 3º.¹⁴³

Note-se que, feita a penhora, e achando-se a causa nos termos designados no art. 575 do Reg. Com., se alguém tiver titulo habil, legitimo, e tendo posse natural ou civil com efeitos de natural sobre os bens penhorados, poderá vir com embargos de 3º, fazendo para isto a seguinte

Petição para embargos de 3º.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que tendo-se feito uma penhora em *taes e taes bens* por acção que contra F... move F..., acontece serem esses mesmos bens de exclusiva propriedade do supplicante, e sobre os quaes tinha posse natural (*ou civil com effeito de natural*), e porque o supplicante não queira deixar sobre elles correr a execução, por isso

P. a V. S. que, mandando juntar sua procuração aos autos, lhe conceda vista para allegar e provar os seus embargos dentro de 3 dias, marcando-se logo o dia e hora para prova, com citação do embargado.

E. R. M.

Assigna.

¹⁴³ Regul. 737 de 1850, arts. 596 e segs.

Unida a procuração aos autos por termo de juntada, se dará vista para os embargos de 3^a, que serão por articulados, devendo ser provados dentro de 3 dias por documentos ou testemunhas, sendo n'este segundo caso o embargado citado para as ver jurar.

Findos os 3 dias, vão os autos conclusos com os embargos e a prova, e o juiz dará o seguinte

Despacho.

Recebidos, conteste a parte dentro de 5 dias. Data. — Rubrica.

O escrivão põe o termo de publicação.

Vindo a contestação, põe-se em prova de uma dilação de 10 dias, arrazoando cada uma dentro de 5 dias.

Sendo os embargos recebidos, mandará o juiz passar mandado de manutenção a favor do terceiro embargante.

Para isto prestará elle fiança por termo nos autos.

O mandado de manutenção será do teor seguinte:

Mandado de manutenção em favor do terceiro embargante.

O Dr. F... Juiz.

Faço saber a todas as autoridades judiciais a quem fôr este mandado de manutenção apresentado, sendo por mim assignado, que

attendendo a ter por este meu juizo provado F... serem *taes e taes bens* de sua exclusiva propriedade, e ter sobre elles posse natural (*ou civil com força de natural*) e bem assim por haver prestado fiança, o hei por nianutenido na posse dos mesmos bens, para que n'ella não seja perturbado. Data. E eu F... escrevão o escrevi.

Rubrica do juiz.

Se os embargos de 3º não forem oppostos a todos os bens e sómente a alguns d'elles, correrão em separado, proseguindo a execução sómente quanto aos bens embargados.

Das preferencias.¹⁴⁴

Em qualquer termo da execução até a entrega do preço da arrematação e assignatura da carta de adjudicação podem os credores fazer o protesto de preferencia, e requerer que o preço não seja levantado, ou se não passe carta de adjudicação sem que primeiro se dispute a preferencia.

Para ser o credor admittido a concurso é essencial que se apresente no Juizo da preferencia munido de algum dos titulos de divida, aos quaes compete assignação de 10 dias ou sentença obtida contra o excutado sem dependencia de penhora.

Para fazer-se o protesto, far-se-ha a seguinte

¹⁴⁴ Vide Regul. 737 de 1850, arts. 605 e segs.

Petição para protesto de preferencia.

Illm. Sr. D. Juiz...

Diz F... que por execução que move F... contra F... forão-lhe penhorados *taes e taes bens*, e como o supplicante tenha direito a preferir no preço da arrematação dos ditos, *por taes ou taes titulos*, vem protestar pela preferencia e requer a V. S. se digne mandar tomar o seu protesto por termo, sendo d'elle intimado o exequente, e não se levantando o preço da arrematação, nem se passando carta de adjudicação sem que seja decidida a preferencia.

E. R. M.

Assigna.

O juiz defere, e o escrivão lavra o seguinte

Termo de protesto por preferencia.

Aos... dias do mez de... de... n'esta...em meu cartorio compareceu F... reconhecido de mim e das testemunhas abaixo assignadas, e por elle foi dito que protestava por preferencia no preço da arrematação de *taes e taes bens*, penhorados a F... em execução que a este move F..., tudo na fórmula de sua petição retro, que offerece como parte d'este. E de como assim o disse assignou com as testemunhas abaixo. E eu F... escrivão o escrevi.

Assignatura do protestante.

Dita das testemunhas.

O protesto é intimado ao exequente, do que o escrivão passará certidão.

Continúa a execução seus termos.

Feita a penhora e o deposito, havendo embargos, ou sem elles, havendo o protesto de preferencia ou sem elle, trata-se de avaliar os bens penhorados.

Avaliação.¹⁴⁵

Se no lugar da execução não houverem avaliadores nomeados pelo Tribunal do Commercio por falta, impedimento ou suspeição, a louvação será a aprazimento das partes, seguindo-se n'isto o que indiquei nos arbitramentos, exames, vistorias, etc.

Se houver porém avaliadores nomeados, o exequente fará a seguinte

Petição para nomear-se avaliadores

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que na execução que move contra F... sendo os termos proceder—se á avaliação dos bens penhorados *taes e taes*, requer a V. S. se digne designar os avaliadores que devem fazer a dita avaliação, passando-se para isso o competente mandado de autorização. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

¹⁴⁵ Regul. 737 de 1850, arts. 532 a 537.

Assigna.

O juiz dará o seguinte

Despacho.

Como requer, e nomeio F... e F..., para o que se passe mandato. Data. — Rubrica.

O escrivão por termo de data, unindo esta petição aos autos, lavrará o seguinte

Mandado para avaliar bens penhorados.

O Dr. F... Juiz...

Mando aos avaliadores commerciaes F... e F... que procedão á avaliação dos bens penhorados a F... por execução que lhe move F..., o que feito, a tragam a Juizo. O que cumpram. Data. E eu F... escrivão o escrevi. — Rubrica do juiz.

Os avaliadores procederão á avaliação escripta pela seguinte

Certidão.

Nós abaixo assignados, avaliadores commerciaes juramentados. Certificamos que em virtude do mandado junto fomos a *tal lugar* onde se achavam depositados os bens penhorados a F... por execução que lhe move F... afim de procedermos á avaliação dos mesmos bens, e fazendo saber ao depositario o motivo que ahi nos levava, por elle nos foram esses bens apresentados, os quaes avaliámos pela fórma

seguinte (*segue-se a avaliação*). E d'esta fórma demos por concluida a avaliação dos bens que nos forão apresentados. E para constar um de nós escreveu a presente por ambos assignada. Data.

Assignatura dos 2 avaliadores.

Trazida a avaliação a Juizo, junta-se aos autos por termo de juntada, e passa o escrivão o seguinte

*Edital de praça.*¹⁴⁶

¹⁴⁶ Vide Regul. 737 de 1850, arts. 538 a 537. Damos em seguida a norma de editaes de praça na Capital Federal:

O Dr. José Mauricio de Torres Temporal, juiz da 14^a Pretoria, etc. Faz saber aos que o presente edital de uma só praça, com o prazo de 20 dias e dispensa de pregões virem, que no dia 2 de Outubro proximo futuro, ás 12 horas do dia, o porteiro d'este auditorio ha de trazer a publico pregão de venda e arrematação a quem mais der e maior lance offerecer, depois da audiencia d'esle juizo, e á porta da casa onde funciona esta Pretoria, no lugar á rua de... n..., os bens pertencentes a P., e penhorados por J., para pagamento de divida, os quaes são os seguintes : um terrenito á rua... na estação da Piedade, freguezia do Inhaúma, com. 4^m,63 de largura na frente e igual largura nos fundos e 56 metros e 28 centímetros de extensão, avaliado por 350 \$; tres casinhas de pessima construcção edificadas no mesmo terreno, com madeira de capoeira e paredes de páo a pique, cobertas de telha e uma de telha e zinco, e que se acham avaliadas, por 60 \$ ambas. E quem os ditos bens pretender arrematar deverá comparecer no dia, hora e lugar acima indicados. E para constar e chegar á noticia de todos, mandei passar o presente e mais dous de igual teor, que serão publicados na imprensa e afixados na fórma da lei. Dado e passado na 14^a Pretoria do Dislricito Federal, em 9 de Setembro de 1895. Eu, Lino Alves da Fonseca, escrivão, que o escrevi. — *José Mauricio de Torres Temporal*.

EDITAL DE PRAÇA COM O PRAZO DE 20 DIAS

para a venda e arrematação da 1^a parte do predio da rua da Constituição n. 38, penhorado em execução movida por D. contra J. praça esta que se deve realizar no dia 11 de Setembro proximo futuro, ás 10 ½ horas da manhã, á rua da Constituição n. 47.

O Dr. Manoel Barreto Dantas, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal. Faço saber aos que o presente edital de praça com o prazo de 20 dias virem em como no dia 11 de Setembro proximo futuro ás 10 ½ horas da manhã, á rua da Constituição n. 47, o porteiro dos auditorios trará a publico pregão de venda e arrematação a 7^a parte do prédio á rua da Constituição n. ..., penhorados em autos de execução que contra J., move D. para pagamento de quantia de 10:669 \$, além dos juros da mora o custas, a que o mesmo J. foi condemnado por sentença d'esta Camara Commercial. A 7^a parte do prédio penhorado acha-se avaliada na avaliação de teor seguinte : — Avaliação — Os abaixo assignados, avaliadores nomeados pelo Exm. Sr. Dr. juiz de direito da Camara Commercial, Manoel Barreto Dantas, para avaliarem a 7^a parte do predio da rua da Constituição n. ..., penhorado em autos da execução que move a J., cumprindo o respeitavel mandado, procedêram pela fórma seguinte : -Um predio de sobrado á rua, tendo de frente 8^m,10 e de fundo 43^m,35, sua formação pedra, cal e tijolos, com duas portas e um portão na frente do pavimento terreo com portadas

O Dr. F... Juiz...

Faço saber aos que o presente edital de praça virem, que o porteiro dos auditorios d'este Juizo hade trazer a publico pregão de venda e arrematação a quem mais der e maior lanço offerecer, em o dia *tantos do tal mez*, ás *tantas* horas e em *tal lugar (o das audiencias)*, os bens abaixo declarados penhorados a F... para pagamento da execução que lhe move F... pela quantia de... cujos bens são os seguintes (*relatam-se os bens e suas confrontações, sendo de raiz*). E quem nos mesmos quizer lançar compareça n'este Juizo em o dia acima declarado. E para constar se passou o presente e mais *tantos*, que o porteiro dos auditorios publicará e affixará nos lugares do estylo, lavrando a competente certidão. Dado e passado n'esta... aos *tantos*, etc. E. eu F... escrevão o escrevi.

Assignatura do Juiz.

Estes editaes são affixados na Praça de Commercio, casa das audiencias, e publicados nos jornaes nos dias da affixação e arrematação.

de cantaria, 3 janellas de peitoril no sobrado, dividido o pavimento terreo em 2 armazens, sala e cosinha, o sobrado em 11 quartos, sala, gabinete e saleta, sendo 6 quartos com divisões de madeira, todo assoalhado e forrado. Este predio está edificado em um terreno que tem de frente 8^m,10 e de fundo 52^m,35, largura no fundo 26 m., tomando os terrenos dos fundos dos predios ns. 36 e 40, todo fechado com muro de pedra, cal e tijolos. Tem mais n'este terreno uma meia agua com 9^m,80 por 4^m,05 de largura, sua formação sobre esteios e paredes de madeira, aberto em um commodo; damos o valor ao predio e terreno a quantia de 50:000 \$; a setima parte, 8:000 \$. Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1896. *Antonio Joaquim da Silva Fontes, Jacintho de Azevedo Doria*. Estava sellado. E quem os mesmos bens quizer arrematar deverá comparecer no dia 11 de Setembro proximo futuro, ás 10 ½ horas da manhã, á rua da Constituição n. 47, onde pelo porteiro dos auditorios será a 7^a parte do predio n. ... da rua ... trazida a publico pregão de venda e arrematação a quem mais der e maior lanço offerecer sobre a avaliação de 8:000 \$. E para constar se passou o presente edital e mais dous de igual theor para serem publicados pela imprensa e affixados no lugar do costume pelo porteiro dos auditorios que de assim o haver cumprido, lavrará a competente certidão para se juntar aos autos com o traslado d'este. Dado e passado n'esta Capital Federal, aos 22 de Agosto de 1896. Eu, Joaquim da Costa Leite, o subscrevi. – *Manoel Barretto Dantas*.

O porteiro affixando os editaes deve lavrar a seguinte

Certidão de affixação de editaes.

F... porteiro dos auditorios d'esta... Certifico que publiquei e affixei em *taes e taes lugares* o edital de... com praso de *tantos* dias, mandado passar pelo Illm. Sr. Dr. Juiz.. para venda e arrematação dos bens penhorados a F... em execução que lhe move F... E para constar passo presente e dou fé. Data

Assignatura do porteiro.

Note-se que no Juizo Commercial não ha pregões.

Entre a affixação dos editaes e a arrematação devem mediar dez dias, se os bens forem moveis, e 20, se forem de raiz.

Este praso póde ser menor se convier ao executado, e partes interessadas e havendo especial outorga da mulher em bens de raiz.

Arrematação.¹⁴⁷

No dia da arrematação, repetidos os editaes, presentes o juiz, escrivão e porteiro, se fará a arrematação dos bens, que devem estar expostos, ou de suas amostras, e a arrematação será feita a quem maior lanço offerecer, uma vez que cubra o preço da aviliação com dinheiro á vista, ou com fiança por 3 dias, e não

¹⁴⁷ Regul. 737 de 1850, arts. 548 a 559.

havendo quem cubra o preço da avaliação e só o da adjudicação, a arrematação se fará por esse preço.

Feita a arrematação, o escrivão lavrará o seguinte

Auto de arrematação.

Arrematação do objecto tal.

Avaliação. . . . \$

Lanço. \$

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de...
aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta... em praça publica que *em tal lugar* fazia o Dr. F... Juiz... e onde eu escrivão de seu cargo fui vindo, ahi pelo mesmo Juiz foi ordenado ao porteiro dos auditorios que mettesse a pregão *tal objecto* avaliado por *tanto* e penhorado por F... : o que cumprindo o dito porteiro, depois de fazer os pregões do estylo, deu sua fé, que o maior lanço era de *tanto* offerecido por F... E não havendo quem maior lanço desse, mandou o Juiz entregar o ramo ao arrematante F... como signal de sua arrematação : o que o porteiro fez com as formalidades do estylo. E para constar mandou o Juiz lavrar este termo, que assigna comigo, arrematante e porteiro. E eu F... escrivão o escrevi.

Seguem-se as assignaturas.

Sobre os incidentes da arrematação vejam-se os artigos 542, 343 e 544 do Reg. Com.

Para pagar os direitos da arrematação o escrivão dará uma guia pela maneira seguinte :

Juizo... .

F... vai pagar o imposto de *tal objecto* arrematado por elle em praça d'este Juizo por *tanto*, e penhorado por execução movida por F... contra F... Data.

O escrivão F..

Pago o imposto, despesas do deposito, cobrados os conhecimentos, depositará o arrematante o liquido da arrematação. Isto feito, o escrivão lhe dará a seguinte

Carta do arrematação.

Carta de arrematação passada a favor de F...
extrahida dos autos de execução de F... contra F...

Para titulo e conservação de seu direito.

O Dr. F... Juiz do Commercio de...

A todos os Senhores Doutores, Dezembargadores, Juizes a mais pessoas de Justiça. Etc. Faço saber que por este Juizo, e cartorio do escrivão F... se promovêram os termos de uma execução commercial, em que é exequente F... e executado F..., na qual se penhoráram *taes e taes bens*, depois do que procedendo-se á avaliação dos mesmos em praça de *tantos*, foram pelo supplicante arrematados. Como assim o fez e me pedisse para titulo e conservação de seu direito lhe mandasse passar a sua carta de arrematação, assim o fiz e é a presente, tendo o seu principio pela autuação seguinte (*transcrevem-se todas as peças apontadas no Decreto de 3 de Março de 1855, concluindo-se* : Nada mais se continha a respeito, além do que acima vai transcripto, e para que o supplicante possa empossar-se nos referidos bens arrematados, lhe mandei passar esta, que vai por mim assignada. E portanto cumpram e façam cumprir como n'ella se contém e declara. Dada, e passada n'esta...

aos... dias do mez de...do anno de...Pagou de feitio d'esta a quantia de...
E eu F... escrevão a subscrevi.

Assignatura do Juiz.

Como depois do acto de arrematação é que tem
lugar o concurso de preferencia, o credor que a quizer
promover fará a seguinte¹⁴⁸

Petição para concurso de preferencia.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que havendo protestado preferencia (*ou julgando-se com direito a concurso de preferencia*) sobre o preço da arrematação *de taes e taes bens* penhorados a F... em execução movida por F..., quer o supplicante fazer citar ao dito F... e a F..., credores conhecidos do executado F..., para na primeira audiencia d'este Juizo verem offerecer os respectivos artigos, e seguir os demais termos, sob pena de perderem qualquer prolação a que tenham direito. O supplicante

P. a V. S. se digne mandar fazer as respectivas intimações com a pena comminada.

E. R. M.

Assigna.

Feitas as citações, são accusadas em audiencia, e logo offerece os artigos o credor que promove o concurso, assignando aos demais credores o termo de 5 dias a cada um para successivamente formularem tambem os seus artigos.

¹⁴⁸ Sobre preferencias. *Vide* Regul. 737 de 1850, art. 605 e segs.

De tudo isto o escrivão estenderá nos autos o termo de audiencia.

A fórmula dos artigos de preferencia será a seguinte :

Artigos de preferencia.

Por artigos de preferencia diz F...

Contra

F... por esta e melhor fórma de direito o seguinte:

E. S. C.

P. que o titulo em que se baseia o direito do preferente é *de tal ou tal natureza*, que incontestavelmente o colloca em primeiro lugar no presente concurso. Tanto mais que...

P... etc. (*Toda a materia que justifique a preferencia*).

Outrosim

P... etc. E em taes termos

P que nos melhores de direito deve o preferente ser graduado em primeiro lugar no presente, concurso, afim de receber toda a quantia devida de seu titulo, etc., por ser tudo

F. P.

P. R. e C. de J.

P. P. N. N. e C.

Assigna o advogado.

Estes artigos são unidos aos autos por termo de data, e successivamente vão tendo vista, como já fica dito, os demais credores, para em 5 dias virem, com seus artigos.

Offerecidos todos os artigos, se assignará a cada um dos credores o termo de 5 dias para contestarem na mesma ordem em que articulâram.

Concluida a contestação, põe-se a causa em prova de uma dilação de 20 dias, e finda a dilação, e arrazoando os credores successivamente cada um no termo de 5 dias, serão conclusos os autos, e o juiz julgará a preferencia a quem competir, ou mandará que se proceda a rateio no caso de não haverem credores privilegiados ou hypothecarios.

Da sentença de preferencia haverá appellação com efeito devolutivo sómente.¹⁴⁹

¹⁴⁹ Damos em seguida dois editaes chamando credores incertos para discutirem preferencias, um na pretoria, outro na Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal :

EDITAL DE CITAÇÃO DE CREDITORES INCERTOS NA FORMA ABAIXO

O Dr. José Ferrão de Gusmão Lima, juiz da 8ª pretoria do Districto Federal, etc. : Faz saber aos que o presente edital virem, ou d'elle noticias tiverem, que tendo J. na execução que move contra S. et F. penhorado a quantia de dous contos e sessenta e tres mil oitocentos e setenta e cinco reis (2:063\$875), em moeda corrente, para pagamento do principal, juros e custas da referida execução, cuja quantia fôra depositada pelos executados nos cofres do Deposito Publico, conforme se vê do talão sobe numero 444, que se acha junto aos referidos autos de execução, e como tenha o exequente requerido a expedição e affixação de editaes convocando credores incertos para disputar preferencias, visto ter a penhora recahido sobre a quantia alludida, em virtude do que cito e chamo aos referidos credores incertos para dentro do prazo de 10 dias comparecerem n'este juizo para o fim acima mencionado, sob pena de lançamento de se passar mandado de levantamento em favor do exequente na fórmula do art. 547 do Regulamento n. 737 de 1850. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei passar o presente edital que será publicado pela imprensa, e outro de igual teor que será affixado no lugar publico do costume. Dado e passado n'esta Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil aos 17 de Agosto de 1896. Eu Maria de Souza Coravana, escrevente juramentado o escrevi : E eu, Maximiano José Gomes de Paiva, escrevão o subscrevi. — *José Ferrão de Gusmão Lima*.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRASO DE 10 DIAS

Na ocasião de irem á praça os bens penhorados,
se o proprio credor exequente quizer lançar n'elles,
pedirá licença ao juiz pela seguinte

Petição para o exequente lançar nos bens penhorados.

Illm. Sr. Dr. Juiz de Direito do Commercio...

Diz F... que querendo lançar nos bens *taes e taes* que foram
penhorados a F... em execução movida pelo supplicante ao mesmo F...

P. a V. S. lhe conceda licença para fazel-o logo que
forem á praça.

E. R. M.

Assigna.

Aos credores incertos de G. e A. para virem com suas preferencias na execução que aos
mesmos move M. na fôrma abaixo :

O Dr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Juiz da Camara Commercial do
Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc. : Faz saber aos que o presente edital de
citação, com o prazo de 10 dias virem, que por este juizo e cartorio do escrivão que este
subscrive, processasse os autos de execução entre partes, exequente M. e executados
G. successores da firma M. e C, e por parte do exequente foi-ihe dirigida a petição do
teor seguinte : Illm. e Exm. Sr. Dr. Montenegro. Diz M., na execução que move a G. e A.,
como successores de M. e C., que tendo sido rejeitados os embargos de terceiros, com
que estes vieram á penhora feita em dinheiro, são os termos ordenar V. Ex. que se
passem editaes com o prazo legal para chamamento de credores incertos, afim de poder
o supplicante haver o que lhe pertence. E. P. deferimento. Rio, 21 de Agosto de 1896. —
José de Oliveira Coelho (Estavam colladas duas estampilhas no valor do 220 rs.
inutilisadas). Despacho. — Sim, em termos. Rio, 21 de Agosto de 1896. — *Montenegro*. E
em cumprimento d'este despacho se passou o presente pelo teor do qual são citados e
chamados a este Juizo os credores incertos dos executados G. A., suecessores de M. e C,
para no prazo de 10 dias que lhes serão assignados em audiencia d'este Juizo, que
continuam a ter lugar ás terças e sextas feiras, ás 11 ½ horas, no edificio da rua da
Constituição, n. 47, depois da publicação d'este, virem protestar preferencias á quantia
de 15:678\$383, constante do conhecimento da Recebedoria da Capital Federal, n. 79, de
3 de Fevereiro de 1896, ás fls. 20 do livro 63 de entrada e sahida, junto aos autos, sob
pena de lançamento e de ser ella levantada pelo supplicante M., na fôrma requerida.
Para constar mandou passar o presente e mais dous de igual teor que serão publicados e
affixados na fôrma da lei. Dado e passado n'esta Capital Federal, aos 21 de Agosto de
1896. E eu, Francisco de Borja de Almeida Côrte Real, escrivão, o subscrevi. — *Caetano
P. de Miranda Montenegro*.

O juiz defere, e este requerimento é junto aos autos por termo de juntada.

Se não houver lançador que cubra o preço da avaliação, serão os bens adjudicados ao credor.

Para isso fará elle a seguinte

Petição para adjudicação.

Illm. Sr. Dr. Juiz...

Diz F... que não havendo lançador aos bens de F... que foram á praça no dia *tantos* em virtude da execução pelo supplicante movida contra elle, quer o mesmo supplicante que esses bens lhe sejam adjudicados, e para isso requer a V. S. se digne mandar citar o supplicado (*e sua mulher, sendo casado, e se versar a quantia sobre bens de raiz*) para no praso de... dar lançador aos ditos bens, sob pena de se fazer a adjudicação. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz defere.

Fazem-se as citações, accusam-se em audiência.

Se no prazo o executado não dá lançador, é lançado e sobem os autos á conclusão.

O Juiz dará a seguinte

Sentença.

Não havendo lançador que cobrisse o preço da avaliação, nem da adjudicação dos bens avaliados por *tanto*, e não tendo dado o executado o lançador no termo que lhe foi assignado, adjudico os bens ao exequente F... com o abatimento da lei (*ou sem abatimento, se der algum dos casos do art. 562 do Reg.*) Passe carta de adjudicação, pagos os devidos direitos, e pague o executado as custas em que o condemno. Data. — Assignatura.

Tem o termo de publicação, e intimadas as partes, pagos os direitos, passa-se a carta de adjudicação.

Carta de adjudicação.¹⁵⁰

Esta carta é passada exactamente como a de arrematação, com a differença de em vez de dizer-se arrematação — dir-se-ha — adjudicação —, em vez de arrematados — dir-se-ha — adjudicados —.

Note-se, que o executado, sua mulher, descendentes ou ascendentes podem remir ou dar lançador a algum, ou a todos os bens penhorados até á assignatura do auto de arrematação ou publicação da sentença de adjudicação.

Para isso far-se-ha a seguinte

Petição para remir

Illm. Sr. Dr. Juiz...

¹⁵⁰ Regul.737 de 1850, arts. 560 a 560.

Diz F... que na execução que por este Juizo lhe move F.. lhe foram penhorados *taes ou taes bens*, e querendo o supplicante remir os ditos bens (*ou taes e taes*) afim de não serem arrematados, por isso vem requerer a V. S., que mandando tomar por termo o deposito da importancia da execução, seja elle junto aos autos para se julgar extincta a mesma execução, seja elle junto aos autos para se julgar extincta a mesma execução. O supplicante

P. a V. S. assim o mande.

E. R. M.

Assigna.

O Juiz defere, e junto tudo aos autos por termo de jantada, o mesmo Juiz julga a execução extincta, e manda passar mandado de entrega dos bens remidos, pagando o mesmo as custas.

Publicada a sentença e intimada, se passa o mandado com o qual serão os bens entregues ao executado.

Note-se, que quando a penhora tiver sido feita em dinheiro, serão citados pessoalmente os credores certos, e por editaes os incertos para no praso de dez dias virem com as suas preferencias. Este praso se accusa em audiencia, do que se lavrará o competente termo, e haverá o devido lançamento, que constará tambem por termo de audiencia¹⁵¹.

¹⁵¹ Vide os editaes na nota 149.

CAPITULO XXI

Das sentenças sobre acção real ou coisa certa ou em especie¹⁵².

Quando o réo fôr condemnado por sentença a entregar coisa certa, será citado para dentro de dez dias fazer entrega d'ella. Se o não fizer por tel-a alienado depois de litigiosa, a sentença será executada contra o 3º de cujo poder se tirará a coisa, sem que seja ouvido antes de ser ella depositada.

Póde tambem o exequente, em vez de executar a sentença contra o 3º, executar o condemnado pelo valor d'ella, se já se achar estimado na sentença, ou requerer o juramento in litem, que será regulado segundo os arts. 172, 173 e 174 do Reg. Com.

Se o vencido não tiver com que pague a intimação da coisa que alienou em fraude da execução, será preso até pagar, ou até um anno se antes o não fizer.

¹⁵² Regul. 737 de 1850, arts. 571 a 574.

CAPITULO XXII

Das nullidades do processo¹⁵³.

São nullos os processos :

§ 1. Sendo as partes, ou algumas d'ellas incompetentes e não legitimas, como o falso e não bastante procurador, a mulher não commerciante sem outorga do marido, o menor, ou pessoas semelhantes sem tutor ou curador.

§ 2. Faltando-lhes alguma fórma ou termo essencial.

§ 3. Preterindo-se alguma fórma, que o Codigo exige com pena de nullidade.

São fórmulas e termos essenciaes do processo commercial:

§ 1. A conciliação¹⁵⁴.

§ 2. A 1ª citação pessoal na causa principal e na execução.

§ 3. A contestação.

§ 4. A dilação das provas.

§ 5 . A sentença.

§ 6. A publicação da sentença.

¹⁵³ Vide regul. 737 de 1850, arts. 672 e segs.

¹⁵⁴ A conciliação não é mais formalidade essencial, dec. 359 de 1890.

§ 7. A exhibição inicial dos instrumentos do contracto nos casos em que o Cod. a considera essencial para a admissão da acção em Juizo.

§ 8. A citação da mulher quando a acção ou execução versam sobre bens de raiz.

§ 9. A penhora.

§ 10. A liquidação.

§ 11. A avaliação.

§ 12 Os editos para a arrematação com o praso legal e designação do dia da arrematação.

§ 13. A arrematação em dia e lugar annunciado, com publicidade, presidida pelo juiz, sendo feita por preço maior que o da avaliação ou adjudição.

As referidas nullidades podem ser allegadas em qualquer tempo e instancias; annullam o processo desde o termo em que se ellas deram quanto aos actos relativos, dependentes e consequentes; não podem ser suppridas pelo juiz, mas sómente ratificadas pelas partes.

As demais nullidades não referidas se haverão por suppridas, se as partes as não arguirem, quando depois que ellas occorrerem lhes competir o direito de contestar, allegar afinal, ou embargar na execução.

Deve o juiz ou supprir, ou pronunciar a nullidade logo que as partes arguirem pelo modo determinado no art. antecedente.

Serão suppridas as nullidades, quando os actos e termos posteriores são independentes, e não ficam prejudicados por ella; devem porém ser pronunciadas quando, pelo contrario, ellas influem sobre os actos posteriores.

As nullidades arguidas, não sendo suppridas, ou pronunciadas pelo juiz, importam :

§ 1. A annullação do processo na parte respectiva, se ellas causáram prejuizo áquelle que as arguiu.

§ 2. A responsabilidade do juiz.

Ainda que as nullidades não fossem arguidas no termo competente, e não possam produzir a annullação do processo, devem os tribunaes da appellação e o da revista pronuncial-a para o effeito sómente de corrigirem o acto, e advertirem ao juiz que o commetteu ou tolerou.

Se as fórmulas não mencionadas no art. 673 do do Reg. fôrem em prejuizo de menores e pessoas semelhantes, tem lugar a restituição, não obstante o art. 675 e salvos os casos dos arts. 353 e 911 do Cod.

CAPITULO XXIII

Da nullidade da sentença¹⁵⁵.

A sentença é nulla :

§ 1. Sendo dada por juiz incompetente, suspeito, peitado, ou subornado.

§ 2. Sendo proferida contra a expressa disposição da Legislação commercial.

A illegalidade da decisão, e não dos motivos e enunciando d'ella, constitue esta nullidade.

§ 3. Sendo fundada em instrumentos ou depoimentos julgados falsos em juizo competente.

A sentença póde ser annullada :

§ 1. Por meio da appellação.

§ 2. Por meio da revista¹⁵⁶.

§ 3. Por meio de embargos á execução.

§ 4º Por meio da acção rescisoria, não sendo & sentença proferida em grau de revista.

¹⁵⁵ Regul. 737 de 1850, arts. 680 a 681.

¹⁵⁶ Já não ha mais recurso de revista. Foi excluido o Supremo Tribunal de Justiça.

CAPITULO XXIV

Da nullidade dos contractos commerciaes¹⁵⁷

A nullidade dos contractos só póde ser pronunciada:

§ 1º Quando a lei expressamente a declara.

§ 2º Quando fôr preterida alguma solemnidade substancial para a existencia do contracto e fim da lei.

As nullidades, ou são de pleno direito ou dependentes de rescisão.

São nullidades de pleno direito:

§ 1º Aquellas que a lei formalmente pronuncia em razão da manifesta preterição de solemnidades visiveis pelo mesmo instrumento, ou por prova litteral.

§ 2º Aquellas, que, posto não expressas na lei, se subentendem por ser a solemnidade, que se preteriu, substancial para a existencia do contracto e fim da lei, como se o instrumento é feito por official publico incompetente; sem data e designação do lugar; sem subscrição das partes e testemunhas; não sendo lido ás partes e testemunhas, antes de assignado.

Dá-se a nullidade dependente de rescisão, quando no contracto, valido em apparencia, ha preterição de solemnidades intrinsecas; taes são : 1º os contractos, que segundo o Cod., são annullaveis; 2º os contractos, em que intervem dolo, simulação, fraude, violencia, erro.

¹⁵⁷ Regul. 737 de 1850, arts. 682 a 694.

A distincção das nullidades de pleno direito, ou dependentes de rescisão tem os seguintes effeitos:

§ 1º Os contractos, em os quaes se dão as nullidades de pleno direito, consideram-se nullos, e não têm valor sendo produzidos para qualquer effeito juridico ou official: aquelles porém, em que intervem nullidades dependentes da acção, consideram-se annullaveis e produzem todo o seu effeito em quanto não são annullados pela acção.

§ 2º A nullidade de pleno direito póde ser allegada independentemente da prova de prejuizo; mas a nullidade dependente de rescisão carece d'esta prova.

§ 3º A nullidade de pleno direito não póde ser relevada pelo Juiz, que a deve pronunciar, se ella consta do instrumento, ou da prova litteral; mas a nullidade dependente da rescisão carece da apreciação do Juiz á vista das provas e circumstancias.

§ 4º A nullidade de pleno direito pode ser allegada e pronunciada por meio da acção ou defeza; mas a nullidade dependente de rescisão deve ser pronunciada por meio da acção competente.

Quando a nullidade de rescisão é opposta em defeza, a sentença n'este caso não annulla absolutamente o contracto, mas só relativamente ao objecto de que se trata.

§ 5º A nullidade de pleno direito póde ser allegada por todos aquelles, que provarem o interesse na sua declaração; mas a nullidade dependente de rescisão só póde ser proposta por acção competente pelas partes

contractantes, successores e subrogados, ou pelos credores no caso do art. 828 do Cod. Com.

Todavia a nullidade dependente da rescisão póde ser oposta em defeza sem dependencia de acção directa rescisoria: 1º pelas partes contractantes, successores, e subrogados; 2º pelo terceiro na parte em que o prejudica, e só relativamente a elle; 3º pelo exequente na execução, e pelos credores no concurso de preferencias para impedirem o effeito de contractos simulados, fraudulentos, e celebrados em fraude da execução.

As nullidades tambem se dividem em nullidades absolutas, e nullidades relativas para o effeito seguinte :

As nullidades absolutas podem ser propostas ou allegadas por todos aquelles, a quem interessam, ou prejudicam, como se determina no artigo antecedente; mas as nullidades relativas fundadas na preterição de solemnidades estabelecidas em favor de certas pessoas, como a mulher casada, menores presos, réos e outros, só podem ser allegadas propostas por essas pessoas, ou por seus herdeiros, salvos os casos expressos nas leis.

A nullidade relativa, sendo de pleno direito, não será pronunciada, provando-se que o contracto verteu em manifesta utilidade da pessoa, a quem a mesma nullidade respeita.

A nullidade relativa dependente de rescisão esta sujeita ás regras do artigo 686 § 2º do Reg. Com.

Só as nullidades dependentes de rescisão e as relativas podem ser ratificadas.

A ratificação tem effeito retroactivo, salvo a convenção das partes e o prejuizo de terceiro.

Só podem ser pronunciadas ex-officio as nullidades de pleno direito e absolutas.

A nullidade do instrumento não induz a nullidade do contracto, quando o mesmo instrumento não é da substancia d'elle, e póde o mesmo contracto provar-se por outro modo legal.

A fôrma, que a lei exige para qualquer acto, presume-se não observada e preenchida, se do mesmo acto não consta ter sido observada, ainda que por outro modo isto se prove.

O instrumento publico nullo, se está assignado pela parte, vale como particular nos casos em que o Cod. admite um ou outro, e póde tambem constituir principio de prova por escripto, quando o mesmo Cod. não exige prova determinada.

O instrumento nullo por falta de alguma solemnidade, que o Cod. exige para constituir algum contracto especial, valerá como titulo de divida (Arts. 634, 636 e 656 do Cod.).

A falta de registro, salvos os casos expressos no Cod., não importa a nullidade do instrumento, mas sómente a sancção especial, que o Cod. estabelece nos casos em que o exige.

A acção de rescisão, que o art. 828 do Cod. concede aos credores, sómente compete áquelles que o eram ao tempo do acto fraudulento¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Vide Paula Baptista, *Nullidades do Processo Civil*; Martinho Garcez *Nullidades dos actos jurídicos*; Ramalho, *Prax. Brazil.*; Souza Martins, *Just. Feder.*; João Monteiro *Curso de Processo civil*, I, §§ 69 e segs. ; Regul. 737 de 1850, arts. 672 a 679, 680 a 694, que

CAPITULO XXV

Do processo das fallencias.

O processo commercial das fallencias rege-se pela lei n. 859 de 16 de Agosto de 1902, regulamentada pelo decreto n. 4855 de 2 de Junho de 1903.

Elementos constitutivos do estado legal da fallencia, meios judiciais para a sua realisação.

O estado jurídico da fallencia verifica-se, concorrendo os seguintes elementos (Lei n. 859 de 1902, art 1º) :

1º Devedor commerciante;

2º Divida mercantil;

3º Impontualidade de pagamento de divida exigivel, liquida e certa; ou emergencia de algum dos factos enumerados no art. 7º, não obstante a pontualidade. (Art. 1º do Regul.)

Para os effeitos da fallencia, só se considera commerciante o devedor que, em seu nome e por conta propria, sob firma individual ou social, inscripta ou não no registro do commercio (dec. n. 916 de 1890), faz da mercancia profissão habitual (Cod. do Com., art 4º; reg. n. 737 de 1850, art. 19).

Os prohibidos de commerciar (Cod. do Com., art. 2º), salvo os incapazes, incidem nos effeitos da fallencia, exercendo habitualmente o commercio. (Art. 2.º do Regul).

tratam das nulidades *do processo, da sentença e dos contractos commerciaes*. Vide no *Appendice* o dec. n. 4775 de 16 de Fevereiro de 1903.

LIVRO II

DAS FALLENCIAS

O processo commercial das fallencias rege-se pela lei n. 2024 de 17 de Dezembro de 1908.

TITULO I

Da natureza e declaração da fallencia.

SECÇÃO I

Dos caracteristicos da fallencia e de quem a ella está sujeito.

Art. 1º O commerciante que, sem relevante razão de direito, não paga no vencimento obrigação mercantil liquida e certa, entende-se fallido.

Parapho unico. Consideram-se obrigações liquidas e certas:

1.º Os instrumentos publicos ou particulares de contractos, com a quantidade ou valor fixado da prestação.

2.º As lettras de cambio e aquellas que, conforme o Codigo Commercial, teem a mesma força e acção (Codigo Commercial, arts. 425, 635 e 651), os bilhetes de ordem pagaveis em mercadorias, as notas promissorias, os escriptos de transacções commerciaes e os cheques.

3º As obrigações ao portador (*debentures*) emittidas pelas sociedades anonymas e commanditarias por acções e as lettras hypothecarias e os respectivos *coupons* de ambos esses titulos para pagamento de juros

4.º As facturas, nos termos do art. 219 do Codigo Commercial, e as contas commerciaes com os saldos reconhecidos exactos e assignados pelo devedor.

5.º Os conhecimentos de deposito e *warrants* emittidos pelas emprezas de armazens geraes e os recibos dos empre-zarios destes armazens ou dos trapicheiros.

6.º Os conhecimentos de frete.

7.º As notas dos corretores nas operações em que estes são pessoalmente obrigados, e as contas dos leiloeiros.

8.º As contas extrahidas dos livros commerciaes e verificadas judicialmente.

a) Esta verificação será feita nos livros de credor ou do devedor por dous peritos nomeados pelo juiz do commercio, a requerimento do primeiro.

Se o credor requerer a verificação da conta nos proprios livros, estes deverão achar-se revestidos das formalidades legaes intrinsecas e extrinsecas e a conta comprovada nos termos do art. 23, n. 2. do Codigo Commercial.

Se nos livros do devedor, será este citado para, no dia e hora marcados, exhibil-os em juizo, sob pena de confesso, observando-se o disposto no art. 19, 1.ª alinea, do Codigo Commercial.

Os livros irregulares do devedor provarão contra este.

b) A pena de confesso será imposta, se o devedor recusar a exhibição dos seus livros, sob qualquer pretesto, salvo se provar plenamente a destruição ou perda desses livros em virtude de força maior.

c) Os peritos apresentarão o laudo dentro de tres dias e, julgado por sentença o exame, os respectivos autos serão entregues ao requerente, independente de traslado, não cabendo dessa sentença recurso algum.

d) As contas, assim verificadas, consideram-se vencidas, desde a data do despacho do juiz na petição em que o credor requerer o exame.

Art. 2.º Caracteriza-se, tambem, a fallencia, independente da falta de pagamento, se o commerciante.

1.º Executado, mesmo por divida civil, não paga a importancia da condemnação nem a deposita, dentro das 24 horas seguintes á citação inicial da execução, para poder apresentar embargos.

2.º Recusa, como endossador ou sacador, prestar fiança no caso do art. 390 do Codigo Commercial.

3.º Procede á liquidação precipitada; lança mão de meios ruinosos ou fraudulentos para realizar pagamentos.

4.º Convoca credores e lhes propõe dilação, remissão de creditos ou cessão de bens.

5.º Aliena, transfere, cede ou faz doação de parte ou de todo o activo a terceiro, credor ou não, com a obrigação deste solver dividas vencidas; põe bens em nome de terceiro; contrahe dividas simuladas, e assim procede com o fim de occultar ou desviar bens, de retardar pagamentos ou fraudar credores; ou tenta praticar qualquer dos referidos actos com o mesmo fim.

6.º Constitue hypothecas, antichreses, penhores ou qualquer outra garantia, preferencia ou privilegio a favor de algum credor, sem ficar com bens livres e desembargados, equivalentes ás suas dividas, ou

tenta praticar qualquer destes actos, revelado tal proposito por factos inequívocos.

7.º Ausenta-se sem deixar representante para administrar o negocio e pagar os credores; abandona o estabelecimento; occulta-se, ou intenta occultar-se, deixando furtivamente o seu domicilio.

Consideram-se praticados pelas sociedades os actos desta natureza provenientes de seus administradores, directores, gerentes ou liquidantes.

Art. 3.º As sociedades anonymas, ainda mesmo que o seu objecto seja civil (dec n. 164, de 17 de Janeiro de 1890, art. 1.º), incorrem em fallencia :

1.º Quando, sem relevante razão de direito, não pagam no vencimento obrigação liquida e certa (art. 1.º, paragrapho unico).

2.º Nos casos indicados no art. 2.º ns. 1 a 6.

3.º Nos casos de perda de tres quartos ou mais do capital social.

Art. 4.º A fallencia não será declarada, se a pessoa contra quem for promovida provar :

1.º Falsidade do titulo da obrigação.

2º Prescrição da divida ou nullidade de pleno direito absoluta do instrumento apresentado para prova.

3.º Novação ou pagamento da divida, mesmo depois do protesto do titulo, mas antes de requerida em juizo a fallencia.

4.º A materia do art.. 588 do Codigo Commercial, referente aos conhecimentos de frete, e a dos arts. 641, 646, 655 e 656 do Codigo Commercial, relativa ás lettras de risco.

5.º Concordata preventiva, ainda mesmo em formação.

6.º Depósito judicial opportunamente procedido nos termos dos arts. 393 e seguintes do regulamento n. 737, de 25 de Novembro de 1850.

7.º Qualquer motivo que, por direito, extinga, adie ou suspenda o cumprimento da obrigação ou exclua o réo do processo da fallencia.

Art. 5.º A fallencia poderá ser declarada até dentro do prazo de um anno após a morte do devedor ou até dentro de dous annos após a cessação do exercicio do commercio ou da dissolução e liquidação da sociedade, pouco importando que aquelle estado se manifeste antes ou depois de qualquer destes factos.

§ 1.º O commerciante fallecido será representado no processo da fallencia pelo conjuge sobrevivente e herdeiros. Havendo menores entre estes, o juiz nomeará um curador.

Aberta a fallencia, será suspenso o inventario judicial, a que porventura se estiver procedendo em razão do obito do devedor.

§ 2.º A fallencia da sociedade anonyma não será declarada depois de liquidado, partilhado e distribuido o activo.

Art. 6.º A fallencia da sociedade acarreta a de todos os socios, pessoal e solidariamente responsaveis. Incorrem em fallencia, tambem, os socios que se retiraram da sociedade, embora com ressalva dos outros socios, sem consentimento expresso de todos os credores então existentes, salvo se estes fizeram com os socios, que ficaram na sociedade sob a mesma ou outra firma, ou que individualmente assumiram as responsabilidades sociaes, novação do contracto, ou se continuaram a negociar com a sociedade ou com os socios saccessores, indicando ter confiança no seu credito.

§ 1.º Nas sociedades em conta de participação sómente os socios ostensivos e gerentes podem ser declarados fallidos.

§ 2.º Os socios commanditarios comprehendidos nos termos do art. 314 do Codigo Commercial não incidem nos effeitos da fallencia, mas respondem solidariamente com o fallido por todas as obrigações sociaes.

Esta responsabilidade tornar-se-ha effectiva mediante a acção summaria estabelecida no art. 238 do regulamento n. 737, de 25 de Novembro de 1850, applicada ao caso a disposição do art. 53, § 2.º da presente lei.

SECÇÃO II.

Da declaração judicial da fallencia.

Art. 7.º É competente para declarar a fallencia o juiz do commercio, em cuja jurisdição o devedor tem o seu principal estabelecimento ou casa filial de outra situada fóra do Brasil.

A fallencia dos commerciantes ambulantes e empregaros de espectaculos publicos póde ser declarada pelo juiz do commercio de onde forem encontrados.

Parapho unico. O juiz da fallencia é indivisivel e competente para todas as acções e reclamações sobre bens, interesses e negocios rotativos á massa fallida.

Essas acções e reclamações serão processadas na fórma por que se determina nesta lei.

Art. 8.º O devedor que faltar ao pagamento de alguma obrigação commercial deve, no preciso prazo de 10 dias, contados do vencimento da obrigação, requerer ao juiz do commercio a declaração da

fallencia, expondo as causas do fallimento e estado dos seus negocios, e juntando ao seu requerimento :

a) O balanço do activo e passivo, com a indicação e a avaliação approximada de todos os bens e exclusão de dividas activas prescriptas;

b) A relação nominal dos credores commerciaes e civis;

c) O contracto social ou a indicação de todos os socios e suas qualidades e dos respectivos domicilios, quando a sociedade for irregular (de facto), e os estatutos, mesmo impressos, da sociedade anonyma, se a fallencia for por esta requerida.

§ 1.º Em seu despacho, o juiz mencionará a hora em que recebeu o requerimento.

2.º Tratando-se de sociedade em nome colectivo ou em commandita simples, o requerimento póde ser assignado por todos os socios ou por aquelles que gerem a sociedade ou teem o direito de usar a firma ou por seu liquidante, e, tratando-se de sociedade anonyma, ou em commandita por acções, pelos administradores, socios gerentes ou liquidantes.

§ 3.º Os socios solidarios e os commanditarios nas sociedades em commandita simples, que não assignarem o requerimento, poderão oppôr-se á declaração da fallencia, requerendo o que for a bem de seu direito, embargar a sentença, nos termos do art. 19, § 4.º, ou agravar.

Art. 9.º A fallencia póde tambem ser requerida :

1 .º Pelo conjuge sobrevivente ou pelos herdeiros do devedor, nos casos do art. 1.º e do art. 2.º, ns. 1 e 2

2.º Pelo sócio, ainda que commanditario ou em conta de participação, exhibindo o contracto social, e pelo accionista da sociedade anonyma, apresentando as suas acções.

3.º Pelo credor, exhibindo titulo de seu credito, ainda que não vencido.

§ 1.º O credor commerciante, com domicilio no Brazil, sómente será admitido a requerer a fallencia do seu devedor, se provar que tem inscripta a sua firma no Registo do Commercio, pela fórma indicada no decreto n. 916, de 24 de Outubro de 1890.

§ 2.º O credor por titulo civil poderá requerer a fallencia do devedor commerciante, provando que este, sendo por elle executado, não pagou nem depositou a importancia da condemnação dentro das 24 horas, a que se refere o art. 2.º, n. 1, ou provando qualquer dos actos ou factos indicados nos arts. 1.º e 2.º, ns. 2 a 7.

§ 3.º O credor privilegiado, inclusive o hypothecario, sómente poderá requerer a fallencia do devedor, declarando renunciar ao privilegio, ou, se o quizer manter, provando que os bens, que constituem a sua garantia, não chegam para a solução do credito.

Essa prova far-se-ha mediante avaliação por peritos, nomeados a aprazimento das partes.

§ 4.º O credor, que não tiver domicilio no Brazil, será obrigado a prestar fiança ás custas e ao pagamento da indemnização, de que trata o art. 21, se a sua lei nacional fizer identicas exigencias aos estrangeiros.

§ 5.º Não podem requerer a fallencia, mas sómente a ella concorrer, os ascendentes, descendentes e affins e o conjuge do devedor.

§ 6.º Nos casos do art. 3.º, n. 3, a fallencia da sociedade anonyma sómente póde ser requerida por ella propria ou por algum accionista.

Art. 10. Requerendo a fallencia do devedor com fundamento no art. 1.º, deverá qualquer das pessoas mencionadas no art. 9.º instruir a petição com o titulo da obrigação e certidão do respectivo protesto.

§ 1.º Logo que a petição for apresentada, o juiz mandara citar o devedor para, dentro de 24 horas, allegar em cartorio o que entender a bem do seu direito.

Se o devedor não for encontrado, o prazo correrá á revelia, e certificando isso, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz.

§ 2. Se aquelle, cuja fallencia for requerida, allegar relevante materia (art. 4.º), o juiz poderá conceder, a seu requerimento, o prazo de tres dias improrogaveis para, dentro d'elle, provar a sua defesa, com citação do requerente ou seu procurador, si estiverem presentes no fôro da fallencia.

Findo esse prazo, serão os autos conclusos immediatamente para a sentença.

§ 3.º Tratando-se de sociedade em nome colectivo ou em commandita simples, qualquer socio póde oppôr-se á declaração da fallencia, nos termos do § 2.º acima, se a sociedade, por seu representante, não comparece para se defender, ou se a fallencia é requerida por outro socio.

Art. 11. Nos cartorios dos officiaes encarregados do serviço de protestos crear-se-ha um livro especial, aberto, numerado e rubricado pelo juiz do commercio, para o protesto dos titulos que, não estando sujeitos ao protesto necessario e obrigatorio, devam ser ahi apresentados para os fins da presente lei.

O protesto póde ser interposto em qualquer tempo, depois do vencimento da obrigação e deverá conter : a declaração da hora, dia, mez e anno da repseitação do titulo ao official do protesto por extracto, o titulo da divida, certidão da intimação ao devedor para pagar ou dar a razão de não pagar, a resposta ou a declaração de nenhma ter sido dada, a assignatura da pessoa que protestar, a data em que o protesto for interposto e aquella em que se tirar o instrumento, o qual deverá ser assignado pelo protestante, subscripto pelo official publico e por este entregue, dentro de tres dias, sob pena de responsabilidade e de satisfazer perdas e damnos.

Parapho unico. Este livro póde ser examinado gratuitamente por qualquer pessoa, e o official dará as certidões que lhe forem pedidas.

Art. 12. Para a fallencia ser declarada nos casos do art. 2.º, o autor especificará na petição, que será apresentada em duplicata, datada e assignada, o facto caracteristico da fallencia, juntando logo todas as provas, fundamento das suas allegações, ou indicando aquellas que pretende adduzir, observada a disposição do art. 720, §2.º do decreto n. 737, de 25 de Novembro de 1850.

O réo será citado para se defender, devendo apresentar em cartorio os seus embargos, no prazo de 24 horas.

Se nenhuma das partes houver protestado por prova, o juiz, ouvido o representante do Ministerio Publico, proferirá a sentença.

Se, porém, qualquer das partes tiver protestado por testemunhas, exame de livros, depoimento pessoal ou outra prova, o juiz recebendo os embargos, logo que os autos lhe forem conclusos, marcará ao mesmo tempo dia e hora para todas as diligencias requeridas, mandado notificar o representante do Ministerio Publico.

A prova deverá ser exhibida dentro de cinco dias e, findo este prazo, as partes apresentarão, em cartorio, as suas allegações finaes, dentro das 24 horas seguintes, abrindo-se vista dos autos ao representante do Ministerio Publico por outras 24 horas, sendo, em seguida, conclusos os autos para a sentença.

Parapho unico. O réo será citado, entregando-lhe o escrivão ou o official de justiça um dos exemplares da petição inicial, e, se não for encontrado, o juiz nomeará um curador, que o defenda.

Se o réo fôr citado e não comparecer, correrá o processo á revelia.

Art. 13. Sendo a fallencia da sociedade anonyma requerida por algum accionista, sob os fundamentos do art. 3º, n. 3, observar-se-ha o mesmo processo indicado no art. 12, dispensada, porém, a intervenção do Ministerio Publico, salvo se requerida pelo autor.

Art. 14. O devedor ou réo que não fôr encontrado no lugar do seu principal estabelecimento, deverá ser citado, para os fins dos arts. 10 e 12, na pessoa do gerente do negocio commercial, liquidante ou representante.

As sociedades commerciaes serão citadas na pessoa dos seus gerentes ou socios solidarios, com direito de represental-as, e dos liquidantes.

As sociedades anonymas serão citadas na pessoas dos seus administradores, gerentes ou liquidantes, os quaes ficam sujeitos ás mesmas obrigações que a presente lei impõe ao devedor ou réo.

Art. 15. Nos casos do art. 2.º, durante o processo preliminar da fallencia (art. 12), o juiz, *ex officio*, ou a requerimento do autor, poderá ordenar o sequestro dos livros, correspondencia e bens do réo e

proibir qualquer alienação ou disposição de bens, para salvaguarda do activo, publicando-se o despacho, em edital, pela imprensa.

Os bens e livros ficarão sob a guarda de depositario nomeado pelo juiz, podendo ser o proprio autor.

Parapho unico. Cessarão todas as medidas excepçionaes por força da propria sentença que julgar improcedente o pedido de fallencia.

Art. 16. Praticadas as diligencias determinadas pela presente lei, o juiz, no prazo de 24 horas, proferirá a sentença, nos termos do art. 232, do decreto n. 737, de 25 de Novembro de 1850, declarando ou não aberta a fallencia e a publicará immediatamente em mão do escrivão.

A sentença que declarar a fallencia :

a) Conterá o nome do devedor com toda a clareza, o logar do seu principal estabelecimento e genero de commercio, os nomes dos socios solidarios comprehendidos na fallencia e os seus domicilios, os nomes dos administradores ou liquidantes da sociedade anonyma a esse tempo;

b) Indicará a hora da abertura da fallencia, entendendo-se, no caso de omissão, que ao meio dia começará o juizo da fallencia;

c) Fixará o termo legal da fallencia, si fôr possível, isto é, a data em que se tenha caracterizado este estado, não podendo retrotrahil-a por mais de 40 dias, contados daquelle em que foi interposto o primeiro protesto por falta de pagamento ou daquelle em que foi despachado requerimento inicial da fallencia, nos casos do art. 2.º;

d) Nomeará um ou tres syndicos para a administração da massa e mais funcções a cargo delles (art. 64);

e) Marcará o prazo para todos os credores da fallencia apresentarem as declarações e documentos justificativos dos seus creditos (art. 80);

f) Determinará o dia, hora e logar da primeira assembléa dos credores (art. 100);

g) Providenciará sobre outras diligencias que entender de conveniencia no interesse da massa;

h) Poderá ordenar a prisão preventiva do fallido, a requerimento do representante do Ministerio Publico, quando as provas colhidas demonstrarem estar elle incurso em crime punivel por esta lei ou pelo Codigo Penal.

Art. 17. O resumo da sentença declaratoria da fallencia, será dentro de tres horas depois do recebimento dos autos em cartorio :

1.º Affixado, por edital, na porta do estabelecimento e armazens do fallido;

2.º Remettido ao representante do Ministerio Publico, á Junta Commercial do districto, á Associação Commercial, á Junta dos Corretores, á Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos e ao official do Registro das Firmas Commerciaes na respectiva comarca, para a devida averbação.

§ 1.º Esse resumo conterà o nome do juiz, os nomes e domicilios do fallido e dos socios solidariamente responsaveis tambem fallidos, os nomes dos syndicos e sua residencia, o prazo marcado para as declarações e exhibição de títulos creditorios e o dia, hora e logar da primeira assembléa dos credores.

Podem os escrivães usar para esse fim de fórmulas impressas.

§ 2.º Dentro do mesmo prazo de tres horas, o escrivão officiará ao chefe, administrador ou agente das estações telegraphicas e postaes, que existirem no logar, communicando a fallencia do devedor e os nomes dos syndicos, a quem deve ser entregue a correspondencia.

Art. 18. O juiz publicará a declaração da fallencia, por meio de edital, contendo :

1. O nome do fallido, o seu domicilio, genero de commercio, termo legal da fallencia e o nome dos syndicos;

2. A notificação a todos os credores para, dentro do prazo marcado, apresentarem aos syndicos a declaração dos seus credits, acompanhada dos respectivos titulos;

3. A convocação de todos os credores para a primeira assembléa, declarando logar, dia e hora, onde esta se realizará.

§ 1.º Esta publicação deve ser feita, impreterivelmente, no *Diario oficial* que se editar no dia immediato ao da declaração da fallencia e em outro jornal de grande circulação.

§ 2.º O escrivão certificará nos autos ter cumprido as diligencias deste e do art. 17. nos prazos ahi determinados, incorrendo na pena de suspensão por seis mezes, no caso de falta ou negligencia, e perda de todas as custas, além de responder por prejuizos e danos.

Art. 19. Da sentença que declarar aberta a fallencia, poderá o devedor ou seu representante aggravar, por instrumento.

§ 1.º Poderá tambem o devedor, ou seu representante, embargar essa sentença, quando a fallencia tiver sido aberta com fundamento no art. 1.º

Os embargos se processarão em auto apartado, com citação de quem requereu a fallencia.

O embargante apresentará os embargos, deduzidos em requerimento articulado, no prazo de dous dias, contados daquelle em que for publicada a fallencia e o embargado, em seguida, e em igual prazo, os contestará, querendo.

As partes deduzirão a prova, dentro de seis dias, e, decorridos estes, allegarão afinal, no prazo de dous dias para cada uma, e, ouvido o representante do Ministerio Publico no mesmo prazo, o juiz julgará dentro de cinco dias.

Os syndicos e qualquer credor serão admittidos á assistencia, se o requererem.

Da decisão do juiz, qualquer que seja, cabe agravo de petição.

§ 2.º O agravo e os embargos não suspenderão os effeitos da sentença declaratoria da fallencia, nem interromperão as diligencias e os actos do processo.

Art. 20. Da sentença que não declarar aberta a fallencia cabe agravo de petição.

Paragrapho unico. Esta sentença não terá autoridade de coisa julgada.

Art. 21. Quem, por manifesto dolo ou falsidade plenamente provados, requerer a fallencia de outrem, será condemnado, na sentença que denegar a fallencia, em 1.^a ou 2.^a instancia, a indemnizar ao réo das perdas e danos que forem liquidados na execução.

Sendo a fallencia requerida por mais de uma pessoa, a responsabilidade destas será solidaria.

Paraphrapho unico. Por acção ordinaria poderá tambem o prejudicado reclamar indemnização por perdas e damnos no caso de culpa do requerente da fallencia, quando esta for negada.

Art. 22. Reformada a sentença que declarar a fallencia, será tudo reposto no antigo estado.

O resumo da sentença revocatoria da fallencia será remettido ás corporações e funcionarios mencionados no art. 17, n. 2, e publicado na fórma do art. 18, § 1.º.

Art. 23. Não sendo possível fixar, na sentença declaratoria da fallencia, o termo legal desta, o juiz o fará logo que os syndicos lhe forneçam os precisos elementos, mas antes da primeira assembléa dos credores.

Do provimento do juiz, que fixar o termo legal da fallencia, na sentença declaratoria ou em interlocutorio, poderão os interessados aggravar por instrumento.

TITULO II

Dos effeitos juridicos da sentença declaratoria da fallencia.

SECÇÃO I

Dos effeitos quanto aos direitos dos credores.

Art. 24. Ao juizo da fallencia deverão concorrer todos os credores do devedor commum, commerciaes, ou civis, allegando e provando os seus direitos.

Paragraphe unico. Não poderão ser reclamados na fallencia :

1.º Os creditos fundados em sentença simplesmente de preceito, isto é, em sentença fundada em simples confissão do devedor.

2.º Os creditos por titulos de doação, ou por prestações alimenticias.

3.º As despesas que os credores individualmente fizerem para que possam tomar parte na fallencia, salvo custas judiciaes em litigio com a massa.

4.º As penas pecuniarias.

Art. 25. As acções e execuções individuaes dos credores sobre direitos e interesses relativos á massa fallida, ficarão suspensas, desde que seja declarada a fallencia até ao encerramento desta.

§ 1.º Achando-se os bens já em praça, com dia definitivo para a arrematação, fixado por editaes, far-se-ha esta, entrando o producto para a massa.

Se, porém, os bens já tiverem sido arrematados ao tempo da declaração da fallencia, sómente entrará para a massa a sobra, depois de pago o exequente.

§ 2.º Não se comprehendem nas disposições deste artigo as acções e execuções iniciadas antes da fallencia e fundadas em titulos não sujeitos a dividendo ou rateio, as quaes proseguirão com os syndicos ou liquidatarios.

Art. 26. A fallencia produz o vencimento antecipado de todas as dividas do fallido, commerciaes ou civis, com abatimento dos juros legaes, se outra taxa não tiver sido estipulada.

Quanto ás obrigações ao portador (*debentures*) emittidas pelas sociedades anonymas ou em commandita por acções, prevalecerá a disposição do art. 6.º, paragrapho unico do decreto legislativo n. 177 A, de 15 de Setembro de 1893.

§ 1.º Não terão vencimento antecipado ou immediato :

1.º As obrigações sujeitas a condição suspensiva. Não obstante, ellas entrarão na fallencia, sendo o pagamento differido até que se verifique a condição.

2.º As letras hypothecarias emittidas pelas sociedades de credito real (decreto n. 370, de 2 de maio de 1890, arts. 357 e 358).

§ 2.º Os co-obrigados com o fallido nas letras de cambio e titulos a estas equiparados darão fiança ao pagamento no vencimento, não preferindo pagar immediatamente sem deducção.

Esta disposição procederá sómente no caso dos co-obrigados simultaneos, mas não successivos. Sendo a obrigação successiva, como nos endossos, a fallencia do endossado posterior não dará direito a accionar os endossatarios anteriores, sem que se dê o vencimento.

§ 3.º As clausulas penaes dos contractos unilateraes a prazo vencidos em virtude de fallencia não serão attendidas.

Art. 27'. Contra a massa não correrão juros, ainda que estipulados forem, se ella não chegar para o pagamento do principal.

Exceptuam-se desta disposição os juros das obrigações ao portador (*debentures*), emittidas pelas sociedades anonymas ou em commandita por acções, os das letras hypothecarias, emittidas pelas sociedades de credito real, e os dos creditos garantidos por hypoteca, antichrése ou penhor.

Os juros dos creditos garantidos serão pagos pelo producto dos bens constitutivos do privilegio, hypoteca ou penhor.

Art. 28. Os fiadores do fallido poderão apresentar-se na fallencia por tudo quanto tiverem pago em descarga do afiançado ou, tambem, pelo que mais tarde possam satisfazer, se o credor não pedir a sua inclusão na fallencia.

Art. 29. Os credores por obrigação solidaria concorrerão pela totalidade de seus creditos nas respectivas massas dos co-obrigados simultaneamente fallidos, até serem integralmente pagos.

Os dividendos distribuidos serão annotados no respectivo titulo original pelos liquidatarios das massas, e o credor communicará às outras massas o que de alguma receber.

O credor que, indevidamente, receber alguma quantia dos co-obrigados solventes ou das masas dos co-obrigados fallidos ficará obrigado a restituir em dobro, além de pagar perdas e danos.

Art. 30. As massas dos co-obrigados fallidos não terão acção regressiva umas contra as outras. Se, porém, o credor ficar integralmente pago por uma ou por diversas massas co-abrigadas, desaparecendo assim os seus direitos contra as outras massas, as primeiras terão acção regressiva contra as segundas em proporção á parte que pagaram e áquella que cada uma tinha a seu cargo.

Parapho unico. Se os dividendos que couberem ao credor em todas as massas co obrigadas excederem da importancia total do credito, este excesso entrará para as massas na proporção acima dita. Se os co-obrigados eram garantes uns dos outros, aquelle excesso pertencerá, conforme a ordem das obrigações, ás massas dos co-obrigados, que tiverem o direito de ser garantidos.

Art. 31. Os co-devedores solventes, que pagarem, total ou parcialmente, a importancia do credito, poderão reclamar da massa fallida do co-obrigado quanto pagaram, observadas as regras do direito civil sobre as obrigações solidarias.

Art. 32. Aos credores ficarão garantidos os direitos seguintes, desde o momento da declaração da fallencia :

1.º De intervir, como assistentes, em quaesquer acções promovidas contra ou pela massa;

2.º De fiscalizar a administração da massa fallida e requerer e promover no processo da fallencia o que for a bem da referida massa e á execução da presente lei. As despesas que se fizerem serão indemnizadas pela massa, se esta auferir vantagens;

3.º De examinar, em qualquer tempo, os livros e papeis do fallido, e da administração da massa fallida, independente de ordem ou autorização do juiz.

Parapho unico. Para exercer esses direitos basta que se tenha apresentado aos syndicos a declaração de que trata o artigo 82.

Art. 33. Os credores ausentes poderão constituir procurador para represental-os na fallencia do devedor, sendo licito a uma só pessoa ser procurador de diversos credores ao mesmo tempo.

§ 1.º A procuração póde ser transmittida por telegrama, cuja minuta authenticada ou legalizada deverá ser apresentada á estação expeditora, que, na transmissão, mencionará esta circumstancia.

§ 2.º O procurador fica habilitado para tomar parte em quaesquer actos ou deliberações da massa, receber avisos, notificações ou citações.

§ 3.º O procurador responde solidariamente com o mandante, quando obrar com dolo, má fé ou fraude.

Art. 34. Serão considerados representantes dos credores para todos os actos e deliberações da fallencia :

1. Os administradores das sociedades, os gerentes, os liquidantes e os prepostos com poderes de administração geral;

2. Os procuradores *ad negatia*, embora não tenham poderes especificados para a fallencia;

3. Os herdeiros e successores;

4. Os tutores e curadores, na fórmula de direito.

§ 1.º A Fazenda Nacional, quando interessada por dividas de impostos ou de lettras e titulos, será representada, no juizo da fallencia, pelo procurador da Republica, auxiliado, pelos adjuntos, ajudantes ou solicitadores (lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894, art. 32, n. III).

A Fazenda dos Estados e a dos municipios serão representadas pelos funcionarios, aos quaes, pelas respectivas constituições ou leis organicas, incumbir esse dever.

Art. 35. Os credores menores e interdictos não gosam, na fallencia, de privilegio algum, dos que as leis civis lhes conferem.

Fica-lhes, entretanto, salvo o direito de haver de seus tutores ou curadores indemnização pelos danos provenientes de negligencia, dolo ou fraude :

Art. 36. Se os bens do fallido não chegarem para o integral pagamento dos credores, encerrada a fallencia, estes terão o direito de executar o devedor, a todo o tempo, pelo saldo de seus creditos, se o fallido não os contestou (art. 136).

SECÇÃO II

Dos efeitos quanto á pessoa do fallido.

Art. 37. Em virtude da declaração da fallencia ficam impostas ao fallido as seguintes obrigações :

1. Assignar nos autos, logo que tiver conhecimento da sentença declaratoria da fallencia, termo de comparecimento, indicando a rua e numero da sua residencia, para lhe serem dirigidas as notificações e os avisos necessarios, sob pena de revelia e outras comminadas por esta lei.

Não se poderá ausentar do logar da fallencia sem justo motivo e autorização expressa do juiz e sem deixar procurador bastante, sob as mesmas penas.

2. Entregar, sem demora, todos os bens, livros, papeis e documentos aos syndicos e lhes indicar os bens em poder de outrem para serem arrecadados.

3. Compararecer a todos os actos da fallencia e as assembléas dos credores, podendo ser representado por procurador, quando occorrerem justos motivos e obtiver licença do juiz.

4. Prestar, verbalmente ou por escripta, as informações solicitadas pelo juiz, syndicos, liquidatarios e credores em assembléa,

sobre circumstancias e factos, que interessem á fallencia, e auxiliar os syndicos com zelo e lealdade.

5. Verificar a legitimidade, regularidade e authenticidade das reclamações de credito apresentadas á massa (art. 83).

6. Assistir ao levantamento e verificação do balanço e exame dos livros.

7. Examinar e dar parecer sobre as contas dos syndicos e liquidatarios.

Paragrapho unico. Faltando ao cumprimento de qualquer dos deveres declarados em os ns. 1 a 4 ou ausentando-se sem lincença do juiz, embaraçando as funcções dos syndicos ou liquidatarios, occultando bens por quaquer modo, recebendo quaesquer quantias pelos credidos, subtrahindo documentos, desviando a correspondencia, que deva ser entregue aos syndicos ou liquidatarios, poderá o fallido ser preso por mandado do juiz.

Da prisão cabe agravo de instrumento sem effeito suspensivo.

A prisão não poderá exceder de 60 dias e será decretada desde que, por meio summarissimo, se verifique a exactidão dos factos arguidos.

A prisão nos casos deste artigo poderá ser requerida pelos syndicos, liquidatarios ou representante do Ministerio Publico e tambem ordenada pelo juiz *ex-officio*.

Art. 38. Além dos directos, que esta lei especialmente lhe confere, tem o fallido os de fiscalizar a administração da massa fallida, de requerer o que for a bem de seus direitos e interesses, de exercer direitos meramente conservatorios aos bens arrecadados, podendo intervir como

assistente nas questões pro ou contra a massa e interpor os competentes recursos das decisões que tiverem relação com o seu estado de fallencia e consequencias deste.

Paragrapho unico. Si notificado ou avisado pela imprensa, por carta ou por official de justiça, não comparecer ou deixar de intervir em qualquer acto da fallencia, os actos ou diligencias correrão á revelia, não podendo em tempo algum sobre elles reclamar, isso sem prejuizo do disposto no paragrapho unico do art. 37.

Art. 39. As sociedades anonymas são representadas na fallencia pelos seus administradores ou liquidantes os quaes ficarão sujeitos a todas as obrigações, que a presente lei impõe ao devedor ou fallido; serão ouvidos como representantes da sociedade fallida nos casos em que a lei prescreve que o fallido seja ouvido e incorrerão nas penas de prisão nos casos declarados no paragrapho unico do art. 37.

Paragrapho unico. Não obstante isentos da fallencia, esses administradores ou liquidantes deverão prestar contas de seus actos e responderão pelos delictos commettidos contra a sociedade e contra terceiros na fôrma por que dispõe o titulo XIII.

Art. 40. Depois da primeira assembléa dos credores, de que trata o art. 100, o fallido poderá exercer o commercio ou qualquer industria ou profissão, salvo as restricções estabelecidas pelo Codigo Commercial e leis especiaes.

Art. 41. A morte do fallido não interromperá o processo da fallencia.

O conjuge sobrevivente e os herdeiros o representarão para todos os effeitos commerciaes.

Paragrapho unico. Os herdeiros do devedor fallido não serão responsaveis além das forças da herança.

Art. 42. Se o fallido for diligente no cumprimento de seus deveres e auxiliar os syndicos com lealdade e zelo, e se a massa comportar, póde requerer ao juiz que lhe arbitre modica remuneração. Nesse arbitramento serão ouvidos os syndicos e o representante do Ministerio Publico; e a requerimento dos syndicos, de qualquer credor, allegando justa causa, ou *ex-officio*, poderá ser supprimida a remuneração arbitrada.

Parapho unico. Esta remuneração cessará depois da primeira assembléa dos credores e eleição dos liquidatarios.

SECÇÃO III

Dos effeitos quanto aos bens do fallido.

Art. 43. A fallencia comprehenderá todos os bens do devedor, inclusive direitos e acções existentes na época da sua declaração, e os adquiridos durante ella.

Art 44. Desde o dia da abertura da fallencia ou da decretação do sequestro, o devedor perderá o direito de administrar e dispor dos seus bens.

§ 1.º Não poderá o devedor, desde aquelle dia, praticar qualquer acto que tenha referencia, directa ou indirecta, aos bens, interesses, direitos e obrigações comprehendidos na fallencia, sob pena de nullidade de pleno direito, podendo o juiz pronuncial-a *ex-officio*, independente de prova de prejuizo.

§ 2.º Entretanto, se antes da publicação da fallencia ou do sequestro o devedor pagou no vencimento uma letra de cambio ou titulo á ordem por elle acceito ou sobre elle sacado, o pagamento será válido, se o portador não conhecia a fallencia ou o sequestro, e se, conforme o direito cambial, não puder mais exercer utilmente os seus direitos contra os co-obrigados.

Art. 45. Não se comprehenderão na fallencia :

1. Os bens que o fallido possuir no dia da declaração da fallencia ou vier a possuir durante esta, com a clausula de não serem obrigados por dividas.

2. As pensões, ordenados ou outras quantias, a que o fallido tiver direito, a titulo de alimento, aposentadoria, reforma ou jubilação.

3. O que o fallido ganhar por seu trabalho pessoal e destinado á manutenção propria e da família.

4. Os vestuarios do fallido e de sua familia, a mobilia e utensílios necessarios aos usos da vida.

5. Os rendimentos dos bens dos filhos menores.

Art. 46. A fallencia não affectará a administração dos bens proprios e particulares da mulher e dos filhos do devedor, pelo que não poderão ser arrecadados na fallencia :

1. Os bens dotaes estimados para qualquer effeito, os paraphernaes, os incommunicaveis sob o regimen da communhão, os que não respondem por dividas anteriores ao casamento, e as arrhas e doações antenupciaes.

2. O peculio castrense, quasi castrense e bens adventicios dos filhos menores, legitimos, legitimados e reconhecidos.

SECÇÃO IV

Dos effeitos quanto aos contractos do fallido.

Art. 47. Os contractos synallagmaticos não serão resolvidos pela fallencia e poderão ser executados pelos syndicos e liquidatarios, se o acharem de conveniencia para a massa.

§ 1.º A não execução integral desses contractos por parte da massa dará ao contractante o direito de exigir desta a devida indemnização pelas perdas e danos.

§ 2.º Nas vendas a entregar em prazo certo, tendo por objecto valores ou mercadorias, cuja cotação, curso ou preço corrente possa ser anotado, a liquidação, se não puder realizar-se pela efectiva entrega dos valores ou mercadorias e pagamento do preço, far-se-ha pela prestação da differença entre a cotação do dia do contracto e a da época da liquidação.

Art. 48. As contas correntes com o fallido consideram-se encerradas no dia da declaração da fallencia, verificando-se o saldo.

Art. 49. Compensar-se-hão as dividas vencidas até ao dia da abertura da fallencia, provenha o vencimento da propria sentença da fallencia, ou da expiração do prazo contractuai.

Paragrapho unico. Não se dará a compensação :

- a) Nos creditos fundados em titulos ao portador;
- b) Nos creditos, mesmo vencidos antes da fallencia, adquiridos pelo devedor do fallido ou a elle transferidos quando já era conhecido e estado de insolvencia, para o fim da compensação em proveito proprio ou de terceiro, com prejuizo da massa;
- c) Nos créditos transferidos salvo o caso de successão *mortis causa*.

Art. 50. Durante a fallencia ficará interrompida a prescrição.

Art. 51. Si o fallido fizer parte de alguma sociedade como, socio solidario ou commanditario em commandita simples ella reputar-se-ha dissolvida (Cod. Com. art. 335, n. 2).

Em sua liquidação intervirão os syndicos ou liquidatarios e todos os actos, que com elles se praticarem, serão validos e irrevogaveis.

Paragrapho unico. Se algum dos socios solidarios da sociedade, cuja fallencia for declarada, fizer parte de outras sociedades para a massa daquella entrará sómente a quota que a esse socio couber na liquidação das sociedades solventes, depois de pagos os credores destas.

Art. 52. O mandato conferido pelo devedor antes da fallencia, sobre negocios que interessam á massa fallida, continuará em vigor até que seja revogado expressamente pelos syndicos ou liquidatarios, a quem o mandatario prestará contas.

Paragrapho unico. Para o fallido cessará o mandato ou commissão, que houver recebido antes da fallencia.

Art. 53. Os accionistas das sociedades anonymas e outros socios de responsabilidade limitada são obrigados a integralizar as acções ou quotas que subscreveram para o fundo social, não obstante quaesquer restricções, limitações ou condições estabelecidas nos estatutos ou contracto da sociedade.

§ 1.º Não satisfazendo amigavelmente, quando avisados, os liquidatarios proporão contra elles acção executiva, observando-se o disposto nos arts. 310 a 317 do decreto n. 737, de 25 de Novembro de 1850.

§ 2.º Os liquidatarios poderão propor a acção antes de vender os bens da sociedade e apurar o activo e sem necessidade de justificar a insufficiencia deste para a solução do passivo da fallencia.

§ 3.º A acção poderá comprehender todos os réos ou ser especial para cada um devedor em condições de solvencia.

Art. 54. O socio de responsabilidade limitada, nas sociedades commerciaes, que não revestirem a fórmula anonyma nem a de commandita por acções, que se despedir antes de dissolvida a sociedade, retirando os fundos com que entrára para o capital, ficará responsavel, até o valor desses fundos, pelas obrigações contrahidas e perdas havidas até o momento da despedida, que será o da respectiva averbação no registro do commercio.

SECÇÃO V

Da revogação de actos praticados pelo devedor antes da fallencia.

Art. 55. Não produzirão effeito relativamente á massa, tenha ou não o contractante conhecimento do estado economico do devedor, seja ou não intenção deste fraudar os credores :

1.º Os pagamentos de dividas não vencidas realizados pelo devedor, dentro do termo legal da fallencia, por qualquer meio de extinguir o direito do credito, inclusive o desconto dos proprios titulos.

2.º Os pagamentos de dividas vencidas e exigiveis, realizados dentro do termo legal da fallencia por qualquer meio que não seja em dinheiro ou em titulo de commercio.

3.º As hypothecas e outras garantias reaes inclusive a retenção, constituidas dentro do termo legal da fallencia, tratando-se de divida contrahida antes deste termo.

Se os bens offerecidos em hypotheca constituirem objecto de outra hypotheca válida, inscripta em segundo lugar, a massa receberá a parte que devia caber ao credor da hypotheca revogada.

4.º Todos os actos a titulo gratuito, salvo obediencia á lei ou se se referirem a objectos de valor menor de 300\$, desde dous annos

antes da declaração judicial da fallencia, façam ou não parte de contractos onerosos.

5.º A renuncia á successão, legado ou usufructo, até dous annos antes da declaração judicial da fallencia.

6.º A restituição antecipada do dote ou a sua entrega antes do prazo estipulado no contracto antenupcial.

7.º As inscripções de hypothecas e as transcripções de onus reaes e de transmissões *inter vivos*, por titulo oneroso ora gratuito, de immoveis susceptiveis de hypotheca, realizadas após a decretação do sequestro ou a declaração da fallencia.

A falta da inscripção da hypotheca ou da transcripção dos onus reaes dá ao credor o direito de concorrer na massa como chirographario e a falta de transcripção das transmissões *inter vivos* confere ao comprador acção pessoal para haver o preço até onde chegar o producto do immovel.

Parapho unico. Os actos, a que se referem os ns. 3 e 4, não serão revogaveis se, ao tempo em que foram praticados, o devedor não exercia o commercio.

Art. 56. Poderão ser revogados, tambem, relativamente á massa, todos e quaesquer actos, enquanto não prescriptos, praticados pelo devedor, na intenção de prejudicar credores, provando-se fraude de ambos os contrahentes.

Art. 57. Os bens deverão ser restituídos á massa em especie, com todos os accessorios, e, não sendo possivel, dar-se-á a indemnização.

Art 58. A restituição dos fructos, incluídos os que se deixaram de perceber, será devida nos casos de má fé, connivencia, fraude ou conhecimento do estado do devedor. Em todo o caso, sel-o-á desde a propositura da acção e comprehenderá os pendente ao tempo da aquisição.

§ 1.º O donatario de boa fé restituirá sómente na proporção daquillo com que se achar augmentado o seu patrimonio por effeito da doação.

§ 2.º A massa restituirá o que tiver sido prestado pelo contrahente, salvo se do contracto ou acto não auferiu vantagem. Neste caso, o contractante será admittido como credor chirographario.

§ 3.º No caso de restituição de pagamento, o credor reassumirá o seu anterior estado de direito, e participará dos dividendos, se chirographario.

§ 4.º Fica salva aos terceiros de boa fé a acção de perdas e dammos, a todo o tempo, contra o fallido.

Art. 59. A acção revocatoria, tendo por fim pronunciar a inefficacia dos actos referidos nos arts. 55 e 56, relativamente á massa fallida, deverá ser intentada pelos liquidatarios em nome da massa.

Paragrapho unico. Esta acção poderá ser proposta :

1.º Contra todos aquelles que figurarem no acto como contractantes, ou que por effeito do acto foram pagos, garantidos ou beneficiados.

2.º Contra os successores *causa mortis* das pessoas acima indicadas, até a concurrencia da quota hereditaria, do legado ou usufructo.

3.º Contra os seus successores :

a) Se tiverem conhecimento, no momento em que se creou o seu direito, da intenção do fallido de prejudicar os credores ;

b) Se o direito se originou de acto revogavel nos termos do art. 55.

4.º Contra os successores *causa mortis* das pessoas indicadas nas *alíneas a e b* d n. 3 acima, até a concurrencia da quota hereditaria, legado ou usufructo.

Art. 60. A acção revocatoria correrá perante o juiz da fallencia. O seu curso será o summario, observadas as disposições dos arts. 237 a 243 do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850.

§ 1.º O réo não poderá oppor compensação nem reconvenção.

§ 2.º A appellação será recebida no effeito devolutivo e os autos subirão dentro do prazo de 15 dias, depois de intimadas as partes da sentença, independente de traslado, salvo si alguma das partes o requerer, pagando-o á sua custa.

§ 3.º O juiz não está adstricto ás regras de direito quanto á prova da fraude ou má fé, mas decidirá conforme a sua livre e intima convicção, fundamentando a sentença com os factos e as razões que motivem a sua decisão.

§ 4.º A acção prescreverá um anno depois da abertura da fallencia.

Art. 61. A revogação do acto poderá tambem ser allegada e pedida em excepção ou em embargos á execução ou á acção executiva.

Parapho unico. O juiz poderá, a requerimento dos liquidatarios, ouvidas tres testemunhas, ordenar, como medida preventiva da acção revocatoria, o sequestro dos bens retirados do patrimonio do fallido e em poder de terceiros.

Do despacho do juiz, que indeferir ou ordenar o sequestro, cabe agravo de instrumento, sem effeito suspensivo.

Art. 62. A revogação do acto poderá ser decretada, embora, para a celebração delle, precedesse sentença executoria, ou fosse consequencia de transacção ou de medida assecuratoria para garantia da divida ou seu pagamento.

Revogado o acto, ficará de pleno direito rescindida a sentença que o motivou e a consequente execução.

TITULO III.

Do pessoal da administração da fallencia.

Art. 63. A fallencia, em seu periodo de informação, que se estende até á primeira assembléa dos credores, a que se refere o art. 100, é administrada por syndicos nomeados pelo juiz, e, no periodo da liquidação, por liquidatarios escolhidos pelos credores, uns e outros sob a direcção e superintendencia do juiz, exercidas nos termos da presente lei.

SECÇÃO I.

Dos syndicos.

Art. 64. Na sentença declaratoria da fallencia, o juiz nomeará um ou tres syndicos, conforme a importancia da massa, para administrá-la, arrecadar bens e proceder aos trabalhos da verificação de creditos:

§ 1 .º Os syndicos serão escolhidos entre os credores do fallido, de preferencia os de maior quantia e idoneos, residentes ou domiciliados no fôro da fallencia.

Não constando dos autos a relação dos credores, o juiz mandará notificar o devedor, se estiver presente, para declarar em cartorio, dentro de duas horas e sob pena de prisão até 30 dias, os seus maiores credores residentes no fôro da fallencia e não incompativeis para exercerem o cargo de syndico.

O juiz sómente poderá nomear para syndicos pessoas estranhas, idoneas e de boa fama, se o devedor não fizer a declaração de seus credores e se não houver credores que acceitem o cargo.

§ 2.º Não poderão servir de syndicos :

a) Os que tiverem laços de consanguinidade ou afinidade até ao quarto gráo civil com o fallido, ou deste forem inimigos, amigos ou dependentes;

b) Os cessionarios de creditos, desde um anno antes de ser requerida a fallencia;

c) Os que já houverem sido nomeados pelo mesmo juiz, dentro de um anno, sendo pessoas estranhas á fallencia.

§ 3.º Dentro de 48 horas, depois da publicação do edital referido no art. 18, qualquer interessado poderá reclamar, por petição ao juiz, contra a nomeação de syndico em contravenção a esta lei. O juiz, attendendo ás allegações e provas, decidirá dentro de 24 horas.

§ 4.º Si o syndico nomeado for pessoa juridica, declarar-se-ha no termo de que trata o art. 65, o nome do seu representante para todos os effeitos.

Art. 65. Os syndicos, logo que nomeados, assignarão, nos autos, termo de compromisso de bem e fielmente desempenharem o cargo e de assumirem todas as responsabilidades na qualidade de depositarios e administradores, e entrarão, immediatamente, na administração da massa, cumprindo-lhes, além de outros deveres, que a presente lei lhes impõe;

1. Dar a maior publicidade á sentença declaratoria da fallencia e annunciar, pela imprensa, a hora em que, diariamente, estarão no escriptorio do fallido para attender ás pessoas interessadas.

2. Receber a correspondencia dirigida ao fallido, abril-a em presença deste ou de pessoa por elle designada, fazendo entrega daquella que se não referir a assumpto e interesses da massa.

3. Arrecadar os bens e livros do fallido e tel-os sob sua guarda, conforme se dispõe no titulo IV.

4. Preparara verificação e classificação dos creditos pela fórmula declarada no titulo V.

5. Proceder ao levantamento do balanço ou verificar o que tiver sido apresentado pelo fallido, corrigindo-o.

6. Apresentar na primeira assembléa dos credores, relatorio circumstanciado sobre as causas da fallencia, valor estimativo do activo e passivo, procedimento do devedor antes e depois de declarada a fallencia, os actos susceptiveis de revogação e especificar com todas as minucias os actos ou factos, puniveis pela presente lei e peloCodigo Penal, praticados pelo devedor, directores das sociedades anonymas, cúmplices e outras pessoas.

Esse relatorio será em duplicata. Um dos exemplares juntar-se-ha aos autos e o outro será remetido ao representante do Ministerio Publico (art. 174, § 3.º).

Ao exemplar, remetido ao representante do Ministerio Publico, deverão acompanhar os extractos dos livros commerciaes e outros documentos necessarios para a prova dos factos articulados.

7. Praticar todos os actos conservatorios de direitos e acções, diligenciar a cobrança de dividas activas e passar a respectiva quitação.

Para esse fim, poderão nomear cobradores, demissiveis á vontade, exigindo delles fiança, e com salarios ou commissões usuaes na praça, préviamente ajustados e approvados pelo juiz.

Os syndicos serão para com a massa abonadores dos cobradores, que nomearem.

8. Representar a massa dos credores era juizo, como autora, mesmo em processos penaes, ou como ré.

9. Remir penhores e objectos legalmente retidos com autorização do juiz e em beneficio da massa.

10. Representar ao juiz sobre a necessidade da venda de objectos sujeitos a facil deterioração ou de guarda dispendiosa (art. 77)

11. Chamar para os serviços da administração os empregados, guarda-livros ou quaesquaer outros auxiliares, que forem necessarios, dando preferencia aos que serviam com o fallido, salvo em caso de suspeita de dolo, fraude ou má fé.

Os salarios serão previamente ajustados, attendendo-se aos trabalhos e importancia da massa, não podendo ser superiores aos que se costumam pagar a taes prepostos, na mesma praça, e serão tambem sujeitos á approvação do juiz.

12. Chamar avaliadores officiaes (dec. n. 596, de 19 de julho de 1896, art. 12, § 2.º), onde houver, e contadores ou guarda-livros para a avaliação de bens e exame de livros, quando forem absolutamente indispensaveis os serviços desses peritos por não poderem os syndicos desempenhal-os.

13. Recolher ao Banco do Brazil, suas agencias ou filiaes todas as quantias pertencentes á massa. Se no logar não houver essas agencias ou filiaes, o juiz designará estabelecimento bancario de notoria reputação.

As quantias depositadas não poderão ser retiradas senão por ordem expressa do juiz e por meio de cheques nominativos ou saques assignados pelos syndicos e rubricados pelo juiz, e sempre declarando o nome por extenso ou firma da pessoa a cujo favor é passado e o fim para que é levantada a importancia.

14. Fornecer, com presteza, todas as informações pedidas pelos interessados sobre a fallencia e administração da massa e dar extractos dos livros do fallido para a prova nas verificações ou impugnações de creditos.

Estes extractos merecerão fé, ficando salvo á parte prejudicada provar que são inexactos ou menos verdadeiros.

15. Exigir dos credores e dos prepostos que serviram com o fallido quaesquer informações verbaes ou por escripto.

Em caso de recusa, o juiz, a requerimento dos syndicos, mandará vir á sua presença essas pessoas, sob pena de desobediencia, e as interrogará, tomando-se o depoimento por escripto.

16. Requerer todas as medidas e diligencias que forem necessarias para completar e indemnizar a massa e em beneficio da administração da fallencia, interesses dos credores e cumprimento das disposições da presente lei.

17. Entregar, dentro de 24 horas, aos liquidatarios ou ao devedor concordatario todos os bens da massa em seu poder, livros do fallido e assentos da sua administração, sob pena de prisão até que realizem a entrega.

SECÇÃO II

Dos Liquidatarios.

Art. 66. Na assembléa, de que trata o art. 102, os credores elegerão um ou liquidatarios, conforme for preliminarmente resolvido, podendo recahir a nomeação em credores ou não, e tambem nos syndicos.

Parapho unico. Nas fallencias das sociedades, o liquidatario ou liquidatarios serão eleitos sómente pelos credores sociaes, embora administrem e liquidem as particulares dos socios fallidos.

Art. 67. Os liquidatarios prestarão o mesmo compromisso do art. 65 e, desde logo, ficarão investidos de plenos poderes para todas as

operações e actos necessarios á administração, á realização do activo e á liquidação do passivo da fallencia e para demandar activa e passivamente.

Paragrapho unico. Além dos deveres que esta lei lhes confere, cabem-lhes mais:

1.º Os mencionados no art. 65, ns. 1, 2, 7, 8, 14, 15, e 16, dispensada a aprovação do juiz no caso do n. 7.

2.º Arrecadar os bens que o fallido adquirir durante a fallencia e outros que os syndicos tenham deixado fóra da administração da massa.

3.º Nomear prepostos e auxiliares para a liquidação, com salarios ajustados previamente, não podendo exceder dos que usualmente se pagam na respectiva praça.

4.º Proceder á realização do activo e liquidação do passivo na fôrma por que determina esta lei.

5.º Recolher as quantias pertencentes á massa em os estabelecimentos bancarios que a assembléa dos credores designar, ou, em falta desta designação, no Banco do Brazil, suas agencias, ou filiaes, e, em falta destas, do banco que escolherem sob a sua responsabilidade.

O levantamento das quantias depositadas sera feito por cheques ou saques por elles assignados, declarando o nome da pessoa a cujo favor são passados e o fim para que é retirada a importancia.

6.º Transigir sobre dividas e negocios da massa, ouvindo o fallido, se presente, pessoalmente ou por procurador, no fôro da fallencia, e, no caso de opposição, com licença do juiz.

7.º Apresentar até o dia 10 de cada mez a conta demonstrativa da liquidação do mez anterior, contendo, com clareza e especificadamente, as despesas feitas e o fim para que, as quantias

entradas para a massa e sob que titulo ou proveniencia. Estas serão juntas aos autos.

8.º Elucidar todas as circumstancias relativas á fallencia, verificar os balanços e rectifical-os, communicar ao representante do Ministerio Publico quaesquer factos puniveis do devedor ou de terceiros e fornecer as provas para a respectiva acção penal.

SECÇÃO III

Das disposições communs aos syndicos e aos liquidatarios.

Art. 68. Os syndicos e liquidatarios desempenharão pessoalmente as suas funcções.

§ 1.º As deliberações serão tomadas por maioria, podendo o dissidente recorrer para o juiz, que informado devidamente, resolverá afinal.

Das deliberações lavrar-se-hão actas, por todos assinadas.

§ 2.º As contas da administração da massa fallida serão lançadas com clareza e regularidade em um diário numerado e rubricado em suas paginas pelo juiz da fallencia com termo de abertura e encerramento assignados pelo mesmo juiz. O mesmo livro servirá para ambos os periodos da fallencia.

§ 3.º Tratando-se de questões de interesse da massa, que exijam competencia technica, os syndicos e os liquidatarios poderão ouvir advogados de reconhecida competencia e, se a massa tiver de comparecer em juizo, como autora ou ré, poderão contractar advogados, tambem de reconhecida competência, com honorarios modicos previamente ajustados.

Os syndicos não poderão contractar advogados sem expressa approvação do juiz quanto aos honorarios e, tambem, iniciar acções que

possam ser adiadas, sem inconveniente, para depois da primeira assembléa dos credores, sob pena de não ficar a massa obrigada pelos honorarios contractados, sendo facultado aos liquidatarios nomear outros advogados.

Art. 69. Os syndicos e liquidatarios poderão ser destituídos pelos juiz *ex-officio* ou a requerimento de qualquer credor no caso de infracção dos deveres que a presente lei lhes impõe, negligencia, abuso de poder, malversação, fallencia e superveniencia de interesses contrarios aos da massa.

§ 1.º Os liquidatarios poderão ainda ser destituídos pelos credores, que representarem a maioria dos creditos, sem necessidade de allegarem causa.

Para esse fim, basta requerimento ao juiz assignado por estes credores, com as firmas reconhecidas por tabellião.

§ 2.º Os syndicos ou liquidatarios e o representante do Ministerio Publico serão sempre ouvidos antes do despacho do juiz, e deste despacho, quer decrete ou não a destituição, caberá agravo de instrumento.

Art. 70. Si os syndicos ou liquidatarios não assignarem o termo de compromisso dentro de 24 horas após a intimação do escrivão, se não acceitarem a nomeação, se morrerem ou incorrerem em fallencia ou se forem destituídos, o juiz designará substituto e, tratando-se de liquidatarios, convocará immediatamente a assembléa des credores para a eleição do definitivo.

Paragrapho unico. A convocação da assembléa ficará sem effeito, se credores, representando a maioria dos creditos, approvarem, em declaração assignada com firmas reconhecidas, o nomeado pelo juiz ou nomearem quem definitivamente deva servir.

Art. 71. Os syndicos e liquidatarios prestarão contas de sua administração, quando renunciarem ao cargo, forem destituídos, terminarem a liquidação da falencia ou se celebrar concordata.

§ 1.º As contas, accompanhadas de documentos probatorios devidamente numerados, serão prestadas por petição ao juiz, tendo autoação separada para afinal se juntarem em appenso aos autos da fallencia.

§ 2.º O escrivão avisará, por edital publicado na imprensa, que as contas se acharão em cartorio durante dez dias á disposição dos interessados, que poderão impugnal-as, e intimará o fallido para sobre ellas dizer no mesmo prazo.

Os liquidatarios são obrigados a examinar as contas dos syndicos e dar parecer sobre ellas.

§ 3.º Não apparecendo reclamação nem impugnação alguma, as contas serão jugaldas boas.

§ 4.º Havendo reclamação ou impugnação, o juiz ouvirá os responsaveis e o represantante do Ministerio Publico e, procedendo ás necessarias diligencias, proferirá sentença.

§ 5.º Da sentença, qualquer que seja, cabe agravo de petição.

§ 6.º Os responsaveis serão intimados a entrar com qualquer alcance ou desfalque dentro de 48 horas, sob pena de prisão.

§ 7.º Com a sentença que reconhecer o alcance ou desfalque poderão ser sequestrados ou penhorados os bens dos responsaveis para indemnização da massa.

§ 8.º Se os syndicos e liquidatarios não prestarem as contas dentro de cinco dias depois da destituição, renuncia ou homologação da

concordata e de 30 dias após a final liquidação, depois de notificados para cumprirem esse dever, o juiz expedirá contra elles mandado de prisão, ordenando que os seus substitutos organizem as contas, tendo em vista o que aquelles receberam e o que dispenderam devidamente autorizados.

Art. 72. Os syndicos e liquidatarios responderão solidariamente por todos os danos e prejuizos que a massa fallida soffrer devido a sua má administração, desidia, negligencia, abuso, má fé ou infracção de qualquer disposição da presente lei.

§ 1.º A autorização do juiz não os isenta da responsabilidade civil e penal, quando agirem conhecendo o prejuizo que do seu acto resultará para a massa ou quando infringirem disposição legal.

§ 2.º A prestação e o julgamento das contas não os isentam tambem das referidas responsabilidades.

Art. 73. Os syndicos terão direito a uma remuneração, que o juiz arbitrará, attendendo á importancia da massa, diligencia, trabalho e responsabilidades delles, não podendo exceder de 4 % até 100:000\$000, de 3 % sobre o excedente até 200:000\$000, de 2 % sobre o excedente até 500:000\$000, de 1 % sobre o excedente até 1.000:000\$000, de 1/5 % sobre o que exceder de 1.000:000\$000.

A porcentagem será calculada sobre o liquido effectivamente apurado afinal, deduzidas as despesas da liquidação.

§ 1.º Os liquidatarios perceberão igual remuneração, arbitrada do mesmo modo acima, se outra lhes não for marcada pelos credores.

§ 2.º Se os liquidatarios tiverem servido de syndicos, ficarão com direito ás duas remunerações.

§ 3.º No caso de concordata, a percentagem será calculada sobre a quantia distribuida em dividendo ou rateio aos credores chirographarios.

§ 4.º Do arbitramento da percentagem cabe agravo de instrumento, que poderá ser interposto pelos syndicos, liquidatarios, credores e pelo fallido.

§ 5.º A commissão será paga aos syndicos e liquidatarios depois de prestadas as contas.

§ 6.º Não terão direito a remuneração alguma os syndicos e liquidatarios que, com justa causa, tenham sido destituídos, e os syndicos nomeados em contravenção das disposições desta lei.

Qualquer interessado póde oppor-se ao pagamento da remuneração arbitrada nos casos acima referidos, cabendo agravo de instrumento, para superior competente, do despacho do juiz, com effeito suspensivo.

§ 7.º Havendo mais de um syndico ou de um liquidatário, a commissão será uma só, repartida por todos.

§ 8.º O arbitramento e pagamento da remuneração dos syndicos far-se-hão logo que for verificado o liquido, a que se refere este artigo em principio.

TITULO IV.

Da arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do fallido.

Art. 74. Os syndicos promoverão, sem perda de tempo e, immediatamente após o seu compromisso, a arrecadação dos livros, documentos e bens do fallido, onde quer que estejam, requerendo para esse fim as providencias e diligencias judiciais e necessarias.

A arrecadação far-se-ha com a assistencia do representante do Ministerio Publico, que para esse fim será convidado pelos syndicos e sem a presença do juiz e do escrivão.

§ 1.º Se o fallido resistir á diligencia ou difficultal-a. os syndicos pedirão ao juiz o auxilio de officiaes de justiça e, se não for possivel terminal-a no mesmo dia, estes e o representante do Ministerio Publico apporão sellos na casa, escriptorio, livros, papeis e bens, se acharem conveniente.

§ 2.º Os bens penhorados ou por outra forma apprehendidos ou sequestrados, salvo tratando-se de acção ou execução, que a fallencia não suspende, entrarão para a massa, cumprindo ao juiz deprecar, a requerimento dos syndicos, ás autoridades competentes a entrega delles.

§ 3.º Á medida que arrecadarem os bens, os syndicos levantarão o inventario e estimarão cada um dos objectos nelle contemplados, ouvindo o fallido, consultando facturas e documentos ou louvando-se no parecer de avaliadores officiaes, se houver necessidade.

O inventario será datado e assignado pelos syndicos, pelo apresentante do Ministerio Publico e pelo fallido, se estiver presente.

Este poderá fazer as observações e declarações que julgar a bem de seus interesses.

§ 4.º No mesmo dia em que iniciarem a arrecadação, os syndicos apresentarão o *Diario* e o *Copiador* do fallido ao juiz, para que os encerre.

§ 5.º Serão contemplados no inventario :

1. Os livros obrigatorios e os auxilliares ou facultativos do fallido, designando-se o estado em que se acham, o numero e a denominação de cada um, paginas escripturadas, datas do inicio da escripturação e do ultimo lançamento, e se os primeiros estão revestidos das formalidades legais.

2. Dinheiro, lettras, papeis, documentos e bens do fallido.

3. Os bens do fallido em poder de terceiros, a titulo de guarda, deposito, penhor ou retenção, arrolando-se todos elles minuciosamente.

4. Os bens indicados como propriedade de terceiros ou reclamados por estes, mencionando-se esta circumstancia.

Art. 75. Os bens particulares dos socios solidarios serão arrecadados ao mesmo tempo que os da sociedade, levantando-se inventario especial dos bens de cada uma das massas.

Paragrapho unico. As despesas com a guarda e conservação dos bens particulares dos socios correrão por conta delles.

Art. 76. Os bens arrecadados ficarão na guarda dos syndicos ou de pessoas por estes escolhidas, sob sua responsabilidade, podendo o fallido ser incumbido da guarda de immoveis e mercadorias.

Art. 77. Havendo entre os bens arrecadados alguns de facil deterioração ou que se não possam guardar sem risco ou grande despesa, os syndicos mandarão vendel-os por intermedio de leiloeiro, obtendo consentimento por escripto do fallido.

Oppondo-se este ou não se achando presente, por si ou por seu procurador, no fôro da fallencia, a venda dependerá de autorização do juiz.

O producto da venda será recolhido ao banco designado para receber os dinheiros da massa.

Art. 78. O fallido poderá requerer a continuação do seu negocio.

Ouvidos os syndicos e o representante do Ministerio Publico sobre a conveniencia do pedido, o juiz, se o deferir, nomeará pessoa idonea, proposta pelo mesmo fallido, para gerir o negocio.

§ 1.º Este gerente ficará sob a immediata fiscalização dos syndicos e lançará os assentos das operações em livros especiaes, abertos, numerados e rubricados pelo syndicos.

§ 2.º As compras e vendas serão a dinheiro de contado, salvo autorização especial dos syndicos, não podendo o prazo exceder de 30 dias.

§ 3.º O juiz, a requerimento dos syndicos e ouvido o representante do Ministerio Publico, poderá cassar a autorização para a continuação do commercio do fallido.

§ 4.º O gerente prestará contas aos syndicos, sendo considerado depositario para todos os effeitos de direito.

§ 5.º Gessará a autorização judicial, se o fallido não fizer concordata, com os seus credores na assembléa, de que trata o art. 102.

Art. 79. Se não forem encontrados bens para serem arrecadados ou se os arrecadados forem insufficientes para as despesas do processo, os syndcios, immediatamente, levarão o facto ao conhecimento do juiz que, ouvido o representante do Ministerio Publico,

marcará por editaes, publicados na imprensa, o prazo de dez dias aos interessados para requererem o que fôr a bem de seus direitos.

§ 1.º Um ou mais credores poderão requerer o proseguimento da fallencia, obrigando-se a entrar com a quantia necessaria para as despesas.

§ 2.º Pelas quantias que adeantarem serão esses credores considerados credores da massa.

§ 3.º Si os credores nada requererem, no prazo acima, o juiz encerrará a fallencia por sentença, cujo extracto será publicado pela imprensa e enviado ás corporações o funcionarios mencionados no art.17, n. 2 e remetterá ao representante do Ministerio Publico o relatorio, que os syndicos devem apresentar, dentro de cinco dias, contendo as declarações e informações expostas no art. 65, n. 6.

TITULO V.

Da verificação e classificação dos creditos.

SECÇÃO I

Da verificação dos creditos.

Art 80. Na sentença declaratoria da fallencia, o juiz marcará o prazo para os credores do fallido allegarem e provarem os seus direitos (art. 16 e).

Este prazo será de 15 dias no minimo e de 30 no maximo, conforme a importancia da fallencia e os interesses nella envolvidos.

Art. 81. Os syndicos, logo que entrarem em exercicio do cargo, expedirão aos credores, que constarem da escripturação do fallido, circulares convidando-os a fazerem a declaração e exhibição de que trata o art. 82, no prazo determinado pelo juiz, e a comparecerem no dia, hora e logar da primeira assembléa.

As circulares, que poderão ser impressas, serão remetidas pelo Correio, sob registro, com recibo de volta.

Nellas os syndicos transcreverão o texto do art. 82.

Os credores, conforme a distancia em que se acharem, poderão ser convidados por telegrapha.

Parapho unico. Os syndicos ficarão responsaveis por quaesquer prejuizos e danos aos credores pela demora ou negligencia, e sómente se justificarão exhibindo o certificado do registro do Correio ou o recibo da estação telegraphica, provendo terem feito, opportunamente, o convite.

Art. 82. Dentro do prazo marcado pelo juiz, os credores commerciaes e civis do fallido e os particulares dos socios solidarios, se se

tratar de sociedade, são obrigados a apresentar aos syndicos uma declaração por escripto, com a firma reconhecida, mencionando a importancia exacta do credito, a sua origem ou causa, a preferencia e classificação, que por direito, a elle cabe, as hypothecas, penhores e outras garentias que lhes foram dadas e as datas, especificando, minuciosamente, os bens e titulos do fallido em seu poder, os pagamentos recebidos por conta e o saldo definitivo na data da declaração da fallencia, observando-se o disposto no art. 26.

Mencionarão, tambem, a sua residencia ou do seu representante ou procurador no logar da fallencia, ou a caixa postal para onde deverão ser dirigidos todos os avisos e notificações.

§ 1.º Á declaração o credor juntará o titulo ou titulos do seu credito em original ou quaesquer documentos, como contas commerciaes ou correspondencia, que o provem.

§ 2.º Em uma só declaração, diversos creditos do mesmo titular poderão ser comprehendidos, devendo, porém, ser especificado cada um delles.

§ 3.º Os syndicos darão recibo das declarações e documentos recebidos, sempre que lhes for exigido.

Art. 83. Á medida que forem recebidas as declarações, o fallido ou o seu representante dirá por escripto sobre cada uma, e os syndicos, examinando as declarações, a resposta do fallido, as contestações e impugnações, que porventura lhes tenham sido presentes, á vista dos livros, papeis e assentos do devedor e das provas e documentos exhibidos e de outras diligencias a que procederem em beneficio da massa, darão tambem relativamente a cada uma o seu parecer circumstanciado e minucioso.

§ 1.º A resposta do fallido e o parecer dos syndicos serão incorporados ás declarações a que se referirem.

§ 2.º Os syndicos organizarão as seguintes relações :

1. Uma comprehendendo todos os que solicitaram a inclusão dos seus creditos na fallencia, com os nomes, domicilio e natureza destes creditos e a referencia, por meio de numeros, ás declarações com os documentos que as instruem.

Os creditos serão collocados nesta relação, conforme a ordem exposta no art. 85.

2. Outra comprehendendo os credores que não fizeram as declarações do art. 81 mas constantes dos livros do fallido, documentos attendiveis e outras provas.

Esta relação conterá os nomes e domicilios dos credores, a natureza e importancia de cada credito e as datas em que os syndicos lhes enviram, por carta ou telegramma, as circulares de que trata o art. 81, mencionando a numeração do certificado do registro postal ou do recebido do telegramma.

3. Outras relativas aos credores particulares de cada um dos socios solidarios, contendo as mesmas declarações que a relação sob n. 1.

§ 3.º Estas relações e as declarações e respectivos documentos instructivos serão depositados em cartorio dentro de cinco dias após o encerramento do prazo marcado para os credores provarem e allegarem os seus direitos.

§ 4.º O escrivão dará os syndicos recibo de todos os papeis entregues e, immediatamente, avisará pela imprensa acharem-se as relações e documentos em cartorio durante cinco dias, a contar do dia da publicação, para serem examinados pelos interessados que quizerem.

Nesse aviso, o escrivão transcreverá as disposições dos §§ 5.º e 6.º, primeira *alinea*, deste artigo.

§ 5.º Durante esse prazo de cinco dias, os credits incluídos naquellas relações poderão ser impugnados, quanto á sua legitimade, importancia ou classificação.

Os credores sociaes poderão reclamar contra a inclusão ou classificação dos credores particulares dos socios.

§ 6.º A impugnação será dirigida ao juiz por meio de requerimento instruído com documentos, justificações ou outras provas.

Cada impugnação será autoada em separado, com as declarações e documentos que lhe forem relativos, informação do fallido e parecer dos syndicos.

Si apparecerem diversas impugnações sobre o mesmo credito, serão autoadas juntamente.

§ 7.º As declarações apresentadas pelos credores, que servirem de syndicos, serão examinadas e informadas por dous credores, que o juiz nomeará entre os que tenham cumprido a disposição do art. 82, e, em falta ou recusa destes credores, por dous peritos nomeados pelo mesmo juiz.

Art. 84. Na primeira assembléa dos credores, de que trata o art. 102, presentes os syndicos o fallido e mais interessados, o juiz examinará uma á uma, pela ordem em que se acharem nas respectivas relações, todas as declarações apresentadas, lendo-as ou mandando ler em voz alta, com a informação do fallido, parecer dos syndicos e impugnações apresentadas.

§ 1.º Considerar-se-hão verificados os credits que não forem impugnados pelos syndicos ou por qualquer credor.

§ 2.º Tendo sido impugnado algum credito, o juiz, depois de proceder na fôrma acima exposta, mandará as partes, se estiverem presentes e se o requererem, adduzir perante elle, verbal e summariamente, o seu direito, dando a palavra ao impugnante e, em seguida, áquelle cujo credito for contestado. Cada uma das partes não poderá fallar por mais de 10 minutos.

Findo o debate oral, o juiz, ouvindo os syndicos e o fallido, se tiver por conveniente, proferirá immediatamente a sua decisão, exarando-a no autos da impugnação.

§ 3.º Se, porém, o juiz achar indispensavel para a decisão outras provas além das apresentadas, ordenará as precisas diligencias, entre as quaes a apresentação dos livros do credor impugnado para serem examinados na parte tocante á questão.

Dessas diligencias ordenadas pelo juiz não cabe recurso algum.

§ 4.º Para o exame nos livros dos credores impugnados o juiz nomeará dous ou tres credores já verificados, e, se não acceitarem ou não houver credores nessas condições, poderá chamar peritos.

O exame dos peritos, reduzido a escripto, juntar-se-ha aos respectivos autos da impugnação.

Se no mesmo dia não puder ser realizado o exame, o juiz adiará a sua decisão até cinco dias, quando lhe for apresentado o laudo.

O exame nos livros do fallido é dispensado, bastando que os syndicos, á vista delles, respondam aos quesitos das partes ou do juiz com extractos dos mesmos livros.

Estes extractos merecerão fé, nos termos do art. 65, n. 14.

§5.º Sendo os creditos de pequena quantia e constando dos livros do fallido, documentos attendiveis ou outras provas (art. 83, § 2.º, n. 2), especialmente tratando-se de creditos de propostos, operarios, gente de tripulação e domestico, o juiz poderá ordenar a inclusão delles na fallencia e na classe que por lei lhes compete, independente das declarações e formalidades estabelecidas nesta lei.

§ 6.º O escrivão juntará a cada um dos autos de impugnação um extracto da acta da assembléa na parte que lhe for relativa.

§ 7.º Em seguida á acta da primeira assembléa, serão juntas aos autos da fallencia as declarações dos credores, sobre as quaes não tenha havido impugnação, e entregues aos liquidatarios os titulos apresentados para restituirem aos credores com a menção de que trata o art. 89.

No caso de concordata, os titulos não contestados ou não impugnados serão tambem juntos aos autos, ficando salvo á parte, que os apresentou, o direito de pedir opportunamente a entrega, se delles precisar.

Art. 85. Na conformidade das decisões do juiz, os syndicos immediatamente organizarão o quadro geral dos credores admittidos á fallencia e sua classificação, formando as seguintes listas :

- 1.º Credores com privilegio sobre todo o activo;
- 2.º Credores com privilegio sobre immoveis (hypothecarios e antichresistas);
- 3.º Credores com privilegio sobre moveis;
- 4.º Credores separatistas na conformidade do art. 98;
- 5.º Credores chirographarios;

6.º Credores particulares de cada um dos socios solidarios com as suas respectivas classificações.

Relativamente a cada credor serão mencionadas a residencia, a importancia do credito e as declarações uteis e necessarias.

As listas serão assignadas pelo juiz e pelos syndicos e juntas aos autos, em seguida aos documentos a que se refere o art. 84, § 7.º.

Art. 86. Das decisões do juiz na verificação dos credits, admittindo, excluindo ou classificando qualquer credor, cabe recurso de agravo de petição, seguindo nos autos especiaes da impugnação.

§ 1.º Este agravo poderá ser interposto até 20 dias depois daquelle em que os liquidatarios assignarem o compromisso de que trata o art. 67.

Para esse fim os liquidatarios, 48 horas depois daquelle compromisso, publicarão pela imprensa o quadro geral dos credores da fallencia, admittidos pelo juiz (art. 85).

§ 2.º O agravo poderá ser interposto pelos liquidatarios, pelo prejudicado, por qualquer credor verificado, ainda mesmo que não tenha sido o impugnante, ou por mais de um interessado, e sómente subirão os autos ao tribunal superior depois de esgotado o prazo de que trata o § 1.º.

3.º O processo da fallencia não se suspenderá com a interposição desses agravos, nem estes evitarão a concordata.

§ 4.º Tendo o devedor obtido concordata, o credor, se excluido da fallencia, usará a acção que couber ao titulo, em que se fundar, ou proseguirá a acção porventura iniciada antes da fallencia; si indevidamente classificado, usará acção summaria, nos termos dos arts. 37 e seguintes do decreto n. 737, de 25 de Novembro de 1850:

Sendo vencedor, não ficará sujeito ao effeitos da concordata, si com o seu voto pudesse ter influido para a sua rejeição.

§ 5.º Si não for interposto recurso da decisão do juiz na impugnação de credito, o respectivo processo será appensado aos autos de fallencia, procedendo-se na forma do art. 89 quanto ao titulo apresentado, si este for admittido.

Art. 87. O credor que se não habilitar no prazo determinado pelo juiz poderá justificar o seu credito até antes da final distribuição dos dividendos.

O juiz ouvirá, sobre a pretensão do credor, o fallido e os liquidatarios, e mandará annunciar por editaes, publicados na imprensa, para que os interessados apresentem as impugnações ou contestações que entenderem, dentro do prazo de 20 dias, durante os quaes se acharão em cartorio, á disposição dos mesmos interessados, o requerimento do credor, acompanhado da declaração de que trata o art. 82 e respectivos documentos, informação do fallido e parecer dos liquidatarios.

§ 1.º Havendo impugnação, o juiz marcará o prazo de 10 dias para prova, e, findo elle, sentenciará, cabendo da decisão o recurso de agravo de petição.

§2.º Os liquidatarios desempenharão as attribuições que esta lei confere aos syndicos nos processo da verificação.

§ 3.º Os credores retardatarios não terão direito aos dividendos anteriormente distribuidos.

Art. 88. Os liquidatarios poderão, a todo tempo, pedir a exclusão de qualquer credor ou outra classificação, ou simples rectificação dos creditos, nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, erros essenciaes de facto e documentos ignorados na época da verificação.

§ 1.º Igual direito cabe a qualquer credor admittido na fallencia.

§ 2.º Para esse fim, o processo será o summario dos arts. 237 e seguintes do decreto n. 737 de 25 de Novembro de 1850, substituido o recurso de appellação pelo de agravo de petição.

Art. 89. Aos credores admittidos na fallencia, não pendendo recurso, serão restituídos os seus titulos de credito, escrevendo os liquidatarios, a tinta vermelha, os dizeres : "Admittido ao passivo da fallencia na qualidade de credor... pela quantia de...".

Art. 90. O juiz ou tribunal que excluir qualquer pessoa que pretenter a sua inclusão na fallencia, ou que reduzir o seu credito, por ter usado de falsidade ou simulação, mandará, na mesma sentença, que sejam remettidas ao representante do Ministerio Publico as peças principaes dos autos e a certidão da sua sentença ou accordão para ser contra o criminoso instaurada a acção penal.

SECÇÃO II.

Da classificação dos credores da fallencia.

Art. 91. São credores privilegiados sobre todo o activo da fallencia, salvo o direito dos credores garantidos por hypotheca, antichrése, penhor agricola, anterior e regularmente inscriptos :

1. A Fazenda Nacional e a Estadual e as municipalidades por divida fiscal, observando-se a disposição do art. 330 do decreto n. 848, de 11 de Outubro de 1890.

2. Os portadores de obrigações (*debentures*), emittidas pelas sociedades anonymas e em commandita por acções.

3. Os prepostos ou empregados e domésticos do fallido pelos salarios vencidos no anno anterior á declaração da fallencia, embora não tenham registrados os seus titulos de nomeação.

4. Os operarios a serviço do fallido pelos salarios vencidos nos dous mezes anteriores á declaração da fallencia.

5. A equipagem pelas soldadas e salarios não prescriptos, nos termos do art. 449, n. 4, do Codigo Commercial.

Art. 92. São credores privilegiados, sobre determinados moveis :

1. Os credores pignoratícios sobre as cousas entregues em penhor.

2. Os credores com direito de retenção sobre as cousas retidas, entre outros:

a) Os contemplados nos casos já previstos em lei (Codigo Commercial, arts. 96, 97, 117, 156, 189, 190, 198 e outros);

b) Os artistas, fabricantes e empreiteiros sobre os objectos que fabricarem ou concertarem e dos quaes estejam de posse, para pagamento de seus salarios, fornecimentos de material e mais vantagens estipuladas;

c) As credores por bemfeitorias sobre o augmento do valor que com ellas deram ao objecto ainda em seu poder;

d) Os credores nos casos do art. 93, §§ 1.º e 2.º, desta lei e do art. 108 do Codigo Commercial.

3. Os trabalhadores ruraes ou agricolas, nos termos dos decretos legislativos n. 4.158, de 5 de Janeiro de 1904, e n. 1.697, de 29 de Dezembro de 1906.

4. Aquelles a quem o direito maritimo confere privilegios, taes são :

a) Na cousa salva, quem a salvou, pelas despesas com que a fez salvar (Codigo Commercial, art. 738);

b) No navio e fretes da ultima viagem a tripulação (Codigo Commercial, art. 504);

c) No navio, os que concorreram con dinheiro para a sua compra, concerto, aprestos ou provisões (Codigo Commercial, art. 475);

d) Nas fazendas carregadas, o aluguel ou frete, as despesas e avaria grossa (Codigo Commercial, arts. 117, 626 e 627);

e) No objecto sobre que recahiu o emprestimo maritimo, o dador de dinheiro a risco (Codigo Commercial, arts. 633 e 662).

Art. 93. É garantido, no caso do art. 198 do Codigo Commercial, o direito de retenção, salvo a resolução do contracto.

§ 1.º O credor gosa o direito da retenção sobre os bens moveis e titulos que se acharem á sua disposição por consentimento do devedor, embora não esteja vencida a divida, sempre que haja connexidade entre esta e a cousa retida. Entre commerciantes tal connexidade resulta de suas relações de negocios.

§ 2.º O direito de retenção não se póde exercer de modo contrario ás instrucções do devedor, nem contra a estipulação sobre uso determinado da cousa.

§ 3.º Se o devedor entregou como propria ao credor cousa pertencente a terceiro, o direito de retenção pode ser opposto ao terceiro, provada a boa fé do credor, salvo a reivindicación no caso de perda ou furto.

Art. 94. São credores privilegiados sobre determinados immoveis, salvo as despesas e custas judiciais, que serão precisamente tiradas do producto da coisa hypothecada.

1. Os que tiverem hypotheca legal ou convencional, inscripta regularmente.

2. Os credores antichresistas, salvo hypotheca anterior inscripta.

Art. 95. As lettras hypothecarias terão a garantia e preferencia estabelecidas nos arts. 326 e 329, do decreto n. 370, de 2 de Maio de 1890.

Art. 96. A preferencia entre os credores hypothecarios regula-se pelos decretos ns. 169 A, de 19 de Janeiro de 1890 e 370, de 2 de Maio do mesmo anno.

Art. 97. Concorrendo os credores privilegiados uns com os outros a respeito dos mesmos bens por se acharem em igualdade de direitos, serão pagos em rateio, se o producto dos bens não chegar para todos.

Art. 98. Se o fallido fizer parte de uma sociedade ou se se achar em relação de co-propriedade ou de divisação com terceiros, estes co-associados ou co-proprietarios poderão pedir a partilha e divisão da sociedade ou dos bens indivisos e exigir preferencia para o pagamento dos creditos provenientes das relações dessa sociedade ou communhão sobre a quota que na partilha couber ao fallido.

Paragrapho unico. Os credores e legatarios da pessoa fallecida, cujo herdeiro é o fallido, podem tambem pedir o seu pagamento pelos bens da herança, com exclusão dos credores do mesmo fallido.

Cessará, porém, a qualidade de separatista quando o credor acceitar, por qualquer modo, no juizo do inventario ou fra dells, como devedor proprio, o fallido, a quem foram adjudicados bens para solver o passivo de *de cujus*.

Art. 99. Os credores não contemplados nas clases acima referidas são chirographarios, comprehendendo-se entre estes :

- a) A mulher, pelos bens dotaes inestimados.
- b) Os credores, por hypotheca legal não especializada;
- c) Os credores privilegiados e hypothecarios, pelos saldos (art. 130);
- d) Os depositantes de dinheiro, com caracter de cousa fungivel;
- e) Os fiadores, por quanto tiverem pago em descarga do fallido (art. 28).

TITULO VI.

Das assembléas dos credores.

Art. 100. Na sentença declaratoria da fallencia, o juiz determinará o dia, a hora e o lugar da primeira assembléa dos credores (art. 16, f), para a verificação e classificação de creditos, apresentação do relatorio dos syndicos, nomeação de liquidatarios e outras deliberações e decisões no interesse da massa.

Essa assembléa, cuja convocação se fará nos termos do art. 18, n. 3, realizar-se-ha no dia, que for designado, não podendo ser alterado esse dia.

Parapho unico. Além dessa primeira e de outras, a que a presente lei expressamente se refere, o juiz convocará a assembléa, quando lhe requererem credores representando um quarto dos creditos admittidos na fallencia.

a) No requerimento, cujas firmas serão reconhecidas por tabellião, declarar-se-ha o motivo ou objecto da assembléa.

b) A convocação dos credores será feita por edital do juiz, publicado pela imprensa e tambem por cartas-circulares do escrivão, mencionando-se, além do dia, hora e lugar, a ordem do dia da assembléa.

c) As despesas da convocação e da assembléa serão por conta dos credores que a requererem, ficando salvo á assembléa deliberar que taes despesas corram por conta da massa, se esta obtiver vantagens com a reunião dos credores.

Art. 101. A assembléa dos credores será presidida pelo juiz, que manterá o respeito e a ordem nas discussões e deliberações e resolverá de prompto as duvidas que se suscitarem.

§ 1.º O escrivão fará a chamada dos credores reconhecidos e admittidos na fallencia e o juiz examinará as procurações apresentadas, rejeitando as mal ordenadas.

Os nomes dos credores presentes serão declarados na acta; si forem muitos, poderão assignar uma folha de prençsea, que, depois de rubricada pelo juiz, o escrivão juntará aos autos, em seguida á acta.

§ 2.º A assembléa funcçionará qualquer que seja o numero dos credores presentes, por se, seus representantes ou procuradores, e sómente os votos destes credores serão attendidos.

A decisão dos presentes obriga os ausentes.

§ 3.º As syndicos ou liquidatarios e o fallido devem comparecer á assembléa.

§ 4.º As decisões serão tomadas por maioria, calculada sobre a importancia dos credits presentes, incluindo-se nestes os privilegiados ou hypothecarios.

Havendo empate, prevalecerá á maioria de credores, representando a maioria dos credits.

A disposição deste paragrapho não comprehende aquellas deliberações para as quaes a lei exige maioria especial.

§ 5.º Nas deliberações referentes ao patrimonio social, sómente os credores sociaes tomarão parte. Para as que affectarem o patrimonio individual de cada socio fallido, concorrerão os credores particulares e os credores sociaes.

§ 6.º Cada credor não poderá fallar mais de 10 minutos sobre o assumpto em discussão, salvo se o juiz consentir, depois de consultar a assembléa.

§ 7.º O credor que comparecer depois de iniciados os trabalhos, não poderá discutir materia vencida.

§ 8.º Si o estudo e resolução das questões, affectas á assembléa não puderem terminar no mesmo dia, proseguirá esta em dias succesivos, podendo, tambem, ser designado outro dia. O adiamento nunca será por mais de tres dias.

Os credores se reunirão de novo, independente de convocação.

Qualquer que seja o numero das sessões da assembléa considerar-se-ha sempre uma só reunião para o effeito das despesas judiciais.

§ 9.º O escrivão lavrará acta circunstanciada do que occorrer. Esta acta será assignada pelo juiz, fallido, syndicos ou liquidatarios e credores que quizerem.

Art. 102. Na primeira assembléa dos credores, proceder-se-ha á verificação e classificação dos creditos e, logo depois de organizado o quadro geral dos credores (art. 85), o escrivão fará á chamada.

§ 1.º Em seguida á chamada dos cretores, os syndicos lerão o seu relatorio o apresentarão o inventario, balanço e mais documentos referidos neste relatorio.

O juiz porá em discussão o relatorio, inventario e balanço. O fallido, ou seu representante, poderá oppôr os reflexões que julgar a bem do seu direito e o juiz ou qualquer credor interrogar-o.

§ 2.º Nesta assembléa, depois da leitura e discussão destes documentos, o fallido poderá propôr concordata.

§ 3.º Se o fallido não offerecer proposta de concordata ou se esta não fôr acceita, os credores elegerão os liquidatarios.

§ 4.º Poderão os credores nomear, dentre si, um conselho fiscal, como órgão consultivo para os liquidatarios, traçando-lhe as attribuições.

§ 5.º Os credores deliberarão ainda sobre tudo quanto julgarem necesario aos interesses e defesa da massa.

Essas deliberações serão válidas desde que não contravenham ás disposições da presente lei. Neste caso, o juiz as vetará, dando o recurso de agravo de instrumento a qualquer credor.

§ 6.º Nesta primeira assembléa de credores observar-se-hão as disposições do artigo anterior no que lhe possam ser applicaveis.

§ 7.º O representante do Ministerio Publico poderá assistir a esta assembléa e requerer o que fôr a bem da justiça publica.

TITULO VII

Da concordata

Art. 103. Depois da verificação dos creditos, o fallido poderá propôr concordata a seus credores.

§ 1.º Na fallencia das sociedades em nome colectivo e em commandita simples ou por acções, a concordata poderá ser proposta por um ou mais socios solidarios.

Cada socio terá o direito de discutir a proposta do outro e apresentar substitutiva.

§ 2.º Na fallencia das sociedades anonymas, que não estiverem em liquidação, a proposta de concordata deverá ser apresentada, em nome da sociedade, pelos administradores autorizados, para esse fim, por accionistas representando pelo menos dous terços do capital social.

Art. 104. Não poderão propôr concordata :

1. O fallido, declarado tal por qualquer dos factos mencionados no art. 2, ns. 3, 5 e 7, e o que não assignar o termo de comparecimento exigido pelo art. 37, n. 1.

2. O fallido, durante o processo penal, ou si fôr condemnado por fallencia culposa ou fraudulenta ou por crimes a estes equiparados.

3. O fallido que, ha menos de tres annos, impetrara igual favor e não cumprira o accôrdo com os seus credores.

4. O fallido, cuja anterior proposta de concordata deixara de ser homologada sob o fundamento de dolo, fraude ou má fé.

Art. 105. A proposta de concordata indicará todas as clausulas, as garantias reaes que o devedor porventura offereça e o modo

por que devem ser pagos os credores; e será sempre por escripto, assignada pelo fallido, podendo vir logo apoiada por credores com a declaração do valor dos creditos e as firmas reconhecidas por tabellião.

§ 1.º A assignatura dos credores não importará acceitação definitiva da concordata, mas se os que a apoiarem por escripto não comparecerem á assembléa, os seus votos serão contados como se presentes estiverem.

§ 2.º Se o fallido apresentar fiador, este deverá declarar, logo após a proposta, que se responsabiliza solidariamente pelo seu cumprimento, sendo a firma reconhecida por tabellião. Esta declaração tem força juridica para todos os efeitos.

§ 3. Na proposta de concordata dever-se-ha manter a mais absoluta igualdade entre os credores não privilegiados. A concessão de vantagens a certos credores, sómente será admittida com o consentimento expreso dos credores menos favorecidos.

Art. 106. A proposta de concordata para ser válida e produzir efeitos juridicos, se o pagamento fôr á vista, deverá ser acceita :

a) Por maioria de credores, representando, pelo menos, tres quintos do válor dos creditos, se o dividendo offerecido fôr superior a 60 %;

b) Por dous terços de credores, representando, pelo menos, tres quartos do valor dos creditos, se o dividendo fôr superior a 40 %;

c) Por tres quartos dos credores, representando, pelo menos, quatro quintos do valor dos creditos, se o dividendo fôr até 40 %.

§ 1.º Si o pagamento do dividendo fôr á prazo, esse não poderá ser maior de 2 annos, e a proposta da concordata, para ser válida

e produzir efeitos juridicos, deverá ser aceita por credores, representando, pelos menos, tres quartos do valor dos creditos.

§ 2.º Para formar a maioria exigida para a validade da concordata, não se computarão :

1. Os creditos garantidos por hypotheca, privilegios, penhores, antichrése ou direito de retenção.

2. Os creditos dos parentes até o 4.º gráo e cessionarios delles, tendo a cessão menos de un anno.

3. Os creditos cedidos mediante actos *inter vivos*, ainda mesmo por endosso, depois do dia em que fôr declarada a fallencia.

Nessa disposição não se comprehendem os fiadores que pagarem a divida do fallido, ficando subrogados nos direitos dos credores.

§ 3.º Os titulares de creditos referidos no § 2.º, n. 1, poderão tomar parte na votação da concordata, computando-se esses creditos no respectivo calculo, se renunciarem ás garantias.

O facto de votar importa essa renuncia e sujeita os titulares aos affeitos da concordata.

Os efeitos da renuncia cessarão si a concordata não fôr homologada ou se fôr rescindida, salvo o caso de conluio referido no art. 108, n. 3.

§ 4.º Não terão mais de um voto os herdeiros do credor e o cessionario de muitos creditos, quando a cessão fôr anterior á fallencia.

§ 5.º Na concordata das sociedades em nome colectivo e em commandita, sómente votarão os credores sociaes.

§ 6.º Os socios poderão tambem propôr concordata á massa de seus credores particulares.

Esta proposta sómente será tomada em consideração si se formar concordata com os credores sociaes.

§ 7.º Todos os credores reconhecidos e admittidos ao passivo da fallencia, entre os quaes os co-obrigados com o fallido, os fiadores e o fiador da concordata poderão discutir na assembléa a proposta de concordata.

Art. 107. Não havendo credores dissidentes, a concordata será logo, na assembléa, homologada pelo juiz.

§ 1.º Se houver credores, dissidentes, o juiz marcará o prazo de tres dias para virem com os embargos.

§ 2.º É licito tambem a qualquer dos socios oppôr embargos á concordata, observando-se o processo do art. 109.

Art. 108. Os embargos que os credores dissidentes, presentes á assembléa, podem oppôr, deverão ter por fundamento :

1. Inobservancia das formalidades e dos requisitos estabelecidos por lei para a formação da concordata, a inclusão indevida de credores, cujos votos influiram na acceitação da proposta ou violação das regras prescriptas para a convocação e reunião dos credores.

2. Maior sacrificio aos credores que a liquidação na fallencia, attendendo á proporção entre o valor do activo e a porcentagem offerecida.

3. Conluio entre o devedor e um ou mais credores, ou entre este, para acceitarem a concordata.

Presume-se o conluio entre o devedor e o credor que desistir de suas garantias para votar na concordata, quando nenhum interesse de ordem economica lhe aconselhava esse procedimento e o seu voto influuiu na formação da concordata.

4. Qualquer acto de fraude ou de má fé praticado pelo devedor e que influa na concordata.

5. Inexactidões do relatorio e das informações dos syndicos ou liquidatarios, com intento de facilitar a acceitação da proposta de concordata apresentada pelo devedor.

Art 109. Os embargos correrão nos proprios autos da fallencia.

§ 1.º Os credores dissidentes apresentarão em cartorio, dentro do prazo improrogavel de tres dias, marcados pelo juiz (art. 107, § 1.º), os seus embargos, deduzidos em requerimento articulado e em duplicata.

Um dos exemplares, com os documentos que o acompanharem, será junto aos autos e o outro o escrivão entregará ao devedor que, dentro de 48 horas, depois de expirado aquelle prazo, poderá contestar os mesmos embargos.

§ 2.º O juiz immediatamente assignará dez dias para a prova e, finda a dilação, allegando os embargantes em 24 horas e o devedor em outras 24 horas seguintes e ouvido o representante do Ministerio Publico, por 48 horas, será o feito conclusivo para a sentença.

O prazo de 24 horas é para todos os embargantes apresentarem as suas allegações, sendo em cartorio concedida a vista aos advogados.

§ 3.º O juiz, dentro de tres dias, proferirá a sua sentença fundamentada, homologando ou não a concordata.

Neste segundo caso, mandará proseguir a fallencia.

§ 4.º Da sentença caberá agravo de petição.

§ 5.º Se o embargante ou embargantes desistirem dos embargos, a desistencia não será aceita sem que seja publicada por edital durante 15 dias, declarando-se nesse edital que qualquer outro credor dissidente poderá continuar com o processo de opposição. Si todos os credores dissidentes renunciarem aos seus direitos ou si, findo o prazo, nenhum comparecer, julgar-se-ha por sentença a desistencia.

Art. 110 O credor, que nas deliberações sobre a concordata transigir com o seu voto para obter vantagens para si, perderá, em beneficio da massa, a importancia do seu credito, bem como quaesquer vantagens que lhe pudessem provir de semelhante transacção.

Art. 111. A concordata, depois de passar em julgado a sentença de homologação, faz cessar o processo da fallencia, entregando-se ao concordatario todos os bens da massa, livros e paplis.

§ 1.º Si outra cousa não fôr estipulada na concordata, o fallido readquirirá o direito de dispor livremente de seus bens.

§ 2.º Morrendo o fallido, a concordata poderá ser cumprida pelos seus herdeiros.

§ 3.º Da sentença que julgar cumprida ou não a concordata, caberá o recurso de agravo de petição a qualquer credor ou ao devedor.

Art. 112. Os bens da massa sómente serão entregues ao concordatario, depois de pagar ou depositar em juizo a importancia :

1. Devida aos credores privilegiados sem garantias especiaes, não sujeitos aos effeitos da concordata, e

2. De todas as despesas do processo e da administração da massa.

Parapho unico. Se o concordatario, dentro de 15 dias, depois de homologada definitivamente a concordata, não cumprir a

disposição desde artigo, aquella considira-se rescindida de pleno direito, proseguindo a fallencia.

Art. 113. A concordata homologada obriga todos os credores commerciaes ou civis não privilegiados, admittidos ou não á fallencia, residentes e não residentes na Republica, ausentes ou dissidentes.

Art. 114. A concordata não produz novação, não desonera os co-obrigados com o devedor nem os fiadores deste e os obrigados por acção regressiva.

Paragrapho unico. Quando a concordata tiver sido formada com algum socio solidario da sociedade fallida, ficam desonerados de quasquer responsabilidades os outros socios solidarios, cessando os effeitos da sua fallencia.

Art. 115. A concordata poderá ser rescindida :

1. Pelo não cumprimento de qualquer das suas clausulas;
2. Pelo abandono da massa por parte do concordatario, pela venda da maior parte do activo por preço vil, impossibilitando seu cumprimento;
3. Pela condemnação do devedor concordatario em fallencia culposa ou fraudulenta ou em crime a ellas equiparado;
4. Pelo pagamento antecipado feito a uns credores com prejuizo dos outros.

§ 1.º Póde requerer a rescisão da concordata qualquer credor sujeito aos seus effeitos.

O processo da rescisão será summarissimo. Expostos e provados os factos, ouvido sempre o concordatario e o representante do

Ministerio Publico, o juiz julgará rescindida a concordata e reabrirá a fallencia.

§ 2.º Até antes da reabertura da fallencia, o concordatario póde evitar a rescisão depositando as prestações em atraso ou todas as prestações futuras, ou cumprindo as outras obrigações assumidas.

§ 3.º A rescisão da concordata celebrada pelo socio solidario não affectará senão a elle.

§ 4.º A rescisão não libera os fiadores que garantirem o cumprimento da concordata.

Art. 116. Fica salvo a qualquer credor, sujeito aos effeitos da concordata, promover, por acção ordinaria, a cobrança do saldo do seu credito integral e juros, provando que o devedor exagerou dolosamente o passivo, occultou ou dissimulou parte relevante do activo, entrou em conluio com credores ou praticou qualquer acto de improbidade contra algum destes ou todos para obter a concordata.

Paragrapbo unico. Esta acção prescreve tres annos depois de cumprida a concordata e o credor deve provar que os factos arguidos vieram ao seu conhecimento depois da homologação da concordata.

Art. 111. Rescindida a concordata, reabrir-se-ha a fallencia, proseguindo-se nesta, se houver bens sufficientes.

§ 1º Os syndicos ou liquidatarios, que anteriormente funccionavam, receberão a massa e verificarão o seu estado, examinarão os novos credores, e apresentarão relatorio circunstanciado sobre o procedimento do devedor e novas responsabilidades assumidas.

§ 2.º Será convocada nova assembléa de credores, onde devem ser verificados os novos creditos e nomeados novos liquidatarios,

ou confirmada a nomeação dos anteriores e tomadas as deliberações que forem necessarias para a liquidação.

§ 3.º Poderão ser annullados os actos do devedor, posteriores á homologação, no caso de fraude aos direitos dos credores.

Art. 118. Rescindida a concordata, concorrerão á fallencia:

1.º Os credores anteriores á concordata pela importancia total de seus credits verificados, deduzidas as quotas pagas a titulo de dividendo.

Si o concordatario pagou a um mais que a outros, os que de mais receberam terão de restituir á massa ou esta, si preferir, completará os pagamentos aos outros credores, igualando todos.

2.º Os credores posteriores á concordata ficarão sujeitos á verificação e classificação de seus credits, na fórmula disposta nesta lei.

§ 1.º Os bens adquiridos pelo devedor, depois da concordata, augmentando a massa, serão destinados exclusivamente ao pagamento dos credores por mercadorias vendidas a credito, em boa fé, na vigencia da concordata.

§ 2.º É licito aos credores posteriores á concordata pôr á disposição dos credores anteriores a quantia necessaria ao pagamento da concordata para excluil-os da fallencia.

§ 3.º O fiador da concordata ou os bens que forem hypothecados para a sua garantia respondem sómente para com os credores anteriores.

Art. 119. Se o fallido quizer celebrar concordata, depois da assembléa de que trata o art. 102, requererá ao juiz a convocação de seus credores, apresentando desde logo a proposta.

§ 1.º O juiz mandará ouvir os liquidatarios, os quaes, dentro de tres dias, informarão sobre o estado da fallencia, vantagens da proposta e, depois do parecer destes, designará o dia, hora e logar da assembléa.

§ 2.º A convocação far-se-ha por editaes na fórma do art. 100, paragrapho unico, declarando os termos da proposta e avisando que se acha em cartorio, á disposição dos interessados, o parecer dos liquidatarios.

§ 3.º Todas as despesas da convocação, reunião dos credores e homologação correrão por conta do fallido, que depositará em cartorio a importancia respectiva ao apresentar o seu requerimento.

§ 4.º Se a proposta de concordata vier desde logo apoiada por um terço de credores, representando um terço do valor dos credits, o fallido poderá ao mesmo tempo pedir ao juiz que, sem suspensão da fallencia, fique sustada a venda dos bens da massa até decisão dos credores.

§ 5.º O juiz, verificando que os credores presentes á reunião e os que assignaram a proposta não formam a maioria legal para a votação da concordata, dissolverá, sem mais formalidade, a assembléa, considerando rejeitada a proposta ou negada a concordata.

§ 6.º Negada a concordata, o fallido sómente poderá propor outra depois de decorridos quatro mezes.

Art. 120. É permittido aos credores, ao acceitar a proposta de concordata, nomearem uma commissão fiscal, concedendo-lhe poderes.

Esta commissão poderá requerer á rescisão da concordata nos casos do art. 115, sem prejuizo dos direitos que este mesmo artigo confere aos credores individualmente.

TITULO VIII.

De realização do activo e liquidação do passivo.

SECÇÃO I.

Da realização do activo.

Art. 121. Os liquidatarios promoverão, com a possível brevidade, a realização do activo da fallencia, observando o que nesta lei se determina.

Art. 122. Os bens de fallencia serão vendidos em leilão publico, annunciado com 15 dias de antecedencia, pelo menos, si se tratar de moveis, e com 30 dias, si se tratar de immoveis.

§ 1.º As vendas de valores negociaveis na Bolsa serão feitas por corretores de fundos publicos.

§ 2.º O leiloeiro será da livre escolha dos liquidatarios e a estes prestará contas.

§ 3.º A venda dos immoveis independe de outorga uxoria.

§ 4.º Se o arrematante não pagar o preço á vista ou, o mais tardar, dentro de 24 horas depois do leilão, será o objecto levado a novo leilão por sua conta e risco, ficando obrigado a pagar ou a completar o preço por que o comprou e perdendo, em beneficio da massa, o signal que houver dado.

Para a cobrança os liquidatarios terão a acção executiva dos arts. 309 e seguintes do decreto n. 737, de 25 de Novembro de 1850, devendo a petição inicial ser instruida com certidão passada pelo leiloeiro.

§ 5.º Nos logares onde não houver leiloeiro, servirá o porteiro dos auditorios ou quem as suas vezes fizer, com os salarios marcados em seus respectivos regimentos.

Art. 123. A venda de bens póde ser feita englobada ou separadamente.

Podem tambem os liquidatarios preferir a venda por propostas, desde que a annunciem no jornaes mais lidos, durante 30 dias, chamando concurrentes.

As propostas serão apresentadas em cartas lacradas, abrindo-as os liquidatarios no dia e hora designados nos annuncios perante os interessados presentes. Da abertura das propostas lavrar-se ha um termo por todos assignado.

Os liquidatarios verificarão a mais vantajosa e levarão todas ellas, com a sua informação, ao juiz para decidir, depois de ouvido o fallido, se presente, ou seu procurador.

Art. 124. Qualquer outro meio de liquidação do activo poderá ser autorizado por credores, representando dous terços dos creditos, e na fallencia das sociedades anonymas taes credores poderão :

1.º continuar o negocio da sociedade fallida, organizando outra anonyma;

2.º ceder o activo a outra qualquer sociedade existente ou que para esse fim se venha a formar.

§ 1.º A deliberação dos credores a esse respeito poderá ser tomada em assembléa ou reduzida a instrumento publico ou particular, assignado por tantos delles quantos bastem para constituir a maioria exigida.

§ 2.º O activo social será recebido ou cedido por preço nunca inferior ao do inventario, de que trata o art. 74, § 3.º. Se houver sobras, depois do pagamento integral dos credores, essas serão restituídas aos accionistas.

§ 3.º Á vista do requerimento, acompanhado de documento contendo a deliberação nos credores, o juiz ordenará aos liquidatarios que entreguem o activo social á pessoa designada no dito requerimento ou ao terceiro a quem se houver feito a cessão.

Art. 125. Os liquidatarios não poderão remittir parcialmente (cobrar com abatimento) dividas, quando mesmo as considerem de difficil liquidação, sem audiencia do fallido e, não consentindo este, sem autorização do juiz.

Art. 126. Os bens gravados com hypotheca serão tambem vendidos em leilão publico, avisado o credor.

§ 1.º Se os liquidatarios, dentro do prazo de trinta dias, depois da primeira assembléa dos credores, não avisarem o credor hypothecario, com o titulo vencido conforme o contracto, para assistir á venda do immovel ou immoveis, que servem de garantia, este credor poderá propor, contra a massa, acção executiva (decreto n. 370, de 2 de Maio de 1890, parte IV, titulo I), tendo o direito de cobrar as multas penaes que no contracto se achem estipuladas para o caso de cobrança judicial.

§ 2.º Se fôr urgente a venda do immovei, nos casos do art. 123 do decreto n. 370, de 2 de Maio de 1890, o credor, justificando os factos allegados, poderá requerer a intimação dos liquidatarios para, dentro de cinco dias, incumbirem leiloeiro de proceder á venda do immovel.

Se os liquidatarios não attenderem á notificação, o credor poderá propor acção executiva nas mesmas condições do § 1.º acima.

Art. 127. Os bens dados em penhor ou antichrése ou que consutituirem objecto de direito de retenção, serão tambem vendidos em leilão, sendo intimados os possuidores para entregal-os.

Este direito exercerão os liquidatarios, si não preferirem remir aquelles bens em beneficio da massa.

Parapho unico. Os credores por penhor e com direito de retenção conservam o direito de mandar vender o objecto apenhado ou retido, se tal faculdade lhes foi conferida expressamente no contracto (Cod. Com., art. 275), prestando contas aos syndicos ou liquidatarios. Se, porém, não ficaram com tal faculdade, poderão notificar os syndicos ou liquidatarios, para, dentro de oito dias, remirem o objecto apenhado ou retido.

Se os syndicos ou liquidatarios não attenderem, nem convierem que a venda se faça de commum accôrdo, ficam os credores com o direito de executarem aquelle objecto, observando o processo do art. 283 e seguintes do decreto, n. 737, de 25 de Novembro de 1850.

SECÇÃO II.

Do pagamento aos credores da massa.

Art. 128. Os encargos e dividas da massa fallida serão pagos preferencialmente sobre todos os creditos do fallido.

§ 1.º São encargos da massa :

a) As custas judiciaes do processo da fallencia e seus incidentes e das acções em que a massa fôr vencida;

b) As despesas com a administração; conservação, guarda, realização do activo e distribuição do seu producto;

c) As despesas com molestia e enterro do fallido, que fallecer na indigencia, depois de declarada a fallencia;

d) Os impostos e contribuições publicas a cargo da massa e exigiveis durante a fallencia.

§ 2.º São dividas da massa :

a) As obrigações resultantes de actos juridicos válidos, praticados pelos syndicos e liquidatarios como as resultantes da execução dos contractos synallagmaticos (art. 47) e as provenientes da continuação do negocio ou empresa do fallido (arts. 78 e 180)

b) As quantias fornecidas pelos syndicos e liquidatarios ou pelos credores para a arrecadação e defesa da massa,

c) As custas pagas pelo credor que requereu a fallencia;

d) As obrigações provenientes de enriquecimento indevido da massa.

SECÇÃO III.

Do pagamento aos credores da fallencia.

Art. 129. Não havendo duvidas sobre os credores com privilegio geral (art. 91) serão pagos logo que haja dinheiro em caixa.

Art. 130. Vendidos os immoveis e moveis dados ou reservados em garantia, os moveis penhorados ou retidos, os respectivos credores receberão immediatamente a importancia do seu credito até onde chegar o producto dos bens, em que tiverem privilegio.

Parapho unico. Esses credores, não ficando pagos do seu capital e juros, serão incluídos pelos saldos entre os chirographarios (art. 99 c), independente de qualquer outra formalidade.

Art. 131. Pagos os credores preferenciaes, os liquidatarios passarão a satisfazer os credores chirographarios, distribuindo dividendos todas as vezes que o saldo em caixa baste para um rateio de 5 %.

§ 1.º A distribuição será annunciada pela imprensa e avisada por carta dos liquidatarios aos respectivos credores.

§ 2.º Os pagamentos anotar-se-hão nos respectivos titulos originaes ou naquelles que serviram para a verificação dos creditos, os quaes serão para esse fim apresentados aos liquidatarios, e os credores passarão recibos nas folhas de dividendo, que serão juntas aos autos.

§ 3.º Os dividendos não reclamados dentro de 60 dias depois de annuncios e avisos serão levados ao deposito publico, por conta daquelles a quem pertencerem.

§ 4º O saldo final a favor da massa, depois de deduzidas as custas e despesas da fallencia, determinará o ultimo rateio.

Art. 132. Concorrendo na fallencia credores sociaes e credores particulares dos socios solidarios, observar se-ha o seguinte :

§ 1.º Os credores da sociedade serão pagos pelo producto dos bens sociaes.

a) Havendo sobra, será esta rateada pelas differentes massas particulares dos socios de responsabilidade solidaria na razão proporcional dos seus respectivos quinhões no fundo social, se outra cousa não foi expressamente estipulada no contracto social (Cod. Com. art. 330).

b) Não chegando o producto dos bens sociaes para pagamento dos credores sociaes, estes concorrerão a cada uma das massas particulares dos socios, pelo saldo dos seus creditos, para ahi entrarem em rateio com os respectivos credores particulares.

c) Os credores particulares dos socios solidarios serão pagos pela massa do socio devedor em concurso com os credores sociaes.

Art. 133. Se, pagos os credores, existir sobra, esta será restituída ao fallido ou a seus representantes.

Art. 134. O juiz, a requerimento dos interessados, ordenará a reserva em favor destes das quantias dos creditos por cujo privilegio

pugnaram ou das quotas ou dividendos que lhes possam caber até que sejam decididas as suas reclamações ou acções.

Essas reservas voltarão para a massa logo que o direito desta seja reconhecido.

Paragrapho unico. Se o interessado, a favor do qual foi ordenada a reserva, deixar correr os prazos processuaes da reclamação ou acção sem exercer o seu direito, não preparar os autos dentro de tres dias depois de esgotado o ultimo prazo ou protelar ou crear qualquer estorvo ou embaraço á marcha e terminação do processo da fallencia, o juiz, a requerimento dos liquidatarios, considerará sem effeito a reserva.

Art. 135. Liquidados o activo e o passivo, os liquidatarios apresentarão ao juiz, que mandará juntar aos autos, o relatorio final das operações da fallencia, historiando, em breves mas expressivas palavras, o valor do activo e passivo, o producto da realização desse activo, as reivindicações, as preferencias, a importancia total dos rateios, os dividendos distribuidos a cada um dos credores e respectivas datas, e a esse relatorio juntarão a demonstração das responsabilidades com que continúa o fallido para com os credores, declarando cada uma destas de per si.

Art. 136. Prestadas as contas dos liquidatarios, o juiz julgará por sentença encerrada a fallencia, ordenando a publicação pela imprensa e mandando passar aos credores, que pedirem, a carta de sentença para, em todo o tempo, executarem o devedor pelo saldo (art. 36).

§ 1.º Esta carta conterá; a petição inicial e a sentença da abertura da fallencia, a certidão da quantia pela qual foi o credor admittido e por que titulo ou causa, a certidão do quanto pagou a massa em rateio e do quanto ficou o fallido a dever ao respectivo credor e a sentença do encerramento da fallencia.

§ 2.º Se o credito foi contestado pelo fallido, o credor reconhecido na fallencia sómente o poderá executar pelos meios ordinarios ou proseguir contra elle a acção que movia antes da declaração da fallencia.

§ 3.º Encerrada a fallencia, os livros do fallido serão entregues a este, subsistindo a obrigação do art. 10, n. 3 do Codigo Commercial, e , tratando-se de sociedade, observar-se-ha a disposição do art. 352 do mesmo codigo.

Tendo sido o devedor condemnado por fallencia fraudulenta, os livros ficarão archivados em cartorio durante cinco annos, findos os quaes serão entregues ao fallido, se reclamar.

Art. 137. A fallencia deve estar encerrada dous annos depois do dia da sua declaração salvo o caso de força maior devidamente provado como acção em juizo tendente a completar ou indemnizar a massa.

TITULO IX.

Da reivindicação.

Art. 138. Poderão ser reivindicados na fallencia os objectos alheios encontrados em poder do fallido, e lambem, nos seguintes casos especiaes, ainda que fundados em um direito pessoal:

1. As cousas em poder do fallido a titulo de mandato, deposito regular, penhor, antichrése, administração, arrendamentos commodato, usufructo, uso e habitação.

2. As mercadorias em poder do fallido a titulo de commissão de compra ou venda, transito ou entrega.

Cessará a reivindicação se as mercadorias tiverem sido vendidas e o preço creditado em conta corrente por autorização ou ordem do dono.

3. Os titulos de credito á ordem transferidos ao fallido para effectuar a cobrança e guardar o valor por conta do dono ou mesmo a applicar a pagamentos designados, ainda que se achem em poder de terceiro, em nome do fallido, na época da declaração da fallencia.

Esta disposição se applica tambem aos titulos ao portador

4. As cousas não pagas integralmente, expedidas pelo vendedor ao fallido, emquanto não chegarem ao poder do mesmo fallido, de seu agente ou commissario.

Não poderão ser reinvidicadas, porém, as mercadorias que o fallido, antes da fallencia, revendera sem fraude, á vista das facturas ou conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor, embora taes mercadorias não tivessem ainda chegado effectivamente ao poder do mesmo fallido, seu agente ou commissario.

5. As cousas vendidas a credito nas vespas da fallencia e ainda em poder do fallido, tendo sido o vendedor induzido por dolo ou fraude do mesmo fallido.

Art. 139. A reclamação reivindicatoria, será dirigida ao juiz, contendo a exposição do facto e allegação do direito applicavel.

§ 1.º O Juiz mandará autoar em separado o requerimento e documentos, que o instruirem, e ouvir o fallido e os syndicos ou liquidatarios, que responderão dentro do prazo de cinco dias, tendo em vista a disposição do art. 82 princ.

§ 2.º O escrivão avisará, pela imprensa, aos interessados que se acha em cartorio a reclamação, sendo-lhes concedido o prazo de cinco dias, a contar do dia da primeira publicação, para a contestarem, ou allegarem o que entenderem.

§ 3.º As contestações do fallido, dos syndicos ou liquidatarios, ou de qualquer credor, que tenha cumprido a disposição do art. 82, serão articuladas em fórma de embargos, e o juiz, recebendo-as, marcará o prazo dez dias para a prova.

Finda a dilação, a sentença será proferida dentro do prazo de oito dias.

§ 4.º Da sentença do juiz poderão aggravar por petição o reclamante, o fallido, os syndicos ou liquidatarios e qualuqer credor, ainda mesmo que não tivesse offerecido embargo.

§ 5.º Não se oppondo o fallido, os syndicos ou liquidatarios, nem credor algum, e nenhuma duvidada mais havendo sobre o direito do reclamante, o juiz mandará entregar logo a cousa reclamada.

§ 6.º A sentença, quer negar ao credor a qualidade de reivindicante, poderá mandar contemplol-o, para os effeitos da fallencia, na classe que por direito lhe caiba.

§ 7.º As despesas da reclamação, quando não contestada, serão por conta do reivindicante; se contestada, serão pagas pelo vencido, sendo-o pela massa quando forem vencidos os liquidatarios ou o fallido.

Art. 140. Se entre os bens sequestrados ou arrecadados pela massa se acharem bens de terceiros, estes poderão logo reclamar os por embargos de terceiro senhor e possuidor, deduzindo o seu direito em tres dias contados da data do despacho proferido em sua petição, juntando titulo de dominio e provando, no mesmo prazo, posse natural ou civil com efeitos da natural.

§ 1.º Autoada a petição e recebida por embargos, em apartado, haverão vista os syndicos ou liquidatarios por tres dias, dentro dos quaes juntarão documentos e produzirão qualquer outra prova.

§ 2.º Findo o triduo, o juiz dará a sua sentença, da qual cabe agravo de petição, que poderá tambem ser interposto por qualquer credor.

Art. 141. A reclamação suspende a venda da coisa reivindicanda; não annulla, porém, a anterior alienação.

Art. 142. Depois de vendidos os bens da massa, não se admittirá mais qualquer reclamação reivindicatoria.

Art. 143. A massa restituirá a coisa reivindicanda em especie.

Se a coisa tiver sido subrogada por outra, a massa entregará essa outra.

Se nem a propria coisa nem a subrogada existirem por ocasião da restituição, a massa pagará o seu valor. A reivindicação não autoriza, porém, a repetição dos dividendos distribuidos aos credores.

Parapho unico. O reivindicante pagara á massa as despesas que a coisa reivindicanda ou o seu producto tiver occasionado.

TITULO X.

Da reabilitação.

Art. 144. O fallido que houver cumprido a concordata, que tiver pago principal e juros aos seus credores ou que tiver obtido destes quitação plena, será reabilitado.

Paragrapho unico. Se o devedor tiver sido condemnado por fallencia fraudulenta ou crime a esta equiparado, sómente poderá ser reabilitado cinco annos depois de cumprida a pena.

Art. 155. Poderá tambem obter a reabilitação o fallido que tiver pago aos seus credores mais de 50 %, decorrido o prazo de 10 annos depois de declarada a fallencia, ou que tiver pago mais de 25 %, decorrido o prazo de 20 annos.

Paragrapho unico. Para ser reabilitado nesses casos deverá o fallido provar que não foi condemnado por fallencia culposa ou fraudulenta ou por crime a ellas equiparado; e que, durante aquelles prazos, procedeu sempre com lisura.

Art. 446. O requerimento para reabilitação deverá ser sufficientemente instruido, autoado em separado e publicado pela imprensa, em edital de 30 dias, ouvindo-se depois o Ministerio Publico.

§ 1.º Qualquer credor ou prejudicado poderá, dentro daquelle prazo de 30 dias, oppor-se, por petição, ao pedido do fallido.

§ 2.º Da sentença que conceder ou negar a reabilitação caberá appellação, no effeito suspensivo.

§ 3.º A sentença que negar a reabilitação não terá força de cousa julgada.

Art. 147. Rehabilitado o fallido, será publicada a sentença por edital e communicada aos funcionarios e corporações, aos quaes foi a fallencia avisada.

Paragrapho unico. No registro de firmas commerciaes far-se-ha a devida anotação *ex officio*.

Art. 148. A reabilitação faz cessar em absoluto todos os effeitos da fallencia.

TITULO XI.

Da concordata preventiva.

Art. 149. O devedor commerciante poderá evitar a declaração de sua fallencia, requerendo ao juiz do commercio, em cuja jurisdição se acha o seu principal estabelecimento, a convocação dos credores para lhes propor concordata preventiva.

§ 1.º No requerimento, o devedor explicará os motivos da sua deliberação, o seu estado economico, as garantias que offerece para o pagamento de mais de 20 % aos credores chirographarios e indicará as clausulas e condições da sua proposta.

§ 2.º O requerimento será instruido com os documentos seguintes:

1. Certidão do registro da firma do devedor, de onde conste que desde dous annos antes, esta se acha inscripta no Registro do Commercio, ou ha menos tempo, si não data de dous annos o exercicio do commercio;

2. Declaração assignada pelo devedor de que não foram levados a protesto titulos de sua responsabilidade ou que o foram ha menos de oito dias; de que nunca fóra condemnado por crime de falsidade, contrabando, peculato, fallencia culposa ou fraudulenta, roubo ou furto; e de que desde cinco annos não impetrara igual favor e nem deixara de cumprir pontualmente qualquer concordata e ainda, do que, no caso de ter fallido, obtivera rehabilitação;

3. A lista nominativa de todos os seus credores, contendo a residencia e o domicilio de cada um e a natureza e a importancia dos creditos;

4. Balanço exacto do activo e passivo, contendo com clareza o valor estimativo daquelle.

§ 3.º O devedor apresentará com o requerimento os seus livros obrigatorios, que deverão estar com todas as formalidades legais desde o tempo exigido para o registro da sua firma.

Art. 150. O juiz mandará o escrivão encerrar os livros apresentados, restituindo-os ao requerente, autoar todo os documentos e dar vista ao representante do Ministerio Publico por 48 horas, e, com a promoção deste, lhe deverá ser o feito concluso.

§ 1.º Se o devedor não instruir o seu requerimento nos termos do art. 149 ou si se verificar, desde logo, que as declarações exigidas pelo n. 2 do mesmo artigo são falsas ou inexactas, o juiz, attendendo á promoção do Ministerio Publico, declarará aberta a fallencia, seguindo-se o disposto nos arts. 16 e seguintes.

§ 2.º Se, porém, o requerimento estiver regular e em termos de ser acceito, o juiz :

1. Mandará tornar publico por editaes pela imprensa, o pedido do devedor para que os credores e interessados possam reclamar o que fôr a bem de seus direitos e interesses;

2. Determinará o lugar, o dia e hora para a assembléa dos credores, com prazo nunca menor de 15 nem maior de 30 dias;

3. Nomeará, dentre os credores de melhor fama e de maior quantia, tres commissarios para os fins adeante declarados; e

4. Ordenará a suspensão de execuções contra o devedor por creditos sujeitos aos affeitos da concordata.

§ 3º Se nenhum credor acceitar, o juiz nomeará pessoa extranha para servir de commissario, observando a disposição do art. 64, § 2.º.

§ 4.º O dia designado para a assembléa dos credores não poderá ser alterado.

§ 5.º Provando-se documentalmente, durante o processo da concordata, ser falsa ou inexacta qualquer das declarações do devedor exigidas no art. 149, § 2.º, o juiz, ouvindo o devedor, os commissarios e o representante do Ministerio Publico, sustará immediatamente aquelle processo e declarará aberta a fallencia, observando-se o disposto nos arts. 16 e seguintes.

Art. 151. Os commissarios, logo que forem nomeados, assignarão, em cartorio, termo de bem e fielmente desempenharem os deveres que a presente lei lhes impõe.

§ 1.º A elles incumbirá o seguinte :

1. Annunciar pela imprensa que se acham á disposição dos interessados para receberem reclamações, declarando o logar e a hora em que serão encontrados;

2. Fiscalizar a conductado devedor na administração do seu negocio e bens, emquando se processa a concordata preventiva;

3. Examinar todos os livros e papeis do devedor, verificar o activo e passivo e solicitar dos interessados todas as informações que acharem uteis;

4. Averiguar e estudar quaesquer reclamações dos interessados, emittir parecer sobre ellas para ser apresentado na assemblea dos credores;

5. Verificar se o devedor praticou actos, que a massa poderia revogar em seu beneficio, no caso de fallencia;

6. Apresentar, em cartorio, tres dias antes da assemblea, a lista de todos os credores com direito de voto na concordata, seu domicilio e importancia do credito, e um relatorio minucioso sobre a situação economica do devedor, sobre a lealdade com que tem gerido o seu

negocio, sobre as modificações ou alterações que convenha fazer na lista dos credores, sobre o valor do activo e garantias que este offerece para a execução da concordata proposta.

§ 2.º Os commissarios poderão chamar avaliadores officiaes e peritos para os auxiliarem, contractando, de accôrdo com o devedor, os salarios destes ultimos. Não havendo accôdo, resolverá o juiz.

§ 3.º Os commissarios extranhos á fallencia (art. 150, § 3.º) terão modica remuneração arbitrada pelo juiz, não podendo ser superior á quarta parte dos salarios dos syndicos das fallencias.

§ 4.º O juiz poderá impor multas desdo 500\$ até 2:000\$ aos commissarios que não cumprirem os deveres estabelecidos nesta lei por culpa ou negligencia. Do despacho do juiz cabe agravo de instrumento.

O producto destas multas pertencerá á Fazenda Federal ou Estadual e será cobrado executivamente.

Art. 152. O devedor que requerer a concordata preventiva deverá consentir que os seus credores, com a antecedencia precisa, lhe examinem os livros e papeis e extraiam os apontamentos e as copias que entenderem. Na assembléa dos credores esses livros devem ser apresentados.

§ 1.º Os credores, por sua vez, estão obrigados a fornecer aos commissarios e ao juiz, *ex officio* ou a requerimento de outro qualquer credor, as informações precisas e mostrar os documentos necessarios e exhibir os seus livros na parte relativa aos negocios e transacções que tiveram com o devedor.

§ 2.º Enquanto os commissarios procederem aos estudos, investigações e diligencias declarados no n. 6 do art. 151, qualquer credor poderá apresentar-lhes impugnações ou reclamações contra creditos incluídos pelo devedor em a lista a que se refere o n. 3 do art. 149, contra a sua exclusão ou contra a quantia por que fôra contemplado nessa lista.

Art. 153. Serão representados no processo da concordata preventiva:

1. O devedor fallecido, pelo conjuge sobrevivente e herdeiros.
2. As sociedades em nome colectivo e em commandita simples, pelo socio ou socio com direito ao uso da firma social.
3. As sociedades em commandita por acções, por seus administradores ou gerentes, préviamente autorizados, por commanditarios que representem pelo menos dous terços do capital social, devendo o requerimento inicial ser instruido com o instrumento publico ou particular de autorização por elles assignado.

Art. 154. Na assembléa dos credores, sob a presidencia do juiz, feita a chamada pela lista dos credores, depois de lidos o requerimento do devedor e o relatorio dos commissarios, será aberta franca discussão sobre esses documentos.

§ 1.º Na primeira parte da reunião poderá qualquer credor contestar a legitimidade de outros que figurem na lista ou reclamar sobre o *quantum* declarado na mesma lista ou pedir a sua inclusão.

O juiz esclarecido pela discussão e tendo em vista o relatorio dos commissarios, as porvas porventura apresentadas em reunião, resolverá as reclamações e admittirá ou não os credores contestados a tomarem parte na votação da concordata.

Se os credits forem muitos e convier sobre elles meditado exame, o juiz adiará a assembléa por 48 horas, exigindo do devedor e dos commissarios as informações e os documentos que achar indispensaveis.

§ 2.º Na segunda parte da assembléa, o juiz sujeitará á discussão a proposta de concordata, e encerrada aquella, seguir-se-ha a votação pelos credores reconhecidos, que sera tomada nominalmente.

Os credores excluidos, não obstante os seus creditos não se computarem no calculo para a concordata, devem tambem votar, tomando-se em separado os seus votos.

§ 3.º Havendo unanimidade, o juiz, no mesmo acto, homologará a concordata para que produza desde logo todos os seus effeitos.

Tendo votado credores excluidos ou credores dissidentes, o juiz lhes marcará o prazo de tres dias para, dentro d'elle, apresentarem embargos á concordata.

Os credores excluidos que votarem pela concordata, se forem contemplados pelo devedor na lista de credores (art. 149, § 1.º, n. 3) ou se forem por elle reconhecidos, não poderão embargar a concordata, nem prejudicarão, em caso algum, os direitos dos credores reconhecidos.

§ 4.º Negada a concordata, o juiz mandará vir os autos conclusos e dentro de 24 horas abrirá a fallencia do devedor. A fallencia seguirá nos autos da concordata.

§ 5.º Do occorrido, o escrivão lavrará acta circunstanciada com indicação dos documentos apresentados na assembléa e annexos á mesma acta.

§ 6.º O representante do ministerio publico será notificado para assistir á assembléa dos credores e nella poderá requerer o que entender a bem dos interesses da justiça.

Art. 155. A proposta da concordata preventiva, para ser válida e produzir effeitos juridicos, deve ser acceita nos mesmos termos do art. 106, applicando-se-lhe tambem as disposições dos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 7.º do mesmo artigo, sendo que não poderão votar os cessionarios de creditos, cuja cessão tenha menos de um anno.

Art. 156. Os embargos á concordata preventiva serão os mesmos que se poderão oppor na concordata durante a fallencia, applicando-se-lhes a disposição do art. 108.

O seu processo será o estabelecido no art. 109 e seus para-graphos. O credor excluido demonstrará nos embargos, como preliminar, o seu direito creditorio, quando este possa influir no resultado da votação da concordata.

Art. 157. Durante o processo da concordata preventiva, o devedor conservará a administração de seus bens e continuará com o seu negocio, sob a fiscalização dos commissarios, mas não poderá alienar ou hypothecar immoveis, nem constituir penhores, nem contrahir novas obrigações, salvo com autorização expressa do juiz, por evidente utilidade, ouvidos os commissarios.

Parapho unico. A prohibição de alienar e hypothecar immoveis e constituir penhores sobre generos ou mercadorias subsistirá enquanto a concordata não for cumprida, salvo pacto expresso em contrario na concordata.

Art. 158. A concordata preventiva poderá ser rescindida nos casos e pela fórma declarada no art. 115, sendo-lhe applicaveis as disposições dos §§ 1, 2 e 4 do mesmo artigo.

Rescindida a concordata, será aberta a fallencia do devedor.

Art. 159. São inteiramente applicaveis á concordata preventiva as disposições dos arts. 105, 113, 114, primeira alinea, 116, 118 e 120.

Art. 160. Não poderão propor concordata preventiva :

1. As sociedades anonymas;
2. Os corretores, agentes de leilões e empresarios de armazens geraes.

TITULO XII

Da homologação e efeitos das sentenças estrangeiras em materia de fallencia e meios preventivos de sua declaração.

Art. 161. As sentenças estrangeiras que abrirem fallencia a commerciantes ou sociedades anonymas, que tenham domicilio no paiz, onde foram proferidas, depois de homologadas pelo Supremo Tribunal Federal, produzirão os efeitos por direito decorrentes das sentenças declaratorias de fallencia, salvo as seguintes restricções :

1.^a Independente da homologação, e sómente com exhibição da sentença e do acto da nomeação em fôrma authentica, os representantes legaes da massa terão qualidade para, como mandatarios, requererem na Republica diligencias conservatorias dos direitos da massa, cobrar dividas, transigir, si para isso tiverem poderes, e intentar acções, sem obrigação de prestar fiança ás custas. Por estas responderá, entretanto, o procurador que promover actos judiciaes.

2.^a Todos os actos que importarem execução de sentença, como a arrecadação e venda de bens do fallido, não poderão ser praticados senão depois que a sentença se tornar executoria pela homologação, guardando-se as fórmulas do direito patrio.

3.^a Não obstante a homologação da sentença, os credores domiciliados na Republica, que tiverem hypotheca sobre bens aqui situados, não ficarão inhibidos de demandar os seus creditos e excutir os bens hypothecados.

4.^a Aos credores chirographarios, domiciliados na Republica, que tiverem, na data da homologação, acções ajuizadas contra o fallido, será licito proseguir nos termos ulteriores do processo e executar os bens do mesmo, sitos na Republica.

Art. 162. A sentença estrangeira que abrir fallencia a commerciante ou sociedade anonyma ou outra composta de socios de responsabilidade limitada, que tenha dous estabelecimentos, um no paiz do seu domicilio e outro distincto e separado na Republica, sendo homologada, não comprehenderá em seus effeitos o estabelecimento existente na Republica.

Paragrapho unico. Os credores locaes, isto é, aquelles cujos ereditos deverão ser pagos na Republica, poderão requerer a fallencia do estabelecimento aqui situado e serão pagos pela respectiva massa, de preferencia aos credores do estabelecimento situado no estrangeiro.

Art. 163. A lei local regulará a classificação dos creditos.

Art. 164. As concordatas e outros meios preventivos da declaração da fallencia, homologados por tribunaes estrangeiros, ficarão sujeitos á homologação do Supremo Tribunal Federal e sómente serão obrigatorios para os credores residentes no Brazil que houverem sido citados para nelles tomar parte.

Art. 165. Não são susceptiveis de execução no Brazil as sentenças estrangeiras que declararem a fallencia do devedor brasileiro aqui domiciliado.

Art. 166. Havendo tratado ou convenção regulando a materia, observar-se-ha o que for ahi estipulado.

TITULO XIII

Dos crimes en materia de fallencia e de concordata preventiva e do respectivo processo.

Art. 167. A fallencia será culposa quando ocorrer algum dos seguintes factos:

1.º Excesso de despesa no tratamento pessoal do fallido em relação ao seu cabedal e numero de pessoas de familia;

2.º Despezas geraes do negocio ou da empresa superiores ás que deveriam ser em relação ao capital, movimento da casa e outras circumstancias anologas;

3.º Venda por menos do preço corrente de mercadoria compradas nos seis mezes anteriores á época legal da fallencia e ainda não pagas, se foi realizada com intenção de retardar a declaração da fallencia;

4.º Empregos de meios ruinosos para obter recursos e retardar a declaração da fallencia;

5.º Abuso de acceites, de endossos e de reponsabilidades de mero favor;

6.º Emprego de grande parte do patrimonio ou dos fundos ou empreza em operações arriscadas ou de puro acaso ou manifestamente imprudentes;

7.º Falta de livros e de sua escripturação na fórmula exigida pelo Codigo Commercial, ou atrazo nessa escripturação, salvo si a exiguidade do commercio e a falta de habilitações litterarias rudimentares do fallido o relevarem do cumprimento do preceito legal.

Art. 168. A fallencia será fraudulenta, quando o devedor, com o fim de crear vantagens para si ou para outrem, conhecendo o seu máo

estado economico, concorre para peiorar a posição dos credores na fallencia imminente, e especialmente se elle :

1.º Faz constar dos livros e balanços, despesas, dividas e perdas simuladas ou falsas;

2.º Paga antecipadamente a uns credores em prejuizo dos outros;

3.º Diminue o activo ou augmenta o passivo, inclusivamente se declara no balanço creditos pagos o prescriptos;

4.º Aliena, negocia ou faz doação ou contrahe dividas, hypothecas, penhores ou retenção com simulação ou fingimento ;

5.º Não tem absolutamente livros nem escripturação em livros apropriados ou tem escripturação confusa e difficil de ser entendida, de modo a embaraçar a verificação dos creditos e a liquidação do activo e passivo;

6.º Deixa intervallos em branco nos livros commerciaes, falsifica-os, rasura ou risca os lançamentos ou altera o seu conteúdo;

7.º Compra bens em nome de terceira pessoa, ainda que conjuge, ascendentes, descendentes e irmãos.

Parapho unico. As regras da cumplicidade estabelecidas no Codigo Penal prevalecem em toda a extensão e efeitos no caso da fallencia fraudulenta.

Art. 169. Incorrerão nas penas da fallencia culposa, salvo a prova de fraude caso en que serão applicadas as penas de fallencia fraudulenta :

1.º O devedor que tiver exercido o commercio sob firma ou razão commercial que não podia ser inscripta no Registro do Commercio;

2.º O devedor que, depois de declarada a fallencia ou decretado o sequestro, praticar algum acto nullo (art. 44, § 1.º);

3.º O devedor que, no prazo legal, não se declarar fallido, si da omissão resultar que fique fóra da influencia do termo legal da fallencia algum acto que, dentro desse termo, seria revogavel em beneficio da massa;

4.º O fallido que se occultar, ausentar, negar informações e auxilio ao juiz e aos syndicos ou crear embaraços de qualquer especie, ao bom andamento da fallencia;

5.º O concordatario que por negligencia, descuido ou outro acto de culpa, concorrer para a deterioração da massa e consequente rescisão da concordata.

Art. 170. Incorrerão nas penas da fallencia fraudulenta :

1º O devedor que tiver empregado os fundos da casa comercial ou da empresa em despesas para fins reprovados, como jogos de qualquer especie, inclusive os chamados de Bolsa;

2.º O devedor que tiver desviado ou applicado a fins diversos do seu destino os valores de que era depositario, administrador ou mandatario;

3.º O devedor que não proceder ao archivamento e lançamento no Registro do Commercio, dentro dos 15 dias subsequentes á celebração do seu casamento (Cod. Com. art. 31), do contracto ante-nupcial, sendo o marido commerciante ao tempo do casamento; desse contracto e dos titulos dos bens incommunicaveis da mulher, dentro de 15 dias subsequentes ao começo do exercicio do commercio, quanto ao contracto ante-nupcial, e, dentro de 30 dias subsequentes á aquisição, quanto aos referidos bens; e dos titulos de aquisição de bens que não possam ser obrigados por dividas nos prazos aqui mencionados;

4.º Os corretores ou leiloeiros officiaes que tenham fallido, embora deixassem de exercer as suas funcções, uma vez que a fallencia se funde em actos que, nessa qualidade, praticaram ;

5.º O devedor que por meio de qualquer acto fraudulento ou de simulação fizer conluio com um ou mais credores para obter concordata preventiva ou concordata na fallencia;

6.º O fallido que reconhecer, como verdadeiros, creditos falsos, suppostos ou simulados, por occasião do processo de verificação de creditos;

7.º Quem quer que por si ou interposta pessoa ou por procurador, apresentar declarações falsas ou fraudulentas, ou juntar a ella titulos falsos, simulados ou menos verdadeiros, pedindo a sua inclusão na fallencia (art. 82) ou na concordata preventiva, ou a reivindicação de bens (art. 139);

8.º Qualquer pessoa, inclusive os syndicos, liquidatarios e guarda-livros que se mancommunar com o devedor para, por qualquer fórma, fraudar os credores ou auxiliar a occultar ou desviar bens, seja qual for a sua espécie, quer antes, quer depois da declaração da fallencia

9.º Qualquer pessoa que o occultar ou recusar aos syndicos e liquidatarios a entrega dos bens, creditos ou titulos que tenha do fallido; que admittir, depois de publicada a fallencia, cessão ou endosso do fallido ou com elle celebrar algum contracto ou ajuste sobre objecto que se prenda a interesses da massa;

10. O credor legitimo que fizer com o devedor, ou com terceiro, qualquer concerto em prejuizo da massa, ou transigir com o seu voto para obter vantagens para si nas deliberações e actos de concordata preventiva ou formada na fallencia, na quitação e reabilitação;

11. O corretor que intervier em qualquer operação mercantil do fallido, depois de publicada a fallencia.

Art. 171. No caso de fallencia de sociedade anonyma, os seus administradores ou liquidantes serão punidos com as penas da fallencia culposa, se por sua culpa ou negligencia a sociedade foi declarada fallida, ou se praticaram os actos definidos no art. 167 e no art. 169, ns. 2 a 5; e com as penas da fallencia fraudulenta, se se tratar de actos comprehendidos nos arts. 168 e 170, ns. 1, 2, 5, 6, 8 e 9.

Paragrapho unico. Os administradores das sociedades anonymas e em commandita por acções serão, também, punidos com as penas da fallencia fraudulenta se :

1. Deixarem de achivar e publicar, no prazo legal, qualquer das resoluções ou deliberações da sociedade, comprehendidas no art. 91 do decreto n. 434, de 4 de Julho de 1891;

2. Derem indicações inexactas sobre a importancia do capital subscrito e effectivamente entrado para a sociedade;

3. Distribuirem aos accionistas dividendos manifestamente ficticios, diminuindo, assim, o capital social.

Art. 172. Serão punidos com a pena do art. 232 do Codice Penal os juizes, syndicos e liquidatarios, avaliadores, peritos e officiaes de justiça que praticarem qualquer dos crimes ahi definidos.

§ 1.º Os syndicos e liquidatarios incorrerão nas penas da fallencia fraudulenta, se :

1. Derem informações e pareceres falsos ou inexactos, ou apresentarem relatorio contrario á verdade dos factos;

2. Derem extractos dos livros do fallido contrarios aos assentos ou lançamentos delles constantes.

§ 2.º Além destes crimes, os syndicos e liquidatarios responderão pelos actos que praticarem em opposição aos interesses a seu cargo, sendo equiparados, para os efeitos da penalidade e respectivo processo, aos funcionarios publicos.

Art. 173. Todos os crimes, de que trata esta lei, teem acção publica, podendo ser iniciado o processo por denuncia do Ministerio Publico ou por queixa dos liquidatarios ou de qualquer credor.

Em todos os termos da acção intentada por queixa, será ouvido o representante do Ministerio Publico, e em os daquella que o for por denuncia, poderão intervir os liquidatarios ou qualquer credor para auxillial-o.

Art. 174. O processo penal contra o fallido, seus cumplices e demais pessoas punidas pela presente lei correrá em auto apartado, distincto e independente do commercial e não poderá ser iniciado antes de declarada a fallencia.

§ 1.º O processo correrá até a pronuncia ou não pronuncia perante o juiz que declarou aberta a fallencia.

§ 2.º A petição inicial preencherá todos os requisitos exigidos pelas leis do processo penal, sendo instruida com o relatorio dos syndicos e as copias do processo da fallencia necessarias ou com documentos, si houver.

§ 3.º Quarenta e oito horas depois da primeira assembléa dos credores, o escrivão enviará ao representante do Ministerio Publico uma das cópias authenticas do relatorio dos syndicos e a cópia da acta da assembléa, com outros documentos que o juiz ordenar.

O representante do Ministerio Publico, dentro do prazo de 15 dias depois do recebimento desses papeis, requererá o archivamento

delles ou promoverá o processo penal contra o fallido, seus cumplices ou outras pessoas sujeitas á penallidade.

O archivamento dos papeis, a requerimento do representante do Ministerio Publico, não prejudica a acção penal por parte dos liquidatarios ou dos credores.

§ 4.º O processo será o da formação da culpa nos processos communs, com todos os recursos e garantias individuaes estabelecidos nas respectivas leis.

§ 5.º As autoridades policiaes remetterão ao juizo processante os inqueritos a que procederem.

§ 6.º Do despacho de pronuncia ou não pronuncia, caberá recurso para o superior competente.

Art. 175. Os crimes, de que trata esta lei, serão julgados pelo juiz de direito criminal do districto da séde do estabelecimento principal do fallido.

§ 1.º A fórma do processo do julgamento será a do decreto n. 707, de 9 de outubro de 1850.

§ 2.º Da sentença poderão appellar o réo, o representante do Ministerio Publico, a parte queixosa ou assistente, nos effeitos regulares.

Art. 176. A acção penal dos crimes definidos nesta lei prescreve um anno depois de encerrada a fallencia ou de cumprida a concordata e sempre que o fallido for rehabilitado.

Art. 177. O represetente do Ministerio Publico tem o direito de, em qualquer tempo, examinar todos os livros, papeis e actos relativos á fallencia.

Póde elle tambem pedir aos syndicos e liquidatarios cópias e extractos desses livros e papeis e exigir todas as informações de que necessitar.

TITULO XIV.

Das disposições especiaes.

Art. 178. Se do balanço ou de outras informações constar que o activo do fallido não excede de quinze contos de réis (15:000\$), o juiz procederá summariamente.

a) Elle nomeará um syndico que, com o representante do Ministerio Publico, arrecadará os bens, levantará ou verificará o balanço, convidará os credores para lhe apresentarem, dentro de 10 dias, as declarações e documentos probatorios de seus creditos (arts. 81 e 82), ouvirá o fallido (art. 83), organizará, á vista dessas provas e dos livros e documentos do mesmo fallido, a lista de todos os credores e a sua classificação, e fará o relatorio a que se refere o art. 65, n. 6.

b) Na assembléa dos credores, que se realizará dentro de 20 dias, o juiz procederá á verificação e classificação dos creditos, na conformidade do disposto nos artigos 84 e 85, dando os recursos legaes, sendo as impugnações, contestações e reclamações apresentadas nessa assembléa, e mandará ler o relatorio e documentos annexos (inventario, balanço, etc.), pondo-os em discussão.

c) Não se formando concordata, os credores nomearão um liquidatario, que immediatamente realizará o activo, pagará aos credores, não devendo essas operações exceder do prazo de seis mezes depois da assembléa.

Art. 179. Na fallencia das sociedades de credito real, observada-se-hão as disposições dos arts. 352 a 361 do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890.

A administração provisoria será nomeada pelo juiz, observada a disposição do citado art. 352.

Parapho unico. Aos administradores da fallencia das sociedades de credito real applicam-se, no que for possivel, as mesmas disposições relativas aos syndicos e liquidatarios, inclusive a parte penal.

Art. 180. A fallencia das empresas ou sociedades anonymas concessionarias de serviços publicos federaes, estaduaes e municipaes, não interromperá esses serviços e a construcção das obras necessarias constantes dos respectivos contractos.

Se, entretanto, a parte das obras em construcção não prejudicar o serviço regular na parte já construida e em trafego, o juiz, ouvida a pessoa administrativa concedente, os syndicos ou liquidatarios e os representantes da empresa ou sociedade fallida, e attendendo aos contractos, aos recursos e vantagens da massa, e ao beneficio publico, poderá ordenar a suspensão de taes obras.

§ 1.º Os serviços publicos e as obras proseguirão sob a direcção dos syndicos ou liquidatarios, junto aos quaes haverá um fiscal, nomeado pela pessoa administrativa concedente.

§ 2.º Esse fiscal será ouvido sobre todos os actos dos syndicos ou liquidatarios relativos áquelles serviços e obras, inclusivamente sobre a nomeação do pessoal technico e organização provisoria de taes serviços e obras, e poderá examinar todos os livros, papeis, escripturação e contas da empresa fallida e dos syndicos ou liquidatarios e requerer o que for a bem dos interesses a seu cargo.

A pessoa administrativa concedente dará ao seu fiscal as devidas instrucções para a observancia dos contractos, e elle deverá assistir ás reuniões dos syndicos ou liquidatarios (art. 68, § 1º), onde dará, por escripto, as razões do seu parecer divergente.

Em caso de divergencia com os syndicos ou liquidatarios, poderá recorrer para o juiz.

§ 3.º Declarada a fallencia de taes empresas ou sociedades, a pessoa administrativa concedente será notificada para se representar na fallencia e nomear o fiscal, de que trata o § 1.º.

A falta ou demora da nomeação do fiscal não prejudicará o andamento do processo da fallencia.

§ 4.º Depende de autorização da pessoa administrativa concedente a transferencia da concessão e direitos della decorrentes a terceiros por força da liquidação da massa fallida.

Art. 181. As juntas commerciaes estabelecerão, em sua secretaria, o registro dos livros commerciaes submettidos á rubrica. Nesse registro serão lançados os nomes dos commerciantes que apresentarem livros para aquelle fim, a natureza de cada um, o numero de folhas e a data em que se satisfizer aquella formalidade.

Os lançamentos nesse registro serão gratuitos, dando-se as certidões que forem solicitadas.

Art. 182. O representante do Ministerio Publico, além das attribuições expressas na presente lei, deverá assistir ao exame de livros do fallido e do devedor que requerer concordata preventiva, e ser ouvido *ex-officio* ou a requerimento da parte, naquelles assumptos que se relacionarem com o desempenho de suas funcções na parte penal das fallencias.

§ 1.º Pelos actos que o representante do Ministerio Publico praticar, perceberá os emolumentos lixados nos respectivos regimentos de custas.

§ 2.º Na Capital Federal, o curador das massas fallidas continuará a ser o representante do Ministrio Publico, ficando eleivada a 9:600\$ a gratificação que actualmente percebe, para cujo pagamento o Governo abrirá o necessario credito.

§ 3.º Os Estados poderão criar identicos cargos sem ampliar as attribuições do Ministerio Publico definidas na presente lei, nem lhes marcar commissões ou porcentagens por conta das massas.

TITULO XV.

Das disposições geraes.

Art. 183. Todos os prazos marcados nesta lei correrão em cartorio independentemente de serem assignados em audiencia ; serão continuos, peremptorios e improrogaveis.

§ 1.º Não se conta no prazo o dia em que começar, mas conta-se aquelle em que findar.

§ 2.º Se os prazos terminarem em domingo ou dia feriado, ficam prorogados até ao primeiro dia util seguinte.

§ 3.º A terminação de qualquer prazo será certificada nos autos pelo escrivão.

§ 4.º Não podem os escrivães conservar autos em cartorio por mais de 24 horas depois de preparados, sob pena de suspensão, mediante reclamação da parte.

§ 5.º Aos processos de fallencia e de todos o seus incidentes aplicar-se-hão as disposições dos arts. 40 a 42 lei, n. 1.338, de 9 de Janeiro de 1905, sobre a vista dos autos aos advogados e representantes do Ministerio Publico, reduzido o prazo de cinco dias do art. 42 ao de 48 horas.

Se o advogado deixar de restituir a cartorio os autos no prazo legal, tambem, não mais se lhe dará vista senão era cartorio.

Art. 184. Os processos de fallencia e seus incidentes preterem na ordem dos feitos a todos os do Juizo Commercial e não se suspendem durante as férias.

Em segunda instancia, os aggravos serão julgados com a maior rapidez, preferindo aos outros feitos commerciaes, e o accordão lavrado na mesma sessão do julgamento ou na seguinte, o mais tardar.

Art. 185. O prazo para a interposição dos aggravos de petição ou de instrumento será o de cinco dias, salvo o caso do art. 86, §1.º, desta lei.

§ 1.º Esses aggravos serão julgados pelos tribunaes superiores ou camaras ou secções destes tribunaes, que conhecerem das appellações commerciaes, e a elles não poderão ser oppostos outros embargos que os de simples declaração, em caso de omissão, obscuridade ou contradicção do julgado.

§ 2.º O processo em primeira e segunda instancia dos aggravos de petição ou de instrumento será o mesmo do processo commum, podendo o aggravante juntar a sua minuta quaesquer documentos. O aggravado poderá contraminutar qualquer desses aggravos, tendo para isso prazo igual ao do aggravante.

§ 3.º Para a execução da sentença proferida em gráo de appellação ou em aggravo de instrumento, basta a certidão authentica do julgado do tribunal superior, passada pelo escrivão da appellação ou do aggravo.

§ 4.º Nos aggravos de petição, a execução far-se-ha o processo original, que para esse fim dever baixar ao juizo inferior, com a maior urgencia e sem ficar traslado.

Art. 186. As publicações officiaes sobre fallencia e concordata preventiva serão insertas por tres vezes, ao menos, no *Diario Official* da União ou do Estado, ou, si no legar não houver este *Diario*, no jornal designado para publicar os actos officiaes dos juizes e tribunaes.

§ 1.º Não será attendivel, para qualquer effeito, a allegação de não ter recebido cartas, avisos ou notificações pelo Correio ou pelo Telegrapho, quando a publicação tiver sido feita nos jornaes acima referidos.

A parte prejudicada pela falta do recebimento dessas cartas, avisos ou notificações, terá acção de perdas e danos contra quem se mostrou desidioso no cumprimento de deveres que esta lei impõe.

§ 2.º O escrivão certificará sempre nos autos qual o numero e a data do *Diario Official* ou do jornal que fez a publicação e quantas vezes.

§ 3.º Todos os editaes e avisos ou communicados pela imprensa serão precedidos da epigraphe “Fallencia de N. Aviso a...” “Concordata preventiva de N. Aviso a...”

§ 4.º Os syndicos e liquidatarios nos avisos que são obrigados a dar pela imprensa, quando entrarem no exercicio de suas funcções, declararão qual o jornal que publicará os actos officiaes da fallencia.

§ 5.º Tratando-se de avisos que exijam larga publicação, como o de que trata o § 4.º acima, venda de bens e outros actos, os syndicos e liquidatarios poderão mandar reproduzil-os em outros jornaes do logar e de fóra.

§ 6.º Se no logar não houver jornaes, as publicações serão feitas por editaes affixados na porta da sala dos auditorios.

Art. 187. Os juizes e escrivães perceberão nos processos de fallencia e seus incidentes as custas dos seus regimentos, approvados pelo poder federal ou estadual.

Os escrivães não terão mais de 500 réis por circular ou carta que enviarem.

O salario dos peritos pelos exames de livros do fallido será arbitrado pelo juiz, não exedendo de 300\$ para cada um. Si se tratar de trabalho excepcional, nas fallencias de grande activo, os syndicos poderão préviamente ajustar os salarios desses peritos e submetter á approvação do juiz, não excedendo, em caso algum, do dobro daquella taxa.

Na verificação de contas de que trata o art. 1º, n. 8, o salario maximo será de 50\$ para cada perito.

Os avaliadores terão pela metade as custas taxadas nos respectivos regimentos.

O depositario de que trata o art. 15 perceberá um quarto das taxas marcadas nos regimentos de custas para os depositarios judiciaes e nada perceberá si for o requerente da fallencia ou pessoa sobre que recahir a nomeação de syndico.

Os contadores judiciaes perceberão pela metade as custas taxadas no seus regimentos.

A massa não pagará custas a advogados dos credores e do fallido.

Art. 188. A commissão dos agentes de leilões, que venderem bens das massas fallidas, será a estabelecida no art. 2.º do decreto legislativo n. 857, de 9 de Agosto de 1902, observada a disposição do seu art. 3º.

A commissão será paga sómente pelos compradores.

Art. 189. Os depositos de dinheiro, que esta lei manda fazer em estabelecimentos bancarios, serão realizados, onde estes não existirem, em mão dos syndicos ou liquidatarios.

Art. 190. Os processos de fallencias e das liquidações forçadas das sociedades anonymas, já iniciados na época da promulgação desta lei, serão regulados pelo direito anterior, salvo as concordatas, prestações de contas dos syndicos e reabilitação, que ficarão sujeitas ás disposições da presente lei.

Art. 191. A presente lei não depende de regulamento do Poder Executivo.

Art. 192. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1908, 20.º da
Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

APPENDICE

Decreto N. 2.044 — de 31 de Dezembro de 1908.

DEFINE A LETRA DE CAMBIO E A NOTA PROMISSORIA E
REGULA AS OPERAÇÕES CAMBIAES

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono
a seguinte resolução :

TITULO I **DA LETRA DE CAMBIO**

CAPITULO I

Do saque

Art. 1.º A letra de cambio é uma ordem de pagamento, deve conter estes requisitos, lançados, por extenso, no contexto :

I. A denominação “letra de cambio” ou a denominação equivalente na lingua em que for emittida.

II. A somma de dinheiro a pagar e a especie de moeda.

III. O nome da pessoa que deve pagar-a. Esta indicação pode ser inserida abaixo do contexto.

IV. O nome da pessoa a quem deve ser paga. A letra póde ser ao portador e tambem pode ser emittida por ordem e conta de terceiro. O sacador póde designar-se como tomador.

V. A assignatura do proprio punho do sacador ou do mandatario especial. A assignatura deve ser firmada abaixo do contexto.

Art. 2.º Não será letra de cambio o escripto a que faltar qualquer dos requisitos acima enumerados.

Art. 3.º Esses requisitos são considerados lançados, ao tempo da emissão da letra. A prova em contrario será admittida no caso de má fé do portador.

Art. 4.º Presume-se mandato ao portador para inserir a data e o logar do saque, na letra que não os contiver.

Art. 5.º Havendo differença entre o valor lançado por algarismo e o que se achar por extenso no corpo da letra, este ultimo será sempre considerado verdadeiro e a differença não prejudicará a letra. Diversificando as indicações da somma de dinheiro no contexto, o titulo não será letra de cambio.

Art. 6.º A letra póde ser passada :

I. Á vista.

II. A dia certo.

III. A tempo certo da data.

IV. A tempo certo da vista.

Art. 7.º A época do pagamento deve ser precisa, uma e unica para a totalidade da somma cambial.

CAPITULO II

Do endosso

Art. 8.º O endosso transmite a propriedade da letra de cambio.

Para a validade do endosso, é sufficiente a simples assignatura do proprio punho do endossador ou do mandatario especial, no verso da letra. O endossatario póde completar este endosso.

§ 1.º A clausula “por procuração”, lançada no endosso, indica o mandato com todos os poderes, salvo o caso de restricção, que deve ser expressa no mesmo endosso.

§ 2.º O endosso posterior ao vencimento da letra tem o effeito de cessão civil.

§ 3.º É vedado o endosso parcial.

CAPITULO III

Do acceite

Art. 9.º A apresentação da letra ao acceite é facultativa, quando certa a data do vencimento. A letra a tempo certo da vista deve ser apresentada ao acceite do sacado, dentro do prazo nella marcado; na falta de designação, dentro de seis mezes contados da data da emissão do titulo, sob pena de perder o portador o direito regressivo contra o sacador, endossadores e avalistas.

Parapho unico. O acceite da letra, a tempo certo da vista, deve ser datado, presumindo-se, na falta de data, o mandato ao portador para inseril-a.

Art. 10. Sendo dous ou mais os sacados, o portador deve apresentar a letra ao primeiro nomeado; na falta ou recusa do aceite ao segundo, si estiver domiciliado na mesma praça; assim, successivamente, sem embargo da fórmula da indicação na letra dos nomes dos sacados.

Art. 11. Para a validade do acceite, é sufficiente a simples assignatura do proprio punho do sacado ou do mandatario especial, no anverso da letra.

Vale, como acceite puro, a declaração que não traduzir inequivocamente a recusa, limitação ou modificação.

Paragrapho unico. Para os effeitos cambiaes, a limitação ou modificação do aceite equivale á recusa, ficando, porém, o acceitante cambialmente vinculado, nos termos da limitação ou modificação.

Art. 12. O aceite, uma vez firmado, não póde ser cancellado nem retirado.

Art. 13. A falta ou recusa do aceite prova-se pelo protesto.

CAPITULO IV

Do aval

Art. 14. O pagamento de uma letra de cambio, independente do aceite e do endosso, póde ser garantido por aval.

Para a validade do aval, é sufficiente a simples assignatura do proprio punho do avalista ou do mandatario especial, no verso ou no anverso da letra.

Art. 15. O avalista é equiparado áquelle cujo nome indicar; na falta de indicação, áquelle abaixo de cuja assignatura lançar a sua; fora destes casos, ao acceitante e, não estando acceita a letra, ao sacador.

CAPITULO V

Da multiplicação da letra de cambio

SECÇÃO I

Das Duplicatas

Art. 16. O sacador, sob pena de responder por perdas e interesses, é obrigado a dar, ao portador, as vias de letra que este reclamar antes do vencimento, diferenciadas, no contexto, por numeros

de ordem ou pela resalva, das que se extraviaram. Na falta da diferenciação ou da resalva, que torne inequívoca unicidade da obrigação, cada exemplar valerá como letra distinta.

§ 1.º O endossador e o avalista, sob pena de responderem por perdas e interesses, são obrigados a repetir, na duplicata, o endosso e o aval firmados no original.

§ 2.º O sacado fica cambialmente obrigado por cada um dos exemplares em que firmar o aceite.

§ 3.º O endossador de dous ou mais exemplares da mesma letra a pessoas diferentes, e os successivos endossadores e avalistas ficam cambialmente obrigados.

§ 4.º O detentor da letra expedida para o aceite é obrigado entregal-a ao legitimo portador da duplicata, sob pena de responder por perdas e interesses.

CAPITULO VI

Do vencimento

Art. 17. A letra á vista vence-se no acto da apresentação ao sacado.

A letra, a dia certo, vence-se nesse dia. A letra, as dias da data ou da vista, vence-se no ultimo dia do prazo; não se conta, para a primeira, o dia do saque, e, pata a segunda, o dia do aceite.

A letra a semanas, mezes ou annos da data oa da vista vence no dia da semana, mez ou anno do pagamento, correspondente ao dia do saque ou ao dia do aceite. Na falta do dia correspondente, vence-se no ultimo dia do mez do pagamento.

Art 18 Sacada a letra em paiz, onde vigorar outro calendario, sem a declaração do adoptado, verifica-se o termo do vencimento,

contando-se do dia do calendario gregoriano, correspondente ao da emissão da letra pelo outro calendario.

Art. 19. A letra é considerada vencida, quando protestada:

I. Pela falta ou recusa do acceite:

II. Pela fallencia do acceitante

O pagamento, nestes casos, continúa differido até ao dia do vencimento ordinario da letra, occorrendo o acceite de outro sacado nomeado ou, na falta, a acquiescencia do portador, expressa no acto do protesto, ao acceite na letra, pelo interveniente voluntario.

CAPITULO VII

Do pagamento

Art. 20. A letra deve ser apresentada ao sacado oa ao acceitante para o pagamento, no logar designado e no dia do vencimento ou, sendo este dia feriado por lei, no primeiro dia util immediato, sob pena de perder o portador o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas.

1.º Será pagavel á vista a letra que não indicar a época do vencimento. Será pagavel, no logar mencionado ao pé do nome do sacado, a letra que não indicar o logar do pagamento.

É facultada a indicação alternativa de logares de pagamento, tendo o portador direito de opção. A letra póde ser sacada sobre uma pessoa, para ser paga no domicilio de outra, indicada pelo sacador ou pelo acceitante.

§ 2.º No caso de recusa ou falta de pagamento pelo acceitante, sendo dous ou mais os sacados, o portador deve apresentar a letra ao primeiro nomeado, se estiver domiciliado na mesma praça; assim

successivamente, sem embargo da fôrma da indicação na letra dos nomes dos sacados.

§ 3.º Sobrevindo caso fortuito ou força maior, a apresentação deve ser feita, logo que cessar o impedimento.

Art. 21. A letra á vista deve ser apresentada ao pagamento dentro do prazo nella marcado; na falta desta designação dentro de 12 mezes, contados da data da emissão do titulo, sob pena de perder o portador o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas.

Art. 22. O portador não é obrigado a receber o pagamento antes do vencimento da letra. Aquelle que paga uma letra, antes do respectivo vencimento, fica responsavel pela validade desse pagamento.

§ 1.º O portador é obrigado a receber o pagamento parcial, ao tempo do vencimento.

§ 2.º O portador é obrigado a entregar a letra com a quitação áquelle que effectua o pagamento; no caso do pagamento parcial, em que se não opera a tradição do titulo, além da quitação em separado, outra deve ser firmada na propria letra.

Art. 23. Presume-se validamente desonerado aquelle que paga a letra no vencimento, sem opposição.

Paragrapho unico. A opposição ao pagamento é sómente admissivel no caso de extravio da letra, de fallencia ou incapacidade do portador para recebel-o.

Art. 24. O pagamento feito pelo acceitante ou pelos respectivos avalistas desonera da responsabilidade cambial todos os co-obrigados.

O pagamento feito pelo sacador, pelos endossadores ou respectivos avalistas desonera da responsabilidade cambial os co-obrigados posteriores.

Parapho unico. O endossador ou o avalista, que paga ao endossatario ou ao avalista posterior, póde riscar o proprio endosso ou avale os dos endossadores ou avalistas posteriores.

Art. 25. A letra de cambio deve ser paga na moeda indicada. Designada moeda estrangeira, o pagamento, salvo determinação em contrario, expressa na letra, deve ser effectuado em moeda nacional, ao cambio á vista do dia do vencimento e do logar do pagamento; não havendo no logar urso de cambio, pelo da praça mais proxima.

Art. 26. Se o pagamento de uma letra de cambio não for exigido no vencimento, o acceitante póde, depois de expirado o prazo para o protesto por falta de pagamento, depositar o valor da mesma, por conta e risco do portador, independente de qualquer citação.

Art. 27. A falta ou recusa, total ou parcial, de pagamento, prova-se pelo protesto.

CAPITULO VIII.

Do protesto.

Art. 28. A letra que houver de ser protestada por falta de acceite ou de pagamento deve ser entregue ao official competente, no primeiro dia util que se seguir ao da recusa do acceite ou ao do vencimento, e o respectivo protesto tirado dentro de tres dias uteis.

Parapho unico. O protesto deve ser tirado do logar indicado, na letra para o acceite ou para o pagamento. Sacada ou acceita a letra para ser paga em outro domicilio que não o do sacado, naquelle domicilio deve ser tirado o protesto.

Art. 29. O instrumento de protesto deve conter :

I. A data;

II. A transcrição litteral da letra e das declarações nella inseridas pela ordem respectiva;

III. A certidão da intimação ao sacado ou ao acceitante ou aos outros sacados, nomeados no letra para acceitar ou pagar, a respota dada ou a declaração da falta da resposta;

A intimação é dispensada no caso do sacado ou acceitante firmar na letra a declaração da recusa do acceite ou do pagamento e, na hypothese do protesto, por causa de fallencia do acceitante;

IV. A certidão de não haver sido encontrada ou de ser desconhecida a pessoa, indicada para acceitar ou para pagar.

Nesta hypothese, o official affixará a intimação nos logares do estylo e, se possivel, a publicará pela imprensa;

V. A indicação dos intervenientes voluntarios e das firmas por elles honradas;

VI. A acquiescencia do portador ao acceite por honra;

VII. A assignatura, com o signal publico, do official do protesto.

Paragrapho unico. Este instrumento, depois de registrado no livro de protestos, deverá ser entregue ao detentor ou portador da letra ou áquelle que houver effectuado o pagamento.

Art. 30. O portador é obrigado a dar aviso do protesto ao ultimo endossador dentro de dous dias, contados da data do instrumento do protesto e cada endossatario, dentro de dous dias, contados do

recebimento do aviso, deve transmittil-o ao seu endossador sob pena de responder por perdas e interesses.

Não constando do endosso o domicilio ou a residencia do endossador, o aviso deve ser transmittido ao endossador anterior, que houver satisfeito aquella formalidade.

Paragrapho unico. O aviso póde ser dado em carta registrada. Para esse fim, a carta será levada aberta ao Correio, onde, verificada a existencia do aviso, se declarará o conteudo da carta registrada no conhecimento e talão respectivo.

Art. 31. Recusada a entrega da letra por aquelle que a recebeu para firmar o acceite ou para effectuar o pagamento, o protesto póde ser tirado por outro exemplar ou, na falta, pelas indicações do protestante.

Paragrapho unico. Pela prova do falto, póde ser decretada a prisão do detentor da letra, salvo depositando este a somma cambial e a importancia das despesas feitas.

Art. 32. O portador que não tira, em tempo util e forma regular, o instrumento do protesto da letra perde o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas.

Art. 33. O official que não lavra, em tempo util e fórmula regular o instrumento do protesto, além da pena em que incorrer, segundo o Codigo Penal, responde por perdas e interesses.

CAPITULO IX.

Da intervenção.

Art. 34. No acto do protesto pela falta ou recusa do acceite, a letra póde ser aceita por terceiro, mediante a acquiescencia do detentor ou portador.

A responsabilidade cambial deste interveniente é equiparada á do sacado que aceita.

Art. 35. No acto do protesto, exceptuada apenas a hypothese do artigo anterior, qualquer pessoa tem o direito de intervir para affectuar o pagamento da letra, por honra de qualquer das firmas.

§ 1.º O pagamento, por honra da firma do acceitante ou dos respectivos avalistas, desonera da responsabilidade cambial todos os co-obrigados.

O pagamento, por honra da firma do sacador, do endossador ou dos respectivos avalistas, desonera da responsabilidade cambial todos os co-obrigados posteriores.

§ 2.º Não indicada a firma, entende-se ter sido honrada a do sacador, quando aceita a letra, a do acceitante.

§ 3.º Sendo multiplas as intervenções, conccoram ou não co-obrigados, deve ser preferido o interveniente, que desonera maior numero de firmas.

Multiplas as intervenções pela mesma firma, deve ser preferido o interveniente co-obrigado; na falta deste, o sacado; na falta de ambos, o detento ou portador tem a opção. É vedada a intervenção ao acceitante ou ao respectivo avalista.

CAPITULO X.

Da annullação da letra.

Art. 33. Justificando a propriedade e o extravio ou a destruição total ou parcial da letra, descripta com clareza e precisão, o proprietario póde requerer ao juiz competente do logar do pagamento, na hypothese de extravio, a intimação do sacado ou do acceitante e dos co-obrigados, para não pagarem a alludida letra, e a citação do detentor para

apresental-a em juizo, dentro do prazo de tres mezes, e, nos casos de extravio e de destruição, a citação dos co-obrigados para, dentro do referido prazo, opporem contestação, firmada em defeito de fôrma do titulo ou, na falta de requisito essencial, ao exercicio da acção cambial.

Estas citações e intimações devem ser feitas pela imprensa, publicadas no jornal official do Estado e no *Diario Official* para o Districto Federal e nos periodicos indicados pelo juiz, além de affixadas nos logares do estylo e na bolsa da praça do pagamento.

§ 1.º O prazo de tres mezes corre da data do vencimento; estando vencida a letra, da data da publicação no jornal official.

§ 2.º Durante o curso desse prazo, munido da certidão do requerimento e do despacho favoravel do juiz, fica o proprietario autorizado a praticar todos os actos necessarios á garantia do direito creditorio, podendo, vencida a letra, reclamar do acceitante o deposito judicial da somma devida.

§ 3.º Decorrido o prazo, sem se apresentar o portador legitimado (art. 39) da letra, ou sem a contestação do co-obrigado (art. 36), o juiz decretará a nullidade do titulo extraviado ou destruido o ordenará, em beneficio do proprietario, o levantamento do deposito da somma, caso tenha sido feito.

§ 4.º Por esta sentença, fica o proprietario habilitado, para o exercicio da acção executiva, contra o acceitante e os outros co-obrigados.

§ 5.º Apresentada a letra pelo portador legitimado (art. 39) ou offerecida a contestação (art. 36) pelo co-obrigado, o juiz julgará prejudicado o pedido de annullação da letra, deixando, salvo á parte, o recurso aos meios ordinarios.

§ 6.º Da sentença proferida no processo cabe o recurso de agravo com effeito suspensivo.

§ 7.º Este processo não impede o recurso á duplicata e nem para os effeitos da responsabilidade civil do co-obrigado, dispensa o aviso immediato do extravio, por cartas registradas, endereçadas ao sacado, ao acceitante e aos outros co-obrigados, pela fórmula indicada no paragrapho unico do art. 30.

CAPITULO XI.

Do resaque.

Art. 31. O portador da letra protestada póde haver o embolso da somma devida, pelo resaque de nova letra de cambio, á vista, sobre qualquer dos obrigados.

O resacado que paga póde, por seu turno, resacar sobre qualquer do co-obrigados a elle anteriores.

Paragrapho unico. O resaque deve ser acompanhado da letra protestada, do instrumento do protesto e da conta de retorno.

Art. 38. A conta de retorno deve indicar.

I. A somma cambial e a dos juros legaes, deste o dia do vencimento;

II. A somma das depezas legaes : protesto, commissão, porte de cartas, sellos, e dos juros legaes, deste o dia em que foram feitas;

III. O nome do resacado;

IV. O preço do cambio, certificado por corretor ou, na falta por dous commerciantes.

§ 1.º O recambio é regulado pelo curso do cambio da praça do pagamento, sobre a praça do domicilio ou da residencia do resacado; o

recambio, devido ao endossador ou ao avalista que resaca, é regulado pelo curso do cambio da praça do resaque, sobre á praça da residencia ou do domicilio do resacado.

Não havendo curso de cambio na praça do resaque, o recambio é regulado pelo curso do cambio da praça mais proxima.

§ 2.º É facultado o cumulo dos recambios, nos successivos resques.

CAPITULO XII.

Dos direitos e das obrigações cambiaes.

SECCÇÃO I.

Dos direitos.

Art. 39. O possuidor é considerado legitimo proprietario da letra ao portador e da letra endossada em branco.

O ultimo endossatario é considerado legitimo proprietario da letra endossada em preto, se o primeiro endosso estiver assignado pelo tomador e cada um dos outros, pelo endossatario do endosso, immediatamente anterior.

Seguindo-se, ao endosso em branco, outro endosso, presume-se haver o endossador deste adquirido por aquelle a propriedade da letra.

§ 1.º No caso de pluralidade de tomadores ou de endossatarios, conjunctos ou disjunctos, o tomador ou o endossatario possuidor da letra é considerado, para os effeitos cambiaes, o credor unico da obrigação.

§ 2.º O possuidor, legitimado de accôrdo com este artigo, sómente no caso de má fé na aquisição, póde ser obrigado a abrir mão da letra de cambio.

Art. 40. Quem paga não está obrigado a verificar a authenticidade dos endossos.

Parapho unico. O interveniente voluntario que paga fica subrogado em todos os direitos daquelle, cuja firma foi por elle honrada.

Art. 41. O detentor, embora sem titulo algum, está autorizado a praticar-as diligencias necessarias, á garantia do credito, a reclamar o acceite, a tirar os protestos, a exigir, ao tempo do vencimento, o deposito da somma cambial.

SECÇÃO II

Das o brigações.

Art. 42. Póde obrigar-se, por letra de cambio, quem tem a capacidade civil ou commercial.

Parapho unico. Tendo a capacidade pela lei brasileira, o estrangeiro fica obrigado pela declaração, que firmar, sem embargo da sua incapacidade, pela lei do Estado a que pertencer.

Art. 43. As obrigações cambiaes são autonomas e independentes umas das outras. O signatario da declaração cambial, fica, por ella, vinculado e solidariamente responsavel pelo acceite e pelo pagamento da letra, sem embargo da falsidade, da falsificação ou da nullidade de qualquer outra assignatura.

Art. 44. Para os effeitos cambiaes, são consideradas não escriptas :

I. A clausula de juros;

II. A clausula prohibitiva do endosso ou do protesto, a excludente da responsabilidade pelas despesas e qualquer outra,

dispensando a observancia dos termos ou das formalidades prescriptas por esta lei;

III. A clausula prohibitiva da apresentação da letra ao acceite do sacado;

IV. A clausula excludente ou restrictiva da responsabilidade e qualquer outra beneficiando o devedor ou o credor, além dos limites fixados por esta lei.

§ 1.º Para os efeitos cambiaes, o endosso ou aval cancellado é considerado não escripto.

§ 2.º Não é letra de cambio o titulo em que o emittente exclue ou restringe a sua responsabilidade cambial.

Art. 45. Pelo acceite, o sacado fica cambialmente obrigado para com o sacador e respectivos avalistas.

§ 1.º A letra endossada ao acceitante, póde ser por este reendossada, antes do vencimento.

§ 2.º Pelo reendosso da letra, endossada ao sacador, ao endossado ou ao avalista, continuam cambialmente obrigados os co-devedores intermedios.

Art. 46. Aquelle que assigna a declaração cambial, como mandatario ou representante legal de outrem, sem estar devidamente autorizado, fica, por ella, pessoalmente obrigado.

Art. 47. A substancia, os effeitos, a fórmula extrinseca e os meios de prova da obrigação cambial são regulados pela lei do logar, onde a obrigação foi firmada.

Art. 48. Sem embargo da desoneração da responsabilidade cambial, o sacador ou o acceitante fica obrigado a restituir ao portador, com os juros legaes, a somma com a qual se completou á custa deste.

A acção do portador, para este fim, é a ordinaria.

CAPITULO XIII

Da acção cambial.

Art. 49. A acção cambial é a executiva.

Por ella, tem tambem o credor o direito de reclamar a importancia que receberia pelo resaque (art. 38).

Art. 50. A acção cambial póde ser proposta contra um, alguns ou todos os co-obrigados, sem estar o credor adistricto á observancia da ordem dos endossos.

Art. 51. Na acção cambial, sómente é admissivel defesar fundada no direito pessoal do réo contra o autor, em defeito de fórmula do titulo e na falta de requisito necessario ao exercicio da acção.

CAPITULO XIV

Da prescrição da acção cambial

Art. 52. A acção cambial, contra o sacador, acceitante e respectivos avalistas, prescreve em cinco annos.

A acção cambial contra o endossador e respectivo avalista prescreve em 12 mezes.

Art. 53. O prazo da prescrição é contado do dia em que a acção póde ser proposta; para o endossador ou respectivo avalista que paga, do dia desse pagamento.

TITULO II
NOTA PROMISSORIA
CAPITULO I
Da Emissão

Art. 54. A nota promissoria é uma promessa de pagamento e deve conter estes requisitos essenciaes, lançados, por extenso, no contexto:

I. A denominação de “Nota promissoria” ou termo correspondente, na lingua, em que for emittida;

II. A somma de dinheiro a pagar;

III. O nome da pessoa a quem deve ser paga;

IV. A assignatura do proprio punho do emittente ou do mandatario especial.

§ 1.º Presume-se ter o portador o mandato para inserir a data e logar da emissão da nota promissoria, que não contiver estes requisitos.

§ 2.º Será pagavel á vista a nota promissoria que não indicar a época do vencimento. Será pagavel no domicilio do emittente, a nota promissoria que não indicar o logar do pagamento.

É facultada a indicação alternativa de logar de pagamento, tendo o portador direito de opção.

§ 3.º Diversificando as indicações da somma do dinheiro, será considerada verdadeira a que se achar lançada por extenso no contexto.

Diversificado no contexto as indicações da somma de dinheiro, o titulo não será nota promissoria.

§ 4º Não será nota promissoria o escripto ao qual faltar qualquer dos requisitos acima enumerados. Os requisitos essenciaes são consideradas lançados, ao tempo da emissão da nota promissoria. No caso de má fé do pôrtador, será admittida prova em contrario.

Art. 55. A nota promissoria póde ser passada :

I. A vista;

II. A dia certo;

III. A tempo certo da data.

Paragrapho unico. A época do pagamento deve ser precisa e unica para toda a somma devida.

CAPITULO II

Disposições geraes.

Art. 56. São applicaveis á nota promissoria, com as modificações necessarias, todos os dispositivos do titulo I desta lei, excepto os que se referem ao acceite e ás duplicatas.

Para o effeito da applicação de taes dispositivos, o emittente da nota promissoria é equiparado ao acceitante da letra de cambio.

Art. 57. Ficam revogados todos os artigos do titulo XVI do Codigo Commercial e mais disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1908, 20.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 916, 24 de Outubro de 1890.

CRIA O REGISTRO DE FIRMAS OU RAZÕES COMMERCIAIS

Art. 1. E creado o registro das firmas ou razões commerciaes a cargo da secretaria das Juntas Commerciaes e das Inspectorias commerciaes nas respectivas sédes e dos officiaes do registro das hypothecas nas outras comarcas.

Art. 2. Firma ou razão commercial é o nome sob o qual o commerciante ou sociedade exerce o commercio e assigna-se nos actos a elle referentes.

Art. 3. O commerciante que não tiver socio ou o tiver não ostensivo ou sem contracto devidamente archivado, não poderá tomar para firma senão o seu nome, completo ou abreviado, additando, se quizer, designação mais precisa de sua pessoa ou genero de negocio.

§ 1. A firma de sociedade em nome colectivo deve, se não individualisar todos os socios, conter pelo menos o nome ou firma de um com o aditamento por extenso ou abreviado — "*e companhia*", não podendo d'ella fazer parte pessoa não commerciante.

§ 2. A firma de sociedade em commandita simples ou por acções deve conter o nome ou firma de um ou mais socios pessoal e solidariamente responsaveis com o additamento por extenso ou abreviado — "*e companhia*", sem que se inclua o nome completo ou abreviado de qualquer commanditario, podendo a que tiver o capital dividido em acções qualificar-se por denominação especial ou pela designação de seu objecto seguida das palavras — "*Sociedade em commandita por acções*", e da firma.

§ 3. A firma de sociedade de capital e industria não poderá conter o nome por extenso ou abreviado do socio de industria.

Art. 4. As companhias anonymas designar-se-hão por uma denominação particular ou pela indicação de seu objecto, não lhes sendo permittido ter firma ou razão social nem incluir na designação o nome por extenso ou abreviado de um accionista.

Paragrapho unico. As companhias anonymas estrangeiras com autorização para funcionar ou ter agencias na Republica conservarão a designação com que se tiverem constituido no paiz de origem.

Art. 5. Quem exercer o commercio terá o direito de fazer registrar ou inscrever a firma ou razão commercial no registro da séde do estabelecimento principal, podendo fazer inscrevel-a tambem na séde dos estabelecimentos filiaes, uma vez que a do estabelecimento principal, quando situado na Republica, estiver inscripta.

Art. 6. Toda firma nova deverá se distinguir de qualquer outra que exista inscripta no registro do logar.

§ 1. Se o commerciante tiver nome identico ao de outro já inscripto, deverá accrescentar designação que o distinga.

§ 2. Quando se estabelecer uma filial e no logar já existir firma identica inscripta, dever-se-ha observar o disposto no paragrapho antecedente.

Art. 7. É prohibida a aquisição de firma sem a do estabelecimento a que estiver ligada.

Paragrapho unico. O adquirente por acto *inter vivos* ou *mortis causa* poderá continuar a usar da firma antecedendo-a da de que usar, com a declaração — "*successor de...*"

Art. 8. Modificada uma sociedade pela retirada ou morte de socio, a firma não poderá conservar o nome do socio que se retirou ou falleceu.

Paragrapho unico. A pessoa que emprestar o nome como socio, ainda que não tenha interesse nos lucros da sociedade, será responsavel por todas as obrigações da mesma sociedade que forem contrahidas sob a firma social.

Art. 9. Cessando o exercicio do commercio, dissolvida e liquidada uma sociedade, a inscripção da firma será cancellada.

Art. 10. O emprego ou uso illegal de firma registrada ou incripta dará direito ao dono de exigir a prohibição d'esse uso e a indemnização por perdas e damnos, além da acção criminal que no caso couber.

§ 1. A acção será summaria e processada no juizo commercial.

§ 2. A propriedade da firma é imprescriptivel e só deixará de subsistir ns caso do art. 9.

§ 3. Tambem será summaria e processada no juizo commercial a acção para obrigar o concurrente, que tenha direito a firma identica, a modifical-a por fórmula que seja impossivel erro ou confusão.

Art. 11. A inscripção no registro é facultativa e será feita em lixro especial, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente da Junta Commercial, ou pelo inspector commercial, ou pelo juiz do commercio, conforme a séde do registro, á vista de requerimento e declaração em duplicata, contendo :

a) a firma ou razão;

b) o nome, por extenso, dos socios ou pessoas com direito ao seu uso ou emprego;

c) a firma, assignada por todas as pessoas, com direito ao seu uso ou emprego;

d) o reconhecimento por tabellião;

e) o genero de commercio ou as operações do commerciante;

f) o domicilio, com especificação da rua e numero;

g) a data em que começou a funcionar o estabelecimento e a do archivamento do contracto social;

h) a denuncia da existencia de filiaes e sua sede.

§ 1. Um dos exemplares será archivado e o outro entregue ao requerente com a nota do dia e da hora em que foi apresentado o requerimento e feita a inscrição, designada a folha do livro.

§ 2. No livro da inscrição serão transcriptas em columnas distinctas as declarações do requerente, havendo uma para averbação de alterações, cessação do commercio, fallencia, reabilitação e o mais que deve ser notado.

§ 3. Haverá um indice remissivo alphabetico.

Art. 12. O livro de registro ou inscrição poderá ser consultado gratuitamente, enquanto funcionar a Secretaria da Junta Commercial, a Inspectoria Commercial, e estiver aberto o cartorio do official das hypothecas.

Paragrapho unico. Serão dadas certidões em relatorio ou de *verbo ad verbum*.

Art. 13. Não serão inscriptas as companhias anonymas.

Art. 14. As formalidades do art. 13 do Codigo Commercial não serão preenchidas sem que esteja inscripta a firma a quem pertencerem os livros.

Art. 15. Este decreto não se refere ao nome commercial ou industrial, continuando em todo o vigor os Decretos ns. 3346 de 14 de Outubro de 1887 e 9828 de 31 de Dezembro do mesmo anno.

Art. 16. Cobrar-se-ha :

a) por qualquer inscripção — 2\$000;

b) por qualquer averbação — 1\$000;

c) por certidão em relatorio — 1\$000;

d) por certidão de *verbo da verbum* — 2\$000.

Art. 17. Este Decreto começará a vigorar em 1º de Março de 1891.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrario.

DECRETO N. 596. – 19 de Julho de 1890.

**REORGANIZA AS JUNTAS E INSPECTORIAS COMMERCIAES E DA-LHES
NOVO REGULAMENTO**

Artigo unico. Emquanto o Congresso n'esta Capital, e as legislaturas nos Estados não organizarem definitivamente, em conformidade da Constituição Federal, o serviço a cargo das Juntas e Inspectorias Commerciaes, serão ellas mantidas com as alterações e na forma determinada no regulamento, que com este baixa, assignado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o faça executar.

Regulamento das Juntas e Inspectorias Commercio.

TITULO I

DAS JUNTAS COMMERCIAES

CAPITULO I

Da organização das juntas commerciaes.

Art. 1. As Juntas Commerciaes teem a sua séde na Capital Federal, e nas cidades de Belém, S. Luiz, Fortaleza, Recife, São Salvador, S. Paulo e Porto Alegre.

Art. 2. Os districtos das Juntas Commerciaes comprehendem:

§ 1. O da Capital Federal, o seu municipio, e os Estados do Espirito Santo, Rio de Janeiro e Minas Geraes.

§ 2. O de Belém, os Estados do Pará e Amazonas.

§ 3. O de S. Luiz, os Estados do Maranhão e Piauhy.

§ 4. O da Fortaleza, os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

§ 5. O do Recife, os Estados de Pernambuco, Parahyba e Alagôas.

§ 6. O de S. Salvador, os Estados da Bahia e Sergipe.

§ 7. O de S. Paulo, os Estados de S. Paulo, Paraná e Goyaz.

§ 8. O de Porto Alegre, os Estados de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Matto-Grosso.

Art. 3. A Junta Commercial da Capital Federal se compõe de :

1 Presidente.

1 Secretario.

6 Deputados commerciantes.

3 Suplentes commerciantes.

Art. 4.º As outras Juntas Commerciaes se compõem de:

1 Presidente.

1 Secretario.

4 Deputados commerciantes.

2 Suplentes commerciantes.

Art. 5.º O presidente e o secretario são nomeados pelo Ministro da Justiça, na Capital Federal, e pelo Governador, no Estado em que a Junta tem a sua séde; o primeiro d'entre os commerciantes eleitos deputados e o segundo d'entre os cidadãos graduados em direito.

Um e outro serão conservados enquanto bem servirem; cessando, porém, o exercicio do primeiro logo que findar o seu mandato de deputado.

Art. 6.º Os deputados e supplentes são eleitos pelos collegios commerciaes, para servirem por quatro annos; renovando-se os deputados por metade de dous em dous annos, a começar em Junta novamente creada pelos menos votados, e decidindo a sorte em igualdade de votos. O presidente, na renovação, acompanha a turma dos deputados a que haja pertencido.

Paragrapho unico. O eleito para preencher a vaga de deputado ou supplente serve sómente pelo tempo que faltar ao substituido.

Art. 7.º Não podem servir conjuntamente na mesma Junta os parentes dentro do 2º gráo de affinidado emquante durar o cunhadio ou do 4º de consanguinidade, nem tambem dous ou mais cidadãos que tenham sociedade entre si.

Esta incompatibilidade exclue na eleição simultanea o menos votado, na successiva o ultimo eleito et d'entre os empossados o que der causa a ella.

Art. 8.º Os commerciantes matriculados no districto da Junta estabelecida ou da que se houver de estabelecer, formam collegio commercial para a eleição dos deputados e supplentes.

Ao governador do Estado em que se crear uma Junta compete a designação do dia e logar da primeira eleição.

§ 1.º Os collegios commerciaes devem reunir-se ordinariamente de dous em dous annos, no dia e logar que as Juntas Commerciaes, cada qual em seu districto, designarem, e extraordinariamente, nos casos de vaga de deputado ou supplente.

Ha vaga d'estes logares sempre que o numero dos deputados, a quem pertença o effectivo exercicio do cargo, ou o numero dos supplentes, não estiver completo.

Considera-se vaga de deputado a do presidente, quando d'esta resultar a redução do numero dos eleitos para aquelle cargo, d'entre os quaes deve ser nomeado o novo presidente sem ficar incompleta a Junta.

§ 2.º A lista dos commerciantes, que devem ser convocados para o collegio eleitoral, será organizada pela Junta do districto em que se houver de proceder á eleição para a mesma Junta, ou para outra que se haja de constituir em territorio desmembrado do seu districto, com declaração dos que tem a capacidade activa e passiva do voto.

§ 3.º Na lista devem ser comprehendidos todos os commerciantes matriculados e estabelecidos no districto commercial do logar da eleição, uma vez que sejam cidadãos brasileiros e se achem no livre exercicio dos seus direitos civis e politicos, ainda que tenham deixado de fazer profissão habitual do commercio.

Exceptuam-se os que houverem sido convencidos de falsidade ou quebra com culpa ou fraudulenta, ainda que tenham cumprido as sentenças, salvo plena reabilitação commercial e criminal.

§ 4.º Todos os commerciantes com direito de voto activo podem ser votados no collegio commercial do districto do seu domicilio, comtanto que tenham 30 annos de idade e cinco de profissão habitual do commercio.

Art. 9.º A lista de que trata o § 2º do artigo antecedente se affixará juntamente com o edital da convocação na praça do commercio do logar da reunião do collegio commercial quinze dias antes do designado para a eleição, na qual se devem observar as seguintes disposições :

§ 1.º O collegio se reunirá no dia e logar annunciados, ás 9 horas da manhã, e será presidido pelo presidente da Junta, que o houver convocado, ou, onde estiver ella constituida, pelo presidente da Associação Commercial ou autoridade que o governador houver designado para a convocação.

§ 2.º O presidente nomeará dous eleitos para servirem, um de escrutador e outro de secretario interinos; e immediatamente se procederá por escrutinio secreto á nomeação de dous escrutadores e dous secretarios effectivos, declarando-se eleitos os que obtiverem maioria de votos, ou em favor de quem desempatar a sorte e constituida assim a mesa.

§ 3.º O presidente tem assento á cabeceira da mesa, os escrutadores á direita, os secretarios á esquerda e os eleitores nos logares que lhes forem designados sem precedencia.

§ 4.º A acta da formação da mesa será assignada pelo presidente, escrutador e secretario interinos, incumbindo a este escrevel-a e n'ella mencionar as duvidas que se levantarem sobre a sua organização e as decisões proferidas.

§ 5.º Em seguida, declarando o presidente que a mesa effectiva tomará conhecimento de qualquer reclamação contra a exactidão da lista affixada, ou denuncia de fraude, serão decididas as duvidas sobre materia de direito pela mesa e sobre materia de facto pelo collegio eleitoral, conforme as qualificar o presidente.

§ 6º Não levantadas ou resolvidas as duvidas, o 1º secretario procederá á chamada dos eleitores, por copia authentica da lista affixada; cada um dos chamados depositará soa cedula na urna collocada sobre a mesa e escreverá o seu nome no livro a esse fim destinado, tomando nota o 2º secretario dos que comparecendo deixarem de votar e do motivo d'este facto.

§ 7.º A eleição dos deputados precederá á dos supplentes, sempre que o collegio houver de proceder a ambas, não se passando á segunda antes de lavrada a acta de apuração da primeira.

§ 8.º Para a eleição geral dos membros effectivos da Junta renovação da turma a que pertencer o presidente, ou preenchimento simultaneo de vagas d'este e do cargo de deputado, cada cedula conterà tantos nomes de commerciantes elegiveis quantos forem os logares vagos de deputados e mais um, afim de que, completo o numero d'estes, seja o presidente nomeado d'entre todos os que recerebem o mesmo mandato eleitoral.

Nas outras eleições votará o eleitor em tantos nomes, quantos forem os logares vagos de deputados ou suplente; e n'um só, no caso de ter a eleição por fim unico completar o numero necessario para a nomeação do presidente (art. 7. §1.º).

Fica entendido que o deputado eleito para preencher a vaga deixada por aquelle em que recahiu a eleição de presidente, nos termos do decreto nº 298 de 1º de abril do corrente anno, entrará na renovação da turma que pertencer o deputado substituido.

§ 9º Recebidas as cedulas, o presidente mandará contal-as pelos escrutadores e publicar e escrever o seu numero na acta, passando em seguida á apuração.

§ 10.º Serão eleitos em primeiro escrutinio todos os que obtiverem maioria absoluta de votos, e entrarão em segundo os seus immediatos na ordem da votação, até o numero duplo dos que faltar eleger, declarando-se eleitos os mais votados n'este escrutinio, e em caso de empate o favorecido pela sorte.

§ 11.º Do recebimento e apuração das cedulas, assim para a eleição de deputados, como para a de sopplentes, serão lavradas actas

pelo 1º secretario, com declaração das duvidas occorridas e solução que tiverem, numeros dos eleitores que comparecerem e votarem, motivo de recusa ou separação de qualquer voto, e nomes de todos os votados em primeiro e segundo escrutinio com o resultado da apuração.

Essas actas serão assignadas pelo presidente, escrutadores, secretarios e eleitores.

§ 12.º Das actas a que se refere o paragrapho antecedente se extrahirão tantas cópias, conferidas e assignadas pelo presidente, escrutadores e secretarios, quantos forem os deputados e supplentes eleitos, para lhes servir de titulo, e mais uma para ser remettida ao ministro da justiça na Capital Federal, ou ao governo do Estado em que a Junta tiver sua séde.

§ 13.º Os livros das eleições commerciaes serão fornecidos pelas Juntas Commerciaes, abertos e encerrados, numerados e rubricados pelo presidente, e guardados no archivo das secretarias das mesmas Juntas.

Art. 10. Nenhum commerciante poderá eximir-se do serviço de deputado ou supplente das Juntas Commerciaes, excepto nos casos de idade avançada ou molestia grave e continuada, que absolutamente o impossibilite. Os que sem justa causa não acceitarem a nomeação ou abandonarem o cargo nunca mais poderão ter voto activo ou passivo nas eleições commerciaes.

Não é, porém, obrigatoria a aceitação antes de passados quatro annos de intervallo entre o serviço da antecedente e nova nomeação.

Art. 11. O deputado nomeado presidente póde optar por um dos dous cargos, mas, acceitando a nomeação, servirá no segundo emquanto não expirar o mandato eleitoral, se antes não fôr exonerado;

completando, se o fôr, no exercicio do primeiro o tempo pelo qual foi eleito, salvo perda de logar por sentença.

CAPITULO II

Das attribuições das juntas.

Art. 12. Compete ás Juntas Commerciaes:

§ 1.º A matricula dos commerciantes, corretores, agentes de leilões, trapicheiros e administradores de armazens de deposito e a expedição de seus titulos (Cod. Comm., arts. 6, 8, 34, 40, 68 e 87).

2.º A nomeação de interpretes e de avaliadores commerciaes (Dec. N. 863 de 1851, art. 1, e n. 1056 de 1852, art. 1).

§ 3.º Ordenar o registro :

I. Das nomeações dos feitores, guardas-livros, caixeiros e outros quaesquer prepostos das casas de commercio (Cod. do Comm., art. 74).

II. Das marcas de fabrica e do commercio (Dec. n. 3346 de 1887, art. 4º).

III. Das embarcações brasileiras destinadas á navegação de alto mar, com excepção das que se empregarem exclusivamente na pescaria das costas (Cod. do Comm., arts. 460 e 461).

IV. De quaesquer documentos que em virtude da lei devam constar do registro publico do Commercio (Cod. Comm., art. 10, n. 2).

§ 4.º Ordenar o archivamento de um exemplar dos contractos e distractos das sociedades commerciaes, e dos estatutos das companhias ou sociedades anonymas (Cod. Comm., arts. 301 et 338, Decs. n. 4394 de 1869, e n. 164 de 17 de Janeiro de 1890, art. 3º § 4º).

§ 5.º Rubricar os livros :

I. Dos commerciantes e dos agentes auxiliares do commercio, mencionados no § 1º (Cod. comm., arts. 13, 50, 71 e 88 § 1º).

II. Das companhias ou sociedades anonymas (Dec. n. 164 de 1890, art. 7º, § 3º).

III. Dos escriptorios ou casas de emprestimos sobre penhores (Dec. n. 2692 de 14 de Novembro de 1860, art. 3º).

§ 6.º Tomar assentos sobre as praticas e usos commerciaes do seu districto (Dec. n. 738 de 1850, arts. 11, 24, 25 e 26).

§ 7.º Representar, informar, consultar ao Governo da União, ou ao Estado, a quem competir providenciar :

I. Sobre a necessidade de interpretar, modificar ou revogar algum artigo de lei, regulamento ou instrucções commerciaes e reprimir abusos de funcionarios publicos, de commerciantes e agentes auxiliares do commercio (Dec. n. 738 de 1850, art. 19, n. 1).

II. Sobre o que fôr a bem do commercio, agricultura, industria e navegação mercantil (Dec. n. 738, art. 19, n. 11)

III. Sobre o estado das fabricas do seu districto, propondo as medidas de cuja utilidade geral se convencerem por sua inspecção ou á vista das informações escriptas que para esse fim e objecto de sua competencia devem ministrar-lhes os directores ou administradores (Dec. n. 738, art. 19, § 3º).

§ 8.º Mandar organizar e remetter á repartição ou autoridade encarregada da Estatistica os mappas requisitados sobre objecto constante da matricula ou registro publico.

§ 9.º Exercer inspecção sobre os agentes auxiliares do commercio, que nomearem, e consultar ao Governo sobre a reforma dos

seus regimentos (Cod. Comm., art. 67, e Decretos ns. 806, 858 e 863 de 1851, e 1056 de 1852).

§ 10. Fixar o valor das fianças dos corretores e agentes de leilões, e alteral-o quando convier, submettendo estes actos á approvação do Governo da União ou ao do Estado em que hajam de produzir os seus effeitos; e approvar a nomeação de prepostos dos mesmos agentes auxiliares e dos interpretes (Dec. n. 738 de 1850, art. 18 § 4 e citados Decretos ns. 806, 858 e 863 de 1851).

§ 11. Organizar a tabella dos emolumentos devidos aos corretores e interpretes, pelas traducções e certidões que fizerem e passarem, sujeitando-a, conforme o disposto no paragrapho antecedente, á approvação do Governo (Cod. Comm., art. 64).

§ 12. Ordenar a exhibição dos livros dos corretores e dos agentes de leilões, quando fôr necessaria nos processos administrativos (Cod. comm., art. 70 e 71).

§ 13. Cassar a matricula que houver sido alcançada *ob* ou subrepticamente.

§ 14. Multar, suspender, destituir os corretores, agentes de leilões e interpretes do commercio nos casos expressos na lei ou no seus regimentos (Cod. Comm., parte I, tit. III, cap. II e decretos ns. 806, 858 et 863 de 1851, e n. 3486 de 1865).

§ 15. Destituir os avaliadores commerciaes em virtude de representação do Juiz do Commercio, nos casos de fraude ou de incapacidade provada.

§ 16. Impor aos proprietarios armadores de embarcações a multa, que lhes houverem arbitrado, nos casos e fôrma do art. 453 do Cod. Comm.

§ 17. Inspeccionar os trapiches alfandegados e os seus livros, e impor multa aos administradores dos mesmos trapiches, nos termos dos arts. 89 e 90 do Cod. Comm.

§ 18. Tomar conhecimento dos recursos que os capitães de navios interpuzerem das multas que lhes forem impostas nos casos declarados no art. 512 do Cod. Comm.; e geralmente das suspensões e multas impostas pelas Inspectorias Commerciaes.

§ 19. Organisar o regimento de sua secretaria e submettel-o á approvação do Governo Federal, ou ao do Estado em que tiverem a séde.

§ 20. As demais attribuições expressas n'este regulamento e leis vigentes.

Art. 13. Compete especialmente á Junta Commercial da Capital Federal:

I. A declaração das leis ou usos commerciaes que devam regular as contestações judiciais relativas aos actos de letras de cambio, especificados no art. 424 doCodigo Comm., que forem praticados em paizes estrangeiros.

II. Consultar sobre os usos commerciaes das diversas praças e propor ao Governo Federal os que convenha observar em toda a Republica.

III. O registro das marcas estrangeiras e o deposito das marcas registradas em outras Juntas ou Inspectorias Commerciaes.

IV. Nomear dous stereometras especiaes privativos para judicialmente determinarem a capacidade de quaesquer vasilhas, e orçarem a quantidade, densidade e peso do liquido que ellas contiverem (Dec. n. 1883 de 1857).

Esta attribuição poderá ser exercida pelas Juntas dos outros districtos, onde, a juizo do respectivo Governador, se tornar necessaria a mesma nomeação.

Art. 14. Fóra das comarcas da séde das Juntas, a attribuição de nomear interpretes, avaliadores e stereometras commerciaes, assim como a de expedir titulos aos trapicheiros e administradores de armazens de deposito, mediante o termo exigido pelo art. 87 doCodigo, serão exercidas pelas Inspectorias Commerciaes, e, onde não as houver, pelos magistrados a quem competirem as funções de Juiz do Commercio.

CAPITULO III

Das attribuições dos Presidentes.

Art. 15. Compete aos presidentes das juntas:

§ 1.º Convocar e presidir os collegios commerciaes (Cod. Comm., tit. unico, art. 16).

§ 2.º Dar posse aos membros da Junta e aos empregados da secretaria, recebendo d'elles a solemne promessa de bem cumprirem os seus deveres.

§ 3.º Presidir ás sessões da Junta, convocal-a extraordinariamente, e dirigir os seus trabalhos.

§ 4.º Fazer cumprir os decretos, instrucções e avisos do Governo referentes ás Juntas e ás deliberações da competencia d'estas.

§ 5.º Assignar a correspondencia official com o Governo, os diplomatas e as ordens que as Juntas mandarem expedir, e os despachos que proferirem sobre petições de partes, e mandar passar as certidões que se requererem dos livros e mais papeis da Junta.

§ 6.º Distribuir pelos deputados a rubrica dos livros sujeitos a esta formalidade, inclusive os da Junta, e assignar os termos de abertura e encerramento.

§ 7.º Receber dos corretores, agentes de leilões, interpretes e avaliadores commerciaes a solemne promessa de bem cumprirem os seus deveres, e dos proprietarios ármadores de navios a relativa ás declarações que devem constar do termo exigido pelo art. 463 do Cod. Comm.

§ 8.º Nomear fiscaes das companhias ou sociedades anonymas, quando não tiverem sido eleitos, não acceitarem os cargos, ou se tornarem impedidos (Dec n. 164 de 17 de Janeiro de 1890, art. 14 § 2º).

§ 9.º Designar um dos deputados para escrever os despachos e sentenças nos processos da competencia da Junta, ou para substituir o secretario nos seus impedimentos de pouca duração.

§ 10. Fazer annualmente o relatorio determinado no titulo unico do Cod. Comm., art. 12.

§ 11. Superintender os empregados da Secretaria da Junta, podendo avertil-os e reprehendel-os quando faltarem aos seus deveres; suspendel-os por 15 dias; e promover-lhes a responsabilidade nos casos legaes.

§ 12. Autorizar o pagamento da folha dos vencimentos dos empregados.

§ 13. Dar as providencias legaes inherentes á direcção dos trabalhos, que lhes é commettida, necessarias á regularidade do serviço das Juntas e de suas Secretarias.

Art. 16. O presidente antes de tomar posse assignará perante o ministro da justiça, na Capital Federal, ou o Governador do Estado, em que tiver a Junta sua séde, o termo de promessa solemne de bem cumprir os deveres do cargo.

CAPITULO IV

Das attribuições dos Deputados e Supplentes.

Art. 17. Compete aos deputados das Juntas :

§ 1.º Emitter sua opinião e intervir com o seu voto em todos os negocios da competencia da Junta, que se tratarem em sua presença.

§ 2.º Propôr verbalmente ou por escripto o que lhes parecer conveniente sobre objecto das attribuições da Junta.

§ 3.º Desempenhar as comissões que receberem da Junta ou do Presidente a bem dos serviços a seu cargo.

§ 4.º Rubricar os livros que o presidente lhes distribuir.

§ 5.º Escrever, por designação do presidente, os despachos e sentenças nos processos da competencia da Junta.

§ 6.º Substituir o presidente nos seus impedimentos e na vaga d'esse cargo enquanto não fôr preenchida, preferindo o mais votado, e, no caso de igualdade de votos, o mais idoso.

Art. 18. Compete aos supplentes :

Parapho unico. Substituir os deputados nos casos em que estes substituem o presidente, e guardada a mesma ordem de preferencia.

CAPITULO V

Das attribuições dos secretarios

Art. 19. Compete aos secretarios :

§ 1.º Assistir ás sessões; ler a acta, a correspondencia official e os requerimentos, expor a materia d'estes e de outros papeis ou assumptos designados pelo presidente; emitter sobre elles o seu parecer e tomar parte na discussão, não podendo, porém, votar.

§ 2.º Informar com o seu parecer as petições de matricula, registro ou archivamento, consultas ou propostas de assento sobre usos commerciaes, e outro qualquer assumpto da competencia da Junta, em que esta ou o seu presidente entender conveniente a informação d'elle por escripto.

§ 3.º Officiar, como orgão do ministerio publico, em todos os processos e recursos de que a Junta haja de conhecer.

§ 4.º Apresentar á assignatura da Junta as consultas, e á do Presidente os actos de sua competencia (art. 15, § 5º), annexando o despacho ou nota por onde se passarem, e subscrevendo os diplomas e ordens expedidas em nome da Junta.

§ 5.º Assignar a correspondencia official da Junta com excepção sómente da que fôr dirigida aos ministros ou aos governadores.

§ 6.º Escrever no acto das petições das partes os despachos da Junta ou do presidente, que n'ellas devam ser lançados ; subscrever e assignar os termos de abertura e encerramento dos livros.

§ 7.º Tomar nota de tudo que occorrer na sessão para fazer menção summaria na acta, que deve apresentar redigida na sessão seguinte.

§ 8.º Auxiliar o presidente no exercicio de suas attribuições ou deveres, e desempenhar os encargos que por elle ou pela Junta lhe forem commettidos.

§ 9.º Mandar passar na Secretaria com despacho do presidente, subscrever e assignar as certidões que se pedirem dos livros e mais papeis da Junta, sem prejuizo da attribuição que tem o official maior (art. 49, n. 11).

§ 10.º Fiscalisar o serviço da Secretaria, as suas despesas e as do expediente da Junta, e authenticar as contas para o respectivo pagamento.

§11.º Providenciar a bem da ordem do archivo, arrumação, guarda e conservação dos livros e papeis que n'elle devem ser recolhidos.

§ 12.º Propor a prohibição ou annullação do archivamento dos contractos de sociedade commercial e estatutos de companhia ou sociedade anonyma, quando offenderem interesse de ordem publica ou os bons costumes.

§ 13.º Recorrer das decisões da Junta nos casos especificados no art. 41 d'este Regulamento.

Art. 20. Nos impedimentos repentinos e não excedentes de 15 dias, será o secretario substituido pelo deputado que o presidente designar, e nos de maior duração, por pessoa idonea nomeada pelo ministro da justiça, na Capital Federal, e pelos governadores, nos Estados.

CAPITULO VI

Da ordem do serviço das juntas

Art. 21. As Juntas usarão do sello das armas da Republica, com a seguinte legenda : Junta Commercial da Capital Federal, ou de...

Art. 22. Haverá sessões ordinarias, nas Juntas ás segundas e quintas feiras, e extraordinarias, quando o presidente as convocar.

No caso de impedimento no dia marcado a sessão será celebrada no primeiro dia util subsequente.

Parapho unico. O governador do Estado em que a Junta tiver a sua sede poderá reduzir as sessões ordinarias a uma por semana, no dia que designar.

Art. 23. O deputado, que não puder comparecer, deve participar o seu impedimento, por intermedio do Secretario, e este avisará o suplente para substituil- o.

A falta não justificada do comparecimento em oito sessões successivas importa abandono e vaga do logar para todos os effeitos legaes.

Art. 24. As sessões serão publicas, salvo, por deliberação do presidente, quando se haja de representar sobre infracções e abusos, ou tratar da suspensão ou demissão de corretor ou qualquer agente auxiliar do commercio.

Art. 25. A Junta póde funcctionar estando presentes metade e mais um dos seus membros.

Art. 26. A' hora marcada para as sessões, o presidente, tomento assento na cabeceira da mesa, á sua direita o secretario, de um e outro lado os deputados, sem precedencia, declarará aberta a sessão, a toque de campainha, havendo numero sufficiente e guardará nos trabalhos a seguinte ordem :

I. Leitura e aprovação da acta da sessão antecedente.

II. Leitura da correspondencia official, começando pela do governo.

III. Expediente ás petições das partes.

IV. Discussão e resolução dos negocios geraes ou particulares pendentes.

V. Deliberação sobre o que de novo se propuzer.

§ 1.º O secretario ou deputado não tomará a palavra sem lhe ser concedida pelo presidente, nem será interrompido enquanto usar d'ella.

§ 2.º Terminada a discussão de qualquer materia, o presidente, formulando a questão em termos claros a submeterá á votação, que deve começar pelo deputado á direita do Secretario e seguir pelos immediatos, na ordem em que estiverem assentados, até o Presidente que votará em ultimo logar, competindo-lhe, no caso de empate, o voto de qualidade.

§ 3.º Podem assignar vencidos os que discordarem da maioria; e, apresentado o seu voto por escripto na mesma ou seguinte sessão, lhes será acceito e lançado na acta, e, se a materia fôr objecto de consulta, incorporado n'esta.

§ 4.º As actas devem ser escriptas ou subscriptas pelo secretario e assignadas por todos os membros n'ellas mencionados como presentes.

§ 5.º Quando a votação recahir sobre petição de partes, além de se mencionar na acta a pretensão e deferimento que tiver, será o despacho lançado no alto da petição pelo secretario, datado pela fórma seguinte: — Junta Commercial... em sessão de...

§ 6.º As decisões serão tomadas por maioria de votos da Junta; podendo, porém, o presidente proferir por si os despachos de mero expediente, ou que não importem decisão definitiva.

§ 7.º Nenhunas papeis serão admittidos a despacho das Juntas sem estarem devidamente sellados, e assignadas as petições pelas proprias partes ou seus procuradores.

Art. 27. Para a materia dos commerciantes a Junta exigirá, além das declarações e documentos mencionados no art. 5º do Cod.

Comm., a designação do genero de negocio que exerçam por grosso ou a retalho, a justificação perante ella do credito commercial de que gozam, e da habilitação para desempenharem as obrigações impostas aos commerciantes matriculados.

§ 1.º A firma social não será matriculada antes de archivado na Junta um exemplar do contrato da sociedade.

§ 2.º As faltas das averbações exigidas pelo art. 8º do Cod. Comm. que fôr imputavel ao commerciante ou sociedade suspende, findo o prazo marcado no mesmo artigo, as prerogativas resultantes da matricula, enquanto não forem averbadas e publicadas as alterações occorridas.

§ 3.º Não será archivado na Junta contracto de sociedade em commandita sem assignatura do commanditario; omittindo-se porém, o seu nome, quando assim o requeira na publicação respectiva e nas certidões.

Art. 28. A Junta não autorizará a matricula e expedição de titulo aos agentes auxiliares de commercio, antes de provarem os requerentes as condições de idoneidade, exigidas peloCodigo Comm. e respectivos Regimentos, e, se forem corretores ou agentes de leilão, antes de prestarem as fianças a que são obrigados.

Parapho unico. E' livre a profissão de todos esses agentes intermediarios, cessando a limitação posta ao numero de corretores; mas os encargos publicos, dependentes de especial autorisação, ou commettidos por lei ou regulamento a qualquer d'elles só poderão ser exercidos pelos matriculados assim como as operações da bolsa, as cotações officiae se os leilões de valores ou mercadorias, ordenados por autidade publica.

Art. 29. Se publicarão na folha official da Districto Federal ou do Estado em que a Junta tiver sua séde :

- 1.º As actas das sessões, ou extractos de sua substancia.
- 2.º As matriculas de commerciantes ou firmas sociaes, e as alterações que n'ellas se fizerem.
3. Os contractos e estatutos archivados;
4. Os registros de embarcações.;
5. As nomeações de corretores, agentes de leilões e interpretes ;

§ 1.º A publicação das matriculas, dos contractos, distractos e estatutos e dos registros de embarcações far-se-ha semanalmente por meio de relações ou editaes, assignados pelo secretario, declarando-se quanto ás matriculas os nomes dos commerciantes ou dos socios componentes das firmas, o commercio e o logar do estabelecimento; quanto aos contractos, os nomes dos socios, o objecto, domicilio e capital da sociedade, o fundo commanditario, se houver, e a firma adoptada; quanto aos estatutos, denominação, séde e capital da companhia ou sociedade anonyma; e quanto aos registros de embarcações, os nomes d'estas, os dos armadores e o seu domicilio.

Terá logar a publicação das actas das sessões ou de seus extractos, depois de approvadas; a das alterações das matriculas, depois de averbadas; a das nomeações de corretores e demais agentes auxiliares do commercio, depois de expedidos os respectivos titulos.

§ 2.º Incumbe á Junta, que ordenar os actos mencionados nos ns. 2 e 5 d'este artigo, fazer as precisas communicações ás outras Juntas.

Art. 30. Depois de haverem colligido as praticas e usos commerciaes admittidos nas praças, portos e mais logares de commercio

do seu districto, nos casos em que os manda guardar o Codigo Comm.; ouvindo os corretores e commerciantes mais notaveis, e procedendo ás averiguações que julgarem convenientes, as Juntas os farão publicar na folha official, com um convite a todos os interessados e pessoas competentes, para que façam sobre elles as observações que se lhes offerecerem, dentro do prazo de tres mezes; e terminado este, declararão verdadeiros os usos commerciaes em favor dos quaes concorrerem os dous seguintes requisitos :

1.º Serem conformes aos sãos principios de boa fé e maximas commerciaes, e geralmente praticados entre os commerciantes do lugar.

2.º Não serem contrarios a alguma disposição do Codigo Comm. ou lei, depois d'elle publicada.

Art. 31. A Junta deverá estar completa para a decisão de que trata o artigo antecedente, e d'esta se lavrará assento em livro para esse fim privativamente destinado, com exposição de seus fundamentos e declaração dos votos divergentes.

Art. 32. Os assentos, assignados por todos os membros da Junta e publicado na folha official, terão, tres mezes depois da publicação, força obrigatoria para decisão das questões que se suscitarem sobre os usos commerciaes a que se referirem, enquanto não forem revogados por lei.

Art. 33. A Junta da Capital Federal, obtendo a collecção dos usos commerciaes de toda a Republica, proporá ao Ministerio da Justiça os que convenha estabelecer por lei legal, afim de serem submettidos ao Congresso, se assim resolver o governo

Art. 34. A mesma Junta, no uso da attribuição privativa que lhe confere o art. 13, n. 1, deverá solicitar dos consules da Republica a remessa das leis relativas aos actos de apresentação de letras de cambio,

seu acceite, endossos, pagamento, protesto e notificações nas praças dos seus districtos consulares, e das decisões dos tribunaes de ultima instancia que sobre taes actos se proferirem, bem como informação exacta dos usos commerciaes respectivos, admittidos nas mesmas praças.

Obtidos os esclarecimentos necessarios, e ouvidas as Juntas dos corretores da Capital Federal, e as Juntas Commerciaes dos Estados, tomará assento declaratorio da legislação e usos applicaveis aos referidos actos praticados no estrangeiro.

CAPITULO VII

Dos processos da competencia das Juntas.

Art. 35. Em casos de procedimento official, denuncia ou queixa para imposição das penas de multa, suspensão ou destituição que incumbe ás Juntas applicar aos corretores, agentes de leilões, interpretes e avaliadores commerciaes e para cassação de matricula (art. 12, §§ 13 a 16 e Decretos de 1851 sob ns. 806, 858 e 863); os termos do processo são estes :

I. Autoação da peça inicial do processo e documentos que a acompanham, pelo official-maior da Secretaria da Junta; e, se o procedimento fôr *ex-officio*, continuação dos autos com vista por tres dias ao secretario para reduzir a artigos a materia da accusação.

II. Despacho da Junta, ordenando á parte accusada que no termo de cinco dias improrogaveis responda aos artigos, denuncia ou queixa, de que lhe enviará cópia o official-maior com a intimação do despacho.

III. Julgamento na primeira sessão da Junta, segundo a prova constante dos autos, se o accusado não responder dentro dos cinco dias contados da intimação; ou

IV. Se o processo fôr *ex-officio*, e o accusado responder dentro dos cinco dias, assignação do termo de dez dias improrogaveis para a prova, caso seja requerido; findo o qual, com prova ou sem ella, serão os autos continuados com vista por cinco dias ao accusado, para allegar, e em ultimo logar ao secretario da Junta, para officiar o que lhes parecer, seguindo-se o julgamento no dia designado pelo presidente.

V. E no caso de denuncia ou queixa, assignação do igual termo improrogavel para a contestação da resposta do accusado, seguindo-se uma só dilação probatoria de dez dias, quando requerida, e os termos de cinco dias tambem improrogaveis para as allegações finaes de cada uma das partes; findos os quaes officiará o secretario da Junta, e terá logar o julgamento.

Art. 36. A pena applicavel aos agentes auxiliares do commercio por móra no pagamento do imposto de profissão, ou no reforço da fiança, é a de suspensão enquanto o pagamento não fôr effectuado, ou a fiança preenchida.

Art. 37. O processo determinado no art. 35 será observado pelas Juntas quando houverem de proceder contra os administradores dos trapiches alfandegados, nos casos dos arts. 89 e 90 do Codigo Commercial, ou impor aos proprietarios armadores de embarcações registradas as multas que lhes houverem arbitrado, nos casos e na fórma do art. 463 do mesmo Codigo, guardando as seguintes disposições:

§ 1.º Os documentos essenciaes, que devem ser autoados para base do procedimento contra os administradores dos trapiches, são a certidão negativa da remessa dos balanços dos generos nos prazos marcados no art. 79 do Codigo Comm. ou a inspecção e exame feito nos livros e trapiches do qual se deprehenda que os balanços remettidos são inexactos (Dec. n. 862 de 15 de Novembro de 1851, art. 1º).

§ 2.º Servirá de base ao procedimento contra os proprietarios armadores das embarcações registradas o termo por elles assignado em cumprimento do art. 463 do Codigo Comm., sendo esse termo trasladado e autuado pelo official maior, com a certidão negativa da entrega do registro dentro do anno (se esta falta constituir o objecto do procedimento), e bem assim os documentos e provas, que houver, do uso illegal que elles tiverem feito do mesmo registro, ou da venda, perda ou innavegabilidade da embarcação (Dec. n. 879 de 29 de Novembro de 1851, art. 1º).

§ 3.º Se os proprietarios armadores contra quem se houver de proceder residirem no mesmo logar da Junta, serão notificados pelo respectivo porteiro, e se em logar differente, por ordem do juiz de direito do commercio, a quem a Junta solicitará a notificação para allegarem o que lhes fôr a bem, em cinco dias, que correrão da data da intimação; levando-se em conta, além d'estes, os que decorrerem, á razão de 50 kilometros por dia, para os que residirem fóra da séde da Junta.

§ 4.º N'estes processos e em todos os da iniciativa official da Junta, poderá esta deprecar por officio do secretario os esclarecimentos que precisar das repartições e autoridades competentes, e ordenar as diligencias e exames necessários, ainda depois da dilação probatoria, mas antes das allegações finaes, e notificado o accusado para a ellas assistir.

Art. 38. Em todos os referidos processos, se houver testemunhas serão estas inquiridas, na presença da Junta, pelo secretario e pelas partes ou seus advogados.

A defesa e as allegações serão escriptas nos autos; os termos para contestar e allegar principiarão a correr desde o dia em que os autos forem com vista ás partes; e os da prova, da data da intimação do despacho da Junta.

§ 1.º Os despachos e sentenças das Juntas nos mesmos processos serão escriptos pelo deputado que o presidente designar.

§ 2.º As sentenças das Juntas que impuzerem multa serão executadas no Juiz dos Feitos da Fazenda, e as de suspensão ou destituição, intimadas para os devidos effeitos pelo porteiro da Junta, de ordem d'esta.

Art. 39. No registro das marcas de fabrica e de commercio, e no processo de agravo, interposto das decisões respectivas, as Juntas observarão as disposições do Regulamento approved pelo Decreto n. 9828 de 31 de Dezembro de 1887.

Art. 40. Os recursos, de que trata o art. 12 § 18 d'este Regulamento, serão julgados pela Junta na 1ª ou 2ª sessão que se seguir ao recebimento dos autos, precedendo parecer escripto do secretario.

CAPITULO VIII

Dos recursos.

Art. 41. Ha recurso para o Governo sem effeito suspensivo :

I. Das eleições dos membros das Juntas nos casos de fraude, violencia ou preterição de formalidade essencial.

II. De todos os actos das Juntas, nos casos de excesso de poder ou incompetencia e violação de lei.

III. Das decisões pelas quaes as Juntas :

1º Prohibirem ou annullarem o registro ou archivamento dos contractos de sociedades commerciaes e dos estatutos de companhias ou sociedades anonymas.

2º Multarem, suspenderem ou destituirem os corretores e demais agentes auxiliares do commercio.

3º Multarem os administradores de trapiches alfandegados e proprietarios armadores de embarcações registradas.

Art 42. Estes recursos podem ser interpostos dentro em 10 dias pelo secretario da Junta ou pelas partes. Tomado por termo na Secretaria da Junta, e por esta remettido dentro em cinco dias ao ministerio da Justiça, na Capital Federal, e aos governadores, nos Estados, com os respectivos papeis e informação, será o recurso, precedendo vista ao interessados, para allegarem o que fôr a bem de seus direitos, em igual prazo, decidido provisoriamente pelo competente governador e, definitivamente, pelo Governo Federal.

Art. 43. Cabe agravo de petição para a Relação do districto dos despachos que negam ou admittem o registro de marca, e dos que cassam a matricula de commerciante, observadas as disposições dos arts. 23 a 25 do Decreto n. 9828 de 31 de Dezembro de 1887.

CAPITULO IX

Das secretarias das Juntas commerciaes

Art. 44. Haverá na Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal :

- 1 official maior;
- 2 officiaes;
- 2 amanuenses;
- 2 praticantes;
- 1 porteiro;
- 1 ajudante do porteiro.

Art. 45. As secretarias das Juntas de Belém, Recife, S. Saltador, S. Paulo e Porto Alegre terão :

2 officiaes;

2 amanuenses;

1 porteiro.

Art. 46. Nas secretarias das outras Juntas haverá :

1 official;

2 amanuenses;

1 porteiro.

Art. 47. As nomeações dos empregados das Juntas serão feitas pelo Ministerio da Justiça, na Capital Federal, e pelos governadores, nos Estados, sobre propostas das mesmas Juntas; competindo a estas nomear e dimittir o porteiro e o seu ajudante onde o houver.

Art. 48. As Secretarias teem a seu cargo o expediente da Junta, o registro do commercio e o archivo:

§ 1. Para o expediente e regular escripturação dos actos da Junta, haverá os seguintes livros;

1. Das eleições commerciaes;

2. Das actas das sessões;

3. Dos assentos;

4. Da distribuição dos livros sujeitos á rubrica;

5. Das fianças, termos de promessa ou obrigação e penas impostas pela Junta;

6. Da matricula dos empregados;

7. Do ponto;

8. Dos emolumentos dos membros da Junta;

9. Do inventario dos effeitos da Junta;

10. Os auxiliares que forem necessarios, ou determinados pelo regimento interno.

Os livros ns. 1 a 3 serão rubricados pelo Presidente e os mais pelos Deputados a quem forem distribuidos.

§ 2. Para o registro público do commercio haverá os seguintes livros :

1. Do registro de matricula dos commerciantes, e dos titulos dos agentes auxiliares do commercio;

2. Do registro dos titulos de habitação civil dos menores, filhos-familias e mulheres commerciantes;

3. Do registro das nomeações dos feitores, guarda-livros, caixeiros e mais prepostos das casas de commercio e dos instrumentos publicos ou particulares de mandato;

4. Do registro das embarcações;

5. Do registro de carta de fretamento, credits maritimos privilegiados, escripturas respectivas de penhor, instrumentos e letras de dinheiro a risco ou cambio maritimo;

6. Protocollo dos registros. Este livro, destinado aos apontamentos dos papeis que teem de ser registrados, será dividido em tres tomos, correspondentes : o 1º aos livros ns. 1 e 2, o 2º ao livro n. 3 e o 3º aos livros ns. 4 e 5.

Em todos estes livros o terço á direita de cada pagina, separado por um traço perpendicular, se reservará para o lançamento em

frente dos respectivos registros, das alterações que, occorrerem e averbações necessarias.

No livro n. 2 se inscreverão tambem todos os titulos, documentos e declarações, a que se referem os arts. 27, 28 e 874, n. 6 do Codigo Commercial.

§ 3. No archivo se guardarão em segurança e asseio os livros findos das Juntas, os exemplares dos contractos de sociedades commerciaes e estatutos de companhias e sociedades anonymas, os documentos relativos a marcas de fabricas e do commercio, o quaesquer papeis que convenha archivar, lançando-se os livros em um catalogo, e colligindo-se os documentos e mais papeis em maços systematicamente ordenados e com rotulos numerados, que indiquem os assumptos e o anno.

Um indice será annualmente organizado, para facilitar as buscas, designando o papel pelo seu objecto ou nome da pessoa interessada e com referencia ao numero do maço.

Serão encadernados semestral ou annualmente os contractos e distractos archivados, juntando-lhes o indice respectivo, e se observará, quanto ás marcas de fabrica e commercio, o disposto nos arts. 14 e 76 do Decreto n. 9828 de 1887.

Art. 49. Incumbe ao official maior :

§ 1. Dirigir e promover os trabalhos da Secretaria e distribuil-os pelos empregados.

§ 2. Redigir, ou mandar redigir, independente de despacho, os officios sobre assumptos de simples expediente, ou pedido de informações e documentos necessarios para instrucção dos negocios.

§ 3. Conservar as minutas das ordens, officios, consultas, representações, pareceres e informações, afim de serem annualmente recolhidas ao archivo, depois de classificadas e encadernadas.

§ 4. Ter a seu cargo o livro do ponto, organizar e submetter mensalmente ao secretario a folha dos vencimentos dos empregados.

§ 5. Fazer na matricula dos empregados todas as anotações determinadas pela Junta ou pelo presidente.

§ 6. Representar ao Secretario da Junta sobre qualquer acto de insubordinação dos empregados, ou falta de cumprimento de deveres.

§ 7. Ter em dia a escripturação dos protocollos do registro publico do commercio, e a dos livros do mesmo registro.

§ 8. Tomar no respectivo protocollo apontamento do titulo, instrumento de contracto ou documento apresentado para o registro, lançando o summario debaixo do numero que competir na ordem chronologica e numerica observada no mesmo protocollo, e dar immediatamente á parte copia fiel do assento, pela fórmula seguinte:

N... F... apresentou para o registro, tal documento, na data á margem (anno, mez e dia inscriptos á esquerda do assento e cópia).

§ 9. Entregar á parte, depois de registrado *verbo ad verbum*, e á vista da referida nota, o titulo, instrumento ou documento, annotando-o no alto da primeira pagina, com a seguinte verba:

N... (o mesmo do protocollo) registrado a fls... do livro n... do registro publico do commercio d'esta Secretaria da Junta do... em... (data do registro, que será a mesma do apontamento do protocollo).

§ 10. Não admittir ao registro documento algum, do qual não conste o pagamento do sello devido.

§ 11. Dar prompto expediente ao registro, ás averbações e ás certidões requeridas dos actos inscriptos nos livros do registro publico do commercio, passando-as, independente de despacho, sempre que não houver inconveniente.

As certidões ou cópias subscriptas e assignadas pelo Secretario ou pelo official-maior, e authenticadas com o sello da Junta, teem fé publica.

§ 12. Ter sob sua guarda o registro publico do commercio, sendo responsavel tanto pela exactidão e legalidade das inscrições e das certidões que d'ellas passar, como pela entrega, ás partes, dos documentos, depois de registrados.

§ 13. Fazer as anotações nos contractos ou distractos archivados, rubricando as folhas e declarando em cada um dos exemplares o numero de ordem e a data do despacho.

§ 14. Dar á parte interessada certidão do archivamento de estatutos com identico numero.

Essas anotações e certidões serão assignadas pelo secretario da Junta.

§ 15. Servir de escrivão nos processos da competência da Junta.

§ 16. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento interno da Secretaria, e as ordens e instrucções do presidente ou do Secretario da Junta, a bem da regularidade dos serviços a seu cargo.

Art. 50. As attribuições e deveres declarados no artigo precedente ficam nas Juntas dos Estados, a cargo do respectivo official, ou do que fôr designado pelo presidente, onde houver mais de um.

Art. 51. Incumbe aos outros officiaes, aos amanuenses e praticantes executar com zelo todos os trabalhos que lhes forem commettidos pelo official maior ou quem suas vezes fizer e pelo secretario da Junta.

São responsaveis pela regularidade do serviço, que lhes fôr encarregado, e pela exactidão das informações que prestarem.

Art. 52. O presidente da Junta designará, na Capital Federal, d'entre os officiaes, e nos Estados d'entre os officiaes e amanuenses, os que devem servir de archivista e thesoureiro, arbitrando a fiança que este é obrigado a prestar no Thesouro Nacional ou nas Thesourarias de Fazenda.

Art. 53. Incumbe ao archivista :

§ 1. Dar entrada dos livros e papeis no archivo, designando-os em indice alphabetico pela natureza do assumpto ou nome do interessado.

As paginas d'este indice serão divididas por traços perpendiculares em tres partes : uma para a data da entrada; outra para o lançamento; e a terceira para as declarações relativas á collocação e movimento dos livros e papeis.

§ 2. Classificar os documentos e papeis avulsos, e guardal-os em maços com rotulos que designem o objecto e a data da entrada.

3. Fazer a arrumação do archivo, collocando os livros e papeis nos compartimentos que lhes competirem, conforme os disticos affixados nos armarios ou estantes.

§ 4. Ter sob sua guarda e responsabilidade todo o archivo, não deixando sahir livro ou papel sem ordem competente por escripto.

Art. 54. Incumbe ao thesoureiro :

§ 1. Arrecadar os emolumentos dos membros da Junta, fazendo entrega ao presidente e secretario dos que lhes competirem, pelas assignaturas ou officios, e recolhendo a um cofre os da rubrica dos livros para serem mensalmente distribuidos entre o presidente e os Deputados.

§ 2. Ter sob sua guarda e responsabilidade quaesquer quantias que lhe sejam entregues por ordem superior, para o serviço da Junta.

§ 3. Fazer a escripturação da receita e despesa a seu cargo.

Art. 55. Incumbe ao porteiro :

§ 1. Ter sob sua guarda as chaves do edificio, cuidar do asseio d'este e da conservação dos moveis e mais objectos n'elle existentes.

§ 2. Abrir o edificio meia hora antes da marcada para começarem os trabalhos e fechal-o quando estes terminarem.

§ 3. Comprar os objectos necessarios para o expediente, conforme as ordens que receber do presidente ou secretario, prestando mensalmente contas a este, que as submeterá, com seu parecer, á approvação do presidente.

§ 4. Fechar a correspondencia e dar-lhe destino.

§ 5. Exercer as funcções de official de justiça nos processos da competencia da Junta.

Art. 56. O ajudante do porteiro servirá de continuo, incumbindo-lhe igualmente auxiliar ao porteiro no desempenho de seus deveres e no serviço interno ou externo, que lhe fôr commettido pelo official maior ou por quem suas vezes fizer.

Art. 57. Os empregados da Secretaria são substituidos uns pelos outros da mesma categoria, e, na falta d'estes, pelos da immediata, guardada a ordem da antiguidade, salvo designação especial do Presidente e Secretario da Junta.

Art. 58. O serviço da Secretaria começará ás 9 horas e findara ás 3, em todos os dias uteis, podendo ser prorogadas as horas do expediente, por ordem do secretario ou official-maior.

Art. 59. Perderá todo o vencimento o empregado que faltar ao serviço sem causa justificada, e, sómente a gratificação o que justificar a falta, a juizo do secretario, com recurso para o presidente.

Art. 60. Os secretarios e empregados das Secretarias das Juntas perceberão os ordenados e gratificações marcados na tabella annexa ao presente Regulamento, sem prejuizo, quanto aos actuaes empregados, do que de mais estejam vencendo, como ordenado.

§ 1. Aos empregados que funcționarem como escrivães ou officiaes de justiça nos processos da competencia da Junta, em que fôr condemnada nas custas alguma das partes, se contarão, pelos actos praticados, os emolumentos que percebem os escrivães e officiaes de justiça do juizo de commercio, por actos da mesma especie.

§ 2. A gratificação só é devida pelo effectivo exercicio; e, no caso de substituir um empregado a outro de superior categoria, perceberá a do substituto, em vez da do seu logar.

§ 3. Cessará a gratificação fixada para um interprete da Junta da Capital Federal, logo que se der a vaga do logar, ficando este supprimido.

Art. 61. Os empregados da Secretaria serão conservados emquanto bem servirem.

Pela falta de cumprimento de deveres, segundo a gravidade do caso, estão sujeitos á demissão ou ás penas disciplinares seguintes :

I. Simples advertencia;

II. Reprehensão;

III. Suspensão até 15 dias com a perda de todo o vencimento.

Estas penas disciplinares serão impostas pelo presidente da Junta, podendo o secretario ou o official-maior impôr qualquer das duas primeiras.

Art. 62. São-lhes applicaveis, assim como aos secretarios das Juntas, as disposições que regulam a aposentadoria dos empregados da Secretaria da Justiça (Lei n. 3397 de 24 de Novembro de 1888. art. 3, n. 4).

TITULO II

CAPITULO UNICO

Das inspectorias commerciaes.

Art. 63. Nos Estados que não tiverem juntas haverá inspectores commerciaes, sendo estes cargos exercidos nas cidades maritimas pelos inspectores das Alfandegas ou pelos administradores das mesas de rendas, e nas outras cidades pelos inspectores das Thesourarias de Fazenda.

A séde das Inspectorias de Piauhy, Paraná e Matto Grosso será nas cidades da Parnahyba, Paranaguá e Corumbá; as das outras, nas capitaes dos respectivos Estados.

Art. 64. Compete ás Inspectorias Commerciaes na cidades maritimas :

§ 1. O registro das embarcações brasileiras destinadas á navegação de alto mar (Dec. n. 1597 de 1855, art. 12, § 1.).

§ 2. O dos documentos que devem constar do registro publico do commercio, com excepção dos contractos de sociedades commerciaes (Dec. citado, art. 12, § 3).

§ 3. O das marcas de fabricas e de commercio, com agravo para a Relação de districto (Dec. n. 8898 de 31 de Dezembro de 1889, arts. 2 e 22 a 25).

§ 4. A rubrica dos livros de commerciantes, sociedades anonymas, agentes auxiliares do commercio e escriptorios de emprestimos sobre penhores (Dec. citado, n. 1598 de 1855, art. 12, § 2, Dec. n. 2692 de 1860, art. 3 e Dec. n. 164 de 1890, art. 7, § 3).

§ 5. Nomear interpretes (Dec. citado, n. 1597 de 1855, art. 12, § 2), avaliadores e stereometras commerciaes.

§ 6. Expedir titulo aos administradores de trapiches ou armazens de deposito, mediante a assignatura do termo de fieis depositarios.

§ 7. Multar e suspender, com recurso para a Junta Commercial do districto, os corretores e demais agentes auxiliares do commercio (Dec. citado de 1855, art. 12, § 5).

§ 8. Multar, com recurso para as mesmas Juntas, os trapicheiros, armadores e capitães de navios (Dec. citado, art. 12, § 7).

§ 9. Exercer as attribuições conferidas ás Juntas no art. 12, §§ 9 e 10 d'este Regulamento.

Art. 65. Compete aos inspectores commerciaes nas cidades não maritimas as attribuições mencionadas nos §§ 2, 3, 4, 5 e 7 do artigo antecedente.

Art. 66. Para o expediente dos negocios a seu cargo os Inspectores Commerciaes nomearão d'entre os empregados da Alfandega, Mesa de Rendas ou Thesourarias de Fazenda um official e um archivista.

Art. 67. As Inspectorias Commerciaes nas cidades maritimas terão os livros seguintes :

Do registro das embarcações;

Do registro publico dos documentos;

Do registro das nomeações de interpretes, avaliadores e stereometras commerciaes e dos titulos de trapicheiros;

Dos termos de responsabilidade dos armadores de embarcações e de fieis depositarios;

Da correspondencia.

Art. 68. Nas Inspectorias das cidades não maritimas haverá o livro do registro publico, o do registro das nomeações de interpretes, avaliadores e stereometras commerciaes e o da correspondencia.

Art. 69. Além dos livros mencionados nos dous artigos antecedentes, poderão os inspectores crear outros, conforme as necessidades do serviço, e com approvação do governo.

Art. 70. Para imposição das penas de multa e suspensão nos casos de sua competencia, procederão os inspectores commerciaes summariamente, fazendo autoar as peças iniciaes, ouvindo as partes e concedendo-lhes, se o requererem, os termos probatorios improrogaveis fixados no art. 35.

Art. 71. Incumbe-lhes remetter um relatorio annual dos negocios, que perante elle correrem, aos presidentes das Juntas respectivas.

Art. 72. Pela rubrica dos livros e por suas assignaturas perceberão os emolumentos marcados na tabella annexa a este Regulamento.

TITULO III

CAPITULO ÚNICO

Disposições geraes.

Art 73. Os emolumentos devidos aos presidentes, secretarios e deputados das Juntas Commerciaes são os fixados na tabella annexa ao presente Regulamento.

Art. 74. As Juntas e Inspectorias commerciaes requisitarão ás autoridades competentes as diligencias necessarias para a effectiva execução de suas ordens e decisões.

Quando as multas, que impuzerem, não forem pagas nos prazos marcados, serão os documentos respectivos remettidos aos procuradores fiscaes da Fazenda para a cobrança executiva na fórmula da lei.

Art. 75. Os tribunaes, juizes e empregados de justiça perceberão pelos actos que praticarem, em virtude de requisição das Juntas e Inspectorias Commerciaes, os emolumentos do regimento annexo ao Decreto n. 5737 de 2 de Setembro de 1874.

Art. 76. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Tabella dos emolumentos dos presidentes, secretarios e deputados das Juntas Commerciaes.

§ 1. Compete aos presidentes:

Pelas assignaturas das cartas de matricula de commerciantes e dos titulos de corretores, agentes de leilões, interpretes e trapicheiros..... 10\$000

Pela distribuição dos livros sujeitos á rubrica e assignatura dos termos respectivos2\$000

Pelas assignaturas das cartas de registro de embarcações.....5\$000

Pelas assignaturas dos titulos de avaliadores commerciaes.....2\$000

Pelas assignaturas das portarias de licença concedida a corretores e agentes de leilões2\$000

§ 2º Compete aos secretarios:

Pelos seus officios sobre matricula de commerciantes, nomeações de agentes auxiliares do commercio, cartas de registro de embarcações, e archivamento de contractos e distractos e de estatutos 1\$000

Idem sobre o registro de marcas de fabrica e commercio e nomeações de avaliadores commerciaes.....1\$000

De cada assignatura nos termos dos livros sujeitos a rubrica\$500

§ 3. Aos deputados e aos presidentes repartidamente :

Pela rubrica dos livros, de cada folha \$050

Tabella dos emolumento dos inspectores commerciaes.

Competem aos inspectores commerciaes :

Pelas suas assignaturas nos titulos dos interpretes 10\$000

Idem nos de avaliadores commerciaes2\$000

Idem nas cartas de registro de embarcações.....5\$000

Pela rubrica dos livros, de cada tolha \$050

**Tabella dos ordenados e gratificações dos secretarios e
empregados das Juntas Commerciaes da Republica dos Estados
Unidos do Brazil, a que se refere o Decreto n. 596 de 19 de Julho
de 1890.**

EMPREGOS	JUNTAS COMMERCIAES								
	CAPITAL FEDERAL			PORTO ALEGRE, S. PAULO, S. SALVADOR, RECIFE, BELÉM			FORTALEZA E S. LUIZ		
	Ordenado	Gratificação	Total	Ordenado	Gratificação	Total	Ordenado	Gratificação	Total
1 secretario.....	3:500\$000	1:500\$000	5:000\$000	2:400\$000	1:000\$000	3:400\$000	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1 official-maior.....	2:700\$000	1:300\$000	4:000\$000						
1 official.....	2:100\$000	1:000\$000	3:100\$000	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
1 dito.....	2:100\$000	1:000\$000	3:100\$000	1:600\$000	800\$000	2:400\$000			
1 amanuense.....	1:500\$000	700\$000	2:200\$000	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000
1 dito.....	1:500\$000	700\$000	2:200\$000	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000
2 praticantes, a cada um.....	1:000\$000	600\$000	3:200\$000						
1 porteiro.....	1:100\$000	500\$000	1:600\$000	808\$000	400\$000	1:200\$000	600\$000	300\$000	900\$000
1 ajudante do dito.....	700\$000	300\$000	1:000\$000						
Ao empregado que servir de archivista.....		360\$000	360\$000		240\$000	240\$000			180\$000
Ao que servir de thesoureiro..		200\$000	200\$000		150\$000	150\$000			100\$000
Ao amanuense que servir de interprete.....		360\$000	360\$000						
Somma.....			26:320\$000			12:790\$000			7:780\$000

Está comprehendida nos vencimentos do secretario e dos empregados da Junta Commercial da Capital Federal a gratificação adicional marcada na tabella annexa ao Decreto n. 10.130 de 22 de Dezembro de 1888.

DECRETO N. 2304, de 2 de julho de 1890

APPROVA O REGULAMENTO DA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para fiel execução da Lei n. 123, de 11 de Outubro de 1892, decreta:

Art. unico. O serviço de navegação de cabotagem, a que se refere o art. 7 da citada lei, será feito de conformidade com o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 2 de Julho de 1896, 8º da Republica. —
Prudente J. de Moraes Barros. — Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Regulamento a que se refere o Decreto N. 2304 d'esta data.

CAPITULO I

Da navegação de cabotagem.

Art. 1. A navegação de cabotagem só poderá ser feita por navios nacionaes préviamente registrados.

Art. 2. Entende-se por navegação de cabotagem a que tem por fim a communicação e o commercio directo entre os portos da Republica, dentro das aguas d'estes e dos rios que percorrem o seu territorio.

Art. 3. A navegação costeira, também chamada de costeagem, que se faz ao longo da costa e depende de observações astronomicas, calculos de pilotagem e marcação de cabo a cabo, não poderá ser confiada a pratico que não seja official de nautica.

Art. 4. Aos navios das nações limitrophes é permittida a navegação dos rios e aguas interiores, nos termos das convenções e tratados existentes.

CAPITULO II

Da nacionalisação das embarcações

Art. 5. Para um navio ser considerado nacional é preciso :

I. — Que seja propriedade de cidadão brasileiro, residente ou não no territorio da Republica, ou de sociedade ou empresa com séde n'ella e gerida exclusivamente por cidadão brasileiro;

II. — Que tenha capitão ou mestre brasileiro;

III. — Que tenha, pelo menos, dous terços da equipagem formada por brasileiros.

§ 1. Para os effeitos d'este regulamento, pela expressão — cidadão brasileiro — se entende:

a) as pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade;

b) a mulher brasileira casada com estrangeiro, se, pelo contrato ante-nupcial, além de não haver communhão de bens, lhe couber a administração pessoal ou directa dos que lhe forem proprios;

§ 2. Considera-se nacional :

a) a sociedade em nome colectivo, em commandita simples, ou de capital e industria, constituida em territorio da Republica, não podendo porém fazer o commercio maritimo de cabotagem sem que seja cidadão brasileiro o gerente, socio ou não;

b) a sociedade em nome colectivo ou em commandita simples, constituida exclusivamente por brasileiros, fóra do territorio da

Republica, se tiver seu contrato archivado no Brazil, a firma inscripta e a gerencia confiada a brasileiro;

c) a sociedade anonyma ou em commandita por acções constituida em paiz estrangeiro, se, obtida autorização para funcionar na Republica, transferir para o territorio d'ella sua séde, e tiver por directores ou socios-gerentes cidadãos brasileiros.

Art. 6. Quando, por qualquer motivo, o proprietario do navio deixar de ser cidadão brasileiro, será cassada a carta de nacionalidade e cancellado o registro.

§1. O cancellamento do registro deverá ser requerido pelo interessado ou seu representante legal, dentro de seis mezes da data em que se dêr o facto em virtude do qual o navio não possa mais ser considerado nacional.

§ 2. Passado o prazo de seis mezes, ficará o navio sujeito á apprehensão e venda judicial, considerando-se-o, para todos os effeitos, como contrabando.

CAPITULO III

Do registro das embarcações.

Art. 7. O registro, a que são obrigadas as embarcações empregadas no serviço de navegação e commercio de cabotagem, será feito :

a) nos arsenaes de marinha das capitaes dos Estados em que este serviço estiver a seu cargo, nos termos da legislação em vigor;

b) nas capitancias dos portos dos Estados onde não houver arsenal de marinha;

c) nas alfandegas e mesas de rendas onde não existirem aquellas repartições;

d) nas delegacias do Thesouro Federal onde não houver repartição da marinha de guerra nacional ou aduaneira;

e) nos consulados brasileiros de Montevidéo, Buenos-Aires, Assumpção e Iquitos, se os navios tiverem sido adquiridos nas Republicas limitrophes, Oriental do Uruguay, Argentina, do Paraguay ou do Peru.

Art. 8. O registro se realará no porto onde tiver domicilio o proprietario. Havendo mais de um proprietario, será feito em nome do que tiver maior quinhão, e sendo iguaes os quinhões, em nome do representante da maioria, previamente escolhido pelos interessados e declarado á autoridade competente em requerimento.

Art. 9. Para os effeitos do artigo antecedente, o Districto Federal fica equiparado aos Estados e n'elle se fará o registro quando o proprietario residir fóra da Republica.

Art. 10. O registro deverá conter:

I. — A declaração do lugar onde a embarcação foi construida , o nome dos constructores e a qualidade dos principaes materiaes empregados;

II. — As dimensões da embarcação em metros e decímetros e a sua capacidade em toneladas metricas, comprovadas por certidão de arqueação com referencia á sua data;

III. — A armação de que usar e o numero de cobertas que tiver;

IV. — O dia em que foi lançada ao mar;

V. — O nome de cada um dos donos ou compartes e os seus respectivos domicilios;

VI. — A especificação do quinhão de cada comparte, se fôr de mais de um proprietario, e a época de sua aquisição, com referencia á natureza e data do titulo, que deverá acompanhar a petição para o registro.

Art. 11. Se a embarcação fôr de construcção estrangeira, além das especificações sobreditas, dever-se ha declarar no registro a nação a que pertencia, o nome que tinha e o que tomou, e o titulo por força do qual passou a ser de propriedade brasileira, podendo omittir-se, quando não conste dos documentos, o nome do constructor.

Parapho unico. O auto de vistoria, a certidão de arqueação e todos os titulos justificativos do registro, ficarão archivados na repartição competente do lugar em que elle houver sido realizado.

Art. 12. Provando-se que algum navio registrado como nacional obteve o registro ob e subrepticamente, ou perdeu, ha mais de seis mezes, as condições precisas para poder continuar a ser considerado nacional, o inspector do arsenal de marinha, o capitão do porto, o inspector da alfandega, o administrador da mesa de rendas ou a autoridade competente do lugar em que se houver realisado o registro, ou onde se verificar a infracção dos preceitos aqui estabelecidos, procederá á apprehensão do navio e pol-o-ha immediatamente á disposição do juiz seccional do Estado onde se realisará a apprehensão para processo, julgamento e imposição da pena criminal.

§ 1. E' da competencia das autoridades fiscaes a apprehensão do contrabando e o processo administrativo, inclusive a applicação das multas.

§ 2. Emquanto o juiz não nomear depositario, exercerá tal funcção a autoridade do lugar a quem competir o registro, conforme o art. 7, procedendo-se ao arrolamento e inventario de tudo quanto existir a

bordo; do que se lavrará termo assignado pelo capitão ou mestre da embarcação, se o quizer assignar.

§ 3. As mercadorias encontradas a bordo do navio serão consideradas, para todos os efeitos, como contrabando.

§ 4. O juiz julgará por sentença a apprehensão e mandará proceder á venda em hasta publica, cabendo da sentença recurso voluntario de appellação com effeito suspensivo.

§ 5. Effectuada a venda e deduzidas as despesas, inclusive a porcentagem dos depositarios, interinos ou effectivos, a qual será arbitrada pelo juiz da 1^a instancia, com recurso de agravo, depositar-se-ha o saldo para ser levantado por quem de direito.

§ 6. Os praticos das barras e portos, os empregados da policia do porto e da alfandega e os agentes consulares, sob pena de demissão administrativa, são obrigados a denunciar á autoridade competente do respectivo districto de registro todas as embarcações que incidirem nas disposições do art. 12.

Art. 13. Os registros dos actos e contractos, que pela legislação federal incumbia ás juntas commerciaes, ficarão a cargo dos arsenaes de marinha, capitancias do porto, estações fiscaes ou consulados, nos termos do art. 7. Nas cartas de nacionalidade far-se-hão as averbações determinadas pelo Codigo do Commercio e mais disposições em vigor, em tudo quanto interessar ao navio e ao seu carregamento.

Art. 14. Nenhum navio registrado poderá ser desmanchado sem que seja cancellado o respectivo registro.

Art. 15. Será cancellado o registro do navio de que não houver noticia por mais de dous annos.

Art. 16. Não estão sujeitos ao registro:

a) os navios que se empregarem em pescaria nas costas;

b) os vapores de reboque, de coberta ou não, que se empregarem no serviço interior dos portos ou rios navegaveis;

c) as embarcações á vela ou a vapor destinadas, no interior dos portos, ao transporte de passageiros e suas bagagens, ao serviço de carga e descarga e ao transporte de mercadorias estrangeiras ainda não despachadas para consumo e transbordadas dos navios que as tiverem conduzido.

§ 1. Taes embarcações serão matriculadas na capitania dos portos, na fórmula dos regulamentos vigentes.

§ 2. Qualquer que seja a nacionalidade de seu proprietario, taes embarcações considerar-se-hão essencialmente brasileiras e não poderão, em caso algum, içar outra bandeira que não seja a da Republica.

CAPITULO IV

Das vistorias das embarcações e sua arqueação.

Art. 17. Nenhum navio será admittido ao registro, nem poderá se apparellhar, sem que tenha sido requerida vistoria á autoridade competente, julgado em condições de navegar e verificada a sua arqueação, segundo o disposto nas instrucções vigentes.

Paragrapho unico. E' da exclusiva competencia da autoridade federal a vistoria das embarcações.

Art. 18. As vistorias serão realizadas por profissionaes dos arsenaes de marinha, capitancias dos portos, alfandegas, etc., conforme estatue o art. 7, e nos consulados por pessoas competentes, da escolha do respectivo consul, quando lhes incumbir o registro das embarcações adquiridas ou paradas por motivo de força maior da navegação ou por conveniencias commerciaes.

Art. 19. A arqueação será feita por empregados das alfandegas, conforme a legislação em vigor, ou por pessoas competentes da escolha dos consules brasileiros, ou dos outros funcionarios a quem incumba o registro nos portos em que não houver repartição aduaneira.

Parapho unico. Todas as despesas correrão por conta do proprietario.

Art. 20. Todas as embarcações mercantes a vapor, comprehendidas as do trafego do porto, empregadas no serviço de transporte de cargas ou materiaes e passageiros, reboques, pesca e as de recreio serão vistoriadas em suas machinas, caldeiras e cascos, de seis em seis mezes, sendo uma vez por anno a vistoria feita em secco ou no dique.

§ 1. A vistoria será feita tendo a embarcação os porões varridos e as caldeiras preparadas para serem examinadas á pressão de agua, se assim se julgar necessario.

§ 2. Nos portos onde houver arsenal de marinha, a esta repartição competirá fazer as vistorias. N'aquelles portos em que só houver capitania, a vistoria será feita por uma commissão presidida pelo capitão do porto, e composta da 1ª machinista e do mestre do navio de guerra que na occasião se achar no porto, ou por profissionaes das embarcações das alfandegas e mesas de rendas.

§ 3. Na falta de profissionaes d'essas classes, será feita a vistoria pelo pessoal competente que o capitão do porto ou o inspector da alfandega ou administrador da mesa de renda encontrar na localidade.

§ 4. Nos portos estrangeiros a que se refere a letra e, do art. 7, são os competentes para autorisar e presidir a vistoria, os consules brasileiros, os quaes nomearão a respectiva commissão.

Art. 21. As vistorias, a que se refere este regulamento serão gratuitas e deverão ser requeridas á repartição competente pelos respectivos proprietarios, com antecedencia de oito dias.

CAPITULO V

Da transferencia da propriedade das embarcações e caixa do registro

Art. 22. A transferencia ou transmissão de propriedade da embarcação será requerida no porto em que se realizar o facto, á autoridade encarregada do registro e matricula na conformidade d'este regulamento, fazendo-se a averbação, sob pena de não valer contra terceiros.

Art. 23. A mudança de nome da embarcação sera communicada á repartição que effectuou o registro, afim de ser anotada e proceder-se ás necessarias rectificações ou averbações na carta de nacionalisação; procedendo-se do mesmo modo quanto á mudança do capitão ou mestre do navio.

Art. 24. No caso de ser realizada a venda ou transferencia da embarcação nacional a pessoa que a não possa adquirir nos termos d'este regulamento, deverá ser préviamente requerida a retirada da bandeira.

Art. 25. O capitão do porto, Inspector da Alfandega, agente consular ou autoridade a quem competir o registro não consentirá na transferencia ou baixa do mesmo registro sem que tenha sido realizado o deposito de quantia sufficiente para o pagamento das soldadas e despesas de reparação de equipagem, calculados conforme os respectivos contratos de engajamento, e na falta d'estes conforme os preços em vigor para taes serviços em porto de procedencia.

Art. 26. A carta de nacionalisação do navio que perder a qualidade de brasileiro ou fôr desmanchado será archivada na repartição que a tiver expedido.

CAPITULO VI

Da matricula das embarcações e da tripulação

Art. 27. A matricula das embarcações nacionaes continuará a ser feita, de seis em seis mezes, na séde do districto de sua navegação, parada ou estadia, nas repartições indicadas no art. 7.

Art. 28. O pessoal das embarcações de cabotagem continuará a ser matriculado nas capitancias do porto, nos arsenaes de marinha ou nas alfandegas, devendo a matricula ser renovada de seis em seis mezes.

Parapho unico. Durante cinco annos, contados da publicação do Decreto n. 227 A, de 5 de Dezembro de 1894, que prorogou por dous annos o prazo do art. 8 de la Lei n. 123, de 1892, a matricula a que se referem os arts. 27 e 28 será gratuita, salvo o sello do requerimento.

Art. 29. Nenhuma embarcação será matriculada sem que prove que existem a bordo todos os recursos precisos para os serviços de illuminação e signaes de pharóes, indispensaveis á segurança da navegação, nos mares, bahias e rios, bem como os que são imprescindiveis para os incidentes do mar e salvação de passageiros e carregamentos.

Parapho unico. Aos fiscaes das linhas de navegação cumpre exercer a mais severa investigação sobre estes serviços.

Art. 30. As embarcações empregadas no serviço de cabotagem são obrigadas a ter a bordo todos os documentos referentes ao seu registro e matricula do pessoal, a qualidade e quantidade de seu carregamento por procedencia e destino, o rol da equipagem e os

manifestos ou relações de carga por numeros e marcas, despachos ou conhecimentos das mercadorias ou generos nacionaes sujeitos a direitos ou nacionalisados, recebidos no porto inicial ou nos intermedios de escala, nos termos dos arts. 344, 363 e 369 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

Art. 31. Por ocasião do despacho ou desembaraço da embarcação, as repartições fiscaes terão o cuidado de verificar se a embarcação satisfaz todos os requisitos do presente Regulamento e mais disposições vigentes.

Parapho unico. No caso negativo cumpre-lhes obstar a saída da embarcação pelos meios que a legislação aduaneira faculta, dando parte ás autoridades da marinha de guerra do porto, para que se torne effectivo o impedimento do navio até que sejam satisfeitas as exigencias do presente regulamento.

CAPITULO VII

Do serviço de transito, reexportação, baldeação e reembarque.

Art. 32. Continuam em vigor todas as disposições concernentes á entrada e saída das embarcações dos portos da Republica, embarque e desembarque de passageiros, serviço de correio, policia e saúde publica, fiscalisação das alfandegas e capitancias, actualmente observados pelas embarcações nacionaes.

Art. 33. As embarcações mercantes brasileiras que fizerem o commercio de transito, baldeação e reexportação ficam sujeitas, quanto ao despacho e fiscalisação nos portos e ancoradouros, ás mesmas disposições que regem as estrangeiras

Art. 34. A nenhuma mercadoria se concederá transito, baldeação ou reexportação sem despacho processado de accôrdo com os

requisitos e formalidades prescriptos no capitulo 4o do tit. 8º da *Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas*.

Art. 35. Às embarcações estrangeiras será permittido, mediante as cautelas fiscaes e procedendo licença das autoridades aduaneiras, para cada viagem, seguir de um para outro porto nacional para se occuparem dos seguintes serviços :

I. Carregar ou descarregar mercadorias e objectos pertencentes á administração publica;

II. Entrar em um porto por franquia e seguir con sua carga para outro dentro do prazo regulamentar;

III. Entrar por inteiro em um porto e seguir para outro com a mesma carga, no todo ou em parte despachada para consumo ou reexportação;

IV. Transportar de um para outros portos da Republica passageiros de qualquer classe e procedencia, suas bagagens, animaes e tambem volumes classificados como encommendas, ou productos agricolas e fabris de facil deterioração e valores amoedados;

V. Receber em mais de um porto generos manufacturados ou produzidos, afim de exportal-os para fóra da Republica;

VI. Levar soccorro a qualquer Estado em ponto da Republica, nos casos de fome, peste ou outra calamidade;

VII. Transportar quaesquer cargas de um ponto para outro nos casos de guerra externa, commoção interna, vexames e prejuisos causados á navegação e commercio nacional por cruzeiros ou forças estrangeiras, embora não haja declaração de guerra.

Art. 36. Em casos urgentes de segurança ou salvação publica, taes como : fome, peste, guerra externa ou revolução intestina, o

Governo da União poderá fretar navios estrangeiros para o serviço de transporte ou quaesquer outros misteres que as circumstancias exigirem.

Art. 37. Fóra d'estes casos será considerado contrabando, e sujeito ás penas da legislação vigente, o commercio de cabotagem e serviço de transporte, exercido nos portos da Republica por navios estrangeiros.

Paragrapho unico. Exceptuão-se os casos de arribada forçada, variação ou força maior em que as mercadorias conduzidas por navios estrangeiros de um porto da Republica podem ser vendidas.

Art. 38. Os agentes ou consignatarios das embarcações estrangeiras, a que, nos termos dos artigos antecedentes, fôr commettido o serviço de transito, baldeação ou reexportação, se obrigarão, perante as alfandegas, mediante termo de responsabilidade, pelo valor dos direitos das mercadorias, que as embarcações transportarem e respectivas multas. A liquidação ou responsabilidade se tornará effectiva dentro do prazo que no mesmo termo fôr estabelecido, e conforme a legislação em vigor.

Paragrapho unico. Os favores de que gozão os paquetes de linhas regulares não isentão os agentes e consignatarios das respectivas empresas das obrigações impostas no presente regulamento em tudo quanto interessa ao commercio de transito, baldeação e reexportação.

Art. 39. A baixa da responsabilidade na Alfandega expeditora será dada em vista da certidão, *verbum ad verbum*, da 2ª via do despacho de consumo realizado nas repartições aduaneiras do destino, quando se tratar de mercadorias armazenadas e reexportadas para os portos da Republica.

§ 1.º Nos casos de baldeação de um para outro navio, ou de reexportação no mesmo navio, a conferencia e embarque de volumes versará sobre a identidade dos volumes despachados por sua qualidade,

quantidade, marcas, contramarcas e numeros, nome da embarcação e do seu commandante.

§ 2.º A certidão de efectiva descarga dos volumes e mercadorias assim despachados, passada pela repartição aduaneira do porto do destino, com todos os requisitos dos respectivos despachos de procedencia, servirá para a baixa da responsabilidade contrahida na repartição expeditora.

§ 3.º O mesmo preceito será observado com referencia ás mercadorias de transito internacional recolhidas aos entrepostos, ou trafegadas de umas para outras embarcações, mediante o certificado ou authenticidade consular nos documentos acima alludidos, nos termos da legislação em vigor.

Art. 40. O serviço de reembarque de volumes ou mercadorias descarregados em porto estrangeiro e sujeitos a direito de consumo, obedecerá ás regras em vigor que não fôrem contrarias ao presente Regulamento.

CAPITULO VIII

Do serviço de exportação de mercadorias já nacionalisadas e dos generos de producção nacional.

Art. 41. No serviço de despacho e embarque de productos ou generos nacionaes ou de mercadorias estrangeiras já nacionalizadas pelo pagamento dos direitos ou privilegios estabelecidos por tratados celebrados com as nações limitrophes, observar-se-hão os preceitos da legislação vigente quanto ao regimen aduaneiro e de policia dos portos e ancoradouros, do mesmo modo que no serviço do desembaraço em portos de destino.

Art. 42. Os generos nacionaes navegados por cabotagem serão acompanhados de relações de carga assignadas pelo capitão e

organizadas em vista dos respectivos conhecimentos, com discriminação de quantidades, numeros, marcas e contramarcas, especie dos volumes e qualidade dos generos ou productos. Esta relação deverá ser exhibida, no acto da entrada do navio, ao guarda-mór ou a quem suas vezes fizer.

Paragrapho unico. As embarcações que pertencerem a companhias ou empresas que se empreguem no serviço da cabotagem em virtude de contrato celebrado com o Governo da União serão regidas de harmonia com o estatuido nos mesmos contratos e no regulamento aduaneiro.

Art. 43. Às embarcações de cabotagem, quando transportarem mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, servirão de manifesto as cartas de guia ou segundas vias dos respectivos despachos, expedidas pelas alfandegas de procedencia.

Paragrapho unico. Fica extensiva esta disposição ás embarcações brasileiras de longo curso que receberem nos portos nacionaes, por onde fizerem escala, productos do paiz que tenham similares estrangeiros.

Art. 44. A falta de carta de guia ou 2.^a via do despacho a que se refere o artigo antecedente, dará lugar á percepção dos direitos de consumo como se a mercadoria fosse directamente importada do estrangeiro, incorrendo além d'isso o capitão do navio em multa de 10\$ a 100\$ por volume.

Paragrapho unico. Taes direitos poderão ser restituídos se dentro de um prazo improrogavel, marcado pelo inspector da Alfandega de accôrdo com as circumstancias de comunicação entre as alfandegas respectivas, fôr apresentado documento que prove ter sido a mercadoria despachada para consumo no porto de procedencia.

Art. 45. As alfandegas e mesas de rendas remetterão pela propria embarcação que conduzir mercadorias de origem estrangeira já nacionalisadas, reexportadas ou comprehendidas no paragrapho unico do art. 43, as respectivas cartas de guia, notas ou despachos necessarios para o seu prompto desembaraço no porto do destino, evitando-se d'esta arte que o commercio ou a embarcação seja, pela falta de taes documentos, em qualquer tempo prejudicada por qualquer fórma.

Art. 46. Para boa execução do estatuido no artigo antecedente os consignatarios, agentes ou capitães das embarcações deverão communicar préviamente ás Alfandegas o dia e hora marcados para a sahida das embarcações, affixando avisos nos escriptorios e postos fiscaes de embarque e os publicando na imprensa diaria, de modo que se possa realizar a expedição de mercadorias e fazer as diligencias fiscaes com a precisa regularidade.

Art. 47. O Inspector da Alfandega ou administrador da Mesa de Rendas, logo que tiver sciencia da hora da partida do navio, fará, com a necessaria antecedencia, recolher á repartição de conformidade com o disposto na legislação em vigor, todos os despachos e papeis que se referirem aos generos embarcados afim de serem, por ocasião do desembaraco do navio, encaminhados com officio as respectivas segundas vias ao ponto do destino.

Art. 48. Se a partida da embarcação fôr em dia feriado, ou quando por interesse do commercio, os embarques se prolongarem até depois da hora do expediente, mediante licença prévia da Alfandega, conforme o regimen do ancoradouro, os respectivos chefes providenciarão para que o serviço se execute por intermedio da guarda-moria ou estação do expediente externo nas Mesas de Rendas, de modo que a remessa dos papeis indispensaveis á carga do navio e organização dos seus rões ou manifestos, sejam expedidos pela propria embarcação, nos termos do artigo antecedente.

As primeira vias d'esses documentos serão no dia seguinte, ou após a partida da embarcação, recolhidas á primeira secção da Alfandega, para os devidos effeitos.

Art. 49. Nos casos em que, á hora da partida da embarcação, préviamente annuciada conforme o art. 46, não estiverem satisfeitas as exigencias fiscaes, é licito ao capitão do navio enviar á guarda-moria da Alfandega ou á barca de registro do ancoradouro respectivo sua declaração ou aviso, correndo n'este caso sob a responsabilidade dos empregados aduaneiros, as consequencias da demora havida no desembarço das embarcações.

Art. 50. No caso de infracção do disposto no art. 46, os consignatarios e agentes ou capitães dos navios ficão sujeitos á multa de 100\$ a 500\$, a juizo do inspector da Alfandega ou administrador da Mesa de Rendas, podendo esta autoridade demorar por mais duas horas a sahida da embarcação para concluir-se o serviço de que tratam os artigos antecedentes, de modo que todo o carregamento seja acompanhado dos respectivos documentos.

Art 51. Fica expressamente prohibida a pratica em uso nas Alfandegas de remetterem-se as guias e despachos ou notas de generos ou mercadorias embarcados em um navio por embarcações que seguirem depois.

Art. 52. A embarcação empregada no commercio de cabotagem que, por circumstancias de mar ou incidente occorrido em viagem, entrar em porto estrangeiro e receber ou não carregamento, deverá apresentar no porto do seu destino certificado expedido pela autoridade aduaneira ou consular, se fôr nacional ou estrangeiro o porto onde houver tocado, para os effeitos previstos na *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

Disposições transitorias.

Art. 1.º O presente Regulamento entrará em execução no dia 5 de Dezembro do corrente anno.

Art. 2.º. O ministro de Estado da Fazenda expedirá, para a completa execução d'este regulamento, as tabellas de emolumentos, formulas e instrucções que forem necessarias; e os dos negocios da Marinha e Relações exteriores as que forem relativas aos empregados subordinados a esses ministerios.

Capital Federal, 2 de Julho de 1896, 8º da Republica. —
Francisco de Paula Rodrigues Alves.

DECRETO N. 2.475, de 13 de Março de 1897.

**APPROVA O REGULAMENTO DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA
PRAÇA DA CAPITAL FEDERAL**

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
usando da autorização conferida no art. 15 do decreto n. 354, de 15 de
Dezembro de 1895,

Decreta:

Art 1.º Fica aprovado o regulamento dos corretores de
fundos publicos da Praça da Capital Federal, que a este acompanha.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de Março de 1897, 9.º da Republica.

PRESIDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

**Regulamento dos corretores de fundos publicos da praça da
Capital Federal**

TITULO I

ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Creação e numero dos officios de corretores de fundos publicos.

Condições de habilitação. Investidura para os mesmos. Fiança.

Vaga do officio

Art. 1.º É creado na Capital Federal, com caracter de officio publico, o cargo de corretor de fundos.

Ao Governo compete supprimil-o quando entender conveniente.

Art. 2.º O numero dos officios de corretores de fundos publicos da Capital Federal será fixado pelo ministro da fazenda.

Art. 3.º Os corretores de fundos publicos, na Capital Federal, serão nomeados e demittidos pelo presidente da Republica, por decreto expedido pelo ministro da fazenda.

Art. 4.º Para ser corretor de fundos é essencial:

- a) Ser cidadão brasileiro;
- b) Ter mais de 25 annos de idade;
- c) Estar no gozo dos direitos civis e politicos.

Art. 5.º Não podem ser corretores :

- a) Os que não podem ser commerciantes;
- b) As mulheres;
- c) Os corretores destituídos por haverem sido condemnados em crime a que o Codigo penal imponha a pena de destituição do emprego, ou outra de cuja imposição resulte a destituição;
- d) Os individuos que houverem sido condemnados nos crimes de falsidade, estellionato, furto e roubo;
- e) Os fallidos não rehabilitados.

Art. 6.º A nomeação para o cargo de corretor de fundos publicos da Capital Federal será feita sob informação da camara syndical instruida :

a) Com certidão de idade do pretendente;

b) Com attestação da autoridade policial da circumscripção do domicilio do candidato, que declare ter este residencia por mais de um anno na Capital Federal (art. 39 n. 2 do Codigo do Commercio);

c) Com certificado, devidamente authenticado pelo reconhecimento da firma, de haver o pretendente praticado, por tempo nunca menor de dous annos, em escriptorio de corretor de fundos publicos, ou funccionado em casa bancaria, ou commercial de grosso trato, na qualidade de guarda-livros ou na de socio gerente;

d) Com folha corrida.

Art 7.º O corretor nomeado deve depositar no Thesouro Federal, como caução, a quantia de cincoenta contos de réis. Não lhe será expedida a patente ou o titulo de nomeação antes de feito o deposito.

Art. 8.º A caução do corretor só poderá consistir:

a) Em dinheiro;

b) Em apolices da divida publica da União, dos Estados e da municipalidade do Districto Federal;

c) Em letras do Thesouro Federal;

d) Em letras hypothecarias emittidas por bancos de credito real com séde no Districto Federal.

Paragrapho unico. As apolices da divida publica federal serão recebidas pelo valor nominal; as dos Estados, as da municipalidade do Districto Federal e as letras hypothecarias pelo valor médio das tres ultimas cotações officiaes.

Ao ministro da fazenda compete determinar a especie em que deve ser prestada a caução.

Art. 9.º Antes de entrar em exercicio deve o corretor :

a) Fazer-se inscrever na repartição competente para o pagamento do imposto de sua profissão;

b) Tomar perante o syndico compromisso de desempenhar suas funções com probidade e de accordo com as leis em vigor;

c) Fazer abrir, rubricar e encerrar pelo syndico o caderno manual e apresentar o protocollo com as formalidades dos arts. 51 e 55 deste regulamento.

Art. 10. A fiança do corretor responde :

a) Pela execução e liquidação das operações em que o mesmo tiver sido intermediario, ou de que se tiver encarregado ;

b) Pelas multas em que o corretor incorrer;

c) Pelas indemnizações que for condemnado a prestar, em virtude de sentença do Poder Judiciario.

Art. 11. Sómente depois de liquidada pela fiança toda a responsabilidade do corretor, poderá o restante da importancia da mesma fiança ser objecto de acções, sequestros e arrestos para a solução e garantia de dividas particulares do corretor.

Art. 12. A fiança só poderá ser levantada depois de seis mezes, a contar da exoneração ou do fallecimento do corretor.

Art. 13. Findo este prazo, haver-se-ha por prescripta a responsabilidade do corretor, salvos o caso de protesto pelo não cumprimento e liquidação do contracto e aquelles em que, segundo direito, não corre o tempo para a prescrição.

Art. 14. A camara syndical, quando occorrer o fallecimento ou tiver logar a exoneração de qualquer corretor, mandará dar publicidade á

vaga, durante 30 dias, nos boletins commerciaes e affixar editaes no recinto da bolsa, chamando os interessados, em transacções em que houvesse intervindo o corretor, a virem liquidal-as no prazo de seis mezes.

Art. 15. Findo o prazo, a camara syndical expedirá em favor dos herdeiros do corretor, dos representantes dos menores, ou de quaesquer interessados, requisitoria ao ministro da fazenda para o levantamento da fiança depositada no thesouro.

Art. 16. Occorrendo vaga de officio de corretor, o syndico procederá immediatamente á arrecadação de todos os livros e papeis pertencentes ao mesmo e relativos ao officio, e ao exame do estado em que se acharem, na presença das partes interessadas e de duas testemunhas, e levará o facto ao conhecimento do ministro da fazenda.

Art. 17. Os livros e papeis arrecadados pelo syndico, na hypothese do artigo antecedente, serão examinados pela camara syndical, na sua primeira reunião, afim de verificar por meio delles, o estado das operações, que se achavam a cargo do corretor, se é caso de dar-se a interferencia da referida camara, para a completa execução da mesma, e para resguardar quaesquer interesses de terceiros, ou si deverão ser recolhidos ao archivo, para serem entregues ao corretor que for provido no officio vago.

Art. 18. Do exame a que proceder a camara syndical nos papeis e livros pertencentes ao officio de corretor, em estado de vacancia, far-se-ha declaração na acta da reunião da camara, e bem assim do destino dado aos mesmos.

Art. 19. A vaga do officio de corretor será preenchida temporariamente por um dos membros da corporação que o syndico designar; o nomeado terá competencia para liquidar as operações e

expedir certidões das que houverem sido escripturadas pelo corretor demissionario, suspenso ou fallecido.

Art. 20. Se a vaga occorrer por molestia incuravel que inhabilite o corretor para o exercicio do cargo, ou por fallecimento do corretor, será permittido á camara syndical propor, de preferencia a outrem, um filho do corretor para substituil-o no officio, dada a igualdade de circumstancias, quanto á idoneidade.

CAPITULO II

Propostos dos corretores.

Art. 21. Aos corretores de fundos é permittido terem como auxiliares um ou mais propostos, designados pelos mesmos corretores e approvados pela camara syndical.

Art. 22. Taes propostos devem reunir os requisitos exigidos para o officio de corretor, comquanto lhes seja vedado operar por conta propria.

Art. 23. Os propostos dos corretores estão sujeitos á acção disciplinar da camara syndical, podem ser por esta suspensos ou destituídos *ex officio*, e sel-o-não sempre que o entender conveniente o corretor.

Art. 24. Os actos de nomeação, de suspensão e de demissão dos propostos serão levados ao conhecimento de toda a corporação por meio de boletins affixados no salões da bolsa, pelo tempo de oito dias.

Art. 25. A camara syndical terá um livro especialmente destinado ao lançamento dos termos de approvação dos prepostos dos corretores e fará affixar em quadros propios nos salões da bolsa os nomes, cognomes e appellidos dos prepostos em exercicio, com indicação dos corretores com quem trabalham.

Art. 26. Os propostos dos corretores são considerados mandatarios legaes dos mesmos para os effeitos :

a) De praticarem os actos attinentes ao officio de que forem encarregados pelos corretores;

b) De substituirem os corretores nos seus impedimentos.

Sempre que houver de dar-se a substituição terá a camara syndical aviso prévio.

Art. 27. Os propostos dos corretores possuirão um canhenho aberto, encerrado e rubricado em cada uma de suas paginas pelo presidente da camara syndical, no qual registrarão as operações logo que as contractarem.

O canhenho sera apresentado na hora da bolsa para serem as operações nelle mencionadas transcriptas nas cadernetas dos corretores e devidamente cotadas, podendo ser as negociações de cambiaes communicadas até a hora do encerramento do cambio. Os lançamentos deverão conter declaração explicita das quantidades a taxas a que operarem.

Art. 28. Os corretores respondem solidariamente por seus propostos.

CAPITULO III

Competencia, exercicio e funções dos corretores de fundos publicos.

Art. 29. São da exclusiva competencia dos corretores de fundos publicos e sómente por seu intermedio se poderão realizar:

a) A compra e venda e a transferencia de quaesquer fundos publicos nacionaes ou estrangeiros admittidos á cotação;

b) A negociação de letras de cambio e de empréstimos por meio de obrigações;

c) A de títulos susceptíveis de cotação na bolsa, de accordo com o boletim da camara syndical;

d) A compra e venda de metaes preciosos amoedados e em barra.

Art. 30. São nullas de pleno direito as negociações dos títulos de que trata o artigo antecedente, quando realizadas por intermediarios estranhos á corporação dos corretores.

Art. 31. A disposição do art. 30 não comprehende as negociações realizadas fóra da Bolsa e directamente entre o comprador e o vendedor, as quaes todavia deverão ser communicadas á camara syndical pelos interessados.

Art. 32. O corretor não poderá encarregar-se de operação alguma, sem ordem escripta do seu committente.

Art. 33. A ordem dada ao corretor terá vigor enquanto não for retirada, salvo a declaração de prazo fixado para o cumprimento della; o recebimento dessa ordem importa autorisação ao corretor para operar em nome e por conta do committente.

Art. 34. O corretor, enquanto não puder executar a ordem recebida, dará ao seu committente diariamente os motivos da demora, afim de receber do mesmo novas instrucções sobre o preço e outras condições da operação.

Art. 35. Os corretores de fundos teem inteira responsabilidade pela execução, até final liquidação, das operações em que interferirem por força do privilegio que lhes conferem o decreto legislativo n. 354 de 16 de Dezembro de 1895 e este regulamento.

Art. 36. O corretor é pessoalmente responsavel, nas negociações á vista, para com o outro corretor com quem operar e para com o seu committente, pela entrega dos titulos vendidos e pelo pagamento dos que houver comprado.

Art. 37. A responsabilidade do corretor é inteira e completa pela liquidação das operações feitas a prazo, sempre que no acto da transacção não for revelado, de modo regular, o nome do committente. Essa responsabilidade é regida pelos principios que regulam a do *commissario del credere*.

Art. 38. A fiança do corretor responde pela liquidação das operações, a qual será feita pela camara syndical, de accordo com o regimento interno da Bolsa e da corporação dos corretores.

Art. 39. Os corretores são responsaveis pela authenticidade da assignatura do ultimo signatario das letras e dos titulos endossaveis que negociarem.

Art. 40. Na falta de aceitação ou de pagamento dos titulos pelo corretor comprador e da entrega pelo corretor vendedor, a revenda e a compra dos valores negociados póde ser, a requerimento do corretor com o qual houver sido feita a negociação realizada por intermedio do syndico, correndo todos os riscos por conta do corretor omisso.

Parapho unico. Na revenda e na compra o syndico regular-se-ha pelo regimento interno da Bolsa e da corporação dos corretores.

Art. 41. O corretor, salvo convenção em contrario, responde perante seu committente pelo outro corretor com o qual houver contractado quanto á liquidação da negociação.

Art. 42. Antes de acceitarem a incumbencia de qualquer negociação, teem os corretores de fundos o direito de exigir dos committentes as garantias que reputarem precisas para a effectividade

das operações, proporcionando, por sua vez, aos committentes as que estes exigirem.

Art. 43. O committente que retirar a ordem dada e aceita antes do prazo convencionado para a operação, pagará integralmente a corretagem, como si a ordem houvesse sido executada.

Art. 44. O committente que, sem prévia retirada da ordem dada, já tendo recebido do corretor encarregado da operação a nota de haver sido a mesma executada, deixar de fazer boa a transacção e realizal-a por intermedio de outro corretor, será obrigado a pagar a corretagem ao primeiro corretor e responderá por perdas e danos perante a parte com quem o mesmo corretor houver tratado.

A requerimento do corretor, poder-se-ha affixar na bolsa o nome do committente omisso com um resumo de operação.

Art. 45. O committente que deixar de cumprir um contracto de corretor responderá integralmente pela transacção, que em virtude de sua ordem escripta e de conformidade com ella houver realizado o corretor.

O corretor, em tal caso, revenderá os titulos que houver adquirido para o committente e que este não tiver pago, ou adquirirá os que não houverem sido fornecidos pelo committente, cobrando deste a differença da cotação que se der.

Em todo o caso, responderá o committente pelos prejuizos que de sua falta resultarem.

Art. 46. Nas negociações de letras e papeis endossaveis é o corretor obrigado a entregar ao tomador os titulos e ao cedente a importancia ajustada dos mesmos.

Art. 47. O corretor deve guardar segredo sobre os nomes dos committentes; para mencional-os faz-se precisa autorisação destes por escripto, ou que a natureza da operação o exija.

Art. 48. As negociações de Bolsa, que não tiverem por objecto letras de cambio, não assentam sinão sobre quantidades, sem especificação dos numeros e mais caracteristicos dos titulos.

Art. 49. É vedado aos corretores sob as penas do art. 59 do Codigo commercial:

a) Formarem entre si associação particular para operações de sua profissão;

b) Fazerem toda a especie de negociações e trafico directo ou indirecto, debaixo do seu ou de alheio nome, e contrahirem sociedade de qualquer denominação ou classe que seja;

c) Adquirirem para si, ou para pessoa de sua familia, coisa cuja venda lhes houver sido incumbida, e venderem as que lhe pertencerem, quando tenham ordem de comprar da mesma especie;

d) Exercerem cargos de administração ou fiscalização de sociedades anonymas, excepção feita das disposições do art. 160;

e) Encarregarem-se de cobranças ou pagamentos por conta alheia, salvo no caso de liquidação do seu contracto.

Art. 50. Os corretores são obrigados a dar aos committentes recibos dos fundos e dos valores que lhes forem confiados.

CAPITULO IV

Escripturação dos corretores. Exames dos livros, Certidões dos lançamentos nelles feitos; seu valor juridico.

Art. 51. Todo o corretor deve ter os seguintes livros.

a) Um caderno manual aberto, numerado, encerrado e rubricado pelo syndico;

b) Um protocollo aberto, numerado, encerrado e rubricado pela junta commercial.

Art. 52. No caderno manual deverão ser lançadas, apenas concluídas, as transacções realizadas pelo corretor ou por seu proposto, com toda a clareza e individuação, afim de proporcionar noção exacta da operação realizada.

Art. 53. No protocollo deverão ser diariamente lançados os assentos do caderno manual por cópia litteral, por extenso e sem emendas, rasuras, entrelinhas, transposições e abreviaturas, guardada a ordem da numeração sob a qual existirem as operações escripturadas no caderno manual e mencionando-se os nomes do comprador, do vendedor, a natureza, o preço, o prazo e todas as condições das operações.

Art. 54. Nos assentos das negociações de letras de cambio deverá o corretor mencionar o vendedor, o comprador e a praça sobre a qual for feito o saque, o prazo e as estipulações a este referentes, sem prejuizo das demais declarações exigidas no art. 49 do codigo do commercio.

Nas negociações de titulos ao portador e á vista deverá declarar não sómente a natureza do titulo, mas ainda a serie e os numeros, se os committentes o exigirem.

Art. 55. O protocollo terá as formalidades exigidas para os livros dos commerciantes no art. 13 do codigo do commercio, sob pena de não terem fé os assentos nelle lançados.

Art. 56. Os livros dos corretores, que se acharem escripturados na fórmula deste regulamento, sem vicio nem defeito, terão fé publica.

Art. 57. Os livros não escripturados em fórmula regular e não revestidos das formalidades legais não fazem prova em juízo em favor do corretor.

Art. 58. O exame parcial dos livros do corretor terá lugar, por ordem da camara syndical, sempre que se originarem duvidas ou ventilar-se questão sobre operações de bolsa em que o mesmo corretor houver funcionado.

O exame geral sómente poderá ter lugar aos casos expressos no código do commercio e neste decreto, e sempre que a camara syndical julgar necessario tal exame para apurar factos que constituam em responsabilidade o corretor.

Art. 59. A camara syndical, sempre que instituir exame sobre qualquer ou todos os livros do corretor, é obrigada, debaixo do segredo profissional, a guardar sigillo sobre os nomes dos committentes de todas as operações nelles escripturadas.

Art. 60. A recusa de exhibição dos livros, ordenada por autoridade competente e nos casos do artigo anterior, sujeitara o corretor á applicação do disposto no art. 20 do código do commercio.

Art. 61. Os livros do corretor, quando arrecadados pela camara syndical, serão guardados em seu archivo, ou entregues ao successor no officio nas hypothèses dos arts. 16, 17, 19 e 20 deste decreto.

Art. 62. As certidões extrahidas dos livros com referencia á folha em que os actos se acharem escripturados, sendo pelos corretores subscriptas e assignadas, terão força de instrumento publico para prova dos contratos respectivos.

Art. 63. O corretor, que passar certidão contra o que constar dos seus livros, incorrerá nas penas do crime de falsidade e perderá a metade da fiança.

CAPITULO V

Assembléas dos Corretores. Eleição da Camara syndical.

Attribuições desta e do Syndico.

Art. 64. Os corretores de fundos publicos da Capital Federal constituidos em assembléa geral, em numero, pelo menos, de dous terços elegerão annualmente de entre si uma camara syndical, composta de um syndico, como presidente, E de tres adjuntos.

Art. 65. Da eleição que será feita por escrutinio secreto e por maioria absoluta de votos lavrar-se-ha uma acta em livro para esse fim determinado; della extrahir-se-ha uma cópia authenticada que será enviada ao ministro da fazenda.

Art. 66. Os corretores não se poderão reunir extraordinariamente, a não ser em virtude de convocação do syndico.

Art. 67. Os corretores poderão solicitar a convocação de uma assembléa geral de sua corporação para deliberar sobre caso urgente é de justificada gravidade occorrente no funccionamento da Bolsa e com referencia á cotação do curso dos titulos, das especies e dos cambios.

O pedido de convocação deve ser formulado por escripto e assignado por dous corretores em exercicio activo da profissão.

Art. 68. A assembléa geral constituir-se-ha com a maioria absoluta dos corretores e será presidida pelo syndico; as suas deliberações constarão de actas lavradas em livro proprio confiado á guarda da camara syndical; servirá de secretario da reunião o corretor que o syndico designar.

As actas serão assignadas por todos os corretores presentes, não sendo permissivel delegação para ests fim.

Não se reunindo corretores em numero sufficiente para constituir maioria absoluta, o syndico convocará nova reunião, com intervallo de 24 horas, na qual se deliberará com qualquer numero de corretores presentes.

Art. 69. Os membros da camara syndical poderão ser reeleitos; ao syndico compete designar o secretario e o thesoureiro da camara, os quaes só poderão ser tirados d'entre os membros destas.

Art. 70. A nenhum corretor é licito eximir-se de ser membro da camara syndical, salvo por molestia grave e continuada, provada perante o ministro da fazenda e, no caso de reeleição, se não houver decorrido um anno entre a antecedente e a nova nomeação.

Art. 71. A camara syndical poderá deliberar sempre que se acharem presentes metade e mais um de seus membros; os negocios serão decididos por maioria absoluta de votos, no caso de empate, o presidente terá o voto de qualidade.

Art. 72. Das deliberações da camara syndical deverão ser lavradas actas em livro aberto, numerado e rubricado pelo syndico e devidamente sellado.

As actas serão assignadas por todos os membros da camara syndical, que houverem tomado parte na sessão.

Art. 73. Á camara syndical compete :

a) Informar sobre a conveniencia da criação e da suppressão de officios de corretores de fundos publicos;

b) Propor a nomeação, a destituição dos mesmos e a sua suspensão por tempo maior de trinta dias;

c) Organizar o regimento interno da Bolsa e da corporação dos corretores e a tabella dos emolumentos que elles devem perceber, sujeitando-os á approvação do ministro da fazenda;

d) Autorisar, prohibir e suspender a negociação e a cotação de qualquer valor, com excepção dos titulos da divida federal, estadual e municipal e dos estrangeiros, que só serão admittidos á cotação por acto do ministro da fazenda.

No uso desta attribuição poderá a camara syndical exigir de todas as sociedades emissoras de titulos negociaveis na Bolsa os esclarecimentos e documentos que reputar precisos para a inclusão de taes valores no boletim das cotações;

e) Impor as multas decretadas neste regulamento, facultando de sua decisão recurso para o ministro da fezenda dentro de cinco dias;

f) Fixar a cotação official do cambio, dos valores e das especies, publicando o boletim diario, confeccionado após o encerramento dos trabalhos da Bolsa e em face das notas ou *memoranda* dos corretores e dos bancos;

g) Organizar a tabella das taxas a perceber pelas declarações que forem publicadas no boletim official;

h) Velar para que os corretores se conttenham no limites de suas funcções legaes, podendo ordenar-lhes a apresentação de seus livros e prescrever-lhes todas as medidas de precaução que julgar necessarias;

i) Infligir censura aos actos dos corretores, quando irregulares, e, segundo a gravidade do caso, interdizer-lhes a entrada na Bolsa durante um prazo não excedente de trinta dias e suspendel-os por igual tempo;

j) Fiscalisar que nenhum individuo, sem titulo legal, exerça as fucções de corretor, promovendo pelos meios competentes, a decretação da nullidade das operações por elle realizadas;

k) Decidir as contestações que se suscitarem entre os corretores relativamente ao exercicio de suas funvções, com recurso para o ministro da fazenda.

Art. 74. No caso de impedimento de adjuntos de modo a não poder reunir-se e deliberar a camara syndical, convidará o syndico dentre os membros da corporação os que forem necessarios para completar a camara syndical. O syndico será nesta hypothese substituido em seus impedimentos pelo corretor mais antigo ou pelo mais idoso se houver mais de um com igual antiguidade.

Art. 15. Compete ao syndico :

a) Representar a camara syndical e a corporação dos corretores perante o governo, autoridades constituidas e em juizo;

b) Presidir as reuniões da camara syndical, dirigir as discussões e apurar as deliberações, votando em ultimo logar e para desempate, no caso de ser necessario;

c) Executar as deliberações da camara syndical;

d) Promover reuniões diarias da camara syndical para verificação do resultado das operações, determinação do curso do cambio e cotação dos fundos e valores negociados pelos corretores;

e) Fiscalisar a escripturação do livro dos preços correntes, em que deverão ser registrados os boletins apresentados pelos corretores, nos quaes estiverem mencionadas as propostas e transacções que se houverem realizado e tiverem sido inscriptas nas notas offerecidas no recinto da Bolsa;

f) Assignar e remetter ao ministro da fazenda o boletim da cotação dos fundos publicos e do cambio.

TITULO II

DAS OPERAÇÕES.

CAPITULO I.

A. Bolsa. Negociações de fundos publicos : 1.º) A vista; 2.º) A prazo; a) Com transferencia real; b) Liquidadas por prestação de differença das cotações.

Art. 76. A Bolsa é o logar, no salão da praça do commercio, destinado ás operações de compra e venda de titulos publicos, de acções de bancos e companhias, de valores commerciaes e de metaes preciosos.

Paragrapho unico. É facultado aos corretores, fóra da hora regimental da Bolsa, effectuar negociações sobre metaes, cambiaes, descontos e empréstimos commerciaes, comtanto que no mesmo dia e na hora official da bolsa, apresentem boletins assignados mencionando a quantidade, a natureza, o dia do vencimento e o preço dos titulos para a cotação.

Art. 77. Só aos corretores de fundos é permittido o accesso dentro da balaustrada da Bolsa.

Art. 78. Á camara syndical compete tornar effectiva a disposição do artigo antecedente, vedando ás pessoas estranhas á classe dos corretores de fundos o ingresso no logar reservado á Bolsa, emquanto esta funccionar.

Art. 79. Fóra do logar especial e das horas para o funcionamento da Bolsa é prohibida qualquer reunião quer de corretores

de fundos, quer de pessoas estranhas á profissão, para effectuar operações de bolsa.

Art. 80. Os corretores de fundos publicos reunir-se-hão na Bolsa á hora marcada no regimento interno e immediatamente começarão a propor em alta voz as transacções que desejarem effectuar, determinado as condições em que devam ser baseadas.

Art. 81. Logo que qualquer corretor acceitar a proposta e as condições da negociação reputar-se-ha fechada a transacção.

Os corretores a inscreverão em seus cadernos manuaes e, acto continuo, trocarão entre si um *memorandum* assignado, em que estejam consignadas todas as condições da operação que acabarem de effectuar.

Art. 82. A operação ultimada será immediatamente inscripta em uma tabua collocada proxima á Bolsa e em logar visivel para todos.

Art. 83. O corretor, comquanto não obrigado a declarar a quantidade total dos titulos e valores que tenha de negociar, deverá determinar o numero, que se proponha a comprar o vender, no acto do prégão.

Art. 84. Encerrados os trabalhos da Bolsa reunir-se-ha a camara syndical e procederá á fixação do curso do cambio e da cotação dos fundos e valores negociados, taxando os limites maximo e minimo.

Art. 85. Para a determinação do curso do cambio e dos valores, a que se refere o artigo antecedente, apresentarão os corretores á camara syndical boletins por elles assignados contendo as notas correspondentes ás transacções effectuadas nesse dia com menção dos limites maximo e minimo das cotações.

Art. 86. Com os elementos fornecidos pelos boletins dos corretores, que serão registrados em livro proprio, verificará a camara o resultado das operações do dia e fixará, de modo definitivo, o curso do cambio e da cotação dos titulos e valores negociados.

Art. 87. Em livro proprio se lavrará em fórmula de termo, a deliberação da camara syndical e se expedirá, de conformidade com ella, o boletim da colação official e do curso do cambio.

Deste boletim serão enviadas cópias authenticadas pelo syndico ao ministro da fazenda, ao presidente da Associação Commercial e ao *Diario Official*.

Art. 88. Os titulos de emprestimos federaes, estadoaes, municipaes e estrangeiros só poderão ser cotados na Bolsa mediante autorisação do ministro da fazenda, concedida sob informação da camara syndical.

Art. 89. Os titulos de empresas nacionaes e estrangeiras sel-o-hão sómente com consentimento da camara syndical.

Esta responderá civilmente pelos prejuizos resultantes da admissão á cotação de titulos, debentures irregularmente emittidas e acções de associações illegalmente constituidas ou que não tenham realizado o capital exigido na lei reguladora do amonymato, para que as suas acções sejam negociaveis, e de sociedade sem existencia real e actividade effectiva e organisadas no intuito exclusivo de tentar a negociação de titulos e a exploração sobre as mesmas.

Art. 90. A venda de titulos ao portador reputa-se perfeita com a tradição dos mesmos pelo corretor vendedor ao corretor comprador, ou pelo seu lançamento nos livros daquelle em nome deste.

Art. 91. As operações á vista realizadas na Bolsa deverão ser liquidadas dentro de dous dias uteis; não o sendo neste prazo, a camara

syndical fal-os-ha executar na primeira reunião da Bolsa, segundo o processo estabelecido no regimento interno.

As de letras de cambio e especies metallicas sel-o-hão no prazo de cinco dias uteis, devendo tornar-se effectiva a responsabilidade do corretor dous dias uteis depois do vencimento da operação, no caso de faltar o committente ao cumprimento do contracto.

Art. 92 O corretor a quem o committente fornecer garantias para a effectividade da operação, dará ao committente recibo dos titulos, valores, dinheiro ou ordens que do mesmo receber. Ao committente é facultado fazer em estabelecimento bancario o deposito em garantia da liquidação da operação confiada ao corretor.

Art. 93. Deixando o committente de proporcionar ao corretor os meios de fazer effectiva a operação, passará o corretor a vender os titulos que houver adquirido e pagará com o producto o preço da compra, ou adquirirá os titulos cuja compra houver convencionado.

Em qualquer destas hypotheses responderá o committente pela differença, que, com a demora da operação, haja ocorrido na cotação dos titulos.

A acção executiva é o meio judicial de apuração dos direitos e da responsabilidade provenientes destas disposições.

Art. 94. As liquidações das operações da Bolsa feitas a prazo poderão ser realizadas pela effectiva entrega dos titulos e pagamento dos preços, ou pela prestação da differença entre a cotação da data do contracto e a da época da liquidação.

São exceptuadas desta disposição as operações sobre letras de cambio e moeda metallica, que sómente serão liquidaveis pela entrega effectiva dos titulos e das especeis.

Art. 95. Não são accionaveis perante os tribunaes os contractos de cambio a prazo liquidaveis por differença.

Art. 96. Não é licito pactuar nas negociações a prazo que a liquidação só tenha logar pela prestação das differenças entre as cotações.

Art. 97. Sómente na hypothese do § 2.º do art. 2.º do decreto legislativo n. 354 de 16 de Dezenbro de 1895 são permissiveis negociações por meio de *memoranda* ou de quaesquer escriptos contendo promessa de letras a entregar dentro do prazo determinado. Taes negociações serão nullas de pleno direito quando dellas não constar o pagamento do sello proporcional e incorrerão na multa de dez contos de réis os que nellas tomarem parte.

Art. 98. O tempo para a liquidação das nogociações a prazo effectuadas na Bolsa não póde exceder de trinta dias; a liquidação terá logar de accordo com o regimento interno da Bolsa.

§ 1.º As negociações a prazo de cambiaes e de especies metallicas não excederão do mesmo tempo, sendo permittido prorogal-o duas vezes por trinta dias, mediante o pagamento em cada prorogação do sello taxado para a primeira operação.

A falta de liquidação da operação no prazo primitivo ou no da prorogação autorisa o protesto, como medida assecuratoria da prestação de perdas e damnos pelo não cumprimento do contracto.

§ 2.º Na hypothese de prorogação deverão ser os contractos presentes á camara syndical para registrar.

Art. 99. O corretor tem o direito de exigir do committente nas negociações a prazo, um reforço de garantir segundo a alteração do valor dos titulos negociados, de modo a pol-o ao abrigo da impontualidade ou da insolvabilidade do mesmo committente.

Art. 100. A garantia poderá consistir em dinheiro ou em valores, deverá constar de documento escripto pelo punho do committente e que contenha declaração de que o dinheiro ou os valores são consignados a pôr o corretor a coberto dos riscos da operação e das diferenças na cotação dos titulos e autorização ao corretor para vendel-os para a liquidação de operação, no caso de omissão por parte do committente.

CAPITULO II

Operações e liquidações por compensação, a premio e firmes. Reports. Negociações a prazo mediante desconto. Vendas por mandado judicial.

Art. 101. A diversas operações effectuadas pelo corretor, por ordem de um mesmo committente, são liquidaveis por compensação em dinheiro ou em titulos da mesma especie, conforme houver sido accordado.

Art. 102 As operações realizadas por mais de um corretor e por ordem e conta de um ou mais committentes, podem ser, do mesmo modo do artigo antecedente, liquidadas por compensação, si os interessados nisso convierem.

Art. 103. As operações a prazo, com excepção das de letras de cambio, podem ser feitas com a faculdade de desistencia por parte do committente, mediante o abono de uma quantia convencionada para o premio de indemnisação pela rescisão do contracto, de accordo com o regimento interno.

Art. 104.O premio é estipulado sobre o valor de cada titulo e não impede que o corretor exija a prestação da garantia da operação, na hypothese da consolidação.

Art. 105. O regimento interno da Bolsa fixará o prazo além do qual as operações a premio se considerarão confirmadas.

Art. 106. É licito ao comprador á vista, de titulos negociaveis, fazer no mesmo acto ao vendedor revenda de titulos da mesma especie, a prazo e por preço determinado.

Art. 107. A entrega real dos titulos é condição substancial á validade desta operação.

Art. 108. A propriedade dos titulos transfere-se na operação de que tratam os artigos antecedentes, ao comprador; é licito, porém, estipular que os juros e dividendos que aos titulos couberem durante o prazo do *report* pertençam ao vendedor primitivo.

Art. 109. O *report* é renovavel o aprazimento das partes.

Art. 110. Nas operações a prazo, o comprador tem o direito de exigir, mediante desconto, a entrega dos valores negociados, por antecipação, isto é, antes da época fixada para a liquidação da transacção.

Art. 111. É vedado o desconto nas operações de *report* e nas de letras de cambio ou moeda metallica.

Art. 112. As vendas de valores negociaveis na Bolsa, que houverem de ser feitas por ordem de juiz competente, em execução de sentença proferida em juizo contradictorio, ou de acto de jurisdicção voluntaria serão executadas pela camara syndical em leilão depois de publicadas, por meio de aviso ou edital affixados no recinto da Bolsa, e durante oito dias pela imprensa diaria.

Art. 113. No aviso far-se-ha menção dos titulos a negociar e de sua quantidade, da decisão do juiz que houver ordenado a negociação e do nome do corretor delia incumbido.

Art. 114. Os valores que não tiverem sido admittidos á cotação serão vendidos em leilão na Bolsa, sob a responsabilidade do corretor e mediante as formalidades estabelecidas no regimento interno.

Art. 115. A camara syndical póde resolver que se faça em leilão a venda de titulos admittidos á cotação, sempre que esta não se der, por falta de negociações de taes valores, ou pela occurrencia de qualquer circumstancia que torne prejudicial aquelle meio de transferencia.

Art. 116. A venda dos titulos que se acharem no caso do art. 33 do decreto n. 434 de 4 de Julho de 1891 será levada a effeito pelo modo estabelecido nos artigos antecedentes.

Art. 117. A camara syndical organizará um regimento interno da Bolsa e da corporação de corretores, que, depois de approved pelo ministro da fazenda, fará parte integrante deste decreto.

Nesse regimento serão regulados os factos referentes á organização e ao funccionamento da Bolsa, da corporação dos corretores e da camara syndical.

CAPITULO III

Negociações de letras de cambio e de especies metallicas. Cotação dos respectivos cursos.

Art. 118. As operações de cambio só poderão realizar-se por meio de letras ou de documentos, com sello proporcional, contendo promessa de letras a entregar dentro do prazo determinado.

Art. 119. São declarados nullos para todos os effeitos os contractos de cambiaes ou moeda metallica a prazo que não tenham o sello legal.

Art. 120. As negociações sobre letras de cambio não produzirão effeito para o fim de serem apuradas em juizo, e serem objecto de cotação, se não puderem ser provadas por certidão extrahida dos livros dos corretores e que faça menção das declarações a que se refere o art. 54 deste decreto.

Art. 121. As negociações de especies metallicas provar-se-hão por meio de certidões extrahidas dos livros dos corretores, que deem indicação da quantidade, natureza e preço das especies.

Art 122. Os estabelecimentos bancarios, filiaes ou agencias, nacionaes ou estrangeiras que nogociarem em cambio e moeda metallica são obrigados a retter diariamente ao syndico, em notas authenticadas pelos gerentes ou directores respectivos, a declaração das taxas a que tiverem operado e quinzenalmente a totalidade das operações.

Art. 123. As operações realizadas pelos bancos e pelos corretores servirão de elemento para a fixação do curso official do cambio pela camara syndical.

Art. 124. A cotação á vista será a fixada para as operações a 90 dias, com deducção de 1/4 de penny, calculada sobre a taxa ao par.

Art. 125. A camara syndical, além dos beletins diarios do curso official do cambio, dos fundos publicos e das especies metallicas remetterá mensalmente ao ministro da fazenda um quadro do movimento da Bolsa, com fixação da média dos cursos cotados.

Art. 126. A camara syndical é responsavel pela exactidão dos preços cotados no mercado de cambio, no das especies metallicas e no de fundos publicos.

A falta de exacção na cotação acarreta para os membros da referida camara a incursão no crime de falsidade.

Art. 127. Depois da affixação do boletim da cotação, nenhuma alteração póde ser nelles feita — ainda que no intuito de rectificar a cotação.

É licito, porém, rectificar o boletim para o effeito unico de completal-o, incluindo fundos cuja cotação não tiver sido mencionada, por omissão involuntaria.

Art. 128. A cotação official do cambio determinará o curso authenticico do mesmo, e será fixada de accordo com as instrucções do regimento interno da Bolsa; por ella será expedido boletim pela camara syndical, o qual será registrado no livro competente assignado pelo syndico e pelo secretario da mesma camara e publicado no *Diario Official*.

Art. 129. Á camara syndical da Capital Federal serão enviadas pelos presidentes das juntas dos corretores de todas as praças commerciaes da Republica communicações telegraphicas das taxas cambiaes do dia. A camara syndical organizará com estes dados um boletim central da cotação cambial da Republica no referido dia e com os limites maximo e minimo de cada praça.

CAPITULO IV

Responsabilidade civil dos corretores. Sancção penal.

Art. 130. A responsabilidade civil dos corretores de fundos publicos resolve-se na prestação de perdas e damnos resultantes :

a) Da falta de execução da ordem acceita do committente;

b) Da entrega, em liquidação de operação, de titulo irregular, amortisado, embargado, perdido, furtado, ou incluído no boletim official dos titulos cuja transferencia estiver suspensa ;

c) De haver o corretor, para angariar bens para seu committente, ou proventos para si proprio, negociado de má fé letras,

titulos e valores na época da operação, pertencentes a pessoas cujo estado de fallencia for notorio;

d) Da irregularidade da escripturação de seus livros ás partes interessadas nas operações.

Art. 131. Responderá o corretor pelos lucros cessantes e danos emergentes que decorrerem de seu acto quando provar-se que a omissão em dar cumprimento á ordem recibida proveio de má fé, ou que della auferiu o corretor qualquer interesse.

Art. 132. Em qualquer destes casos a ordem acceita e não cumprida será executada pela camara syndical, á vista da reclamação da parte interessada, com os fundos constitutivos da fiança do corretor, operando-se o levantamento da quantia precisa para a final liquidação da operação, por meio de requisitoria dirigida ao ministro da fazenda.

Art. 133. A prestação de perdas e danos tornar-se-ha effectiva em virtude de sentença condemnatoria obtida pelos meios ordinarios.

Art. 134. Os corretores de fundos publicos — além das penas em que possam incorrer de accordo com as disposições do codigo penal, repressivas dos crimes de função — são passíveis das penas regimentaes de suspensão até tres mezes e de multa até o valor da metade da fiança.

Art. 135. A pena de suspensão póde ser imposta :

a) Pela camara syndical, com recurso voluntario para o ministro da fazenda, por tempo não excedente de um mez;

b) Pelo ministro da fazenda, sem recurso, até tres mezes.

Art. 136. A camara syndical impõe a suspensão *ex officio* ou mediante queixa.

Esta só póde ser recebida quando devidamente instruida com documentos que demostrem falta ou erro de officio commettido pelo corretor.

A justificação produzida perante autoridade judiciaria do domicilio do corretor e com citação deste, póde ser acceita como documento instructivo da queixa.

Art. 137. A suspensão póde ser imposta *ex officio* :

a) Se o corretor não tiver em estado de integridade a fiança depositada no thesouro federal;

b) Se estiver em mora na liquidação de negociações que tenha realizado;

c) Se achar-se em atrazo no pagamento do imposto de industrias e profissões.

Paragrapho unico. Reputa-se em móra o corretor que não liquidar qualquer negociação dentro de dous dias uteis do vencimento deste.

Art. 138. As multas estabelecidas neste regulamento serão impostas administrativamente pela camara syndical, com recurso voluntario para o ministro da fazenda, ou por este quando julgar cabivel tal pena.

Art. 139 . O recurso terá effeito suspensivo, deverá ser interposto dentro de cinco dias, a contar da notificação pelo syndico, e será decidido dentro do prazo maximo de 15 dias; a falta de decisão dentro deste prazo importa a confirmação do acto da camara syndical.

Art. 140. O producto das multas será recolhido ao cofre da camara syndical, instituido no art. 16 do decreto legislativo n. 354 de 16

de Dezembro de 1895, e constituirá um fundo de beneficencia dos corretores de fundos publicos da Capital Federal.

Art. 141. Incorrerão na pena de suspensão pelo tempo de tres mezes e na multa de um a dous contos de réis :

a) O corretor que assignar notas de transacções que não haja effectuado;

b) O que negociar titulos ou valores não admittidos á cotação official.

Art. 142. Incorrerá na multa da quarta parte da fiança e em suspensão por tempo de dous mezes o corretor cujos livros forem achados sem as formalidades e declarações exigidas neste decreto.

Art. 143. Incorrerá na pena de suspensão por tempo de tres mezes o corretor que já punido por não ter os livros escripturados com as formalidades e declarações exigidas neste regulamento — reincidir no acto, provando-se que fel-o fraudulentamente.

Presume-se a fraude sempre que nas operações de cambio, de especies metallicas e de fundos não forem mencionados nos livros os nomes de committentes de idoneidade reconhecida ou quando taes operações não estiverem escripturadas no protocollo.

Art. 144. Incorrerá na multa de um a cinco contos de réis o corretor que deixar de exhibir, para a cotação, até á hora marcada no expediente da Bolsa, as notas das operações que houver realizado sobre cambiaes, descontos, metaes preciosos ou quaesquer emprestimos commerciaes.

Art. 145. Incorrerá em suspensão pelo tempo de 30 dias e na multa de um conto de réis o corretor que negociar letras, titulos e

quaesquer valores pertencentes a pessoas cujo estado de fallencia, ulteriormente declarado, fôr notorio na época da operação.

Art. 146. Incorrerá na multa de um conto de réis o corretor que eximir-se de ser membro da camara syndical fóra dos casos estabelecidos no art. 70 deste regulamento.

Art. 147. Incorrerão na multa de 500\$ a 1:000\$ e na de suspensão por 90 dias, na reincidencia, os corretores de fundos que se reunirem, para effectuar operações de Bolsa, fóra do logar e das horas da Bolsa.

Art. 148. Incorrerão na multa de cinco a 10 contos de réis os estabelecimentos bancarios, filiaes ou agencias, nacionaes ou estrangeiros, que negociarem em cambio e moeda metal-lica e não remetterem diariamente ao syndico as notas a que se refere o art. 122 deste decreto, e os que remetterem notas inexactas (art. 158).

Art. 149. Incorrerão na multa de dez contos de réis as agencias de bancos nacionaes e estrangeiros e de companhias estrangeiras que operarem sobre cambiaes sem pagamento do sello devido.

Esta multa comprehende todos os que interferirem com taes operações.

Art. 150. É punivel com a multa de dez a vinte contos de réis a liquidação por differença das operações de cambiaes e moeda metalica.

Art. 151. Incorrerão na perda de metade da fiança os corretores :

a) Que reincidirem depois de multados em assignar notas de transacções que não hajam effectuado;

b) Que reincidirem na disposição do art. 145 deste regulamento ;

c) Que violarem as disposições do art. 54 deste regulamento;

d) Membros da camara syndical que fizerem sem a devida exacção a cotação dos preços dos mercados de cambio, das especies metallicas e dos fundos publicos.

Art. 152. Incurrerá na perda da 4.^a parte da fiança, o corretor que insistir na recusa do cargo de membro da camara syndical, depois de intimado para acceital-o por portaria do ministro da fazenda.

Art. 153. Incurrerão na multa de vinte a quarenta contos de réis os que reincidirem em liquidar por differença operações de cambio e de moeda metallica, depois de multados em dez a vinte contos.

Art. 154. Além dos casos acima especificados, poderão as penas de multa e suspensão ser impostas disciplinarmente por deliberação da maioria da camara syndical, com audiencia prévia do corretor e recurso suspensivo para o ministro da fazenda.

Art. 155. As pessoas que, sem a necessaria investidura, exercitarem as funções do cargo de corretor, incorrerão no preceito do art. 224 do Codigo Penal.

O syndico remetterá ao procurador seccional da Republica os documentos que possam instruir o processo para applicação da pena devida, no juizo competente.

Disposições transitorias.

Art. 156. As agencias de bancos nacionaes e estrangeiros, as de companhias estrangeiras e quaesquer outras instituições que negociarem em cambiaes com o publico são obrigadas a fazer um deposito no thesouro de 100:000\$, no minimo, em moeda ou fundos

publicos brasileiros ou estrangeiros que tenham cotação na bolsa da Capital Federal.

Art. 157. A disposição do artigo antecedente não comprehende :

a) Os bancos de depositos constituidos nesta praça sob o regimen das sociedades anonymas;

b) As filiaes de bancos estrangeiros devidamente autorisadas a funcionar na Republica.

Art. 158. As agencias de bancos nacionaes e estrangeiros e de companhias estrangeiras e quaesquer outras instituições que negociarem em cambiaes são obrigadas a remetter diariamente ao syndico, em notas authenticas, a declaração das taxas a que tiverem operado e quinzenalmente a da totalidade das operações.

Art. 159. O syndico transmittirá em mappa mensal o resumo dos dados fornecidos pelas agencias dos bancos nacionaes e estrangeiros e das companhias estrangeiras sobre as operações de cambiaes effectuadas nesse espaço de tempo.

Si esses dados revelarem grande desenvolvimento de operações, o ministro da fazenda poderá elevar o valor do deposito de garantia a que se refere o art. 158.

Art. 160. Os bancos estrangeiros e filiaes que funcționarem na Capital Federal ficam sujeitos, nos termos das clausulas dos actos que os autorisaram a operar no paiz, á fiscalisação das operações de cambiaes que levarem a effeito.

Art. 161. A camara syndical organisará um regimento interno da Bolsa, da corporação dos corretores, que, depois de approvedo pelo ministro de fazenda, fará parte integrante deste decreto.

Nesse regimento serão regulados a organização e o funcionamento da Bolsa, da corporação dos corretores e da camara syndical.

Art. 162. Os corretores perceberão, como remuneração das negociações que realizarem, as commissões estabelecidas na tabella dos emolumentos que fôr organizada pela camara syndical e approvada pelo ministro de fazenda.

Capital Federal, 13 de Março de 1897.

BERNARDINHO DE CAMPOS.

DECRETO n. 2.813, de 7 de Fevereiro da 1898.

REORGANIZA A JUNTA DOS CORRETORES DA CAPITAL FEDERAL

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil usando da attribuição conferida no art. 2º, § 2.º n. I, da le, n. 490, de 16 de Dezembro do anno findo, resolve mandar observar o regulamento annexo, que reorganiza a Junta dos Corretores desta Capital assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1898, 10.º da Republica

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

Regulamento da Junta dos Corretores a que se refere o decreto n. 2.813, desta data.

Art. 1.º A Junta dos Corretores da Capital Federal, creada pelo art. 34 do decreto n. 806, de 26 de julho de 1851, com-por-se-ha de quatro membros, eleitos por maioria de votos, dous pertencentes á classe de mercadorias e dous á de navios, excluidos os corretores de fundos publicos, por estarem sujeitos actualmente ao regimen da lei n. 354, de 16 de Dezembro de 1895, e do decreto n. 2.475, de 13 de Março de 1897.

Art. 2.º O tempo de exercicio da Junta será de um anno, podendo os seus membros ser reeleitos.

Art. 3.º A eleição far-se-ha annualmente, no mez de Dezembro, e será presidida pelo presidente da Junta então em exercicio, servindo de secretario o da mesma Junta, o qual escreverá, em livro designado para este fim, a competente acta, assignada por todos os corretores.

Art. 4.º Os membros eleitos para a Junta escolherão dentre si o presidente, o secretario e o thesoureiro da mesma.

Art. 5.º Nenhum corretor poderá eximir-se de exercer as funções de membro da respectiva Junta sempre que for eleito, salvo por molestia grave e prolongada, cabendo á Junta Commercial, á vista da prova por elle exhibida, resolver a respeito como for justo. No caso, porém, de reeleição, não é obrigado a acceitar o cargo antes de decorrido um anno da data do exercicio anterior.

Paragrapho unico. O corretor que, fóra dos dous casos previstos, recusar o cargo da Junta para que for eleito, pagará a multa de 500\$ a 1:000\$, imposta pela Junta Commercial; e, se, depois de intimado por esta Junta para acceitar o dito cargo, insistir na recusa, será destituído do officio.

Art. 6.º A Junta dos Corretores poderá deliberar com tres de seus membros, decidindo os negocios por maioria de votos; no caso de empate o presidente terá voto de qualidade. De todas as deliberações que se tomarem serão lançadas em livro proprio as competentes actas assignadas pelos corretores presentes.

Art. 7.º A Junta dos Corretores organizará com a possivel brevidade o seu regimento interno, submettendo-o á approvação da Junta Commercial.

Art. 8.º Compete á Junta dos Corretores :

1.º Superintender nas operações dos corretores de mercadorias e de navios afim, de que não excedam os limites de suas funções, podendo examinar os respectivos livros, sempre que o julgar conveniente, com autorização prévia da Junta Commercial.

2.º Censurar os actos irregulares dos corretores e levar ao conhecimento da Junta Commercial não só aquelles que offenderem as

disposições das leis commerciaes, do presente regulamento, ou do seu regimento interno, mas tambem as queixas que forem apresentadas pelas partes, com as informações necessarias para conhecimento da verdade.

3.º Promover pelos meios competentes a applicação das penas comminadas no art. 24 do decreto n. 806, de 28 de julho de 1851, aos individuos que sem titulo legal pratiquem actos proprios das funcções de corretor.

4.º Decidir as constestações que se suscitarem entre os corretores relativamente ao exercicio de suas funcções, com recurso para a Junta Commercial.

5.º Propor á Junta Commercial tudo quanto julgar conveniente á boa execução do seu regimento interno e para remover as difficuldades encontradas na execução doCodigo Commercial e do presente regulamento.

6.º Cotar no ultimo dia de cada semana o preço dos fretes e mercadorias principaes.

Esta ultima disposição refere-se não só aos objectos que actualmente costumam ser cotados, como tambem a quaesquer novos effeitos e marcadorias que deem logar a consideraveis transacções e sejam susceptiveis, por sua natureza, de estabelecer um preço e curso regular (decreto n. 4.245, de 16 de Setembro de 1868).

Art. 9.º A cotação far-se-ha á vista das notas remettidas, em duas vias, pelos corretores, uma das quaes ficará archivada, tendo a outra o destino indicado no art. 13.

Aos corretores que não exhibirem taes notas será imposta a multa de 100\$ até 1:000\$ pela Junta Commercial.

Art. 10. A Junta dos Corretores reunir-se-ha na Praça do Commercio.

Art. 11. Os preços cotados serão lançados em livro especial com declaração do maximo e do minimo. Uma cópia authentica das cotações que se lançarem no dito livro, assignada pelo presidente e pelo secretario da Junta dos Corretores, será publicada no *Diario Official* do dia seguinte, sob pena de suspensão e de multa de 100\$ a 200\$, duplicada nas reincidencias, impostas pela Junta Commercial.

Art. 12. Os livros das actas e do registro dos preços correntes serão rubricados pelo deputado da Junta Commercial a quem couberem por distribuição.

Art. 13. O presidente da Junta dos corretores remetterá no primeiro dia de cada semana ao secretario da Junta Commercial o boletim do preço dos generos e effeitos cotados na semana anterior com a segunda via das notas exigida pelo art. 9.º deste regulamento; pena de suspensão e multa de 100\$ a 200\$, duplicada nas reincidencias, imposta pela Junta Commercial.

Art. 14. A junta dos Corretores será responsavel pela exactidão dos preços cotados sob as penas do crime de falsidade, perda de toda a fiança e destituição, nos termos do art. 46 do decreto n. 806, de 26 de julho de 1851, com referencia ao art. 52 do Codigo Commercial; mas, se foi induzida em erro pelos votos de algum corretor, sobre este recahirão aquellas penas, além da multa comminada no art. 9.º do decreto n. 2.733, de 23 de Janeiro de 1861.

Art. 15. Os corretores e o secretario da Junta perceberão, pelas certidões que passarem, os primeiros para si e o segundo, metade para si e a outra metade para o Thesouro Federal, os emolumentos marcados na tabella annexa ao decreto n. 8.579, de 10 de junho de 1882, e no de n. 8.691 A, de 30 de Setembro do mesmo anno.

Art. 16. É extensiva á fiança dos corretores de mercadorias e de navios a disposição do art. 17 da lei n. 489, de 15 de Dezembro de 1897, na parte que restringiu a dos agentes de leilões a apolices da divida publica da União ou dinheiro.

Paragrapho unico. Logo que for publicado o presente regulamento, a Junta Commercial marcará um prazo conveniente, afim de que os actuaes corretores convertam as suas fianças na especie que lhes impõe este artigo.

Art. 17. Dentro de quinze dias depois de publicado este regulamento, dever-se-ha proceder á eleição da Junta que tem de servir até o fim do corrente anno, sob a presidencia do corretor mais antigo na ordem da matricula, competindo-lhe fazer a necessaria convocação e designar um dos corretores para secretario.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de Fevereiro de 1898.

AMARO CAVALCANTI.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — N. 83. — Em 18 de Maio de 1904.

Junto vos devolvo o projecto de Regimento interno da corporação dos Corretores de Fundos Publicos e da Bolsa desta Capital, organizado na conformidade do art. 161, do Regulamento annexo ao Decreto n. 2.475, de 13 de Março de 1897 e approved por despacho pe 11 do corrente, afim de substituir o que foi approved poa despacho deste ministerio de 17 de Novembro do mesmo anno, devendo, porém, ser restabelecido o prazo de seis mezes reduzido a tres nos arts. 18, 20, 21 e 24, do dito projecto e a parte supprimida no final da lettra *d* do art. 6 daquelle Regimento. — *Leopoldo de Bulhões*. — Sr. Presidente da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos.

**Regimento interno da Bolsa e dos Corretores de Fundos Publicos
da Capital Federal, aprovado por despacho de S. Ex^a. o Sr.
Ministro da Fazenda em 11 de Maio de 1904.**

CAPITULO I.

O cargo de corretor.

Art. 1.º O cargo de corretor de fundos publicos, da Capital Federal, constitue officio publico (Reg. n. 2.475 de 1897, art. 1.º).

Art. 2.º Para o exercicio de cargo de corretor são indispensaveis as condições seguintes :

a) Ser cidadão brasileiro;

b) Ser maior de vinte e cinco annos de idade;

c) Estar no gozo dos direitos civis e politicos;

d) Ter residencia de mais de um anno na Capital Federal (Reg. cit., art. 4.º).

Art. 3.º Não podem ser corretores :

a) Os que não podem ser commerciaates;

b) Os fallidos não rehabilitados;

c) As mulheres;

d) Os individuos que tiverem sido condemnados nos crimes de falsidade, estellionato, roubo ou furto;

e) Os corretores que houverem sido condemnados em crime a que o codigo penal imponha expressamente a pena de perda do cargo, ou outro de cuja pena resulte a destituição (Reg. cit., art. 5.º).

Paragrapho unico. O corretor exonerado, por não ter prestado, ou não haver integrado sua fiança, no prazo determinado neste Regimento, poderá ainda ser, mediante nova nomeação, readmittido no quadro, se houver vaga.

Art. 4.º Os corretores de fundos publicos são nomeados por decreto do Presidente da Republica, expedido pelo Ministro da fazenda, sob proposta da Camara Syndical dos Corretores (Reg. cit., arts. 3.º, 6.º e 73, b). (Dec. n. 354, 1895, art. 7.º, a).

Art. 5.º As formalidades previstas no artigo precedente são, não só applicadas ao caso de preenchimento de vaga, como aos casos de exoneração e destituição.

Art. 6.º A proposta para nomeação de corretor de fundos publicos deve basear-se nos seguintes documentos:

a) Certidão de idade do pretendente;

b) Documento comprovatorio da residencia effectiva do pretendente por mais de um anno na Capital Federal;

c) Folha corrida, em que se mostre exempto de culpa e pena que o impossibilite de exercer o cargo de corretor;

d) Certificado de haver o pretendente praticado, por tempo nunca menor de dous annos, em escriptorio de corretor de fundos publicos ou exercido em casa bancaria ou commercial de grosso trato o cargo de guarda-livros ou o cargo de gerente (Reg. cit., art. 6.º).

Art, 7.º A Camara Syndical, ao recebem requerimento do candidato ao cargo de corretor, instruido com os documentos supra

mencionados, mandará affixar nas pedras da Bolsa e publicará em edital, pela imprensa, durante 15 dias consecutivos, o nome do pretendente ao cargo.

Art. 8.º Findo este prazo, reunindo as informações que tenha colhido, levará tudo á presença do Ministro da fazenda, com o seu parecer.

Art. 9.º Logo que a Camara Syndical receba communicação de haver sido aceita a proposta de nomeação, notificará o candidato, por meio de officio, a que acompanhará um exemplar do Regimento interno, afim de que satisfaça as seguintes condições :

a) Prestação de fiança de 50 contos de reis, em moeda ou apolices da divida publica geral, no Thesouro Nacional, de que assignará o respectivo termo (Aviso do Ministerio da fazenda n. 115, de 23 de Abril de 1897);

b) Pagamento do imposto da patente, e subscrição e satisfação do imposto profissional correspondente ao exercicio financeiro;

c) Remessa de protocollo de corretor, devidamente sellado, á Junta Commercial, para ser rubricado (Reg. cit., arts. 7.º, 8.º et 9.º).

Art. 10. Depois de satisfeitas as disposições do artigo anterior, isto é, haver o corretor apresentado o respectivo decreto de nomeação, e exhibido o protocollo sellado, rubricado com termos de abertura e encerramento; e certidões do pagamento dos respectivos impostos de patente e de profissão, se reputará apto para entrar no exercicio de cargo.

Art. 11. Satisfeitas as condições acima, o presidente da Camara Syndical, convocará a esta para que, o novo eleito assuma o compromisso de bem desempenhar suas funcções, com probidade e de accôrdo com as leis em vigor (Reg. cit., art. 9.º b).

Art. 12. É limitado a 40 o numero de corretores de fundos publicos (Reg. cit., art. 2º).

Art. 13. Os corretores serão vitalicios; poderão, porém, ser demittidos de seus cargos por decreto do Presidente da Republica, expedido pelo Ministro da Fazenda, quando:

a) Por sentença, nos casos em que as leis geraes impõem a perda do emprego aos que commetterem os crimes nas mesmas referidas;

b) Nos casos de fallencia, fraude, abuso de confiança, falsidade, fuga ou abandono de cargo, e outros casos expressos neste Regimento, e nas leis e regulamentos em vigor;

c) Se dentro de *tres* mezes, a contar da data da suspensão, não tiverem reforçado a fiança, no caso de desfalque, ou não a tenham preenchido, no caso de morte ou exoneração de algum dos fiadores.

Art. 14. A fiança de corretor de fundos publicos da Capital Federal é de *cincoenta contos de réis* e deverá ser prestada mediante deposito no Thesouro Nacional, e póde consistir :

a) Em apolices da divida publica da União Federal;

b) Em dinheiro.

Paragrapho unico. As apolices serão recebidas pelo seu valor nominal (Reg. cit., art. 8.º e Aviso de Ministerio da Fazenda n. 115 de 23 de Abril de 1897).

Art. 15. A fiança de corretor responde pelas multas em que elle incorrer, indemnisações e liquidações de operações, pelas quaes for responsavel, nos termos expressos neste Regimento e nos das leis e regulamentos em vigor (Reg. cit., art. 10).

Art. 16. A fiança será effectivamente conservada por rateiro, devendo corretor preencher-a quando, por quaesquer dos motivos acima, seja desfalcada; ou substituil-a, no caso de exoneração de fiador, por fôrma legal, ficando suspenso enquanto não o fizer.

Art. 17. A fiança de corretor, que houver sido prestada pelo seu fiador, responde pelos actos praticados pelo corretor, até o dia em que, por fôrma legal, o fiador for della exonerado.

Art. 18. A fiança de corretor, quer directamente feita por elle, quer a feita por terceiro, não poderá ser levantada antes de decorridos *seis* mezes, contados da data da sua exoneração, ou de seu fallecimento, quando este se der no exercicio do cargo.

Art. 19. Findo o prazo, a Camara Syndical expedirá em favor do corretor, dos herdeiros de corretor, de seus representantes ou dos interessados, requisitoria ao Ministro de Fazenda, para o levantamento da fiança depositada no Thesouro (Reg. cit., art. 15).

Art. 20. A responsabilidade de corretor considera-se prescripta *seis* mezes contados da data da sua exoneração (Reg. cit., arts. 12 e 13).

Art. 21. A fiança de corretor não póde ser objecto de acções, sequestros e arrestos para solução e garantia de suas dividas particulares, enquanto exercer o cargo, e dentro de *seis* mezes depois da sua exoneração, ou de seu fallecimento (Reg. cit., art. 11).⁽¹⁾

Art. 22. O corretor não póde ser fiador. Toda a fiança dada por corretor, em contracto ou negociação, e nos termos deste Regimento, será nulla (Reg. cit., art 49).

Art. 23. Nos casos de suspensão, destituição, fallecimento, desaparecimento, fuga ou abandono do cargo de corretor, a Camara Syndical nomeará um ou mais corretores que substituam aquelle, tanto

⁽¹⁾ Aviso de Ministério de Fazenda.

para a liquidação das transacções, como para os certificados e o mais que as circumstancias exijam (Reg. cit., art. 19).

Art. 24. Nos casos do artigo antecedente e no de exoneração espontanea, ou verificada aquella, a Camara Syndical mandara publicar a vaga motivada, durante 30 dias consecutivos, em edital nas pedras da Bolsa, e por annuncios nos boletins commerciaes, chamando os interessados em transacções, em que houvesse intervindo o corretor, a virem liquidal-as no prazo de *seis* mezes (Reg. cit., art. 14).

Art. 25. Na hypothese do artigo antecedente as operações tratadas pelo corretor serão liquidadas observados os processos dos artigos que as regulam.

Art. 26. Os committentes de corretor, nas hypotheses do art. 23, serão intimados para optar, dentro de 23 horas, entre a liquidação de todas suas transacções em relação directa á responsabilidade daquelle corretor, nos termos dos artigos antecedentes, ou com reserva de seus direitos relativamente a seus legitimos successores.

Art. 27. Se a vaga do officio occorrer por molestia incuravel, que impossibilite o corretor de exercer o officio, ou por morte de corretor, terá preferencia a outrem, para o preenchimento de vaga, um filho de corretor em igualdade de circumstancias quanto á idoneidade (Reg. cit., art. 20).

Art. 28. Em tal caso, a Camara exigirá a apresentação dos documentos a que se refere o art. 5.º, e, julgando idoneo o substituto, fará ao Ministro da Fazenda proposta para a nomeação (Reg. cit., art 20).

Art. 29. Compete ao Syndico, quando se der vaga de officio de corretor, proceder immediatamente á arrecadação de todos os livros e papeis, pertencentes ao mesmo, referentes ao officio, e ao exame do estado em que se acharem, na presença do corretor, ou das partes

interessadas e de duas testemunhas, competindo á Camara Syndical firmar o encerramento do protocollo (Reg. cit., art. 16).

Art. 30. Os livros e papeis arrecadados pelo Syndico, na hypothese do artigo antecedente, serão examinados pela Camara Syndical, na sua primeira reunião, e do seu exame se fará declaração na acta da sessão, levando-se o facto devidamente processado ao conhecimento do Ministro da Fazenda (Reg. cit., arts. 17 e 18).

Art. 31. O corretor póde ser suspenso (Reg. cit., arts. 73, *b*, *i* 134, 135 136, 137, 141, 143 e 154):

a) Pela Camara Syndical, com recurso para o Ministro da Fazenda, por tempo não excedente de um mez (Reg. cit., art. 135, *a*);

b) Pelo Ministro da Fazenda, sem recurso, até tres mezes (Reg. cit., art, 135 *b*).

Art. 32. A Camara Syndical impõe a suspensão *ex-officio*, ou mediante queixa, devidamente instruida com documentos, ou justificação, que demonstrem falta ou erro de officio commettidos pelo corretor. A justificação produzida perante autoridade judiciaria do domicilio do corretor e com citação deste, póde ser acceita como documento instructivo da queixa (Reg. cit., art. 136).

Art. 33. A suspensão póde ser imposta *ex-officio*.

a) Se o corretor não tiver em estado de integridade a fiança depositada no Thesouro;

b) Se passados cinco dias, contado o ultimo marcado, para o pagamento do imposto de industria e profissão, não tiver apresentado á Secretaria da Camara Syndical o bilhete do pagamento do imposto;

c) Se o corretor constituir-se em móra na liquidação de negociações que tenha tratado;

d) Se deixar de comparecer á Bolsa, durante tres dias seguidos (sem justificação) e nos casos de que trata o capitulo Policia da Bolsa.

Paragrapho unico. Beputa-se constituido em móra o corretor que não liquidar qualquer negociação, em que haja figurado como intermediario, nos prazos fixados neste Regimento para as liquidações dessas transacções (Reg, cit., art. 137).

Art 34. Incorre o corretor na perda do cargo com inhabilitação para nova nomeação;

a) Se for condemnado, por sentença, passada em julgado, em crime de falsidade, estellionato, furto e roubo, ainda quando agraciado com perdão.

Art. 35. Incorre na perda do cargo; podendo, porém, sei readmittido no quadro, se houver vaga, o corretor que não integrar a fiança, dentro de *tres* mezes da data de suspensão, de conformidade com o art. 13 c) deste Regimento.

a) Verificado o lapso do tempo, pela Camara Syndical, levará esta o facto ao conhecimento do Ministro da Fazenda, a quem proporá a destituição do corretor.

Art. 36. Sempre que este Regimento declara o corretor responsavel por perdas e danos, não póde o mesmo ser obrigado a ellas senão em virtude de sentença condemnatoria, obtida pelos meios ordinarios (Reg. cit., art. 133).

CAPITULO II

Cerretores e committentes, suas relações.

Art. 37. Os corretores exigirão ordem escripta, para as operações que forem encarregados de executar na Bolsa (Reg. cit., art. 32).

Art. 38. A ordem deverá ser acompanhada da garantia, em dinheiro ou titulos, julgada indispensavel para liquidação das aperições, com a explicita declaração do committente de poder o corretor utilisal-a, na falta de cumprimento por parte do cliente (Reg. cit., arts. 40 e 42).

Art. 39. Além da garantia, no acto do recebimento da ordem, poderá o corretor, nas operações a prazo, exigir reforço dessa garantia, segundo alteração dos valores negociados, de modo a pôl-o ao abrigo da impontualidade, ou insolvabilidade, do mesmo committente (Reg. cit., arts. 99 et 100).

Art. 40. Nas operações a prazo fixo com opção de premio, o corretor exigirá apenas, como garantia pessoal, o valor do premio estipulado; no caso porém de declaração de optar o committente pelo prazo firme, deverá este, uma hora antes da Bolsa que preceder o vencimento da operação, acompanhhal-a do reforço, isto é, valor arbitrado para operações a prazo fixo, sob pena de ser feita liquidação, no termos dos arts. 47 a 52 deste Regimento (Reg. cit., art. 104).

Art. 41. A ordem dada a um corretor, salvo convenção especial, termina ao encerrarem-se os trabalhos da Bolsa do dia em que ella foi dada (Reg. cit. art. 33).

Art. 42. O corredor dará, diariamente, ao committente os motivos explicatorios da não execução de suas ordens (Reg. cit., art. 34).

Art. 43. O committente que retirar a ordem dada e acceita, antes do prazo convencionado para a operação, pagará integralmente a corretagem, como se a ordem houvesse sido executada (Reg. cit., art. 43).

Art. 44. O committente que, sem prévia retirada da ordem dada, já tendo recebido do corretor encarregado da operação a nota de haver sido a mesma cumprida, deixar de ultimar a transacção, ou realizal-

a por intermedio de outro corretor, será obrigado a pagar a corretagem ao primeiro corretor, e responderá por perdas e danos perante a parte com quem o mesmo corretor houver tratado, sendo neste caso a operação liquidada, pela Camara Syndical nos termos do art. deste Regimento (Reg. cit., arts. 44 e 45).

Art. 45. As operações annulladas, por accordo ou conveniencia das partes, não eximirão estas do pagamento da corretagem aos corretores, que as houverem tratado.

Art. 46. Se a annullação se der por culpa de uma das partes, ficará esta obrigada ao pagamento da corretagem correspondente a cada uma dellas.

Art. 47. Deixando o committente de proporcionar ao corretor os meios de fazer effectiva a operação de que o tenha encarregado, isto é, não ministrando-lhe garantias de reforço exigiveis nas operações a prazo, ou deixando de entregar ou de receber titulos cuja venda ou compra tenha autorizado, o corretor dará conhecimento, por escripto, do facto, ao Syndico, que na primeira Bolsa, subsequente á da declaração official, liquidará a operação (Reg, cit., arts. 45 e 93).

Art. 48. Se o corretor tiver adquirido titulos para o committente, serão estes vendidos, e se a ordem tiver sido de venda, serão comprados outros, para substituil-os, cobrando-se do committente omissso o valor da differença que se verificar entre a cotação do contracto e a da liquidação, e mais as respectivas corretagens (Reg. cit., arts. 45, 93 e 100).

Art. 49. Nos casos do artigo antecedente, de accordo com os corretores, que tenham intervindo na transacção, poderá o Syndico, realizar a liquidação das transacções abortadas, pelo pagamento do valor da differença das cotações, verificada no dia da liquidação. (Reg. cit., arts. 45 e 94).

Art. 50. A falta de cumprimento de qualquer contracto de committente encarregado a corretor, importará a liquidação immediata de todas as operações contrahidas pelo committente em falta, e serão executadas pelo Syndico, por conta e risco do committente omissso, nos termos dos artigos antecedentes.

Art. 51. No caso de omissão, ou falta, da parte do comittente, a Camara Syndical poderá, a requerimento do corretor prejudicado, ou da parte interessada, mandar affixar, nas pedras da Bolsa, o nome do remisso, com um resumo da operação respectiva (Reg. cit., art. 45).

Art. 52. O processo competente para o corretor realizar os seus direitos contra o commitente será o executivo Reg. cit. art. 93).

Art. 53. Os corretores são obrigados a dar recibo das quantias ou valores que receberem de seus committentes (Reg. cit., arts. 42 e 50).

Art 54. O committente poderá fazer effectiva a garantia a que é obrigado de transacções confiadas a corretores, pelo deposito em Banco desta praça de dinheiro ou titulos, á ordem da Camara Syndical, e, uma vez feito o deposito, só poderá ser levantado, com autorização da mesma Camara Syndical para liquidação da transacção, assignada a ordem pelo Syndico thesoureiro (Reg. cit., art. 92).

Art. 55. A Camara Syndical, quando lhe parecer conveniente, para boa ordem dos trabalhos e garantia dos corretores, poderá exigir que estes depositem em Banco, as garantias que hajam recebido de seus committentes, subordinando-as ás condições do artigo antecedente.

Art. 56. Deixando um corretor de cumprir qualquer contracto contrahido na Bolsa com outro collega, este levará oficialmente, por escripto, o facto ao conhecimento do Syndico, que liquidará a operação, na primeira Bolsa subsequenta, procedendo-se á venda dos titulos, que houverem sido adquiridos, ou á compra de outros, para substituir os que o

corretor omissio tenha vendido, correndo todos os riscos por conta do corretor em falta, ou revel (Reg. cit., arts. 28, 35, 36, 37, 38, 40 e 41).

Art. 57. Na falta de cumprimento, por parte de um corretor, do contracto com seu committente, será observado o processo do artigo antecedente, para a liquidação; cumprindo ao committente igualmente a obrigação de communicar o occorrido ao Syndico, e instruindo a declaração com os documentos indispensavel (Reg. cit., art. 41).

Art. 58. As communicações de falta de cumprimento de contractos deverão ser feitas até uma hora antes da Bolsa subsequente á do dia do vencimento da operação.

Art. 59. Quando o corretor não possa fornecer, nos prazos regimentaes, para a liquidação, os fundos necessarios para satisfazer as obrigações contrahidas com seus collegas, ou com committentes, a Camara Syndical requisitará do Ministro da Fazenda o levantamento da quantia precisa para a final liquidação, com os fundos constitutivos da fiança, depositada no Thesouro, pelo corretor omissio, juntando-se á requisitoria o respectivo processo (Reg. cit., arts. 40 e 132).

Art. 60. Toda e qualquer notificação, aviso, protesto e communicação referente a operações, quer as de comittentes de corretores, quer as destes, deverá ser feita por escripto, e por intermedio da Camara Syndical, uma hora antes da Bolsa subsequente á do dia do vencimento da transacção.

Art. 61. Os corretores são pessoalmente responsaveis entre si e para com seus committentes, pela entrega ou pagamento do que tiverem vendido ou comprado na Bolsa. (Reg. cit., arts. 36, 37 e 41.)

Art. 62. Nas transacções de descontos, caução e outras, que se realizam fóra da Bolsa, a responsabilidade do corretor é limitada á

veracidade da ultima firma e legitimidade dos titulos, observada, porém, a disposição do art. 117 deste Regimento. (Reg. cit. art. 39.)

Art. 63. O corretor deve guardar segredo sobre os nomes dos committentes; para mencional-os faz-se precisa autorisação destes por escripto, ou que a natureza da operação o exija.

Art. 64. É vedado aos corretores sob as penas do art. 59 do Codigo Commercial :

a) Formarem entre si associação particular para operações de sua profissão;

b) Fazerem toda a especie de negociações e trafico directo ou indirecto, debaixo do seu ou de alheio nome, e contrahirem sociedade de qualquer denominação ou classe que seja;

c) Adquirirem para si, ou para pessoa de sua familia, coisa cuja venda lhes houver sido incumbida, e venderem as que pertencerem, quando tenham ordem de comprar da mesma especie;

d) Exercerem cargos de administração ou fiscalização de sociedades anonymas, exepção feita da disposição do art. 160 do Decreto n. 2.475, de 1897;

e) Encarregarem-se de cobranças ou pagamentos por conta alheia, salvo no caso da liquidação dos seus contractos ou operação de seu officio.

Art. 65. A responsabilidade civil dos corretores de fundos publicos resolve-se na prestação de perdas e danos resultantes :

a) Da falta de execução da ordem acceita do committente;

b) Da entrega, em liquidação de operação, de titulo irregular ou amortizado, embargado, perdido, furtado, quando a Camara Syndical

tenha conhecimento official de qualquer destes factos, do que dará a necessaria publicidade;

c) Da haver o corretor, para angariar bens para seu committente, ou proventos para si proprio, negociado de má fé letras, titulos e valores na época da operação, pertencentes a pessoas cujo estado de fallencia tenha sido officialmente declarado

d) Da irregularidade da escripturação de seus livros referentes ás partes interessadas nas operações. (Reg. cit., art. 130.)

Art. 66. Responderá o corretor pelos lucros cessantes e danos emergentes que decorrerem de seu acto quando provar-se que a omissão em dar cumprimento á ordem recebida proveis de má fé, ou que della auferiu o corretor qualquer interesse. (Reg. cit. art. 131.)

Art. 67. Em qualquer destes casos a ordem aceita e não cumprida será executada pela Camara Syndical, á vista da reclamação da parte interessada, com os fundos constitutivos da fiança do corretor, operando-se o levantamento da quantia precisa para a final liquidação da operação, por meio de requisitoria dirigida ao Ministro da fazenda, juntando-se á requisitoria o respectivo processo. (Reg. cit., art. 132.)

Art. 68. A prestação de perdas e danos tornar-se-ha, effectiva em virtude de sentença condemnatoria obtida pelos meios ordinarios. (Reg. cit. art. 133.)

Art 69. Os corretores de fundos publicos — além das penas em que possam incorrer de accôrdo com ás disposições deCodigo penal, repressivas dos crimes de função — são passíveis das penas regimentaes de suspensão até tres mezes e de multa até o valor da metade da fiança. (Reg. cit., art. 134.)

Art. 70. As multas estabelecidas neste Regimento serão impostas administrativamente pela Camara Syndical, com recurso

voluntario da parte do Ministro da fazenda, ou por este quando julgar cabivel tal pena. (Reg. cit., art. 138.)

Art. 71. O recurso terá effeito suspensivo, deverá ser Syndico, e será decidido dentro do prazo maximo de 15 dias; a falta de decisão dentro deste prazo importa a confirmação do acto da Camara Syndical. (Reg. cit., art. 130.)

Art. 72. O producto das multas será recolhido ao cofre da Camara Syndical instituido no art. 16 do decreto legislativo n. 354 de 16 de Dezembro de 1895, e constitui á un Fundo de Beneficencia dos Corretores de fundos publicos da Capital Federal. (Reg. cit. art. 140.) .

Art. 73. Além dos casos especificados; neste Regimento poderão as penas de multa e suspensão ser impostas disciplinariamente por deliberação da maiora da Camara Syndical, com audiencia prévia do corretor e recurso suspensivo para o Ministro da fazenda. (Reg. cit., art. 154.)

CAPITULO III

Operações da Bolsa e modo de liquidal-as

Art. 74. As operações realizaveis na Bolsa podem dar-se :

a) Á vista;

b) A prazo fixo, liquidaveis ou não, pela effectiva entrega das titulos, e pagamento dos preços; ou pela prestação da differença entre a cotação da data em que ellas foram contractadas e a da época das suas liquidações. (Reg. cit art. 94.)

c) A prazo fixo, cabendo ao comprador o direito de exigir a entrega dos valores negociados, por antecipação, isto é, antes da época fixada para liquidação do contracto. (Reg. cit., Art. 110.)

d) A prazo fixo, podendo ser rescindida pelo abandono do premio estipulado, no acto de serem tratadas; sendo porém obrigatoria a

declaração de qualquer opção, isto é, abandono ou consolidação, dentro dos prazos fixados neste Regimento. (Reg. cit., art. 103.)

e) Reporte e Deporte. (Reg. cit. art. 106.)

LIQUIDAÇÕES

A vista.

Art. 75. A liquidação das operações á vista será effectuada antes da 3.º Bolsa, contada aquella em que foi tratada a negociação.

Art. 76. Se o titulo negociado fôr nominativo, ou sujeito a transferencia, os corretores negociadores trocarão entre si, uma hora antes da Bolsa seguinte á da negociação, *memoranda* com declaração dos nomes do vendedor e do comprador (aceitação de transferencia), devendo a liquidação ficar definitivamente ultimada uma hora antes da 3.ª Bolsa, contada a da transacção.

Art. 77. Se uma hora antes da 3ª Bolsa o corretor vendedor não tiver entregado, ou o corretor comprador não houver recebido, os titulos negociados, sejam nominativos, sejam ao portador, o corretor, para com quem se não houver cumprido a obrigação, levará o facto ao conhecimento do Syndico, que, ouvido o corretor em falta, publicará o occorrido nas perdas da Bolsa. (Reg. cit., art. 40.)

Paragrapho unico. O corretor omisso, justificada a falta do committente, poderá exhibir a importancia necessaria para a liquidação.

Art. 78. Na primeira Bolsa, subsequente á da verificação da móra será a operação liquidada pelo Syndico, observado o seguinte processo.

Art. 79. Se o corretor omisso tiver comprado titulos, serão estes vendidos, e se os houver vendido, serão comprados outros, para substituil-os.

Art. 80. A liquidação da transacção abortada poderá, de accordo com o corretor interessado, com quem se não houver cumprido a obrigação, ser realizada pelo pagamento do valor da differença do preço da negociação e o da cotação, verificada no prazo determinado para a liquidação.

Art. 81. Verificada a importancia necessaria, para satisfazer as obrigações contrahidas pelo corretor em móra, a Camara Syndical requisitará do Ministro da fazenda o levantamento da quantia precisa, com os fundos constitutives da fiança do corretor em falta (Reg. cit. arts. 39, 40 e 132).

Com opção.

Art. 82. As operações com opção só poderão ser feitas a prazo, e liquidaveis nos dias 15 e 31 de cada mez.

Paragrapho unico. Estas operações são exclusivamente tratadas entre corretores, na Bolsa.

Art. 83. Quando o corretor se proponha effectuar uma transacção de opção, no pregão que se tem de fazer, conforme seja vendedor ou comprador, deverá declarar o preço fixo e o premio de opção, no caso de abandono.

Art. 84. É condição indispensavel a fixação do prazo, no acto do prégão.

Art. 85. A declaração da opção de abandono da operação mediante o pagamento do premio estipulado deverá ser feita ás 2 horas da tarde na Bolsa que preceder o dia de cada uma das liquidações.

Art. 86. As operações de opção só se podem fazer na quantidade de titulos e seus multiplos, determinados no art. 224 deste Regimento.

Art. 87. Na falta de declaração, nas condições e prazo acima expostos, considera-se a operação consolidada, e effectuar-se-ha sua liquidação nos termos dos arts. 103 e 104 deste Regimento.

Art 88. O pagamento do premio, no caso da opção de abandono, será feito uma hora antes da 2.^a Bolsa, compreendida a do vencimento da transacção.

Art. 89. Na hypothese de impontualidade do corretor, em satisfazer o pagamento, será este executado pela Camara Syndical, por conta do corretor em falta, nos termos do art. 81 deste Regimento.

A prazo fixo, susceptiveis de liquidação por diferença.

Art. 90. A liquidação destas operações terá logar nos dias 15 e 31 de cada mez, conforme forem tratadas.

Art. 91. A liquidação poderá effectuar-se, ou pela entrega effectiva dos titulos ou pelo pagamento da diferença entre o preço da negociação e o da cotação do dia do vencimento.

Art. 92. Quando a liquidação tenha de ser feita pelo pagamento da diferença será esta determinada pela cotação do titulo verificada em Bolsa no dia do vencimento.

Art. 93. O pagamento da diferença deverá ser realizado uma hora antes da 3.^a Bolsa, contada a do vencimento da transacção.

Art. 94. Na falta do pagamento, nesse prazo, informada a Camara Syndical, esta o realizará nos termos dos arts. 77 a 81 deste Regimento.

Art. 95. Se a liquidação tiver de se effectuar pela entrega de titulos nominativos, ou sujeitos a transferencia, observar-se-hão as disposições seguintes :

§ 1.º Uma hora antes da Bolsa subsequente á do vencimento, os corretores permutarão entre si *memoranda*, com declaração dos nomes de compradores e vendedores (acceitação de transferencia) e procederão ás transferencias, de maneira a ficar definitivamente liquidada a transacção uma hora antes da 4.ª Bolsa, comprehendida a do vencimento.

§ 2.º Se os titulos negociados forem ao portador, ou por endosso, a liquidação definitiva deverá ficar terminada uma hora antes da 3ª Bolsa, contada a do vencimento.

Art. 96. Considera-se em móra o corretor que não tiver liquidado as transacções nos prazos acima estipulados, e, neste caso, serão liquidadas pela Camara Syndical, observadas as disposições dos arts. 77 a 81 deste Regimento.

A prazo fixo, susceptiveis de liquidação antes do vencimento.

Art. 97. A liquidação de operações a prazo fixo, é subordinada ás disposições dos arts. 95 e 96 deste Regimento.

Art. 98. Quando, porém, o corretor que tenha tratado uma destas operações, a quizer liquidar por antecipação, deverá avisar ao outro corretor com quem tenha tratado.

Art. 99. O aviso deverá ser feito, em *memorandum*, por intermedio da Camara Syndical, uma hora antes da abertura da Bolsa; subordinada a liquidação ás disposições dos arts. 95, e 96 deste Regimento.

REPORTE E DEPORTE

Art. 100. Considera-se *Reporte* :

A compra, á vista, de titulos, e a revenda a prazo no mesmo acto, de outros titulos da mesma especie, realizada pelo comprador ao primitivo vendedor.

Art. 101. Considera-se *Deporte* :

A venda, á vista, de titulos, e a recompra, a prazo, no mesmo acto, de outros titulos, da mesma especie, realizada pelo vendedor ao primitivo comprador.

Art. 102. É condição substancial á validade destas operações a entrega real dos titulos, assim :

Quando se verificar a transacção em titulos nominativos, serão estes transferidos para o nome do comprador. (Reg. cit., arts. 107 e 108.)

Art. 103. As operações de *Reporte* e *Deporte* serão baseadas na cotação dos titulos, sobre que versarem, na Bolsa do dia da negociação.

Art. 104. Estas operações não poderão exceder de 30 dias de prazo, sendo permittida a renovação desse prazo, obedecendo, porém á cotação do dia. (Reg. cit., arts, 98 e 109.)

Art. 105. O prazo do vencimento do *Reporte* ou *Deporte* deverá ser fixado no acto da negociação.

Art. 106. A liquidação será effectuada na data fixada, não sendo permittido desconto de prazo, isto é, a liquidação por antecipação. (Reg. cit., art. 111.)

Art. 107. Quando se tratar de liquidação de titulo nominativo, ou por transferencia, será ella subordinada ás disposições do § 1.º do art. 95 e na de titulos ao portador será regulada pelo § 2º do mesmo artigo, deste Regimento.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 108. Não é licito pactuar, nas negociações a prazo, que a liquidação só tenha lugar pela prestação das differenças entre as cotações. (Reg. cit., art. 96.)

Art. 109. As operações a prazo não podem exceder de 30 dias, comprehendido o da conclusão da negociação; é facultativa, porém, a renovação desse prazo, subordinada a comunicação official na Camara Syndical. (Reg. cit. art. 98.)

Paragrapho unico. Uma transacção assim renovada não obriga a cotação dos titulos da mesma natureza.

Art. 110. Toda e qualquer reclamação sobre o estado material dos titulos, quer nominativos quer ao portador, deverá ser feita no prazo do 24 horas, contadas do recebimento dos titulos.

Paragrapho unico. Expirado o prazo acima, não serão admittidas, relamações.

Art. 111. Os juros, dividendos ou premios de valores ou de titulos, negociados, sendo annunciados na vigencia do prazo da transacção pertencerão ao comprador.

Art. 112. Os titulos ao portador, que tenham *coupons* vencidos e ainda não annuneizados seus pagamentos, serão entregues ao comprador, nas mesmas condições.

CAPITULO IV

Operações realizaveis fora da Bolsa.

Art. 113. As operações que os corretores, em virtude das disposições do paragrapho unico do art. 76 do Decreto n. 2475 de 13 de Março de 1897, podem effectuar fóra da hora regimental da Bolsa são :

Descontos e cauções; empréstimos commerciaes;

Letras de cambio;

Compra e venda de metaes preciosos amoedados e em barra.

Art. 114. As transacções em cambiaes e moeda metallica poderão ser contractadas á vista ou a prazo, por meio de letras ou de documentos, com sello proporcional, contendo promessa de letras a entregar dentro do prazo determinado. (Reg. cit., art. 118).

Art. 115. As negociações sobre letras de cambio, quando a prazo, não produzirão effeito para o fim de serem apuradas em juizo, e serem objecto de cotação, se não puderem ser provadas por certidão extrahida dos livros dos corretores e que faça menção das declarações a que se refere o art. 138 deste Regimento. (Reg. cit., art. 120.)

Art. 116. As negociações de especies metallicas provar-se-hão por meio de certidões extrahidas dos livros dos corretores, que deem indicação da quantidade, natureza e preço das especies. (Reg. cit., art. 121.)

Art. 117. Incorrerá na multa de um a cinco contos de réis o corretor que deixar de exhibir, para a cotação, até á hora marcada para o encerramento do expediente da Bolsa, as notas das operações que houver realizado sobre cambiaes, descontos, metaes preciosos ou quaesquer empréstimos commerciaes. (Reg. cit., art. 144..)

Art. 118. São declarados nullos para todos os effeitos, os contractos de cambiaes ou moeda metallica, a prazo, que não tenham o sello legal. (Reg. cit., art. 119.)

Art. 119. As transacções á vista consideram-se vencidas dentro de cinco dias uteis, a contar da data em que forem ajustadas e devem estar definitivamente liquidadas antes da 2.^a Bolsa, contada a do vencimento. (Reg. cit., art. 91.)

Art. 120. Na falta dessa liquidação, a Camara Syndical, observadas as condições já estabelecidas neste Regimento, na parte

referente á inexecução de contractos, procederá, mediante notificação do interessado, á liquidação por conta da parte em falta.

Art. 121. Nas operações de cambiaes, attenta a especialidade de sua natureza, o corretor, na occassão de ajustal-as, entregará para serem visados pelos interessados os boletins, com os termos resumidos da operação, e isto considerar-se-ha a ordem para o fecho da transacção.

Art. 122. Fechada a operação, o corretor é obrigado a re-metter os respectivos contractos a seus committentes antes da abertura da primeira Bolsa, no dia seguinte ao da transacção.

Art. 123. Os corretores têm direito de exigir dos committentes, nas negociações a prazo, além da garantia de sua fiel observancia, um reforço, no caso de modificação de taxas do cambio, de modo a pol-os ao abrigo da impontualidade ou insolvabilidade dos seus committentes. (Reg. cit., arts. 99 e 100.)

Art. 124. Em tudo quanto respeita a garantias, inexecuções de contractos, suas liquidações e consequentes responsabilidades deve-se observar o que se acha exposto nos artigos antecedentes e nos do capitulo 2.º deste Regimento.

Art. 125. A liquidação de cambiaes e moeda metallica se realiza pela effectiva entrega da moeda ou das letras de cambio; sendo prohibidas as liquidações por differença, e a entrega por antecipação de prazo. (Reg. cit., arts. 94, 103 e 111.)

Art. 126. Nos contractos de cambiaes, a responsabilidade do corretor interferente, consiste em fazer perfeita e celebração do contracto; tornar-se-ha effectiva essa responsabilidade sempre que no acto da transacção não fôr revelado, de modo regular, o nome do committente.

Art. 127. Visados os contractos, ou confirmados estes pelas partes contractantes a responsabilidade do corretor limita-se à que resulta

da affirmação de legitimidade dos contractantes, e de suas firmas, e de omissões de fórmulas legaes e respectivos registros, de cotação.

Art. 128. A falta de liquidação da operação no prazo primitivo ou no da prorrogação autorisa o protesto, como medida assecuratoria da prestação de perdas e danos, pelo não cumprimento do contracto. (Reg. cit., art. 98.)

Art. 129. Não são accionaveis perante os tribunales, os contractos de cambio a prazo, liquidaveis por differença. (Reg. cit., art. 95.)

Art. 130. Incorrerão na multa de *dez contos de reis* os bancos nacionaes e estrangeiros, e as agendas destes e de companhias estrangeiras e todos quantos intervirem em transacções de cambiaes sem o pagamento do sello e imposto a que são subordinadas as respectivas operações. (Reg. cit., art. 149.)

Art. 131. Incidem na multa de *dez a vinte contos de reis* os que liquidarem por differença as operações de cambiaes e moeda metallica. (Reg. cit., art. 150.)

Art. 132. Incorrerão na multa de *vinte a quarenta contos de reis* os que reincidirem em liquidar por differença operações de cambio e de moeda metallica, depois de multados em *dez a vinte contos de reis*. (Reg. cit., art. 153.)

Art. 133. Os contractos de compra e venda de cambiaes a prazo maior de cinco dias uteis, contado o da operação, e até o de 30 dias, ficam sujeitos ao pagamento do imposta de sello de 1\$ por cada £1.000 ou fracção desta, e em qualquer outra moeda estrangeira no seu equivalente a £1.000, pago pelo vendedor.

§ 1.º O sello será collocado no contracto do vendedor e inutilisado pelo corretor, que na sua conta de corretagem o cobrará do vendedor.

§ 2.º Lavrados os contractos pelo corretor, este os entregará ás partes, cumprindo a estas fazel-os visar reciprocamente entre si para a boa fiscalisação do sello legal.

§ 3.º As operações sobres cambiaes poderão ser tratadas para longo prazo, obrigados, porém, os corretores a declararem nos respectivos contractos o prazo em que forem contrahidas, e quando sejam tratadas para o prazo maior de 30 dias pagarão o imposto do sello por cada 30 dias ou fracção do prazo que for determinado no contracto para liquidação da operação,

§ 4. São nullas as operações que não observarem as disposições da presente lei.

§ 5.º Toda a compra ou venda de cambiaes ou de moeda metallica deverá ser liquidada pela entrega effectiva das letras ou moeda.

§ 6.º O vendedor de cambiaes que acceitar contracto de venda a prazo de cambiaes sem o devido sello, incorrerá na multa de 10 vezes o valor do sello, nunca menos de 1:000\$, e o intermediario em cinco vezes o valor do sello, nunca menos de 500\$. Todo informante da falta de sello devido, em qualquer contracto de cambiaes perceberá metade da multa recebida. (Lei n. 640, de 14 de novembro de 1899).

CAPITULO V.

Livro dos corretores, sua escripturação e importancia juridica.

Art. 134. Todo o corretor deve ter os seguintes livros:

a) Um caderno manual aberto, numerado, encerrado e rubricado pelo Syndico;

b) Um protocollo aberto, numerado, encerrado e rubricado pela Junta Commercial. (Reg. cit., art. 51.)

Art. 135. Tambem lhes é facultativo o uso dos seguintes livros auxiliares :

a) Copiador, sellado, numerado, aberto, encerrado e rubricado pelo Syndico, para onde transportem cartas, telegrammas, *memoranda* e contas, concernentes por negocios de sua profissão;

b) Livro para lançamento de contas com os committentes devendo ser a escripturação deste livro feita por partidas dobradas.

Art. 136. No caderno manual deverão ser lançadas, apenas concluidas, as transacções realizadas pelo corretor ou por seu preposto com toda a clareza e individuação, afim de proporcionar noção exacta da operação realizada. (Reg. cit., art. 52.)

Art. 137. No protocollo deverão ser diariamente lançados os assentos do caderno manual por copia litteral, por extenso e sem emendas, rasuras, entrelinhas transposições e abreviaturas, guardada a ordem da numeração sob a qual existirem as operações escripturadas no caderno manual e mencionando-se os nomes de comprador, do vendedor, a natureza, o preço, o prazo e todas as condições das operações. (Reg. cit., art. 53.)

Art. 138. Nos assentos das negociações de letras de cambio deverá o corretor mencionar o vendedor, o comprador e a praça sobre a qual for feito o saque, o prazo e as estipulações a este referentes, sem prejuizo das demais declarações exigidas no art. 49 do Codice do Commercio. (Reg. cit., art. 54.)

Art. 139. Nas negociações de titulos ao portador, á vista, o corretor deverá, declarar não sómente a natureza do titulo, mas ainda a

serie e os numeros, se os committentes o exigirem e indemnizarem o trabalho.

Art. 140. Pela inscripção dos numeros de ordem nos protocollos os corretores perceberão os emolumentos da respectiva tabella.

Art. 141. O protocollo terá as formalidades exigidas para os livros dos commerciantes no art. 13 do Codigo do Commercio, sob pena de não terem fé os assentos nelle lançados. (Reg. cit., art. 55.)

Art. 142. Os livros de corretores, que se acharem escripturados na fórma deste Regimento, sem vicio nem defeito, terão fé publica.

Art. 143. Os livros não escripturados em fórma regular e não revestidos das formalidades legaes não fazem prova em juizo em favor do corretor. (Reg. cit., art. 57.)

Art. 144. No caso em que os assentos lançados no Protocollo do corretor não estejam de accordo com os do manual, a preferencia deve ser dada aos de tes, quando as operações nelle lançadas constem dos Registros Officiaes da Camara Syndical.

Art. 145. O exame parcial dos livros de corretor terá logar por ordem da Camara Syndical, sempre que se originarem duvidas, ou ventilar-se questão sobre operações de Bolsa em que o mesmo corretor houver funccionado.

O exame geral sómente poderá ter logar nos casos expressos no Codigo do commercio e neste Regimento, e sempre que a Camara Syndical julgar necessario tal exame para apurar factos que constituam em responsabilidade o corretor. (Reg. cit., art. 58.)

Art. 146. Quando o corretor tenha por mandato do Tribunal competente, de apresentar seus livros, fica entendido que a apresentação só terá logar para a parte do livro que diz respeito á causa em julgamento, não sendo permittida folhear ou examinar o livro em outra qualquer parte.

Art. 147. A Camara Syndical sempre que instituir exame baixo do segredo profissional a guardar sigillo sobre os nomes dos committentes de todas as operações nelles escripturadas. (Reg. cit., art. 59.)

Art. 148. A recusa de exhibição dos livros, ordenada por autoridade competente e nos casos dos artigos anteriores, sujeitará o corretor á applicação do disposto no art. 20 do Codigo do Commercio. (Reg. cit., art. 60.)

Art. 149. Os livros de corretor quando arrecadados pela Gamara Syndical serão guardados em seu archivo ou entregues ao successor no officio nas hypotheses dos arts. 27 e 28 deste Regimento. (Reg. cit., art. 61.)

Art. 150. As certidões extrahidas dos livros com referencia á folha em que os actos se acharem escripturados, sendo pelos corretores, subscriptas e assignadas, terão força de instrumento publico para prova dos contractos respectivos. (Reg. cit., art. 62.)

Art. 151. O corretor, que passar certidão contra o que constar dos seus livros incorrerá nas penas do crime de falsidade e perderá a metade da fiança. (Reg. cit., art. 63.)

CAPITULO IV.

Assembleas dos corretores.

Art. 152. Os corretores de fundos publicos da Capital Federal, sómente se poderão constituir em assembléa geral, de conformidade com o art. 66 do Regulamento n. 2.475, de 13 de Março de 1897 :

a) Para eleição da Camara Syndical que deve effectuar-se annualmente, no primeiro dia util do mez de Maio, como determina o art. 64 do citado Regulamento;

b) Quando o Syndico entenda conveniente convocal-a para consulta e resolução de questões de interesse da classe dos corretores (Reg. cit., art. 66.)

c) Quando for sollicitada do mesmo Syndico, por dous ou mais corretores, em exercicio activo da profissão, em caso urgente de justificada gravidade, occorrente no funcionamento da Bolsa, o com referencia á cotação do curso dos titulos, das especies e do cambio. (Reg. Cit., art. 67.)

Art. 153. considera-se constituida uma assembléa geral desde que, convocada, estejam reunidos pelo menos dous terços do numero de corretores em exercicio, e que tenham inscripto seus nomes no livro de presença. (Reg. cit., art. 68).

Art. 154. Na falta de comparecimento de corretores, em numero sufficiente para constituição da assembléa geral, o Syndico convocar á novas reuniões com o intervallo de 24 horas, entre cada uma, até que a assembléa geral se tenha constituido. (Reg. cit., art. 67.)

Art. 155. Não é permittido aos corretores fazerem-se representar nas assembléas geraes por seus prepostos ou procuradores.

Art. 156. A presidencia das assembléas geraes compete ao Syndico que designará dous corretores que, servindo de secretarios, completarão a mesa.

Art. 157. No impedimento do Syndico, presidirá a assembléa geral o adjuncto da Camara Syndical que não esteja em exercicio do cargo de secretario ou thesoureiro da mesma Camara. (Reg. cit., art. 74.)

Art. 158. As resoluções da assembléa geral se realizarão por escrutinio secreto, seja qual for o assumpto que tenha determinado a convocação, reputando-se tomada a resolução desde que reuna a seu favor metade e mais um dos votos presentes.

Art. 159. O Syndico votará em ultimo logar, e, no caso de empate, terá o voto de qualidade como presidente, (Reg. cit., art. 75. b.)

Art. 160. Para eleição da Camara Syndical, o Syndico em exercicio fará a devida convocação em edital no salão da Bolsa, e annuncios pela imprensa, publicados nos tres dias ao designado para a reunião.

Art. 161. Constituida a assembléa nos termos do art. 153, o secretario precederá á chamada nominal de cada um dos corretores presentes, que successivamente irão lançando na urna, cada um, sua cedula, fazendo-se em 1.º logar a eleição do Syndico, seguindo-se-lhe a eleição dos Adjuntos da Camara Syndical.

Art. 162. Terminada a votação, amesa procederá á avertura da urna, e confrontará o numero de cedulas com o dos corretores inscriptos, até a occasião da votação, no livro de presença.

Art. 163. Verificado que o numero de cedulas corresponde ao numero de corretores inscriptos para a reunião, a mesa procederá á apuração dos votos, considerando eleitos cada um dos candidatos que reunir metade e mais um dos votos apurados.

Art. 164. Se nenhum, ou só alguns dos candidatos obtiverem a maioria proceder-se-ha nessa mesma assembléa a 2.º escrutinio, para os que a não tenham obtido.

§ 1.º A votação, neste caso, correrá em relação aos mais votados, mas em numero duplo aos dos membros a eleger.

§ 2.º Os que obtiverem maior numero de votos para os cargos a eleger neste 2.º escrutinio, reputar-se-hão eleitos.

Art. 165. No caso de empate no 2.º escrutinio, reputar-se-ha eleito o corretor mais antigo, e, dada a igualdade em relação ao tempo de exercicio, ter-se-ha como eleito o mais idoso.

Art. 166. As cédulas em branco importão aquiescencia ao resultado da apuração das cédulas escriptas.

Art. 167. Nenhum corretor pode eximir-se de ser membro da Camara Syndical, salvo por molestia grave e continuada e no de reeleição, se não houver decorrido um anno entre a antecedente e aquella a que se tem de proceder. (Reg. cit., arts., 70 e 146.)

Art. 168. O corretor que se achar no caso de allegar qualquer destes motivos de escusa, deverá fazel-o antes de proceder-se á eleição, sob pena de 1:000\$ de multa. (Reg. cit., art. 146.)

Art. 169. A enfermidade grave e continuada deverá ser provada perante o Ministro da Fazenda. (Reg. cit., arts. 70 e 146.)

Art. 170. Incorrerá na perda da 1ª. parte da fiança, o corretor que insistir na recusa do cargo de membro da Camara Syndical, depois de intimado para aceitar-o por portaria do Ministro da Fazenda. (Reg. cit. art., 152.)

Art. 171. Concluida a eleição, lavrar-se-ha a respectiva acta em livro proprio e assignado pelos corretores que formaram a assembléa, e extrahir-se-ha cópia authentica, que será enviada ao ministro da Fazenda. (Reg. cit., art. 65.)

Art. 172. Os nomes dos corretores presentes ás assembléas geraes serão inscriptos no alto de cada acta.

Art. 173. Nos casos de morte, destituição, exoneração ou quaesquer outros, que importem a vaga do cargo de corretor e consequentemente a de membro da Camara Syndical, procedere-se-ha á eleição para o preenchimento da vaga.

Parapho unico. O novo eleito completará o tempo de exercicio do substituido.

Art. 174. Os membros da Camara Syndical poderão ser reeleitos. (Reg. cit., art. 69).

CAPITULO VII

Camara syndical, suas attribuições e funções.

Art. 175. Os corretores de fundos publicos da Capital Federal, elegem todos os annos uma Camara Syndical, composta de um Syndico e tres Adjuntos. (Reg. cit., art. 64.)

Art. 176. A eleição da Camara Syndical terá logar no primeiro dia util do mez de Maio de cada anno. A administração eleita tomará posse no primeiro dia util do mez de Junho.

Art. 177. A eleição é feita por maioria absoluta de suffragios, e por escrutinio secreto, por boletins de lista. (Reg. cit., art. 65.)

Art. 178. A acta da eleição será lavrada em livro especialmente destinado ás assembléas geraes dos corretores; devidamente sellado, aberto, numerado, encerrado e rubricado pela Junta Commercial. Ao Ministro da Fazenda será enviada copia authentica da acta de cada uma eleição. (Reg. cit. art. 65.)

Art. 179. No primeiro dia de sua reunião, a Camara Syndical procederá á eleição dos Adjuntos, que teem de servir os cargos de secretario e thesoureiro da Camara. (Reg. cit. art. 69.)

Art. 180. A Camara Syndical reunir-se-ha diariamente para verificação das operações, determinação do curso do cambio e cotação dos fundos e valores negociados pelos corretores.

Reunir-se-ha extraordinariamente, por convocação do Syndico, quando se faça necessario. (Reg. cit., art., 75, *d.*)

Art. 181. A Camara Syndical não póde validamente deliberar senão com a presença de metade e mais um de seu membros. (Reg. cit., art. 71.)

Art. 182. Em caso de impedimento de um, ou mais, dos seus membros, de modo a não poder reunir-se e deliberar, autorisada a Camara Syndical a completar-se, chamando é Syndico para esse fim os membros mais antigos da corporação, segundo a ordem do quadro, ou o mais idoso, se houver mais de um com igual antiguidade. (Reg. cit., art. 74).

Art. 183. O Syndico presidirá ás sessões da Camara Syndical. As questões serão decididas por maioria absoluta de votos em escrutinio secreto, votando o Syndico em ultimo lugar, e, no caso de empate, terá este, como presidente, voto de qualidade. (Reg. cit., arts., 71 e 75 *b.*)

Art. 184. No caso que um membro da Camara Syndical se ache directamente interessado numa causa submettida á deliberação da Camara, será, na hypothese, substituido, conforme a disposição do art. 182 deste Regimento.

Art. 185. A Camara Syndical registrará suas deliberações em actas lavradas em livro especial, aberto, numerado, encerrado e rubricado pelo Syndico, e devidamente sellado.

Cada acta será assignada por todos os membros da Camara que houverem tomado parte na sessão. (Reg. cit., art. 72.)

Art. 186. A' Camara Syndical compete :

a) Informar sobre a conveniencia da criação e da supressão de officios de corretores de fundos publicos;

b) Propôr a nomeação a destituição dos mesmos e a sua suspensão por tempo maior de trinta dias;

c) Organisar o Regimento Interno da Bolsa e da corporação dos corretores, e a tabella dos emolumentos que elles devem perceber, sujeitando-os á approvação do Ministro da Fazenda;

d) Autorisar, prohibir e suspender a negociação e a cotação de qualquer valor com excepção dos titulos da divida federal, estadual e municipal e da do estrangeiro, que só serão admittidos á cotação por acto do Ministro da Fazenda;

No uso desta attribuição, poderá a Camara Syndical exigir de todas as sociedades emissoras de titulos negociaveis na Bolsa os esclarecimentos e documentos que reputar precisos para a inclusão de taes valores no beletim das cotações;

e) Impôr as multas decretadas neste Regimento e leis em vigor, facultando de sua decisão recurso para o Ministro da Fazenda, dentro de cinco dias :

f) Fixar a cotação official do cambio, dos valores e das especies, publicando o boletim diario, confeccionado após o encerramento dos trabalhos da Bolsa, e em face das notas ou *memoranda* dos corretores e dos bancos;

g) Organisar a tabella das taxas a perceber pelas declarações que forem publicadas no boletim official;

h) Velar para que os corretores se contenham nos limites de suas funcções legaes, podendo ordenar-lhes a apresentação de seus livros e prescrever-lhes todas as medidas e precaução que julgar necessarias;

i) Infligir censura aos actos dos corretores, quando irregulares, e, segundo a gravidade do caso, interdizer-lhes a entrada na Bolsa, durante um prazo não excedente de trinta dias, e suspendel-os por igual tempo;

j) Fiscalisar que nenhum individuo, sem titulo legal, exerça as funcções de corretor, promovendo pelos meios competentes, a decretação da nullidade das operações por elle realizadas;

k) Decidir as contestações que se suscitarem entre corretores, relativamente ao exercicio de suas funcções, com recurso para o Ministro da Fazenda.

Art. 187. Nenhuma pena disciplinar póde ser pronunciada pela Camara Syndical senão depois que o corretor accusado tenha sido ouvido, ou tenha se negado a comparecer á sua presença, quando devidamente convidado.

Art. 188. A Camara Syndical póde delegar, a um ou a mais de um membro da corporação, designados sob o nome de Propostos da Camara, certas attribuições de ordem e de policia da Bolsa nos termos deste Regimento.

Art. 189. A Camara Syndical terá um livro proprio para conta do activo e passivo da sua thesouraria, aberto, encerrado, numerado e rubricado pelo Syndico.

Art. 190. A Camara Syndical terá um livro especialmente destinado ao registro de Titulos ao Portador.

Este livro será sellado, aberto, encerrado, numerado e rubricado pelo Syndico.

Art. 191. A Camara Syndical é responsavel pela exactidão dos preços cotados, no mercado de cambio, nos das especies metallicas e nos de fundos publicos.

A falta de exacção na cotação, salvo engano não proposital, acarreta para os membros da referida Camara a incursão no crime de falsidade, da perda da metade de fiança e da destituição, conforme a gravidade da falta (Reg. cit., art, 126).

Art. 192. Se o erro de Camara Syndical fôr devido á inexactidão das notas dos corretores, ou dos bancos, incorrerão os corretores nas referidas penas — e os bancos na multa de *vinete e cinco contos de réis*.

O SINDICO

Art. 193. Compete ao Syndico:

a) Representar a Camara Syndical e a corporação dos corretores perante o Governo, autoridades constituídas em juizo;

b) Presidir ás reuniões da Camara Syndical, dirigir as discussões e apurar as deliberações, votando em ultimo logar, e para desempate, no caso de ser necessario;

c) Executar as deliberações da Camara Syndical;

d) Promover reuniões diarias da Camara Syndical, para verificação do resultado das operações, determinação do curso do cambio e cotação dos fundos e valores negociados pelos corretores;

e) Fiscalisar a escripturação do livro dos preços correntes, em que deverão ser registrados os boletins apresentados pelos corretores,

nos quaes estiverem mencionadas as propostas e transacções que se houverem realizado, e tiverem sido inscriptas, nas notas offerecidas, no recinto da Bolsa;

f) Assignar e remetter ao Ministro da Fazenda e ao *Diario Official* o boletim da cotação dos fundos publicos e do cambio;

g) Despechar o expediente da Camara Syndical;

h) Estudar as questões que tenham de ser sujeitas á deliberação da Camara Syndical, deliberando ou opinando sobre ellas;

i) Assignar com o secretario da Camara Syndical os lançamentos diarios, no livro Registro das Cotações e os mappas mensaes do movimento da Bolsa;

j) Apresentar um relatorio annual de movimento da Bolsa e trabalhos da Camara Syndical.

O SECRETARIO

Art. 194. Incumbe ao Secretario:

a) A guarda do archivo e mais papeis, e documentos que correrem pela secretaria;

b) Subscrever, com o Syndico, os lançamentos, no livro Registro das cotações, e os mappas mensaes do movimento da Bolsa;

c) Subscrever os termos de prorrogação de contractos de cambiaes a praso, e retificar as respectivas estampilhas, nos mesmos contractos colladas, com a data e assignatura;

d) Subscrever as certidões, et quaesquer outros documentos, requeridos á Camara Syndical;

e) Redigir e subscrever as actas das sessões da Camara Syndical:

f) Intimar, por ordem do Syndico, aos interessados quaesquer decisões da Camara, e nomeadamente no caso de reclamações e protestos relativamente a liquidações, nos termos deste Regimento;

g) Escrever nos processos, que se realizarem perante a Camara Syndical.

O THESOUREIRO

Art. 195. Incumbe ao Thesoureiro

a) Receber, e conservar em boa guarda, os emolumentos da Camara Syndical quaesquer outras quantias, que ahi devam ser recolhidas;

b) Effectuar os pagamentos ou a restituição de depositos, autorizados pela Camara Syndical;

c) Conservar, em boa ordem os livros do receita e despezas, e apresentar mensalmente á Camara Syndical o respectivo balanço.

O ADJUNTO AO SYNDICO

Art. 196. Incumbe ao Adjunto:

a) Substituir, de preferencia, o Syndico, o Secretario ou o Thesoureiro, nos respectivos impedimentos, ou faltas, e tomar parte nas discussões e deliberações, nas reuniões da Camara Syndical.

CAPITULO VIII

Auxiliares de corretores.

Art. 197. Ém relação ás operações que se effectuam na Bolsa, cada corretor poderá constituir, como seus mandatarios para actos

attinentes a seu officio, menos os de negociações da competencia daquelle, e os actos connexos de lançamentos, certificados e assignatura e contas, prepostos, os quaes só no caso de impedimento do corretor, por molestia, poderão exercer as respectivas funções como substitutos, com prévia aprovação da Camara Syndical.

Art. 198. No caso de substituição acima previsto, todos os escriptos que devariã ser assignados pelo corretor, sel-o-hão pelo preposto que fará preceder a sua assignatura da declaração que assim procede em virtude de impedimento legal do corretor.

Art. 199. Só poderão exercer as funções de prepostos as pessoas que reunam as condições necessarias para o officio publico da corretagem, de conformidade com o art. 4.º do decreto n.º 2475, de 13 de Março 1897.

Art. 200. Em relação ás operações que, pela legislação em vigor, se possam effectuar fóra da Bolsa, cada corretor poderá nomear até quatro auxiliares que, sob a denominação de adjunctos, e dentro dos limites de seus mandatos; contractem e liquidem operações.

§ 1.º Esses auxiliares poderão tambem agenciar, propor e contractar as operações que são sujeitas á concurrencia da Bolsa, mas neste, como no caso do artigo antecedente, é essencial nos contractos a assignatura do corrector, que terminará a operação cotando-a na Bolsa. Toda e qualquer operação por sua propria conta é interdicta a esses mandatarios. Contractada uma operação pelo proposto ou adjuncto de corretor, dentro dos limites em que a possam fazer, são obrigados a dar a cada uma das partes contractantes um *memorandum* de que conste a quantidade, a natureza, o preço e o vencimento da operação.

Art. 201. Para exercicio dos actos auxiliares de adjuncto, requer-se apenas a idade de 21 annos e certificados de honestidade e aptidão.

Art. 202. O corretor proporá a nomeação de proposto e adjuntos á Camara Syndical, que mandará logo affixar nos salões da Bolsa, onde se conservarão durante oito dias, boletins, com os nomes, cognomes e appellidos dos candidatos; e decorrido esse prazo, resolverá sobre a admissão ou rejeição das propostas.

Art. 203. Resolvida pela Camara Syndical a aceitação dos candidatos fará recolher a caução de que adiante se trata, e realizado este acto, prestarão os candidatos, perante a mesma Camara reunida, a promessa formal de respeitar e bem cumprir todos os regulamentos da corporação, observando fielmente os mandatos que lhes forem conferidos.

Art. 204. O preposto e os adjuntos do corretor possuirão um canhenho em que registrem, a lapis-tinta, na falta desta, as operações logo que as contractar, devendo apresental-o na hora official da Bolsa, para serem transcriptas ao caderneta do corretor e devidamente cotadas, podendo ser a comunicação das operações em cambiaes feita até a hora do encerramento do cambio, devendo em todo o caso encerrar declaração explicita das quantidades e taxas a que operarem. Esse canhenho, fornecidos pela Camara Syndical, será aberto, encerrado e rubricado em cada uma de suas paginas pelo presidente dessa Camara.

Art. 205. Nos salões da Bolsa e da corporação serão affixados em quadros, os nomes, cognomes e appellidos de todos os prepostos e adjuntos em exercicio, com indicação dos corretores com quem trabalham.

Art. 206. Os propostos e adjuntos de corretor estão sujeitos á acção disciplinar da Camara Syndical, podendo por isso, a requerimento do corretor, ou *ex-officio*, serem suspensos, ou mesmo ser-lhes cassado o mandato.

Art. 207. A nomeação e suspensão do preposto e adjunto, bem como á revogação do respectivo mandato, desde que se sejam

resolvidas pela Camara Syndical, serão levadas ao conhecimento de toda a corporação.

Art. 208. O corretor poderá exigir de seu proposto, e de cada um de seus adjunctos uma fiança equivalente a 1/5 da fiança dos corretores, isto é, dez contos de réis, fiança que será recolhida a um banco de depositos, com aprovação da Camara Syndical, enquanto esta não houver estabelecido a sua Caixa.

Art. 209. — Essa quantia será depositada em nome do proposto ou adjuncto; servirá para occorrer a indemnisações compensações e multas, e só poderá ser levantada pelo proposto ou adjuncto, com prévia autorização da Camara Syndical, mostrando-se isento de qualquer responsabilidade pecuniaria, em referencia a operações em que tenha intervindo, e nunca antes de haverem decorrido trinta dias depois de ter cessado seu mandato.

Art. 210. Se a fiança tiver diminuido, ou se houver esgotado, em consequencia de indemnisações e multas a que esteja sujeita, será o preposto ou adjuncto obrigado a completal-a, ou renoval-a, ficando suspenso até que o faça.

Art. 211. — A Camara Syndical terá um livro especialmente destinado ao lançamento dos termos de admissão de propostos e adjunctos de corretores.

CAPITULO IX

Bolsa.

POLICIA INTERNA

Art. 212. A Bolsa é constituida, em lugar, dias e horas determinados, pela reunião de corretores de fundos publicos, no exercicio legal de suas funções, representado, pelo menos, em numero, um terço da classe.

Art. 213. A Bolsa funcçionará no Edificio da Associação Commercial, ou em recinto especialmente a ella destinado.

Art. 214. A abertura ou encerramento da Bolsa, far-se-ha annunciar pelo toque de campainha, e não poderá ser aberta, suspensa ou encerrada fóra das horas regimentaes, salvo o caso comprovado de força maior.

Art. 215. A Bolsa funcçionará todos os dias, excepto os domingos, dias santificados e os de festividade nacional.

Art. 216. A Bolsa diaria terá logar da 1 ás 2 1/2 horas da tarde.

Parapho unico. O horario, e a successão diaria, para os trabalhos da Bolsa, nos termos expostos, não poderão ser alterados sem ter precedido editaes, expedidos pela Camara Syndical, com antecedencia de um mez.

Art. 217. No salão da Bolsa, haverá um logar, especialmente reservado, para a reunião dos corretores; sendo prohibido o accesso dentro do recinto separado pela balaustrada ás pessoas extranhas á classe dos corretores (Beg. cit., arts 77 e 78.)

Art. 218. Fóra desse logar especial e das horas determinadas neste Regimento para funcçionamento da Bolsa, é prohibida qualquer reunião quer de corretores de fundos publicos, quer de pessoas extranhas á profissão, para effectuar operações de Bolsa.

Os que infligirem esta disposição, incorrerão nas penas estabelecidas neste Regimento (Reg. cit., art. 79.)

Art. 219. A administração e inspecção superior da Bolsa, e a fiscalisação das operações que nella se fizerem, pertencerá ao Syndico ou a quem suas vezes fizer, como presidente da Camara Syndica, que poderá

mandar para esse fim proceder aos inqueritos e averiguações que julgar de necessidade.

Art. 220. As operações na Bolsa só se effectuam por meio de pregão, devendo os Corretores, em alta voz, propor as transacções que desejarem effectuar.

Art. 221. No pregão que fizer o corretor, este, antes da designação de preço, deverá declarar a quantidade dos títulos.

Art. 222. Na falta desta declaração, se o pregão versar sobre operação a prazo entender-se-ha:

a) Para títulos de valor nominal até o de 100\$, que opera nos limites de 50;

b) Para os de valor nominal superiores a 100\$, entender-se-ha o pregão nos limites de 25;

c) Para apólices da dívida pública, vigorará o número de 10.

Art. 223. Nas operações á vista, é indispensável a declaração prévia da quantidade dos títulos propostos á venda ou compra, sob pena de não produzir efeito o pregão.

Art. 224. No pregão de operações de opção, deverão os corretores declarar o preço firme, a opção e respectivo prazo.

Parapho unico. As operações a prazo só se podem fazer nas quantidades em seguida determinadas:

Para títulos de valor nominal até o de 100\$, de 50 e seus múltiplos;

Para os de valor nominal superior a 100\$, de 25 e seus múltiplos;

Para apolices da divida publica, de 10 e seus multiplos.

Art. 225. A alteração facultada no preço dos titulos apregoados obedecerá ao seguinte :

Nos titulos de valor venal até ode vinte mil réis—250 réis no minimo e nos de valor superior a este limite, 500 réis;

Para as apolices em geral, a alteração minima será de 1\$, em cada titulo.

Art. 226. — Accordes dous corretores nos pregões que fizerem, declararão, em alta voz — *fechado*, e inscrevendo a operação resumidamente em seus manuaes, trocarão entre si boletins assignados, com o resumo da operação.

Art. 227. Ultimada assim, esta será immediatamente mandada inscrever nas pedras das Cotações, pelo presidente da Bolsa, a quem devem ser enviados os respectivos boletins.

Art. 228. Á proporção que se forem realisando as transacções, serão inscriptas, successivamente, nas pedras collocadas no salão da Bolsa, em togar visivel para todos, com designação da natureza, quantidade, preço dos titulos, praso e mais condições da operação, se as houver.

Art. 229. Quando um corretor fôr ao mesmo tempo encarregado por differentes committentes da compra e venda dos mesmos titulos, deverá declarar a dupla operação em voz alta, designando os preços de compra e de venda.

Art. 230. Verificado pelo presidente da Bolsa não haver comprador ou vendedor a melhor preço do que o anunciado pelo corretor, poderá este declarar fechada a operação, pelo preço médio por elle offerecido pela compra e pela venda.

Paragrapho unico. Neste caso o corretor não poderá declarar fechado maior numero de titulos do que o dos titulos declarados no pregão.

Art. 231. Os trabalhos da Bolsa não podem ser perturbados por quaesquer reclamações que só podem ser formuladas depois de concluidos os mesmos trabalhos.

Art. 232. Nenhum corrector poderá durante as horas da Bolsa exigir explicações sobre propostas por outro corrector apresentadas, cabendo ao presidente da Bolsa fazer neste sentido as precisas advertencias.

OPERAÇÕES POR MANDADO JUDICIAL

Art. 233. As operações de titulos ou valores que houverem de ser feitas por ordem do juiz competente, em execução de sentença proferida em juizo contradictorio, ou de acto de jurisdição voluntaria serão effectuadas pela Camara Syndical em leilão. (Reg. Cit., art. 212).

Art. 234. A Camara Syndical ao receber a comunicação mandará affixar edital no recinto da Bolsa e publicar o aviso durante oito dias pela imprensa diaria.

Art. 235. No aviso far-se-ha menção dos titulos a negociar e de sua quantidade, da decisão do juiz que houver ordenado a negociação e do nome do corretor della incumbido, com designação do dia e hora para a realização. (Reg. cit., art. 113).

Art. 236. A venda dos titulos que se acharem no caso do art. 33, do Decr. n. 434 de 4 de julho de 1891, será levada a effeito pelo modo estabelecido nos artigos antecedentes. (Reg. cit., art. 119).

Art. 237. A Camara Syndical pode permittir, sob responsabilidade do corretor, que se faça em leilão a venda de titulos que não tenham sido admittidos á cotação.

Art. 238. Poderá tambem resolver que se realize em leilão a venda de titulos admittidos á cotação sempre que esta não se der, por falta de negociação de taes valores.

Art. 239. Quando o corretor tenha que solicitar autorisação para vender titulos em leilão, deverá fazel-o requerendo á Camara Syndical.

Art. 240. Quando se verifique a inconveniencia da realização dos leilões dentro das horas destinadas á Bolsa, poderá a Camara Syndical resolver que se effectuem elles no salão da Bolsa, annunciando-se, porém, por edital na Bolsa e pela imprensa diaria, com oito dias de antecedencia, o dia e a hora em que deverá ter lugar o leilão.

Art. 241. Sómente por motivo justificado poderá ser adiado o leilão de titulo já annuciado.

Neste caso só terá lugar o leilão depois de publicado o seu adiamento em edital na Bolsa e pela imprensa diaria, com antecedencia de uma Bolsa pelo menos.

Art. 242. Nas transferencias de fundos e titulos que tenham de ser feitas em virtude de ordem de juizo ou transmittidos por herança e outros casos em que não se traduza pelo pagamento de seu valor, deverão os corretores communicar-as á Camara Syndical no dia em que as realizarem, com designação da especie, quantidade e valores nominaes, comprehendidos os de estimativa por arbitramento.

A Camara Syndical registrará essas transferencias no livro dos boletins de cotações, com as devidas declarações.

POLICIA DO SALÃO DA BOLSA

Art. 243. A policia do salão da Bolsa é confiada ao Syndico, como presidente da Camara Syndical.

Art. 244. O Syndico, independente dos adjuntos da Camara Syndical, poderá incumbir a um ou mais corretores, designados sob o nome de Prepostos da Camara, para o auxiliarem na policia do salão da Bolsa, e até para a exercerem directamente, si assim o entender conveniente.

Art. 245. No exercicio das suas funcções, poderá mandar proceder a inquerito e averiguações, que julgar de necessidade, e lavrar os competentes autos, os quaes serão remettidos para juizo.

Art. 246. Quando julgar necessario, poderá reclamar o auxilio das autoridades e o concurso da força publica.

Art. 247. O salão da Bolsa estará aberto todos os dias de trabalho, desde 10 horas da manhã até ás 3 da tarde.

Art. 248. É livre a entrada no salão da Bolsa a todos os socios e assignantes da Associação Commercial, e aos empregados dos corretores de fundos publicos, devidamente designados.

Art. 249. É permittido o ingresso eventual no salão da Bolsa : Aos membros do Corpo Legislativo, do Poder Executivo, Poder Judiciario e aos membros do Corpo Diplomatico. Aos visitantes, quando apresentados pelos socios.

Art. 250. Nenhum individuo, qualquer que seja a classe a que pertença, póde entrar armado no recinto do salão da Bolsa, excepto os agentes da autoridade ou da força publica, quando legalmente requisitados.

Art. 251. É prohibido o ingresso no recinto do salão da Bolsa :

Aos que tiverem sido condemnados por illegitima ingerencia em operações de commercio da exclusiva competencia de corretores;

Aos que, sem motivo legal, houverem faltado ao cumprimento de alguma obrigação contrahida en negociação celebrada na Bolsa;

Aos que por sentença judicial estiverem privados dos seus direitos civis;

Aos fallidos, não rehabilitados.

Art. 252. Poderão ser mandados sahir da Bolsa os que perturbarem a ordem, transgredirem os Regimentos, ou offenderem o decoro.

Art. 253. Os individuos que no recinto do salão da Bolsa realizarem operações de exclusiva competencia dos corretores, incorrerão nas penas do art. 224 do Codigo Penal, e ser-lhes-ha prohibido o ingresso no salão da Bolsa, fazendo-se a inscripção dos nomes nas pedras da Bolsa, onde permanecerá durante trinta dias seguidos.

Art. 254. A corporação ou pessoas que prestarem casa ou edificio particular para qualquer reunião publica em que se trate de realizar operações de Bolsa, promoverem ou levarem a effeito taes reuniões, incorrerão na pena do art. 224 do Codigo Penal.

Paragrapho unico. Se alguma das pessoas incursos nas disposições deste artigo fôr corretor, será demittido.

Art. 255. Todo o particular ou corporação que imprimir ou publicar boletim de cotação differente do que tiver sido feito pela Camara Syndical incorrerá na pena do art. 224 do Codigo Penal.

Art. 256. Além das pedras destinadas ás cotações e editaes, haverá no salão uma outra destinada á inscripção dos nomes das pessoas

que faltarem-ao cumprimento de obrigações legalmente contrahidas com corretores, nos termos deste Regimento.

Art. 257. No salão da Bolsa será affixado um quadro contendo o nome dos corretores, com designação de seus respectivos prepostos e auxiliares e indicação da rua e numero dos escriptorios que occuparem.

Art. 258. Os corretores devem comparecer todos os dias á Bolsa.

Art. 259. O corretor, ou preposto de corretor, quando em exercicio das funções deste — que se ausentar temporariamente da Capital Federal, deverá avisal-o por escripto á Camara Syndical, incorrendo na pena de suspensão por quinze dias, si não o fizer.

Art. 260. Para facilidade dos prégões e celeridade das transacções, observar-se-hão as disposições do Codigo organizado para uso dos corretores.

Art. 261. Para contractos, memoranda, ordens, recibos desta e boletins, a que são obrigados os corretores, servirão os modelos fornecidos pela Camara Syndical.

Art. 262. Para apresentação de protestos, notificações e reclamações, que por este Regimento tenham de ser feitos á Camara Syndical, entender-se-ha das 11 ás 12 horas da manhã.

COTAÇÕES

Art. 263. Encerrados os trabalhos da Bolsa, reunir-se-hão a Camara Syndical e os corretores para verificação das operações effectuadas nesse dia na Bolsa, e resolverem qualquer duvida ou reclamação sobre os boletins de transacções trocados entre os corretores.

Art. 264. Verificado não haver duvida alguma, serão os boletins immediatamente transcriptos em um livro especial, com

declaração dos nomes dos corretores e todas as circunstancias de operação.

Art. 265. A Camara Syndical reunida procederá á fixação da cotação dos fundos e valores negociados nesse dia, tomando por base os respectivos boletins trocados pelos corretores na Bolsa.

Art. 266. A cotação dos titulos, ou valores, negociados era Bolsa, á vista, assentará no preço medio verificado de todas as transacções da mesma natureza effectuadas no mesmo dia.

Art. 267. A cotação das operações a prazo será determinada pelo preço medio das vendas realizadas no dia, conforme a natureza dos titulos e operações.

Paragrapho unico O mnimo da quantidade de titulos para a fixação da cotação será de 25 ou 50 e seus multiplos, conforme os titulos forem de valor nominal de *cem* ou *duzentos mil reis*.

Art. 268. O preço, dos titulos vendidos em leilão, e susceptiveis de cotação, concorrem com os da mesma natureza vendidos em Bolsa, e na falta de negociações, poderão servir de base para cotação.

Art. 269. Os titulos que não tenham sido admittidos á cotação da Bolsa não estabelecem cotação; poderão, porém, servir de base para apreciação.

Art. 270. Logo que a cotação for determinada nas condições acima fixadas, lavrar-se-ha o respectivo *Boletim*, assignado pelo syndico e pelo Secretario que será affixado no salão da Bolsa.

Art. 271. O boletim da cotação indicará, pelo menos, a primeira e ultima offerta, assim como o mais alto e o mais baixo dos preços pelos quaes forem realizadas as operações á vista e a prazo.

Art. 272. O Boletim Official das cotações dos fundos, dos valores e do cambio e moeda metallica, deverá ser escripturado por cópia litteral no respectivo Livro Official do registro das cotações, antes da Bolsa seguinte.

Art. 273. Os corretores enviarão á Camara Syndical, até as 3 boras da tarde, uma nota com declaração da quantidade, natureza, vencimentos, preços e taxas dos descontos e cauções, ou empréstimos commerciaes, e das operações em moeda metallica, que tenham effectuado no dia. (Reg. cit., paragrapho unico do art. 76 e 85.)

Art. 274. Quando realizem operações em cambiaes, enviarão, até a hora acima determinada, as respectivas notas, com declaração de taxa, prazo, praça e natureza da operação, de conformidade com o modelo fornecido pela Camara Syndical. (Reg. cit., paragrapho unico do art. 76 e art. 85.)

As operações que realizem no intervallo da hora official do encerramento dos trabalhos, até a da abertura da seguinte bolsa, deverão ser communicadas á Camara Syndical até as 11 horas da manhã.

Art. 275. Os estabelecimentos bancarios, filiaes ou agencias, nacionaes ou estrangeiros e quaesquer outros instituições, que negociarem em cambio e moeda metallica são obrigados a remetter diariamente ao Syndico, até as 3 horas da tarde, em notas authenticadas pelos gerentes ou directores respectivos, a declaração das taxas a que tiverem operado, e quinzenalmente a da totalidade das operações.

Art. 276. As operações realizadas pelos bancos e pelos corretores servirão de elemento para a fixação do curso official do cambio pela Camara Syndical.

Art. 277. A cotação, á vista, do cambio sobre Londres, será fixada pelo seguinte modo : Verificada a cotação a 90 dias sobre Londres,

della se deduzirá o equivalente a *um quarto de penny*, calculado este sobre a taxa do cambio ao par, isto é, *oitenta e tres reis*, ouro.

Art. 278. A Camara Syndical, além dos boletins diarios do curso official do cambio, dos fundos publicos e das especies metallicas, remetterá mensalmente ao Ministro da Fazenda um quadro de movimento da Bolsa, com fixação da média dos cursos cotados. (Reg. cit., art. 125.)

Art. 279. Depois da affixação do *Boletim da Cotação*, no salão da Bolsa nenhuma alteração póde ser nelle feita. É licito porem, rectificar o *Boletim* para o effeito unico de completal-o, incluindo fundos ou valores cuja cotação não tive sido mencionada, por omissão involuntaria; e no caso de erro material verificado no calculo.

Art. 280. A Camara Syndical, sob sua inspecção e responsabilidade, mandará publicar, logo após o encerramento dos trabalhos da Bolsa, um *Boletim diario*, que será o unico repusado official, no qual se determinem a cotação de cambiaes, dos valores metallicos, fundos publicos e particulares, indicados pelo menos, a primeira e ultima offerta; e bem assim o mais alto e o mais baixo preço pelos quaes forem effectuadas as vendas a prazo; e os preços médios dos titulos ou valores negociados á vista.

CAPITULO

Disposições geraes.

Art. 281. A Camara Syndical organizará um quadro dos titulos reconhecidos capazes de serem negociados na Bolsa e incluidos na cotação official.

Nesse quadro só poderão ser incluidos titulos regularmente emittidos, e os que tenham realizado o capital exigido na lei do anonymato, observadas as demais disposições das leis em vigor.

A Camara Syndical responderá civilmente pelos prejuizos resultantes da admissão á cotação de titulos cuja emissão não tenha observado as disposições legaes. (Reg. cit., art. 89.)

Art. 282. Os titulos de emprestimos federaes, estadoaes, municipaes e os dos governos estrangeiros só poderão ser incluídos no quadro, mediante autorização do Ministro da Fazenda, concedida sob informação da Camara Syndical. (Reg. cit., art. 88.)

Os demais titulos poderão ser incluídos no quadro a pedido dos interessados e aprovação da Camara Syndical.

Art. 283. Os Bancos, Companhias, Sociedades Anonymas, ou quaesquer outras, cujos titulos tenham sido incluídos no quadro official de titulos cotaveis na Bolsa, são obrigados a communicar por escripto, á Camara Syndical, qualquer resolução que importe alteração no valor dos titulos admittidos a cotação.

Art. 284. Na falta de comunicação, a Camara, dada qualquer alteração suspenderá quaesquer operações sobre taes titulos, tornando o facto publico.

Art. 285. Incumbe-lhes, sob as mesmas penas, communicar o sorteio dos titulos, suspensão de transferencia, dia do pagamento de dividendo, e reforma de estatutos.

Art. 286. A Camara Syndical poderá, quando as circumstancias o permittam, publicar pela imprensa um *boletim*, que será considerado official, em que seja inserido tudo quanto convier ao perfeito conhecimento das operações de Bolsa, e materia connexa, comprehendendo além do *boletim* a que se refere o art. o quadro official de todos os titulos de Companhias e Sociedades Anonymas, cotadas ou susceptíveis de negociação na Bolsa existentes nesta Capital.

Art. 287. Nesse *boletim*, se mencionarão os titulos e valores previamente reconhecidos pela Camara Syndical, como tendo dado lugar, ou podendo dar, na Bolsa a transacções. (Reg. cit., art. 73-g.)

Comportará tambem uma parte destinada ás declarações que o publico, sob sua responsabilidade, necessite fazer sobre titulos ou valores ao portador, perdidos, roubados, queimados, embargados e os gravados de qualquer onus por fórma legal.

Art. 288. Para realização do declarado nos artigos antecedente, tomará assignaturas, que possam cobrir a necessaria despesa, sendo obrigatoria a publicação neste *boletim*, mediante dispendio o mais modico possivel, as alterações de estatutos de Companhias ou Sociedades Anonymas, emissão ou conversão de titulos, sorteio, declaração de titulos perdidos, vendas por alvará de sauctorização do Juizo, o quaesquer editaes que tenham relação com a Bolsa.

Art. 289. A Camara Syndical apresentará á aprovação do Governo uma tabella com a taxa a perceber pelas declarações que tenham de ser publicadas no *boletim* official e do preço de assignaturas.

Art. 290. Os emolumentos provenientes das certidões requeridas pelos interessados, e as publicações feitas no Boletim official, constituirão renda para acudir ás necessidades do expediente da Camara Syndical.

Art. 291. Sob a pena de nullidade, é necessaria a intervenção de corretor, no lançamento e contracção de emprestimos de Companhias e Sociedades Anonymas. (Aviso n. 94, de 11 de Agosto de 1898, do Ministerio da Fazenda.)

Art. 292. As pessoas que, sem a necessaria investidura, exercerem as funções do cargo de corretor, incorrerão no preceito do art. 224 do Codigo Penal.

O Syndico remetterá ao Procurador Seccional da Republica os documentos que possam instruir o processo para applicação da pena devida, no Juizo competente. (Regulamento n. 2.475, de 13 de Março de 1897, art. 155.)

Art. 293. Os Corretores de fundos publicos perceberão, como remuneração das negociações que realisarem, as commissões estabelecidas nesta tabella.

§ 1.º A taxa de corretagem aqui determinada é obrigatorio, não podendo ser augmentada nem diminuida, sob pena de suspensão de dez a trinta dias e multa de cem a quinhentos mil reis.

§ 2.º Para a transferencia de fundos publicos e quaesquer outros titulos, não poderão, os Corretores, levar nova ou outra corretagem além da que tiverem percebido peia transacção que a originar.

Art. 294. Os emolumentos cobrados pela Camara Syndical, serão destinados ás despesas do seu custeio e vencimentos dos seus funcionarios.

Tabella de emolumentos da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

Certidão de cotação de qualquer titulo ou de cambio ou quaesquer outras, em data precisamente indicada.....	4\$000
Sendo pedida em data precisamente indicada, ou a mais proxima a ella, dentro de trinta dias, sómente anteriores.....	5\$000
Sendo pedida em data precisamente indicada ou a mais proxima a ella, dentro de trinta dias, anteriores ou posanteriores.....	6\$000
Sendo pedida em data precisamente indicada ou a ultima anterior; e sendo encontrada até tres mezes	5\$000
De 3 a 6 mezes.....	10\$000
De 6 a 6 mezes.....	12\$000
De 9 a 12 mezes.....	15\$000
De mais de mezes, cada anno excedente, ou fracção.....	5\$000
Certidão de média das cotações de quaesquer titulos ou de cambio, de um periodo de tempo precisamente indicado:	
Sendo até o de 30 dias.....	20\$000
De 1 a 6 mezes	25\$000
De 6 a 12 mezes	30\$000
De mais de 12 mezes, convencional	
Exame e julgamento de papeis e documentos, para admissão à cotação official na Bolsa, de quaesquer titulos ou valores: sendo o valor do capital nominal até o de 1.000:000\$000.....	100\$000
De 1.000:000\$, a 5.000:000\$000	150\$000
De 5.000:000\$, a 10.000:000\$000	200\$000
De mais de 10.000:000\$000.....	250\$000
Archivamento de papeis e documentos de titulos e valores admittidos á cotação official da Bolsa	50\$000
Registros de certificados de pagamentos de impostos de industrias e profissões ou quaesquer outrso registros.....	2\$000
Termo de compromisso de corretor de fundos publicos e de aprovação e nomeação de prepostos.....	10\$000
Edital de nomeação de corretor d e fundos publicos, de prepostos, ou outros quaesquer editaes.....	5\$000
Inscrição de numeros de ordem de titulos ao portador, no livro de registro (nunca menos um mil réis) cada um	\$020
Certidão verbo ad verbum de qualquer documento archivado, cada lauda de papel de 33 linhas	1\$500
Archivamento de qualquer documento avulso.....	5\$000
Certidão de cotação de qualquer titulo ou de cambio ou outras quaesquer, em época precisamente indicada, de mais de 30 annos, pagará o dobro do estipulado na presente tabella.	

Tabella das corretagens devidas aos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal para as negociações por elles effectuadas

OBJECTOS	PAGO PELO VENDEDOR	PAGO PELO COMPRADOR	OBSERVAÇÕES
Apolices da Divida Publica e Estadoaes.....	¼ %	¼ %	Sobre o valor nominal.
Idem Municipaes de valor nominal superior a 200\$000.....	¼ %	¼ %	Idem idem.
Idem idem até o valor nominal de 200\$ inclusive.....	500 réis	500 réis	Por apolice.
Acções ou quaesquer titulos de bancos ou companhias, até o valor venal de 50\$ inclusive.....	250 réis	250 réis	Por acção ou qualquer titulo.
Idem do valor venal de 50\$, até o de 200\$ inclusive.....	500 réis	300 réis	Idem idem.
Idem idem de mais de 200\$000.....	¼ %	¼ %	Idem idem.
Pelas transferencias de acções ou quaesquer titulos, por herança ou legado, por partilha judicial ou amigavel, ou para composição de fundo social, ou quaesquer outras, serão cobradas pelas taxas acima.....			

Pelo registro no protocollo de corretor, dos numeros de ordem de titulos ao portador.....	20 réis	Por cada titulo, pago pelo interessado.
Metaes em moeda.....	1/8 %	1/8 %	Sobre a importancia em moeda corrente.
Letras de cambio.....	3/16 %	Idem idem.
Descontos de até 4 mezes.....	¼ %		
Idem idem de 6 mezes.....	3/8 %		
Idem idem de 12 mezes.....	½ %		
Idem por mais de 12 mezes.....	Convenção		
Pelo lançamento de emprestimos por apolices, letras hypothecarias, debentures ou quaesquer outros titulos preferenciaes.....	Pago pelo contractante, conforme convenção mutua.
Pela avaliação de acções ou quaesquer titulos de bancos ou companhias ou de apolices.....	5\$000	Pago por cada especie, pelo interessado.
As certidões e buscas, passadas pelos corretores de fundos publicos serão cobradas de conformidade com a tabella de emolumentos da Camara Syndicak.			

Secretaria da Camara Syndical, 15 de Abril de 1904. – O presidente, *José Claudio da Silva*. – *C. M. Paulo Berla*. – *Joaquim da Silva Gusmão Filho*. – *Alfredo G. V. do Amaral*.

INDICE

AO LEITOR (em 1909)	2
AO LEITOR (em 1903)	3
PROLOGO do Autor	7

LIVRO I

CAPITULO I. — Da acção ordinaria.....	9
— II. — Das acções summarias	188
— III. — Da assignação de dez dias	198
— IV. — Da acção de deposito	215
— V. — Da Remissão do penhor	238
— VI. — Excussão do penhor	240
— VII. — Da acção de soldadas	247
— VIII. — Dos seguros.....	256
— IX. — Da acção executiva	259
— X. — Do embargo ou arresto	268
— XI. — Da detenção pessoal	286
— XII. — Da exhibição	295
— XIII. — Da rendas judiciaes	301
— XIV. — Dos protestos	302
— XV. — Dos protestos de letras	310

— XVI. — Dos protestos em geral.....	317
— XVII. — Dos depositos.....	322
— XVIII. — Das habilitações incidentes nas causas commerciaes ...	327
— XIX. — Do juizo arbitral.....	333
— XX. — Da execução.....	347
— XXI. — Das sentenças sobre acção real ou cousa certa ou em especie	386
— XXII. — Das nullidades do processo	387
— XXIII. — Da nullidade de sentença	390
— XXIV. — Da nullidade dos contractos commerciaes.....	391
— XXV. — Do processo das fallencias	395

LIVRO II

Das fallencias.

TITULO I. — DA NATUREZA E DECLARAÇÃO DA FALLENCIA.....	396
SECÇÃO I. — Dos característicos da fallencia e de quem a ella está subjecto	396
SECÇÃO II. — Da declaração judicial da fallencia.....	401
TITULO II. — DOS EFEITOS JURIDICOS DA SENTENÇA DECLARATORIA DA FALLENCIA	412
SECÇÃO I. — Dos efeitos quanto aos direitos dos credores	412
SECÇÃO II. — Dos efeitos quanto a pessoa do fallido.....	417
SECÇÃO III. — Dos efeitos quanto aos bens do fallido	420
SECÇÃO IV. — Dos efeitos quanto aos contractos do fallido.....	421
SECÇÃO V. — Da revogação de actos praticados pelo devedor antes da fallencia....	424

TITULO III. – DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DA FALLENCIA	428
SECÇÃO I. – Dos syndicos	428
SECÇÃO II. – Dos liquidatarios	432
SECÇÃO III. – Das disposições comuns aos syndicos e liquidatarios .	434
TITULO IV. – DA ARRECADAÇÃO E GUARDA DOS BENS, LIVROS E DOCUMENTOS DO FALLIDO.....	439
TITULO V. – DA VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO OU CREDITOS	443
SECÇÃO I. – Da verificação ou creditos.....	443
SECÇÃO II. – Da classificação dos credores da fallencia.....	451
TITULO VI. – DAS ASSEMBLÉAS DOS CREDITORES	456
TITULO VII. – DA CONCORDATA	460
TITULO VIII. – DA REALIZAÇÃO DO ACTIVO E LIQUIDAÇÃO DO PASSIVO	470
SECÇÃO II. – Do pagamento aos credores da massa.....	473
SECÇÃO III. – Do pagamento aos credores da fallencia	474
TITULO IX. – DA REIVINDICAÇÃO	478
TITULO X. – DA REHABILITAÇÃO	481
TITULO XI. – DA CONCORDATA PREVENTIVA	483
TITULO XII. – DA HOMOLOGAÇÃO E EFEITO DAS SENTENÇAS ESTRANGEIRAS EM MATERIA DE FALLENCIA E MEIOS PREVENTIVOS DE SUA DECLARAÇÃO	490
TITULO XIII. – DOS CRIMES EM MATERIA DE FALLENCIA E DE CONCORDATA PREVENTIVA E DO RESPECTIVO PROCESSO.....	492
TITULO XIV. – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAES	499

TITULO XV. – DAS DISPOSIÇÕES GERAES.....	502
--	-----

APPENDICE

DECRETO N. 2.044 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908. Define a letra de cambio e a nota promissora e regula as operações cambiais	507
DECRETO N. 916 DE 24 DE OUTUBRO DE 1890. Cria o registro de firmas ou razões commerciaes	526
DECRETO N. 596 DE 19 DE JULHO DE 1890. Reorganisa as juntas e inspectorias commerciaes e dá-lhes novo regulamento	531
DECRETO N. 2.304 DE 2 DE JULHO DE 1890. Approva o regulamento da navegação de cabotagem	571
DECRETO N. 2.475 DE 13 DE MARÇO DE 1897. Approva o regulamento dos corretores de fundos publicos da praça da Capital Federal	589
DECRETO N. 2.813 DE 7 DE FEVEREIRO DE 1898. Reorganisa a Junta dos corretores da Capital Federal	623
REGIMENTO INTERNO DA BOLSA E DOS CORRETORES DE FUNDOS PUBLICOS DA CAPITAL FEDERAL DE 11 DE MAIO DE 1904, approvedo pelo ministerio da Fazenda ..	628